tese de doutorado
em arquitetura e urbanismo
ppgau | ufpb

Kaline Abrantes Guedes | orientanda
Nelci Tinem | orientadora

# Inventários de Arquitetura moderna no Brasil

## desnaturalizando uma prática estabelecida

João Pessoa | 2018



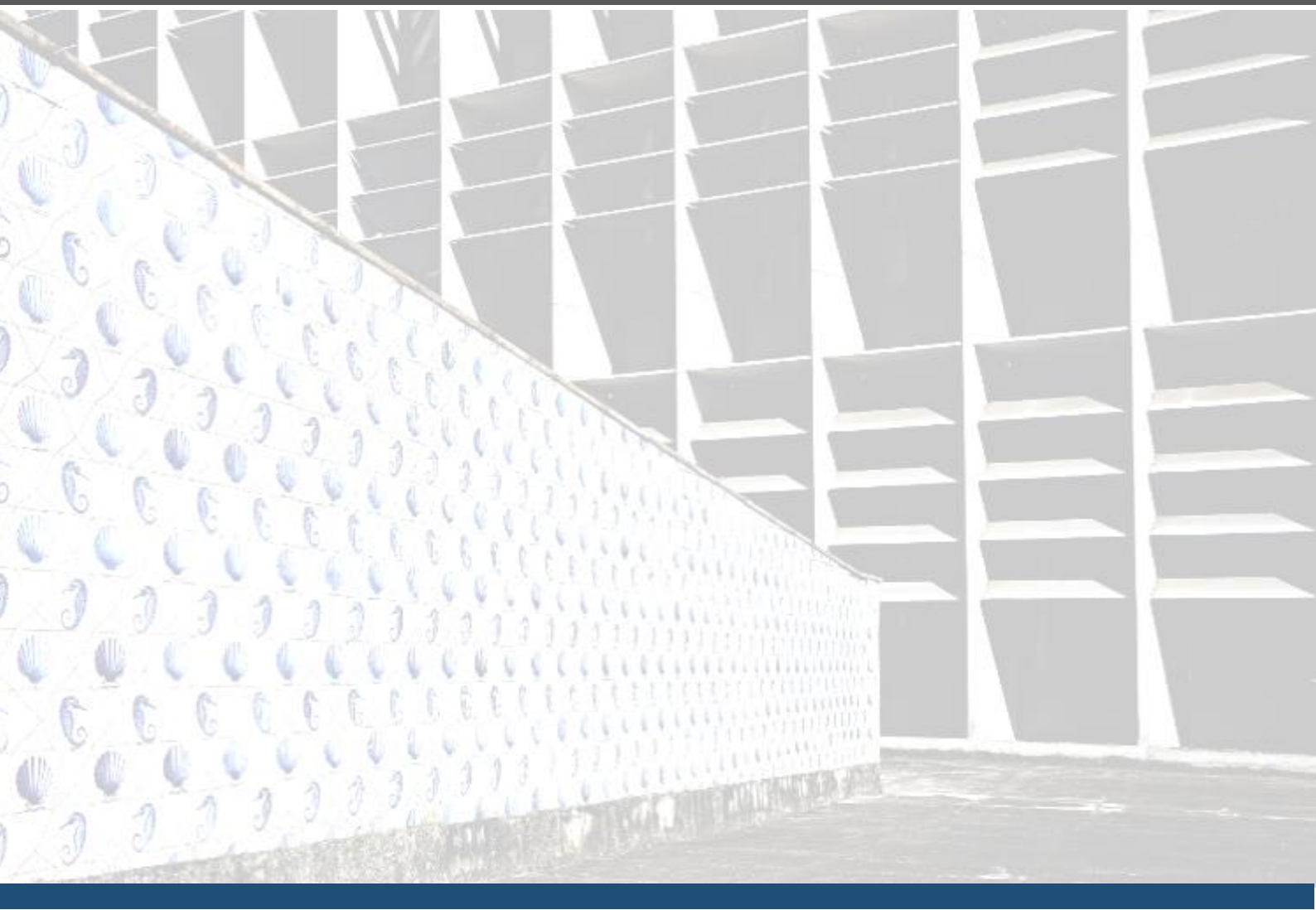
Universidade federal da paraíba
Programa de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo
Tese de doutorado
em arquitetura e urbanismo

Kaline Abrantes Guedes | orientanda
Nelci Tinem | orientadora

# Inventários de Arquitetura moderna no Brasil

## desnaturalizando uma prática estabelecida

João Pessoa | 2018



**Catalogação na publicação**
**Seção de Catalogação e Classificação**

G924i Guedes, Kaline Abrantes.
Inventários de arquitetura moderna no Brasil: desnaturalizando uma prática estabelecida / Kaline Abrantes Guedes. - João Pessoa, 2018.
327 f. : il.

Orientação: Nelci Tinem.
Coorientação: Márcio Cotrim.
Tese (Doutorado) - UFPB/CT.

1. Inventários. 2. Arquitetura moderna. 3. Historiografia. I. Tinem, Nelci. II. Cotrim, Márcio. III. Título.

UFPB/BC

# Inventários de Arquitetura moderna no Brasil:

## desnaturalizando uma prática estabelecida

Kaline Abrantes Guedes

**Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [PPGAU] da Universidade Federal da Paraíba [UFPB], como requisito parcial à obtenção do título de doutor em arquitetura.**

**Aprovada em: 19 de novembro de 2018.**

Prof.ª Dr.ª Nelci Tinem
(Orientadora – UFPB)

Prof. Dr. Marcio Cotrim Cunha
(Membro Interno – UFPB)

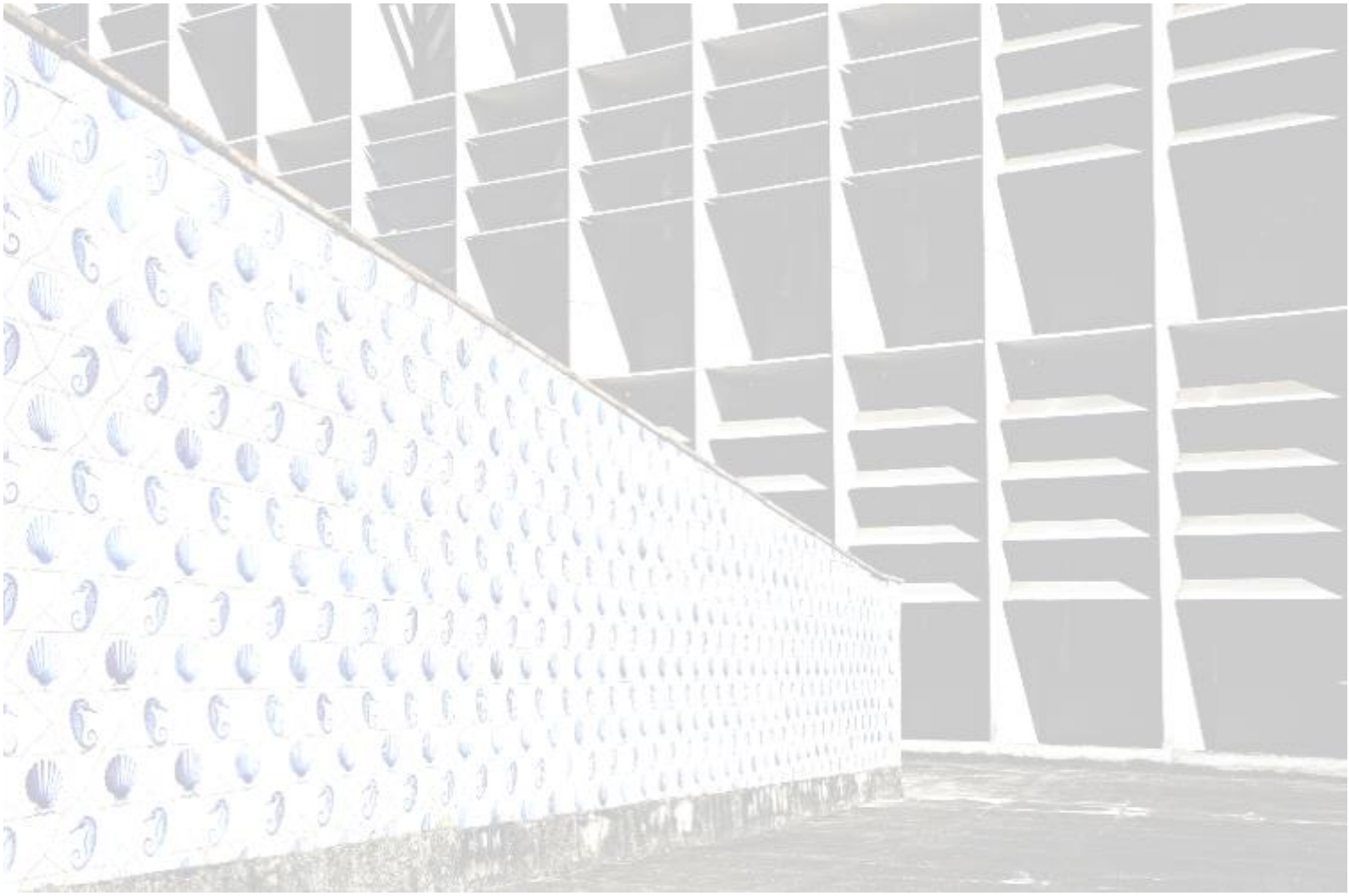
Prof.ª Dr.ª Regina Célia Gonçalves
(Membro Externo – UFPB)

Prof. Dr. Fernando-Victorino Alvarez Prozorovich
(Membro Externo – ETSAB/UPC - Espanha)

Prof.ª Dr.ª Mariana Fialho Bonates
(Membro Externo – UFCG)

Prof. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Júnior
(Membro Externo – UFBA)

João Pessoa | 2018



**À Nelci Tinem, gratidão.**

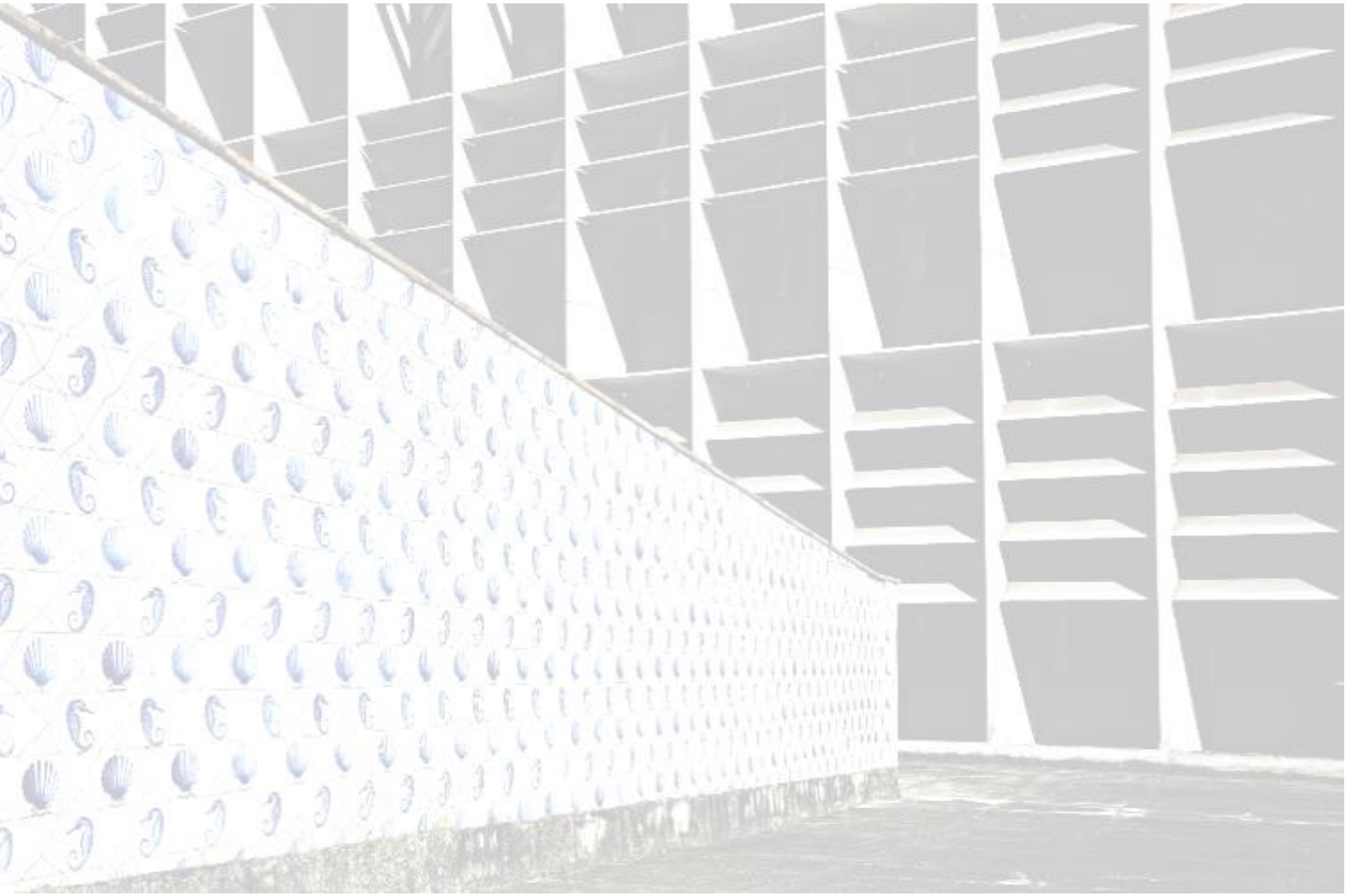
**Aos meus pais, honra.**

**Aos meus filhos, espelho.**

# Agradecimentos

...os anos dedicados ao doutorado foram de muitos desafios e grandes ensinamentos. Pessoas e instituições foram fundamentais nessa jornada. Agradeço imensamente a minha orientadora e amiga Nelci Tinem (*in memoriam*) pelos conselhos e conversas, sempre acompanhados de um bom café, ironias e boas risadas. Sua generosidade, determinação e carinho sempre me incentivarão, C*hica*. Aos meus pais, Joel e Fátima, pelo amor, carinho e incentivo diários. Aos meus filhos, Miguel e Murilo, razão e emoção de minha vida. A André, meu bem querer, pelo cuidado, carinho e apoio. Aos meus irmãos, Joelma e Wagner, sempre presentes em meus dias. A Julia pelo imensurável apoio com a casa e as crianças. À Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelas oportunidades de aprendizado e crescimento, pessoal e profissional: agradeço especialmente aos professores Márcio Cotrim, Regina Gonçalves, Fernando Alvarez, Luiz Amorim, Xico Costa, Nivaldo Andrade, Mariana Bonates, Sales Trajano, Lucas Figueiredo; e aos amigos Fernanda Farias, Wylnna Vidal, Ana Laura Rosas, Sinval Quirino, entre outros.

...agradeço, sobretudo, ao meu Senhor, arquiteto do universo, acreditando que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que o amam... RM 8:28



**Quem elegeu a busca,**
**não pode recusar a travessia...**

Guimarães Rosa

## Resumo

**Refletir sobre os fundamentos teóricos e os instrumentos que orientam a prática e a produção de inventários de arquitetura moderna no Brasil é o principal objetivo deste trabalho de doutoramento**, cujo foco centra-se na análise das bases sobre as quais os inventários de arquitetura, em geral, foram construídos e como seguem sendo construídos os modernos. Para tanto, estão sendo identificados, localizados, coletados e analisados os variados inventários de arquitetura moderna produzidos no país. Aproximando-se das lições historiográficas de De Certeau (1982 [1974]), interessa entender: qual seria o lugar a partir do qual se instauram os métodos para elaboração desses inventários; que documentos e questões têm sido privilegiados para a elaboração desses registros; quais têm sido negligenciados (não-ditos). Interessa saber quais seriam as especificidades de um inventário moderno, de uma produção arquitetônica experimental que propunha romper paradigmas e utilizava os avanços tecnológicos no limite, qual é a importância do projeto de arquitetura e dos conceitos modernos de "flexibilidade", "transparência", "relação exterior/interior" e similares. Interessa ainda analisar a extensão da importância do modelo Docomomo ou dos modelos aplicados a produções arquitetônicas precedentes e como estão sendo contempladas as discussões e os estudos teóricos recentes sobre temas correlatos. No Brasil, o inventário se consolida oficialmente como instrumento de preservação apenas na década de 1980, através do art. 216, §1º da Constituição Brasileira de 1988, onde consta que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (BRASIL, 2004). Para Prudon (2008, p. 23), a preservação da arquitetura moderna tem peculiaridades e uma das distinções fundamentais entre essa "e a de produções tradicionais está na necessidade de substituição extremamente acelerada – e em todas as questões filosóficas que isso engendra". Qual seria então o papel do inventário moderno nesse processo e como esse instrumento de preservação e documentação poderia contemplar essas peculiaridades para atuar na preservação dos exemplares dessa produção arquitetônica? **Faz-se necessário pensar e repensar o papel dos inventários na escrita da história, seus objetivos e seus métodos, de forma a avançar na produção do conhecimento, avaliando-o constantemente, enfrentando novos problemas, incluindo novos questionamentos e alimentando as desconfianças.**



**Palavras-chave:** Inventários; Arquitetura Moderna; Historiografia.

## Abstract

***Reflecting on the theoretical foundations and instruments that guide the practice and production of inventories of modern architecture in Brazil is the main objective of this doctoral work.*** *whose focus is to analyze the bases on which architectural inventories were traditionally built and how they are currently built. Therefore, we have identified, located, collected, and analyzed various inventories of modern architecture produced in Brazil. Coming closer to De Certeau's (1982 [1974]) historiographical lessons, it is important to understand: where do the methods from which these inventories are developed come from; which documents and questions have been privileged for elaborating these records; which of them have been neglected (unspoken). It is interesting to know what would be the specifics of a modern inventory, of an experimental architectural production with the purpose of breaking paradigms, and using technological advancements to their limit, what is the importance of architectural design and the modern concepts of "flexibility", "transparency", "exterior/interior relationship", inter alia. It is also interesting to analyze the importance of the Docomomo model or the models applied to previous architectural productions, and how recent discussions and theoretical studies on related themes are being addressed. In Brazil, it is only in the 1980s that the inventory officially becomes a preservation instrument, through art. 216, §1 of the Brazilian Constitution of 1988, which states that "Public Authorities, in collaboration with the community, shall promote and protect the Brazilian cultural heritage through inventories, records, monitoring, landmarking and expropriation, and other forms of protection and preservation" (BRAZIL, 2004). For Prudon (2008, p. 23), the preservation of modern architecture has its peculiarities and one of the essential distinctions between this "and that of traditional productions is the need for extremely accelerated substitution – and all the philosophical questions that it engenders." What then would be the role of modern inventory in this process, and how this instrument of preservation and documentation could address these peculiarities to act in the preservation of the examples of this architectural production?* ***It is necessary to think and rethink the role of inventories in the writing of history, its objectives and its methods, to advance the production of knowledge, constantly evaluating it, facing new problems, including new questions, and feeding suspicions.***

***Keywords:*** *Inventories; Modern Architecture; Historiography.*

# Lista de Figuras


| | | |
|---|---|---|
| Figura 01 | Contracapa da publicação "*Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver*", Comissão Temporária de Artes, 1793. | 35 |
| Figura 02 | FIGURA 02: Recorte da publicação "*Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver*", Comissão Temporária de Artes, 1793. | 36 |
| Figura 03 | Recorte das instruções para as obras de arquitetura da publicação "*Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver*", Comissão Temporária de Artes, 1793. | 36 |
| Figura 04 | Contracapa do *Itinéraire Archéologique de Paris*, M. F. Guilhermy, 1855. | 38 |
| Figura 05 | Gráfico-síntese da aparição do termo 'documentação' nos Postulados dos Estudos Teóricos Clássicos selecionados para análise | 52 |
| Figura 06 | Gráfico-síntese da aparição do termo inventário e similares nas Cartas Patrimoniais selecionadas para análise. | 61 |
| Figura 07 | Detalhe dos *brises-soleil* do edifício do Ministério da Educação (1936-1944). Os elementos de amenização climática passaram a ser largamente utilizados no Brasil e, aliados a outras características, tornaram a peculiar a arquitetura moderna nacional, atraindo o olhar estrangeiro. | 67 |
| Figura 08 | Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e militares, anos 1940. Lucio Costa tinha trânsito fácil entre políticos e intelectuais e teve uma atuação decisiva na difusão dos ideais modernos no Brasil. | 67 |
| Figura 09 | Capa do livro *Brazil Builds*, Philip Goodwin, 1943. | 68 |
| Figura 10 | Contracapa do livro *Modern Architecture in Brazil*, Henrique Mindlin, 1956. | 68 |
| Figura 11 | Lucio Costa, Frank Lloyd Wright e Gregori Warchavchik em visita à casa na rua Toneleros, em 1931. | 69 |
| Figura 12 | Capa do livro *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940.* | 70 |
| Figura 13 | Instrumentos de proteção declarados no portal oficial do IPHAN | 81 |
| Figura 14 | Relação e contato dos membros do Grupo de Trabalho 4 - Acautelamento da Arquitetura Moderna | 96 |
| Figura 15 | Listagem dos registros de Edifícios da Saúde que constam no *link Homework* 2012 | 96 |
| Figura 16 | Página indicativa dos Seminários DOCOMOMO Brasil no portal antigo | 98 |
| Figura 17 | Página indicativa dos Seminários DOCOMOMO Brasil no portal atual | 98 |
| Figura 18 | Agrupamento [em tamanho reduzido] das páginas do quadro 08 | 103 |
| Figura 19 | Mapeamento de algumas iniciativas de documentação identificadas nos eventos científicos selecionados como fontes de pesquisa – elaborado a partir dos dados do quadro 08. | 108 |
| Figura 20 | Mapeamento dos exemplares de fichas das iniciativas de inventariação selecionadas para análise | 120 |
| Figura 21 | Recortes da ficha do SICG/IPHAN | 122 |
| Figura 22 | Agrupamento de páginas [01/07, 02/07, 03/07 e 06/07] da ficha completa (*full*) do Hospital da Lagoa, localizado na cidade do Rio de Janeiro | 126 |
| Figura 23 | Formulário de submissão de bens na *'Tentative List'* do Patrimônio Mundial, localizado no portal da UNESCO. | 130 |
| Figura 24 | Agrupamento de páginas [01/17, 04/17, 08/17, 11/17, 12/17 e 17/17] da 'ficha' de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial | 131 |
| Figura 25 | Exemplar de ficha da pesquisa 'Inventário da Arquitetura Moderna Soteropolitana', coordenada por Ana Carolina Bierrenbach | 137 |
| Figura 26 | Agrupamento de páginas [1/7 e 2/7] da ficha mínima do Hospital Santa Terezinha – localizado na cidade de Salvador/BA –, disponível no portal do núcleo DOCOMOMO-Bahia. | 137 |
| Figura 27 | Agrupamento de páginas da ficha do Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo [ICAU], disponibilizadas no corpo do artigo. Páginas 01/06 e 04/06. | 141 |

| | | |
|---|---|---|
| Figura 28 | Agrupamento de páginas da 'ficha' do Hotel Cataguases, no livro "Guia da arquitetura modernista de Cataguases", organizado por Paulo Alonso. | 146 |
| Figura 29 | Exemplar de ficha mínima da pesquisa "Documentação da arquitetura moderna no Nordeste brasileiro (1930-1980)". | 149 |
| Figura 30 | Agrupamento de 'páginas-fichas' do Portal Inventário Acácio Gil Borsoi. | 154 |
| Figura 31 | Planilha para inserção de dados do acervo Janete Costa. | 156 |
| Figura 32 | Agrupamento de páginas da ficha do Inventário do Patrimônio Imóvel de Teresina. | 159 |
| Figura 33 | Agrupamento de páginas da ficha do Inventário de Bens Edificados da UFSM. | 162 |
| Figura 34 | Agrupamento de páginas da ficha mínima do Hospital do Andaraí... | 166 |
| Figura 35 | Agrupamento de páginas da 'ficha' de levantamento das residências modernistas de Aracaju. | 171 |
| Figura 36 | Agrupamento de páginas das 'fichas' de edifícios da Fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo (FSRA) S.A., criada em 1962; disponíveis no livro "Arquitetura Industrial São José dos Campos" de autoria de Ademir Santos. | 175 |
| Figura 37 | Agrupamento de páginas da ficha do Conjunto Residencial Operário de Realengo – localizado na cidade do Rio de Janeiro – apresentada no livro "Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964". | 180 |
| Figura 38 | 'Ficha' da Residência Milton Medeiros no livro Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista, de Luiz Amorim. | 186 |


## Lista de Quadros


| | | |
|---|---|---|
| Quadro 01 | Relação dos estudos teóricos clássicos e de seus respectivos textos escolhidos para leitura e análise | 44 |
| Quadro 02 | Relação das Cartas Patrimoniais selecionadas para leitura e análise | 55 |
| Quadro 03 | Relação de obras modernas significativas que suscitaram o interesse pela preservação dessa produção. | 71 |
| Quadro 04 | Paralelo entre os dilemas da preservação da produção moderna, elencados por Theodore Prudon, e o que interessa aos inventários dessa produção | 74 |
| Quadro 05 | Edições, localização, data e quantidade de artigos publicados nos Seminários do DOCOMOMO Brasil ocorridos até o momento. | 99 |
| Quadro 06 | Edições, localização, data e quantidade de artigos publicados nos Seminários Ibero-americanos Arquitetura e Documentação [SIAAD] ocorridos até o momento [2008-2017]. | 100 |
| Quadro 07 | Listagem dos principais 'grupos temáticos' - que se alinhavam-se à temática do trabalho de tese - identificados nos trabalhos publicados nos eventos científicos selecionados | 101 |
| Quadro 08 | Etapa de triagem do objeto empírico do trabalho de tese | 220 |
| Quadro 09 | Principais iniciativas de inventariação da produção arquitetônica moderna identificadas no país. | 109 |
| Quadro 10 | Etapa de triagem do objeto empírico do trabalho de tese. | 110 |
| Quadro 11 | Critérios de análise do objeto empírico do trabalho de tese | 113 |
| Quadro 12 | Etapa de triagem do objeto empírico do trabalho de tese | 114 |
| Quadro 13 | Objeto empírico do trabalho de tese | 117 |
| Quadro 14 | Quadro síntese produzido a partir da análise individual dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil | 190 |

# Lista de Siglas

| | |
|---|---|
| **CAU** | Curso de Arquitetura e Urbanismo |
| **DAU** | Departamento de Arquitetura e Urbanismo |
| **DGPC** | Direção Geral do Patrimônio Cultural |
| **DOCOMOMO** | *Documentation and Conservation of Modern Moviment* |
| **DPHAN** | Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| **FSRA** | Fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo |
| **HEMOCE** | Hemocentro do Estado do Ceará |
| **ICAU/CE** | Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo |
| **ICOMOS** | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios |
| **ICROA** | Instituto de Conservação e Restauração de Obras de Arte |
| **IGESPAR** | Instituto de Gestão do Património Arquitetônico e Arqueológico |
| **IHRU** | Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana |
| **IPAC-BA** | Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia |
| **IPCE** | Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha |
| **IPHAN** | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| **LPPM** | Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória |
| **OEA** | Organização dos Estados Americanos |
| **PPGAU** | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo |
| **SDPAN** | Serviço de Defesa do Patrimônio Artístico Nacional |
| **SELIDO** | Serviço Nacional de Restauração de Livros e Documentos |
| **SIAAD** | Seminário Ibero-americanos Arquitetura e Documentação |
| **SICG** | Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão |
| **SPHAN** | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| **UFBA** | Universidade Federal da Bahia |
| **UFC** | Universidade Federal do Ceará |
| **UFCG** | Universidade Federal de Campina Grande |
| **UFJF** | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| **UFPB** | Universidade Federal da Paraíba |
| **UFPE** | Universidade Federal de Pernambuco |
| **UFRN** | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| **UFSM** | Universidade Federal de Santa Maria |
| **UNESCO** | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |

# Sumário


| | | |
|---|---|---|
| | **Introdução** | 13 |
| **Capítulo 01** | **Conceituações e Contextualizações** | 28 |
| 1.1 | Conceituações Preliminares | 29 |
| 1.2 | Breve História dos Inventários | 31 |
| 1.3 | Inventários nos Postulados Clássicos sobre Preservação | 42 |
| 1.4 | Inventários nas Cartas Patrimoniais | 54 |
| **Capítulo 02** | **Arquitetura Moderna e Inventários no Brasil** | 63 |
| 2.1 | Arquitetura moderna, especificidades e consciência de preservação | 64 |
| 2.2 | Inventários no Brasil | 76 |
| **Capítulo 03** | **Procedimentos para Identificação, Localização, Seleção e Análise dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil** | 85 |
| 3.1 | Procedimentos para identificação dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil | 86 |
| 3.2 | Procedimentos para localização dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil | 95 |
| 3.3 | Procedimentos para seleção dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil | 104 |
| 3.4 | Procedimentos para análise dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil | 111 |
| **Capítulo 04** | **Análise dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil** | 115 |
| 4.1 | Análise individual das fichas de inventariação da Arquitetura Moderna no Brasil: um “inventário dos inventários” | 116 |
| 4.2 | Sistematização e síntese das análises | 189 |
| | **Considerações Finais** | 197 |
| | **Referências** | 209 |
| | **Apêndices** | 218 |
| | **Anexos** | 225 |

# Introdução

## A Seta e o Alvo | Paulinho Moska

Eu falo de amor à vida, você de medo da morte
Eu falo da força do acaso e você, de azar ou sorte
Eu ando num labirinto e você, numa estrada em linha reta
Te chamo pra festa mas você só quer atingir sua meta

Sua meta é a seta no alvo
Mas o alvo, na certa não te espera

Eu olho pro infinito e você, de óculos escuros
Eu digo: "Te amo" e você só acredita quando eu juro
Eu lanço minha alma no espaço, você pisa os pés na terra.
Eu experimento o futuro e você só lamenta não ser o que era
E o que era? Era a seta no alvo
Mas o alvo, na certa não te espera

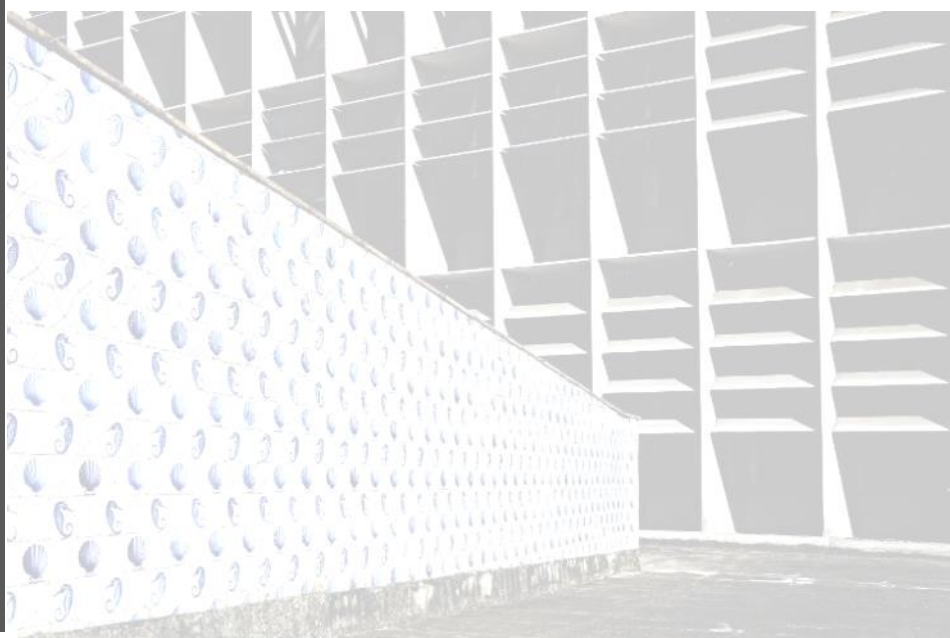
Eu grito por liberdade, você deixa a porta se fechar
Eu quero saber a verdade,
e você se preocupa em não se machucar
Eu corro todos os riscos, você diz que não tem mais vontade
Eu me ofereço inteiro, e você se satisfaz com metade

É a meta de uma seta no alvo
Mas o alvo, na certa não te espera

Então me diz qual é a graça
De já saber o fim da estrada
Quando se parte rumo ao nada?

Sempre a meta de uma seta no alvo
Mas o alvo, na certa não te espera

Então me diz qual é a graça
De já saber o fim da estrada
Quando se parte rumo ao nada.



**O objetivo principal deste trabalho de tese consiste em refletir sobre os fundamentos teóricos e os instrumentos que orientam a prática e a produção dos inventários de arquitetura moderna no Brasil**. Centra-se na análise das bases sobre as quais os inventários de arquitetura, em geral, foram construídos e como seguem sendo construídos os inventários modernos. Dedica-se, sobretudo, a temas como historiografia, inventários e arquitetura moderna.

Para tanto e, inicialmente, interessou saber quando e onde surgiram os inventários de arquitetura. Contextualizando, resumidamente[1], Olender (2010) afirma que os primeiros inventários de arquitetura derivam de uma publicação francesa, de 1793, de autoria de Felix Vicq D'Azyr e intitulada *"Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver"*. Esse documento surge em meio aos impactos causados pela Revolução Francesa [1789]. As fichas aplicadas à inventariação de arquitetura surgiram meio século após essa publicação de D'Azyr e sob a direção de Prosper Mérimée. Mas essas primeiras iniciativas foram interrompidas e, somente no início da década de 1960 e, a partir da iniciativa de André Chastel, foi instituída a "Comissão Nacional encarregada do Inventário Geral dos monumentos e obras de arte da França", cujo objetivo firmava-se em "identificar tudo o que é digno de nota no terreno, de modo a provocar uma tomada de consciência das populações interessadas; estudar e classificar, de acordo com as técnicas mais eficientes, edifícios e objetos, de modo a inscrevê-los na memória nacional" (CHASTEL, 1990, p.4). De modo quase concomitante, outros países europeus passaram a adotar a prática, controlando e salvaguardando seus patrimônios.

No Brasil e ainda de acordo com Olender (2010), a preocupação com a inventariação do patrimônio "encontra-se presente desde os primórdios do SPHAN[2]. Em 1939, Rodrigo Mello Franco de Andrade já apontava para a necessidade desta ação". O arquiteto Lucio Costa também relata a importância da inventariação em seu "Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento", escrito em 1949, enquanto chefe dessa divisão do DPHAN (COSTA, 1949). Porém, somente na década de 1970, "o inventário desenvolve-se de forma mais estruturada no Brasil [...] este descende, diretamente do 'Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu', cujas diretrizes metodológicas foram publicadas, em 1970, na Itália" (OLENDER, 2010).

Oficialmente, entretanto, é apenas na década de 1980 que esse instrumento se consolida[3] através do art. 216, §1º da Constituição Brasileira de 1988, onde consta que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o

[1] Uma análise mais detalhada do processo histórico de formação e consolidação dos inventários está no Capítulo 01 deste trabalho.

[2] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foi criado em 1937, por decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937. Em 1946, o SPHAN teve seu nome alterado, passando a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), por meio do Decreto-lei nº. 8.534, de 02 de janeiro de 1946. Em 1970, ocorreu a reorganização do MEC, pelo Decreto nº. 66.967, de 27 de julho, que gerou algumas modificações na estrutura ministerial, dentre elas, a nova denominação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que substituiu a de DPHAN (PORTAL IPHAN).

[3] Todavia, antes mesmo de tornar-se instrumento legal de salvaguarda no Brasil, já existiam no país iniciativas que tinham o inventário como instrumento de pesquisa e registro e que visavam a salvaguarda dos bens catalogados. Como exemplo dessas iniciativas de inventariação de arquiteturas precedentes no Brasil, pode-se citar o caso de Ouro Preto, coordenado por Sylvio de Vasconcellos, ainda em 1948 (SORGINE, 2008).

patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (BRASIL, 1988).

Em se tratando especificamente da produção de inventários de arquitetura moderna no Brasil, objeto empírico dessa pesquisa, pode-se afirmar que essa prática ganhou impulso considerável a partir da instauração do DOCOMOMO[4] no país, no início da década de 1990. Somente em julho de 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN] instituiu o Plano de Trabalho para formação do Grupo de Trabalho 4 – Acautelamento da Arquitetura Moderna[5] – que, momentaneamente, se configurou como um novo impulso ao tema, animando os pesquisadores dessa área de conhecimento. Todavia, essa iniciativa não durou mais que dois anos e, infelizmente, faleceu por abandono. O GT4 tinha por objetivos:

> a identificação e salvaguarda de bens da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos brasileiros [...] o levantamento do estágio atual da preservação da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos no Brasil; a realização de um levantamento o mais amplo e abrangente possível dos bens de interesse ligados à arquitetura, ao urbanismo e ao paisagismo modernos no Brasil; o início da realização do Inventário Nacional do Patrimônio Edificado Moderno, através de uma ação-piloto de abrangência nacional; a promoção do tombamento federal daqueles bens do patrimônio edificado moderno brasileiro cuja representatividade nacional seja reconhecida, como forma de garantir a sua preservação; a contribuição na preservação daqueles bens do patrimônio edificado moderno cuja representatividade regional ou local seja reconhecida, através do encaminhamento de sugestão de tombamento ou de outras ações de salvaguarda aos órgãos (IPHAN, 2008, p. 02 *apud* ANDRADE JUNIOR, 2009, p.7-8).

[4] DOCOMOMO é uma sigla para ***DO****cumentation and* ***CO****nservation of buildings, sites and neighbourhoods of the* ***MO****dern* ***MO****vement.* É uma organização não-governamental, com representação em 69 países e possui mais de 3000 filiados nos 5 continentes por meio de representações nacionais. Foi fundada em 1988, na cidade de Eindhoven, na Holanda. Os principais objetivos do DOCOMOMO Internacional, de acordo como o site oficial da organização, são a documentação e a preservação das criações do Movimento Moderno na arquitetura, urbanismo e manifestações afins. São ainda objetivos da organização, estabelecidos no Manifesto de Eindhoven: (1) Chamar a atenção do público, das autoridades, dos profissionais e da comunidade preocupada com o ambiente construído para a importância do movimento moderno; (2) Identificar e promover o reconhecimento das obras do movimento moderno, incluindo o registro, desenhos, fotografias, arquivos, além de outros documentos; (3) Promover o desenvolvimento de técnicas e métodos de conservação apropriados e disseminar esse conhecimento entre profissionais; (4) Opor-se à destruição e descaracterização de obras significativas do movimento moderno; (5) Identificar e atrair financiamento para a documentação e a conservação; (6) Explorar e desenvolver o conhecimento do movimento moderno (PORTAL DOCOMOMO INTERNACIONAL). As principais ações do DOCOMOMO Brasil, por sua vez, são **a realização de inventários**, campanhas de preservação e divulgação de obras de arquitetura, urbanismo, paisagismo, engenharia e artes em geral do Movimento Moderno no Brasil, bem como pedidos de tombamento, além de lutar contra a descaracterização e a destruição de obras representativas do Movimento Moderno no Brasil e apoiar ações semelhantes no resto do mundo (PORTAL DOCOMOMO BRASIL).

[5] Em julho de 2008, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização [DEPAM] instituiu, "através da Portaria nº 001/2008, o Grupo de Trabalho "Acautelamento da Arquitetura Moderna", formado por técnicos lotados nas Superintendências Regionais e Sub-Regionais do IPHAN dos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, sob a coordenação nacional do arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Junior, da Superintendência Regional da Bahia" (ANDRADE JUNIOR, 2009, p.6-10).

Após essa breve contextualização – que será oportunamente aprofundada no decorrer do trabalho – interessou saber o que seriam, afinal, os inventários de arquitetura. Em meados do século XX, Marc Bloch[6] afirmava que:

> quando se trabalha com documentos, é preciso aprender a constituir dossiês. Estes podem se constituir com a ajuda de fichas. Os blocos ou cadernos impedem que se possa reclassificar, pois um dossiê é uma coisa mutável; a ficha, pedaço de papel escrito de um só lado, com um título para uma classificação cômoda é sempre deslocável. **É preciso saber interrogar os documentos e para isso ter um roteiro de questões meio escrito, meio de cabeça**[7] (BLOCH, 2001 [1944], p.209).

Abraçando o pensamento de Bloch, os inventários de arquitetura podem ser comparados a dossiês, a roteiros de questões, elaborados com o intuito de se interrogar edifícios, entendidos como documentos. Configurando-se como dossiês, os inventários também configuram-se como documentos. Assim, os inventários de arquitetura são documentos e instrumentos de documentação, de pesquisa e de reconhecimento de determinada produção. Entretanto, de acordo com a definição retirada do portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, os inventários são, sobretudo, **instrumentos de preservação**:

> **Inventários são instrumentos de preservação** que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial (PORTAL IPHAN).

Se os termos inventário e preservação estão tão intrinsecamente relacionados, faz-se necessário entender também o que seria exatamente a preservação. Ivan Coelho de Sá afirma que a **preservação**:

> é uma **consciência, mentalidade, política** (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o **objetivo** de **proteger** e **salvaguardar** o **Patrimônio**. Resguardar o bem cultural, prevenindo possíveis malefícios e proporcionando condições adequadas de "saúde". É o controle ambiental, composto por técnicas preventivas que envolvam o manuseio, acondicionamento, transporte e exposição (SÁ, 2001).

Objetos arquitetônicos de valor compõem o universo de bens culturais e, como afirmado, a sua prática de inventariação surgiu ainda no século XVIII. Na contemporaneidade, entretanto, essa prática assumiu uma importância considerável, sendo incentivada e

---

[6] Marc Bloch (1886 -1944) nasceu em Lyon e foi durante muitos anos professor de História Medieval na Universidade de Estrasburgo. Após a queda da França em 1940, durante a II Guerra Mundial, lecionou nas universidades de Clermont Ferrand e Montpellier. "Ficou conhecido por seus estudos pioneiros sobre a história rural francesa e a sociedade feudal e por sua obra póstuma *O ofício do historiador [The historian's craft]"*. Foi um dos fundadores da Escola dos Annales. Seu argumento "consistia em não se limitar ao estudo de documentos escritos, mas considerar materiais artísticos, arqueológicos e até mesmo a numismática. Defensor da singularidade das ciências humanas buscou a utilização permanente do método comparativo e fomentou entre os historiadores o trabalho multidisciplinar e colaborativo" (PORTAL LIVRARIA DA TRAVESSA).

[7] Os grifos que aparecem ao longo do trabalho são para enfatizar informações tidas como importantes à pesquisa. Foram realizados em sua grande maioria pela pesquisadora e, para evitar a enfadonha repetição dessa informação – **grifo nosso** – ao longo do trabalho, serão informados apenas os destaques que forem de autoria diversa.

largamente reproduzida em vários países e por diferentes órgãos direta ou indiretamente ligados à preservação.

Para o desenvolvimento desse trabalho de doutoramento e partindo-se das informações colocadas acima, adotou-se como **premissa** que **os inventários de arquitetura são instrumentos de preservação e de documentação relevantes, mas sua prática se naturalizou no tempo e no espaço**.

Contestando essa naturalização, o trabalho propõe, como **objeto teórico**, **repensar essa prática de inventariação**, ou seja, **propõe a desnaturalização[8] do processo de inventariação da arquitetura com o intuito de reavaliar seus fundamentos teóricos e os instrumentos utilizados na sua prática**.

Como **objeto empírico**, por sua vez, **propõe estudar, especificamente, os inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil**. Uma avaliação desses instrumentos de preservação e documentação mostra-se relevante, pois, como bem coloca Marc Bloch (2001 [1944], p.215), **"a própria história da documentação é indispensável para o trabalho histórico, por mais modesta que seja".**

Compreendendo os inventários de arquitetura como instrumentos de documentação e, portanto, como documentos historiográficos relevantes, a sua compreensão extrapola o seu entendimento apenas como instrumento de proteção do patrimônio cultural. Assim, o amparo em autores que, ao longo do tempo, se dedicaram às questões e discussões historiográficas foram, destarte, fundamentais ao embasamento teórico da pesquisa.

Quando analisadas, por exemplo, as anotações de curso tomadas pela Sra. Mattman Roy durante *O curso de Fontenay*, ministrado por Marc Bloch (2001 [1944], é possível estabelecer uma estreita correlação entre as instruções de Bloch e os inventários de arquitetura. Os meios de investigação e o roteiro de questões por ele propostos suscitaram várias comparações com os atuais modelos aplicados à inventariação de arquitetura. Dados os devidos pesos, medidas e proporções, foi possível observar que muito se pode extrair do curso ministrado por Bloch para aplicação nos citados inventários. O roteiro traz instruções para escrever a história de uma aldeia, mas foi possível estabelecer várias conexões com a análise, a crítica e a escrita da história das obras de arquitetura). Sem desmerecer os demais pontos das anotações da Sra. Roy, particular atenção despertaram os subtítulos dos "meios de investigação", quais sejam: "os olhos", "em auxílio aos olhos", "a investigação oral", "os documentos escritos" e os "documentos arqueológicos". A acuidade com que Bloch (2001 [1944], p.205-224) trata cada um desses meios de investigação e instrui os seus alunos para a **leitura dos vestígios e documentos**, para a interpretação do passado, para o **domínio da operação historiográfica** e para o processo de **transformação das observações em**

[8] Para o termo **DESNATURALIZAR**, utilizado no título deste trabalho de doutoramento, a definição oportunamente colocada pelo professor Fernando Alvarez – membro avaliador externo da banca de qualificação – parece muito propícia: '*desmontaje analítico de un proceso (el de la generación de inventários) que, en cierto modo, se ha quedado estancado y confundido en sus limites'* (ÁLVAREZ, 2017). De acordo com **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, desnaturalizar** significa: [1]Descaracterizar a natureza de; desnaturar [...] [3]Tornar(-se) afetado, sem naturalidade (DESNATURALIZAR, 2017).

**discursos** através da utilização desses meios mostra-se fundamental ao historiador e à documentação.

Fundamentais também são as considerações de Michel De Certeau (1982 [1974], p.67) acerca do reconhecimento do **lugar** de onde se fala, pois "**é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam**". Ainda acerca do lugar de onde se fala, o mesmo autor coloca que "certamente **não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa entendê-las, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação**" (DE CERTEAU, 1982 [1974], p.65).

Ainda de acordo com De Certeau (1982 [1974], p.77), "**a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora**. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto desse sistema", sendo esse ponto o *lugar* de onde se fala e o *sistema* a própria sociedade, com toda sua complexidade de relações e conexões[9]. Partilhando pensamento análogo, Schaff (1987 [1971], p.82) coloca que os "nossos julgamentos são socialmente condicionados por sistemas de valores que aceitamos e que possuem todos um caráter de classe". Aquilo que falamos é condicionado pelo lugar de onde falamos que, por sua vez, é condicionado pela posição que ocupamos num dado sistema.

Aproximando o raciocínio desencadeado por De Certeau (1982 [1974]) do objeto empírico da pesquisa, ou seja, os inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil, várias questões foram tomando espaço: Quais seriam então os *lugares* a partir do qual se instauram os métodos para elaboração desses inventários? Que documentos e questões têm sido privilegiados para a elaboração desses registros? Quais têm sido negligenciados (*não-ditos*) e por quê? Estariam os modelos institucionalizados pelo DOCOMOMO – fichas *minimum* e *full* – repetindo-se sem a devida reflexão? Esses modelos estariam baseando-se naqueles aplicados às produções arquitetônicas precedentes? Discussões teórico-historiográficas recentes tem sido contempladas nesses instrumentos? As especificidades de uma produção arquitetônica de vanguarda, que propunha romper paradigmas, também têm sido contempladas?

Essas primeiras questões revelaram a necessidade de pensar e repensar o processo de inventariação da arquitetura e de seus métodos, entendidos no trabalho como uma forma específica de escrita, de documentação, de registro historiográfico. É importante avaliar constantemente essa escrita e os seus métodos, colocá-los frente a novos problemas e questionamentos, desconfianças, ou seja, em permanente situação de crise, pois, como afirma Adam Schaff (1987 [1971], p.67), é "impossível eliminar a filosofia destas ciências: posta fora da porta, volta pela janela".

De Certeau (1982 [1974], p.81) afirma que, "em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira". Sob esse ponto de vista, os inventários de arquitetura também são documentos historiográficos no momento em que manipulam esses objetos – sejam informações, desenhos, fotografias – e os rearranjam sob uma forma específica de registro catalográfico, comparáveis e categorizáveis entre si. E nesses registros, em virtude de sua forma particular de organização, sistematização e catalogação de dados,

[9] Impossível não recordar e referenciar aqui o filme "Ponto de Mutação" [*The Turning Point*], que tem por base o livro de mesmo nome, de autoria de Fritjof Capra, publicado em 1982.

lacunas porventura existentes tornam-se mais fulgentes. Para Bloch (2001 [1944], p.215), “se há lacunas, é preciso explicá-las; uma lacuna em si mesma pode ser historicamente instrutiva”. O autor coloca ainda que:

> um documento histórico é uma testemunha que não fala se não soubermos interrogá-la. É preciso pois ter uma espécie de **esquema de problemas** à luz do qual poderemos colocar grandes questões. A própria pesquisa instruirá e levará a se colocar problemas novos. **Mas se partimos para descobertas sem plano, não encontraremos nada** (BLOCH, 2001 [1944], p.224).

Novamente através de Marc Bloch, é possível comparar um inventário a um esquema de problemas, a partir do qual podem ser colocadas várias questões. Para a elaboração desse esquema de problemas – que pode ser comparado às fichas - e interrogação do documento - objeto arquitetônico -, “é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas [...] **é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis**” (GINZBURG, 1989 [1939], p.144). É nesse momento que muitas vezes entra em cena a habilidade e perspicácia do historiador que, como um psicanalista, um médico ou um detetive, se detém em indícios imperceptíveis, suscita as questões, os problemas capazes de fornecer conclusões reveladoras.

Ginzburg (1989 [1939], p.179) afirma, no entanto, que “**ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo” elementos imponderáveis como “faro, golpe de vista e intuição”**. Ginzburg, nessa afirmação, aponta outra situação relevante à pesquisa, a de que é necessário refletir acerca da repetição de modelos e regras, pois isto pode representar, no jogo, uma grande armadilha. Resta então saber se o “esquema de problemas” que vem conformando os inventários de arquitetura moderna no Brasil tem suscitado questões pertinentes e/ou se tem negligenciado informações tidas como fundamentais à compreensão dessa produção e à formação de uma consciência para sua preservação, contemplando suas especificidades[10].

Uma mirada panorâmica sobre os inventários de arquitetura moderna produzidos no país permitiu a identificação de alguns vestígios que conduziram a algumas reflexões e conclusões importantes, adotadas como premissas iniciais do trabalho:

**[01]** os inventários são instrumentos historiográficos relevantes, pois, como dossiês, condensam informações importantes, obtidas a partir da interrogação de outros documentos [escritos ou não-escritos] e contribuem decisivamente para a escrita da história;

**[02]** os atuais modelos aplicados à inventariação de arquitetura parecem reproduzir, sem reflexões mais aprofundadas, uma prática que se naturalizou no tempo e no espaço, na ânsia de se registrar e salvaguardar patrimônios considerados relevantes;

[10] Dentre essas especificidades da produção moderna, podemos citar: a utilização de novos materiais e técnicas de construção; os processos ainda experimentais desses vários elementos; as novas relações que se propunham para o espaço urbano e para as artes plásticas; a diversidade na relação da edificação com o terreno, a topografia e o entorno; a espacialidade; a flexibilidade e a permeabilidade dos espaços abertos e generosos; dentre outras características, que serão abordadas com mais profundidade no Capítulo 02 deste trabalho.

**[03]** as plataformas contemporâneas de manipulação de dados, salvo exceções que confirmam a regra, estão sendo pouco exploradas para a inventariação de arquitetura. Apesar de considerado relevante, optou-se por não abordar esse último 'indício' no trabalho, pela dimensão que este assumiria e por se 'distanciar', em parte, do foco principal da pesquisa, que tem por objetivo geral produzir uma reflexão sobre os fundamentos e os instrumentos que orientam a produção dos inventários de arquitetura moderna no Brasil, e não sobre as possíveis plataformas de armazenamento e manipulação dessas informações.

A superação de técnicas e métodos historiográficos estabelecidos não é simples, conformando-se comumente como uma prática árdua e permeada de obstáculos. A escrita da história não consiste em uma tarefa fácil, pelo contrário, envolve uma série de atividades práticas concretas, baseadas em variados métodos e técnicas, além da acumulação de conhecimento, referências e habilidades, todos adquiridos no sistema em que se está inserido. O conhecimento é, portanto,

> um processo infinito, mas um processo acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico: alargando, limitando, superando estas verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento (SCHAFF, 1987 [1971], p.97).

Essa complexa tarefa de escrita da história – e a inventariação é apenas um de seus inúmeros meios – envolve escolhas, que De Certeau (1982 [1974]) coloca como ditos e não-ditos que, ao passo que honram ou eliminam determinadas informações, também revelam o lugar de onde fala o historiador. Essas escolhas permeiam todo o processo de inventariação, da escolha dos objetos arquitetônicos inventariados, das fotografias e desenhos que os representam, do preenchimento dos campos ou "roteiros de perguntas" que comumente configuram esses instrumentos. Muitas vezes considerados neutros[11] e, eventualmente, entendidos pelos leitores como "científicos", esses campos ou "roteiros de perguntas", de natureza objetiva e/ou subjetiva, que conformam esses instrumentos – narrativas textuais, mapas, fotos, desenhos bidimensionais e tridimensionais, etc. – demandam seleções prévias e atitudes mentais, de caráter subjetivo e qualitativo, tomadas por um determinado sujeito. E, como coloca Schaff (1987 [1971], p.82-84): "o sujeito não é um aparelho registrador passivo, mas que introduz no conhecimento um fator subjetivo, ligado ao seu condicionamento social [...] o conhecimento como uma atividade prática concreta do homem".

Enfim, todas essas atitudes, intrínsecas à inventariação, partem de escolhas prévias, de classificações e de julgamentos efetuados por parte daqueles que elaboram e/ou preenchem esses roteiros de questões e demandam uma atitude mental embasada por teorias, metodologias e bibliografias prévias, capazes de revelar o lugar e o sistema a partir do qual se instauram. Logo, a inventariação de arquitetura, assim como a sua análise, demandam habilidades e são posturas que comumente revelam a posição social do historiador.

[11] Para Lia Motta e Maria Beatriz Rezende, o "inventário é até os dias de hoje considerado um instrumento a serviço de um saber científico, embora esteja claro que não se trata de um instrumento neutro, como, de resto, nenhum conhecimento o é. Mas, a atitude de inventariar objetiva produzir o conhecimento dentro de recortes e critérios explicitados em um método, em procedimentos ou, pelo menos, em premissas (MOTTA & REZENDE, 2016, p.6-7).

A consciência do lugar e do sistema na avaliação e discussão desses elementos honrados e/ou eliminados certamente trazem contribuições importantes à historiografia e, evidentemente, aos inventários de arquitetura. Nesse sentido, De Certeau (1982 [1974], p.105) afirma que toda escrita histórica combina duas operações: "construção e erosão das unidades". Entendendo essas "unidades" como "verdades parciais", ora construídas, ora destruídas, para dar origem a novas construções teóricas, pode-se afirmar que, na historiografia de arquitetura, essas duas operações também requerem habilidades específicas. E, "nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos[12] para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural" (GINZBURG, 1989 [1939], p.157).

## QUESTÕES DE PESQUISA

Os inventários foram se constituindo, ao longo do tempo, como instrumentos para o registro de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, sendo inclusive o seu uso aconselhado por órgãos e legislações como medida de salvaguarda.

A produção moderna, todavia, considerada relativamente recente e nem sempre localizada em núcleos protegidos pela legislação patrimonial, ainda encontra grandes obstáculos para sua proteção. Diante desses entraves, órgãos preocupados com a conservação arquitetônica e urbanística moderna tem se dedicado em ampliar sua visibilidade e seu reconhecimento[13], inclusive através da inventariação, na tentativa de garantir que exemplares dessa produção sejam poupados da voracidade das transformações urbanas contemporâneas e garantidos à posteridade como testemunhos de sua história e memória.

Como pesquisadora do LPPM/UFPB e responsável pela sistematização do acervo de arquitetura moderna na Paraíba, surgiu o interesse em questionar os objetivos e os instrumentos dos inventários de arquitetura moderna, através de uma proposta de tese submetida à seleção do doutorado junto ao PPGAU/UFPB, em meados de 2014. Assim, **os inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil** tornaram-se o **objeto**

[12] De acordo com Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, **nosográficos** significa: "1. Descrição e classificação das doenças; 2. Tratado que contém essa descrição e classificação" (NOSOGRÁFICOS, 2016).

[13] Por outro lado, diante da fugacidade do tempo presente, vivem-se dias aonde a angústia e o medo da perda iminente conduzem à exaltação e rememoração crescentes do passado, dos seus símbolos, padrões e representações, numa tentativa incessante de reafirmação. A sociedade parece carecer cada dia mais desses símbolos de autoafirmação e mergulha sempre mais fundo em procedimentos e métodos que conduzem a sua concretização, sendo um deles, inclusive, o próprio inventário. Essa excessiva angústia leva a refletir, em tom de provocação, acerca das palavras de Carlos Drummond de Andrade em seu poema *Memória* [**ver anexo A, p.225**]. Alguns órgãos patrimoniais têm assumido posturas que denotam o que Henri-Pierre Jeudy denomina "reflexividade patrimonial" – "quanto mais a cidade exibe o triunfo de sua conservação, mais arrisca a se perder na reflexividade patrimonial que provoca o atavismo. Assim, muitos cidadãos exclamam nostalgia quando falam da 'Paris de antes', de sua vizinhança que eles não encontram mais tal como ainda a imaginam. E esses mesmos cidadãos vivem então em uma cegueira voluntária quando recusam imediatamente todas as mudanças, tomadas como atentado violento a sua percepção habitual" (JEUDY, 2012, p.14) – que conduzem ao engessamento de questões relativas a monumentos, sítios e tradições impedindo que sobre eles se revele a espessura do tempo.

**empírico do trabalho. Mas, como extrair desses instrumentos uma tese?** Essa foi a questão central, em torno da qual foram se somando outras, na tentativa de estruturação de um projeto que conduzisse, com mais clareza, à definição do objeto teórico.

A ideia era a leitura indiciária do objeto empírico partindo da premissa de compreensão dos inventários de arquitetura como documentos historiográficos. Algumas questões foram se colocando, então, para a leitura desse objeto e para a definição do objeto teórico da pesquisa. Optou-se por agrupar essas questões da seguinte forma:

**[01]** O que são inventários de arquitetura? Quais são os seus objetivos, são claros e explícitos? Como e por quem são elaborados esses inventários? Há uma prática estabelecida, quais suas bases? Por que, para que e para quem inventariar? O que justificaria o inventário: visibilidade, reconhecimento, salvaguarda? Qual a forma e o conteúdo desses inventários? O que eles revelam?

**[02]** É possível identificar se há espaço para pensar o processo de inventariação, permitindo abordagens mais amplas do conjunto, generalizações e/ou especificidades, que conduzam a reflexões, ações alternativas e novas aproximações? Ou estaríamos como Funes, num mundo abarrotado de detalhes, quase imediatos (BORGES, 1944)? Mas não são só as generalizações que conduzem à reflexões, pensar as diferenças é entender o que vem pela frente, "é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas [...], é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis" (GINZBURG, 1989 [1939], p.144).

**[03]** Que resultados têm sido alcançados com os inventários de arquitetura moderna? Os objetivos propostos têm sido alcançados? Para que e para quem servem? Para a escrita da história? Para subsidiar intervenções? Para induzir políticas públicas? É possível obter respostas através de uma leitura indiciária do objeto empírico dessa pesquisa?

Essas inquietações tornaram evidente a necessidade de se repensar a prática de inventariação da arquitetura moderna no Brasil. Essa é a reflexão proposta como objeto teórico do trabalho de doutoramento: uma reflexão sobre o processo de inventariação de arquitetura, seus fundamentos teóricos e os instrumentos utilizados para sua prática. Tal reflexão se mostrava relevante diante da larga utilização desse instrumento observada nas publicações do DOCOMOMO Internacional, Nacional e em seus vários Núcleos Regionais. Os órgãos patrimoniais também colocavam os inventários em posição de destaque, justificando mais uma vez a continuidade e ampliação dessa discussão. O que se busca é uma reflexão sobre um processo que, no tempo e no espaço, se naturalizou.

## OBJETOS E OBJETIVOS

Diante do exposto, esse trabalho apresenta como objeto teórico a desnaturalização **do processo de inventariação de arquitetura, seus fundamentos teóricos e instrumentos utilizados na sua prática**. Para tanto, pretende identificar, localizar, selecionar e analisar **inventários de arquitetura moderna produzidos no país**.

As questões expostas no tópico anterior revelam a necessidade de avaliação e discussão dos inventários de arquitetura, de seus objetivos, metodologias, além de suas contribuições, possibilitando reavaliações, reestruturações e/ou complementações que possam trazer aportes relevantes para o campo da arquitetura, sua história e sua prática através desse tipo específico de documentação.

Desse modo, esse trabalho tem como **objetivo geral produzir uma reflexão sobre os fundamentos e os instrumentos que orientam a produção dos inventários de arquitetura moderna no Brasil.** Essa reflexão se mostra importante no momento em que pretende trazer discussões sobre essa forma de registro, desnaturalizando a sua prática e repensando seus conceitos, relevância e interpretação.

## PERCURSOS E PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Autores de linhas teóricas diversas atuaram na definição dos percursos e procedimentos teórico-metodológicos adotados no trabalho. Evidentemente, o lugar e o sistema em que o pesquisador está inserido, atuaram decisivamente no processo de formulação desse referencial. Os autores escolhidos ao longo do desenvolvimento do trabalho de tese atuaram decisivamente na construção do objeto teórico e na leitura indiciária do objeto empírico, possibilitando discussões, reflexões, conclusões e contribuições importantes à construção do conhecimento sobre os fundamentos e os instrumentos que orientam a produção dos inventários de arquitetura moderna no Brasil.

Analisar diversos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil, perceber seus objetivos, justificativas, metodologias, semelhanças, diferenças, especificidades, lacunas, etc. permitiu um olhar crítico mais apurado, indiciário, sobre esses instrumentos e sua prática, estabelecida no tempo e no espaço. A análise do objeto empírico foi amparada e amparou, concomitantemente, a construção e a condução do objeto teórico que, como afirmado, corresponde a uma reflexão sobre o processo de inventariação de arquitetura moderna, na intenção principal de desnaturalização de uma prática estabelecida.

Delineando os **percursos e procedimentos teóricos** e visando uma compreensão mais detalhada acerca dos conceitos[14], do surgimento e do estabelecimento dos inventários como instrumentos historiográficos e de salvaguarda, foi imprescindível a contribuição de autores como André Chastel (1990), Mário Mendonça de Oliveira (2008), Marcos Olender (2010), Ivan Coelho de Sá (2001), Françoise Choay (2006 [1982]), Marc Bloch (2001 [1944]), Clifford Geertz (1978), Michel De Certeau (1982 [1974]), Carlo Ginzburg (1989 [1939]), Adam Schaff (1987 [1971]).

A leitura crítica de escritos dos principais teóricos da preservação – Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (2006 [1854-1868]), John Ruskin (2008 [1849]), Camillo Boito (2008 [1884]), Gustavo Giovanonni (2013 [1913-1936]), Cesare Brandi (2004 [1963]), Alois Riegl (2014 [1903]), Salvador Muñoz-Viñas (2010), dentre outros – e das Cartas

[14] Dentre as conceituações essenciais à condução do trabalho, pode-se citar a compreensão do termos como: inventário, preservação, salvaguarda, documento, conservação, restauração, patrimônio, movimento moderno, arquitetura moderna, etc.

Patrimoniais também foi imprescindível na construção desse referencial teórico. Essa leitura deveu-se em razão da estreita relação que historicamente se construiu entre os inventários e a preservação do patrimônio e também em virtude da inexpressiva bibliografia específica sobre o tema. O propósito era entrever como os inventários eram, ou não, apontados nesses distintos escritos e, assim, compreender o contexto, o pensamento e as atitudes contemporâneas que embasam as práticas de salvaguarda.

Theodore Prudon (2008), Susan McDonald (2007), John Alan (2007), Fernando Álvarez (2011), dentre outros, contribuíram para a compreensão da produção arquitetônica moderna e dos recorrentes desafios e especificidades enfrentados na construção teórica, salvaguarda e prática de preservação dessa produção, ainda pouco contemplada pelos órgãos e organizações de preservação patrimonial. A presença, ou não, dos inventários de arquitetura nesse processo também foi observada a fim de verificar a importância desse instrumento e suas possíveis contribuições no referido processo.

Na condução dos **percursos e procedimentos metodológicos,** Carlo Ginzburg (1989 [1939]), Michel De Certeau (1982 [1974]) e Clifford Geertz (1978) foram autores que contribuíram, decisivamente, para as análises dos inventários de arquitetura moderna no Brasil. Não se descartam suas contribuições para o percurso teórico do trabalho, mas destaca-se, nesse momento, os subsídios à construção dos procedimentos metodológicos adotados para identificação, localização, seleção e análise do objeto empírico.

Para análise e compreensão dos inventários da produção moderna, coletados junto aos órgãos e organizações dedicados à preservação de bens culturais nacionais [IPHAN, DOCOMOMO Brasil e ICOMOS/ BRASIL] e às variadas edições dos eventos acadêmico-científicos – DOCOMOMO Brasil e Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação [SIAAD] – foram explorados os seguintes aspectos:

**[01]** análise dos conceitos, objetivos, justificativas e metodologias, nos inventários selecionados, para investigar se foram definidos com clareza e se apresentam discrepâncias ou similitudes em relação aos mesmos elementos traçados pelos órgãos e organizações de preservação;

**[02]** identificação dos sujeitos [quem fala], dos lugares [de onde falam] e dos discursos a partir dos quais são elaborados esses inventários; compreensão de como esses sujeitos, lugares e discursos aparecem na forma e no conteúdo das várias fichas analisadas;

**[03]** análise da forma e do conteúdo dos inventários de arquitetura moderna; se há textos descritivos, fotografias antigas e atuais, desenhos originais, redesenhos, croquis, projetos arquitetônicos e complementares, detalhes construtivos, observância de alterações entre o projeto original e a obra executada, verificação de intervenções posteriores; especificidades da obra que a caracterizem como um exemplar de arquitetura moderna [relação interior-exterior, uso de materiais e tecnologias de ponta, permeabilidade, flexibilidade, etc.];

**[04]** apreensão dos pormenores, das especificidades e de informações identificadas nas entrelinhas de cada inventário individualmente analisado; investigação acerca das informações contempladas e omitidas nesses instrumentos de documentação e preservação, na tentativa de se entender quais as consequências dessas presenças e/ou ausências no próprio processo de preservação; existência de

justificativas para eleição dos exemplares – descrição dos elementos que atribuem valor e significado ao bem – e das informações coletadas sobre estes; pré-existência de modelos que serviram de base para a elaboração dos inventários modernos;

**[05]** observação da existência, ou não, de correspondência entre a fundamentação teórica construída ao longo do trabalho e a prática de inventariação pesquisada, ou seja, entre o referencial teórico, os postulados dos estudos teóricos clássicos**,** as Cartas Patrimoniais e os inventários de arquitetura moderna selecionados para análise;

Ainda acerca da análise dos inventários selecionados, pretendeu-se, além da abstração e da generalização, a observação dos pormenores e das diferenças, a fim de alcançar uma compreensão crítica do processo e uma estrutura organizada do pensamento. A síntese das informações coletadas, mediada pelas etapas de trabalho, que resultou na concretização da reflexão final, implicou na confrontação dos dados obtidos nos percursos teórico, metodológico e analítico.

O olhar sobre os vários pontos acima elencados – sujeitos, lugares, discursos, objetivos, objetos, justificativas, metodologias, forma, conteúdo, especificidades, pormenores – em cada um dos inventários selecionados para análise permitiu uma compreensão de como esses objetos foram e continuam sendo construídos – pelos órgãos e organizações dedicados à preservação, pela academia, pelos profissionais, pelas fundações – e se essa construção está alinhada com os objetivos intrínsecos a esses instrumentos – definidos [ou não] pelos principais órgãos e organizações de preservação do país –, com as recomendações das Cartas Patrimoniais, nacionais e internacionais, e com os postulados existentes nos estudos teóricos clássicos.

Pretende-se, com essa análise, pensar e repensar o papel dos inventários na escrita da história, discutir e refletir sobre os seus objetivos e métodos, de forma a avançar na produção do conhecimento, avaliando-o constantemente, enfrentando novos problemas, incluindo novos questionamentos e alimentando as desconfianças, pois é preciso avançar, dar passos mais largos e firmes, nos processos de documentação e preservação da produção arquitetônica moderna, compreendendo e contemplando suas especificidades, assim como é preciso evitar reproduzir processos que se naturalizaram no tempo e no espaço, sem reflexões mais aprofundadas.

## ESTRUTURA DA TESE

A tese foi estruturada em **quatro capítulos**, somados à **Introdução** e às **Considerações Finais**, além dos componentes pré e pós-textuais, que compõem um trabalho acadêmico dessa natureza.

O **Capítulo 01** intitulado **CONCEITUAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES** foi subdividido em quatro tópicos. Compreende uma primeira parte da fundamentação que orientou a identificação, localização, seleção e análise do objeto empírico. Tem por objetivo, num primeiro momento [tópicos **1.1 Conceituações Preliminares** e **1.2 Breve História dos Inventários**], conceituar e contextualizar teórica e historicamente a prática de

inventariação da arquitetura, a fim de investigar a origem do termo, entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro e investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização. Num segundo momento [tópicos **1.3 Inventários nos Postulados Clássicos sobre Preservação** e **1.4 Inventários nas Cartas Patrimoniais**], verifica a presença ou a ausência dos inventários – do termo e/ou do conceito – nos postulados dos estudos teóricos clássicos sobre preservação e nas Cartas Patrimoniais a fim de entender como esses instrumentos específicos de registro e documentação são tratados e que papel ocupam nesses escritos, buscando compreender a relevância que essa forma de registro assumiu na atualidade.

O **Capítulo 02, A ARQUITETURA MODERNA E OS INVENTÁRIOS NO BRASIL**, foi subdividido em dois tópicos, e compreende outra parte da fundamentação que orientou as etapas que subsidiaram a análise do objeto empírico. Tem por objetivo, num primeiro momento [tópico **2.1 Arquitetura moderna, especificidades e consciência de preservação**], entender a relação particular que se construiu entre a Arquitetura Moderna e o patrimônio no país e, mais especificamente, entre àquela e os inventários de arquitetura; discorrer sobre a existência, ou mesmo ausência, de especificidades na produção arquitetônica moderna, bem como na teoria e prática de preservação dessa produção e em seus inventários, abrangendo discussões recentes sobre essa temática a fim de embasar etapas subsequentes do trabalho. É ainda objetivo desse capítulo [tópico **2.2 Inventários no Brasil**] contextualizar teórica e historicamente a prática de inventariação da arquitetura no Brasil, a fim de entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro no país e investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização.

O **Capítulo 03, PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, SELEÇÃO E ANÁLISE DOS INVENTÁRIOS DE ARQUITETURA MODERNA PRODUZIDOS NO BRASIL**, foi subdividido em quatro tópicos: **os procedimentos metodológicos para identificação [tópico 3.1], localização [tópico 3.2], seleção [tópico 3.3] e análise [tópico 3.4] dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil**. Para tanto, o referencial teórico construído nos primeiros capítulos mostrou-se fundamental, norteando as posturas, abordagens, agrupamentos e comparações realizados. Para **identificação** dos inventários, mostrou-se necessária, inicialmente, a construção de um conceito de inventário, a partir de matrizes conceituais identificadas durante a pesquisa. Essa etapa orientou a identificação daquilo que se buscava como exemplares de inventariação da produção moderna, facilitando os processos seguintes. Na sequência, ocorreu a descrição do trajeto de **localização** das principais fontes produtoras dos inventários de arquitetura moderna no país: os órgãos e organizações nacionais dedicados à preservação de bens culturais – IPHAN, DOCOMOMO Brasil e ICOMOS Brasil – e os eventos científicos dedicados à documentação e à preservação. Para a **seleção** do objeto empírico da tese, os dados gerados nos tópicos anteriores, de identificação e localização das fontes, foram organizados, confrontados com o referencial teórico e com os conceitos expostos nos capítulos precedentes e passavam por subsequentes triagens. Por fim, foram descritos os procedimentos adotados para a **análise** do objeto empírico. Os critérios de análise foram o resultado de um longo percurso de descobertas, surpresas, obstáculos, ajustes e mudanças de curso.

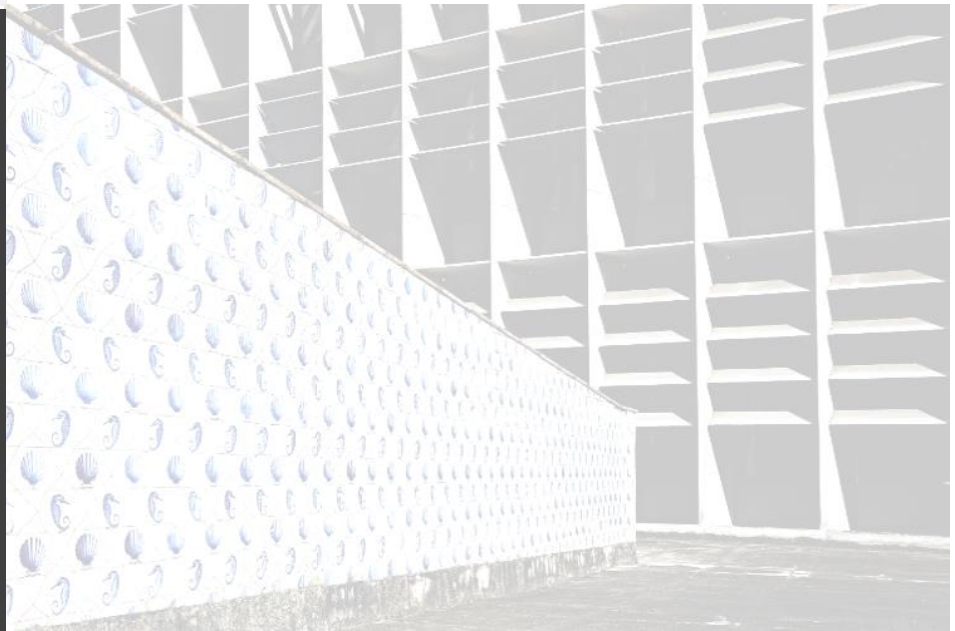
O **Capítulo 04**, denominado **ANÁLISE DOS INVENTÁRIOS DE ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL,** tem como principal objetivo a análise dos inventários selecionados ao longo das pesquisas para a realização dessa tese. O processo de localização das 'fichas' dos inventários selecionados era imprescindível para a realização dessa etapa, pois, não era suficiente identificar as iniciativas de inventariação, era preciso ter acesso às fichas ou

roteiros de perguntas, que sinalizavam e davam pistas dos interesses não explícitos ou das fragilidades dessas iniciativas. Na sequência, foram aplicados os critérios de análise [definidos no Capítulo 03] em todas as iniciativas de inventariação selecionadas como objeto empírico. A realização das análises individuais e a comparação dessas variadas iniciativas permitiu observar, nas linhas e entrelinhas, as principais contribuições desses instrumentos, suas lacunas, seus interesses, os lugares e discursos de seus sujeitos, as especificidades, as repetições e reproduções. Enfim, foi um capítulo de descobertas importantes.

Por fim, nas **Considerações Finais**, foram expostas as conclusões obtidas através das análises dos exemplares selecionados de inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil. Durante toda a pesquisa, buscava-se avançar na produção do conhecimento sobre o processo de documentação e preservação da produção arquitetônica moderna, compreendendo e contemplando suas especificidades, o que se revelou necessário desde as primeiras inquietações nutridas pela disciplina História e Historiografia em Arquitetura, pois, é preciso evitar reproduzir processos sem reflexões, questionamentos e desconfianças...

# Capítulo 01
## Conceituações e Contextualizações

Este capítulo compreende uma primeira parte da fundamentação que orientou a identificação, localização, seleção e análise do objeto empírico. Tem por objetivo, num primeiro momento [tópicos 1.1 e 1.2], conceituar e contextualizar teórica e historicamente a prática de inventariação da arquitetura, a fim de investigar a origem do termo, de entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro e de investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização. Num segundo momento [tópicos 1.3 e 1.4], pretende verificar a presença ou a ausência dos inventários – do termo, instrumento e/ou do conceito – nos postulados dos estudos teóricos clássicos sobre preservação e nas Cartas Patrimoniais, a fim de entender como esses instrumentos específicos de registro e documentação são tratados e qual papel ocupam nesses escritos, buscando compreender a relevância que essa forma de registro assumiu na atualidade.



## 1.1 CONCEITUAÇÕES PRELIMINARES

Distintas fontes foram consultadas com o objetivo de se compreender o que, atualmente, se entende por inventário e, mais especificamente, por inventário de arquitetura. Inicialmente recorreu-se aos dicionários de significados e à compreensão etimológica da palavra; foram consultados ainda órgãos, oficiais ou não, nacionalmente responsáveis pela preservação de bens culturais, como o IPHAN, o DOCOMOMO Brasil e o ICOMOS/ BRASIL; também foram pesquisadas definições de profissionais dedicados ao tema.

De acordo com o **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis**, o vocábulo inventário é de origem latina [*inventarium*[15]] e significa:

> 1. **Catálogo, registro, rol** dos bens deixados por alguém que morreu ou de pessoa viva em caso de sequestro etc.; 2. **Documento em que se acham inscritos e descritos esses bens**; 3. (Direito) Processo no qual são enumerados os herdeiros e relacionados os bens de pessoa falecida, a fim de se apurarem os encargos e proceder-se à avaliação e partilha da herança; [4] Avaliação de mercadorias; balanço; [5] **Registro, relação, rol**; [6] **Longa enumeração**; [7] **Descrição pormenorizada** (INVENTÁRIO, 2014).

Retomando a definição do portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [**IPHAN]**, já apresentada na introdução deste trabalho, tem-se que:

> os inventários são **instrumentos de preservação** que buscam **identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material**. O principal objetivo é compor um **banco de dados** que possibilite a **valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial** (PORTAL IPHAN).

Em 2017, foi lançada a plataforma do **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão**[16] - SICG, em desenvolvimento pelo IPHAN desde 2011. De acordo com informações retiradas do portal oficial do órgão, "uma das aplicações fundamentais do SICG é o desenvolvimento de **Inventários de Conhecimento**", apontados como "qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, identificando e mapeando as ocorrências materiais ainda existentes e apontando a necessidade de estudos mais detalhados". Ainda de acordo com informações do portal do IPHAN, "**os inventários de conhecimento ou varredura funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização**" e, complementa afirmando que "para a proteção, devem ser utilizados os diversos instrumentos existentes, tanto em nível federal, quanto estadual e/ou municipal, aplicados de forma compartilhada entre IPHAN, estados e municípios, através da pactuação de ações.

Porém, se o SICG dedica-se à elaboração de Inventários de Conhecimento – cujo objetivo primeiro é o conhecimento, a identificação, o cadastro e o mapeamento dos bens culturais remanescentes e o objetivo final é a proteção e a valorização do patrimônio –,

[15] Etimologicamente, a origem o termo vem do latim *inventarium*, de *inventio*, "achado, descoberta", de *invenire*, "descobrir, achar", formado por *in*, "em", mais *venire*, "vir". Disponível em: http://origemdapalavra.com.br. Acesso em: 09.02.2018.

[16] Compreende "um instrumento desenvolvido pelo IPHAN para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil" (IPHAN, 2017).

há uma contradição tanto com o que está posto na definição de inventário do portal oficial do IPHAN – anteriormente exposta –, quanto com o que está apresentado no art. 216, §1º da **Constituição Brasileira de 1988**, que aponta o inventário, oficialmente, como um **instrumento de preservação** e como uma das formas de acautelamento ao afirmar que: "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, **promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras **formas de acautelamento e preservação**" (BRASIL, 1988).

A argumentação de que os inventários são instrumentos de conhecimento tem sido aparentemente usada para justificar uma prática desmotivada e frágil de inventariação no Brasil.

Para o promotor de justiça e então coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais Marcos Paulo Miranda e, sob o ponto de vista prático**, o inventário**[17] consiste:

> na **identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica**, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são **registrados normalmente em fichas** onde há a **descrição sucinta** do bem cultural, constando **informações básicas quanto a sua importância, histórico, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário** etc. Assim, o inventário tem natureza de **ato administrativo declaratório restritivo** porquanto importa no **reconhecimento, por parte do poder público**, da importância cultural de determinado bem, daí passando a derivar outros **efeitos jurídicos objetivando a sua preservação (MIRANDA, 2008)**.

Apesar da prática de documentação estar, declaradamente, entre as principais missões/ ações do **DOCOMOMO Internacional** e do **DOCOMOMO Brasil** – o que se observa inclusive no nome da instituição ***DO****cumentation and* ***CO****nservation of buildings, sites and neighbourhoods of the* ***MO****dern* ***MO****vement* - não foi localizada, literalmente, nos sites oficiais consultados da organização, uma definição ou conceituação do que esse órgão entende por inventário. Nos portais e estatutos [**ver anexo D**] desses órgãos não foram identificados definição, objetivos, justificativas e/ou metodologias aplicados à elaboração desse tipo de instrumento de documentação e preservação. Contudo, as análises das fichas – *minimum* e *full* [**ver anexos B e C, respectivamente**] –, elaboradas pela instância internacional do órgão e amplamente reproduzidas, apontaram indícios dos principais conceitos e dos objetivos almejados com esses instrumentos de documentação.

O **Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios** - ICOMOS, denominado ICOMOS/BRASIL, foi fundado em agosto de 1978, tendo como objetivo "o

[17] Marcos Paulo Miranda (2008) afirma que "nada obsta o levantamento preliminar de dados técnicos sobre determinado bem cultural sem que as informações sejam lançadas formalmente em ficha de inventário, se não constatadas características que justifiquem a proteção por tal instrumento. **Esse levantamento preliminar de dados (que diante do ordenamento jurídico vigente não pode ser considerado inventário, que é instrumento de proteção do patrimônio cultural) poderia ser denominado de 'levantamento cultural preliminar', 'pré-inventário' ou outra expressão equivalente. Mas nunca inventário"**. Nesse sentido, segundo o autor, muitos pesquisadores e instituições, tem equivocadamente utilizado o termo inventário para designar suas catalogações.

estudo, a análise e a divulgação das ações de proteção, conservação, restauração e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios naturais de valor cultural e seus entornos, bem como das teorias, dos métodos e técnicas associados a essas ações" (PORTAL ICOMOS/BRASIL).

Assim como no caso do DOCOMOMO Brasil, não foi identificada definição literal do que se entende por inventário no **portal oficial do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL)**, apesar desse órgão também fazer clara recomendação de seu uso em seu Estatuto [**ver anexo E,** p. 233], no Art.3º, § IV:

> organização de **inventários** e cadastro de monumentos, conjuntos e sítios naturais e de valor cultural e seu entorno, em colaboração com instituições públicas e organizações sociais (PORTAL ICOMOS/BRASIL).

Não foi identificada, junto ao ICOMOS/BRASIL, uma 'ficha' ou um 'roteiro de perguntas' que orientasse o levantamento de bens patrimoniais ou mesmo que apontasse vestígios dos objetivos pretendidos e dos métodos utilizados no processo de inventariação por parte desse órgão. Contudo, foi localizada no portal da instância internacional do ICOMOS, na página do Centro de Documentação, uma publicação com as obras do Movimento Moderno que estão inscritas na Lista do Patrimônio Mundial[18]. Essa publicação está disponível no portal para consulta e *download* gratuitos. Dentre as obras dessa publicação, há dois exemplares da produção moderna no Brasil [conjuntos modernos da Pampulha e de Brasília]. As 'fichas' de inscrição dessas obras também podem ser acessadas através de *links* na mesma publicação. São fichas de inventário, minuciosas, submetidas à UNESCO e, posteriormente, ao ICOMOS, para a avaliação e inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, após aprovação do Conselho. A análise dessas fichas, no **Capitulo 04**, permitiu compreender os principais conceitos e objetivos desses instrumentos de documentação elaborados pela UNESCO e avaliados pelo ICOMOS.

Essas foram as principais fontes consultadas objetivando uma compreensão panorâmica e inicial do conceito de inventário. A presença e, principalmente, a ausência, desses conceitos nas fontes pesquisadas mostraram-se importantes e ressaltam a importância do trabalho em questão. Essas primeiras definições passaram a ser consideradas como matrizes, e foram oportunamente retomadas no Capítulo 03 para a construção do conceito que seria adotado como critério metodológico para identificação, localização, seleção e análise do objeto empírico da pesquisa.

Outras definições que se mostraram necessárias durante o desenvolvimento do trabalho foram expostas no momento em que pareciam mais oportunas.

## 1.2 BREVE HISTÓRIA DOS INVENTÁRIOS

Para a contabilidade empírica, praticada pelo homem da Antiguidade, **o inventário já tinha como objeto o patrimônio**, então representado por rebanhos, metais, escravos,

[18] Para ter acesso à listagem do Patrimônio Mundial da Arquitetura Moderna no portal do ICOMOS Internacional, ver: <https://www.icomos.org/en/documentation-center>.

entre outros bens. Essa forma de registro exercia um importante papel, pois a contagem era o **método adotado para o controle desses bens**, classificados segundo sua natureza (ZANLUCA, 2017). No Direito, o termo se relaciona ao processo no qual são enumerados os herdeiros e relacionados os bens de pessoa falecida, a fim de se apurar os encargos e proceder-se à avaliação e partilha da herança. Mas o conceito extrapola a relação dos bens pertencentes a uma pessoa, compreendendo também aqueles de uma empresa ou mesmo de uma cultura.

Conceitualmente, entre os primeiros inventários de arquitetura, que possuíam um *caráter utilitário*, verifica-se uma maior aproximação com aqueles contábeis, desde então relacionados ao patrimônio, mediante seu registro e classificação.

De acordo com Oliveira (2008, p.14), os inventários de arquitetura com finalidades utilitárias [contábeis, estatísticos] surgem a partir da Antiguidade, especificamente entre as civilizações Egípcias e Mesopotâmicas, onde se verifica intenção de registro de exemplares arquitetônicos, seja para fins construtivos, documentais, cadastrais ou simbólico-artísticos.

> O emprego dos levantamentos arquitetônicos na remota antiguidade das culturas do Egito e da Mesopotâmia é muito comum, pois os inventários das propriedades eram bastante frequentes e faziam uso constante da iconografia dos imóveis em planta. É o início do emprego deste procedimento para registro da memória do imóvel, embora com **finalidades utilitárias e não culturais** (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Esses primeiros inventários, tidos como utilitários, contábeis ou estatísticos, são considerados por Santos (2014, p.29) como uma forma de documentação arquitetônica[19], apesar da finalidade diversa se comparada aos atuais modelos de inventariação, de caráter *cultural*. Estes também são considerados uma forma de documentação arquitetônica, mas só se estabelecerão séculos adiante, mais precisamente no último quartel do século XVIII, na Europa. E antes que os inventários adquirissem caráter cultural, uma série de transformações políticas, sociais, culturais e econômicas aconteceu no território europeu, sendo uma dessas a formação dos Estados Nacionais.

O poder dos senhores feudais diminui progressivamente levando ao fortalecimento político de reis aliados à ascendente burguesia. Desse modo, progressivamente, ocorreram as unificações de feudos em governos absolutistas, que articularam a centralização do poder político com implicações em grande escala. Paralelamente, as fronteiras melhor se definiam e crescia o sentimento de identidade nacional nos reinos que se estabeleciam. Mais cedo ou mais tarde, a maioria dos reinos europeus passou por este processo, caracterizado principalmente por: burocracia administrativa, força militar, leis e justiças unificadas, desenvolvimento do comércio, da ciência e da navegação marítima. O período Iluminista, no século XVIII, questionaria a centralização política construída nesse período e estabeleceria as bases para o campo do restauro e preservação. Para Lia Motta e Maria Beatriz Rezende,

> os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais.

[19] De acordo com Arivaldo Amorim, a documentação arquitetônica é "um processo contínuo e sistemático de aquisição, tratamento, indexação, armazenamento, recuperação, publicação e divulgação de dados e informações gráficas e não gráficas, e seus metadados, sobre as edificações para os mais variados usos" (*apud* SANTOS, 2014, p.29).

> Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural (MOTTA & REZENDE, 2016, p.2).

Ao passo dessas inúmeras transformações, as civilizações ocidentais também davam continuidade ao aprimoramento de técnicas de registro e de regulamentação de métodos de documentação arquitetônica. Merecem destaque as contribuições de Marcus Vitruvius Pollio, ainda na Civilização Romana, e Leon Baptista Alberti, durante o Renascimento. Durante este último período histórico, "os fragmentos materiais remanescentes da antiguidade romana passaram a ser valorizados, estudados, desenhados, e classificados, tornando-se, de acordo com Santos (2014, p.34), referência **cultural** para artistas e colecionadores". Entretanto, divergindo do conteúdo exposto por Santos, essa referência se aproxima mais de um valor artístico-histórico, do que propriamente de um valor cultural, o que pode ser ratificado através do pensamento de Alois Riegl quando, no ano de 1903, afirma que:

> na Itália do século XV, constitui-se uma nova ideia de memória: a apreciação dos monumentos do passado passa a ter como parâmetro seu valor artístico e histórico; a noção de monumento amplia-se, abarcando não só obras completas, mas também fragmentos e inscrições (RIEGL, 2014, p.12-13).

Camillo Boito também corrobora com o pensamento de Alois Riegl ao afirmar – em uma conferência apresentada em Turim no ano de 1884, intitulada *Os Restauradores* – que a preocupação com:

> a restauração, até se firmar como **ação cultural** no século XIX, passou por lento processo de maturação no decorrer do tempo [...] **e mesmo aquelas ações que poderiam ser consideradas tentativas de restauração eram comumente consequência de algum problema de ordem pragmática, não tendo a carga cultural que a questão assumiu a partir do século XIX** [...] no entanto, noções ligadas ao restauro, que floresceram sobretudo a partir do Renascimento, amadureceram gradualmente no período que se estende dos séculos XV ao XVIII [...] a partir da segunda metade do século XVIII, a restauração passou a se afastar cada vez mais das ações ditadas por razões pragmáticas e **assumiu aos poucos uma conotação fundamentalmente cultural, baseada em análises sistemáticas, com maior rigor e método nos procedimentos, e com o julgamento alicerçado no conhecimento histórico e em análises formais** (BOITO, 2008 [1884], p.15-16).

Os inventários culturais estão diretamente associados às ações culturais do século XIX acima citadas por Camillo Boito, e são provenientes do amadurecimento gradual das noções ligadas à restauração. **Faz-se importante destacar a intrínseca relação que desde cedo se constrói entre a restauração e as diferentes formas de documentação arquitetônica, dentre as quais encontram-se os inventários**.

Em meados do século XVIII, com o avanço e a sistematização das escavações nas cidades de Pompéia e Herculano, esse processo de valorização de bens de verificada importância artística e histórica se intensifica, especialmente aqueles de origem clássica greco-romana. Todavia, é definitivamente no final do século XVIII que se amplia a noção

de termos como memória[20], de monumento[21], de patrimônio[22], de documento[23], sob os efeitos da Revolução Francesa, das **iniciativas práticas de restauração** e dos escritos dos teóricos ligados ao tema.

Choay (2001 [1982], p. 99) afirma que, durante o período da Revolução Francesa [1789], a **tomada dos bens da monarquia e do clero**, então postos "à disposição da Nação" gerou a necessidade de se **elaborar um método para inventário e gestão da chamada "herança"**. Essa atitude resultou na criação de uma "**Comissão dos Monumentos**", em 1790, que tinha por principais funções: **tombar as diferentes categorias de bens recuperados pela nação e, em seguida, cada categoria deveria ser, por sua vez, inventariada e então deveria ser estabelecido o estado em que se encontrava cada um dos bens que a compunham**. As citações abaixo, retiradas do portal oficial do Senado Francês e do texto de André Chastel, respectivamente, confirmam o que foi posto por Choay:

> Em 1790, a Assembleia Constituinte criou a Comissão de Monumentos, encarregada de elaborar as primeiras instruções sobre o inventário e conservação de obras de arte. [...] Logo depois, em 15 de Março 1794, a

---

[20] Do grego *mnemis* ou do latim *memoria*. De acordo com Marilena Chauí (2000, p.158-164), "a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais [...] A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança [...] A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado".

[21] Do latim *monumentum*, a palavra significa: [1] Obra artística, de importância arquitetônica e escultural, erigida para homenagear alguém ilustre ou algum fato histórico ou acontecimento notável. [2] Mausoléu em homenagem póstuma a vítimas de guerras, atentados, catástrofes ou qualquer acontecimento que resultou em muitas mortes. [3] Qualquer edifício ou construção grandiosa, digna de admiração por sua importância histórica, por sua majestade ou tamanho. [4] Obra intelectual digna de passar à posteridade por sua contribuição às artes ou ciências. [5] Recordação de fato importante para alguém; lembrança (MONUMENTO, 2014).

[22] Patrimônio: palavra formada por dois vocábulos greco-latinos: "pater" e "nomos". A palavra "Pater" significa chefe de família, ou em um sentido mais amplo, os antepassados. Dessa forma pode ser associada, também a bens, posses ou heranças deixados pelos chefes ou antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial – um bem cultural ou artístico também pode ser um legado de um antepassado. A palavra "Nomos" origina-se do grego. Refere-se a lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. O "nomos" relaciona-se, portanto com o grupo social. O patrimônio pode ser compreendido, portanto, como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro (CARNEIRO, 2017).

[23] Do latim *documentum,* [1] Qualquer escrito ou impresso que fornece uma informação ou prova, usado para esclarecimento de algo. [2] Qualquer elemento com valor documental [fotos, filmes, papéis, peças, fitas de gravações, construções, objetos de arte etc.] capaz de provar, elucidar, instruir um processo, comprovar a veracidade ou evidência científica de algum fato, acontecimento, teoria, declaração etc. [3] Escrito ou impresso que fornece informação ou prova; atestado, comprovante. [4] Cada um dos escritos oficiais que se referem à vida de um indivíduo [certidão de nascimento, de casamento; carteira de identidade, diploma, título, certificados de cursos etc.], a um objeto [certidões ou certificados de carros, joias etc., escritura de propriedades, documentação de créditos bancários etc.] ou a uma instituição [abertura de firmas, atestados ou reconhecimentos escolares, autorizações de clubes, informações contábeis etc.]. [5] Escrito ou registro oficial que identifica o portador. [6] Qualquer registro escrito. [7] Instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta, podendo legalmente instruir ou esclarecer algum processo judicial; título, contrato, escritura, declaração, atestado, testemunho. [8] Qualquer objeto, prova, testemunho etc. que possa servir de confirmação para conferir autenticidade a um fato histórico qualquer. 9 Aquilo que ensina, que serve de recomendação, aviso ou exemplo (DOCUMENTO, 2014).



INSTRUCTION

*Sur la manière d'inventorier et de conserver, dans toute l'étendue de la République, tous les objets qui peuvent servir aux arts, aux sciences et à l'enseignement,*

PROPOSÉE

PAR LA COMMISSION TEMPORAIRE DES ARTS,

ET ADOPTÉE

PAR LE COMITÉ D'INSTRUCTION PUBLIQUE

DE LA CONVENTION NATIONALE.

A PARIS,

DE L'IMPRIMERIE NATIONALE.

L'an second de la République.

**FIGURA 01:** Contracapa da publicação "*Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver*", Comissão Temporária de Artes, 1793. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6575239f/f5.image >. Acesso em: 05.06.2017.

Comissão Temporária de Artes - que substituiu a Comissão de Monumentos - adota uma "Instrução sobre a maneira de inventariar e conservar dentro de toda a extensão da República todos os objetos que podem servir às artes, às ciências e educação" (PORTAL SÉNAT)[24].

A ideia de um "inventário geral" dos bens culturais[25] é antiga. Surgiu na época das "Luzes" e foi provavelmente esse aspecto de racionalidade generosa, de doutrina esclarecida que convenceu Malraux, há vinte e sete ou vinte e oito anos. Sob a acção das academias de província, por volta de 1770/80, foram elaboradas perspectivas gerais, por vezes publicadas sob o título ingrato de "estatística"; nelas se fazia menção, ao lado dos recursos agrícolas, económicos, etc., às obras históricas interessantes e até mesmo a algumas belezas naturais. Podia ser ínfimo, mas representava uma inovação, na medida em que não é costume na antiga França atribuir aos edifícios e obras de arte uma importância mais do que anedótica (CHASTEL, 1990, p.1).

Ainda de acordo com Chastel (1990, p.1) **datam e derivam diretamente dos impactos provocados pela Revolução Francesa (1789), os primeiros inventários de bens culturais desse país**. Para Olender (2010), os primeiros inventários de bens culturais franceses derivam de uma publicação de 1793, de Felix Vicq D'Azyr, intitulada *"Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver"*[26] [**ver figura 01**].

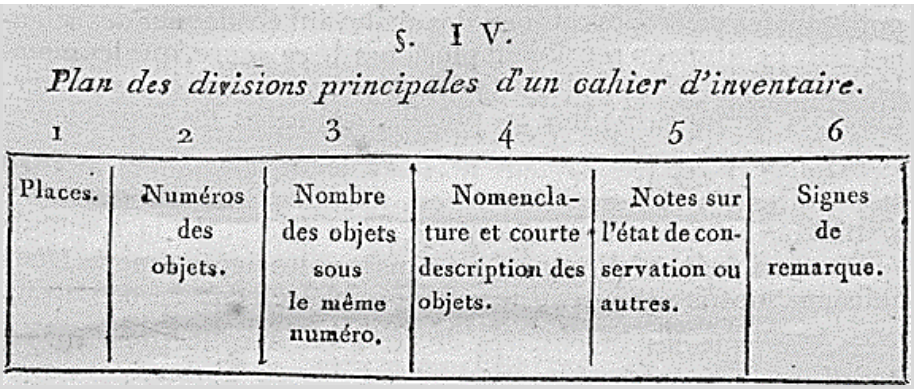
[24] Pela mesma razão dos grifos, optou-se por não repetir a informação – tradução nossa – excessivamente ao longo do trabalho. Logo, quando partes das fontes estrangeiras consultadas foram consideradas importantes à construção do trabalho, foram inseridas suas traduções – realizadas pela pesquisadora – no corpo do texto e as versões originais foram colocadas em nota de rodapé para eventual consulta:

*En 1790, l'Assemblée Constituante crée la Commission des Monuments, chargée d'élaborer les premières instructions concernant l'inventaire et la conservation des oeuvres d'art. [...] Peu après, le 15 mars 1794, la Commission temporaire des Arts - qui a remplacé la Commission des Monuments - adopte une "Instruction sur la manière d'inventorier et conserver dans toute l'étendue de la République tous les objets qui peuvent servir aux arts, aux sciences et à l'enseignement" (PORTAL SÉNAT).*

[25] Bens Culturais: Na publicação conhecida como Recomendação de Paris [1968] consta que a expressão 'bens culturais' se aplicará a: a) bens imóveis, como sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra. A expressão 'bens culturais' se estende também ao entorno desses bens; b) bens móveis de importância cultural, incluídos os que existem ou tenham sido encontrados dentro dos bens imóveis e os que estão enterrados e possam vir a ser descobertos em sítios arqueológicos ou históricos ou em quaisquer outros lugares. A expressão 'bens culturais' engloba não só os sítios e monumentos arquitetônicos, arqueológicos e históricos reconhecidos e protegidos por lei, mas também os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística ou histórica (RECOMENDAÇÃO DE PARIS [1968]).

[26] *Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver, dans tout l'étendue de la République, tous les objets que pouvent servir aux arts, aux sciences et à l'enseignement, proposée par la Commission Temporaire des Arts, et adoptée par le Comité D'Instruction Publique de la Convention Nationale. A Paris, de L'imprimerie Nationale, l'an second de la République.* Disponível em: < http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/ bpt6k6575239f/f5.image>. Acesso em: 17.05.2017.

Segundo Choay (2001 [1982], p.110) essas instruções foram resultado das primeiras medidas tomadas pela citada “Comissão dos Monumentos” [1790].

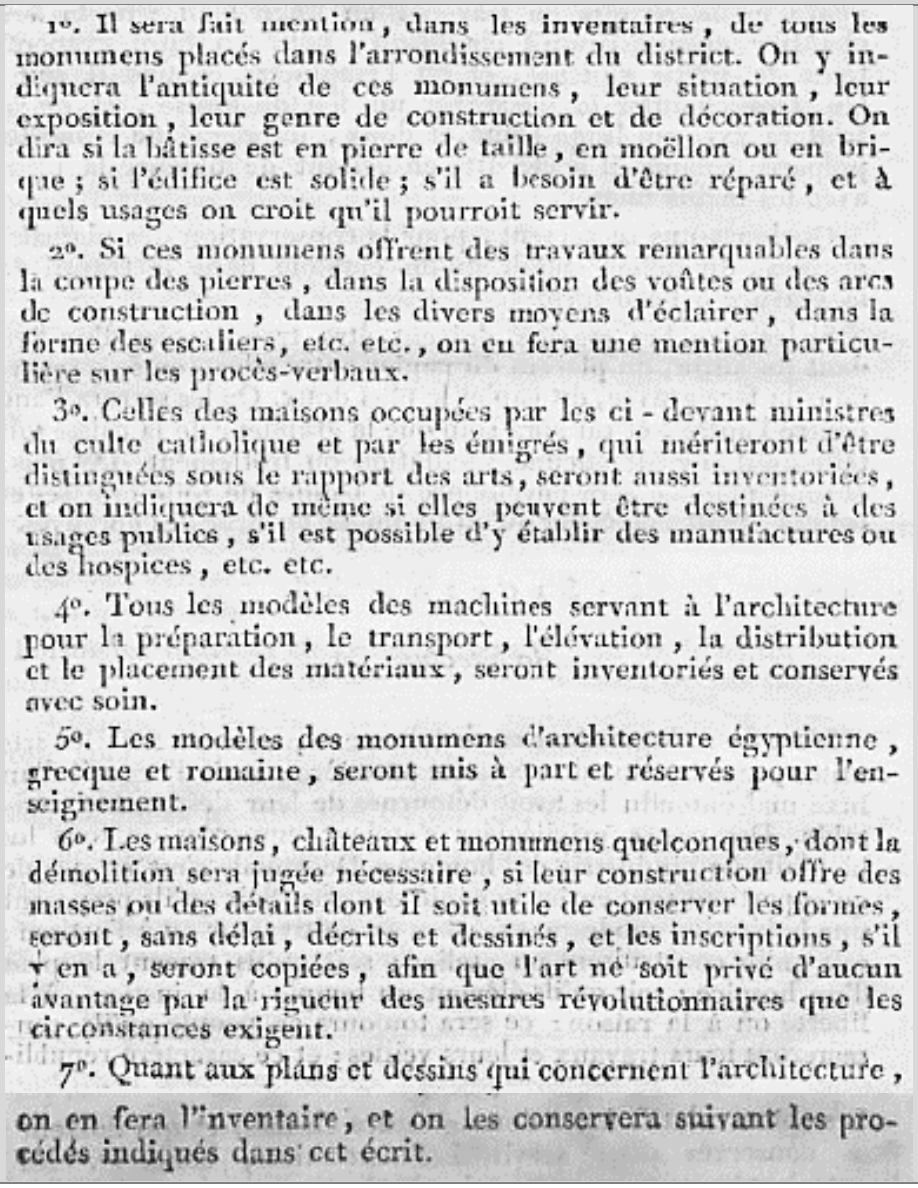


§. IV.

*Plan des divisions principales d'un cahier d'inventaire.*

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
|---|---|---|---|---|---|
| Places. | Numéros des objets. | Nombre des objets sous le même numéro. | Nomenclature et courte description des objets. | Notes sur l'état de conservation ou autres. | Signes de remarque. |

**FIGURA 02:** Recorte da publicação “*Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver*”, Comissão Temporária de Artes, 1793. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6575239f/f5.image>. Acesso em: 05.06.2017.



1°. Il sera fait mention, dans les inventaires, de tous les monumens placés dans l'arrondissement du district. On y indiquera l'antiquité de ces monumens, leur situation, leur exposition, leur genre de construction et de décoration. On dira si la bâtisse est en pierre de taille, en moëllon ou en brique; si l'édifice est solide; s'il a besoin d'être réparé, et à quels usages on croit qu'il pourroit servir.

2°. Si ces monumens offrent des travaux remarquables dans la coupe des pierres, dans la disposition des voûtes ou des arcs de construction, dans les divers moyens d'éclairer, dans la forme des escaliers, etc. etc., on en fera une mention particulière sur les procès-verbaux.

3°. Celles des maisons occupées par les ci-devant ministres du culte catholique et par les émigrés, qui mériteront d'être distinguées sous le rapport des arts, seront aussi inventoriées, et on indiquera de même si elles peuvent être destinées à des usages publics, s'il est possible d'y établir des manufactures ou des hospices, etc. etc.

4°. Tous les modèles des machines servant à l'architecture pour la préparation, le transport, l'élévation, la distribution et le placement des matériaux, seront inventoriés et conservés avec soin.

5°. Les modèles des monumens d'architecture égyptienne, grecque et romaine, seront mis à part et réservés pour l'enseignement.

6°. Les maisons, châteaux et monumens quelconques, dont la démolition sera jugée nécessaire, si leur construction offre des masses ou des détails dont il soit utile de conserver les formes, seront, sans délai, décrits et dessinés, et les inscriptions, s'il y en a, seront copiées, afin que l'art ne soit privé d'aucun avantage par la rigueur des mesures révolutionnaires que les circonstances exigent.

7°. Quant aux plans et dessins qui concernent l'architecture, on en fera l'inventaire, et on les conservera suivant les procédés indiqués dans cet écrit.

**FIGURA 03:** Recorte das instruções para as obras de arquitetura da publicação “*Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver*”, Comissão Temporária de Artes, 1793. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6575239f/f5.image>. Acesso em: 05.06.2017.

As **figuras 02** e **03** são recortes da citada instrução, de Felix Vicq D'Azyr. A **figura 02** mostra uma tabela com um plano dos principais itens que deveriam ser contemplados em um caderno de inventariação. Já a **figura 03** representa um recorte da instrução onde constam as principais recomendações para a inventariação das obras de arquitetura. Há

instruções para a tomada de informações como: **a idade dos monumentos, a situação dessas edificações, o seu gênero de construção e de decoração; orienta-se a descrição dos seus materiais estruturais, ou seja, se os edifícios são em pedra, cascalho ou tijolo; se essas edificações precisam de reparos; que usos comportam; orienta-se ainda, a descrição e o desenho das casas, castelos e monumentos, cuja demolição se mostre necessária**.

Comparando tais instruções para inventariação presentes na publicação de Felix Vicq D'Azyr, do final do século XVIII, aos campos dos atuais inventários de arquitetura - ver fichas analisadas neste trabalho, do Anexo F ao U –, foi possível observar que, passados mais de dois séculos, não houve significativas alterações no conteúdo da maioria desses instrumentos.

De acordo com Viollet-Le-Duc (2006 [1854-1868], p.13-38) e com informações retiradas do site oficial do Senado Francês, Ludovic Vitet [1802-1873] foi nomeado, em 1830, inspetor geral dos monumentos históricos e, dentre os seus objetivos estavam as **ações de centralização e regularização das intervenções em edifícios de valor histórico**. Para isso, Vitet elaborou **relatórios** que teriam grande repercussão, revelando muitos dados e edificações até então esquecidos ou pouco conhecidos.

Em 1831, Vitet endereçou ao ministro do interior um relatório lúcido, metódico, sobre a inspeção à qual se tinha dedicado nos departamentos do Norte, que descortinou um patrimônio até então ignorado, relatório considerado hoje como uma obra-prima nesse gênero de estudos.

> Devemos à Monarquia de Julho a criação, em 1830, a pedido de François Guizot, então Ministro do Interior, de um cargo de Inspector Geral de Monumentos Históricos, responsável por assegurar posição de importância histórica ou artística aos edifícios do reino e garantir a sua conservação. Este cargo é inicialmente confiado ao jovem historiador Ludovic Vitet e depois a Prosper Mérimée, em 1834. Isto irá estabelecer as bases para o que viria a ser o Departamento de Monumentos Históricos, substituído posteriormente pela Comissão dos Monumentos Históricos. Fundada em 1837, realiza um trabalho de **inventário, classificação e distribuição de fundos** por parte do Estado para salvaguardar monumentos considerados interessantes. A primeira lista de monumentos cuja classificação é considerada urgente é estabelecida em 1840, que contém monumentos pré-históricos e edifícios antigos e medievais. Através do trabalho da Comissão, o número de monumentos históricos passa de 934, em 1840, para 3000, em 1849[27] (PORTAL SÉNAT).

[27] *C'est à la monarchie de Juillet que l'on doit la création en 1830, à la demande de François Guizot, alors ministre de l'Intérieur, d'un poste d'Inspecteur général des monuments historiques chargé de s'assurer sur les lieux de l'importance historique ou du mérite d'art des édifices du royaume et de veiller à leur conservation. Ce poste est d'abord confié au jeune historien Ludovic Vitet puis à Prosper Mérimée en 1834. Ce dernier va poser les bases de ce qui deviendra le Service des Monuments historiques, en mettant en place la Commission des Monuments historiques. Créée en 1837, elle effectue un travail d'inventaire, de classement et de répartition des fonds consacrés par l'État à la sauvegarde des monuments jugés intéressants. Une première liste de monuments dont le classement est considéré comme urgent est établie en 1840: elle comporte des monuments préhistoriques et des bâtiments antiques et médiévaux. Grâce aux travaux de la Commission, le nombre de monuments historiques passe de 934 en 1840 à 3000 en 1849 (PORTAL SENAT).*

Em 1837, foi criada a *Comissão de Monumentos Históricos*[28]. Graças ao trabalho dessa comissão, entre os anos de 1840 e 1849, **o número de monumentos históricos franceses classificados passou de 934 para 3000**, dentre os quais haviam monumentos pré-históricos, edifícios antigos e medievais.

De acordo com Riegl[29] (2014 [1903]) e com informações do citado Portal do Senado Francês, amplia-se consideravelmente o leque de possibilidades artísticas para além das produções oriundas das civilizações greco-romanas e os registros progressivamente passam a abarcar edifícios de distintos períodos de produção artística.

As recomendações dessa Comissão de Monumentos Históricos foram muitas vezes ignoradas por funcionários e clérigos. Atuou por mais de meio século desprovida de meios e de autoridade legal e, portanto, era incapaz junto às iniciativas privadas, municipais ou departamentais. Ludovic Vitet e Prosper Mérimée lutaram para convencer os responsáveis políticos, mas tiveram que esperar a Terceira República para ver essa ideia concretizada.

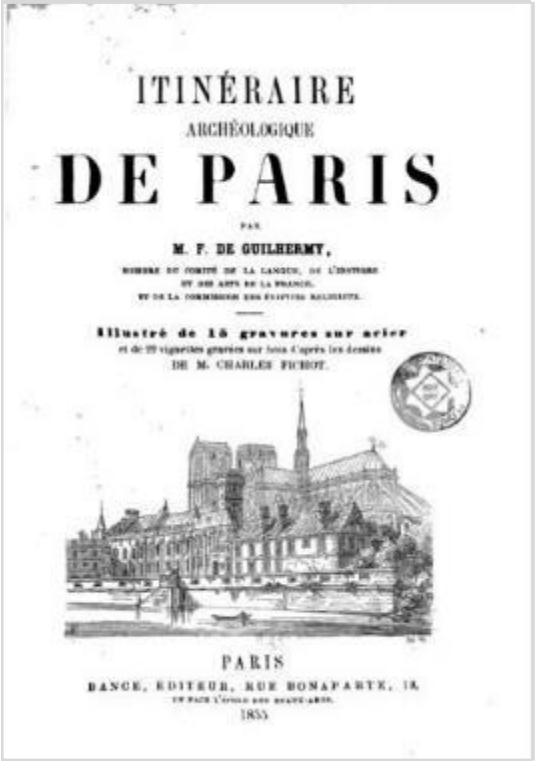

ITINÉRAIRE
ARCHÉOLOGIQUE
DE PARIS
PAR
M. F. DE GUILHERMY,
Illustré de 15 gravures sur acier
DE M. CHARLES PICHOT.
PARIS
BANCE, ÉDITEUR, RUE BONAPARTE, 18.
1855.

FIGURA 04: Contracapa do Itinéraire Archéologique de Paris, M. F. Guilhermy, 1855. Disponível em: <https://books. google.com.br/books?id= O4HsafCXXPsC&printsec= frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad= 0#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 05.06.2017.

Somente em março 1887 uma Primeira Lei[30] Patrimonial foi promulgada na França, que previa a criação de uma medida de classificação de monumentos e objetos considerados de interesse nacional e que coincidiu com a criação do estatuto de direitos e deveres para seus proprietários (PORTAL SÉNAT)[31].

---

[28] A comissão tinha État Vatout como presidente, Ludovic Vitet como vice-presidente e Prosper Mérimée como secretário.

[29] Alois Riegl (2014 [1903], p.12-13), no início do século XX, estabelecia uma linha de demarcação entre a concepção de memória do Renascimento e a do século XX. Entre a Renascença e o século XVIII, defendia que preceitos e normativas regiam a avaliação dos valores. A partir do século XIX, todavia, Riegl coloca que essas normativas começaram a ser questionadas e ampliaram-se consideravelmente o leque de possibilidades artísticas e também o significado do culto dos monumentos.

[30] Antes da promulgação da Primeira Lei francesa aconteceram outros fatos importantes: em 1848, houve a criação da Comissão das Artes e Edifícios Religiosos, onde trabalharam Mérimée e Viollet-Le-Duc. Em 1849, publicação da instrução técnica para restauração de edifícios diocesanos (Viollet-Le-Duc, 2006, p.13-16). Viollet-Le-Duc afirmava então que "muita coisa aconteceu desde o relatório do inspetor geral dos monumentos históricos em 1831 [...] as primeiras sementes lançadas pelo sr. Vitet deram frutos" (VIOLLET-LE-DUC, 2006 [1854-1868], p.40-42).

[31] *La Commission aura néanmoins agi pendant plus d'un demi-siècle sans disposer d'aucun moyen juridique dans le cadre de sa mission. Démunie de pouvoirs légaux et, par conséquent, impuissante face aux initiatives privées, communales ou départementales, ses recommandations restent souvent lettre morte auprès des élus et du clergé. Ludovic Vitet et Prosper Mérimée tenteront tous deux de convaincre les responsables politiques de « les aider d'un tout petit bout de loi (car) d'ici dix ans il n'y aura plus de monument en France », mais il faudra attendre la IIIe République pour que cette idée se concrétise. Une première loi est adoptée en mars 1887, qui prévoit la création d'une mesure de classement des monuments et objets jugés d'intérêt national et assortit ce statut de droits et devoirs pour leurs propriétaires (PORTAL SENAT).*

Em 1855, foi publicado o *Itinéraire Archéologique de Paris* [**ver figura 04]**, de autoria M. F. de Guilhermy[32], sob a direção de Prosper Mérimée. Nessa publicação há um inventário minucioso dos monumentos individuais considerados ameaçados na época (CHOAY, 2001 [1982], p.176) (SANTOS, 2014, p.36). Para Olender (2010), **as fichas-padrão aplicadas à inventariação de arquitetura derivam diretamente dessa publicação**. Mas, segundo Azevedo (1987, p.84) essas primeiras iniciativas francesas não tiveram a continuidade almejada, o que também é atestado por Chastel (1990, p.3):

> Podíamos conceber um serviço de proteção dos monumentos históricos, mas a ideia de um recenseamento metódico anulava-se a si própria, como uma utopia. Após os terríveis anos de 1870-1871, Chennevières relançou corajosamente a operação; surgiram alguns volumes, mas o grande programa não foi cumprido.

Em dezembro de 1913, foi aprovada uma Segunda Lei Patrimonial na França e, de acordo com publicação oficial do Senado, essa passou a ser a "a base fundamental de proteção dos monumentos históricos" no país ao contemplar "um mecanismo simples e engenhoso que se adapta automaticamente às mudanças da consciência patrimonial". O 'mecanismo' funcionava a partir da seguinte formulação: "os edifícios cuja conservação, do ponto de vista da história ou da arte, representam um interesse público são classificados como monumentos históricos". No momento em que um edifício apresentava tal interesse e era assim classificado, o Estado teria o dever, "e não apenas a faculdade, de assegurar a sua conservação por uma medida de classificação".

Uma terceira lei foi promulgada na França em 1927 e complementou a Lei de 1913 ao instaurar um **segundo nível de proteção aos edifícios classificados**, correspondente a sua **inscrição no *Inventário Suplementar dos Monumentos Históricos***. (PORTAL SÉNAT)[33].

Em 1837, a França - país considerado pioneiro na sistematização do método - inicia seu sistema de inventariação, tarefa que será frustrada nesse primeiro momento e retomada somente depois da II Grande Guerra Mundial. Foi durante a segunda metade do século XX, mais precisamente em 1964, e com a participação de Chastel, que se instituiu a "Comissão nacional encarregada do Inventário geral dos monumentos e obras de arte da França", cujo objetivo firmava-se em "identificar tudo o que é digno de nota no terreno, de modo a provocar uma tomada de consciência das populações interessadas; estudar

[32] M. F. de Guilhermy era nesse período membro do Comitê de Línguas, História e Artes, e da Comissão de Edifícios Religiosos da França (CHOAY, 2001 [1982], p.176) (SANTOS, 2014, p.36).

[33] *Une deuxième loi, votée le 31 décembre 1913, va plus loin en permettant le classement d'office de monuments ou objets dont les propriétaires sont réticents à toute protection et porte ainsi atteinte pour la première fois au droit de propriété. La loi de 1913 constitue le socle fondamental de protection des monuments historiques. Elle prévoit un mécanisme simple et ingénieux qui s'adapte automatiquement aux changements de la conscience patrimoniale, à travers la formulation suivante : « Les immeubles dont la conservation présente, au point de vue de l'histoire ou de l'art, un intérêt public, sont classés comme monuments historiques ». Dès lors qu'un immeuble présente un tel intérêt, l'État a le devoir et pas seulement la faculté d'en assurer la conservation par une mesure de classement. La loi de 1927 complète le dispositif de la loi de 1913 en instaurant un second niveau de protection, l'inscription à l'Inventaire supplémentaire des monuments historiques - devenue en 2005 l'inscription au titre des monuments historiques - pour les immeubles présentant un intérêt non plus « public » mais « suffisant » pour en rendre désirable la préservation. La Caisse nationale des monuments historiques et des sites est créée en 1914 pour gérer les fonds exigés par l'entretien et la conservation des monuments (PORTAL SÉNAT).*

e classificar, de acordo com as técnicas mais eficientes, edifícios e objectos, de modo a inscrevê-los na memória nacional" (CHASTEL, 1990, p.4).

Desde muito cedo, o inventário na França assumiu um 'status' diferenciado, uma importância não verificada em outros países, como por exemplo o Brasil, o que sempre provocou muitas insatisfações entre aqueles que aqui estavam ligados aos órgãos e questões patrimoniais. De acordo com Miranda (2008, p.5-6), na "França, o inventário é cada vez mais importante. Existem hoje cerca de 40.000 monumentos classificados ou inscritos no Inventário Complementar dos Monumentos Históricos e que são protegidos"[34].

De acordo com o portal oficial do Ministério da Cultura da França, a atual Direção Geral do Patrimônio na Franca foi criada em 13 de janeiro de 2010, a partir da Diretoria de Museus Franceses, do Arquivo Francês e da Diretoria de Arquitetura e Patrimônio. Configura-se como uma das principais entidades do Ministério da Cultura e Comunicação do país (PORTAL RÉPÚBLIQUE FRANÇAISE, 2017).

Observou-se que, nas várias fontes consultadas, reproduzem-se informações sobre a história dos inventários franceses, mas verificou-se pouco aprofundamento sobre o início do emprego desse instrumento nos demais países europeus que vivenciaram um contexto semelhante de valorização e reconhecimento de seus bens culturais. Superficialmente, Azevedo (1987, p.84) afirma que, por volta de 1860, inicia-se na Alemanha[35] um inventário sistemático que logrou prosseguimento e atingiu números consideráveis na classificação de seus bens.

Em Portugal, a institucionalização dos seus primeiros museus, a partir da metade do século XIX, e a restauração de algumas de suas obras de arte com preocupações documentais e científicas[36], no início do século XX, marcam definitivamente a transição do caráter da conservação e do restauro no país. Recursos como relatórios minuciosos, fotografias, radiografias, raios infravermelhos, análises físicas e químicas passaram a integrar uma nova disciplina, a Conservação-Restauro (PORTAL REPÚBLICA PORTUGUESA, 2017).

O Decreto-Lei No115/2012, publicado no Diário da República Portuguesa, instituiu a Direção Geral do Património Cultural [DGPC], que passou a ter como uma de suas principais atribuições:

> Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do **inventário**, classificação, estudo, conservação, restauro, proteção, valorização e divulgação

[34] Motta & Rezende (2016, p.9) afirmam, que o processo de inventariação geral da França "foi se mostrando viável, com a produção de uma grande quantidade de informações que foram publicadas e que compuseram os arquivos e sistemas informatizados. Os levantamentos se viabilizaram por meio de comissões regionais e também pelo uso de tecnologias gráficas, como a cartografia e a fotogrametria".

[35] A pouca familiaridade com a língua alemã foi um obstáculo na busca por informações mais consistentes da instituição do inventário da Alemanha.

[36] Em 1890-91, o pintor Manuel de Moura restaura o painel "Fons Vitae", da Misericórdia do Porto, tendo a precaução de fazer fotografar a obra antes da intervenção. Em 1909 inicia-se o trabalho de recuperação dos painéis atribuídos a Nuno Gonçalves, a cargo do pintor Luciano Freire, tendo a intervenção sido precedida dum registo fotográfico da obra. Os trabalhos são acompanhados pelo então Director do Museu das Janelas Verdes, José de Figueiredo. O trabalho é apresentado em 1910, ano em que é criada a **Comissão de Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga** em Portugal, constituída por Ramalho Ortigão, Manuel de Macedo, Luciano Freire, José de Figueiredo e D. José Pessanha (PORTAL REPÚBLICA PORTUGUESA).

> do património cultural móvel e imóvel, e também no domínio do estudo, valorização e divulgação do património imaterial (Decreto-Lei Nº115/2012).

Através do portal da DGPC verificou-se que, atualmente, "a protecção legal dos bens imóveis assenta na **classificação** e na **inventariação**. Os bens podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal" (PORTAL DGPC - REPÚBLICA PORTUGUESA, 2017). No mesmo portal foram identificados, para *download*, cinco volumes intitulados 'Kits-Património'[37] – elaborados pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [IHRU] e pelo antigo Instituto de Gestão do Património Arquitetônico e Arqueológico [IGESPAR], agora Direção Geral do Patrimônio Cultural -, que tem como objetivo principal o:

> fornecimento de **ferramentas** concebidas para o **inventário do património, metodologicamente atualizadas e rigorosas, direcionadas para a utilização por outras entidades, e para o cidadão em geral, visando uma maior aproximação e participação destes no vasto processo de identificação e salvaguarda do património** (PORTAL REPÚBLICA PORTUGUESA).

De acordo com informações retiradas do portal oficial do Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha [IPCE], desde meados do século XX, a Administração Geral do Estado conta com três organizações dedicadas à conservação e restauração do Patrimônio Cultural: o Serviço de Defesa do Patrimônio Artístico Nacional [SDPAN], o Instituto de Conservação e Restauração de Obras de Arte [ICROA] e o Serviço Nacional de Restauração de Livros e Documentos [SELIDO] (PORTAL IPCE, 2018). Essas três organizações descendem da antiga Junta Superior do Tesouro Artístico - criada pela Lei de 13/05/1933 - e do Patrimônio Artístico Nacional - cujo Regulamento é de 16/04/1936 (PORTAL GOBIERNO DE ESPAÑA, 2017).

O IPCE possui atualmente um patrimônio documental e bibliográfico de grande valor, uma herança de valor instrumental que também funciona como ferramenta para o conhecimento dos bens culturais que devem ser restaurados e preservados.

Uma particularidade interessante identificada no portal do Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha foi a percepção, por parte do governo espanhol, da necessidade de se iniciar um Plano Nacional voltado, especificamente, para o patrimônio do século XX. De acordo com informações do portal,

> A diversidade e novidade de muitos dos materiais e técnicas utilizados, bem como a singularidade dos critérios que marcam as intervenções de conservação-restauro de obras contemporâneas, requer o desenvolvimento de um plano de ação coordenado cujo objetivo é a pesquisa, conhecimento, proteção e divulgação das diferentes áreas de criação do século XX, bem como a definição de uma metodologia de trabalho que contemple suas características diferenciadoras em relação a outros grupos patrimoniais[38].

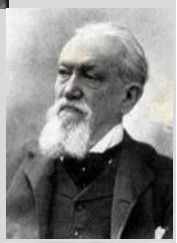
[37] O objetivo delineado para os 'kits-patrimônio', elaborados pela DGPC, apresenta pontos considerados importantes e foram abordados na construção do conceito de inventário no Capítulo 03 deste trabalho de tese: ferramentas, metodologia, sujeitos, a questão da seleção dos bens culturais e a salvaguarda desses bens.

[38] *La necesidad de iniciar un Plan Nacional específicamente centrado en el Patrimonio del siglo XX se plantea para dar respuesta a la problemática que presenta la conservación de estos bienes, debido a su especial casuística.La diversidad y novedad de muchos de los materiales y técnicas utilizadas, así como la singularidad de los criterios que marcan las intervenciones de conservación-restauración de las obras contemporáneas, obliga a desarrollar un plan de actuación coordinado cuyo objetivo sea la investigación,*

**Essa citação, retirada do portal oficial do IPCE, atesta, oficialmente, a presença de especificidades na produção moderna [utilização de conceitos, materiais e técnicas distintos dos tradicionais] que requerem conhecimentos e critérios específicos para sua preservação e inventariação, sendo o inventário entendido como um instrumento de preservação.**

Esse tópico tinha por objetivo entender quando, onde e como se originou essa forma específica de documentação com vistas à preservação, para então entender como seguem sendo produzidos os inventários de arquitetura moderna e como estão sendo contempladas as especificidades dessa produção quando da documentação de seus exemplares.









## 1.3 INVENTÁRIOS NOS POSTULADOS CLÁSSICOS SOBRE PRESERVAÇÃO

A escassez de referencial teórico e bibliografia específicos sobre o objeto empírico da pesquisa, conduziu a pesquisa aos Postulados Clássicos sobre Preservação, pois, como visto no tópico anterior, construiu-se, historicamente, uma estreita relação entre a preservação do patrimônio e os inventários de arquitetura, aqui entendidos como uma forma específica de documentação com foco na preservação.

Fez-se relevante para as análises do objeto empírico a compreensão dessa relação, assim como a compreensão dos sujeitos, de seus lugares e discursos que, com o passar do tempo, foram delineando narrativas e tramas historiográficas. Portanto, a compreensão das diretrizes e dos postulados que foram formulados nos estudos teóricos clássicos - a princípio para atender questões pragmáticas e, em seguida, enveredando por linhas filosóficas - foi fundamental nesse processo.

Esse tópico do trabalho teve por objetivos: verificar a presença, ou mesmo a ausência, dos inventários nesses postulados sobre preservação a fim de entender como esses instrumentos específicos de registro e documentação foram mencionados ou não e se exerceram algum papel importante nesses escritos; compreender a relevância que essa forma de registro assumiu na atualidade; e servir de fundamentação teórica quando da

*conocimiento, protección y difusión de los distintos ámbitos de creación del siglo XX, además de la definición de una metodología de trabajo que contemple sus características diferenciadoras con respecto a otros conjuntos patrimoniales* (PORTAL GOBIERNO DE ESPAÑA).

análise do objeto empírico, a fim de entender quais conceitos ainda alimentam esses instrumentos de documentação.

Reforça-se novamente a influência teórica e metodológica dos escritos de De Certeau (1982 [1974]) para a pesquisa em questão, a fim de entender os sujeitos, os lugares, os discursos, os ditos, os não-ditos e, portanto, a irradiação dessas ideias e conceitos que são construídos até a contemporaneidade. Justifica-se assim a opção por manter o tópico, mesmo após a constatação de ausências na utilização literal do termo – inventário - nesses escritos, pois, parte-se do pressuposto que estas ausências também são reveladoras e podem trazer contribuições relevantes ao trabalho em questão.

É um tópico também dedicado à fundamentação da pesquisa, em que se pretende compreender como se construiu a importância que é atualmente dada aos inventários e entender porque alguns órgãos ligados ao patrimônio, nacionais e internacionais, exaltam com bastante frequência a sua importância e utilização.

Os séculos XIX[39] e XX foram palco de transformações nas mais variadas esferas do conhecimento, inclusive na esfera patrimonial e também viu florescer os primeiros estudos teóricos que se tornaram clássicos da preservação na Europa, dentre os quais: o francês Viollet-Le-Duc [1814-1879]; o inglês John Ruskin [1819-1900]; o italiano Camillo Boito [1836-1914]; o austríaco Alois Riegl [1858-1905]; e o italiano Cesare Brandi [1906-1988]. A nacionalidade variada desses personagens revela a amplitude que o tema adquiriu no cenário europeu.

O século XX testemunhou acontecimentos em uma escala ainda mais surpreendente. Em seus primeiros anos fortaleceram-se os ideais das vanguardas artísticas e da arquitetura e do urbanismo modernos e houve uma ampliação significativa das discussões relativas ao patrimônio, temas contemplados na Carta de Atenas [1931], documento fruto da Conferência Internacional da Sociedade das Nações [1931] e que se tornaria emblemático na questão.

> Fenômeno nascido com a modernidade, a questão patrimonial ganha na contemporaneidade uma dimensão até agora inédita: permeia os mais diversos discursos, ganha variados matizes, transforma-se em objeto de políticas que definem e redefinem o que entra ou não no rol do que merece ser preservado para as próximas gerações, torna-se objeto de diferentes escalas de atenção [...] objeto, enfim de uma polifonia discursiva de que poucos temas conseguem tornar-se alvo (GOMES, 2011, p.13).

Outros estudos teóricos ligados à questão da preservação patrimonial foram desenvolvidos durante o século XX. Dentre as principais contribuições podem ser citados os escritos de Gustavo Giovannoni, Cesare Brandi, Luca Beltrami, dentre outros. Além desses estudos, foram elaboradas diversas cartas e leis patrimoniais, geralmente tendo por base os escritos dos estudiosos, que ampliaram as discussões e debates em torno do tema ao longo desse século.

[39] O século XIX também assistiu ao surgimento da fotografia, ferramenta que se tornou recomendada como parte dos inventários, sendo inclusive bastante citada nos postulados dos estudos teóricos clássicos e nas Cartas Patrimoniais consultadas.

Esses escritos, cartas e leis assumiram posturas cada vez mais diversas, alguns de caráter mais filosófico e outros mais pragmático, como aqueles primeiros estudos desenvolvidos no século XIX e tidos como antagônicos – Viollet-Le-Duc e Ruskin. Esses postulados ampliaram não só o debate, mas também o universo patrimonial para além dos monumentos e objetos de reconhecido valor artístico, histórico e cultural, passando a abarcar perspectivas urbanas, jardins e parques, ambiências, conjuntos urbanos, bens imateriais etc.

Algumas questões de ordem metodológica, todavia, se colocaram quando da decisão de investigar esses escritos: quais os estudos teóricos clássicos, acerca da preservação deveriam ser escolhidos para subsidiar a análise e por quê? Optou-se, a princípio, pela seleção de autores cujos escritos fossem atualmente mais utilizados, nacional e internacionalmente, na expectativa de que essa leitura inicial conduzisse a outros estudos teóricos de interesse para o estudo. Os primeiros textos escolhidos para leitura e análise foram dispostos cronologicamente no **quadro 01**, apresentado a seguir.

O arquiteto francês **Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc** foi pioneiro e precursor no tema da restauração, num período em que o tema ainda era embrionário, quando comparado aos valores e proporções atuais que a questão assumiu. A postura assumida pelo arquiteto frente aos monumentos arquitetônicos, objetos de restauração, é comumente tida como bastante polêmica. Apesar de procurar entender profundamente a lógica de concepção do projeto e recorrer a documentos [notas escritas, levantamentos gráficos etc.] para então, julgando ter compreendido a obra como um todo, proceder à restauração, entendia que a obra deveria ser "uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto" (2006 [1854-1868], p.18-19).

**QUADRO 01- Relação dos estudos teóricos clássicos e de seus respectivos textos escolhidos para leitura e análise**

| | |
|---|---|
| **Eugène E. Viollet-Le-Duc** (1814-1879) | **Restauração**. Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc. Kühl, Beatriz Mugayar. (apres./trad.). 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006. [Original publicado sob o título *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, entre 1854 e 1868] |
| **John Ruskin** (1819-1900) | **A lâmpada da memória**. John Ruskin. Pinheiro, Maria Lúcia Bressan (trad./apres.). São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. [Original publicado em 1849] |
| **Camillo Boito** (1836-1914) | **Os Restauradores**. Camillo Boito. Kühl, Paulo Mugayar (trad.); Kühl, Beatriz Mugayar (apres./trad.). 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. [Original publicado em Conferência na Exposição de Turim, em 1884] |
| **Alois Riegl** (1858-1905) | **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Werner R. Davidsohn (trad.). São Paulo: Perspectiva, 2014. [Original publicado em 1903, como parte dos trabalhos de reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos] |
| **Gustavo Giovanonni** (1873-1947) | **Textos Escolhidos**. Gustavo Giovanonni. Kühl, Beatriz Mugayar (org). São Paulo: Ateliê Editorial, 2013. [Originais publicados entre 1913 e 1936] |
| **Cesare Brandi** (1906-1988) | **Teoria da Restauração**. Cesare Brandi. Kühl, Beatriz Mugayar (trad.); Carbonara, Giovanni (apres.). São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. [Original publicado em 1963] |

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Essa ideia de recriação naquele momento defendida por Viollet-Le-Duc era, de certo modo, uma prática recorrente no período de sua atuação profissional, que evidentemente foi se modificando com o passar dos tempos e com o avanço das teorias relativas ao patrimônio e à própria restauração. Mas já naquele momento, Viollet-Le-Duc não apoiava trabalhos 'arbitrários' de restauração ao afirmar que: "se for aleatório, mais vale que se abstenha. Mais vale deixar morrer o doente do que o matar" (2006 [1854-1868], p.68).

Outro ponto de extrema importância e atualidade em sua teoria encontra-se na sua afirmação de que "o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações" (2006 [1854-1868], p.64-65). **Sua teoria e prática de restauração não faz referência direta aos inventários, mas constantemente exalta a importância dos relatórios, dos levantamentos gráficos, das fotografias, sendo todos estes elementos apontados como essenciais tanto aos primeiros, quanto aos atuais modelos de inventariação.**

Guardadas as devidas proporções, a atitude de Viollet-Le-Duc diante de um projeto de restauração, por muitos considerada polêmica, não se distancia muito de algumas linhas contemporâneas de preservação, principalmente aquelas que apesar de entenderem a intervenção como um novo projeto, optam por intervir sobre as obras. Viollet-Le-Duc – ao contrário de John Ruskin que comparava a restauração à total destruição e optava por não tocar a obra – preferia intervir caso julgasse ter apreendido todos os conhecimentos e experiências acerca daquela determinada obra.

Descendente de escoceses, **John Ruskin**, por sua vez, ocupa posição diametralmente oposta àquela assumida por seu contemporâneo, o francês Viollet-Le-Duc. De acordo com Maria Lúcia Bressan Pinheiro – tradutora e apresentadora do texto de John Ruskin selecionado –, apesar de "excêntrico, reacionário, intransigente inimigo da industrialização", Ruskin[40] é considerado o principal teórico da preservação do século XIX na Inglaterra (RUSKIN, 2008 [1849], p.9). O 'Movimento Anti-Restauração'[41], por ele idealizado, alcançou grande popularidade na Inglaterra a partir da segunda metade do século XIX e logo difundiu-se pelo continente europeu. Opunha-se radicalmente contra a restauração, advogando em contrapartida o cuidado e a manutenção constantes aos monumentos (RUSKIN, 2008 [1849], p.9-18).

**Também não foram identificados nos escritos de autoria de Ruskin citações diretas aos inventários, levantamentos, relatórios ou mesmo documentos, apesar de comumente registrar as obras e seus detalhes através de desenhos**, o que de certo modo é justificável face a sua declarada aversão à prática da restauração.

[40] Para Theodore Prudon (2008, p.53), Viollet-Le-Duc, Ruskin e William Morris estão na vanguarda da discussão acerca da preservação na Europa do século XIX e continuam a influenciar o pensamento na atualidade, representando a base do grande debate que continua a permear as discussões sobre o patrimônio arquitetônico.

[41] São pontos de destaque no pensamento ruskiniano: a ênfase no aspecto histórico e memorial, muito mais que na beleza dos edifícios; ênfase na solidez, vetustez e durabilidade das edificações civis e públicas; inclusão da dimensão ecológica [preservação e a associação precoce entre o meio ambiente natural e o meio ambiente construído] e a opção pela adoção de um estilo [um sistema de ornamentos] (RUSKIN, 2008 [1849]).

Guardadas as devidas diferenças, impressiona também a contemporaneidade do pensamento de John Ruskin – agora por parte daqueles que enxergam a restauração como um novo projeto e optam pela conservação e pela não intervenção sobre as obras:

> nem pelo público, nem por aqueles encarregados dos monumentos públicos, o verdadeiro significado da palavra restauração é compreendido. Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nessa importante questão; é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura. Aquilo sobre o que insisti acima como sendo a vida do conjunto, aquele espírito que só pode ser dado pela mão ou pelo olhar do artífice, não pode ser restituído nunca. Uma outra alma pode ser-lhe dada por um outro tempo, e **será então um novo edifício**; mas o espírito do artífice morto não pode ser invocado, e intimado a dirigir **outras mãos e outros pensamentos**. E quanto à cópia direta e simples, ela é materialmente impossível (RUSKIN, 2008 [1849], p.79-80).

Optando radicalmente pela não restauração, John Ruskin advogava a favor do cuidado constante, da conservação permanente do bem, mas com a convicção de que um dia o tempo venceria – ideia que apresenta semelhanças com o *valor de atualidade*, defendido posteriormente por Alois Riegl:

> cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los [...] é melhor uma muleta do que um membro perdido [...] seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória [...] Nós não temos qualquer direito de tocá-los. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão. (RUSKIN, 2008 [1849], p.81-83).

O italiano **Camillo Boito** também tem lugar consagrado na historiografia da restauração, sendo a ele reservada uma posição moderada e intermediária entre Viollet-Le-Duc e Ruskin. Para Beatriz Kühl (*apud* BOITO, 2008 [1884], p.9), Camillo Boito foi capaz de sintetizar e elaborar os princípios que ainda hoje se encontram na base da teoria contemporânea de restauração.

Dentre seus principais fundamentos teórico-práticos[42], podemos citar: a ferrenha oposição à apropriação acrítica de estilos do passado; a **análise aprofundada da obra, procurando apreender seus aspectos formais e técnico-construtivos, baseado em estudos documentais e na observação, bem como em levantamentos métricos do edifício, sendo recorrente também o uso de desenhos e de fotografias**; o respeito

[42] Sua teoria é sinteticamente apresentada na forma de critérios de intervenção propostos no Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos (Roma, 1883): ênfase no valor documental dos monumentos, que deveriam ser preferencialmente consolidados à reparados e reparados à restaurados; evitar acréscimos e renovações, que, se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto; os completamentos de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo se seguissem a forma primitiva, ser de material diverso ou ter incisa a data de sua restauração ou, ainda, no caso das restaurações arqueológicas, ter formas simplificadas; as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos ou, mesmo, pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos somente admitida se tivessem qualidade artística manifestadamente inferior à do edifício; **registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas** e encaminhado ao Ministério da Educação; colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas (BOITO, 2008 [1884], p.21-22).

pela matéria original; a defesa da ideia de reversibilidade e distinguibilidade nos processos práticos de restauro; a **ênfase na importância da documentação e de uma metodologia científica**; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção; e, por fim, a noção de ruptura entre passado e presente (BOITO, 2008 [1884], p. 21-22). Para Márcia Chuva, esse último fundamento teórico-prático de Camillo Boito:

> É uma noção moderna que levou "à construção da ideia do passado como um tempo outro em relação ao presente, ao mesmo tempo que o futuro se tornou incerto, imprevisível [...] a conceituação da modernidade como ruptura entre passado e presente traria consigo uma construção do tempo em perspectiva. Não se trata apenas de uma narrativa do presente moderno, mas de um presente que se configura moderno em relação a um passado, do qual também é imprescindível construir uma imagem" (CHUVA, 2012).

Assim como Viollet-Le-Duc e Ruskin, **Camillo Boito não utiliza literalmente o termo inventário,** mas ressalta insistentemente a importância dos vários elementos que o constituem, como documentos, desenhos, levantamentos métricos e fotografias.

Segundo Beatriz Kühl (BOITO, 2008 [1884], p.15-20), a partir do século XVIII, a restauração passa a se afastar cada vez mais das ações ditadas por razões pragmáticas e assume aos poucos uma conotação fundamentalmente cultural, baseando-se em análises sistemáticas, com maior rigor e método nos procedimentos, e com julgamento alicerçado no conhecimento histórico.

Esse processo foi se "consolidando no século XIX, através de formulações teóricas, de **experiências sistemáticas de inventário** e de intervenções sobre os monumentos", verificando-se o surgimento de várias vertentes: Viollet-Le-Duc, Ruskin e Morris, com a restauração voltada para a arqueologia e Boito com o restauro filológico[43], cuja ênfase estava no valor documental da obra (BOITO, 2008 [1884], p.16-19).

Camillo Boito enxergava complexidades diferentes nas distintas áreas de atuação da restauração - escultura, pintura e arquitetura. Ao tratar especificamente da arquitetura, o autor se coloca de forma crítica em relação às propostas de Viollet-Le-Duc e às de Ruskin e insiste na necessidade de conservações periódicas para se tentar evitar a restauração, mas **admite que o restauro pode ser necessário para não se abdicar do dever de preservar a memória**. A restauração é, portanto, encarada por Camillo Boito como um "mal necessário, comparando a arte do restaurador à de um cirurgião, através de uma provocação" direta aos escritos de seus antecessores: "quem preferiria ver morrer o parente ou o amigo a fazer com que perdessem um dedo ou usassem uma perna de pau?" Por fim, reafirma "a necessidade de se conservar o aspecto de vetustez do monumento, e preconizar que completamentos e acréscimos devem mostrar ser obras de seu próprio tempo e distintos do original" (BOITO, 2008 [1884], p.24-25).

[43] FILOLOGIA: 1. Ciência histórica que busca o conhecimento da cultura e civilização de um povo, em determinada época de sua história, por meio de textos e documentos escritos, especialmente os literários. 2. Estudo científico especializado na análise de manuscritos e outros documentos antigos. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 14.07.2017.

*O culto moderno dos monumentos*, livro escrito pelo austríaco **Alois Riegl**, é dividido em três partes[44]: na primeira parte, o autor estabelece uma relação entre os valores atribuídos aos monumentos e sua evolução histórica; na segunda parte, aborda a relação dos valores de memória - valor de antiguidade, valor histórico e valor volível de memória - com o culto dos monumentos; na terceira e última parte, trata da relação entre os valores de atualidade [valor utilitário e valor de arte] e o culto dos monumentos (RIEGL, 2014 [1903]).

**Não há menção direta aos inventários nos escritos de Alois Riegl, mas à importância da documentação, principalmente quando trata do valor histórico dos monumentos**. Seus escritos são menos pragmáticos e mais filosóficos e dedicam-se, sobretudo, à compreensão histórica dos valores atribuídos aos monumentos. Annateresa Fabris - responsável pela apresentação do livro - afirma, com base nas palavras de Riegl, que

> o monumento não possui um valor artístico absoluto, mas apenas um valor relativo [...] se não existe um valor artístico eterno, isso significa que a avaliação do monumento não repousa na memória e sim em valores presentes, que deverão ser levados em conta na definição de uma política de preservação (RIEGL, 2014, p.11-12).

Ainda de acordo com Annateresa Fabris, o principal legado de Riegl (2014 [1903], p.20-21) está na ideia de que:

> toda intervenção em um monumento não pode prescindir de um juízo crítico, já que o restauro caracteriza-se por ser uma ação sociocultural, a requerer 'uma investigação preliminar sobre a natureza daquilo que se conserva, a fim de detectar, na vasta gama das preexistências, os papeis específicos e as vocações de cada uma delas'. Desse modo, Riegl antecipa as propostas do restauro crítico, formuladas no segundo pós-guerra por profissionais como Roberto Pane,

[44] Ao abordar o *valor de antiguidade*, Alois Riegl relata que este é o "valor preponderante do monumento histórico no século XX, em virtude da imediatez com a qual se apresenta a todos, da facilidade com que se oferece à apropriação das massas". Quanto ao *valor histórico*, afirma que esse não atinge as massas, "visto requerer conhecimentos de história da arte" e estar assentado em bases científicas; coloca o monumento como testemunho de uma época (dimensão documental), devendo "ser o mais fiel possível ao aspecto original que lhe foi dado no momento da criação"; "confere certa validade à cópia, desde que essa seja um auxiliar para a pesquisa científica, e não um substituto *in totum* do original". Quanto ao *valor volitivo de memória*, afirma que os defensores desse valor "combatem a degradação trazida pelas forças da natureza e as intervenções destrutivas da mão humana", lhes cabendo "ações frequentes de restauração capazes de mantê-lo vivo e de evocar as condições do momento de sua criação". Quanto ao *valor utilitário*, que comumente entra em conflito com o valor de antiguidade, reconhece a "superioridade do bem-estar físico das pessoas em relação às necessidades ideais da herança do passado", argumentando que "a supressão do uso do monumento pelos homens não lhe seria benéfica"; afirma que o *valor de arte* é intrínseco ao monumento, "desde que seja capaz de responder às exigências do moderno *Kunstwollen*"[44]. Esse valor é subdividido em outros dois: o *valor de novidade* que é a "valorização da integridade formal do monumento", devendo "ostentar a aparência de uma obra moderna" e o *valor de arte relativo* que consiste da "apreciação puramente estética do testemunho do passado, baseada na sensibilidade moderna [...] O valor de novidade está em aberto conflito com o valor de antiguidade [...] pois é o valor preferido pelo público com pouca cultura, que prefere enxergar nas obras humanas a força criativa e vencedora do homem ao invés da força destruidora e inimiga da natureza; apenas o novo e íntegro é belo, segundo a visão da multidão". Opondo-se ao *valor de novidade*, Riegl defende que "devem ser conquistadas cada vez mais classes sociais para o culto do valor histórico, antes que, com a sua ajuda, a grande massa esteja madura para o culto de antiguidade". Para Riegl, o *valor de arte*, "é apanágio do público dotado de uma cultura estética" e as obras do passado, analisadas sob sua ótica, são "apreciadas por sua concepção e fatura". (RIEGL, 2014 [1903], p.15-19).

> Renato Bonelli e Agnoldomenico Pica, e transformadas em reflexão teórica por Cesare Brandi.

Foi possível observar que, dentre os distintos valores atribuídos historicamente aos monumentos por Alois Riegl, o *Valor de Arte e o Valor Histórico* são corriqueiramente empregados para justificar a preservação de produções arquitetônicas, inclusive a moderna. Mas, segundo o autor, ambos são valores que ainda não atingem diretamente as massas, por requererem conhecimentos específicos.

Outro ponto abordado na obra de Riegl deteve particular atenção pela relação intrínseca com um dos principais dilemas enfrentados na preservação da produção moderna, cujas obras são cobradas como se devessem apresentar as mesmas condições do momento de sua criação, incessantemente. Trata-se do *Valor de Novidade*, que compreende a

> valorização da integridade formal do monumento, que deve ostentar a aparência de uma obra moderna; está em aberto conflito com o valor de antiguidade , pois privilegia a 'forma inalterada' e a 'policromia pura'; valor preferido pelo público de pouca cultura que 'prefere enxergar nas obras humanas a força criativa e vencedora do homem ao invés da força destruidora e inimiga da natureza' (RIEGL, 2014 [1903], p.16-17).

Os interesses do italiano **Gustavo Giovanonni**, por sua vez, abarcavam questões como a produção de novos edifícios, restauração, urbanismo e ensino da arquitetura. Sua produção escrita é muito extensa. No livro *Gustavo Giovanonni: textos escolhidos*, organizado por Beatriz Kühl, são apresentados quatro textos, sendo os dois primeiros com temas ligados ao urbanismo e à preservação, na tentativa de se estabelecer uma metodologia para intervenções em áreas urbanas de interesse para a preservação; e os dois últimos compreendem uma fundamentação teórica e o estabelecimento de um método para o restauro de obras arquitetônicas. Esses dois últimos tiveram especial repercussão internacional: o primeiro deles deu origem à parte da Carta de Atenas de 1931, e o segundo passou a compor um termo de uma importante enciclopédia[45] italiana (GIOVANONNI, 2013 [1913-1936], p.13).

Observa-se sintonia entre os escritos de Giovanonni[**46**] e os de Camillo Boito e, dentre os aspectos mais polêmicos de sua atuação estão a não aceitação de manifestações arquitetônicas do modernismo e o envolvimento ambíguo com o regime fascista. Tem papel capital nas teorias urbanísticas, em especial para "as **relações entre urbanismo, arquitetura e preservação do patrimônio**" (GIOVANONNI, 2013 [1913-1936], p.20-21). Dentre os princípios defendidos por este último, no que diz respeito à restauração, podemos sinteticamente citar:

> respeito por todas as fases da construção que tenham um caráter artístico ou histórico; mínimo possível de obras e de acréscimos; utilização, para tratar as lacunas e completar as linhas, de materiais novos, mas desprovidos o quanto possível de ornamentos e conforme às características de conjunto da construção; continuação das formas num estilo similar apenas em casos em que se trate de expressões geométricas desprovidas de originalidade decorativa; indicação dos acréscimos seja pelo emprego de materiais diferentes, seja pela

[45] *Enciclopedia Italiana, Milano, Istituto dela Enciclopedia Italiana* (Treccani), 1936, vol.29, pp. 127-130 (GIOVANONNI, 2013 [1913-1936], p.191).

[46] Para Françoise Choay, Gustavo Giovannoni é o principal discípulo de Camilo Boito. Ele reelabora, a partir dos princípios defendidos por seu mestre, alguns dos procedimentos metodológicos da "restauração científica", entendendo que a ação do restauro vai além dos problemas da estética do monumento e acrescentando ao método inicial estudos documentais mais sistematizados (CHOAY, 2001 [1982], p.165).

> adoção de um sistema de completamento sem nenhuma pretensão ornamental, seja por meio de epígrafes ou de siglas; respeito pelas condições de ambientação do monumento; **documentação precisa dos trabalhos, por meio de relatórios analíticos e de fotografias ilustrando as diversas fases** (GIOVANONNI, 2013 [1913-1936], p.185).

Como é possível observar, muitos desses preceitos já eram defendidos por Camillo Boito, seu precursor, exceto pela **preocupação com a "ambientação"** – ambiência, entorno, vizinhança – dos monumentos, uma das maiores contribuições de Giovanonni. **Novamente, o termo inventário não foi encontrado literalmente nos seus escritos apesar da notória preocupação com a documentação. Essa parece limitar-se, entretanto, às fases de intervenção nas obras alvo de restauração e não necessariamente como registro da obra em si e o uso dessas informações como aporte ao processo de intervenção.**

Outro ponto que merece destaque na teoria de Giovanonni centra-se na ideia por ele defendida de 'desbastamento'[47], a fim de resolver questões práticas como a salubridade de edificações e os problemas de circulação (presentes também na Carta de Atenas que está baseada em seus postulados), mas essas questões práticas deveriam ser encaradas de maneira articulada, sendo subordinadas às razões de cunho cultural. A linha de pensamento Giovanonniana tornou-se conhecida como 'restauro filológico', onde é dada **grande atenção aos aspectos documentais das obras e às marcas de sua passagem ao longo do tempo, respeitando as várias fases e não mais, como fora comum na prática do século XIX, tentar impor na obra um estado completo idealizado, desconsiderando muitas de suas etapas** (2013 [1913-1936], p.22-26).

Outro personagem importante no campo das artes e do patrimônio do século XX foi o italiano **Cesare Brandi**. Com formação em Direito e Letras, dedicou-se sobretudo à crítica e à história da arte, à estética e à restauração de obras de arte. Seus escritos sobre esses temas, e mais especificamente sobre a restauração, são principalmente de base filosófica - o que os diferencia de alguns de seus antecessores [exceto Alois Riegl], cujos escritos são de ordem mais pragmática – atribuindo definições, conceitos e correlações diversas atreladas ao tema da restauração e até então tratados 'empiricamente'. Brandi traz importantes contribuições ao que se tornou conhecido como 'restauro crítico'[48].

Ao longo dos textos apresentados em *Teoria da Restauração*, **Cesare Brandi também não utiliza o termo inventário, porém insiste na importância da documentação e do registro no caso específico das intervenções e, principalmente nos casos onde ocorrerão remoções ou adições, o que novamente se configura como registro do processo de intervenção em si**.

[47] DESBASTAMENTO: Ato ou efeito de desbastar (tornar menos basto (espesso), retirando-se o excesso; diminuir a quantidade de). In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br >. Acesso em: 13.07.2017.

[48] Em nota da tradutora Beatriz Kühl, Giovanni Carbonara [que faz a apresentação do livro de Brandi], afirma que toda intervenção passa a constituir um caso em si [...] e "será a própria obra, indagada atentamente com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica, a sugerir ao restaurador a via mais correta a ser empreendida" (BRANDI, 2008, p.13) [original publicado em 1963].

Brandi coloca uma outra modalidade de intervenção, a qual chama de ‘restauração preventiva’, que conceitualmente assemelha-se à conservação:

> **a restauração não consiste apenas de intervenções práticas operadas sobre a própria matéria da obra de arte**, desse modo não será tampouco limitada àquelas intervenções e, **qualquer providência voltada a assegurar no futuro a conservação da obra de arte como imagem e como matéria, a que está vinculada a imagem, é igualmente uma providência que entra no conceito de restauração**. Por isso é só a título prático que se distingue uma restauração preventiva de uma restauração efetiva executada sobre uma pintura, porque tanto uma como outra valem pelo único e indivisível imperativo que a consciência impõe a si no ato do reconhecimento da obra de arte na sua dúplice polaridade estética e histórica e que leva a sua salvaguarda como imagem e como matéria [...] a restauração preventiva é também mais imperativa, se não mais necessária, do que aquela de extrema urgência, porque é voltada, de fato, a impedir esta última, que dificilmente poderá ser realizada com uma salvatagem completa da obra de arte [...] e é por isso que **não nos quisemos limitar em examinar a restauração na sua passagem à pratica das intervenções, mas fundamentá-la no próprio momento da manifestação da obra de arte como tal na consciência de cada um**. Na reflexão que insurge com aquela revelação súbita, a restauração encontra origem, justificação, necessidade (2004 [1963], p.101-102).

Na Carta de Restauração ou Carta do Restauro, de 1972, apresentada ao final do livro, também constam referências diretas às medidas de salvaguarda e à importância da documentação, como podemos verificar nos seguintes artigos:

> Art. 4º. **Entende-se por salvaguarda toda e qualquer medida conservativa que não implique a intervenção direta sobre a obra**; entende-se por restauração toda e qualquer intervenção voltada a manter em eficiência, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes;
>
> Art. 5º. [...] **qualquer intervenção nas obras referidas no art. 1º deverá ser ilustrada e justificada por um relatório técnico** em que constarão, além das vicissitudes da conservação da obra, seu estado atual, a natureza das intervenções consideradas essenciais e as despesas necessárias para lhes fazer frente;
>
> Art. 8º. [...] **toda intervenção deve ser previamente estudada e justificada por escrito e de seu decorrer deverá ser elaborado um diário, que será seguido por um relatório final, com a documentação fotográfica de antes, durante e depois da intervenção**. Serão ainda documentadas todas as pesquisas e análises eventualmente realizadas com o subsídio da física, da química, da microbiologia e de outras ciências (2004 [1963], p.229-232).

No Anexo B da mesma Carta de Restauração, onde constam as instruções para a condução das restaurações arquitetônicas, ressalta-se ainda que

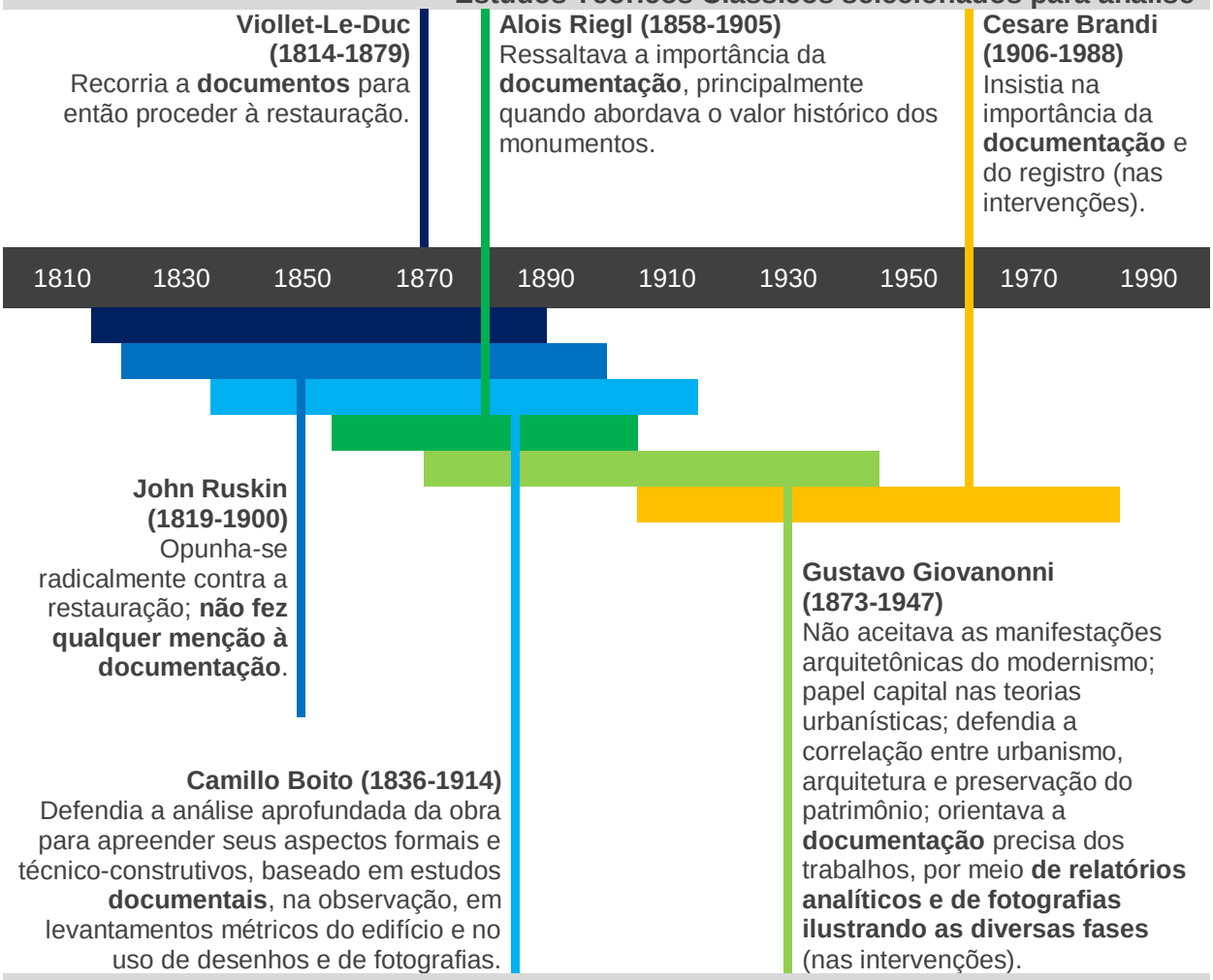
> a elaboração do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um **atento estudo do monumento, feito a partir de diversos pontos de vista (que examinem a sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, os aspectos tipológicos, os traços marcantes e qualidades formais, os sistemas e características estruturais etc.)** em relação à obra originária, assim como os eventuais acréscimos ou modificações. **Serão parte integrante desse estudo as pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas etc., para obter todos os possíveis dados históricos. O projeto será baseado em um completo levantamento gráfico e fotográfico, a ser interpretado também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores**

> **e dos sistemas de proporção**, e compreenderá um acurado e específico estudo para verificar as condições de estabilidade (2004 [1963], p.242-243).

Na totalidade dos documentos consultados, não foi identificada a utilização literal do termo inventário, mas constatou-se, na grande maioria das fontes, referências diretas à 'documentação' e a sua importância. Os elementos que comumente constituem os inventários – **entendidos como instrumentos de documentação, sistematização e preservação** – eram mencionados com frequência nos escritos consultados, como: relatórios, descrição dos aspectos formais, históricos, artísticos, culturais, técnicos-construtivos, além de desenhos, croquis, fotografias, projetos etc. A **figura 05**, apresentada a seguir, mostra uma síntese da aparição do termo 'documentação' nos postulados dos estudos teóricos clássicos selecionados para análise.

Com exceção dos escritos de John Ruskin, em todos os demais postulados consultados, foram identificadas orientações à documentação das obras ou das intervenções nas obras [**ver figura 05**]. Todavia, não há utilização literal do termo inventário nesses textos.

**FIGURA 05- gráfico-síntese da aparição do termo 'documentação' nos Postulados dos Estudos Teóricos Clássicos selecionados para análise**




Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Restaram, todavia, várias questões para reflexão: por que razão esses escritos datados a partir do início do século XIX não citam, literalmente, os inventários, visto que estes

instrumentos já eram conhecidos e utilizados e estavam intrinsecamente vinculados às primeiras preocupações com a preservação do patrimônio na Europa, ainda no final do século XVIII [Revolução Francesa – 1789]? O que a ausência da utilização literal do termo inventário seria capaz de revelar? Seriam falhas na tradução dos textos ou pouca importância para o instrumento em si? Certamente não era o desconhecimento do termo ou instrumento por parte desses teóricos. Porventura esses postulados não exerceram influências ou foram influenciados sobre o que hoje compreende-se por inventários? Será que os autores não se detém nos instrumentos, mas nas informações tidas como relevantes à preservação?

Mas, apesar de tantas questões, a referência nesses escritos consultados aos elementos que passaram a, progressivamente, constituir esses instrumentos de documentação e preservação provam o contrário: que, de algum modo, os inventários influenciaram e foram influenciados pelos postulados. As informações documentais, listadas como muito importantes pela maioria dos teóricos para a preservação de qualquer obra - Viollet-Le Duc, Camillo Boito, Gustavo Giovanonni e Cesare Brandi -, reforçam a relevância desse instrumento como um condensador, um dossiê.

Logo, a despeito da ausência do termo entre os postulados clássicos sobre preservação, de natureza pragmática ou filosófica, a exploração desses escritos mostrou-se imprescindível para a análise do objeto empírico, pois permitiu observar quais temas, abordados nesses postulados clássicos, eram contemplados pelos diversos inventários, em que momento, por que e por quem [órgãos, instituições e/ou profissionais]. Foi importante verificar, por exemplo, em quais inventários era ressaltados aspectos como: a ‘ambiência’ [defendido por Giovanonni]; o ‘valor’ das obras [prenunciado por Camillo Boito em 1884; e apontado por Alois Riegl, em 1903, e Max Dvořák[49], em 1913] e como esse valor era interpretado em cada um dos inventários analisados; que importância era dada aos recursos gráficos [fotografias, croquis, projetos, desenhos, redesenhos, etc.] e como esses recursos eram utilizados para atingir os objetivos propostos pelos inventários.

Mereceu particular atenção a variação na forma e no conteúdo que esses instrumentos coletados apresentaram, apesar do objeto empírico se concentrar na inventariação de uma produção arquitetônica específica, mas não homogênea.

Enfim, além dos vários questionamentos acima colocados, perceber e apresentar essas variações formais e influências conceituais nos discursos construídos pelos diferentes inventários selecionados para análise foi uma das contribuições dessa pesquisa. Essa constatação justificou a opção por manter o tópico, apesar da verificada ‘ausência’ do

[49] Max Dvořák (2018, p.111), por volta de 1913, afirmava que as pessoas se tornavam cada vez mais conscientes de que o homem não é uma máquina e que seu bem-estar não reside apenas em coisas materiais, que o patrimônio artístico era uma fonte de emoções semelhantes àquelas evocadas pelas belezas da natureza. Estas emoções são das mais diversas e podem estar ligadas ao valor artístico dos monumentos, ao seu efeito sobre a paisagem, a sua relação com a paisagem urbana, às memórias ligadas a eles ou aos vestígios da passagem do tempo que os exaltam. e, ao mesmo tempo, à reflexão sobre a passagem do tempo no próprio espectador. Ainda segundo Dvořák, o valor do desfrute de obras de arte antigas não estava limitado a certos grupos de monumentos ou classes de pessoas. Uma simples capela de uma aldeia, uma ruína coberta de hera ou uma cidade antiga poderia proorcionar tanto deleite quanto uma grandiosa catedral, um palácio principesco ou um museu ricamente dotado. Esse prazer estava acessível a qualquer um que fosse sensível aos prazeres espirituais e intelectuais. Não só as obras de arte antigas ganhavam valor, mas tudo o que a arte antiga criou tornou-se precioso, e isso não como uma soma de fatos históricos ou modelos estéticos, mas como um dos conteúdos transcendentais de nossa vida.

termo entre os postulados clássicos sobre preservação, pois defende-se a ideia que os *não-ditos* também são reveladores e provocam reflexões importantes ao conhecimento (DE CERTEAU, 1982 [1974]).

## 1.4 INVENTÁRIOS NAS CARTAS PATRIMONIAIS

Por motivação análoga à exposta no tópico anterior, quando da análise dos postulados dos estudos teóricos clássicos – a estreita relação entre a preservação do patrimônio e os inventários e a compreensão dos sujeitos, de seus lugares e discursos –, esse tópico teve por principal objetivo verificar a presença ou até mesmo a ausência dos inventários nas Cartas Patrimoniais[50], internacionais e nacionais. Esses documentos, cuja produção teve início nas primeiras décadas do século XX e foram diretamente influenciados por alguns dos postulados dos estudos teóricos clássicos, "contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural" (PORTAL EDUCAÇÃO, 2018).

Pretende-se entender: como esses instrumentos específicos de registro e documentação são mencionados ou não nas cartas patrimoniais; se exercem algum papel importante nesses escritos e assim compreender a relevância que essa forma de registro assumiu na atualidade; servir de fundamentação quando da análise do objeto empírico, a fim de entender quais conceitos ainda alimentam esses instrumentos de documentação. Novamente, assim como nos postulados dos estudos teóricos examinados, interessa compreender a influência dos sujeitos, lugares, discursos, ditos e não-ditos e a extensão da transmissão e da propagação dessas ideias (DE CERTEAU, 1982 [1974]).

Com relação às cartas patrimoniais, metodologicamente, optou-se pela leitura de todas as 38 [trinta e oito] cartas disponíveis na publicação do IPHAN organizada por Isabelle Cury (2004), somadas às 5 [cinco] cartas mais recentes – não contempladas na publicação de Cury, mas disponibilizadas no portal do IPHAN - e às 2 [duas] declarações resultantes de conferências realizadas pelo DOCOMOMO Internacional: a Declaração de Eindhoven (1990), e a sua atualização, a Declaração de Eindhoven-Seoul (2014) – também não contempladas na publicação do IPHAN.

Dentre as 45 publicações citadas, foram selecionadas, para um exame mais detalhado ao longo do trabalho, aquelas cartas que, de algum modo, estavam relacionadas ou faziam alguma menção aos inventários de arquitetura. Portanto, foram eliminadas: as cartas que não faziam qualquer referência aos inventários ou à sua importância; aquelas que não tinham por tema a arquitetura – ou seja, tratavam especificamente de temas como arqueologia, turismo, paisagens, sítios, centros históricos, jardins, bens móveis e/ou bens imateriais; e aquelas que temporalmente se distanciavam do objeto empírico

[50] Elaboradas por especialistas e organismos que trabalham com patrimônios culturais, as Cartas somam mais de 40 (IPHAN, 2015) e permanecem atuais, sendo constantemente complementadas (PORTAL EDUCAÇÃO).

do trabalho, ou seja, as que declarada e especificamente tratavam somente de produções arquitetônicas alheias à moderna.

Finalmente, foram selecionadas para apresentação e análise, neste tópico do trabalho de tese, as 13 cartas cronologicamente dispostas no **quadro 02**, apresentado a seguir:

| **QUADRO 02- Relação das Cartas Patrimoniais selecionadas para leitura e análise** | | |
|---|---|---|
| **1931** | **Carta de Atenas** | Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus. |
| **1964** | **Carta de Veneza** | II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (Monumentos e sítios) |
| **1964** | **Recomendação de Paris** | 13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas (Propriedade ilícita de bens culturais) |
| **1967** | **Normas de Quito** | Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico |
| **1968** | **Recomendação de Paris** | 15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas (Obras públicas ou privadas) |
| **1970** | **Compromisso de Brasília** | I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. |
| **1972** | **Carta do Restauro** | Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália |
| **1972** | **Recomendação de Paris** | Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Patrimônio Mundial) |
| **1975** | **Resolução de São Domingos** | I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA |
| **1975** | **Declaração de Amsterdã** | Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu |
| **1976** | **Recomendação de Nairóbi** | 19ª Sessão da UNESCO (Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea) |
| **1980** | **Carta de Burra** | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, na Austrália. |
| **2014** | **Declaração Eindhoven-Seoul** | Atualização da Declaração de Eindhoven realizada na Conferência do DOCOMOMO Internacional e realizada em 2014 na cidade de Seoul. |
| | | Fonte: Elaborado pela autora, 2018 |

A *Carta de Atenas*, elaborada em 1931, trata-se de um documento pioneiro para a temática da preservação. Foi organizada pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações[51]. Em seu tópico VII, o documento discorre acerca da "conservação dos monumentos e a colaboração internacional" e, o item 'c' desse tópico

[51] A Sociedade das Nações foi criada em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, e tinha entre seus objetivos promover a paz, sendo a cultura um dos temas de sua preocupação. O Escritório Internacional de Museus foi criado dentro da estrutura da Sociedade das Nações, em 1926, "empreendendo ações com vistas à preservação de bens culturais" (MOTTA & REZENDE, 2016, p. 10).

trata da “utilidade de uma documentação internacional”. Nesse tópico **verifica-se o uso literal do termo inventário**, quando orienta-se que:

> 1º. **Cada Estado, ou instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e de informações**; 2º. Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos; 3º. Cada Estado deposite no Escritório Nacional dos Museus suas publicações; 4º. O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos; 5º. O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas (CARTA DE ATENAS (1931)).

A Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, mais conhecida como *Carta de Veneza*, é resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ocorrido em maio de 1964, em Veneza. Sucintamente orienta no tópico ‘Documentação e Publicação’, art.16, que:

> **os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias**. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação (CARTA DE VENEZA (1964)).

Observou-se que, **nesse documento, não há orientação direta para a elaboração específica de inventários, mas de relatórios e apenas quando da realização de trabalhos de conservação, de restauração e de escavação em determinado bem**, ou seja, no ato da intervenção, orientação também verificada em alguns dos estudos teóricos clássicos.

A carta resultado da 13ª sessão da Conferência Geral da UNESCO[52], ocorrida em 1964 e mais conhecida como *Recomendação de Paris*, traz recomendações sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícitas de bem culturais. No tópico III que tem por título Medidas Recomendadas, há a seguinte orientação para “identificação e inventário nacional dos bens culturais”:

> para garantir a aplicação mais eficaz dos princípios gerais enunciados acima (no tópico II), cada Estado-membro deveria, na medida do possível, estabelecer e **aplicar procedimentos para a identificação dos bens culturais** definidos nos parágrafos 1 e 2 **que existam em seu território e estabelecer um inventário nacional desses bens. A inscrição de um objeto cultural nesse inventário não deveria alterar de maneira alguma sua propriedade legal. Particularmente, um objeto cultural de propriedade privada deveria permanecer como tal, mesmo após sua inscrição no inventário nacional. Esse inventário não teria caráter restritivo** (RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1964)).

[52] A UNESCO, subsidiária da ONU, propôs “ações de identificação de valores culturais como instrumento básico para o estabelecimento de políticas de preservação de bens culturais, considerando que os inventários são uma ferramenta básica e que, somente por meio da listagem dos bens, sua identificação e classificação, é possível empreender programas sistemáticos de preservação e levá-los adiante” (MOTTA & REZENDE, 2016, p.11).

**Nessa carta, recomenda-se claramente a existência de um inventário nacional de bens culturais, aconselhando-se que este não possua caráter restritivo, ou seja, não alterando a propriedade legal do bem que passasse a fazer parte do inventário.**

Despertou particular interesse no documento resultado da Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, coordenado pela Organização dos Estados Americanos [OEA], em 1967, também conhecido como *Norma de Quito*, a recomendação de "**estender o conceito generalizado de monumento às manifestações próprias da cultura dos séculos XIX e XX**" (NORMA DE QUITO (1967)). O documento não traz quaisquer orientações para elaboração de inventários ou relatórios de bens culturais, mas no tópico de encerramento da carta orienta que **"o projeto** (de valorização de um núcleo urbano de interesse histórico-ambiental de extensão) **deve ser concebido em sua totalidade, sem que se interrompam ou diminuam os trabalhos de classificação, pesquisa e inventário**" (NORMA DE QUITO (1967)).

No documento resultado da 15ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1968, constam recomendações sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas. O documento tornou-se mais conhecido por *Recomendação de Paris (1968)* e, dentre seus Princípios Gerais há a seguinte orientação:

> 4. **Deveriam ser mantidos inventários atualizados de bens culturais importantes, protegidos por lei ou não**. **No caso de não existirem esses inventários, seria preciso criá-los, cabendo a prioridade a um levantamento minucioso e completo dos bens culturais situados em locais em que obras públicas ou privadas os ameacem.** [...] 9. [...] quando uma imperiosa necessidade econômica ou social impuser o traslado, o abandono ou a destruição de bens culturais, **os trabalhos de salvamento deveriam sempre compreender um estudo minucioso desses bens e o registro completo dos dados de interesse** (RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1968)).

O 1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, que ocorreu em 1970 em Brasília, resultou na formulação da carta conhecida como *Compromisso de Brasília (1970)*. Dentre os tópicos que a configuram, vale aqui destacar o que **atribui às universidades o papel de avaliação de inventários**:

> 10. Caberá às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais e municipais, bem assim os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, **no sentido de incentivar a pesquisa quanto à melhor elucidação do passado e à avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna** (COMPROMISSO DE BRASÍLIA (1970)).

Na mesma carta, há um anexo redigido por Lucio Costa que trata da complexidade da recuperação e restauração de monumentos. Uma das justificativas para essa complexidade firma-se na implicação de providências demoradas,

> **como o inventário histórico-artístico do que exista na região, o estudo da documentação recolhida**, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para esse fim, a escolha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas in loco, **a documentação e o registro das fases da obra** e, por fim, a manutenção e o destino do bem recuperado (COMPROMISSO DE BRASÍLIA (1970)).

Colocadas as dificuldades enfrentadas, Lucio Costa também conclama, no anexo da carta, a participação das universidades:

> Apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – obra da vida de Rodrigo M. F. de Andrade – tem procedido ao restauro de monumentos – talha, pintura, arquitetura – em todo o país; mas no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; **é, pois, chegado o momento de cada estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à DPHAN, para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado, que é a raiz do que somos – e seremos** (COMPROMISSO DE BRASÍLIA (1970)).

A *Carta do Restauro*, publicada em 1972, foi elaborada pelo Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália. Não faz referência direta aos inventários, mas **ressalta a importância da documentação, especificamente quando do processo de intervenção** [orientação já verificada na Carta de Veneza e em alguns dos estudos teóricos clássicos]. Em seu art. 8º orienta que: "**qualquer intervenção deve ser previamente estudada e justificada por escrito e deverá ser organizado um diário de seu desenvolvimento, a que se anexará a documentação fotográfica de antes, durante e depois da intervenção**" (CARTA DO RESTAURO (1972)).

No Anexo B da Carta do Restauro, constam instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas, onde novamente se ressalta a **importância da documentação quando do processo de intervenção** direta nas obras:

> **A realização do projeto para restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista** (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, nos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos etc.), **relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade** (CARTA DO RESTAURO (1972)).

Nos parágrafos 1 e 2, do Art.11, da Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, resultado da 17ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em Paris em 1972 e mais conhecida como *Recomendação de Paris*, constam as seguintes recomendações:

> 1. Cada um dos estados-partes na presente convenção apresentará, na medida do possível, ao Comitê do Patrimônio Mundial, um **inventário dos bens do patrimônio cultural e natural situados em seu território [...] Esse inventário, que não será considerado como exaustivo, deverá conter documentação sobre o local onde estão situados esses bens e sobre o interesse que apresentem**.
> 2. Com base no inventário apresentado pelos Estados, em conformidade com o parágrafo 1, **o comitê organizará, publicará e divulgará, sob o título de 'Lista do Patrimônio Mundial', uma lista dos bens do patrimônio cultural e natural**, tais como definidos nos artigos 1º e 2º desta convenção, que considere de valor universal excepcional, segundo os critérios que haja estabelecido. Uma lista atualizada será distribuída pelo menos uma vez a cada dois anos (RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1972)).

A *Resolução de São Domingos*, documento resultado do I Seminário interamericano sobre experiências na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano, ocorrido na República Dominicana em 1974, em seu tópico denominado 'Propostas Operativas' sugere que:

> Em apoio ao estabelecido nas Normas de Quito, o Centro Interamericano de Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico, recentemente criado em Bogotá, deve resgatar, de acordo com os governos de Espanha e Portugal, a documentação de interesse monumental existente em seus arquivos; **cabe-lhe ainda realizar, como atividade prioritária, um inventário dos monumentos que, em território americano, tenham um significado transcendental para o patrimônio da humanidade** (RESOLUÇÃO DE SÃO DOMINGOS (1974)).

O documento resultante do Congresso do patrimônio arquitetônico europeu, ocorrido em Amsterdã, em 1975, tornou-se conhecido como *Declaração de Amsterdã*. Entre suas considerações essenciais, ressalta que **não se deve esquecer da proteção dos edifícios e ambientes com valor cultural da época moderna** (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ (1975)). Também é parte integrante da citada declaração a seguinte recomendação:

> A fim de tornar possível essa integração (entre o planejamento de áreas urbanas, o planejamento físico territorial e a conservação do patrimônio arquitetônico), **é conveniente organizar o inventário das construções, dos conjuntos arquitetônicos e dos sítios, o que compreende a delimitação das zonas periféricas de proteção. Seria desejável que esses inventários fossem largamente difundidos, notadamente entre autoridades regionais e locais, assim como entre os responsáveis pelo planejamento físico-territorial e pelo plano urbano como um todo, a fim de chamar sua atenção para as construções e zonas dignas de serem protegidas, tal inventário fornecerá uma base realista para a conservação, no que diz respeito ao elemento qualitativo fundamental para a gestão dos espaços** [...] Mas a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa dos especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. **A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões** (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ (1975)).

A *Recomendação de Nairóbi*, resultado da 19ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1976, e relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, propõe dentre as 'medidas técnicas econômicas e sociais' que:

> Deveria ser feita uma análise de todo o conjunto, inclusive de sua evolução espacial, que contivesse os dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos. Deveria ser produzido um **documento analítico destinado a determinar os imóveis ou os grupos de imóveis a serem rigorosamente protegidos, conservados sob certas condições, ou, em circunstâncias absolutamente excepcionais e escrupulosamente documentadas, destruídos**, o que permitiria às autoridades suspender qualquer obra incompatível com esta recomendação. Além disso, **deveria ser realizado, com a mesma finalidade, um inventário dos espaços livres, públicos e privados, assim como de sua vegetação** (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI (1976)).

A *Carta de Burra*, por sua vez, é resultado de reunião do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS] ocorrida na Austrália em 1980. **Não utiliza literalmente**

**o termo inventário, mas em seu tópico denominado "procedimentos" orienta, antes e durante as ações de intervenção, o uso de documentos**:

> Art.23. Qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros. **Qualquer transformação do aspecto de um bem deve ser precedida da elaboração, por profissionais, de documentos que perpetuem esse aspecto com exatidão**.
>
> Art.25. Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita, acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com **provas documentais de apoio [fotos, desenhos, amostras etc.]** (CARTA DE BURRA (1980)).

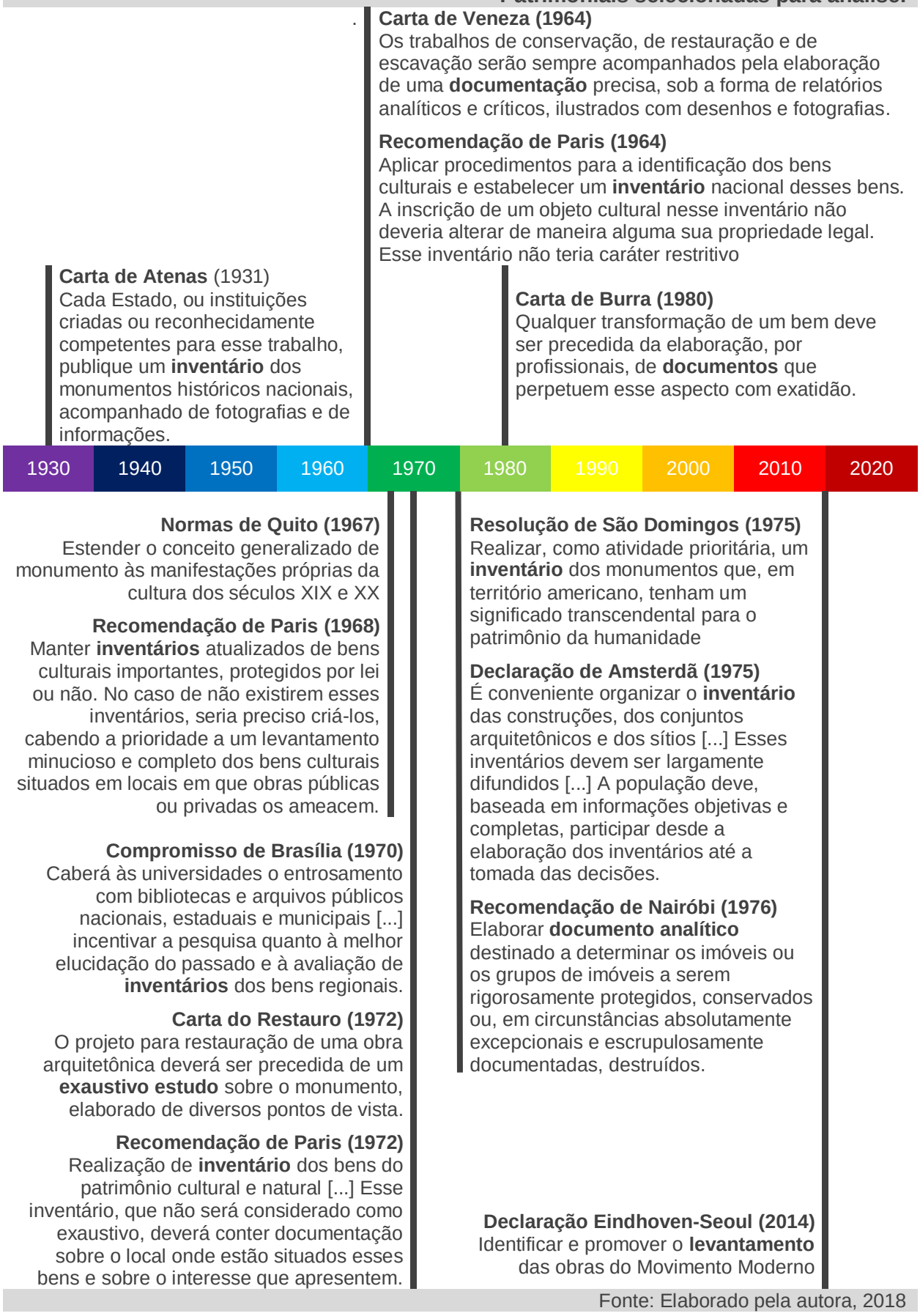
A Declaração Eindhoven-Seoul, de 2014 (ver **anexo D**, p. 232), trata-se de uma atualização da Declaração de Eindhoven, emitida na conclusão da conferência de fundação do DOCOMOMO Internacional, em 1990. Dentre os principais objetivos dessa organização - sem fins lucrativos e dedicada à documentação e à conservação de edifícios, sítios e entornos das obras do Movimento Moderno - estão:

- **Promover o reconhecimento das obras do Movimento Moderno por parte do público, das autoridades, dos profissionais e da comunidade educacional**;
- **Identificar e promover o levantamento das obras do Movimento Moderno**;
- Promover a conservação e (re)utilização de edifícios e sítios do Movimento Moderno;
- Opor-se à destruição e desfiguração de obras significativas;
- Promover e disseminar o desenvolvimento de técnicas e métodos apropriados de conservação e reutilização.
- Atrair financiamento para documentação, conservação e (re) uso das obras;
- Explorar e desenvolver novas ideias para o futuro de um ambiente construído sustentável com base nas experiências passadas do Movimento Moderno.

Como se pode constatar, um dos principais objetivos do DOCOMOMO, expresso na declaração oficial da conferência internacional do órgão, realizada em 2014, é o incentivo ao **levantamento das obras do Movimento Moderno**. Na declaração, especificamente, não há utilização literal do termo inventário, mas para esse **levantamento** sistemático da produção moderna, o órgão, através do seu portal oficial, disponibiliza dois modelos de ficha de inventário – *minimum* e *full* [**ver anexos B e C, respectivamente**].

Como foi possível observar nesse tópico, as cartas patrimoniais são documentos de caráter mais pragmático e basicamente são constituídas por recomendações às administrações de diferentes esferas - internacional, nacionais, estaduais, municipais. Nelas, a utilização do termo inventário é bem mais frequente que nos postulados dos estudos teóricos clássicos, o que é facilmente compreensível por se tratarem de recomendações voltadas às políticas de preservação e não ao restauro, área temática mais específica. Cita-se, com frequência, a importância desse instrumento, os elementos e informações que devem constituí-los e a urgência de sua realização, como se pode observar no gráfico síntese da aparição dos inventários nas Cartas Patrimoniais, apresentado na página seguinte [**ver figura 06**].

**FIGURA 06- gráfico-síntese da aparição do termo inventário e similares nas Cartas Patrimoniais selecionadas para análise.**




Fonte: Elaborado pela autora, 2018

**Nas diversas cartas analisadas, também se observou uma recorrente associação entre a realização do inventário e a necessidade de sua divulgação, garantindo visibilidade às obras registradas e ao próprio instrumento.** Dentre as cartas e declarações analisadas, essa associação foi identificada na Carta de Veneza, em duas Recomendações de Paris - a de 1968 e a de 1972 - e também na Declaração de Amsterdã [**ver figura 06**]. Observa-se que a **visibilidade** é tema central nos inventários e não pode ser ignorada, pois estes também tem como papel fundamental permitir, além da **preservação**, da **documentação**, da **valorização**, o **conhecimento** e o **reconhecimento** das obras inventariadas como patrimônio a ser salvaguardado. Diante da verificada importância desse tema para os inventários, sua discussão será retomada e ampliada nos próximos capítulos do trabalho.

Observa-se, na mesma **figura 06**, uma grande lacuna entre a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964), pelo menos no que diz respeito às Cartas Patrimoniais com recomendações para a realização dos inventários, analisadas na pesquisa. A partir da segunda metade da década de 1960 verifica-se, entretanto, uma intensa retomada da temática patrimonial e da produção de documentos dessa natureza [**ver figura 06**].

Em meados da década de 1960, dentre as recomendações expostas nas Normas de Quito, constava a reivindicação para o reconhecimento patrimonial das produções culturais dos séculos XIX e XX. Essas recomendações coincidem com as datas, colocadas por Theodore Prudon (2008), de reconhecimento patrimonial – em esferas locais – das primeiras obras da produção moderna na Alemanha, França, Holanda e Estados Unidos [ver **quadro 03**, p.71].

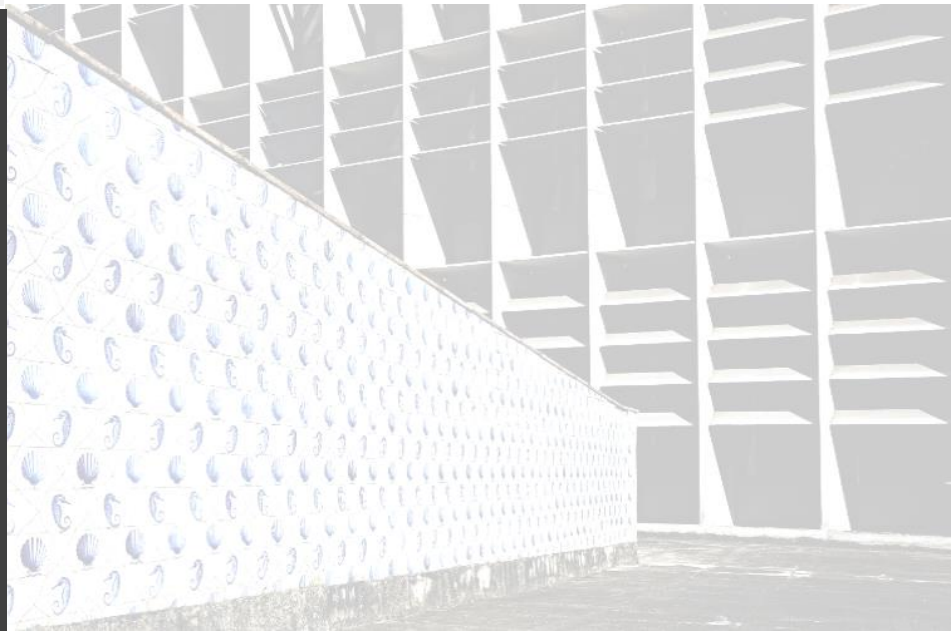
Nas cartas patrimoniais selecionadas para leitura e análise foi possível observar com clareza os inúmeros avanços ocorridos em termos conceituais e também no universo de bens patrimoniais que passaram a ser progressivamente contemplados. Observou-se, inclusive, avanços no reconhecimento da produção moderna. Também ficou clara a influência dos postulados clássicos sobre preservação na elaboração dessas cartas e declarações. Nelas, o uso do termo inventário é frequente, assim como a orientação para sua elaboração como recurso à preservação de obras de reconhecido valor cultural [inclusive nas declarações das instâncias internacional e nacional do DOCOMOMO]. **Entretanto, apesar da recomendação frequente, não foram verificadas preocupações em conceituar o termo ou instrumento; em definir com clareza os seus objetivos; em refletir sobre suas justificativas, metodologias, conteúdo e/ou forma que estes instrumentos deveriam apresentar para atingir seus objetivos, sejam o conhecimento, a preservação, a formação de uma consciência, a documentação, a divulgação, a visibilidade**. A ausência dessas reflexões nos postulados clássicos é compreensível, pela não utilização literal do termo nesses escritos, mas nas cartas patrimoniais essa lacuna sobressai em virtude da frequente recomendação de uso desse instrumento.

O **Capítulo 01** teve por objetivos: conceituar e contextualizar teórica e historicamente a prática de inventariação da arquitetura; verificar a presença dos inventários nos postulados clássicos sobre preservação e nas Cartas Patrimoniais. O cumprimento dessas etapas permitiu investigar a origem do termo, entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro, investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização, entender como esses instrumentos específicos de registro e documentação foram mencionados, ou não, se exerceram algum papel importante nesses escritos ou foram por eles influenciados e, por fim, compreender a relevância que essa forma de registro assumiu na atualidade. Essa construção teórica permitiu a compreensão e fundamentação do processo de identificação, localização, seleção e análise do objeto empírico, permitindo entender quais os conceitos que ainda alimentam esses instrumentos de documentação.

# Capítulo 02

## Arquitetura Moderna e Inventários no Brasil

Este capítulo também compreende parte da fundamentação que orientou a identificação, localização, seleção e análise do objeto empírico. Tem por objetivo, num primeiro momento, entender a relação particular que se constrói entre a arquitetura moderna e o patrimônio no país e, mais especificamente, entre àquela e os inventários de arquitetura; discorrer sobre a existência, ou mesmo ausência, de especificidades na produção arquitetônica moderna, bem como na teoria e prática de preservação dessa produção e em seus inventários, abrangendo discussões recentes sobre essa temática a fim de embasar etapas subsequentes do trabalho. É ainda objetivo desse capítulo contextualizar teórica e historicamente a prática de inventariação da arquitetura no Brasil, a fim de: entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro no país e investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização.



## 2.1 ARQUITETURA MODERNA, ESPECIFICIDADES E CONSCIÊNCIA DE PRESERVAÇÃO

Esse tópico teve por objetivo contemplar temas que deram suporte à análise do objeto empírico da tese, ou seja, os inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil. Mostrou-se necessário entender a relação particular que se construiu entre a arquitetura moderna e o patrimônio no país e, mais especificamente, entre àquela e os inventários de arquitetura, instrumentos de patrimonialização tornados 'oficiais' através da Constituição de 1988, mas cuja importância e reconhecimento foram requisitados no país ainda nas primeiras décadas do século XX. Foi também objetivo primordial deste capítulo discorrer sobre a existência, ou mesmo ausência, de especificidades na produção arquitetônica moderna, bem como na teoria e prática de preservação dessa produção e em seus inventários, abrangendo discussões recentes sobre essa temática a fim de embasar etapas subsequentes do trabalho.

Mas antes de se partir para a análise dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil, interessava compreender o contexto e a forma que essa produção arquitetônica assumiu no país, as vias percorridas para sua implantação, aceitação e reconhecimento, sua relação com as questões patrimoniais e, mais especificamente, com os inventários, instrumentos oficiais de registro de bens, cujo intuito estaria centrado, a princípio, na preservação através da documentação. Enfim, entender a arquitetura moderna, como e quando ela foi produzida no Brasil, sua essência e especificidades para então confrontar essas informações com os inventários dessa produção e assim extrair as análises e considerações pretendidas no trabalho.

**O primeiro tema de interesse desse tópico referiu-se ao surgimento do movimento moderno**. Pode-se afirmar que ele ocorreu na Europa junto com os primeiros anos do século XX. Segundo Prudon (2008, p.4-6), em arquitetura, as caixas brancas de linhas retas – com tetos planos, estruturas ou blocos estruturais em concreto e janelas em fita – estavam diretamente associadas ao início do movimento. Seus subsequentes desdobramentos trouxeram simplicidade, ausência de ornamento, clareza espacial, novas formas de emprego dos materiais e muita luminosidade garantida por amplas janelas. Em determinados contextos ganharam importância o vínculo com as questões sociais, em outros as mudanças estéticas e/ou as inovações tecnológicas, tornando-se todas essas características sinônimos de modernidade em arquitetura (2008, p.4). Para além das características citadas por Prudon, destacaram-se ainda as novas propostas de relação entre a arquitetura e o solo urbano, entre o interior e o exterior dos edifícios, além da flexibilidade, da modulação, do rompimento com algumas formas e composições do passado.

Argan contextualiza o surgimento da produção arquitetônica moderna em meio ao pós-Primeira Guerra Mundial e ao desenvolvimento industrial e tecnológico sem precedentes e por ela acelerado. Afirma que a arquitetura moderna se desenvolveu em todo o mundo a partir de **cinco princípios gerais**: prioridade do planejamento urbano sobre o projeto arquitetônico; máxima economia no uso do solo e na construção; rigorosa racionalidade das formas arquitetônicas, entendidas como deduções lógicas de exigências objetivas; recurso sistemático à tecnologia industrial, à padronização e à pré-fabricação em série em várias esferas da vida cotidiana; concepção da arquitetura e da produção industrial qualificada como fatores condicionantes do progresso social e da educação democrática

da sociedade. Dentro destes princípios deontológicos, o autor aponta o surgimento de "**distintas abordagens problemáticas** e **distintas direções** como consequência das diversas situações objetivas, sociais e culturais", as quais denomina: [01] **racionalismo formal**, que teve origem na França e foi encabeçado por Le Corbusier; [02] **racionalismo metodológico-didático**, que teve origem na Alemanha e na Bauhaus e foi encabeçado por Walter Gropius; [03] **racionalismo ideológico**, que se originou do Construtivismo Soviético; [04] **racionalismo formalista**, que surgiu do Neoplaticismo holandês; [05] **racionalismo empírico** que surgiu nos países escandinavos e teve como principal representante Alvar Aalto; [06] **racionalismo orgânico americano**, encabeçado por Frank Lloyd Wright (ARGAN, 1991 [1988], p.248-249).

Andrade Júnior (2012, p.26-27), amparado pela historiografia internacional, afirmou que a arquitetura moderna[53] poderia ser caracterizada a partir de cinco dimensões: **técnica, formal, funcional, simbólica** e **sociopolítica ou ideológica**. No que diz respeito à **dimensão técnica**, Andrade Júnior amparou-se conceitualmente em CURTIS (2007, p.11) e COLQUHOUN (2005, p.9), que afirmaram, respectivamente, que a arquitetura moderna deveria "se basear diretamente nas novas formas de construção" e defender "uma aceitação entusiasta de um futuro tecnológico aberto". Amparou-se também em CURTIS (2007, p.11) para caracterizar as **dimensões formal, funcional e simbólica**, que afirmava que as "formas deveriam ser liberadas da parafernália das reminiscências históricas", que a arquitetura moderna "deveria ser disciplinada por exigências funcionais" e que seria necessário atender às "aspirações das sociedades industriais modernas", criando "imagens capazes de incorporar os ideais de uma 'era moderna' supostamente definida". Por fim, no que se refere à **dimensão sociopolítica ou ideológica**, amparou-se em KOPP (1990, p. 14) que afirmava que a arquitetura deveria ser reconhecida, acima de tudo, como um instrumento de "transformação da sociedade".

Prudon (2008, p.4-5) afirma que, com o fim da Segunda Guerra Mundial [1939-1945], a arquitetura moderna se estabeleceu definitivamente e sua ascensão teve continuidade. Abarcou diferentes tipologias de edifícios civis e públicos - residências, escolas, edifícios de escritórios, bibliotecas, indústrias, aeroportos – atendendo demandas específicas que surgiram após a Revolução Industrial. A arquitetura moderna tornou-se um símbolo e a esperança de dias melhores. Muitos edifícios governamentais, inclusive, passaram a adotar a aparência moderna - usando largamente o concreto, o aço e o vidro – para insistir na ideia de progresso, austeridade e modernidade. No final da década de 1960, a arquitetura moderna testemunhava o crescimento dos seus princípios estéticos e funcionais que foram se adaptando aos climas e culturas de regiões como a África, a América Latina e a Ásia.

Para Prudon (2008, p.5), o modernismo floresceu na América Latina, sobretudo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a deliberada procura por expressões de identidade, buscada pelos arquitetos, era frequentemente símbolo de ruptura com o passado.

[53] "Evidentemente, não se pretende defender aqui que todas as obras vinculadas à arquitetura moderna apresentem concomitantemente as características listadas acima; muitas obras arquitetônicas modernas de reconhecido valor não o fazem, e outras tantas se opõem frontalmente a algumas dessas características. Essas cinco características, portanto, estão mais presentes nos discursos recorrentes sobre a arquitetura moderna do que na totalidade da sua produção, até mesmo porque essa é bastante diversificada: como qualquer manifestação cultural, a arquitetura – inclusive a moderna – precisou se adequar aos diversos contextos econômicos, sociais e culturais específicos em que se desenvolveu" (ANDRADE JÚNIOR, 2012, p.27).

Mas antes que o modernismo fincasse definitivamente raízes em solo latino-americano, mudanças expressivas ocorreram em vários de seus países, ainda no século XIX, nas esferas política, econômica, social e cultural, e estas foram determinantes para incorporação da modernidade e de seus símbolos[54].

O Brasil foi um dos países da América Latina que atravessou esse ciclo intenso de mudanças e passou a buscar elementos culturais que de algum modo lhe trouxessem afirmação e identidade. No caso específico brasileiro, essa "busca de identidade" passou a se mover "entre lugar, tradição e modernidade" (TINEM, 2006, p.22). As primeiras décadas do século XX foram decisivas para o país, quando intelectuais, artistas e políticos, ao passo que buscavam a 'identidade nacional' – sem abrir mão da interlocução com os acontecimentos internacionais –, defendiam a implementação de experiências inovadoras em diversas esferas - artística, formal, científica, tecnológica, teórica, arquitetônica, etc.

Em eventos, nacionais e internacionais, que atraíam personagens influentes no cenário brasileiro, discutiam-se temas de interesse ao presente trabalho – o movimento moderno e a preservação do patrimônio. Aliás, esses temas nasceram praticamente integrados no país, não podendo ser ignoradas nem as contribuições do movimento moderno, nem o fato de que alguns dos personagens responsáveis pela implantação dos ideais modernos estavam diretamente vinculados aos órgãos e organizações dedicados à preservação do patrimônio nacional, fundados também no início do século XX, e às primeiras ações de reconhecimento, preservação e restauração do país.

Vários trabalhos acadêmicos e publicações atestam uma possível especificidade para o caso brasileiro na relação que se estabeleceu entre o movimento moderno e a preservação do patrimônio no país, influindo decisivamente nos pressupostos adotados e nas escolhas estabelecidas. O trabalho de Gonçalves aponta essa especificidade brasileira:

> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi instituído, na década de 1930, em uma conjuntura muito peculiar, pois talvez estivessem, pela primeira vez, reunidos em um único movimento, vanguarda artística e patrimônio arquitetônico, tradição e ruptura, passado e modernidade. Certamente, esta particularidade teria reflexos no plano prático da preservação, ou seja, nos projetos de restauro e conservação de edificações e sítios históricos a serem realizados, por todo o Brasil, pelo órgão federal de patrimônio cultural (GONÇALVES, 2007, p.29 *apud* CERÁVOLO, 2013).

Mas para Cerávolo (2013), essa questão está longe de ser esgotada e precisa ser "confrontada de forma sistemática com o contexto internacional, europeu e latino-americano". É bem provável a existência de situações análogas entre os países latino-americanos, que certamente se depararam com contextos similares, mas é fato que, o Brasil de inícios do século XX, em meio a tantas buscas, questionamentos, perspectivas e diante de uma política progressista e desenvolvimentista e de alguns personagens-chave - intelectuais, arquitetos, escritores, engenheiros etc. -, torna-se terreno fértil para

[54] Processos de independência; mudanças de gostos, costumes e hábitos decorrentes de trocas culturais intensificadas e de fatores internos como a promulgação de leis que culminaram com a abolição da escravatura e suas várias implicações sociais e econômicas; importação e desenvolvimento acelerado de meios de comunicação (ferrovias, energia elétrica, telégrafos etc.) e de inúmeras tecnologias; além da busca de identidades culturais que lhes trouxessem significação.

a difusão do movimento moderno, que finca raízes profundas no país, tornando-se inclusive “alvo do olhar estrangeiro”, como atesta Nelci Tinem:

> acontecia algo importante no hemisfério sul do continente americano, mas não se sabia exatamente o quê [...] [nesse cenário] se destacava a produção arquitetônica brasileira. Já não como um imenso campo de trabalho inexplorado, como o viu Le Corbusier em sua primeira visita ao Brasil em 1929 ou como um país em busca de uma renovação da arquitetura, como o apreciou Frank Lloyd Wright em 1931, mas como uma manifestação original e específica dos princípios do ideário moderno (TINEM, 2006, p.15).

Ainda de acordo com Tinem e justificando, de certo modo, o contexto social, econômico e político particular encontrado pelo movimento moderno quando de sua implantação no país:

> essa produção, dirigida a uma minoria privilegiada ou às encomendas estatais, atendia aos requisitos de monumentalidade dos governos populistas e autoritários, aliados à burguesia nacional em busca de sua afirmação. Além disso, provia uma arquitetura com valores simbólicos capazes de provocar os sentimentos de identificação do país com o progresso, garantir seu ingresso no mundo moderno e alcançar a modernidade, ainda que fosse só simbolicamente (TINEM, 2006, p.17).



**FIGURA 07:** Detalhe dos *brises-soleil* do edifício do Ministério da Educação (1936-1944). Os elementos de amenização climática passaram a ser largamente utilizados no Brasil e, aliados a outras características, tornaram a peculiar a arquitetura moderna nacional, atraindo o olhar estrangeiro. Disponível em: < http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe >. Acesso em: 05.06.2017.



**FIGURA 08:** Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e militares, anos 1940. Lucio Costa tinha trânsito fácil entre políticos e intelectuais e teve uma atuação decisiva na difusão dos ideais modernos no Brasil. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/ 2010.3/2608>. Acesso em: 01.06.2017.

Dentre as características marcantes dessa produção nacional, que chamaram a atenção do olhar estrangeiro, podem-se citar os elementos de adaptação climática como os *brises-soleil* [**ver figura 07**], os elementos vazados e os generosos beirais, a plasticidade das formas, a integração das artes e o paisagismo exuberante.

Como parte da investigação sobre o processo de implantação da arquitetura moderna no Brasil e, também, dos inventários dessa produção, faz-se relevante conhecer um pouco dos sujeitos, lugares e discursos que foram construídos, pois, como se observará nos próximos tópicos, **o Brasil foi pioneiro em se tratando do reconhecimento patrimonial da produção moderna.**

Dentre os personagens tidos como estratégicos na construção de um discurso de identidade nacional, que aliava tradição e modernidade, está Lucio Costa [1902-1998], que também foi determinante no engendramento de uma trama historiográfica hegemônica que se estabeleceu no país. Exímio articulador e influenciador, de trânsito

fácil entre políticos e intelectuais [**ver figura 08**], teve uma atuação decisiva na difusão dos ideais modernos no Brasil.

Tinem afirma que a trama engendrada por Lucio Costa privilegiava o vínculo da produção moderna com a tradição colonial e vinculava essa arquitetura que utilizava os princípios modernos ao lugar. Em sua versão para a gênese da arquitetura moderna brasileira figuravam o edifício do Ministério da Educação [1936-1944] e Oscar Niemeyer, como ícone e protagonista, respectivamente (TINEM, 2006, p. 29).

Aliado diretamente à Lucio Costa na propagação desse discurso estava Rodrigo Melo Franco de Andrade[55] [1898-1969], personagem de grande importância, principalmente para a ampliação da questão patrimonial no Brasil. Seu declarado envolvimento com os ideais modernos e sua difusão no país também é fato incontestável, participando ativamente de manifestações culturais e vinculando-se diretamente a intelectuais do movimento modernista[56].

Mario de Andrade também foi personagem de destaque para o fortalecimento do discurso de identidade nacional. Propôs, em 1936, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [SPHAN] e indicou, ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para sua direção. O SPHAN foi então consolidado pelo Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937 e dentre as principais realizações:




**FIGURA 09:** capa do livro *Brazil Builds*, Philip Goodwin, 1943. Disponível em: <http://kunsthallewien.at/#/blog/2016/09/political-concrete-new-materials-and-architecture-brazilian-modernity>. Acesso em: 05.06.2017.




**FIGURA 10:** contracapa do livro *Modern Architecture in Brazil*, Henrique Mindlin, 1956. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/352 >. Acesso em: 07.05.2017.

> organizaram uma grande equipe de profissionais – pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, mestres de obra – para a realização de inventários, estudos e pesquisas; execução de obras de conservação, consolidação e restauração de monumentos; **organização de arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares; reunião de valioso acervo fotográfico**; e estruturação de biblioteca especializada. Rodrigo realiza programas de treinamento de técnicos, coordena trabalhos de recuperação das instalações do SPHAN, empreende disputas judiciais, se empenha pela sobrevivência institucional da entidade, e se

[55] Durante exatos trinta anos, de 1937 a 1967, Rodrigo Melo de Andrade esteve à frente da instituição de proteção ao patrimônio cultural brasileiro e, após a sua aposentadoria, em 1967, integrou o Conselho Consultivo do SPHAN, onde permaneceu até a sua morte, em 11 de maio de 1969 (PORTAL IPHAN).

[56] Dentre os intelectuais, profissionais e colaboradores de Rodrigo Melo de Andrade, destacam-se Lucio Costa, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Tarsila do Amaral, Pedro Nava, Oscar Niemeyer, Luiz de Castro Faria, Sérgio Buarque de Holanda, Heloísa Alberto Torres, Vinícius de Morais, Gilberto Freyre, Renato Soeiro, Lígia Martins Costa, Sylvio de Vasconcellos, Augusto Carlos da Silva Teles, Alcides da Rocha Miranda, José de Sousa Reis, Edson Motta, Judith Martins, Paulo Thedim Barreto, Miran de Barros Latif, Luís Saia, Airton Carvalho, Edgar Jacinto da Silva, entre outros (PORTAL IPHAN).

> esforça em promover, no Brasil e no exterior, uma **consciência nacional de preservação do patrimônio cultural do país** (PORTAL IPHAN).

De acordo com a filha de Rodrigo Melo de Andrade, Clara de Andrade Alvim, em uma entrevista de 1958, seu pai reconhecia que a missão de proteger o Patrimônio era frequentemente tida como antipática e espinhosa, porém declarava com simplicidade que um monumento é tombado "**quando os técnicos do Patrimônio Histórico e Artístico o consideram, definitivamente, como obra de valor histórico para a nação**" (ALVIM, 2012).



**FIGURA 11:** Lucio Costa, Frank Lloyd Wright e Gregori Warchavchik em visita à casa na rua Toneleros, em 1931. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.018/829>. Acesso em: 07.06.2017.

Arquitetos-escritores, nacionais e internacionais, também assumiram papel relevante nesse processo de afirmação, reconhecimento e visibilidade da arquitetura moderna brasileira e na difusão da versão que a vincula à tradição colonial. O arquiteto norte-americano Philip Goodwin [1885-1958] adotou, de certo modo, a trama defendida por Lucio Costa. Publicou o livro *Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942* [**ver fig. 09**], em 1943, reforçando o elo que se estabeleceu entre essas distintas e temporalmente distantes produções nacionais, centrado na adaptação ao clima e nos artifícios utilizados para sua concretização, ou seja, os *brise-soleil* anexados às grandes superfícies envidraçadas, para controle solar e lumínico (TINEM, 2006, p.29-31).

O arquiteto brasileiro Henrique Mindlin [1911-1971] publicou, em 1956, *Modern Architecture in Brazil* [**ver fig. 10**] e ampliou consideravelmente a divulgação do universo de exemplares da produção moderna no país, ratificando o elo entre a tradição colonial e a modernidade. Assim, até o final da década de 1950, personagens e discursos eram praticamente uníssonos na difusão de uma versão historiográfica que buscava uma identidade nacional pautada no vínculo entre a tradição e a modernidade.

Entretanto, destoando do discurso até então enfatizado, em 1965, surgiu uma segunda interpretação historiográfica tecida pelo escritor, jornalista e crítico literário brasileiro Geraldo Ferraz (1905-1979) no livro *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940* [**ver figuras 11 e 12**]. Ferraz atribuiu as origens da arquitetura moderna produzida no Brasil aos "avanços tecnológicos da arquitetura de engenheiros e em uma nova ética arquitetônica, e não na herança clássica e na tradição portuguesa", privilegiou o papel das vanguardas artísticas, das revoluções estéticas e de Walter Gropius como "grande coordenador das ideias do século XX na transformação da vida social" (TINEM, 2006, p.33-35).

Entretanto, independentemente das diferentes versões historiográficas acima expostas, **uma produção moderna de envergadura se realizou no país e se tornou bastante reconhecida, sendo objeto de inúmeras publicações, nacionais e internacionais.**

**Um <u>segundo</u> tema de interesse desse tópico do trabalho de tese trata-se da consciência e do interesse pela preservação da produção moderna.** De um modo geral, Prudon afirma que o interesse pela preservação geralmente começa "com os colecionadores, que trazem a atenção para a arte e os artefatos de um período em particular e, uma vez que uma quantidade suficiente de tempo tenha se passado – entre vinte e cinco e trinta anos – permite uma reflexão e, uma provável nostalgia" (PRUDON, 2008, p. 6).

Passada essa etapa inicial, do olhar e atenção dos colecionadores, aconteceria então o reconhecimento de determinado arquiteto ou edifício, o que implicaria numa expansão da **consciência** e da apreciação para o período artístico como um todo. Esses ícones passariam então a ser notados como **significantes** e se tornariam foco de preservacionistas, especialmente se passassem a sofrer **ameaças** como deteriorações materiais, demandas por manutenção, obsolescência física ou funcional, demolição, mudanças insensíveis, fatos que comumente acontecem à medida que os edifícios se aproximam da marca de meio século (PRUDON, 2008, p. 6).

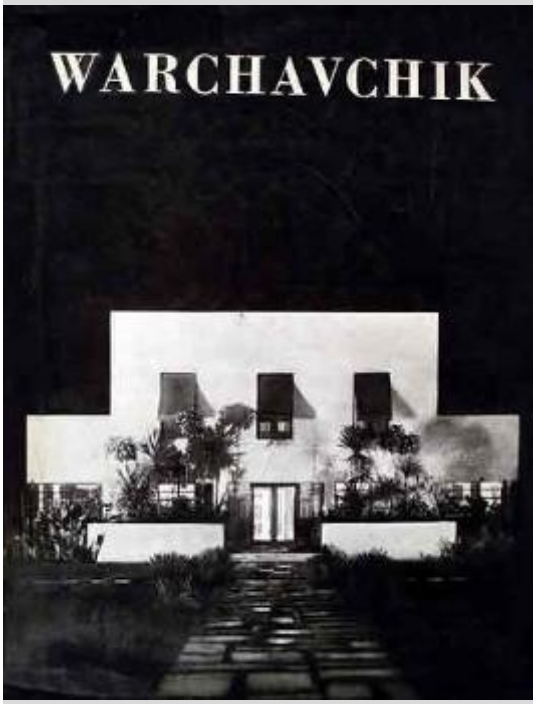



**FIGURA 12:** capa do livro *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.018/829>. Acesso em: 07.06.2017.

Prudon (2008, p. 7) afirma ainda que, **a partir do sucesso ou mesmo fracasso na tentativa de preservação desses ícones, a consciência pública e os esforços de preservacionistas se expandiriam para incluir outros edifícios, arquitetos e 'tendências', culminando com a aceitação do período artístico como digno de salvaguarda.** O autor ressalta ainda que, para a arquitetura moderna, ocorreria um padrão similar, embora em tempos diferentes, em países diferentes e por razões diferentes.

Ainda de acordo com Prudon (2008), a consciência para a preservação da arquitetura moderna teve início na Europa, onde também ocorreu o surgimento dessa produção, e através de olhares mais atentos sobre os ícones do movimento. Esse interesse inicial em edifícios modernistas como símbolos patrimoniais, entre os anos de 1950 e 1960, ocorreu, sobretudo, quando mudanças insensíveis e demandas por manutenção começaram a ameaçar bens de significância do movimento.

Para o autor, os primeiros interesses patrimoniais em edifício modernistas cresceram lentamente e foram gradualmente reforçados por revisões em legislações – a princípio locais, em países como Alemanha, França, Holanda e Estados Unidos [**ver quadro 03**] - e pelo aumento de tentativas governamentais para identificação de importantes edifícios do período.

O reconhecimento desse passado recente como uma herança valiosa, todavia, só ganharia impulso definitivamente a partir dos anos 1990 (2008, p. 7). O **quadro 03**, apresentado a seguir, baseado nos escritos de Prudon, aponta sucintamente os edifícios modernos que trouxeram a questão à tona em seus respectivos países.

| QUADRO 03- Relação de obras modernas significativas que suscitaram o interesse pela preservação dessa produção. | | | |
|---|---|---|---|
| **Bauhaus** (Alemanha Oriental) | Walter Gropius | 1925 | Símbolo da inserção do movimento moderno na Alemanha, foi reparada na década de 1940; em **1964** foi reconhecida oficialmente (local); em **1974** teve reconhecimento nacional (Alemanha Oriental) (PRUDON, 2008, p. 7). |
| **Unité d'Habitation de Marseilles** (França) | Le Corbusier | 1947 | Primeiro trabalho de Le Corbusier a ser reconhecido pelo governo francês, em **1964** (PRUDON, 2008, p. 7-8). |
| **Ville Savoye** (França) | Le Corbusier | | Em **1963** tiveram início seus trabalhos de conservação por intermédio da Fundação Le Corbusier, da Associação dos Amigos de Le Corbusier e do Ministério da Cultura da França (PRUDON, 2008, p. 7-8); |
| **Sanatório de Tuberculose Zonnestraal** (Holanda) | Jan Duiker Bernard Bijvoet Jan G. Wiebenga | 1926 | Na Holanda, a questão veio à tona no início da década de **1960**, quando um ícone do movimento moderno tornou-se ameaçado; com o controle da doença, o edifício foi parcialmente abandonado e somente entre as décadas de **1990** e **2000**, o edifício teve sua significância reconhecida (PRUDON, 2008, p. 9); |
| **Weissenhof – Deutscher Werkbund** (Alemanha Ocidental) | 17 arquitetos (Le Corbusier, Mies van der Rohe, J.J.P. Oud etc.) | 1927 | Durante a Segunda Guerra algumas casas (ao todo eram 33 casas e 63 apartamentos) foram danificadas e posteriormente demolidas; esforços de preservação tiveram início em **1956** e resultaram em uma listagem de reconhecimento local em **1958**; entre **1981** e **1987** foram feitas renovações e remoções de adições posteriores (PRUDON, 2008, p. 9); |
| **Nottingham Boots Pharmaceutical Factory** (Inglaterra) | Owen Williams | 1932 | Em **1970**, ocorreram mudanças na legislação Inglesa ampliando a listagem dos bens de significância arquitetônica, histórica ou cultural. Só eram parte dessa lista bens construídos até 1840 e, após a mudança, passaram a ser incorporados bens edificados até 1939. Apenas em **1987** essa listagem foi novamente ampliada passando a incorporar edifícios construídos após 1939. No ano 2000, cerca de 315 edifícios, construídos após a Segunda Guerra, foram incluídos na Listagem do Patrimônio Inglês (PRUDON, 2008, p. 9-12) |
| **Glass House** (Estados Unidos) | Philip Johnson | 1949 | O final da década de **1960** testemunhou a inclusão dessa e de outras edificações modernas no registro nacional de edifícios importantes, marcando o surgimento do movimento de preservação nos Estados Unidos, que cresce durante as décadas seguintes e amplia o leque de edifícios modernos de interesse para além das obras de Frank Lloyd Wright. |
| Fonte: Elaborado pela autora [2017] com base em informações do livro de PRUDON (2008) | | | |

Além dos exemplos mencionados no **quadro 03**, alguns casos emblemáticos atestaram a ampliação definitiva do tema da preservação de edifícios modernos e também de seus dilemas: a reconstrução do Pavilhão de Barcelona – projeto de Mies van de Rohe, construído em 1929 e demolido no ano seguinte –, cuja proposta data de 1980, sendo iniciada três anos depois; e a inclusão do edifício da Bauhaus em Dessau [Alemanha], em 1996, e a comuna francesa de 'Le Havre' [França], em 2005, na Lista do Patrimônio Mundial (PRUDON, 2008, p. 10-12).

No final da década de 1980 foi fundado o DOCOMOMO Internacional, que significou outro impulso considerável para "a discussão e estudo da história e conservação da arquitetura moderna". Após menos de um ano de sua fundação, o DOCOMOMO organizou uma conferência sediada em Eindhoven, na Holanda que atraiu cerca de 140 profissionais de vinte países diferentes. A conferência foi concluída com a elaboração de um documento [Declaração de Eindhoven] que "**estabeleceu metas para reunir e divulgar informações sobre a arquitetura moderna e para expandir a preservação" para além dos edifícios icônicos** (PRUDON, 2008, p. 11).

**Todavia, contrariando o que foi colocado por Theodore Prudon, no Brasil, as primeiras iniciativas de salvaguarda do patrimônio moderno aconteceram antes mesmo das europeias e por motivos distintos dos acima expostos pelo autor.** Em 1947, ocorreu o tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha [MG]; no ano seguinte, ocorreu o tombamento da edificação e do acervo do Ministério da Educação e Cultura, conhecido posteriormente como Palácio Capanema [RJ], apenas quatro anos após sua inauguração; em 1956 e 1959, respectivamente, ocorreram os tombamentos da Estação de Hidroaviões [RJ] e do Catetinho [Brasília], todos antes da década de 1960.

Como justificativa para a salvaguarda de uma produção tão recente, Rodrigo de Andrade afirmava que "**a razão da preservação é tributária da noção de perda. Só se preserva aquilo que se corre o risco de perder. Mas acho que há outro conceito que explica muita coisa, que é o conceito de valor**" (ANDRADE, 1987, p.94). **Como se pode observar, não foi a noção de perda, nem ameaças de qualquer natureza, que justificaram as iniciativas de preservação do patrimônio moderno no Brasil. Ao deliberá-las, Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do IPHAN, provavelmente amparava-se conceitualmente na ideia de valor defendida pelo teórico Alois Riegl no início do século XX [1903] e por Max Dvořák [1916].**

**O <u>terceiro</u> tema de interesse desse tópico diz respeito à questão da existência de especificidades na produção arquitetônica moderna.** Para entender esse tema, fez-se necessário contextualizar a inserção dessa produção temporalmente. Camillo Boito, ao final do século XIX, reconhecia a **ruptura entre passado e presente** (BOITO, 2008 [1884], p. 15-16). **A arquitetura moderna surgiu imersa nessa nova percepção temporal e em meio a uma revolução industrial e tecnológica sem precedentes, marcada pelo aparecimento e experimentação de novos materiais e técnicas construtivas que rapidamente se tornaram obsoletos, revelaram falhas imprevistas e deram lugar quase que imediatamente a outros materiais e técnicas mais atualizados.** Ratificando essa ruptura, na primeira década do século XXI, Prudon (2008, p.23) continuava afirmando que essa distância entre passado e presente estava cada vez menor, não apenas culturalmente, mas também fisicamente e que, esse acelerado

encurtamento temporal carregava consigo um processo intenso de **vulnerabilidade material e imaterial e uma rápida obsolescência física e cultural**.

A arquitetura tradicional, com materiais e técnicas construtivas consagrados pelo tempo, aparentemente tem encontrado respaldo para sua preservação nas teorias, leis e cartas patrimoniais elaboradas ao longo dos séculos XIX e XX – apesar da consciência de finitude dos materiais, ou seja, do conhecimento que, em algum momento, todo material precisará ser substituído, em virtude de sua obsolescência física natural.

Porém – contrariando o que está posto na Declaração de Amsterdã (1975), que afirma que "a significação do patrimônio arquitetônico e a legitimidade de sua conservação são atualmente melhor compreendidas" –, **quando se trata da preservação da produção arquitetônica moderna[57], parece que o tema ainda se encontra mergulhado em dilemas que entram em confronto direto com princípios e práticas da preservação tradicional**. Isso ocorre, sobretudo, porque a arquitetura moderna tem peculiaridades e a sua preservação exige conceitos e práticas específicos[58] e uma das distinções fundamentais entre essa produção arquitetônica e as tradicionais está na **necessidade de substituição extremamente acelerada de materiais, técnicas e tecnologias construtivas, muitas vezes empregados de forma experimental** (PRUDON, 2008) (OKSMAN, 2017).

Ratificando esse confronto entre a preservação da produção moderna e os princípios e práticas da preservação tradicional, Prudon (*apud* Moreira, 2011, p.165) cita alguns casos de intervenções radicais[59] em edifícios modernos – a Igreja de *Notre Dame Du Raincy*, projeto de Auguste Perret em 1923; a *piscina dos pinguins do zoológico de Londres*, projetada por Berthold Lubetkin, em 1930; e o *Sanatório de Zonnestraal*, projetado por Duiker e Bijvoet, em 1927 –, que **"seriam condenadas pelas convenções da conservação, mas tiveram de ser feitas para salvaguardar esses edifícios, exemplificando os desafios que a conservação desta arquitetura traz para a arquitetura moderna".**

Além da distinção fundamental – necessidade de substituição extremamente acelerada de materiais, técnicas e tecnologias construtivas –, Theodore Prudon aponta outros sete dilemas [expostos na coluna da esquerda do **quadro 04** apresentado a seguir] existentes entre as produções moderna e tradicionais. Ao trabalho de tese, cabe **refletir sobre**

---

[57] Em 1998, Prudon (p. 89) afirmava que parecia ironia "preservar uma arquitetura que era, em seu período de afirmação, contrária a qualquer forma de preservação". Para Moreira (2011, p.158), é necessário superar de vez a noção de que a modernidade era contrária à preservação e "é preciso admitir que conservar a arquitetura moderna não é contra a essência da própria modernidade".

[58] Ratificando e atestando a existência de especificidades na produção moderna, o governo espanhol criou, como parte do Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha [IPCE], um setor específico para tratar do tema no país, oficializando a necessidade de um tratamento diferenciado para a produção moderna.

[59] A estratégia do processo de conservação em edifícios modernos "**não pode ser apenas "consertar" o que deu "errado" ou envelheceu precocemente**. A intervenção do material deve respeitar sua autenticidade. No entanto, **não podemos superestimar o valor dos materiais, porque, como já foi notado por vários autores, os materiais por si só não definem a essência dessa arquitetura, mas a forma como eles foram usados e o espaço que eles criaram**. Isso não é uma permissão para que sejam consideradas as diferentes intervenções que ele sofreu para se voltar a uma condição imaculada e ideal, mas para alertar que **o conceito de autenticidade deve ser ampliado para incluir espaço e intenção projetual"** (MOREIRA, 2011).

**como e quais desses dilemas interessariam ao inventário da produção moderna** [considerações expostas na coluna da direita do mesmo **quadro 04**].

Revela-se importante compreender e dar visibilidade aos conceitos, especificidades e necessidades dessa produção para então se pensar sua preservação, alinhando as teorias [postulados de estudos teóricos, cartas e declarações patrimoniais, legislações, etc.] e práticas existentes às necessidades da produção moderna. Os inventários podem ser aliados importantes nesse processo pois, estão intrinsecamente vinculados aos conceitos e práticas de preservação, como atestado no Capítulo 01. Interessa ao trabalho refletir sobre o papel desse instrumento de documentação, preservação, valorização e visibilidade no processo de salvaguarda dos exemplares dessa produção. O **quadro 04**, busca através de um raciocínio paralelo, refletir sobre os dilemas, apontados por Prudon (2008, p. 23-26), e o interesse dos inventários sobre cada um deles:

**QUADRO 04: paralelo entre os dilemas da preservação da produção moderna, elencados por Theodore Prudon (2008), e o que interessa aos inventários da produção arquitetônica moderna**

| DESAFIOS ENFRENTADOS PARA PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO MODERNA [PRUDON] | O QUE INTERESSA AO INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO MODERNA |
|---|---|
| **[01] A percepção da arquitetura moderna como patrimônio**, ou seja o reconhecimento do valor dessa produção pelo grande público; essa percepção e aceitação ainda é um grande obstáculo dentre os esforços de preservação; | Interessa aos inventários da produção moderna contribuir para o reconhecimento do valor dessa produção através da formação de uma consciência, de uma mentalidade de preservação, divulgando e dando **visibilidade** a sua produção; esse é um dos principais objetivos dos inventários; |
| **[02] A obsolescência funcional e física:** a demanda por edifícios com funções cada vez mais específicas representou, contrariamente, sua rápida obsolescência pois, aceleradamente, esses edifícios foram colocados diante de novas demandas e especificidades, que ameaçavam sua continuidade de uso e até mesmo sua preservação; a constante atualização de padrões de segurança, saúde e acessibilidade, de sistemas elétricos e mecânicos e de acabamentos interiores também exigiu dessas edificações constantes renovações e substituições com implicações físicas; | Se renovações e substituições são necessárias e imprescindíveis à permanência e preservação da produção moderna, prevista inclusive por seus idealizadores, quando pensavam em flexibilidade, mutabilidade e desenvolvimento, interessa aos inventários da produção moderna o **registro dessas distintas fases da obra, documentando os materiais, as técnicas e as intenções projetuais idealizadas para cada uma dessas etapas subsequentes**; ao inventário interessa exercer o papel de documento [dossiê], contribuindo para a conservação das memórias que se mostrarem necessárias; |
| **[03] A intenção projetual:** essa é outra questão central e polêmica em edifícios modernos, com implicações diretas nos princípios e práticas das teorias tradicionais de preservação; a preservação da arquitetura moderna requer uma mudança de foco, uma atenção especial para expressões intangíveis manifestadas em edifícios modernos; a significância da arquitetura moderna gravita em torno de seu aspecto conceitual, da intenção projetual do arquiteto, e não apenas em aspectos estritamente físicos e materiais do edifício (relação com a tese de PELLEGRINI (2007)); | Interessa aos inventários da produção moderna a descrição dos valores, da significância, dos conceitos e intenções intrínsecos ao projeto original e às etapas subsequentes da obra; esses conceitos e intenções comuns à produção moderna alinham-se à questões imateriais, cada vez mais contempladas por diversos órgãos de conservação, mas não no que tange à arquitetura, considerada um patrimônio essencialmente material; interessa ainda atuar na valorização e no reconhecimento dos aspectos considerados mais relevantes, materiais e/ou imateriais, em um bem específico [restauro crítico]; |

| | |
|---|---|
| **[04] O intenso uso do vidro**: esse material garantia transparência, continuidade visual e permeabilidade lumínica, aspectos essenciais para compreensão e significância dessas edificações; para além da relação interior-exterior proporcionada pelo uso do vidro, o material em si é extremamente vulnerável e requer substituições frequentes; | Esse ponto colocado por Prudon relaciona-se, diretamente, aos dois anteriores e interessa aos inventários da produção moderna, novamente, documentar as distintas fases, os materiais e as técnicas empregados em cada uma delas e contribuir para a preservação e o reconhecimento dos valores essenciais, materiais e/ou imateriais, àquele bem moderno em específico – dentre os quais também podem figurar a transparência, a continuidade visual e a permeabilidade lumínica; |
| **[05] A evidência de idade ou espessura do tempo:** seja sob a forma de degradação por intempéries ou pátina - aceita e até mesmo apreciada em arquiteturas tradicionais; em edifícios modernos, a pátina é muitas vezes vista como falha de desempenho do material, que deve manter-se reluzente e pujante, sempre com aspecto de novo (relação direta com os valores de *Antiguidade* e de *Novidade*, apresentados na obra de Alois Riegl). | Interessa aos inventários da produção moderna atuar na ampliação da interpretação desse dilema para o caso da preservação da produção moderna; trata-se de uma produção relativamente recente, que ainda não foi submetida a um processo de 'decantação' e de reconhecimento de seus valores e conceitos essenciais, "devendo" manter-se com "aspecto de novo"; interessa ao inventário atuar na valorização, na visibilidade e na preservação dos conceitos e elementos essenciais dessa produção; |
| **[06] A autenticidade**: esse é um critério muito considerado nas teorias tradicionais de preservação, mas que precisa ter sua interpretação ampliada quando se trata especificamente da preservação de edifícios modernos, onde a significância e a intenção projetual são, por vezes, mais importantes que a própria materialidade da edificação; | Novamente, interessa aos inventários da produção moderna atuar na ampliação da interpretação desse dilema, o que se dará a partir da valorização, da visibilidade e do reconhecimento dos conceitos e princípios essenciais da produção moderna, que ultrapassam questões materiais e, consequentemente, de autenticidade da obra; foi possível observar nas análises nos inventários da produção moderna que, nesses instrumentos, ainda se atribui grande valor à autenticidade da obra, o que merece reflexão; |
| **[07] A reconstrução:** esse é um dilema presente nas teorias contemporâneas de preservação; a reconstrução de pavilhões de exposições e de outros tipos de edificações modernas tem sido uma prática cada vez mais recorrente, em virtude principalmente do fácil acesso aos documentos, desenhos e plantas originais, além das fotografias e, em algumas situações, da participação do autor do projeto; essa farta fundamentação documental elimina as hipóteses, frequentemente citadas nas cartas patrimoniais como obstáculos às reconstruções; Prudon questiona, enfim, se essa prática da reconstrução pode atualmente ser chamada de preservação. | Esse foi um tema e uma possibilidade abordada por Alois Riegl (2014 [1903]) no início do século XX quando tratou a questão da cópia, atribuindo-lhe validade "desde que essa seja um auxiliar para a pesquisa científica, e não um substituto *in totum* do original"; a farta fundamentação documental, que Prudon cita nesse tópico e que elimina as hipóteses à reconstrução, pode ser facilmente garantida pelos inventários [dossiês], não restando grandes obstáculos às reconstruções [colocadas evidentemente como cópias]; mas, esse é um tema que ainda precisa ser bastante amadurecido, teórica e conceitualmente, e também interessa aos inventários atuar nessa discussão; |
| Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do livro de PRUDON (2008, p.23-26) | |

**A existência de especificidades na produção moderna foi atestada na bibliografia consultada. Entretanto, os inventários dessa produção, salvo algumas poucas exceções, ainda continuam ignorando essas especificidades e reproduzindo modelos aplicados a produções precedentes, em forma e conteúdo.**

A necessidade de reflexão sobre os dilemas colocados por Prudon – e de outros que porventura sejam postos por estudiosos dessa produção –, e sobre as especificidades dessa produção precisam ser contempladas pelas teorias e práticas de preservação contemporâneas. Os inventários podem atuar decisivamente sobre essa questão, pois entre os seus objetivos primordiais estão a preservação, a documentação, a valorização, o reconhecimento e a visibilidade.

## 2.2 INVENTÁRIOS NO BRASIL

No Brasil e de acordo com Paulo Ormindo de Azevedo (1987, p.22), as catalogações do patrimônio cultural remontam ao período colonial, mas atendiam à funções utilitárias (contábeis ou estatísticas), distintas dos atuais modelos, os culturais. Como exemplo, o autor citava "o inventário realizado por Francisco Mesquita, escrivão da Fazenda Real, dos prédios existentes em Recife e Maurícia, realizado após a expulsão dos holandeses" do território pernambucano. Outro exemplo, citado por Azevedo (1987, p.22) e Miranda (2008), refere-se ao inventário realizado pelo Frei Agostinho de Santa Maria, ainda no primeiro quartel do século XVIII:

> efetuou o levantamento e a descrição das imagens da Virgem Maria e dos templos que se encontravam no Arcebispado de Bahia e nos Bispados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo o trabalho divulgado nos volumes 9 e 10 da obra denominada "Santuário Mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora", que foi publicado em Lisboa no ano de 1722. (MIRANDA, 2008).

Ainda de acordo com Azevedo (1987, p.22), foi "com Mário de Andrade que o problema do **inventário**" foi colocado em sua verdadeira dimensão. Encarregado pelo ministro Gustavo Capanema, em 1936, de realizar os estudos sobre a organização do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), **Mário de Andrade lançou as bases legais, administrativas e teóricas da preservação do patrimônio brasileiro e propôs "uma atualíssima metodologia de inventariação" com os seguintes requisitos**:

> **1- Fotografia ou várias fotografias; 2 – Explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação etc.; 3 – Quando possível, nome do autor e biografia deste; 4 – Datas; 5 – Justificação do seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico no caso de pertencerem a uma destas categorias** (AZEVEDO, 1987, p.82).

De acordo com Miranda (2008, p.2), todavia, essa **luta pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e pela institucionalização do inventário no país teve início ainda na década de 1920**, ou seja, ainda antes da contribuição de Mário de Andrade, sendo encabeçada por intelectuais e lideranças políticas do período, em estados como a Bahia e Minas Gerais. Neste último e de acordo com Miranda,

> a obrigatoriedade de inventariação dos bens culturais está presente em todas as tentativas de criação de uma legislação de proteção aos bens culturais do país anteriores à criação da SPHAN no ano de 1937, como nos anteprojetos de lei dos deputados federais Luis Cedro (1923), Augusto de Lima (1924), José Wanderlei de Araújo Pinho (1930) e da comissão criada para este fim pelo Governo do Estado de Minas (MIRANDA, 2008, p.2).

Como afirmado, em 1936, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto para a criação de um serviço de patrimônio no Brasil. No mesmo ano e em caráter provisório, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade (PORTAL IPHAN). Em 1937, através do art.134 da Constituição, houve a ampliação da defesa do patrimônio cultural com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública e a **criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [SPHAN]**, primeira instituição governamental, de âmbito nacional, voltada para a proteção do patrimônio cultural do País [Lei 378/1937]. Ainda no mesmo ano foram publicados o Decreto-Lei nº 25/1937, regulamentando o instituto do Tombamento no Brasil, o primeiro número da Revista do SPHAN e o primeiro volume de Publicações do Patrimônio (PORTAL IPHAN).

Olender (2010) afirmou que, no Brasil, "**a preocupação com a inventariação do nosso patrimônio encontra-se presente desde os primórdios do SPHAN**". Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 1939, apontava para a necessidade e urgência desta ação. Dez anos mais tarde, o arquiteto Lucio Costa, à frente da Divisão de Estudos e Tombamento do DPHAN, também relatava a importância da inventariação em seu "Plano de Trabalho", escrito em 1949[60].

Informações do portal do IPHAN relatam que, com a criação do SPHAN, em 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, teve início, oficialmente, a realização do **inventário do patrimônio brasileiro, voltado primordialmente para os monumentos arquitetônicos**, face às dificuldades legais de se inventariar bens móveis, geralmente de propriedade particular. No ano seguinte à criação do órgão, o SPHAN realizou o "**tombamento** de 234 bens, em 10 estados, dentre eles, os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Serro e Tiradentes (MG)" (PORTAL IPHAN).

**O discurso oficial evidencia, recorrentemente, a importância da realização do inventário mas, não consta a informação nem relatórios ou listagens dessa ação em concomitância ao tombamento dos inúmeros bens do barroco mineiro listados anteriormente**, o que leva a pensar que essas iniciativas – inventário e tombamento - não estavam necessariamente integradas, pois, passados cerca de cinquenta anos da criação do SPHAN [1937], ou seja, em 1987, em artigo publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Azevedo (1987, p.82-85) **ainda reivindicava *status* de maior importância para o inventário. Essa solicitação indicava que as inventariações ocorridas nesse intervalo de tempo, quando ocorreram, não tiveram seus objetivos alcançados ou não contemplaram o universo originalmente dimensionado**.

Azevedo (1987, p.83) criticava o **pouco privilégio do inventário no país ao afirmar que estando "subordinado ao tombamento, o inventário não teria, porém, o desenvolvimento que seria desejável"**, pois os recursos eram limitados diante de um acervo crescente e os tombamentos estavam restritos a casos estritamente necessários, produzindo cifras modestas quando comparadas a outros países. Essa importância secundária atribuída aos inventários no Brasil, em relação ao tombamento, era motivo de reclamações frequentes, justificando a ineficiência desses instrumentos no Brasil, quando comparados aos efeitos alcançados em países como a França. Azevedo (1987),

[60] O Plano de trabalho elaborado por Lucio Costa para a divisão de estudos e tombamento da DPHAN está disponível em: http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/4136.

incentivador da prática no Brasil, ressaltava sua importância para o recenseamento da cultura brasileira ao afirmar que, “a par de sua função precípua, desempenha um papel notório na preservação do acervo cultural, podendo ser transformado em um instrumento complementar ao tombamento”. Na mesma publicação, ainda expunha que:

> o sucesso destas políticas provocou um novo interesse pelos inventários culturais, na década de 60, que inaugura uma nova etapa na luta pela preservação do patrimônio cultural em todo o mundo. Em 1962, a UNESCO recomendou aos países membros a realização de inventários nacionais como base à cooperação internacional na proteção do Patrimônio Mundial. Três anos mais tarde, o Conselho de Cooperação Cultural da Europa promove uma reunião em Palma de Maiorca para **definir os critérios e a metodologia do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu.** O ICOMOS, por sua vez, promove reuniões internacionais em Barcelona (1976) e Varsóvia (1977) na tentativa de compatibilizar os inventários nacionais (AZEVEDO, 1987, p.84).

Importante frisar que essa reivindicação de Paulo Ormindo de Azevedo acontecia um ano antes da promulgação da **Constituição de 1988**, da qual foi assessor e **quando o inventário foi então, pelo menos teoricamente, colocado em posição de igualdade junto a outras formas de acautelamento**, através do art. 216, §1º, onde consta que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL,1988).

A França juntamente com outros países como a Alemanha, Portugal e Espanha, nesse período, certamente já eram um importante parâmetro na utilização dos inventários. Junto com a classificação - equivalente ao tombamento no Brasil -, e não de modo secundário, os inventários franceses constituíam um instrumento efetivo de salvaguarda, o que aparentemente frustrava as iniciativas nacionais de inventariação. Rodrigo Melo Franco de Andrade reconhecia as limitações dos órgãos, em âmbito nacional e estadual, no que tange à amplitude do tombamento e da inventariação, certamente em virtude dos limitados recursos técnicos e financeiros, o que não os impedia de ressaltar sua importância e urgência.

> na década de 1970, o inventário, enquanto **‘inventário de conhecimento’**, desenvolve-se de forma mais estruturada no Brasil. Isto deve-se à atuação de Paulo Ormindo de Azevedo, que implementou, a partir de 1973, o **‘Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia [IPAC-BA]**’. Este descende, diretamente do **‘Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu’**, cujas diretrizes metodológicas foram publicadas, em 1970, na Itália (OLENDER, 2010).

Ainda sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia [IPAC-BA] e de acordo com BAHIA (2007, p.8) *apud* Santos (2014, p.19), “o inventário baiano teve seu primeiro volume referente aos monumentos da cidade de Salvador publicado em 1975 e durante quase três décadas de sua produção foram publicados sete volumes abrangendo 1081 edifícios de interesse cultural, dispersados por todo território baiano”.

De acordo com Santos (2014, p.39-40) somente a partir da década de 1980, começaram a surgir no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN][61], em suas

[61] A partir da década de 1970, o DPHAN passa a ser chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Neste período ocorre a descentralização das ações de preservação e tem início o desenvolvimento regional de importantes acervos documentais (SANTOS, 2014, p.39).

diversas coordenações regionais[62], **trabalhos envolvendo o registro de bens não tombados**. Mas, como afirmado, não foram identificados relatos da realização sistemática de inventários em concomitância aos tombamentos. Ao contrário, Santos afirma que:

> estes trabalhos são marcados pela **multiplicidade de métodos e formas de registros, e da abordagem de diversos tipos de bens, conforme diagnóstico realizado pela Equipe de Inventários e Pesquisas do DID/IPHAN** (1998, p. 16). **A partir 1988, com o advento da Nova Constituição que estabelece inventários como instrumentos de proteção ao patrimônio, o Instituto procura sistematizar nacionalmente a produção de inventários. Com este objetivo, ocorre em 1995 o "Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN"** (SANTOS, 2014, p.39-40).

De acordo com Lia Motta e Maria Beatriz Rezende, dentro da estrutura do IPHAN, "um espaço institucional específico para os trabalhos de inventário somente se estabeleceu em 1987 com a criação da Coordenação de Registro e Documentação [CRD][63]", um ano antes desse instrumento se tornar uma das formas de acautelamento e preservação no texto da Constituição Brasileira de 1988. A partir dessa data, "o ato de registrar e documentar e o tratamento da documentação ganharam um lugar próprio na instituição", pois antes disso, "essas ações ocorriam de forma subordinada às demandas dos setores que se encarregavam dos estudos de tombamento e das obras de conservação e restauração" (MOTTA & REZENDE, 2016, p.23-24).

> A documentação e, consequentemente, os inventários passaram no novo contexto a ter também a função de se constituírem como uma ação de preservação do patrimônio em si mesma, por meio do reconhecimento de que os registros e a documentação conservam em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre os mesmos, independentemente dos seus suportes originais (MOTTA & REZENDE, 2016, p.23-24).

No citado texto da Constituição de 1988, as formas de acautelamento e preservação - **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação - parecem assumir a mesma relevância, o mesmo peso jurídico. É o que afirma o promotor de justiça Marcos Paulo Miranda (2008, p.15) quando coloca que, por força do novo texto constitucional, "o tombamento – antes visto, já de forma equivocada, como o único instrumento de preservação do patrimônio cultural existente no ordenamento jurídico brasileiro – passou a ser considerado como apenas um deles".

[62] Atualmente, no Brasil, a preservação do patrimônio acontece em três instâncias que, nem sempre, estão interligadas em cooperação mútua: municipais, estaduais e federais.

[63] No início da década de 1990 a Coordenação de Registro e Documentação [CRD] passou a se chamar Departamento de Identificação e Documentação [DID] e sua atuação, de acordo com Motta & Rezende, "foi marcada pela intensificação e diversificação dos trabalhos de inventário, com forte aposta na informatização dos dados como meio de garantir a futura integração das informações dos diferentes métodos, a disponibilização dos dados e sua manipulação visando à construção de conhecimento e permitindo sua constante atualização" (MOTTA & REZENDE, 2016, p.23-24).

Todavia, de acordo com artigo de Yussef de Campos, "**o inventário não possui uma regulamentação infraconstitucional[64] federal como os demais dispositivos**", o que tem levado municípios e estados, mais preocupados com a questão, a buscar suprimir tal lacuna: a ausência de uma lei regulamentadora do instituto do inventário (CAMPOS, 2013).

De acordo com Miranda (2008, p.18-19) e o Governo do Estado da Bahia, as primeiras iniciativas legislativas estaduais couberam aos seguintes estados: Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual nº 10.116, de 1994, que tratou do inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural, disciplinando sucintamente, mas de forma importante, o seu regime jurídico; Bahia, através da Lei nº 8.895 de 16 de dezembro de 2003, que apontou o inventário para preservação como um dos institutos de proteção do patrimônio cultural existente em seu território; e Minas Gerais, através do Projeto de Lei 1698/2007, que regulamentou o regime jurídico dos bens materiais inventariados como patrimônio cultural. Miranda afirma ainda que:

> esse mecanismo de proteção carece ainda, em nosso meio, de normatização infraconstitucional que venha melhor explicitar os seus efeitos jurídicos e os requisitos para sua publicidade, a fim de gerar maior segurança jurídica para a comunidade e o poder público, bem como evitar conflitos de interpretação sobre esse valioso mecanismo de proteção ao patrimônio cultural (MIRANDA, 2008, p.18-19).

A falta de regulamentação infraconstitucional certamente constitui-se como uma das razões que enfraquecem o papel do inventário no processo de preservação patrimonial, mas, é importante salientar que este "pode se dar por diversas formas, inclusive pelo tombamento, mas não somente por ele" (MIRANDA, 2008, p.15).

Entretanto, apesar dos trinta anos passados da promulgação da **Constituição de 1988**, os dispositivos de acautelamento e preservação, que figuram junto ao tombamento, ainda não são vistos como tais. Essa petição pelo reconhecimento do inventário é ainda mais antiga, remonta aos primórdios da estruturação do órgão oficial de proteção no país (SPHAN, 1937), ou seja, já são cerca de oitenta anos de reivindicações. Comparando o uso do inventário no Brasil com outros países como França, Portugal e Espanha, Miranda avalia que:

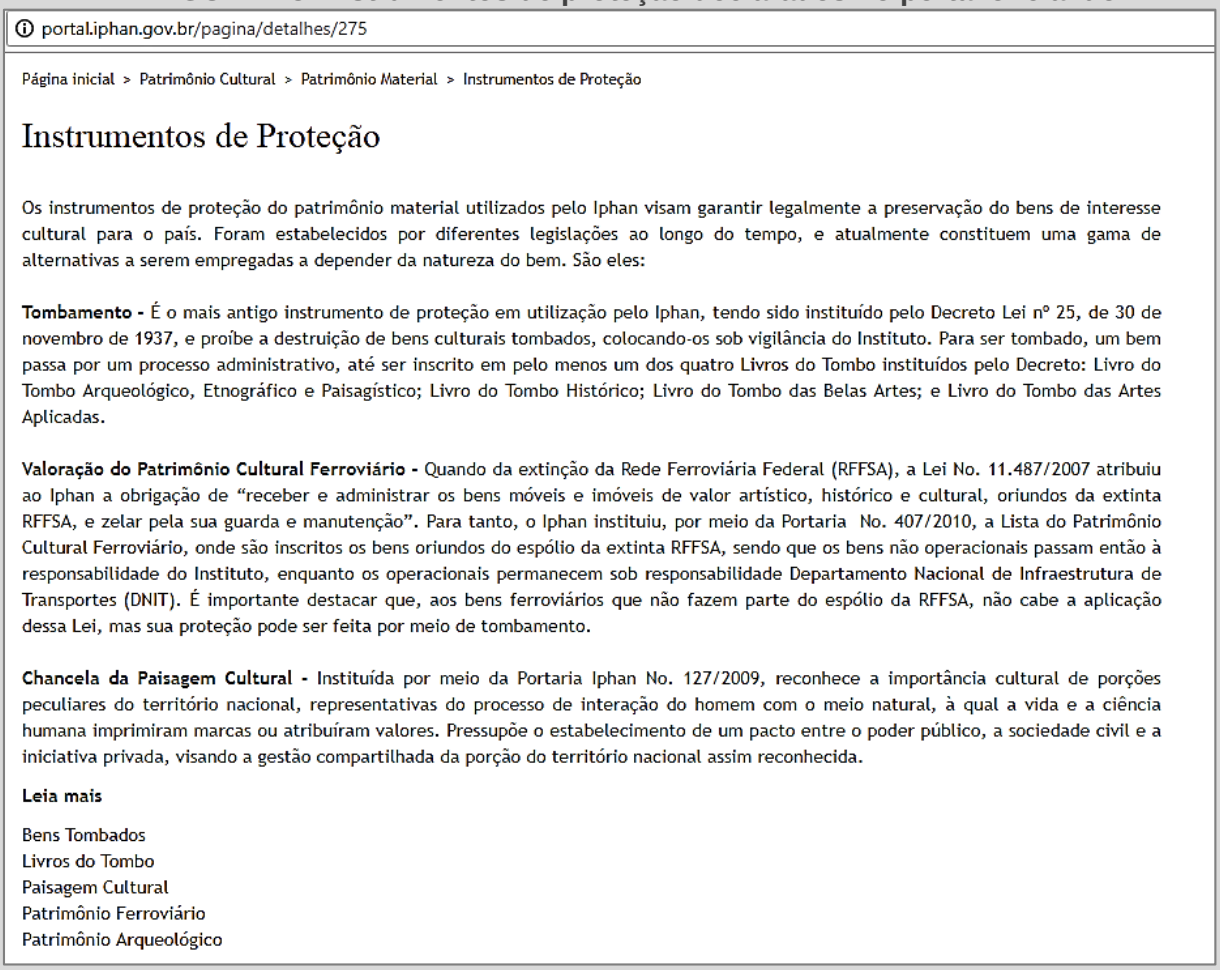
> Destarte, fica absolutamente claro que no direito comparado **o instituto do inventário é considerado forma autônoma de proteção aos bens culturais, com regramentos jurídicos precisos e bem definidos, contribuindo decisivamente para uma maior preservação dos bens culturais, sem a necessidade de se lançar mão do instituto mais restritivo e obtuso da classificação, que se equivale ao nosso tombamento.** Parece-nos não haver dúvida que o legislador constituinte brasileiro quis, ao introduzir expressamente no texto da Lex Magna o inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural nacional, contar com essa inteligente e eficiente forma

[64] Em nosso ordenamento jurídico não há, ainda, lei nacional (regulamentação infraconstitucional do instituto do inventário) regulamentando especificamente os efeitos decorrentes do inventário enquanto instrumento de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Independentemente da ausência da lei regulamentadora acima referida, entendemos que os órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro podem e devem realizar o inventário de bens de valor cultural e que, com a inventariação, consequências jurídicas advêm para o proprietário do bem (desde que cabalmente cientificado do ato) e para o próprio ente responsável pelo trabalho técnico (MIRANDA, 2008, p.17).

> alternativa de proteção aos nossos bens culturais. Entendimento diverso, permissa *venia*, implicaria em negar vigência ao texto constitucional (2008, p.14).

Estranhamente, inclusive, o inventário não aparece no portal oficial do IPHAN, órgão responsável pela preservação de bens de interesse nacional, como instrumento de proteção do patrimônio material, onde figuram apenas o Tombamento, a Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário e a Chancela da Paisagem Cultural, como se pode observar na **figura 13**, apresentada a seguir.

**FIGURA 13- instrumentos de proteção declarados no portal oficial do IPHAN**



portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275

Página inicial > Patrimônio Cultural > Patrimônio Material > Instrumentos de Proteção

## Instrumentos de Proteção

Os instrumentos de proteção do patrimônio material utilizados pelo Iphan visam garantir legalmente a preservação do bens de interesse cultural para o país. Foram estabelecidos por diferentes legislações ao longo do tempo, e atualmente constituem uma gama de alternativas a serem empregadas a depender da natureza do bem. São eles:

**Tombamento -** É o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

**Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário -** Quando da extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), a Lei No. 11.487/2007 atribuiu ao Iphan a obrigação de "receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, e zelar pela sua guarda e manutenção". Para tanto, o Iphan instituiu, por meio da Portaria No. 407/2010, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, onde são inscritos os bens oriundos do espólio da extinta RFFSA, sendo que os bens não operacionais passam então à responsabilidade do Instituto, enquanto os operacionais permanecem sob responsabilidade Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). É importante destacar que, aos bens ferroviários que não fazem parte do espólio da RFFSA, não cabe a aplicação dessa Lei, mas sua proteção pode ser feita por meio de tombamento.

**Chancela da Paisagem Cultural -** Instituída por meio da Portaria Iphan No. 127/2009, reconhece a importância cultural de porções peculiares do território nacional, representativas do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Pressupõe o estabelecimento de um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

**Leia mais**

Bens Tombados
Livros do Tombo
Paisagem Cultural
Patrimônio Ferroviário
Patrimônio Arqueológico

Fonte: Portal IPHAN

Todavia, como apresentado, desde 2017, o IPHAN lançou uma plataforma, conhecida como **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG**[65], e entendida como o inventário do IPHAN, pois "tem por objetivo integrar os dados sobre o patrimônio cultural [...] do Brasil". De acordo com o órgão, esse sistema "possui um conjunto de fichas estruturadas para a captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou inventário" e foi "desenvolvido para reunir um amplo e diversificado conjunto de

[65] Não foi localizado, a partir do Portal do IPHAN, nenhum *link* que redirecionasse o usuário ao SICG, apesar do sistema ter sido elaborado pelo órgão.

informações referentes às cidades históricas brasileiras", configurando-se como "uma ferramenta de apoio para a gestão e proteção do patrimônio cultural" (PORTAL IPHAN).

Como afirmado, no que diz respeito, especificamente**, à preservação de exemplares da arquitetura moderna no Brasil**, pode-se afirmar que essa preocupação surgiu quase que concomitantemente à implantação dessa produção no país e à instauração dos seus primeiros órgãos patrimoniais, por volta da década de 1930. Como exemplo, pode-se citar o **tombamento**, apenas onze anos após a instauração do IPHAN, da edificação e do acervo do Ministério da Educação e Cultura ou Palácio Capanema [RJ], em 1948, processo nº.375. Sua construção foi iniciada em 1936, um ano antes da criação do SPHAN, e concluída em 1944 e o seu **tombamento** ocorreu apenas quatro anos após sua inauguração.

Além do Palácio Capanema, tem-se o registro do **tombamento** [verificado na Lista de Bens Tombados[66] do IPHAN], de várias outras obras da produção moderna. Como exemplo, pode-se citar: a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, tombada em 1947 (nº.373); a Estação de Hidroaviões, no Rio de Janeiro, em 1956; o Catetinho, em Brasília, em 1959; os jardins do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, em 1964; o prédio da Associação Brasileira de Imprensa [ABI], no Rio de Janeiro, entre 1983 e 1984; dentre outros. Alguns desses edifícios modernos listados, entretanto, aparecem atual e parcialmente registrados no SICG/IPHAN.

Porém e, infelizmente, **não foram identificados sinais de inventariação dessas obras em concomitância com os seus tombamentos**. As pesquisa indicam, entretanto, que essas ações não necessariamente caminharam juntas ou que uma antecedeu a outra e vice-versa. Paulo Alonso (2009), por exemplo, reclamava surpreso a ausência de um inventário das obras tombadas em Cataguases, Minas Gerais, em 1994, quando da realização das pesquisas para a elaboração do livro *Arquitetura Modernista Cataguases: Guia do Patrimônio Cultural*, publicado em 2009.

Como afirmado no início deste capítulo, o discurso, intencionalmente construído, e propagado pelos personagens já conhecidos - tanto com a difusão dos ideais modernos, quanto com a preservação o patrimônio no país - declarava, num primeiro momento, o vínculo entre o moderno e a tradição, exaltando as figuras de Le Corbusier e Oscar Niemeyer; num segundo momento, a narrativa perpassou pelas vanguardas artísticas, revoluções estéticas e pela figura de Walter Gropius e Gregori Warchavchik[67].

Logo, o **tombamento** precoce desses exemplares de arquitetura moderna no Brasil não ocorreu por acaso. Os principais fundadores do SPHAN declaradamente defendiam os ideais do Movimento Moderno que se difundiam internacionalmente naquele período. Dentre esses personagens, se destacam Lucio Costa, Alcides da Rocha Miranda e

[66] Ver: Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938- 2018). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018. Acesso em: 25/07/2018.

[67] Coincidências à parte, as obras desse arquiteto foram reconhecidas pelos órgãos patrimoniais e tombadas duas décadas após a publicação do livro de Geraldo Ferraz e após a saída de Rodrigo de Andrade da presidência do IPHAN. A Casa modernista de Warchavchik – constituída pela casa, o jardim e o bosque que o circundam – na Rua Santa Cruz, nº.325, foi tombada em 1984; a Casa na Rua Bahia, nº.1126, foi tombada em 1985; e a Casa de Warchavchik, localizada na Rua Itápolis, nº.961, em 1985.

Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para Andrade e, ao que parece, justificando as iniciativas de tombamento de edifícios modernos no país:

> a razão da preservação é tributária da noção de perda. Só se preserva aquilo que se corre o risco de perder. **Mas acho que há outro conceito que explica muita coisa, que é o conceito de valor**. Conceito de valor na opção sociológica do termo, ou seja, só tem valor o que é aceito por toda uma cultura, por toda uma sociedade. Uma coisa que tenha valor só para mim, num conceito de valor individual ou valor de uso, isso não interessa ao patrimônio. **Acho que esse conceito social de valor é que é importante. Parece-me que ele nos ajuda a clarear por exemplo a questão do que preservar** (ANDRADE, 1987, p.94).

Pelo que está posto por Rodrigo Melo de Andrade, certamente não foi a ameaça de perda desses exemplares, nem a urgência de sua documentação, pois o acesso aos projetos arquitetônicos, executivos e complementares era teoricamente fácil nos órgãos então responsáveis por sua aprovação e, além disso, muitos dos profissionais[68] e escritórios diretamente envolvidos nesses projetos – arquitetos, projetistas, desenhistas, engenheiros – ainda estavam vivos e atuantes. Alguns deles, inclusive, trabalharam no IPHAN. O 'conceito social de valor' citado pelo autor e, possivelmente amparado nos escritos de Alois Riegl, na transcrição da mesa redonda intitulada 'Patrimônio Edificado I: conservação/restauração' apresentada na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (n.22, 1987), foi utilizado como justificativa para o precoce tombamento de várias obras modernas, visto que os demais critérios se distanciavam desse acervo recente. Prudon (2008, p.23) reitera o exposto ao afirmar que critérios primários de seleção patrimonial como tempo e raridade estão desaparecendo e dando lugar a julgamentos acerca do que é realmente importante e que está ao alcance.

Nas últimas décadas, entretanto, se começa a perceber uma forte ameaça de perda dos exemplares da produção moderna por todo o país, verificada em incontáveis demolições, descaracterizações, abandonos, exemplificados com maestria no livro de Luiz Amorim, intitulado *Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista*, que reivindica atenção para o problema.

Ao trabalho de tese em questão interessava saber como e quando os inventários de arquitetura moderna surgiram e se as distintas versões historiográficas implicaram em modificações na visão dos então responsáveis pelas escolhas dos bens inventariados e tombados pelos órgãos patrimoniais no país. Indícios puderam ser encontrados nos inventários e tombamentos realizados por esses órgãos. Interessava ainda saber quais dessas obras modernas foram inventariadas, como, por que e por quem.

Foi possível constatar que a prática de inventariação, que é diferente do tombamento, da arquitetura moderna nacional ganhou um impulso considerável com a instauração da sede do DOCOMOMO Brasil, aliada ao surgimento de vários programas de pós-graduação em arquitetura pelo país, no início da década de 1990. As pesquisas apontaram ainda que a realização dos inventários dessa produção não aconteceu, necessariamente, vinculada ao tombamento de bens significativos, ou anteriores a eles, ou seja, muitos dos bens tombados nacionalmente não foram inventariados, como bem atestou Paulo Alonso, em sua experiência de elaboração do inventário e guia da cidade de Cataguases, em Minas Gerais. As pesquisas indicam ainda que os inventários de

[68] Ainda sobre a situação dos arquitetos vivos, há sites com o acervo completo e detalhado desses profissionais - que muitas vezes se assemelham a inventários - com projetos arquitetônicos completos, fotografias, modelos tridimensionais etc., como por exemplo o do escritório de Glauco Campello.

arquitetura moderna produzidos no país estão atual e principalmente sendo conduzidos pelas academias – por profissionais ou grupos de profissionais a elas vinculados - e por órgãos específicos como o DOCOMOMO Brasil e seus núcleos regionais, o ICOMOS, ou a Fundação Fiocruz.

Houve, por iniciativa conjunta do IPHAN e do DOCOMOMO Brasil, em julho de 2008, a Formação do Grupo de Trabalho 4: Acautelamento da Arquitetura Moderna. Essa ação impulsionou, momentaneamente, o debate sobre o tema e animou pesquisadores da produção moderna mas, a iniciativa não durou mais que dois anos e faleceu por abandono.

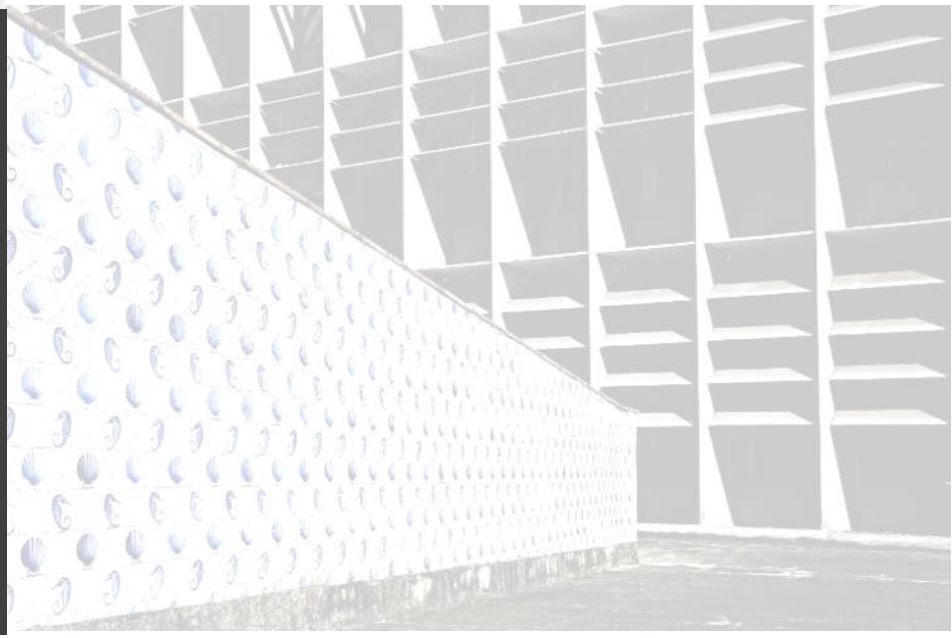
Foram percebidas diferentes posturas nas pesquisas realizadas, no que diz respeito à adoção de modelos, referências ou métodos para a inventariação de exemplares da arquitetura moderna no país: algumas iniciativas usaram as fichas do DOCOMOMO Internacional – *minimum* e *full* – como parâmetro ou inspiração para elaboração de fichas para inventariação (exemplos: Homework Saúde e Inventários Indústrias); outras adotaram como modelo fichas catalográficas de livros cujos objetivos eram diversos aos preconizados pelos inventários [exemplo: Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo - ICAU/CE, baseado metodologicamente no livro de Marlene Acayaba]; o órgão oficial [IPHAN] adota uma ficha-padrão única para a inventariação de arquiteturas de periodicidades distintas; entretanto, a grande maioria das fontes consultadas, não declarou modelo metodológico, o que deixa transparecer a pouca importância que tem sido dada ao conteúdo e à forma dessas fichas. Importante ressaltar também que tem cabido à consciência dos mais diferentes personagens a adoção dos critérios de elaboração dessas fichas.

O **Capítulo 02** também era parte da fundamentação teórica que embasou as etapas subsequentes do trabalho. Tinha por objetivos: entender a relação particular que se construiu entre a arquitetura moderna e o patrimônio no país e, mais especificamente, entre àquela e os inventários de arquitetura; discorrer sobre a existência de especificidades na produção arquitetônica moderna; contextualizar teórica e historicamente a prática de inventariação da arquitetura no Brasil, a fim de entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro no país e investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização.

# Capítulo 03

## Procedimentos para Identificação, Localização, Seleção e Análise dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil

Nesse capítulo serão tratados os procedimentos metodológicos para identificação, localização, seleção e análise dos inventários de arquitetura moderna no Brasil, objeto empírico da pesquisa. Para tanto, o referencial teórico construído nos primeiros capítulos mostrou-se fundamental, configurando-se como norteador das posturas, abordagens, agrupamentos e comparações realizados. Foi subdividido em quatro tópicos, sendo o primeiro dedicado à explanação dos procedimentos para identificação dos inventários; o segundo à localização dos mesmos nas fontes de pesquisa selecionadas; o terceiro foi dedicado à apresentação e discussão dos métodos utilizados para seleção dos inventários; e o quarto à descrição dos procedimentos adotados para a análise do objeto empírico.



## 3.1 PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE ARQUITETURA MODERNA PRODUZIDOS NO BRASIL

Essa etapa do trabalho de tese tem por objetivo identificar os inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil que serão objetos da análise, coletados junto à distintas fontes de pesquisa. A narração desse trajeto em busca dos inventários mostra-se metodologicamente importante para o trabalho em questão, justificando as posturas assumidas para a análise do objeto empírico.

Concomitantemente ao processo de pesquisa e fundamentação do trabalho apresentado nos capítulos anteriores, foram realizadas as primeiras investigações para identificação do objeto empírico. Nesse momento, questões de natureza metodológica começaram a surgir:

**[01]** **O que exatamente deveria ser considerado um inventário**? Apenas aqueles trabalhos que assim se autodenominavam? O que configuraria um inventário de arquitetura como tal? E, mais especificamente, como deveria se configurar um inventário de arquitetura moderna? Existiriam características específicas que deveriam ser atendidas quanto a sua forma e conteúdo?

**[02]** Como considerar os trabalhos que propunham catalogações ou registros analíticos de obras de arquitetura de determinada localidade, e/ou de determinado arquiteto, e/ou ainda de determinada tipologia [residencial, industrial, hospitalar, educacional etc.]? Seriam ou não inventários e por quê?

**[03]** O que dizer dos trabalhos que se configuravam como estudos de caso? E daqueles que propunham a organização de acervos documentais, gráficos, fotográficos? Seriam ou não inventários e por quê?

**[04]** Por onde começar a identificação e localização do objeto empírico? Pelos órgãos e organizações de preservação? Por eventos científicos em que a temática abarcasse assuntos correlatos ao trabalho [documentação, preservação e arquitetura moderna]? Por portais da internet? Por livros, periódicos, projetos de pesquisa?

Diante dessas questões, tornou-se imprescindível definir o que exatamente se buscaria nas fontes de pesquisa e, a partir de então, começar o trajeto de identificação do objeto empírico. Para tanto, foi preciso retomar e sintetizar alguns dos conceitos e definições expostos no Capítulo 01 e, para que ficasse mais fácil a compreensão da **definição de inventário** que se construiu, suas principais matrizes foram retomadas e dispostas a seguir:

| | |
|---|---|
| **IPHAN** | Os inventários são **instrumentos de preservação** que buscam **identificar** as diversas manifestações culturais e **bens de interesse de preservação**, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um **banco de dados** que possibilite a **valorização** e **salvaguarda**, **planejamento** e **pesquisa**, **conhecimento** de potencialidades e **educação patrimonial** (IPHAN, 2017). |

| | |
|---|---|
| **Promotor de Justiça Marcos Paulo Miranda** | O inventário consiste na **identificação** e **registro** por meio de **pesquisa** e levantamento das **características** e **particularidades** de determinado bem, adotando-se, para sua execução, **critérios técnicos objetivos e fundamentados** de natureza **histórica**, **artística**, **arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica**, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em **fichas** onde há a **descrição sucinta** do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua **importância, histórico, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário** etc. Assim, o inventário tem natureza de **ato administrativo declaratório restritivo** porquanto importa no **reconhecimento, por parte do poder público**, da **importância cultural** de determinado bem, daí passando a derivar outros efeitos jurídicos objetivando a sua **preservação** (MIRANDA, 2008). |
| **Dicionário Michaelis** | O vocábulo inventário é de origem latina (*inventarium*) e significa [1] **Catálogo, registro, rol** dos bens deixados por alguém que morreu ou de pessoa viva em caso de sequestro etc.; [2] **Documento em que se acham inscritos e descritos esses bens**; [3] (Direito) Processo no qual são enumerados os herdeiros e relacionados os bens de pessoa falecida, a fim de se apurarem os encargos e proceder-se à avaliação e partilha da herança; [4] Avaliação de mercadorias; balanço; [5] **Registro, relação, rol**; [6] Longa enumeração; [7] **Descrição pormenorizada** (INVENTÁRIO, 2014). |
| **Constituição Brasileira (1988)** | O Poder Público, com a colaboração da comunidade, **promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras **formas de acautelamento e preservação.** |

Expostas as principais matrizes - e com o intuito de saber o que se pretende buscar nas fontes (**questões 01, 02 e 03**) – iniciou-se a análise conceitual a partir da definição do IPHAN, que afirma que **o inventário é um instrumento de preservação**, cujo principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial. Diante dessa definição, algumas considerações foram realizadas:

**[01]** Primeiramente, mostrou-se necessário compreender o que seria **preservação**[69], já que o inventário é diretamente associado a esse termo na definição do IPHAN. Para tanto, adotou-se a definição de Ivan Coelho de Sá, que afirma que a preservação:

> É uma **consciência, mentalidade, política** (individual ou coletiva, particular ou institucional) **com o objetivo de proteger e salvaguardar o patrimônio**. Resguardar o bem cultural, prevenindo possíveis malefícios e proporcionando a este condições adequadas de "saúde". É o controle ambiental, composto por técnicas preventivas que envolvam o manuseio, acondicionamento, transporte e exposição (SÁ, 2001).

Assumiu-se então que o inventário é um **instrumento de preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política** (individual ou coletiva, particular ou institucional) **com o objetivo de proteger e salvaguardar o patrimônio**. Como colocado por Sá (2001), **proteger e salvaguardar seriam objetivos principais, palavras-chave do inventário**.

Complementando a definição de preservação colocada por Sá, defende-se que o termo **valorizar – diretamente relacionado à questões como visibilidade, conhecimento e reconhecimento – deveria ser parte integrante da definição de inventário, junto aos termos proteger e salvaguardar**. As cartas patrimoniais consultadas e expostas no Capítulo 01, com frequência, associam o instrumento de inventariação a termos como valorização, visibilidade, conhecimento e reconhecimento. Logo, **o inventário compreende um instrumento de preservação, cujo objetivo é proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio**.

Entende-se que os demais pontos elencados como objetivos do inventário na definição do IPHAN - planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial – parecem melhor se enquadrar como **desdobramentos do inventário, como etapas subsequentes, como objetivos decorrentes do seu objetivo geral, que se centraria na proteção, salvaguarda e valorização**. Em outros termos, a ampliação do objetivo geral de cada inventário, quando necessária e em distintas situações, determinaria o desdobramento de diretrizes posteriores como: o planejamento de medidas administrativas, cautelares, de ações práticas de conservação e/ou restauração, a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre os bens inventariados, o conhecimento de potencialidades, a educação patrimonial, dentre outras atitudes, **inclusive a contemplação, nos inventários, de especificidades ou particularidades de produções arquitetônicas distintas.**

[69] Optou-se por utilizar o termo **PRESERVAÇÃO** ao longo do trabalho, pois termos como **CONSERVAÇÃO** e **RESTAURAÇÃO**, segundo Sá (2001), dizem respeito à ações práticas, como se pode observar nas seguintes definições: [1] **CONSERVAÇÃO** é o conjunto de intervenções diretas, realizadas na própria estrutura física do bem cultural, com a finalidade de tratamento, impedindo, retardando ou inibindo a ação nefasta ocasionada pela ausência de uma preservação. É composta por tratamentos curativos, mecânicos e/ou químicos, tais como: higienização ou desinfestação de insetos ou microrganismos, seguidos ou não de pequenos reparos; [2] **RESTAURAÇÃO** é um tratamento bem mais complexo e profundo, constituído de intervenções mecânicas e químicas, estruturais e/ou estéticas, com a finalidade de revitalizar um bem cultural, recuperando seus valores históricos e artísticos. Respeitando-se, ao máximo, a integridade e as características históricas, estéticas e formais do bem cultural, deve ser feito por especialistas. Disponível em: http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br. Acesso em: 28.05.2018.

Lia Motta e Maria Beatriz Rezende – amparando-se em Guillermo Arango[70] – colocam a questão em outros termos, falam a respeito de tipos distintos de inventário:

> **inventários de identificação** para um primeiro conhecimento dos bens culturais, devendo coletar dados básicos, tais como: a localização, o proprietário, a época de construção e fotografar os bens; **inventários de proteção**, que devem reunir os dados necessários à tomada de decisões sobre a proteção dos bens; e **inventários científicos**, que consistem em levantar e produzir informações necessárias a um conhecimento profundo para a identificação dos valores a serem preservados, visando orientar obras de conservação e restauração [...] **dependem dos objetivos dos projetos de inventário e das opções teórico-metodológicas escolhidas para a execução do trabalho** [...] **o que importa nessas classificações é a compreensão dos inventários como instrumentos que podem ser utilizados em diferentes níveis de aprofundamento, dependendo das escolhas dos pesquisadores e dos objetivos dos inventários** (MOTTA & REZENDE, 2016, p.12-13).

**[02]** Na definição do IPHAN consta que o principal objetivo de um inventário é compor um **banco de dados**, entendido, principalmente no meio informático, como uma ferramenta utilizada para agrupar informações que, de algum modo, estão inter-relacionadas. Explorando conceitos de banco de dados[71] nesse meio e, relacionando-o aos inventários de arquitetura, passa-se a compreender um **banco de dados** como uma **ferramenta auxiliar** que permite o **agrupamento de informações que se relacionam e tratam de assuntos correlatos**, ou ainda, como um **sistema que reúne e mantém organizada uma série de informações relacionadas a um determinado assunto em uma determinada ordem.** Trata-se de um **instrumento paralelo**, **auxiliar** ao processo de inventariação, aparentemente capaz de organizar e sistematizar as várias informações coletadas. **O banco de dados possui grande vantagem no armazenamento e manipulação das informações coletadas, podendo contribuir diretamente com a valorização, a visibilidade, o conhecimento e o reconhecimento das obras inventariadas e facilitar a abrangência dos objetivos inicialmente pretendidos, contudo não se configura como a única forma de armazenamento e visibilidade desses dados** – os livros, os sites monográficos e até as fichas individuais, por exemplo, também se configuram como ferramentas capazes de permitir o agrupamento e a visibilidade das informações coletadas, mas certamente com menos recursos de manipulação.

Relacionando essa compreensão de banco de dados ao conceito retirado do Dicionário Michaelis, é possível entender um inventário como uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas que permitem agrupamentos,

[70] Arquiteto colombiano que coordenou os inventários desenvolvidos na Venezuela, abrangendo todo o território nacional, e esteve no Brasil como consultor da UNESCO para tratar do tema dos inventários, no final da década de 1970 (MOTTA & REZENDE, 2016, p.12).

[71] O portal *devmedia* coloca que um banco de dados "é uma coleção de dados inter-relacionados, representando informações sobre um domínio específico", ou seja, sempre que for possível agrupar informações que se relacionam e tratam de um mesmo assunto, posso dizer que tenho um banco de dados. Disponível em: https://www.devmedia.com.br/conceitos-fundamentais-de-banco-de-dados/1649. Acesso em: 28.05.2018. De acordo com o portal *macoratti*, um banco de dados é qualquer sistema que reúna e mantenha organizada uma série de informações relacionadas a um determinado assunto em uma determinada ordem. Disponível em: http://www.macoratti.net/banco.htm. Acesso em: 28.05.2018.

comparações, ordenações, visualizações e um gerenciamento coordenado dessas informações.

Logo, um inventário é um **instrumento preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política** (individual ou coletiva, particular ou institucional) **com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio**; configura-se como **uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas** podendo-se, ou não, utilizar a ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento, a manipulação e a visibilidade dessas informações.

**[03]** Outro ponto considerado importante, e não contemplado na definição do IPHAN, é que **o inventário constitui-se um instrumento legal de preservação**, assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 216, §1º. Entretanto, o órgão oficial de preservação nacional – IPHAN – não atribui ao inventário a função de instrumento legal de preservação, **lhe restando um papel muitas vezes secundário**, de 'conhecimento' dos bens culturais, papel outrora e insistentemente criticado por pesquisadores e profissionais como Paulo Ormindo de Azevedo (1987), Marcos Paulo Miranda (2008), Marcos Olender (2010), Rodrigo Mello Franco de Andrade (1939) e Lucio Costa (1949).

A Constituição Brasileira de 1988 **não fala da necessidade do inventário ter caráter restritivo,** ao contrário do que é colocado por Marcos Paulo Miranda que afirma que o inventário tem natureza de ato administrativo declaratório restritivo. Esse, inclusive, é um tema debatido na carta resultado da 13ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em 1964 - mais conhecida como Recomendação de Paris. A conferência não trata especificamente da salvaguarda bens materiais imóveis, objeto do trabalho, mas é muito enfática nessa questão do caráter restritivo de bens culturais ao afirmar que:

> **A inscrição de um objeto cultural nesse inventário não deveria alterar de maneira alguma sua propriedade legal. Particularmente, um objeto cultural de propriedade privada deveria permanecer como tal, mesmo após sua inscrição no inventário nacional. Esse inventário não teria caráter restritivo** (RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1964)).

**[04]** Em duas das matrizes conceituais anteriormente expostas, a do Promotor de Justiça Marcos Paulo Miranda e a do Dicionário Michaelis, fica claro que o inventário também configura-se como um **instrumento de preservação realizado por meio da documentação, do registro (escrito, impresso ou mesmo virtual) realizado através da pesquisa e do levantamento das características e particularidades de determinado bem**. Entendendo um documento como:

> 1 Qualquer escrito ou impresso que fornece uma informação ou prova, usado para esclarecimento de algo. 2 Qualquer elemento com valor documental (fotos, filmes, papéis, peças, fitas de gravações, construções, objetos de arte etc.) capaz de provar, elucidar, instruir um processo, comprovar a veracidade ou evidência científica de algum fato, acontecimento, teoria, declaração etc. 3 Escrito ou impresso que fornece informação ou prova; atestado, comprovante. [...] 6 Qualquer registro escrito. 7 Instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta, podendo legalmente instruir ou esclarecer algum processo judicial; título, contrato, escritura, declaração, atestado, testemunho. 8 Qualquer objeto, prova, testemunho etc. que possa servir de confirmação para conferir autenticidade a um fato histórico qualquer [...] (DOCUMENTO, 2014).

Logo, um inventário é um **instrumento legal - de caráter não-restritivo - e documental de preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política** (individual ou coletiva, particular ou institucional) **com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio**; configura-se como **uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas** podendo-se, ou não, utilizar a ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento, a manipulação e a visibilidade dessas informações.

**[05]** Como já mencionado, no Dicionário Michaelis há a afirmação de que um inventário é **um catálogo, um rol, uma relação, uma longa enumeração de bens**; logo, um inventário **não pode ser um registro único**, de uma obra específica, mas sim um conjunto, um catálogo, uma coleção, um agrupamento de registros que se inter-relacionam e tratam de um assunto similar. O universo desse agrupamento de registros, ou seja, sua delimitação geográfica e temporal, relaciona-se diretamente aos objetivos delineados para cada inventário.

**[06]** Outro ponto de abordagem relevante é que, sendo um instrumento de preservação, legal e documental, **o inventário jamais poderia se constituir como uma descrição sucinta de determinado bem**, o que contraria a afirmação colocada por Marcos Paulo Miranda. Ao contrário, o inventário precisaria se configurar como uma **descrição detalhada, pormenorizada do bem**, como colocado no Dicionário Michaelis, **de modo que haja subsídios suficientes para possibilitar a sua preservação, ou seja, sua proteção, salvaguarda e valorização.**

**Entende-se que os objetivos, principais ou subsequentes, do inventário, de um modo geral, precisariam determinar quais os elementos que deveriam constituir essa descrição pormenorizada.** Comumente, os inventários de arquitetura, vistos até o momento, tem apresentado dados como: a identificação do edifício, sua contextualização histórica com datas e profissionais relacionados, a descrição dos aspectos físicos da obra e informações gráficas como fotos, desenhos, projetos etc. Em menor escala, os inventários analisados apresentam uma descrição de valores e significância das obras inventariadas. **Entende-se que, dependendo dos objetivos almejados, essas informações que compõe os inventários poderiam ser ampliadas, aprofundadas ou até mesmo reduzidas, permitindo ações mais amplas ou específicas.**

Logo, um inventário é um **instrumento legal - de caráter não-restritivo - e documental de preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política** (individual ou coletiva, particular ou institucional) **com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio**; configura-se como **uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas; não pode ser um registro único**, de uma obra específica; é facultativa a utilização da ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento e visibilidade dessas informações; se configura como uma **descrição detalhada, pormenorizada dos bens** de modo que haja **subsídios suficientes à preservação**;

**[07]** No que diz respeito aos **critérios de seleção das obras inventariadas, entende-se que estes também estão diretamente relacionados aos objetivos, principais ou subsequentes, do inventário, bem como ao valor e significância das obras**. Em outras palavras, os objetivos do inventário, que deveriam estar claramente definidos, determinariam se seriam inventariadas obras de determinada produção arquitetônica, de um arquiteto, de um local ou de uma tipologia específicos; também deveriam estar revelados nos inventários os elementos que sustentam a escolha desse ou daquele bem de interesse cultural - seu valor (significância) histórico, artístico, cultural, técnico, etc. -, justificando essa seleção e fortalecendo sua proteção, salvaguarda e valorização.

Não foram identificadas, nas matrizes conceituais citadas, abordagens dessa natureza – acerca dos objetivos, dos critérios de seleção e do universo a ser contemplado pelos inventários. Verificou-se, entretanto, que alguns desses temas são tratados com mais consistência nos Postulados dos Estudos Teóricos Clássicos e nas Cartas Patrimoniais, quando, por exemplo, discutem o valor cultural, histórico, técnico e artístico das obras. Há referências ao valor/significância nos escritos de Camillo Boito, Alois Riegl, Cesare Brandi, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lucio Costa e em várias Cartas Patrimoniais. Em muitos dos exemplares de inventários consultados, todavia, **não se observou clareza quanto à definição dos objetivos dos inventários, aos critérios de seleção e ao universo das obras a inventariar, o que tornou o processo de inventariação muitas vezes 'pouco fundamentado e delimitado', levando-o muitas vezes ao 'cansaço' e ao abandono.**

**[08]** Quanto aos **sujeitos capazes da elaboração desses instrumentos e da seleção das obras**, também não foram identificadas preocupações dessa ordem nas matrizes conceituais consultadas. A maioria das Cartas Patrimoniais, examinadas no Capítulo 01, lança esse ofício ao poder público em suas várias instâncias – federal, estadual, municipal - podendo este trabalho ser, eventualmente, auxiliado pela academia e pela população de um modo geral. Por exemplo, a carta conhecida como *Compromisso de Brasília,* de 1970, atribuía às universidades o papel de avaliação dos inventários:

> Caberá às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais e municipais, bem assim os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, **no sentido de incentivar a pesquisa quanto à melhor elucidação do passado e à avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna** (COMPROMISSO DE BRASÍLIA (1970)).

No 'Plano de Trabalho', elaborado por Lucio Costa, em 1949, enquanto esteve à frente da Divisão de Estudos e Tombamento do DPHAN, o arquiteto também demonstra preocupação com os sujeitos – que chama de corpos técnicos – e com as habilidades necessárias para atuar no processo de inventariação.

Trata-se de uma questão delicada: apesar de se atribuir oficialmente a tarefa aos órgãos de preservação, auxiliados pela Academia e pela população, será que todos os citados teriam as habilidades técnicas citadas por Lucio Costa como necessárias ao processo? Observou-se, nas distintas fontes consultadas para o desenvolvimento do referencial teórico e para a identificação do objeto empírico, que a Academia – estudantes, professores e pesquisadores – exerce um papel relevante no processo de inventariação, mas que enfrenta dificuldades para a reunião, o armazenamento, a padronização, a divulgação e a visibilidade desses dados, que comumente limitam-se ao universo acadêmico. Salvo algumas exceções, a comunicação entre a Academia e os órgãos

patrimoniais ainda não se estabelece de modo satisfatório. Assim, verificou-se que, nacionalmente, a tarefa de inventariação ainda cabe predominantemente aos pesquisadores, vinculados à Academia ou à instituições, de caráter governamental ou não.

**[09]** Outro ponto conceitual importante para discussão no trabalho diz respeito à **forma** e ao **conteúdo** dos inventários de arquitetura. Interessa saber se esses instrumentos de preservação deveriam ter a forma de uma ficha. Marcos Paulo Miranda (2008) afirma que "os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas". Todavia, nas demais matrizes conceituais consultadas, não há discussão sobre o tema. A princípio, parece interessante que haja pelo menos um roteiro de perguntas - como já colocado por Marc Bloch (2001 [1944]) -, que facilite a coleta sistemática e a organização das informações tidas como essenciais à preservação de determinadas obras de arquitetura. Nesses roteiros/fichas podem ser exploradas informações textuais e gráficas de natureza diversa como o valor/significância do bem inventariado, a proposta formal, os aspectos técnicos como a estrutura portante, os detalhes construtivos, os elementos de amenização climática, as particularidades no uso dos materiais, a relação interior-exterior, a forma de inserção da obra no terreno e a relação que esta estabelece com o entorno.

Miradas panorâmicas sobre os primeiros exemplares identificados do objeto empírico permitiram observar algumas referências ao uso de fichas ou roteiros de perguntas, que viabilizaram a coleta sistematizada das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos dos inventários, orientando os processos de captação dos dados tidos como relevantes e revelando mais facilmente possíveis lacunas de informações. Mas não se observaram, com a frequência esperada, referências aos métodos que alimentaram a elaboração dessas fichas ou roteiros.

Agregando as últimas ponderações à definição em construção, tem-se que um inventário é um **instrumento legal - de caráter não-restritivo - e documental de preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política** (individual ou coletiva, particular ou institucional) **com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio**; configura-se como **uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas; não pode ser um registro único**, de uma obra específica; é facultativa a utilização da ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento e visibilidade dessas informações; se configura como uma **descrição detalhada, pormenorizada dos bens** de modo que haja **subsídios suficientes à preservação**; **os critérios de seleção das obras alinham-se diretamente aos objetivos, principais ou subsequentes, do inventário, bem como ao valor e significância dessas obras, elementos que sustentam a escolha do bem, que lhe dão destaque e razão para a preservação**; **quanto aos sujeitos aptos à tarefa de inventariação, observou-se uma predominância de pesquisadores diretamente vinculados aos órgãos e organizações de preservação e academias, não sendo ainda facultada essa tarefa ao público em geral, conforme recomendação de algumas das cartas patrimoniais analisadas;** os inventários não precisam, necessariamente, ter a forma de uma ficha ou formulário, mas é importante que haja, pelo menos, um **roteiro de perguntas**, que facilite a coleta sistemática e a organização das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos iniciais.

**[10]** O objetivo geral de qualquer inventário compreende a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio. Mas, ao tratar, especificamente, dos inventários da produção arquitetônica moderna estamos falando de uma produção particular, conceitual e temporalmente, que apresenta especificidades teóricas e técnicas, atestadas nos capítulos anteriores, e que merecem ser observadas e contempladas pela documentação para conduzir tanto à preservação quanto às demais medidas de salvaguarda necessárias. A atenção a especificidades/particularidades de uma produção específica pode figurar como objetivos decorrentes e/ou subsequentes dos inventários. Os recortes geográficos e temporais, a forma e o conteúdo das fichas, os critérios de seleção das obras, o uso de recursos gráficos variados, entre outros pontos considerados relevantes nesses instrumentos, são aspectos que estão estreitamente relacionados aos seus objetivos específicos. Para Lia Motta e Maria Beatriz Rezende,

> **essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariação é o objetivo do trabalho.** O que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Dependerá dos bens que devem ser identificados, dos dados a serem registrados e comparados e dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de inventariação, como também de quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios, dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e assim por diante. Em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem a faz (MOTTA & REZENDE, 2016, p.5).

Finalmente, a construção da definição exposta a seguir orientou a **IDENTIFICAÇÃO** daquilo que se buscava como exemplares de inventariação da produção moderna, facilitando os processos seguintes de localização, seleção e análise do objeto empírico:

**Um inventário é um instrumento legal - de caráter não-restritivo - e documental de preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política [individual ou coletiva, particular ou institucional] com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio; configura-se como uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas; não pode ser um registro único, de uma obra específica; é facultativa, mas aconselhada, a utilização da ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento, a manipulação e a visibilidade dessas informações; se configura como uma descrição detalhada, pormenorizada dos bens de modo que haja subsídios suficientes à preservação; os critérios de seleção das obras inventariadas estão diretamente relacionados aos objetivos do inventário e ao valor e significância das obras, elementos que sustentam a escolha do bem, que lhe dão destaque e razão para a preservação; quanto aos sujeitos aptos à tarefa de inventariação, observou-se uma predominância de profissionais diretamente vinculados aos órgãos e organizações de preservação e academias, não sendo ainda facultada essa tarefa ao público em geral, conforme recomendação de algumas das cartas patrimoniais analisadas; os inventários não precisam, necessariamente, ter a forma de uma ficha ou formulário, mas é importante que haja, pelo menos, um roteiro de perguntas, que facilite a coleta sistemática e a organização das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos principais; os objetivos subsequentes dos inventários, inclusive o tipo de produção a ser contemplado, precisam estar claros para que se possam traçar novas diretrizes e complementar com informações específicas de modo a atendê-los.**

## 3.2 PROCEDIMENTOS PARA LOCALIZAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE ARQUITETURA MODERNA PRODUZIDOS NO BRASIL

Após a etapa de **IDENTIFICAÇÃO**, procurou-se construir um raciocínio que respondesse às perguntas agrupadas no **item 04** [**p. 88**] e que facilitasse a condução do processo de **LOCALIZAÇÃO** das fontes de pesquisa e, consequentemente, do objeto empírico que seria, sequencialmente, selecionado e analisado. Por onde começar a localização dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil? Os **órgãos e organizações** dedicados à preservação arquitetônica no país imediatamente vieram à mente: IPHAN, DOCOMOMO Brasil e ICOMOS/Brasil. Entretanto, como atestado nos tópicos anteriores, a academia também tem exercido um papel relevante no processo de documentação da produção moderna e, comumente, expõe essa produção através de **eventos científicos** e/ou outros subprodutos como livros, periódicos, sites etc. Diante dessas constatações preliminares,

**[01]** A **primeira fonte** selecionada foi o **portal oficial do IPHAN**, órgão teoricamente responsável pela inventariação dos bens arquitetônicos de interesse nacional. Numa primeira mirada sobre a estrutura do citado portal, constatou-se a existência de uma listagem dos Bens Materiais Tombados[72] nacionalmente. Todavia, não foi identificada nenhuma listagem dos Bens Materiais Inventariados pelo órgão[73]. Como mencionado nos capítulos anteriores, em 2017, durante o desenvolvimento desse trabalho, o IPHAN lançou uma plataforma de conhecimento e gestão do patrimônio construído conhecido como **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG**[74]**–** em elaboração pelo órgão desde 2011. Configurando-se como um instrumento ainda em construção, **nem todas as fichas necessárias para cobrir o universo do patrimônio cultural estão concluídas**. Em visita ao portal desse sistema e em busca do objeto empírico do trabalho, constatou-se a existência de fichas de inventariação georreferenciadas denominadas 'Relatório Básico do Bem' no módulo Conhecimento que, como informado, ainda estavam em construção, com muitos campos ainda não preenchidos, pelo menos naquelas fichas relativas à produção arquitetônica moderna, consultadas por constituírem o objeto empírico do trabalho. Somente essas fichas do módulo Conhecimento [**ver figura 21, p.122**] foram as passíveis de análise, pois o acesso aos demais módulos - Gestão e Cadastro - não era de domínio público.

**[02]** A **segunda fonte** selecionada para consulta foi o **portal oficial do DOCOMOMO Brasil**. Trata-se de uma filial do já citado DOCOMOMO Internacional, responsável pela documentação da produção moderna nacional. Possui uma relação muito estreita com a academia, principalmente através dos cursos de graduação e de pós-graduação em arquitetura e urbanismo espalhados pelo país.

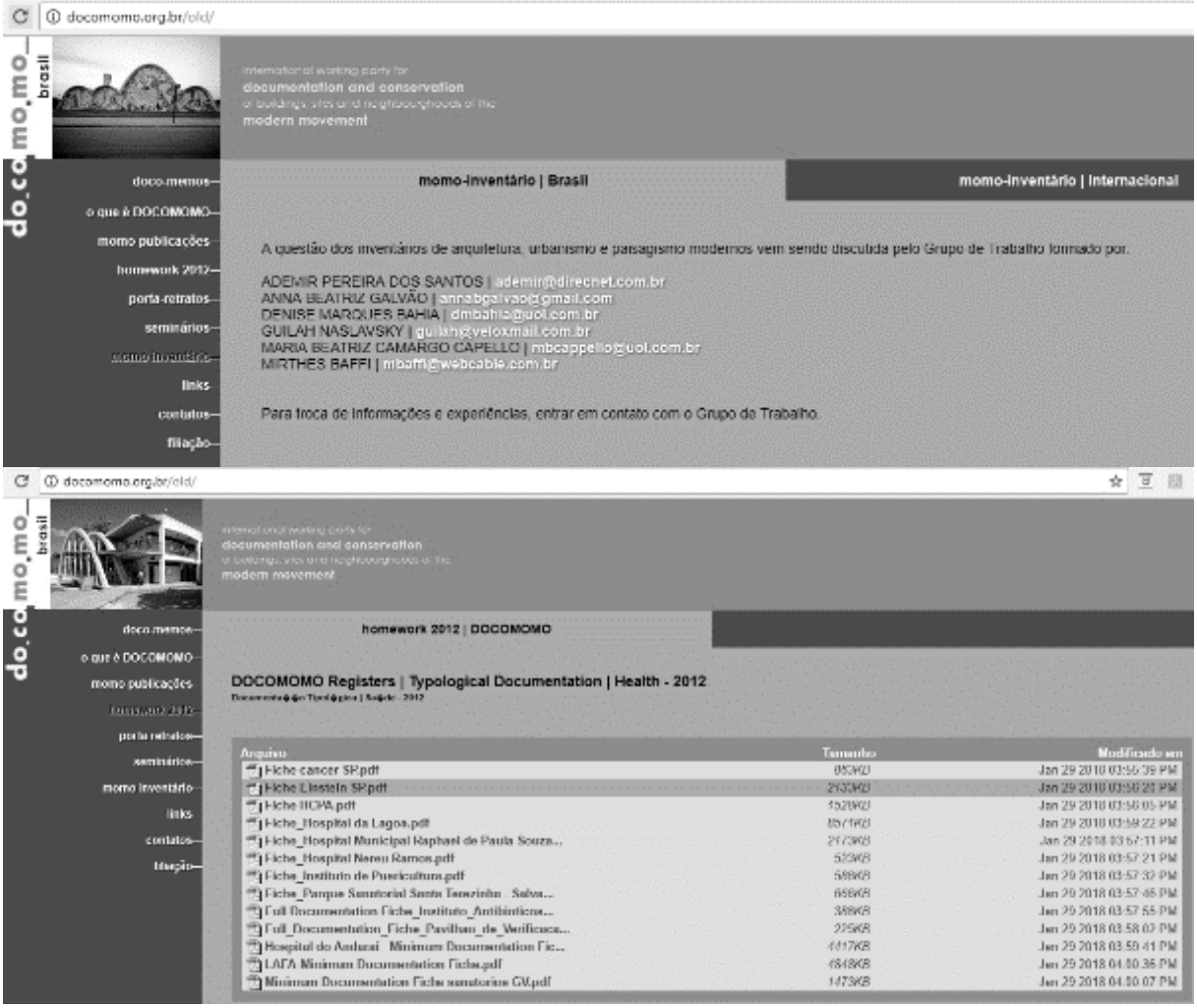
[72] Para ter acesso à Listagem dos Bens Materiais Tombados no portal oficial do IPHAN, ver: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento _2018

[73] Apenas foi verificada no Portal Oficial do IPHAN a existência de Inventários de Bens Imateriais, disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681/

[74] Não foi localizado, a partir do Portal do IPHAN, nenhum *link* que redirecionasse o usuário ao SICG, apesar do sistema ter sido elaborado pelo órgão.

Atualmente, existem dois[75] portais do DOCOMOMO Brasil – um *atual* e um *antigo* -, podendo-se acessar o mais antigo pelo portal atual. Em nenhum desses portais, porém, foi identificado um acesso direto ao inventário da produção moderna nacional.

**FIGURAS 14 e 15: Contato dos membros do Grupo de Trabalho Momo-Inventário Brasil e listagem dos Edifícios da Saúde Inventariados no *Homework 2012*, respectivamente.**




Fonte: PORTAL ANTIGO do DOCOMOMO Brasil

No portal *antigo* foi localizado um *link* denominado *momo inventário* - que aparentemente conduziria ao inventário, entretanto, apresentava apenas os integrantes e o contato do 'Grupo de Trabalho' responsável pela questão dos inventários modernos no país [**ver figura 14**]. Infelizmente, não foram localizados para consulta, no referido portal, os relatórios da atuação nacional desse Grupo de Trabalho, certamente importantes para a pesquisa em questão, onde poderiam estar descritos os objetivos, diretrizes e metodologias aconselhados à inventariação das obras modernas pelo país, inclusive se indicavam ou não a repetição dos modelos de ficha elaborados pelo DOCOMOMO Internacional - *minimum* e *full* [**ver anexos B e C, respectivamente**] -, com ou sem tradução, que foram e continuam sendo muito utilizados.

[75] Para acessar o portal atual do DOCOMOMO Brasil, ver: http://DOCOMOMO.org.br/ e, para acessar o portal antigo do DOCOMOMO Brasil, ver: http://DOCOMOMO.org.br/old/

Alguns dos seus membros, entretanto, tiveram trabalhos publicados em distintas edições dos eventos realizados pelo órgão em âmbito nacional, que foram selecionados para posterior análise.

Da página principal do portal *antigo* do DOCOMOMO Brasil, também se tinha acesso ao *link Homework 2012* [**ver figura 15**], que disponibilizava exemplares de fichas de inventariação preenchidas e cuja metodologia baseava-se nas citadas fichas disponibilizadas pela instância internacional do DOCOMOMO. Estas fichas correspondiam à documentação de edifícios hospitalares localizados no país e eram resultado de parceria com o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz). **Devido à ausência de um item específico no portal com o inventário das obras nacionais modernas, foram selecionadas algumas dessas fichas do *Homework 2012* como representativas do DOCOMOMO Brasil para análise.**

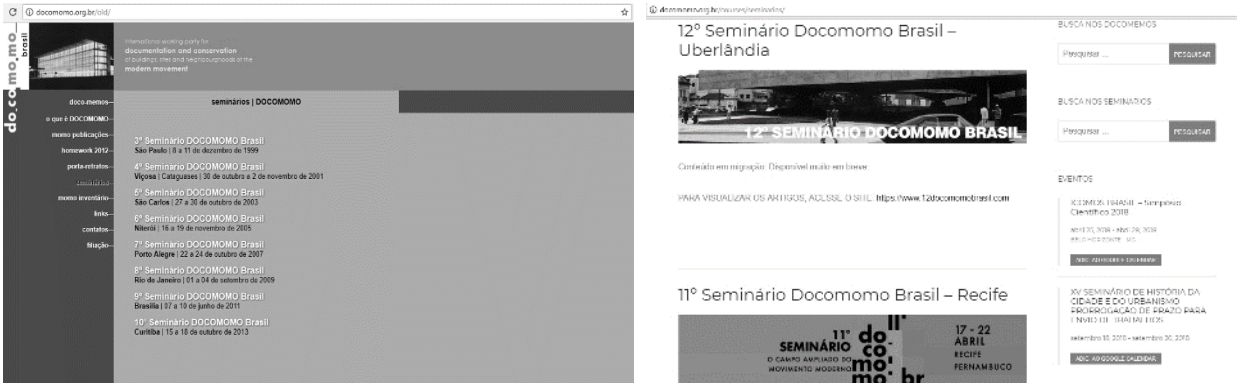
Nesse percurso de investigação dos portais do DOCOMOMO, também foram explorados os portais dos núcleos regionais do órgão no país. De acordo com informações do portal antigo, atualmente, são oito núcleos regionais espalhados pelo país, sediados na Bahia, em Brasília, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nem todos os núcleos regionais tem portais próprios. Alguns mantém páginas de divulgação em redes sociais como o *Facebook*. Apenas no portal do núcleo da Bahia foi constatada a presença de inventários, que tinham como parâmetro as fichas mínimas do DOCOMOMO Internacional, traduzidas para o português. Na página explicativa do núcleo do DOCOMOMO Pernambuco, apenas se mencionava a intenção de realização do inventário dos principais edifícios do estado, também baseado no modelo sugerido pelo DOCOMOMO Internacional. **Foi selecionado um exemplar das fichas do núcleo da Bahia para posterior análise.**

**[03]** A **terceira fonte** selecionada para consulta foi o **portal oficial da Comissão Nacional Brasileira do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS].** Trata-se de uma organização não-governamental global associada à UNESCO, cuja missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização dos monumentos, centros urbanos e sítios. Foi criado em 1965, a partir dos primeiros encontros entre arquitetos, historiadores e especialistas internacionais e, em particular, da Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, também conhecida como Carta de Veneza [1964]. O ICOMOS é um órgão consultor do Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO que avalia as propostas de inscrição para patrimônio mundial dos bens culturais da humanidade e vigia o estado de conservação dos bens inscritos (PORTAL ICOMOS, 2018).

**Não foram identificadas fichas de registro ou inventariação de obras da produção arquitetônica moderna no portal da Comissão Nacional do ICOMOS.** Entretanto, ciente da relevância e do comprometimento desse órgão em questões patrimoniais, optou-se por pesquisar o portal do ICOMOS Internacional, onde foram identificadas as propostas de inscrição de dois sítios brasileiros para o reconhecimento como patrimônio mundial: Brasília [DF] e Pampulha [MG]. **Devido à ausência de um inventário ou de registros de obras nacionais da produção moderna no portal da Comissão do ICOMOS/BRASIL, foi selecionada a proposta da Pampulha no portal do ICOMOS Internacional como exemplar dessa fonte para análise.**

**[04]** As fontes acima apresentadas foram oriundas de consultas diretas aos portais dos órgãos e organizações dedicados à preservação nacional de bens culturais. A **quarta fonte** selecionada, apesar de intermediada pelos portais do DOCOMOMO Brasil, é considerada distinta das anteriores, pois são, em geral, subprodutos de pesquisas acadêmicas e correspondem aos **trabalhos que foram publicados em doze edições dos seminários do DOCOMOMO Brasil**, ocorridos no país desde o seu início até o momento [1995-2017]. Excetuando as duas primeiras edições, praticamente todos os trabalhos estão registrados nos portais, total ou parcialmente [**ver figuras 16 e 17**]. No portal antigo, constam os trabalhos da terceira à décima edição. No portal atual, podem ser acessados os trabalhos da terceira à décima segunda edições.

**FIGURAS 16 e 17: recorte de páginas indicativas dos seminários no antigo portal DOCOMOMO Brasil e no atual, respectivamente. Observar, na Figura 15, a ausência das duas primeiras e das duas últimas edições no portal antigo. No portal atual, somam-se as duas últimas edições, mas permanece a ausência das duas primeiras.**




Fonte: PORTAIS - antigo e atual - DOCOMOMO Brasil.

Foi localizada uma publicação[76] referente ao primeiro seminário, que aconteceu na Bahia em 1995, e onde constavam vinte e quatro dos trinta e quatro artigos apresentados no evento. O **quadro 05**, apresentado a seguir, foi gerado com o intuito de permitir uma melhor compreensão e visualização do universo de artigos do DOCOMOMO nacional que foram consultados, facilitando o processo de identificação e localização do objeto empírico da tese.

[76] CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de (org.). (Re)Discutindo o Modernismo: universidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil. Salvador: Mestrado em arquitetura e urbanismo da UFBA, 1997.

| QUADRO 05- Edições, localização, data e quantidade de artigos publicados nos Seminários do DOCOMOMO Brasil ocorridos até o momento. | | |
|---|---|---|
| **Seminário** | **Local de realização e data** | **Artigos** |
| **1º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Salvador, de 12-14/junho/1995 | 34 artigos |
| **2º Seminário DOCOMOMO Brasil** | *** | *** |
| **3º Seminário DOCOMOMO Brasil** | São Paulo, de 8-11/dezembro/1999 | 61 artigos |
| **4º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Viçosa \| 30/outubro-02/novembro/2001 | 64 artigos |
| **5º Seminário DOCOMOMO Brasil** | São Carlos \| 27-30 outubro/2003 | 56 artigos |
| **6º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Niterói \| 16-19/novembro/2005 | 79 artigos |
| **7º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Porto Alegre \| 22-24/outubro/2007 | 74 artigos |
| **8º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Rio de Janeiro \| 01-04/setembro/2009 | 188 artigos |
| **9º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Brasília \| 07-10/junho/2011 | 172 artigos |
| **10º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Curitiba \| 15-18/outubro/2013 | 119 artigos |
| **11º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Recife \| 17-22/abril/2016 | 101 artigos |
| **12º Seminário DOCOMOMO Brasil** | Uberlândia\| 21-24/novembro/2017 | 88 artigos |
| | **Total** | **1036** artigos |
| | | *** Informação não identificada |
| Fonte: Elaborado pela autora com base em informações retiradas dos portais oficiais do DOCOMOMO Brasil, 2018. | | |

Esse acervo de **1036** artigos apresentado no **quadro 05** foi uma importante fonte a partir da qual puderam ser abertos os caminhos para identificação e localização dos trabalhos de inventariação da arquitetura moderna no país, de seus sujeitos, lugares e discursos, suas justificativas, metodologias, suas diferenças e semelhanças, etc. Foram realizadas as primeiras listagens das edições dos eventos, dos artigos publicados em cada uma dessas edições, de seus autores e locais, além da leitura dos resumos desses artigos, verificando seus principais objetivos, justificativas, metodologias etc. A todo tempo eram realizadas anotações dos dados considerados relevantes ao trabalho para posteriores e subsequentes triagens dessas fontes.

**[05]** Foram realizadas buscas em outros eventos científicos[77] que pudessem, de algum modo, estar ligados à documentação da arquitetura moderna no Brasil, como é o caso do Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação [SIAAD]. Os **trabalhos publicados nos anais das cinco edições do evento** foram selecionados como **quarta fonte** de pesquisa. Apesar de não ser um evento com foco exclusivo na produção arquitetônica moderna, considerou-se relevante a busca pelo objeto empírico nessa fonte, na expectativa de que fossem encontrados, além de outros exemplares de inventários da citada produção, não identificados no DOCOMOMO Brasil, outros trabalhos, que metodologicamente pudessem trazer contribuições à pesquisa. O **Quadro 06**, apresentado a seguir, ilustra sinteticamente as cinco edições do evento realizadas até o momento, os locais e datas de realização, além da quantidade de artigos publicados em cada edição.

[77] Ao passo que eram vistos os resumos e feitas as anotações, também se analisavam as bibliografias dos artigos publicados nos eventos científicos (DOCOMOMO e SIAAD). Estas consultas também contribuíram para a identificação e a localização, ou mesmo confirmação, de iniciativas de inventariação que passavam a ser mapeadas.

| QUADRO 06- edições, localização, data e quantidade de artigos publicados nos Seminários Ibero-americanos Arquitetura e Documentação [SIAAD] ocorridos até o momento [2008-2017]. | | |
|---|---|---|
| **Seminário** | **Local e data** | **Artigos** |
| **1º SIAAD** | Belo Horizonte, Outubro/2008 | *** |
| **2º SIAAD** | Belo Horizonte, Novembro/2011 | 268 artigos |
| **3º SIAAD** | Belo Horizonte, Novembro/2013 | 212 artigos |
| **4º SIAAD** | Belo Horizonte, Novembro/2015 | 57 artigos |
| **5º SIAAD** | Belo Horizonte, Outubro/2017 | 238 artigos |
| | **Total** | **775** artigos |
| | | *** Informação não identificada |
| Fonte: Elaborado pela autora com base em informações retiradas dos portais do SIAAD, 2018. | | |

Os **775** artigos[78], publicados nos SIAADs e apresentados no **quadro 06,** também se configuraram como uma fonte relevante de identificação e localização dos trabalhos de inventariação no país. Foram aplicadas as mesmas técnicas de realização de listagens das edições desses eventos, dos artigos publicados nessas edições, de seus autores, locais, contatos e, através da leitura dos títulos e resumos, eram identificados os artigos relevantes à pesquisa, e anotados seus principais objetivos, justificativas, metodologias, etc. A coleta desses dados facilitava posteriores e subsequentes triagens das fontes.

A principal dificuldade encontrada junto aos artigos publicados nos Seminários Ibero-Americanos Arquitetura e Documentação, especificamente, deveu-se ao fato desse evento científico não ter foco exclusivo na produção arquitetônica moderna - ao contrário dos artigos do DOCOMOMO Brasil -, o que tornou a busca e organização dos trabalhos um pouco mais complexa e exaustiva. Aos poucos, foram eliminados os trabalhos desse seminário que, declaradamente, não tinham por foco a produção arquitetônica moderna e não acrescentavam contribuições metodológicas à pesquisa. Em alguns dos artigos, essa identificação só era possível a partir da leitura do trabalho completo.

Paralelamente à busca das citadas fontes, foram realizadas consultas insistentes em **portais da internet** utilizando o termo 'inventário' associado a distintos 'operadores de busca' – como palavras-chave da pesquisa, operadores booleanos, aspas etc. - para um refinamento progressivo da pesquisa. Essa ação permitiu a identificação e localização de alguns subprodutos de inventários, não-oficiais, que atuavam na divulgação e visibilidade de pesquisas, geralmente, de caráter acadêmico, como **sites-inventários-monográficos e livros**, alguns inclusive já identificados junto aos eventos científicos - que iam sendo mapeadas para ações futuras da pesquisa.

**A princípio, ponderava-se que estes subprodutos (sites-inventários-monográficos e livros), localizados em portais da internet, também se configuravam como fontes de pesquisa, mas essa hipótese foi descartada ao longo do desenvolvimento do trabalho, visto que uma boa parcela desses subprodutos também estava publicada ou divulgada nos eventos científicos acima apresentados.**

[78] Os títulos e resumos dos 268 artigos do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação foram localizados em uma publicação impressa - Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e documentação: desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2011. Estes foram digitados manualmente para posterior organização e agrupamentos. Infelizmente, os títulos, resumos e artigos do 1º SIAAD não foram localizados, apesar de solicitação realizada junto ao organizador do evento. Os demais títulos estavam disponíveis nos portais das edições dos SIAADs.

Finalmente, pode-se afirmar que foram identificados e selecionados para análise dois tipos distintos de fontes de inventariação: três órgãos/organizações de preservação [SICG/IPHAN, DOCOMOMO Brasil e ICOMOS Internacional] e dois eventos científicos nacionais dedicados à documentação [Seminário DOCOMOMO Brasil e Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação].

Esse processo de identificação e localização dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil gerou uma quantidade muito grande de dados que precisavam ser organizados e sistematizados com frequência na tentativa de refinar os que se alinhavam aos objetivos do trabalho. Para tanto, as informações identificadas nas fontes listadas passaram a ser conferidas repetidamente com a definição construída e apresentada no início desse tópico do trabalho.

As primeiras observações sobre os títulos e resumos dos artigos publicados nas várias edições do DOCOMOMO Brasil e do SIAAD, apontaram para a existência de algumas recorrências ou **'grupos temáticos'** importantes que compõem o **quadro 07,** apresentado a seguir. Além dos grupos apresentados no citado quadro, evidentemente, vários outros foram identificados nas fontes acima listadas, mas, progressivamente, foram selecionadas aquelas recorrências temáticas que mais se alinhavam às do trabalho em questão.

**QUADRO 07- listagem dos principais 'grupos temáticos' - que se alinhavam-se à temática do trabalho de tese - identificados nos trabalhos publicados nos eventos científicos selecionados**

| | | |
|---|---|---|
| [01] | **INVENTÁRIOS** | trabalhos que se autodenominavam inventários de arquitetura |
| [02] | Registros de obras de um determinado **LOCAL** | trabalhos que se propunham a analisar obras de arquitetura moderna de determinado local, que podia ser uma rua, bairro, cidade, estado, região etc. |
| [03] | Registros de obras de determinado arquiteto - **MONOGRÁFICOS** | trabalhos cujo propósito estava em analisar obras de arquitetura moderna de determinado arquiteto ou escritório de arquitetura |
| [04] | Registros de obras de determinada **TIPOLOGIA** arquitetônica | trabalhos que tinham por objetivo analisar obras de arquitetura moderna de determinada tipologia arquitetônica ou uso, como edifícios da saúde, industriais, residências, escolas etc. |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Comumente, os trabalhos selecionados através dos eventos científicos, se alinhavam a mais de um dos 'grupos temáticos' identificados, como por exemplo, pesquisas que pretendiam analisar tipologias [residências, edifícios residenciais, industriais, hospitalares, escolares, etc.] de determinado arquiteto e em determinada localidade [cidade, estado, região, etc.]. A delimitação mais precisa de um universo a inventariar, aparentemente, tornava essa ação mais exequível, o que dificilmente se observou junto aos inventários dos órgãos e organizações de preservação – SICG/IPHAN, ICOMOS/BRASIL e DOCOMOMO Brasil. De abrangência nacional e, portanto, com um universo muito amplo dadas as dimensões do território brasileiro, esses órgãos se deparam com uma tarefa de proporções intimidadoras. Essa certamente é apenas uma das razões para o enfrentamento de tantas dificuldades na realização dos trabalhos de inventariação por parte dessas instituições, dada a abrangência temática e territorial a ser vencida. Muitas dessas dificuldades eram recorrentemente relatadas por

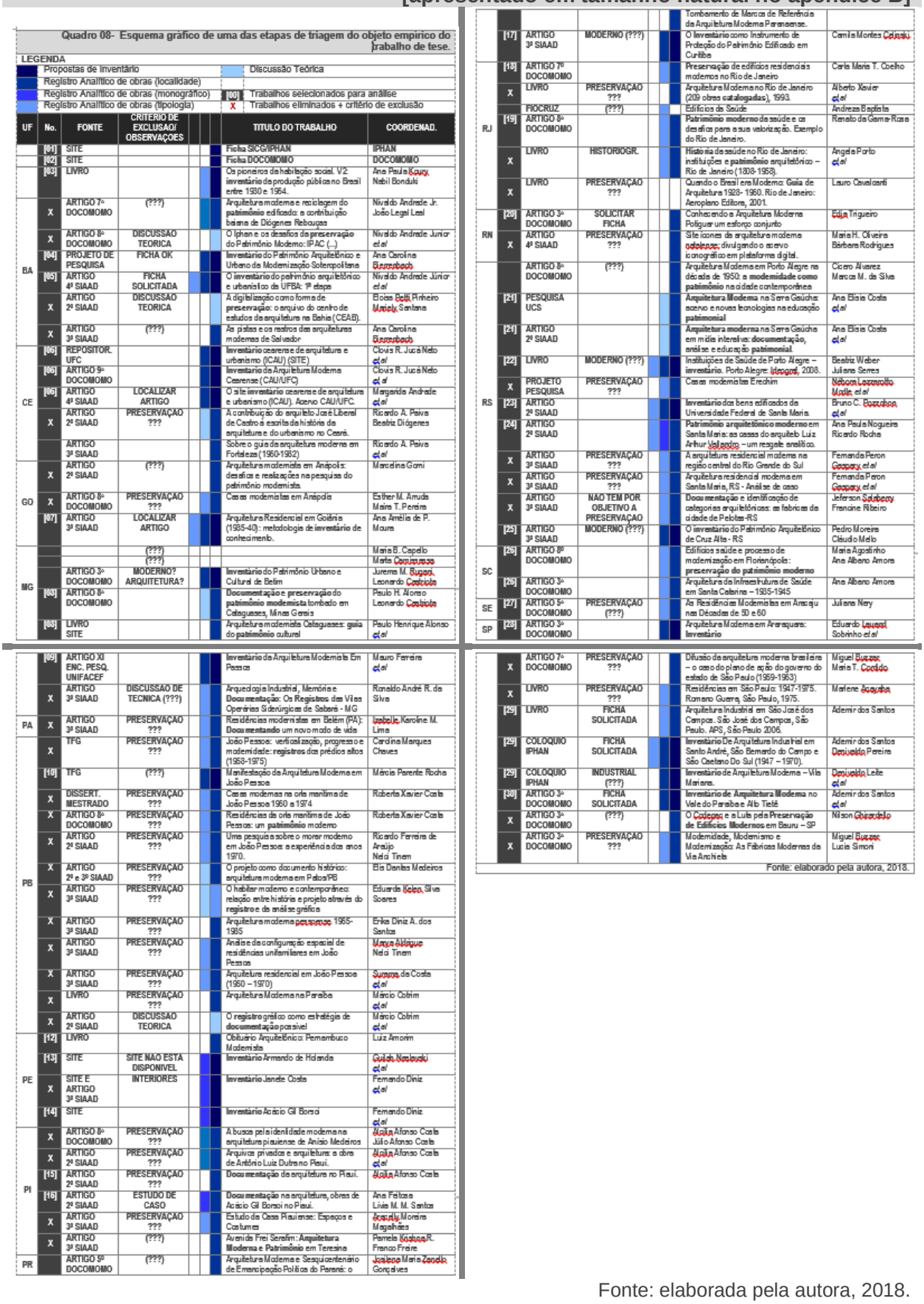
personagens coordenadores dessas tarefas - Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa -, que relatavam ainda a falta de material e de profissionais habilitados, as limitações financeiras etc.

Como afirmado, foi possível constatar que muitos dos artigos publicados nos dois eventos científicos consultados expunham os resultados, parciais ou finais, alcançados em projetos de pesquisa desenvolvidos junto às academias. Sites-inventários-monográficos e livros eram outros meios de divulgação, que tinham por finalidade dar mais visibilidade aos resultados dessas pesquisas, possivelmente pretendendo alcançar um público mais amplo e diversificado que o dos eventos científicos.

A iniciativa de organização dos trabalhos por recorrências ou **'grupos temáticos'** revelou uma série de informações relevantes, inclusive a **inexpressiva presença de trabalhos que se autodenominavam inventários nas fontes consultadas**, o que pode ser observado no **quadro 08**, apresentado no **apêndice B** e ilustrado, em tamanho reduzido, a seguir [**ver figura 18**]. Através desse quadro, constata-se que apenas cerca de duas dezenas de trabalhos se autodenominaram inventários de arquitetura num universo de mais de mil e quinhentos trabalhos consultados nos dois eventos científicos selecionados - Seminário DOCOMOMO Brasil e Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação [SIAAD].

O **quadro 08 [ver apêndice B]** esboça uma das etapas das subsequentes triagens realizadas em busca do objeto empírico. Nesse quadro, os trabalhos aparecem organizados geograficamente e são classificados de acordo com as fontes e com os principais 'grupos temáticos' que os caracterizam. Além dos quadros, com frequência, no processo de organização dos trabalhos, esquemas e recursos gráficos - mapas, diagramas e tabelas – contribuíram para a organização, a compilação, a seleção, a sistematização e a visualização dos numerosos dados obtidos durante a pesquisa. Os recursos gráficos tinham ainda por objetivo investigar em que locais - cidade, estado, região - a produção dos inventários se mostrava mais recorrente; quais os tipos de inventários que eram produzidos nesses locais; se havia uma influência direta dessa posição geográfica – evidentemente através dos seus sujeitos e lugares – nos discursos construídos, revelando especificidades, discrepâncias ou similaridades de objetivos, justificativas e metodologias; se havia alguma relação dessas produções localizadas – novamente através dos seus sujeitos e lugares – com a quantidade de obras inventariadas e a visibilidade alcançada.

**Figura 18: agrupamento [em tamanho reduzido] das páginas do quadro 08 [apresentado em tamanho natural no apêndice B]**



Quadro 08- Esquema gráfico de uma das etapas de triagem do objeto empírico do trabalho de tese.

LEGENDA

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Propostas de Inventário | | Discussão Teórica |
| | Registro Analítico de obras (localidade) | | |
| | Registro Analítico de obras (monográfico) | [00] | Trabalhos selecionados para análise |
| | Registro Analítico de obras (tipologia) | X | Trabalhos eliminados + critério de exclusão |

| UF | No. | FONTE | CRITÉRIO DE EXCLUSÃO/ OBSERVAÇÕES | TITULO DO TRABALHO | COORDENAD. |
|---|---|---|---|---|---|
| | [01] | SITE | | Ficha SICG/IPHAN | IPHAN |
| | [02] | SITE | | Ficha DOCOMOMO | DOCOMOMO |
| | [03] | LIVRO | | Os pioneiros da habitação social. V.2: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. | Ana Paula Koury Nabil Bonduki |
| BA | X | ARTIGO 7º DOCOMOMO | (???) | Arquitetura moderna e reciclagem do patrimônio edificado: a contribuição baiana de Diógenes Rebouças | Nivaldo Andrade Jr. João Legal Leal |
| | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | DISCUSSÃO TEÓRICA | O Iphan e os desafios da preservação do Patrimônio Moderno: IPAC (...) | Nivaldo Andrade Junior et al |
| | [04] | PROJETO DE PESQUISA | FICHA OK | Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana | Ana Carolina Bienenbach |
| | [05] | ARTIGO 4º SIAAD | FICHA SOLICITADA | O inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico da UFBA: 1ª etapa | Nivaldo Andrade Junior et al |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | DISCUSSÃO TEÓRICA | A digitalização como forma de preservação: o arquivo do centro de estudos da arquitetura na Bahia (CEAB). | Eloisa Beltt Pinheiro Maricly Santana |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | (???) | As pistas e os rastros das arquiteturas modernas de Salvador | Ana Carolina Bienenbach |
| CE | [06] | REPOSITOR. UFC | | Inventário cearense de arquitetura e urbanismo (ICAU) (SITE) | Clovis R. Juca Neto et al |
| | [06] | ARTIGO 9º DOCOMOMO | | Inventario da Arquitetura Moderna Cearense (CAU/UFC) | Clovis R. Juca Neto et al |
| | [06] | ARTIGO 4º SIAAD | LOCALIZAR ARTIGO | O site inventário cearense de arquitetura e urbanismo (ICAU). Acervo CAU/UFC. | Margarida Andrade et al |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | A contribuição do arquiteto José Liberal de Castro e escrita da história da arquitetura e do urbanismo no Ceará. | Ricardo A. Paiva Beatriz Diógenes |
| | | ARTIGO 3º SIAAD | | Sobre o guia da arquitetura moderna em Fortaleza (1960-1982) | Ricardo A. Paiva et al |
| GO | X | ARTIGO 2º SIAAD | (???) | Arquitetura modernista em Anápolis: desafios e realizações na pesquisa do patrimônio modernista. | Marcelina Gomi |
| | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | Casas modernistas em Anápolis | Esther M. Arruda Maira T. Pereira |
| | [07] | ARTIGO 3º SIAAD | LOCALIZAR ARTIGO | Arquitetura Residencial em Goiânia (1935-40): metodologia de inventário de conhecimento. | Ana Amélia de P. Moura |
| MG | | | (???) | | Maria B. Capello |
| | | | (???) | | Maria Cerqueira |
| | | ARTIGO 3º DOCOMOMO | MODERNO? ARQUITETURA? | Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belim | Jurema M. Rugani, Leonardo Castriota |
| | [08] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | Documentação e preservação do patrimônio modernista tombado em Cataguases, Minas Gerais | Paulo H. Afonso Leonardo Castriota |
| | [08] | LIVRO SITE | | Arquitetura modernista Cataguases: guia do patrimônio cultural | Paulo Henrique Afonso et al |
| | [09] | ARTIGO XI ENC. PESQ. UNIFACEF | | Inventário da Arquitetura Modernista Em Pessoa | Mauro Ferreira et al |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | DISCUSSÃO DE TECNICA (???) | Arqueologia Industrial, Memória e Documentação: Os Registros das Vilas Operárias Siderúrgicas de Sabará - MG | Ronaldo André R. da Silva |
| PA | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Residências modernistas em Belém (PA): Documentando um novo modo de vida | Izabelle Karoline M. Lima |
| | X | TFG | PRESERVAÇÃO ??? | João Pessoa: verticalização, progresso e modernidade: registros dos prédios altos (1958-1975) | Carolina Marques Chaves |
| | [10] | TFG | (???) | Manifestação da Arquitetura Moderna em João Pessoa | Márcia Parente Rocha |
| | X | DISSERT. MESTRADO | PRESERVAÇÃO ??? | Casas modernas na orla marítima de João Pessoa 1960 a 1974 | Roberta Xavier Costa |
| | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | Residências da orla marítima de João Pessoa: um patrimônio moderno | Roberta Xavier Costa |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Uma pesquisa sobre o morar moderno em João Pessoa: a experiência dos anos 1970. | Ricardo Ferreira de Araújo Neki Tinem |
| | X | ARTIGO 2º e 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | O projeto como documento histórico: arquitetura moderna em Patos/PB | Elis Dantas Medeiros |
| PB | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | O habitar moderno e contemporâneo: relação entre história e projeto através do registro e da análise gráfica | Eduarda Kelen Silva Soares |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Arquitetura moderna pessoense 1965-1985 | Erika Diniz A. dos Santos |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Análise da configuração espacial de residências unifamiliares em João Pessoa | Maria Abrigue Neki Tinem |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Arquitetura residencial em João Pessoa (1960 – 1970) | Suzana da Costa et al |
| | X | LIVRO | PRESERVAÇÃO ??? | Arquitetura Moderna na Paraíba | Márcio Cotrim et al |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | DISCUSSÃO TEÓRICA | O registro gráfico como estratégia de documentação possível | Márcio Cotrim et al |
| | [12] | LIVRO | | Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista | Luiz Amorim |
| PE | [13] | SITE | SITE NÃO ESTÁ DISPONIVEL | Inventário Armando de Holanda | Guilah Naslavsky et al |
| | X | SITE E ARTIGO 3º SIAAD | INTERIORES | Inventário Janete Costa | Fernando Diniz et al |
| | [14] | SITE | | Inventário Acácio Gil Borsoi | Fernando Diniz et al |
| PI | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | A busca pela identidade moderna na arquitetura piauiense do Anísio Medeiros | Áquila Afonso Costa Júlio Afonso Costa |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Arquivos privados e arquitetura: a obra de Antônio Luiz Dutra no Piauí. | Áquila Afonso Costa et al |
| | [15] | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Documentação da arquitetura no Piauí. | Áquila Afonso Costa |
| | [16] | ARTIGO 2º SIAAD | ESTUDO DE CASO | Documentação na arquitetura, obras de Acácio Gil Borsoi no Piauí. | Ana Fátima Lívia M. M. Santos |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Estudo da Casa Piauiense: Espaços e Costumes | Áquila Moreira Magalhães |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | (???) | Avenida Frei Serafim: Arquitetura Moderna e Patrimônio em Teresina | Pamela Kristina R. Franco Freire |
| PR | | ARTIGO 5º DOCOMOMO | (???) | Arquitetura Moderna e Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná: o | Joslene Maria Zanella Gonçalves |
| | [17] | ARTIGO 3º SIAAD | MODERNO (???) | Tombamento de Marcos de Referência da Arquitetura Moderna Paranaense. O Inventário como Instrumento de Proteção do Patrimônio Edificado em Curitiba | Camila Montes Caniatti |
| RJ | [18] | ARTIGO 7º DOCOMOMO | | Preservação de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro | Carla Maria T. Coelho |
| | X | LIVRO | PRESERVAÇÃO ??? | Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro (209 obras catalogadas), 1993. | Alberto Xavier et al |
| | | FIOCRUZ | (???) | Edifícios da Saúde | Andreza Baptista |
| | [19] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização. Exemplo do Rio de Janeiro. | Renato da Gama-Rosa |
| | X | LIVRO | HISTORIOGR. | História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958). | Angela Porto et al |
| | X | LIVRO | PRESERVAÇÃO ??? | Quando o Brasil era Moderno: Guia de Arquitetura 1928- 1960. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001. | Lauro Cavalcanti |
| RN | [20] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | SOLICITAR FICHA | Conhecendo a Arquitetura Moderna Potiguar um esforço conjunto | Edja Trigueiro |
| | X | ARTIGO 4º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Sites icônicos da arquitetura moderna potiguar: divulgando o acervo iconográfico em plataforma digital. | Maria H. Oliveira Bárbara Rodrigues |
| RS | | ARTIGO 8º DOCOMOMO | (???) | Arquitetura Moderna em Porto Alegre na década de 1950: a modernidade como patrimônio na cidade contemporânea | Cícero Alvarez Marcos M. da Silva |
| | [21] | PESQUISA UCS | | Arquitetura Moderna na Serra Gaúcha: acervo e novas tecnologias na educação patrimonial | Ana Elisia Costa et al |
| | [21] | ARTIGO 2º SIAAD | | Arquitetura moderna na Serra Gaúcha em mídia interativa: documentação, análise e educação patrimonial | Ana Elisia Costa et al |
| | [22] | LIVRO | MODERNO (???) | Instituições de Saúde de Porto Alegre – inventário. Porto Alegre: Igepgral, 2008. | Beatriz Weber Juliana Serres |
| | X | PROJETO PESQUISA | PRESERVAÇÃO ??? | Casas modernistas Erechim | Nébora Lazzarotto Motle et al |
| | [23] | ARTIGO 2º SIAAD | | Inventário dos bens edificados da Universidade Federal de Santa Maria. | Bruno C. Bocchese et al |
| | [24] | ARTIGO 2º SIAAD | | Patrimônio arquitetônico moderno em Santa Maria: as casas do arquiteto Luiz Arthur Valandro – um resgate analítico. | Ana Paula Nogueira Ricardo Rocha |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | A arquitetura residencial moderna na região central do Rio Grande do Sul | Fernanda Peron Geopary et al |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | Arquitetura residencial moderna em Santa Maria, RS - Análise de caso | Fernanda Peron Geopary et al |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | NÃO TEM POR OBJETIVO A PRESERVAÇÃO | Documentação e identificação de categorias arquitetônicas: as fabricas da cidade de Pelotas-RS | Jeferson Salaberry Francine Ribeiro |
| | [25] | ARTIGO 3º SIAAD | MODERNO (???) | O inventário do Patrimônio Arquitetônico de Cruz Alta - RS | Pedro Moreira Claudio Mello |
| SC | [26] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | Edifícios saúde e processo de modernização em Florianópolis: preservação do patrimônio moderno | Maria Agostinho Ana Albano Amore |
| | [26] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | | Arquitetura da Infraestrutura de Saúde em Santa Catarina – 1935-1945 | Ana Albano Amore |
| SE | [27] | ARTIGO 5º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO (???) | As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60 | Juliana Nery |
| SP | [28] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | | Arquitetura Moderna em Araraquara: Inventário | Eduardo Leonel Sobrinho et al |
| | X | ARTIGO 7º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | Difusão da arquitetura moderna brasileira – o caso do plano de ação do governo do estado de São Paulo (1959-1963) | Miguel Buzzar, Maria T. Costido |
| | X | LIVRO | PRESERVAÇÃO ??? | Residências em São Paulo: 1947-1975. Romano Guerra, São Paulo, 1975. | Marlene Acayaba |
| | [29] | LIVRO | FICHA SOLICITADA | Arquitetura Industrial em São José dos Campos. São José dos Campos, São Paulo. APS, São Paulo 2006. | Ademir dos Santos |
| | [29] | COLOQUIO IPHAN | FICHA SOLICITADA | Inventário De Arquitetura Industrial em Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano Do Sul (1947 – 1970). | Ademir dos Santos Denivaldo Pereira |
| | [29] | COLOQUIO IPHAN | INDUSTRIAL (???) | Inventário de Arquitetura Moderna – Vila Mariana. | Denivaldo Leite et al |
| | [30] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FICHA SOLICITADA | Inventário de Arquitetura Moderna no Vale do Paraíba e Alto Tietê | Ademir dos Santos et al |
| | X | ARTIGO 3º DOCOMOMO | (???) | O Colegio e a Luta pela Preservação de Edifícios Modernos em Bauru – SP | Nilson Ghirardello |
| | X | ARTIGO 3º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | Modernidade, Modernismo e Modernização: As Fábricas Modernas da Via Anchieta | Miguel Buzzar, Lucia Simoni |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

## 3.3 PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE ARQUITETURA MODERNA PRODUZIDOS NO BRASIL

Esse tópico teve por principal objetivo expor os procedimentos metodológicos que foram adotados para a seleção dos inventários de arquitetura moderna produzidos no país. Essa etapa de seleção acontecia à medida que os dados gerados nos tópicos anteriores, de identificação e localização das fontes, eram organizados e confrontados com o referencial teórico e os conceitos expostos nos capítulos anteriores. O **quadro 08**, [ver **apêndice B**], é um dos resultados desse processo em busca do objeto empírico. Mas antes desse, foram gerados outros vários quadros, que progressivamente tornaram possíveis a identificação, localização e seleção dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil. O apresentado configura-se como uma dessas etapas de triagem, resultado desse longo processo. Outras triagens foram progressivamente acontecendo e dando origem a outros quadros que, cada vez mais depurados, delimitaram o objeto empírico que foi, enfim, submetido às análises.

A indicação de recorrências ou 'grupos temáticos', apresentados no tópico anterior e no **quadro 08**, facilitaram a compilação dos dados, progressivamente coletados nas fontes selecionadas. Esses 'grupos temáticos' foram confrontados com o conceito de inventário [reapresentado a seguir] e com o referencial teórico, ambos construídos ao longo do desenvolvimento do trabalho.

**Um inventário é um instrumento legal - de caráter não-restritivo - e documental de preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio; configura-se como uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas; não pode ser um registro único, de uma obra específica; é facultativa, mas aconselhada, a utilização da ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento, a manipulação e a visibilidade dessas informações; se configura como uma descrição detalhada, pormenorizada dos bens de modo que haja subsídios suficientes à preservação; os critérios de seleção das obras inventariadas estão diretamente relacionados aos objetivos do inventário e ao valor e significância das obras, elementos que sustentam a escolha do bem, que lhe dão destaque e razão para a preservação; quanto aos sujeitos aptos à tarefa de inventariação, observou-se uma predominância de profissionais diretamente vinculados aos órgãos/organizações de preservação e academias, não sendo ainda facultada essa tarefa ao público em geral, conforme recomendação de algumas das cartas patrimoniais analisadas; os inventários não precisam, necessariamente, ter a forma de uma ficha ou formulário, mas é importante que haja, pelo menos, um roteiro de perguntas, que facilite a coleta sistemática e a organização das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos principais; os objetivos subsequentes dos inventários, inclusive o tipo de produção a ser contemplado, precisam estar claros para que se possam traçar novas diretrizes e complementar com informações específicas de modo a atendê-los.**

Através do citado cotejo que se realizava entre o referencial teórico e o objeto empírico – que ia sendo identificado, localizado e selecionado nas variadas fontes anteriormente elencadas –, foi possível elaborar os seguintes quadros-síntese:

| | | |
|---|---|---|
| **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO** | **[01]** | trabalhos selecionados para análise, oriundos de órgãos/ organizações de preservação ou eventos científicos, deveriam necessariamente manifestar preocupação direta com a preservação, pois, trata-se do objetivo primordial desse tipo de documentação arquitetônica. |
| | **[02]** | trabalhos selecionados para análise, oriundos de órgãos/ organizações de preservação ou eventos científicos, deveriam realizar pesquisas e levantamentos sistemáticos das características e particularidades de bens arquitetônicos da produção moderna, de forma pormenorizada; |
| | **[03]** | trabalhos selecionados para análise, oriundos de órgãos/ organizações de preservação ou eventos científicos, deveriam se configurar como uma coleção, um catálogo, ou mesmo uma longa enumeração de bens, composta por informações de natureza diversa capazes de subsidiar a preservação; |
| | **[04]** | trabalhos selecionados para análise, oriundos de órgãos/ organizações de preservação ou eventos científicos, deveriam apresentar 'fichas' ou 'roteiros de perguntas' que facilitassem a coleta sistemática das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos iniciais, visto que também se configura como objetivo da pesquisa a análise do conteúdo e da forma desses instrumentos; |
| **TRABALHOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE** | **[01]** | exemplares dos inventários dos órgãos responsáveis pela preservação e documentação de obras de interesse nacional [SICG/IPHAN, ICOMOS Internacional e DOCOMOMO Brasil]; |
| | **[02]** | trabalhos publicados em eventos científicos que se autodenominavam inventários de arquitetura; pois, ao se autodenominarem como inventários, pelo menos teoricamente, dava-se a perceber que esses trabalhos sabiam do que se tratava um inventário, de quais eram seus objetivos, justificativas e metodologias; |
| | **[03]** | trabalhos publicados em eventos científicos que se propunham a registrar um conjunto de obras de arquitetura moderna; esses registros eram comumente temáticos, ou seja, adotavam um tema que abarcava um certo universo de obras da produção moderna, seja por localidade, por tipologia arquitetônica, ou mesmo produções monográficas; |
| **TRABALHOS DESCARTADOS DA ANÁLISE** | **[01]** | trabalhos que não tratavam especificamente da produção arquitetônica moderna, ou seja, aqueles que se configuravam como inventários ou registros de produções arquitetônicas precedentes, ou ainda aqueles que, mesmo modernos, configuravam-se como inventários paisagísticos, urbanísticos, ou de arquitetura de interiores. |

| | | |
|---|---|---|
| | **[02]** | trabalhos identificados como 'estudos de caso'[79], apesar de se configurarem como registros, se tratavam de análises de obras únicas e específicas - representando um grande número no somatório geral dos trabalhos identificados – e não poderiam ser considerados como inventários, sendo estes últimos definidos como uma relação, listagem, um rol, um agrupamento de vários registros; |
| | **[03]** | trabalhos que se propunham à explanações e divulgação de acervos gráficos e fotográficos; estes acervos não foram considerados como exemplares de inventários de arquitetura moderna por não se configuravam como tais - apesar de certamente possuírem informações valiosas para sua constituição -, nem representarem propostas iniciais para elaboração destes inventários, ou seja, não eram registros minuciosos de obras de arquitetura moderna e nem visavam à preservação dessas obras, mas sim dos próprios acervos documentais; |
| | **[04]** | trabalhos que propunham discussões teóricas, ou seja, a debater temas ligados ao patrimônio, a sua preservação também não foram selecionados nesse momento específico do trabalho, cujo intuito principal era a seleção de exemplares de inventários de arquitetura moderna para análise; |

Durante o percurso em busca do objeto empírico, surgiram alguns trabalhos que se configuraram como exceções, mas que não puderam ser ignoradas. Estas referiram-se a alguns livros, não publicados nos eventos científicos selecionados como fontes de pesquisa, mas considerados importantes ao desenvolvimento do trabalho, optando-se por analisá-los.

| | | |
|---|---|---|
| **EXCEÇÕES** | **[01]** | [**Exceção 01**] O livro *Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista*, de Luiz Amorim não se pretende um inventário, mas apresenta fichas analíticas. A forma como o autor aborda a descaracterização e a perda dos exemplares de arquitetura moderna no estado, todavia, revelam uma clara preocupação com a preservação da produção moderna pernambucana. |
| | **[02]** | [**Exceção 02**] O volume 2 da coleção *Os pioneiros da habitação social*, intitulado *Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964* e organizado por Ana Paula Koury e Nabil Bonduki, se autodenomina inventário; apesar disso, não ficou constatada preocupação efetiva com a preservação dos exemplares de arquitetura moderna contemplados na publicação. Os registros que compõem o citado volume são muito mais o resultado da organização do material de uma vasta pesquisa de campo que subsidiou as inúmeras reflexões que constituem os volumes 1 e 3 da coleção. |

[79] Eventualmente, os estudos de caso até poderiam se configurar como parte de uma pesquisa maior, quiçá até de um inventário, mas em virtude da dimensão que o universo da pesquisa assumiria, optou-se por desconsiderar os registros isolados identificados nos eventos científicos.

Esses foram os critérios adotados em subsequentes triagens realizadas para a seleção do objeto empírico da tese. E, como mais uma etapa do contínuo processo de triagem desse objeto, partiu-se para **a leitura e o fichamento dos artigos selecionados nos eventos científicos escolhidos como fonte de pesquisa** e dispostos no **quadro 08** [**ver apêndice B**]. Até então, essa triagem era realizada principalmente a partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos oriundos dessas fontes. Esse processo foi iniciado pelos artigos dos seminários do DOCOMOMO nacional. Foram então eliminados do quadro os artigos que, através da leitura e do fichamento do trabalho completo, não se enquadravam dentro dos critérios de seleção anteriormente expostos - não percebido inicialmente através da leitura dos seus títulos e resumos.

Ainda durante a leitura e o fichamento dos artigos, optou-se por **destacar nas anotações realizadas o termo 'inventário'**. A presença ou ausência do termo evidenciou o enfoque de cada um dos trabalhos e tornou mais fácil identificar aqueles que se propunham, de fato, a sua elaboração. Todavia e infelizmente, **pouquíssimos artigos apresentavam os modelos das fichas que aplicavam à inventariação. Mesmo aqueles que declaradamente se assumiam como inventários não apresentavam as fichas no corpo do artigo.**

Concluída a etapa de leitura e fichamento dos artigos dos seminários do DOCOMOMO nacional, foi escolhida, como amostra inicial dessa fonte, a ficha do ICAU/CE para uma análise mais detalhada pois, foi o único dentre os artigos do seminário que apresentou um modelo da ficha de inventário - a título de ilustração e incompleta - no corpo do artigo. **Essa constatação tornava clara a insuficiente discussão em torno do conteúdo dessas fichas de inventário e atestava uma das hipóteses do trabalho, ou seja, repetem-se os modelos previamente elaborados por órgãos, instituições e/ou pesquisadores sem uma reflexão mais aprofundada sobre esses instrumentos – seus objetivos, metodologias, justificativas, conteúdos, etc. – e suas contribuições ao processo de preservação.**

Sequencialmente, partiu-se para a localização, a leitura e o fichamento dos artigos dos SIAADs e das demais fontes que compuseram o **quadro 08**. Para essa fonte de pesquisa foram aplicados os mesmos critérios que orientaram as triagens dos seminários DOCOMOMO apresentados. O processo de leitura e o fichamento dos artigos selecionados permitiu novas triagens, selecionando aqueles que mais se aproximavam ao tema para análise mais detalhada. Os trabalhos que se distanciavam dos objetivos do trabalho eram progressivamente eliminados e, em uma das colunas do **quadro 08** [**ver apêndice B**], expunha-se a justificativa para sua eliminação.

A figura 19, apresentada a seguir, ilustra geograficamente os trabalhos de inventariação e registro de obras identificados nos eventos científicos selecionados – DOCOMOMO Brasil e SIAADs. Novamente, as cores foram utilizadas para indicar os grupos temáticos dos trabalhos identificados.

Percebeu-se uma maior concentração da produção de inventários e registros nas regiões nordeste, sul e sudeste do país, principalmente nas capitais, onde também se concentram as principais academias produtoras dessas informações e onde houve uma produção arquitetônica moderna mais intensa e expressiva.

**FIGURA 19- mapeamento de algumas das iniciativas de documentação identificadas nos eventos científicos selecionados como fontes de pesquisa - mapeamento elaborado a partir dos dados apresentados no quadro 08 [apêndice B].**



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Os **quadros 09 e 10**, apresentados a seguir, também foram gerados a partir das triagens dos quadros anteriores e de subsequentes seleções aplicadas a partir da observância dos critérios já expostos. Uma rápida observação sobre o **quadro 09,** exposto a seguir, permitiu a constatação da existência de algumas iniciativas de inventariação pelo território nacional:

| QUADRO 09- Principais iniciativas de inventariação da produção arquitetônica moderna identificadas no país. | | | |
|---|---|---|---|
| Inventários (Órgãos/ Organizações de Preservação) | BR | Ficha SICG/ IPHAN | SITE |
| | BR | Ficha DOCOMOMO | SITE |
| | BR | Ficha ICOMOS | SITE |
| Inventários e Registros (Tipologias) | BR | Ana Paula Koury (habitação social) | LIVRO |
| | SC | Ana Albano Amora (saúde) | PESQUISA/ ARTIGO |
| | RJ | Renato Gama Rosa (saúde) | PESQUISA/ ARTIGO |
| | RS | Beatriz Weber (saúde) | |
| | SP | Ademir Santos (indústrias) | PESQUISA/ ARTIGO |
| | SE | Juliana Nery (residências) | PESQUISA/ ARTIGO |
| | RJ | Carla Coelho | ARTIGO |
| Inventários (Monográficos) | PE | Fernando Diniz (Borsoi, Janete Costa) | SITE |
| Inventários e Registros (Localidade) | PB | Mércia Parente | TFG |
| | PE | Luiz Amorim | LIVRO |
| | RS | Ana Elísia Costa | PESQUISA/ ARTIGO |
| | RS | Ana Paula Nogueira e Ricardo Rocha | ARTIGO |
| | BA | Ana Carolina Bierrenbach | PESQUISA |
| | CE | Margarida Andrade | SITE/ ARTIGO |
| | MG | Paulo Alonso | LIVRO/ SITE |
| | MG | Mauro Ferreira | PESQUISA |
| | PI | Alcília Costa | PESQUISA |
| | PR | Camila Celinski | ARTIGO |
| | RN | Edja Trigueiro | SITE/ ARTIGO |
| | RS | Pedro Moreira e Cláudio Mello | ARTIGO |
| | SP | Eduardo Lauand Sobrinho | ARTIGO |
| | SP | Denivaldo Leite (indústrias) | PESQUISA/ ARTIGO |
| | SP | Ademir Santos | PESQUISA/ ARTIGO |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

**[01]** grupo de trabalho dedicado aos inventários de arquitetura moderna no Ceará sob a coordenação de Margarida Andrade, Clovis Jucá, entre outros professores da UFC;

**[02]** grupo de trabalho dedicado à elaboração de inventários temáticos [monográficos] em Pernambuco, coordenados por Guilah Naslavsky e Fernando Diniz, ambos professores da UFPE;

**[03]** grupo de estudos sobre arquitetura moderna na Paraíba, com finalidade acadêmica, sob coordenação dos professores Nelci Tinem e Márcio Cotrim, na UFPB;

**[04]** grupo de trabalho dedicado ao inventário da produção moderna na Bahia coordenado por Nivaldo Andrade e Carolina Bierrenbach, professores da UFBA, com declarada irradiação para o estado vizinho de Sergipe, sob a coordenação da professora Juliana Nery, também da UFBA;

**[05]** registro das residências modernistas em Aracaju, coordenado por Juliana Nery;

**[06]** o caso específico de inventário de arquitetura moderna de Cataguases, em Minas Gerais, coordenado por Paulo Alonso;

**[07]** grupo de trabalho dedicado à elaboração de inventários tipológicos da saúde em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro – coordenados respectivamente por Ana Albano Amora, Beatriz Weber e Renato Gama-Rosa;

**[08]** grupo de trabalho dedicado aos inventários da produção moderna de tipologia industrial no estado de São Paulo, coordenados por Ademir Santos e Denivaldo Leite;

**[09]** grupo de trabalho dedicado ao inventário da arquitetura moderna no Rio Grande do Norte coordenado pela professora Edja Trigueiro da UFRN.

**QUADRO 10- Etapa de triagem do objeto empírico do trabalho de tese.**

**LEGENDA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Propostas de **INVENTÁRIO** | | Registro (**TIPOLOGIA**) |
| | Registro (**LOCALIDADE**) | | Discussão Teórica |
| | Registro (**MONOGRÁFICO**) | [00] | Nº. Identificação do Trabalho analisado |

| UF | No. | FONTE | OBSERV. | TÍTULO DO TRABALHO | COORDENAD. |
|---|---|---|---|---|---|
| BR | [01] | SITE | OK | **Inventário SICG/IPHAN** | **IPHAN** |
| | [02] | SITE | OK | **Inventário DOCOMOMO** | **DOCOMOMO** |
| | [03] | SITE | | **Inventário ICOMOS** | **ICOMOS** |
| | [04] | LIVRO | OK | **Inventário** da produção pública no Brasil (1930-1964). | Ana Paula Koury<br>Nabil Bonduki |
| BA | [05] | PESQUISA | OK | **Inventário** do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana | Ana Carolina Bierrenbach |
| CE | [06] | REPOSITÓR. UFC | OK | **Inventário** cearense de arquitetura e urbanismo (ICAU) (SITE) | Clovis R. Jucá Neto *et al* |
| | | ARTIGO 9º DOCOMOMO | OK | **Inventario** da Arquitetura Moderna Cearense (ICAU/UFC) | Clovis R. Jucá Neto *et al* |
| | | ARTIGO 4º SIAAD | OK | O site **inventário** cearense de arquitetura e urbanismo (ICAU). Acervo CAU/UFC. | Margarida Andrade *et al* |
| GO | [07] | ARTIGO 3º SIAAD | LOCALIZAR ARTIGO | Arquitetura Residencial em Goiânia (1935-40): metodologia de **inventário** de conhecimento | Ana Amélia de P. Moura |
| MG | [08] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | OK | **Documentação** e **preservação** do **patrimônio modernista** tombado em Cataguases, MG | Paulo H. Alonso<br>Leonardo B. Castriota |
| | | LIVRO + SITE | OK | Arquitetura modernista Cataguases: **guia** do **patrimônio** cultural | Paulo H. Alonso *et al* |
| | [09] | ENC. PESQ. UNIFACEF | OK | **Inventário** da Arquitetura Modernista em Passos | Mauro Ferreira *et al* |
| PB | [10] | ARTIGO 2º SIAAD | FALTAM FICHAS | O edifício como documento: o caso do **inventário** dos edifícios da DVOP | Guilah Naslavsky<br>Érika Diniz |
| | [11] | TFG | ??? | Manifestação da Arquitetura Moderna em João Pessoa | Mércia Parente Rocha |
| PE | [12] | LIVRO | OK | Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista | Luiz Amorim |
| | [13] | SITE | OK | **Inventário** Acácio Gil Borsoi | Fernando Diniz *et al* |
| PI | [14] | ARTIGO 2º SIAAD | OK | **Documentação** da Arquitetura Moderna no Piauí. | Alcília Afonso Costa |
| | | ARTIGO 9º DOCOMOMO LIVRO | OK | **Documentos** da Arquitetura Moderna no Piauí. | Alcília Afonso Costa<br>Ana R. S. N. Feitosa |
| | | PESQUISA | OK | Modernidade Arquitetônica | Alcília Afonso Costa |
| PR | [15] | ARTIGO 3º SIAAD | LOCALIZAR ARTIGO | O **Inventário** como Instrumento de Proteção do Patrimônio Edificado em Curitiba | Camila M. Celinski |
| RJ | [16] | ARTIGO 7º DOCOMOMO | LER ARTIGO | **Preservação** de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro | Carla Maria T. Coelho |
| | [17] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | LER ARTIGO | **Patrimônio moderno** saúde e desafios para a sua valorização. Rio de Janeiro. | Renato da Gama-Rosa |
| RN | [18] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FALTAM FICHAS | Conhecendo a Arquitetura Moderna Potiguar um esforço conjunto | Edja Trigueiro |
| RS | [19] | ARTIGO 2º SIAAD | FALTAM FICHAS | **Arquitetura moderna** na Serra Gaúcha em mídia interativa. | Ana Elísia Costa *et al* |
| | [20] | LIVRO | MODERNO ??? | Instituições de Saúde de Porto Alegre – **inventário**. Porto Alegre: Ideograf, 2008. | Beatriz Weber<br>Juliana Serres |
| | [21] | ARTIGO 2º SIAAD | LER ARTIGO | **Inventário** dos bens edificados da Universidade Federal de Santa Maria. | Bruno C. Pozzobon *et al* |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [22] | ARTIGO 2º SIAAD | LER ARTIGO | | | | **Patrimônio arquitetônico moderno** em Santa Maria: as casas do arquiteto Luiz Arthur Vallandro – um resgate analítico. | Ana Paula Nogueira Ricardo Rocha |
| | [23] | ARTIGO 3º SIAAD | LOCALIZAR ARTIGO | | | | O **inventário** do Patrimônio Arquitetônico de Cruz Alta - RS | Pedro Couto Moreira Cláudio Renato Mello |
| SC | [24] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FALTAM FICHAS | | | | Arquitetura da Infraestrutura de Saúde em Santa Catarina – 1935-1945 | Ana Albano Amora |
| | | ARTIGO 8º DOCOMOMO | FALTAM FICHAS | | | | Edifícios para a saúde e o processo de modernização em Florianópolis | Maria Agostinho Ana Albano Amora |
| SE | [25] | ARTIGO 5º DOCOMOMO | OK | | | | As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60 | Juliana Cardoso Nery |
| SP | [26] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FALTAM FICHAS | | | | Arquitetura Moderna em Araraquara: **Inventário** | Eduardo L. Sobrinho *et al* |
| | | LIVRO | FICHAS SOLICIT. | | | | Arquitetura Industrial em São José dos Campos. | Ademir P. dos Santos |
| | [27] | COLÓQUIO IPHAN | FICHAS SOLICIT. | | | | **Inventário** Arquitetura Industrial Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (1947–1970). | Ademir P. dos Santos Denivaldo Pereira |
| | [28] | COLÓQUIO IPHAN | FALTAM FICHAS | | | | **Inventário** de Arquitetura Moderna – Vila Mariana. | Denivaldo Leite *et al* |
| | [29] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FICHAS SOLICIT. | | | | **Inventário de Arquitetura Moderna** no Vale do Paraíba e Alto Tietê | Ademir P. dos Santos *et al* |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Durante as pesquisas, com a identificação de outras iniciativas, estas eram submetidas aos mesmos processos de triagem anteriormente descritos e adicionadas [ou não] ao universo de análise da pesquisa. O **quadro 09** relevou claramente a formação de grupos de pesquisa e catalogação, geralmente vinculados às academias e também aos órgãos e organizações nacionais responsáveis pela documentação da arquitetura; foi possível observar também os sujeitos [coordenadores dessas equipes] e suas posturas; além dos lugares de onde falavam e os seus discursos, comumente alinhados a determinados órgãos e as suas metodologias;

Na coluna "observações" dos quadros que apresentam etapas de triagem do objeto empírico [**ver quadros 08 e 10**] tomava-se nota do *status* de localização dos inventários e de suas respectivas fichas ou roteiros de perguntas. **É importante salientar que o acesso a essas fichas, elaboradas pelos órgãos/organizações de preservação ou pelos pesquisadores e/ou coordenadores dos trabalhos selecionados – nos eventos científicos ou nos livros –, foi fundamental para a análise do objeto empírico – apresentada no Capítulo 04 – e consistiu de uma última etapa de seleção dos seus exemplares.**

## 3.4 Procedimentos para Análise dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil

Definidos os procedimentos de identificação, organização e seleção dos inventários da produção moderna, tornou-se então importante descrever os procedimentos que foram adotados para as análises desse objeto empírico. O referencial teórico construído e apresentado ao longo do trabalho foi formatando o olhar e definindo o que exatamente se pretendia enxergar nos inventários selecionados. Revelou-se importante entender os

sujeitos, os lugares e os discursos que estavam construindo e sendo construídos através desses instrumentos de documentação, os inventários.

As diretrizes para análise do objeto empírico não surgiram aleatoriamente, mas foram parte de um longo percurso de descobertas, surpresas, obstáculos, ajustes e mudanças de curso. Os objetos empírico e teórico eram o norte que se pretendia alcançar. Michel De Certeau (1982 [1974]) e Carlo Ginzburg (1989 [1939]) foram provavelmente as bússolas iniciais, que aliaram-se a outros tantos instrumentos de navegação necessários nesse percurso de águas nem sempre tranquilas.

Inicialmente, pretendia-se uma análise individual que compreendia a exploração, caso a caso, dos inventários selecionados nas etapas anteriores do trabalho; em seguida, pretendiam-se realizar as análises comparativas entre esses inventários. Porém, durante as primeiras análises das fichas de inventariação, verificou-se que essa pretendida comparação era desnecessária, pois esta acontecia concomitantemente às análises individuais. Logo, os inventários selecionados para análise passaram a ser questionados levando-se em consideração os seguintes pontos:

**[01]** observância de conceituações, objetivos, justificativas e metodologias nos vários inventários selecionados, investigando se estavam definidos com clareza, se correspondiam ou se apresentavam discrepâncias em relação aos objetivos, justificativas e metodologias traçados pelos órgãos/organizações de preservação [se é que foram traçados];

**[02]** identificação dos sujeitos [quem fala], dos lugares [de onde falam] e dos discursos a partir dos quais foram elaborados ou se elaboraram esses inventários; entender como esses sujeitos, lugares e discursos apareciam refletidos na forma e no conteúdo das várias fichas analisadas;

**[03]** análise da forma e do conteúdo dos inventários de arquitetura moderna; se havia textos descritivos, fotografias antigas e atuais, desenhos originais, redesenhos, croquis, projetos arquitetônicos e complementares, detalhes construtivos, observância de alterações entre o projeto original e a obra executada, verificação de intervenções posteriores, se destacavam especificidades observadas na obra que porventura a caracterizavam como um exemplar de arquitetura moderna [relação interior-exterior, uso de materiais e tecnologias de ponta, permeabilidade, flexibilidade etc.];

**[04]** apreensão dos pormenores, das especificidades e de informações identificadas nas entrelinhas de cada inventário; investigação acerca das informações que estavam sendo contempladas, bem como daquelas que estavam sendo omitidas nesses instrumentos de documentação e preservação, na tentativa de se entender quais as consequências dessas presenças e/ou ausências no próprio processo de preservação, objetivo primeiro dos inventários; se existiam justificativas para a eleição dos exemplares - elementos que valorizam o bem - e das informações coletadas sobre estes; se modelos pré-existentes serviram de parâmetro para elaboração dos inventários;

**[05]** observação da existência, ou não, de correspondências entre a fundamentação construída ao longo do trabalho e a prática de inventariação [exemplares selecionados para análise], ou seja, entre os referenciais teóricos selecionados – De Certeau (1982 [1974]), Ginzburg (1989 [1939]), Giovanonni (2013 [1913-1936]),

Riegl (2014 [1903]), entre outros –, os postulados dos estudos teóricos clássicos**,** as Cartas Patrimoniais e os inventários de arquitetura moderna selecionados para análise;

Os cinco pontos expostos passaram a se configurar como os principais critérios de análise do objeto empírico, resumidamente expostos no **quadro 11**, apresentado a seguir. O **quadro 12**, por sua, vez, apresenta uma das últimas etapas de triagem do desse objeto do trabalho de tese, mas ainda havia pendencias quanto ao acesso às fichas de algumas iniciativas selecionadas para análise.

| **QUADRO 11- Critérios de análise do objeto empírico do trabalho de tese** | |
|---|---|
| **[01]** | conceituações, objetivos, justificativas e metodologias |
| **[02]** | pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas |
| **[03]** | sujeitos, lugares e discursos |
| **[04]** | análise forma e conteúdo |
| **[05]** | correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Mas, qual seria a importância de realizar essas observações durante as análises dos inventários? Como relatado, o olhar sobre esses pontos acima elencados - sujeitos, lugares, discursos, objetivos, objetos, justificativas, metodologias, forma, conteúdo, especificidades, pormenores - em cada um dos inventários selecionados para análise permitiram uma compreensão de como esses objetos foram e continuam sendo construídos – pelos órgãos/organizações de preservação, academias, profissionais, fundações - e se essa construção estava alinhada com os objetivos intrínsecos a esses instrumentos, as recomendações das Cartas Patrimoniais, nacionais e internacionais, e os postulados apresentados nos estudos teóricos clássicos.

Com a aplicação desses critérios sobre o objeto empírico final da tese [**ver quadro 13**], objetivava-se pensar e repensar o papel dos inventários na escrita da história, discutir e refletir sobre os seus objetivos e métodos, de forma a avançar na produção do conhecimento, avaliando-o constantemente, enfrentando novos problemas, incluindo novos questionamentos e alimentando as desconfianças, pois é preciso avançar, dar passos mais largos e firmes, nos processos de documentação e preservação da produção arquitetônica moderna, compreendendo e contemplando suas especificidades, assim como é preciso evitar reproduzir processos que se naturalizaram no tempo e no espaço, sem reflexões mais aprofundadas.

No Capítulo 03 foram apresentados os procedimentos metodológicos adotados para identificação, localização, seleção e análise dos inventários de arquitetura moderna no Brasil, fundamentais à realização da etapa seguinte, de análise do objeto empírico da pesquisa. O referencial teórico construído nos dois primeiros capítulos, somado aos procedimentos aqui apresentados, configuraram-se como norteadores das posturas, abordagens, agrupamentos e comparações necessários às análises.

**QUADRO 12- Etapa de triagem do objeto empírico do trabalho de tese**

**LEGENDA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Propostas de **INVENTÁRIO** | | Registro (**TIPOLOGIA**) |
| | Registro (**LOCALIDADE**) | | Discussão Teórica |
| | Registro (**MONOGRÁFICO**) | [00] | Nº. Identificação do trabalho selecionado |

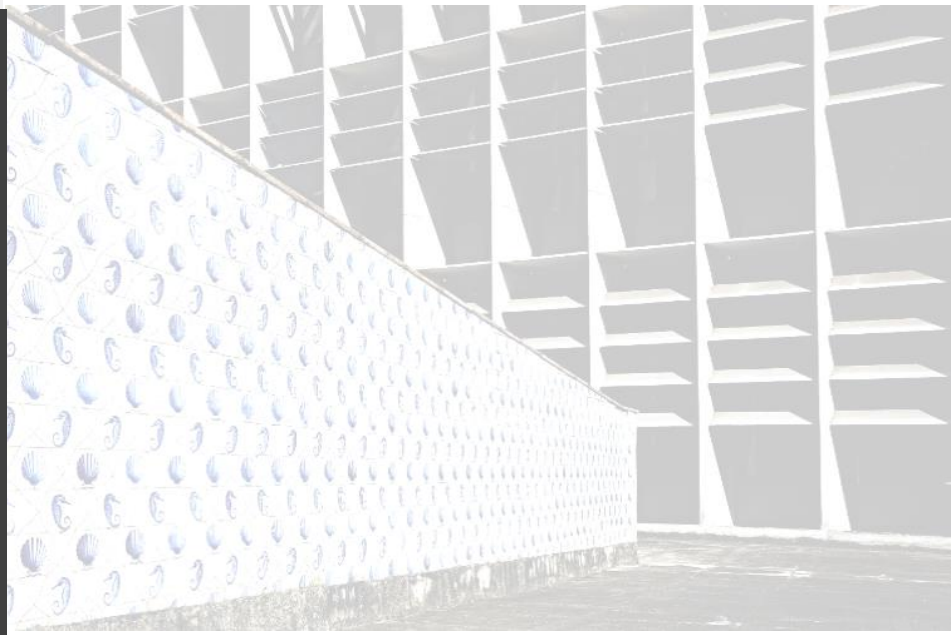
| | No. | FONTE | OBSERV. | TÍTULO DO TRABALHO | COORDENAD. |
|---|---|---|---|---|---|
| BR | [01] | SITE | OK | **Inventário SICG/IPHAN** | **IPHAN (?)** |
| | [02] | SITE | OK | **Inventário DOCOMOMO Brasil** | **DOCOMOMO (?)** |
| | [03] | SITE | OK | **Inventário ICOMOS Internacional** | **ICOMOS** |
| | [04] | LIVRO | OK | **Inventário** da produção pública no Brasil (1930-1964). | Ana Paula Koury<br>Nabil Bonduki |
| BA | [05] | DOCOMOMO BA/ pesquisa | OK | **Inventário** do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana | Ana Carolina Bierrenbach |
| CE | [06] | ARTIGO 9º DOCOMOMO | OK | **Inventario** da Arquitetura Moderna Cearense (CAU/UFC) | Clovis R. Jucá Neto *et al* |
| | | ARTIGO 4º SIAAD | OK | O site **inventário** cearense de arquitetura e urbanismo (ICAU). Acervo CAU/UFC. | Margarida Andrade *et al* |
| MG | [07] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | OK | **Documentação e preservação patrimônio modernista,** Cataguases | Paulo H. Alonso<br>Leonardo B. Castriota |
| | | LIVRO + SITE | OK | Arquitetura modernista Cataguases: **guia** do **patrimônio** cultural | Paulo H. Alonso *et al* |
| PB | [08] | ARTIGO 2º SIAAD | FICHAS SOLICIT. | O edifício como documento: o caso do **inventário** dos edifícios da DVOP | Guilah Naslavsky<br>Érika Diniz |
| PE | | LIVRO | OK | Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista | Luiz Amorim |
| | [09] | ARTIGO 12º. DOCOMOMO | OK | **Inventário** Acácio Gil Borsoi | Fernando Diniz *et al* |
| PI | [10] | ARTIGO 2º SIAAD + ARTIGO 9º DOC.+ LIVRO | OK | **Documentação** da Arquitetura Moderna no Piauí. | Alcília Afonso |
| | | | OK | **Documentos** da Arquitetura Moderna no Piauí. | Ana Rosa Negrieros<br>Alcília Afonso |
| | [11] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | INVENTÁRIO SAÚDE | **Patrimônio moderno** saúde e desafios para a sua valorização. Rio de Janeiro. | Renato da Gama-Rosa |
| RN | | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FICHAS SOLICIT. | Conhecendo a Arquitetura Moderna Potiguar um esforço conjunto | Edja Trigueiro |
| RS | | ARTIGO 2º SIAAD | FICHAS SOLICIT. | **Arquitetura moderna** na Serra Gaúcha em mídia interativa. | Ana Elísia Costa *et al* |
| | [11] | LIVRO | INVENTÁRIO SAÚDE | Instituições de Saúde de Porto Alegre – **inventário**. Porto Alegre: Ideograf, 2008. | Beatriz Weber<br>Juliana Serres |
| | [12] | ARTIGO 2º SIAAD | OK | **Inventário** dos bens edificados da Universidade Federal de Santa Maria. | Bruno C. Pozzobon *et al* |
| SC | [11] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | INVENTÁRIO SAÚDE | Arquitetura da Infraestrutura de Saúde em Santa Catarina – 1935-1945 | Ana Albano Amora |
| | | ARTIGO 8º DOCOMOMO | INVENTÁRIO SAÚDE | Edifícios para a saúde e o processo de modernização em Florianópolis | Maria Agostinho<br>Ana Albano Amora |
| SE | [13] | ARTIGO 5º DOCOMOMO | OK | As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60 | Juliana Cardoso Nery |
| SP | [14] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FICHAS SOLICIT. | Arquitetura Moderna em Araraquara: **Inventário** | Eduardo L. Sobrinho *et al* |
| | | LIVRO + ARTIGO IPHAN | INVENTÁRIO INDÚSTRIAS | Arquitetura Industrial em São José dos Campos. | Ademir P. dos Santos |
| | | | | **Inventário** Arquitetura Industrial Sto André, S. Bernardo do Campo e S. Caetano do Sul. | Ademir P. dos Santos<br>Denivaldo Pereira |
| | [15] | ARTIGO IPHAN | FICHAS SOLICIT. | **Inventário** de Arquitetura Moderna – Vila Mariana. | Denivaldo Leite *et al* |
| | [16] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | FICHAS SOLICIT. | **Inventário de Arquitetura Moderna** no Vale do Paraíba e Alto Tietê | Ademir P. dos Santos *et al* |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

# Capítulo 04

## Análise dos Inventários de Arquitetura Moderna produzidos no Brasil

A análise do objeto empírico - inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil - é o objeto e o principal objetivo desse capítulo do trabalho. No capítulo anterior, foram apresentados os procedimentos para identificação, localização, seleção e análise desse objeto. Mas antes das análises desse objeto empírico, foi necessário expor, sinteticamente, o processo de localização e coleta, junto aos trabalhos de inventariação, das 'fichas' ou roteiros de perguntas, sejam estes reproduções de modelos pré-existentes ou elaborados pelos profissionais envolvidos na tarefa. **O acesso a essas fichas ou roteiros era fundamental à análise do objeto empírico.** Por fim, foram apresentadas as análises, seguindo a ordem exposta no quadro síntese desse objeto da pesquisa, exposto nas próximas páginas.



## 4.1 ANÁLISE INDIVIDUAL DAS FICHAS DE INVENTARIAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL: UM "INVENTÁRIO DOS INVENTÁRIOS"

Esse capítulo é dedicado à análise dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil, cuja identificação, localização e seleção foram narrados no capítulo anterior. A realização dessa etapa de análise só foi possível após a estruturação desses capítulos precedentes, de construção do embasamento teórico e metodológico. O **quadro 13**, apresentado abaixo, mostra a listagem final dos inventários selecionados para análise.

Ao todo, **15 [quinze]** trabalhos compuseram o quadro e correspondem ao objeto empírico final da tese. **É necessário salientar novamente que o acesso às fichas catalográficas ou roteiros de perguntas elaborados pelos órgãos/organizações de preservação ou coordenadores dos trabalhos selecionados [eventos científicos] foi essencial à análise dos trabalhos, consistindo de uma última etapa de seleção dos exemplares.**

O processo de **localização das iniciativas nacionais de inventariação da produção moderna** foi narrada no **Capítulo 03**, entretanto, também mostrou-se necessário apresentar alguns esclarecimentos sobre o processo de **localização das suas fichas ou roteiros de perguntas**, aplicados pelas iniciativas para a coleta sistemática de informações sobre os bens inventariados:

**[01]** **os exemplares de 'fichas'** ou roteiros de perguntas dos **inventários dos órgãos/ organizações de preservação** - SICG/IPHAN, ICOMOS Internacional e DOCOMOMO Brasil - foram **localizados diretamente nos portais desses órgãos**;

**[02]** dentre os artigos selecionados, nas edições dos **Seminários do DOCOMOMO Brasil e SIAAD**, poucos apresentaram fichas ou roteiros de perguntas no corpo do trabalho. Configurando-se como exceções: [1] o artigo do ICAU/CE, apresentado no 4º. SIAAD e no 9º. DOCOMOMO, expôs recortes de uma de suas fichas, a título de ilustração do trabalho, e não como discussão da metodológica da ficha, de seu conteúdo e forma; [2] o artigo apresentado no 2º. SIAAD, sob o título *Inventário dos bens edificados da Universidade Federal de Santa Maria*, também apresentou um modelo preenchido da ficha utilizada para inventariação. Edja Trigueiro anunciou a presença de uma ficha de inventário no artigo apresentado no 3º. DOCOMOMO, mas infelizmente esta não aparece anexada ao trabalho disponível no portal e, apesar de solicitada por mensagens de correio eletrônico, não foi encaminhada em tempo hábil para a análise. Assim, para ter acesso à grande maioria das fichas dos trabalhos apresentados em eventos científicos, foram realizadas solicitações, através de mensagens por correio eletrônico, aos coordenadores das iniciativas. Muitos deles, rapidamente, se prontificaram em ajudar enviando as informações e as fichas solicitadas para análise. Porém, aqueles trabalhos que não enviaram as fichas em tempo hábil foram progressivamente eliminados nos quadros de triagem. Alguns dos artigos selecionados tinham parte dos resultados das pesquisas publicados em livros, como é o caso dos organizados por Paulo Alonso (2012) e por Alcília Afonso & Ana Negreiros (2010), o que facilitou o acesso às 'fichas';

**[03]** **as exceções:** alguns exemplares de inventários – identificados como resultado de pesquisas, mas não divulgados nos eventos científicos selecionados – foram

publicados em livros; ambos tinham 'fichas' ou roteiros de perguntas na estrutura da própria publicação, como é o caso dos livros organizados por Ana Paula Koury & Nabil Bonduki (2014) e por Luiz do Eirado Amorim (2007).

**QUADRO 13- Objeto empírico do trabalho de tese**

**LEGENDA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Propostas de **INVENTÁRIO** | | Registro [**TIPOLOGIA**] |
| | Registro [**LOCALIDADE**] | | Discussão Teórica |
| | Registro [**MONOGRÁFICO**] | [00] | Nº. Identificação do trabalho selecionado |

| | No. | FONTE | | | | | TÍTULO DO TRABALHO | COORDENAD. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BR | [01] | SITE | ÓRGÃOS E ORGANIZA-ÇÕES | | | | **Inventário SICG/IPHAN** | **IPHAN** |
| BR | [02] | SITE | | | | | **Inventário DOCOMOMO Brasil** | **DOCOMOMO** |
| BR | [03] | SITE | | | | | **Inventário ICOMOS Internacional** | **ICOMOS** |
| BA | [04] | DOCOMOMO BA + PESQ. | | | | | **Inventário** do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana | Ana Carolina Bierrenbach |
| CE | [05] | ARTIGO 9º DOCOMOMO | EVENTOS CIENTÍFICOS | | | | **Inventario** da Arquitetura Moderna Cearense [ICAU/UFC] | Clovis R. Jucá Neto *et al* |
| | | ARTIGO 4º SIAAD | | | | | O site **inventário** cearense de arquitetura e urbanismo [ICAU]. Acervo CAU/UFC. | Margarida Andrade *et al* |
| MG | [06] | ARTIGO 8º DOCOMOMO +LIVRO+SITE | | | | | **Documentação e preservação patrimônio modernista,** Cataguases | Paulo H. Alonso Leonardo B. Castriota |
| | | | | | | | Arquitetura modernista Cataguases: **guia** do **patrimônio** cultural | Paulo H. Alonso *et al* |
| PB | [07] | ARTIGO 2º SIAAD | | | | | O edifício como documento: o caso do **inventário** dos edifícios da DVOP | Guilah Naslavsky Érika Diniz |
| PE | [08] | ARTIGO 12º. DOCOMOMO | | | | | **Inventário** Acácio Gil Borsoi | Fernando Diniz *et al* |
| PI | [09] | ARTIGO 2º SIAAD | | | | | **Documentação** da Arquitetura Moderna no Piauí. | Alcília Afonso |
| | | ARTIGO 9º DOC.+LIVRO | | | | | **Documentos** da Arquitetura Moderna no Piauí. | Ana Rosa Negreiros Alcília Afonso |
| RS | [10] | ARTIGO 2º SIAAD | | | | | **Inventário** dos bens edificados da Universidade Federal de Santa Maria. | Bruno C. Pozzobon *et al* |
| RJ | | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | | | | **Patrimônio moderno saúde** e desafios para a sua valorização. Rio de Janeiro. | Renato da Gama-Rosa |
| SC | [11] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | | | | | Arquitetura da Infraestrutura de **Saúde** em Santa Catarina – 1935-1945 | Ana Albano Amora |
| | | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | | | | Edifícios para a **saúde** e o processo de modernização em Florianópolis | Maria Agostinho Ana Albano Amora |
| SE | [12] | ARTIGO 5º DOCOMOMO | | | | | As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60 | Juliana Cardoso Nery |
| SP | [13] | ART. IPHAN +LIVRO | | | | | Arquitetura Industrial em São Paulo | Ademir P. dos Santos Denivaldo Leite |
| BR | [14] | LIVRO | EXCEÇÕES | | | | **Inventário** da produção pública no Brasil [1930-1964]. | Ana Paula Koury Nabil Bonduki |
| PE | [15] | LIVRO | | | | | Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista | Luiz Amorim |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Finalmente, compuseram esse último quadro, correspondente ao objeto empírico final da pesquisa **quinze** iniciativas nacionais de inventariação. Alguns dos trabalhos identificados em eventos científicos e livros foram agrupados por se tratarem de uma

mesma iniciativa. Ao todo, compuseram o **quadro 13**: **três** fichas provenientes de órgãos e organizações de preservação [SICG/IPHAN, DOCOMOMO Brasil e ICOMOS Internacional]; **uma** ficha do DOCOMOMO Bahia; **sete** trabalhos publicados nos seminários DOCOMOMO Brasil; **quatro** trabalhos dos SIAADs; e **dois** livros [BONDUKI & KOURY (2014) e AMORIM (2007)], estes últimos considerados como exceções.

Dentre as **quinze** iniciativas de inventariação [oriundas das fontes selecionadas] listadas no **quadro 13**: dez trabalhos se autodenominaram **inventários**; onze se propuseram a registrar obras de determinada **localidade**; seis se propuseram a registrar **tipologias** arquitetônicas específicas e apenas um se configurou como um trabalho **monográfico**; como se pode observar ainda no quadro 13, essas 'classificações' não eram excludentes: o *Inventário dos bens edificados da Universidade Federal de Santa Maria*, por exemplo, era um inventário-tipológico-local.

Dentre os **onze** trabalhos, publicados nos eventos científicos selecionados como fontes, apenas **cinco deles se autodenominaram inventários**; outros **cinco apresentaram em seus títulos termos como documentação, preservação e/ou patrimônio**.

Os inventários da saúde foram agrupados [**ver quadro 13**] como uma única iniciativa [Renato da Gama-Rosa [RJ], Ana Albano Amora e Maria da Graça Agostinho [SC], Juliana Serres e Beatriz Weber [RS]], porém, infelizmente, nenhum destes respondeu à solicitação de envio das fichas em tempo hábil para a análise. Diante da importância e extensão dessa iniciativa no território nacional, optou-se por analisar uma ficha mínima localizada no portal antigo do DOCOMOMO Brasil [*Homework* 2012], preenchida por Renato da Gama Rosa, Ana Albano Amora e Inês Andrade.

Também foram agrupados como uma única iniciativa os trabalhos de inventariação das indústrias[80] do estado de São Paulo [**ver quadro 13**], coordenados, principalmente, por Ademir Santos e Denivaldo Leite. As fichas ou roteiros de levantamento desses trabalhos também foram solicitadas via correio eletrônico, mas não foram enviadas em tempo hábil para a análise. Diante da localização do livro do Ademir Santos, sobre as indústrias de São José dos Campos, e da importância e extensão dessa iniciativa, optou-se por analisar uma das 'fichas' presente no citado livro.

Ainda com relação ao **quadro 13**, puderam ser observadas 'formas' de inventariação distintas, espalhadas pelo território nacional, no que diz respeito ao recorte geográfico e temático proposto:

**[01]** **inventários de abrangência nacional:** trabalhos de inventariação realizados pelos órgãos oficialmente responsáveis pela preservação e documentação das obras da produção arquitetônica nacional: SICG/IPHAN. Esses inventários são

[80] "O "Inventário de Arquitetura Industrial Moderna", teve sua origem relacionada ao Grupo de Trabalho DOCOMOMO São Paulo que durou até 2005 sediado na Belas Artes e no Mackenzie, e teve seus primeiros trabalhos ligados aos eventos promovidos em 2004 e 2005 por ambas as instituições: O I Seminário DOCOMOMO cidade de São Paulo e III Seminário DOCOMOMO Estado de São Paulo respectivamente. Realizado individualmente desde 2005 e intitulado "Inventário de Arquitetura Moderna no ABC", configura-se como um levantamento exaustivo de todas das tipologias arquitetônicas industriais construídas com características da Arquitetura Moderna Brasileira. O "Inventário de Arquitetura Industrial – Obras exemplares em Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul 1947-1970" é um dos produtos gerados pelo inventário, onde pode-se perceber a modernização do parque industrial paulista, suas modificações quanto à implantação e adaptação aos novos meios logísticos e produtivos, que passam por incessante mudança ao longo dos anos" (LEITE, 2012).

disponibilizados ao público através do portal do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG/IPHAN. Pretendem um cadastro nacional único, apesar de comumente serem realizados por superintendências regionais, e são preenchidos por profissionais vinculados e treinados pelo próprio órgão.

**[02]** **inventário de abrangência nacional [temático produção moderna]:** trabalhos de inventariação da produção moderna nacional realizados pelo DOCOMOMO Brasil e seus núcleos regionais. As fichas, *minimum* e *full*, elaboradas pela instância internacional do órgão, costumam ser reproduzidas e preenchidas por profissionais e instituições nacionais. Alguns desses 'sujeitos inventariadores' optaram por traduzir as fichas para o português (Núcleo DOCOMOMO Bahia), outros preferiram adotar, na íntegra, a versão elaborada pelo DOCOMOMO Internacional, provavelmente na expectativa da publicação das fichas pela instância internacional do órgão, como foi o caso de algumas obras do *Homework 2012*.

**[03]** **inventário de abrangência nacional [temático tipológico]:** inventário elaborado por Ana Paula Koury e Nabil Bonduki, também de abrangência nacional, sobre a produção habitacional pública moderna. O trabalho foi fruto de uma larga pesquisa acadêmica e não teve foco na preservação das obras registradas. Entretanto, metodologicamente, sua análise poderia contribuir com informações - que não constam nos inventários voltados à preservação - relativas à questão do valor do bem inventariado. As 'fichas' desse inventário não declaram a reprodução de modelos preestabelecidos.

**[04]** **inventários de abrangência restrita [temáticos tipológico, monográfico e/ou local]:** os demais trabalhos de inventariação da produção arquitetônica moderna nacional, apresentados no **quadro 13**, e identificados nas edições dos eventos científicos consultados – DOCOMOMO Brasil e SIAAD. Esses eventos científicos serviram como veículos/meios de divulgação dessas iniciativas de inventariação, almejando sua visibilidade, aspecto intrinsecamente relacionado à preservação. Esses registros de abrangência restrita representaram um número considerável no somatório geral das análises.

A **figura 20**, apresentada a seguir, ilustra o mapeamento dos exemplares de fichas de inventário selecionadas para análise, para cada uma das iniciativas de inventariação que compuseram o **quadro 13**.

Teve por principal intenção perceber, principalmente, para o caso das iniciativas oriundas de eventos científicos e livros, a sua localização geográfica no território brasileiro. Através desse mapeamento observou-se uma maior concentração dessas iniciativas nas capitais, na costa leste do país, nas regiões nordeste e sudeste, onde também se concentram os principais órgãos governamentais ou não-governamentais, academias e instituições produtoras dessas informações e onde houve uma produção arquitetônica moderna intensa e expressiva.

Foi possível observar que, com exceção daqueles exemplares de fichas escolhidos como representantes dos órgãos/organizações de preservação ou por eles patrocinados [Guia Cataguases], a grande maioria das demais fichas selecionadas para análise não tem suas obras reconhecidas, nacionalmente, como patrimônio.

**FIGURA 20- mapeamento dos exemplares de fichas das iniciativas de inventariação selecionadas para análise.**




Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A sequência adotada para a exposição das análises individuais das iniciativas nacionais de inventariação foi a mesma apresentada no **quadro 13**.

Foi discutida a possibilidade de apresentar apenas algumas dessas análises no corpo do texto, a fim de evitar que a repetição da aplicação dos citados critérios sobre as fichas de registro selecionadas se tornasse enfadonha. Entretanto, após ponderações, optou-se por assumir esse risco, facilitando o acesso às análises individuais, essenciais à compreensão da síntese realizada no tópico seguinte. Para tornar as análises individuais um pouco mais compactas, foram inseridos apenas recortes das fichas selecionadas para ilustração e em miniatura, optando-se por apresentá-las completas e em tamanho legível nos Anexos do trabalho. Conformou-se então um catálogo, uma espécie de "inventário dos inventários" da produção moderna brasileira, apresentado a seguir.

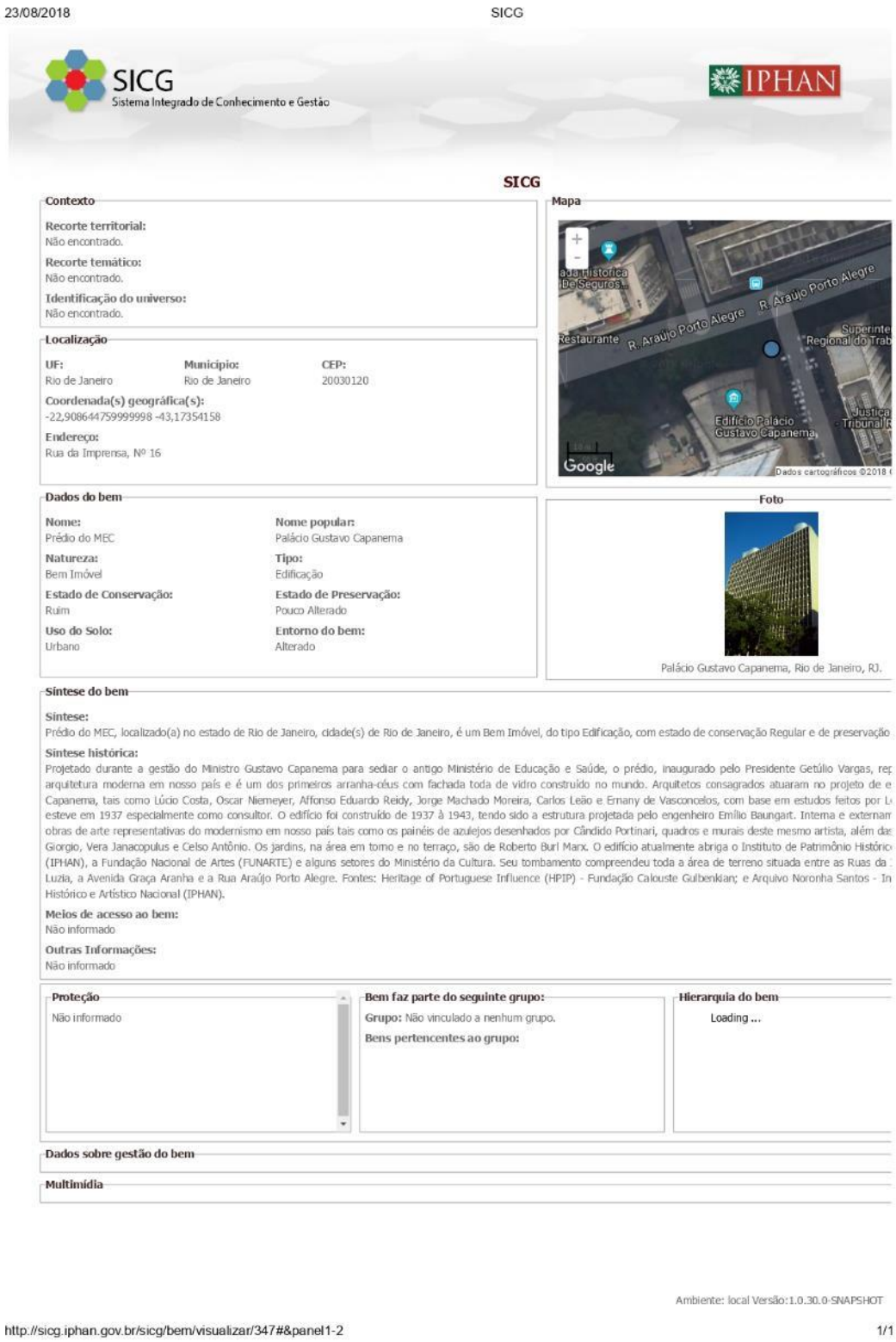
Assim, **as 03 [três] primeiras análises** correspondem aos inventários de órgãos e organizações que se declararam empenhados na documentação de bens culturais no território nacional – IPHAN, DOCOMOMO Brasil e ICOMOS. Dentre esses órgãos, o IPHAN é o único oficialmente responsável pela documentação e preservação do patrimônio cultural brasileiro e o DOCOMOMO Brasil corresponde a uma organização dedicada, exclusivamente, ao registro da produção moderna brasileira.

Antes da análise das fichas selecionadas junto aos citados órgãos e organizações, os seus portais oficiais foram analisados em minúcia. Logo, as análises apresentadas a seguir são baseadas em informações retiradas dos respectivos portais e das fichas selecionadas através destes.

A maioria dessas fichas foi localizada nos portais oficiais desses órgãos, com exceção da ficha-modelo de inventariação da produção arquitetônica moderna do ICOMOS Brasil, localizada no portal do ICOMOS Internacional. Optou-se por analisar uma ficha de registro do portal do ICOMOS Internacional, que tivesse como objeto um exemplar da produção moderna brasileira, face à ciência da importância e empenho desse órgão em causas ligadas à preservação. Assim, as três primeiras análises são:

| | | | |
|---|---|---|---|
| BR | [01] | ÓRGÃOS | **Inventário SICG/IPHAN: EDIFÍCIO MEC \| RJ** |
| | [02] | | **Inventário DOCOMOMO Brasil: HOSPITAL LAGOA \| RJ** |
| | [03] | | **Inventário ICOMOS Internacional: CONJUNTO DA PAMPULHA \| MG** |

**FIGURA 21: recortes, em tamanho reduzido, da ficha do SICG/IPHAN correspondente ao Prédio do MEC, localizado no Rio de Janeiro. A ficha completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo F (p. 240).**



23/08/2018 SICG

SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

IPHAN

**SICG**

**Contexto**

**Recorte territorial:**
Não encontrado.

**Recorte temático:**
Não encontrado.

**Identificação do universo:**
Não encontrado.

**Localização**

**UF:** Rio de Janeiro
**Município:** Rio de Janeiro
**CEP:** 20030120

**Coordenada(s) geográfica(s):**
-22,908644759999998 -43,17354158

**Endereço:**
Rua da Imprensa, Nº 16

**Mapa**



**Dados do bem**

**Nome:** Prédio do MEC
**Nome popular:** Palácio Gustavo Capanema
**Natureza:** Bem Imóvel
**Tipo:** Edificação
**Estado de Conservação:** Ruim
**Estado de Preservação:** Pouco Alterado
**Uso do Solo:** Urbano
**Entorno do bem:** Alterado

**Foto**

Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, RJ.

**Síntese do bem**

**Síntese:**
Prédio do MEC, localizado(a) no estado de Rio de Janeiro, cidade(s) de Rio de Janeiro, é um Bem Imóvel, do tipo Edificação, com estado de conservação Regular e de preservação

**Síntese histórica:**
Projetado durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema para sediar o antigo Ministério de Educação e Saúde, o prédio, inaugurado pelo Presidente Getúlio Vargas, re
arquitetura moderna em nosso país e é um dos primeiros arranha-céus com fachada toda de vidro construído no mundo. Arquitetos consagrados atuaram no projeto de e
Capanema, tais como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Ernany de Vasconcelos, com base em estudos feitos por L
esteve em 1937 especialmente como consultor. O edifício foi construído de 1937 à 1943, tendo sido a estrutura projetada pelo engenheiro Emílio Baungart. Interna e externam
obras de arte representativas do modernismo em nosso país tais como os painéis de azulejos desenhados por Cândido Portinari, quadros e murais deste mesmo artista, além das
Giorgio, Vera Janacopulus e Celso Antônio. Os jardins, na área em torno e no terraço, são de Roberto Burl Marx. O edifício atualmente abriga o Instituto de Patrimônio Histórico
(IPHAN), a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e alguns setores do Ministério da Cultura. Seu tombamento compreendeu toda a área de terreno situada entre as Ruas da
Luzia, a Avenida Graça Aranha e a Rua Araújo Porto Alegre. Fontes: Heritage of Portuguese Influence (HPIP) - Fundação Calouste Gulbenkian; e Arquivo Noronha Santos - In
Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

**Meios de acesso ao bem:**
Não informado

**Outras Informações:**
Não informado

**Proteção**
Não informado

**Bem faz parte do seguinte grupo:**
**Grupo:** Não vinculado a nenhum grupo.
**Bens pertencentes ao grupo:**

**Hierarquia do bem**
Loading ...

**Dados sobre gestão do bem**

**Multimídia**

Ambiente: local Versão:1.0.30.0-SNAPSHOT

http://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/347#&panel1-2 1/1

Fonte: Portal SICG/IPHAN

Foram escolhidas, a princípio, duas fichas de inventariação disponíveis no portal do SICG/IPHAN para análise: a da capela Nossa Senhora de Fátima, localizada em Brasília, e a do Prédio do MEC – optou-se por manter a nomenclatura utilizada no cabeçalho da ficha -, localizado na cidade do Rio de Janeiro, ambos exemplares da produção moderna. Como as fichas eram praticamente iguais, e o que interessava ao trabalho não era o objeto arquitetônico inventariado em si, mas o instrumento utilizado para a inventariação, optou-se por adotar, como exemplo, somente a ficha do Prédio do MEC [**ver figura 21**].

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: não foram identificadas quaisquer páginas introdutórias no portal do SICG/IPHAN dedicadas à explanação do sistema em si, dos principais conceitos adotados, objetivos, justificativas, metodologias, missões, ações, etc. Todavia, no portal do IPHAN, há a conceituação do termo inventário, já analisada nos capítulos anteriores. Também não foram identificadas as metodologias aplicadas pelo órgão para a elaboração de suas fichas, que tem forma e conteúdo idênticos para produções com características e periodicidades bem distintas. As informações sobre o SICG foram localizadas junto ao portal do IPHAN, a um artigo de Lia Motta e Maria Beatriz Rezende, também disponível no portal do IPHAN e a uma matéria assinada por Romulo Baratto e publicada na revista virtual *Archdaily* Brasil, em novembro de 2017. Em todas as publicações consultadas as informações se repetem e defende-se a elaboração dos já comentados 'inventários de conhecimento'.

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** A instituição, ou seja, o IPHAN, através do sistema SICG, representa simbolicamente o sujeito organizador dessas fichas, ainda que diversos profissionais constituam o órgão e tenham participado diretamente da sua elaboração; é um órgão oficial de preservação do governo federal, de abrangência nacional, com representação em diversos estados do país. Percebe-se a adoção de um discurso oficial, pouco crítico, onde são identificadas uma série de lacunas, falhas e até mesmo contradições. Os campos são objetivos e descritivos, pouco reflexivos. Em publicações de falas de antigos diretores e profissionais vinculados ao órgão (já mencionadas ao longo do trabalho), foram verificadas reclamações quanto à dimensão territorial a ser abarcada, às dificuldades financeiras e de pessoal para contemplar um universo tão vasto de bens culturais espalhados pelo país.

**[03] Análise forma e conteúdo:** no cabeçalho da ficha há *logos* de identificação do SICG e do IPHAN [**ver figura 21**], que vinculam o sistema ao órgão. Há ainda o título *Relatório Dados Básicos do Bem* e um código de identificação da obra no sistema. Na lateral direita da ficha há um mapa georreferenciado do *Google Maps,* com a localização da obra – dentro dos padrões e configurações de acesso estabelecidos por esse portal –, que pode ser virtualmente 'navegado', além de uma fotografia – geralmente uma vista frontal – de identificação da obra. Esse é um ponto positivo do sistema, pois permite a visualização virtual da edificação e do seu entorno. Algumas fichas possuem, além das informações descritas acima, outras fotografias – do interior e exterior da edificação – anexas à ficha virtual, mas que não aparecem quando da opção pela sua versão impressa. Entre a ficha virtual e a versão gerada para impressão ou *download* foram verificadas algumas diferenças, como a anteriormente citada. Com relação aos tópicos e campos que constituem a ficha, também foram constatadas, não se sabe porque razão, algumas diferenças entre distintas datas de consulta.

Os campos da ficha do SICG/IPHAN nem sempre são claros e não há instrução – pelo menos na própria ficha - para o seu preenchimento. Nas fichas virtuais consultadas aparecem um selo no canto superior esquerdo onde consta: 'informações não certificadas pelo IPHAN'. Na versão da ficha para *download*, todavia, não aparece essa

informação. As fichas são passíveis de edições e complementações, mas apenas por usuários cadastrados no sistema, ou seja, é necessário possuir *login* e senha. Houve, por parte da pesquisadora, uma tentativa de cadastro, mas sem sucesso. Se há dados complementares aos que constam nesse *Relatório de Dados Básicos do Bem*, eles também só são acessados por usuários cadastrados (as academias e a população em geral não podem 'alimentar' esses bancos de dados). A ficha do SICG/IPHAN pode ser considerada visualmente pouco atrativa, pois a exploração de recursos gráficos é acanhada, se comparada a outras fichas analisadas ao longo desse capítulo.

| **FICHA/ "RELATÓRIO DADOS BÁSICOS DO BEM" DO SICG/IPHAN** | |
|---|---|
| Contexto | Recorte territorial, recorte temático e identificação do universo |
| Localização | UF, município, CEP, coordenadas geográficas, endereço |
| Dados do bem | Nome, nome popular, natureza, tipo, estado de conservação, estado de preservação, uso do solo, entorno do bem |
| Dados Complementares | Síntese, síntese histórica, meios de acesso ao bem, outras informações, localidades vinculadas |
| Contatos | |
| Multimídias | Tipo (imagem, vídeo, áudio) e quantidade |
| Documentos | Tipo (legislação, documento gráfico, documento monográfico/ multimeio, documento cartográfico) e quantidade |
| Palavras-chave/ link | |
| Códigos vinculados | |
| Proteções | |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** como afirmado, as fichas de inventariação das obras de arquitetura moderna são idênticas às aplicadas ao registro de arquiteturas precedentes. Logo, a ficha do SICG/IPHAN não contempla possíveis especificidades da produção moderna. Não foram identificadas justificativas para a escolha das obras inventariadas no SICG/IPHAN, permanecendo um certo grau de arbitrariedade – verificada ainda na fala de Rodrigo Melo de Andrade na Revista do Patrimônio de 1987, ora justificada pelo valor da obra, e/ou por seu reconhecimento público, e/ou pela ameaça iminente de sua perda e/ou pela 'importância' do profissional responsável pelo projeto. Não há campo destinado à identificação do profissional responsável pelo preenchimento da ficha, informação verificada em outras iniciativas de inventariação; não foram observadas fotografias antigas – internas e externas – e desenhos originais ou redesenhos que permitissem a formação de um acervo e a comparação de distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** os campos apresentados na ficha do exemplar selecionado são excessivamente objetivos. Muitos desses campos ainda não foram preenchidos nas fichas consultadas, o que muitas vezes torna difícil a compreensão da informação que se busca exatamente, pois, como dito, não foram identificadas instruções ou metodologias para o preenchimento dessas fichas. Apesar de haver a preocupação com a anexação de documentos na ficha, através do campo documentos, a apresentação destes na ficha consultada – plantas, cortes, fachadas, perspectivas –, bem como de fotografias, internas e externas, pode ser considerada insuficiente à preservação da obra e até mesmo ao conhecimento básico do bem inventariado. Não foram identificados levantamentos métricos, nem relatórios analíticos com a descrição dos aspectos formais e técnico-construtivos da obra (não há

campos que contemplem esse tipo de informação na ficha do SICG/IPHAN). Todas essas informações listadas são bastante recomendadas pelos postulados teóricos clássicos e pelas cartas patrimoniais consultadas e sinteticamente apresentadas nas **figuras 05** e **06**, respectivamente. Os órgãos e organizações nacionais de preservação, como um todo, tem por missão e declaram abertamente o interesse em divulgar os vários resultados alcançados em pesquisas de inventariação e através de diferentes plataformas, impressas e/ou virtuais, dar visibilidade e permitir o reconhecimento das obras registradas e recomendações dessa natureza foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade tanto às obras como ao instrumento.

**FIGURA 22: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas [01/07, 02/07, 03/07 e 06/07] da ficha completa (*full*) do Hospital da Lagoa, localizado na cidade do Rio de Janeiro. A ficha completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo G (p. 241).**

Full Documentation Fiche 2011
composed by national/regional working party of: Brazil
0. Picture of building/ group of buildings/ urban scheme/ landscape/ garden depicted here:



View from the Lagoa General Hospital.
source: Revista Módulo, v. III, n. 14.
date: 1958







Views from the facades and a detail of the piano of some floors.
source: Revista Módulo, v. III, n. 14.
date: 1958

**1. Identity of building/ group of buildings/ group of buildings/ landscape/ garden**
**1. 1 Data for identification**
current name: Lagoa General Hospital
former/original/variant name: Hospital Larragoitti (1951); Hospital Sul América (1956-1962); Hospital dos Bancários (1962-1967); Lagoa General Hospital (1967-atual)
number(s) and name(s) of street(s): Rua Jardim Botânico, 501.
town: Rio de Janeiro
province/state: Rio de Janeiro
post code: 22470-050
block: -
lot: -
country: Brazil
national topographical grid reference: -
current typology: General Hospital
former/original/variant typology: vertical monoblock
comments on typology: the hospitals have standardized floor plans, high-rise tower, undecorated facades, flat roofs, vertical circulation and controlled ventilation.

**1. 2 Status of protection**
protected by: Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC)
grade: Processo número E-18/001.172/98.
date: 1992
valid for: original building and garden.
remarks:

**1. 3 Visually or functionally related building(s)/site(s)**
name(s) of surrounding area/building(s): Lagoa Rodrigo de Freitas / São José Church.
visual relations:
The 10 floors building, with underground and adjacent areas, is located in the center of a park on level ground, and have visibility in the landscape and grandeur assured by the small square in front, in continuity with the water surface of the lagoon, and the low and rarefied occupation of the buildings on the ground nearby the Brazilian Equestrian Society - Sociedade Hípica Brasileira.
functional relations: none.
other relations: -

**2. History of building(s) etc.**
**2. 1 Chronology**
*Note if the dates are exactly known (e) or approximately estimated = circa (c) or (?)*
*commission or competition date:*

*Summarize main character and give notes on surviving site/building(s)/part(s) of area.*
*If a building: main features, construction and materials.*
This construction may be, in the city of Rio de Janeiro, the greater expression of a monoblock hospital in the modern period. Also, the example is very important because it was designed by Oscar Niemeyer, in partnership with two other representatives of modern architecture in Rio, and in its golden age.

**3. 2 Current use**
*of whole building/site:* hospital
*of principal components (if applicable):* -
*comments:*
With the implementation of the Unified Health System (SUS) in 1990, eleven of the seventeen hospitals belonging to the Ministry of Health in the city of Rio de Janeiro, were turn to local authority administration, including the Lagoa Hospital. In 2005, with the declaration of a state of emergency in the hospital network of the Unified Health System in the municipality of Rio de Janeiro, the Lagoa Hospital was reincorporated to the Ministry of Health. Currently, the hospital is undergoing a complete restructuring.

**3. 3 Present (physical) condition**
*of whole building/site:* good condition
*of principal components (if applicable):* good condition
*of other elements (if applicable):* good condition
*of surrounding area (if applicable):* good condition
comments: The 10-floor building stands out amid in the landscape of the Lagoa Rodrigo de Freitas and a large piece of land bounded by streets of Jardim Botânico, J.J. Seabra, Oliveira Rocha e pela Av. Epitácio Pessoa.

**3. 4 Note(s) on context, indicating potential developments**
*Indicate, if known, potential developments relevant for the conservation/threats of the building/site*

**4. Evaluation**
*Give the scientific reasons for selection for documentation/assessment*
**Architectural value**
**4. 1 Technical evaluation:**
The solution of the vertical block, adopted by the architects, distributes patient rooms to the lagoon, which receives good ventilation and sun in the morning. The operating rooms, as well as the homes of junior doctors and nurses, were also facing the best solar orientation. The service rooms were facing the street Jardim Botânico, where facades was installed brise-soleil and hollow ceramic bricks to protect the rooms from the afternoon sun. The vertical circulation functions in a separate block of the building. Its architectural details, the pillar "V" and the arch structure of the auditorium block, show great technical and aesthetic refinement. The solution of the column "V" allows greater spacing between the columns

Fonte: Antigo Portal do DOCOMOMO Brasil

Como representativa do órgão DOCOMOMO Brasil[81], foi escolhida para análise a ficha completa (*full*) do Hospital da Lagoa, situado na cidade do Rio de Janeiro [**ver figura 22**], projetado por Oscar Niemeyer, inaugurado entre 1958 e 1959. A ficha foi localizada no antigo portal do citado órgão e preenchida – integralmente na língua inglesa - por Ana Albano Amora e Renato da Gama-Rosa, ambos profissionais engajados no registro de edifícios da saúde. A ficha segue, na íntegra, o modelo elaborado pela instância internacional do DOCOMOMO e foi parte integrante do *Homework 2012*[82] de registro de Edifícios da Saúde (no cabeçalho da ficha consta como data de elaboração 2011; no site do DOCOMOMO internacional consta como data de submissão 2016).

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: de acordo com informações retiradas do portal oficial do DOCOMOMO Brasil, dentre as principais ações/missões do órgão estão:

> **realização de inventários**, campanhas de preservação e divulgação de obras de arquitetura, urbanismo, paisagismo, engenharia e artes em geral do Movimento Moderno no Brasil, bem como pedidos de tombamento. Além de lutar contra a descaracterização e a destruição de obras representativas do Movimento Moderno no Brasil e apoiar ações semelhantes no resto do mundo (Portal DOCOMOMO Brasil).

Os inventários aparecem estampados como uma das principais ações dos órgãos e organizações de preservação nacional consultados. Todavia, não foram localizados nos portais oficiais desses órgãos – DOCOMOMO Brasil, ICOMOS Brasil e SICG/IPHAN –, definições, conceituais ou pragmáticas do que seria um inventário[83], de quais seriam seus principais objetivos, justificativas, a discussão de metodologias para a elaboração e utilização desses instrumentos, o que deixa transparecer certa fragilidade em relação ao uso desse instrumento de preservação por parte dos órgãos e organizações nacionais. Infelizmente, a questão se torna ainda mais evidente diante da constatação dos 'kits-patrimônio'[84], elaborados e apresentados ao público pelo governo português, onde o instrumento é bastante discutido.

---

[81] "O **DOCOMOMO Brasil** foi criado em 1992, no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia - UFBA (atual PPGAU/UFBA), seguindo a missão do DOCOMOMO Internacional. A estrutura então proposta era de uma rede brasileira aberta a todos aqueles interessados na preservação da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos. Esse formato de rede de pesquisa tem como objetivo a construção de uma organização nacional flexível para incluir não apenas pesquisadores, mas também profissionais de órgãos de preservação, de escritórios de arquitetura, jornalistas etc." (DOCOMOMO Brasil).

[82] Não foram identificadas explicações oficiais nas fontes consultadas, mas, ao que parece, o *Homework* configura-se uma espécie de programa de registro de obras modernas do DOCOMOMO Internacional, que 'terceiriza' o registro das obras às instâncias inferiores do órgão e/ou a profissionais a ele vinculados; como exemplo, pode-se citar o *Homework* da Saúde, ocorrido em vários países da américa do sul em parceria com instituições como a FIOCRUZ.

[83] Faz-se importante ressaltar que foi localizado no portal do IPHAN [e não no do SICG/IPHAN], no tópico Acervos e Publicações, no item Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural, o verbete Inventário, de Lia Motta e Maria Beatriz Rezende.

[84] Diretrizes elaboradas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [IHRU] e pelo antigo Instituto de Gestão do Património Arquitetônico e Arqueológico [IGESPAR], agora Direção Geral do Patrimônio Cultural [DGPC], que tem como objetivo principal o "fornecimento de **ferramentas** concebidas para o **inventário do património, metodologicamente atualizadas e rigorosas, direcionadas para a utilização por outras entidades, e para o cidadão em geral, visando uma maior aproximação e participação destes no vasto processo de identificação e salvaguarda do património"** (PORTAL REPÚBLICA PORTUGUESA).

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** Para o caso específico da ficha escolhida, pode-se considerar como sujeito o DOCOMOMO Brasil – apesar do preenchimento da ficha ter sido realizado por Ana Albano Amora e Renato da Gama-Rosa –, pois a ficha segue, integramente, o modelo estabelecido pelo citado órgão, filial do DOCOMOMO Internacional que, de certo modo, 'assumiu' a responsabilidade pela documentação e luta pela preservação de exemplares significativos da produção moderna, ainda pouco contemplados em órgãos/organizações de preservação, de caráter mais conservador e comumente mais dedicados à produções culturais precedentes. É uma ficha de caráter mais analítico, se comparada à ficha do IPHAN. Observa-se claramente um discurso pela valoração e reconhecimento do bem, utilizando-se do registro para tal finalidade.

**[03] Análise forma e conteúdo:** é uma ficha visualmente pouco atrativa, podendo-se dizer que é até mesmo cansativa, dada a extensão e à pouca utilização de recursos gráficos que ilustrassem os aspectos do bem retratado, ou seja, não há correlação entre o texto e as imagens. Logo no cabeçalho da ficha há um local reservado para a identificação da nacionalidade do grupo de trabalho – por ser um padrão adotado internacionalmente – e fotografias de identificação da edificação, com suas respectivas fontes [**ver figura 22**]. Os tópicos seguintes incluem:

| **FICHA COMPLETA DO DOCOMOMO BRASIL [HOMEWORK 2012]** | |
|---|---|
| 1. Identificação do edifício ou grupo de edifícios, esquema urbano, paisagem, jardim | 1.1 Dados de identificação: nome atual, nome de origem, rua, número, cidade, estado, CEP, país, referências/coordenadas geográficas, classificação/ tipologia, comentários acerca da tipologia; 1.2 Status de proteção, órgão de proteção, dados do processo, data, abrangência da proteção; 1.3 Nome e descrição das edificações do entorno que se relacionam visual ou funcionalmente com a obra; |
| 2. História do edifício | 2.1 Cronologia, período do projeto, datas de início da obra, data de inauguração; 2.2 Identificação de autoria do projeto e outros profissionais, alterações significativas com datas, uso atual, condição atual; 2.3 Pessoas e organizações relevantes; 2.4 Outras pessoas ou eventos relacionados à obra; |
| 3. Descrição do edifício | 3.1 Características do sítio/edifício; 3.2 Uso atual; 3.3 Condições físicas atuais; 3.4 Indicação de potencialidades para conservação da obra; |
| 4. Avaliações | 4.1 Avaliação técnica; 4.2 Avaliação social; 4.3 Avaliação cultural e estética; 4.4 Status canônico; 4.5 Valores históricos e de referência. |
| 5. Documentação | Referências principais, identificação do material visual anexado; |
| 6. Relator da ficha e data de elaboração | Campo para preenchimento exclusivo de um avaliador do ISC/R: nome, data de avaliação, aprovação, comentários, além de outros dados técnicos; |

Algumas diferenças se observam entre essa ficha, específica para a produção moderna, e a ficha do SICG/IPHAN, que contempla produções de distintas periodicidades. Numa primeira mirada, observa-se que a ficha completa do DOCOMOMO é bastante extensa, possui uma quantidade bem maior de campos, as informações são mais destrinchadas, há mais flexibilidade para a descrição das informações coletadas. É uma ficha bastante criteriosa, mas visualmente cansativa. Todavia, o que, especificamente, se ressalta como grande diferencial é o item correspondente às avaliações (técnica, social, cultural e estética, status canônico e valores históricos e de referência), presente na ficha do DOCOMOMO Internacional – **essas avaliações parecem funcionar como atestados de importância, de significância do bem e mostram-se necessárias aos inventários da produção moderna, principalmente para o reconhecimento patrimonial de seus**

**exemplares, ainda pouco contemplados em órgãos/organizações de preservação**. Outro ponto de destaque refere-se ao item relativo às **alterações significativas** realizadas sobre a obra, com respectivas datas, campo não identificado na ficha do SICG/IPHAN. Os demais campos são bem similares, apesar da mudança de nomenclaturas. Há preocupação em identificar o sujeito/profissional responsável pelo preenchimento da ficha.

**[04] Pormenores/especificidades, Informações contempladas e omitidas:** Não foi identificado um *link* para *download* das fichas-padrão – *minimum* e *full* – no portal do DOCOMOMO Brasil. As fichas encontradas e analisadas estão disponíveis no site antigo do DOCOMOMO Brasil e são parte do *Homework* 2012. As traduções dessas fichas, quando realizadas, ocorrem por iniciativa dos próprios pesquisadores, o que pode gerar interpretações diversas, já que também não há um guia para o preenchimento, pelo menos não identificado no portal da instância nacional do órgão – foi localizada uma espécie de *guideline* [diretrizes], em inglês, apresentado na versão de qualificação do trabalho de tese. Constam na ficha analisada um número consideravelmente pequeno de fotografias, externas e antigas, ressaltando as características formais mais marcantes da obra, como a horizontalidade e os pilares em 'V' do semipilotis; ausência de fotografias internas e atuais da obra; forte enfoque (visual) para a obra inventariada em si (apesar do item 1.3, referente à descrição de edificações do entorno que se relacionem visual ou funcionalmente com a obra), pois não há registro fotográfico das edificações do entorno, apenas uma breve descrição na ficha analisada, nem planta de localização, situação, overlay ou informações dessa natureza. Constam ainda na ficha duas plantas baixas de pisos não identificados do hospital; não foram observadas fotografias atuais – internas e externas - que permitissem a formação de um acervo e a comparação das distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

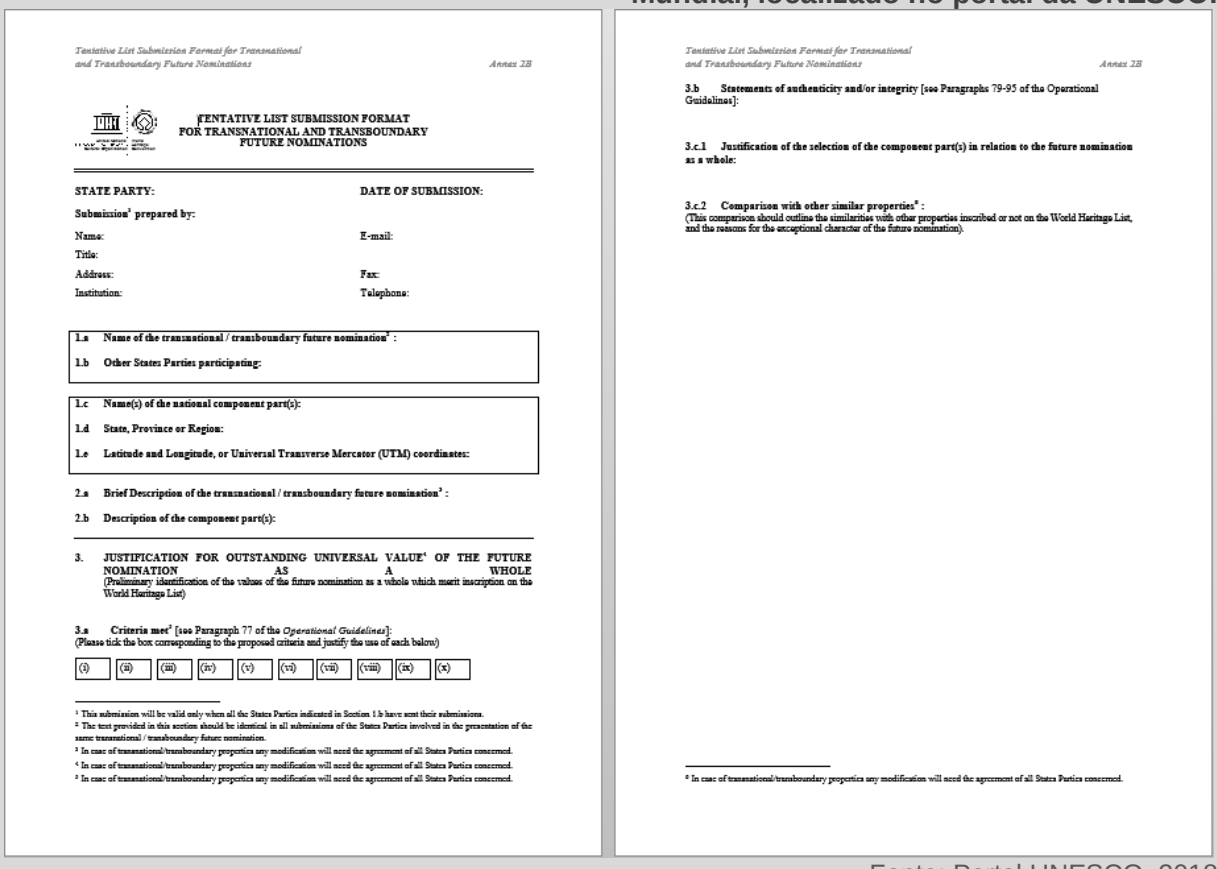
**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** os campos apresentados na ficha do exemplar selecionado são mais criteriosos que os da ficha anteriormente apresentada, do SICG/IPHAN; apesar de haver a preocupação com a anexação de documentos na ficha [item 5], através do campo documentação, a apresentação destes na ficha consultada – plantas, cortes, fachadas, perspectivas –, bem como de fotografias, internas e externas, pode ser considerada insuficiente à preservação da obra, mas suficientes à identificação e ao conhecimento básico do bem inventariado; não foram identificados levantamentos métricos; as lacunas identificadas são bastante recomendadas pelos postulados teóricos clássicos e cartas patrimoniais consultados, sinteticamente apresentadas nas **figuras 05 e 06**. A questão do valor e da significância é um ponto de destaque na ficha do DOCOMOMO, alinhando-se a posturas teóricas defendidas por Boito, Riegl, Dvořák e Brandi, entretanto, considerações relativas ao entorno, à ambiência, defendidas por Giovanonni, ainda são pouco exploradas nessa ficha, tanto textual como graficamente; os órgãos e organizações nacionais de preservação, como um todo, tem por missão e declaram abertamente o interesse em divulgar os vários resultados alcançados em pesquisas de inventariação e através de diferentes plataformas, impressas e/ou virtuais, dar visibilidade e permitir o reconhecimento das obras registradas; recomendações quanto à divulgação e visibilidade foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade tanto às obras como ao instrumento.

## 03 Ficha de Inscrição ICOMOS INTERNACIONAL
### Site Oficial

A 'ficha' de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO foi escolhida para análise como representativa da Comissão Nacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS Brasil][85]. Dentre a duas 'fichas-relatório' de sítios modernos nacionais que constam nessa lista [Brasília e Pampulha], optou-se pela análise da relativa ao Conjunto Moderno da Pampulha [**ver figura 24**], situado no estado de Minas Gerais e projetado por Oscar Niemeyer em 1940.

No portal da UNESCO, foi identificado um formulário de submissão de bens na '*Tentative List*', considerado pelo órgão como um inventário. Esse formulário, preenchido em inglês ou francês, pelos Estados-Membro da UNESCO, serve para a submissão dos bens, considerados como patrimônio cultural e/ou natural de valor universal excepcional, ao Comitê do Patrimônio Mundial e possível inscrição na Lista do Património Mundial [**ver figura 23**]. Nesse formulário são solicitadas informações como: o nome do bem, a localização geográfica, uma breve descrição desse bem e as justificativas de seu valor (PORTAL UNESCO, 2008).

**FIGURA 23: formulário de submissão de bens na 'Tentative List' - do Patrimônio Mundial, localizado no portal da UNESCO.**



*Tentative List Submission Format for Transnational and Transboundary Future Nominations* — *Annex 2B*

**TENTATIVE LIST SUBMISSION FORMAT FOR TRANSNATIONAL AND TRANSBOUNDARY FUTURE NOMINATIONS**

**STATE PARTY:** **DATE OF SUBMISSION:**

**Submission[1] prepared by:**

Name: E-mail:

Title:

Address: Fax:

Institution: Telephone:

**1.a Name of the transnational / transboundary future nomination[2] :**

**1.b Other States Parties participating:**

**1.c Name(s) of the national component part(s):**

**1.d State, Province or Region:**

**1.e Latitude and Longitude, or Universal Transverse Mercator (UTM) coordinates:**

**2.a Brief Description of the transnational / transboundary future nomination[3] :**

**2.b Description of the component part(s):**

**3. JUSTIFICATION FOR OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE[4] OF THE FUTURE NOMINATION AS A WHOLE**
(Preliminary identification of the values of the future nomination as a whole which merit inscription on the World Heritage List)

**3.a Criteria met[5]** [see Paragraph 77 of the *Operational Guidelines*]:
(Please tick the box corresponding to the proposed criteria and justify the use of each below)

(i) (ii) (iii) (iv) (v) (vi) (vii) (viii) (ix) (x)

[1] This submission will be valid only when all the States Parties indicated in Section 1.b have sent their submissions.
[2] The text provided in this section should be identical in all submissions of the States Parties involved in the presentation of the same transnational / transboundary future nomination.
[3] In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.
[4] In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.
[5] In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.

*Tentative List Submission Format for Transnational and Transboundary Future Nominations* — *Annex 2B*

**3.b Statements of authenticity and/or integrity** [see Paragraphs 79-95 of the Operational Guidelines]:

**3.c.1 Justification of the selection of the component part(s) in relation to the future nomination as a whole:**

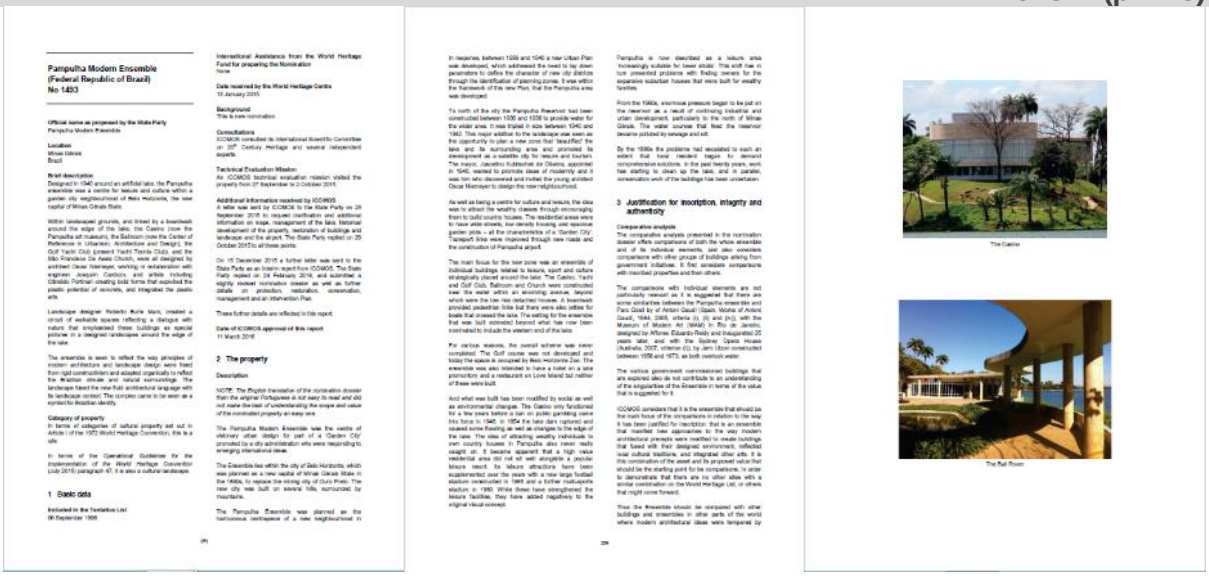
**3.c.2 Comparison with other similar properties[6] :**
(This comparison should outline the similarities with other properties inscribed or not on the World Heritage List, and the reasons for the exceptional character of the future nomination).

[6] In case of transnational/transboundary properties any modification will need the agreement of all States Parties concerned.

Fonte: Portal UNESCO, 2018

[85] O ICOMOS, criado em 1965, é uma organização não-governamental global associada à UNESCO, cuja missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização dos monumentos, centros urbanos e sítios. É um órgão consultor do Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO que avalia as propostas de inscrição para patrimônio mundial dos bens culturais da humanidade e vigia o estado de conservação dos bens inscritos (PORTAL ICOMOS, 2018).

**FIGURA 24: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas [01/17, 04/17, 12/17 e 17/17] da 'ficha' de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do patrimônio Mundial. A 'ficha' completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo H (p. 248).**



Fonte: PORTAL ICOMOS INTERNACIONAL, 2018

A 'ficha' foi localizada numa publicação do Centro de Documentação, uma espécie de repositório de publicações disponível no portal do ICOMOS Internacional. O recorte originalmente proposto eram inventários da produção moderna produzidos no Brasil, por órgãos governamentais ou não-governamentais nacionais ligados à preservação. Entretanto, optou-se pela análise da 'ficha' de um exemplar da produção moderna brasileira, localizada na instância internacional do ICOMOS, devido a sua importância frente à questões relativas à preservação e à conservação do patrimônio e à participação direta do Comitê Brasileiro e outros órgãos e organizações nacionais no processo de submissão[86].

O processo de inserção do Conjunto da Pampulha na *'Tentative List'* do Patrimônio Mundial da UNESCO ocorreu em setembro de 1996. Percebe-se que a ficha identificada no portal do ICOMOS Internacional segue o modelo divulgado pelo portal da UNESCO. Nesse último portal, a *'Tentative List'* é definida como um inventário dos bens que cada Estado-Membro pretende considerar para a 'nomeação' como patrimônio mundial. A submissão do formulário do Conjunto Moderno da Pampulha ao Comitê do Patrimônio Mundial aconteceu em janeiro de 2015 e a aprovação do relatório aconteceu em março de 2016. A ficha foi preenchida na língua inglesa, mas nela não foram identificados, com precisão, os autores desse relatório. Todavia, no portal do IPHAN foi localizado o Dossiê completo da candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial, organizado por Flávio Carsalade e equipe.

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: não foi identificada **definição** do termo/instrumento inventário nos portais oficiais das instâncias nacional e internacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS/BRASIL], nem no portal da UNESCO. Entretanto, constatou-se a recomendação de sua realização

[86] Fundação Municipal de Cultura do Município de Belo Horizonte e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PORTAL ICOMOS INTERNACIONAL)

no Estatuto do ICOMOS/BRASIL, Art.3º, § IV, que sugere a: “organização de **inventários** e cadastro de monumentos, conjuntos e sítios naturais e de valor cultural e seu entorno, em colaboração com instituições públicas e organizações sociais” (PORTAL ICOMOS/ BRASIL). O **objetivo** da ficha, exposto no formulário da UNESCO e na ficha localizada no portal do ICOMOS Internacional, foi a inserção do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. A ‘ficha’ de inscrição selecionada trata-se de um documento muito criterioso na descrição do bem e dos critérios para **justificar** a inserção do exemplar na Lista do Patrimônio Mundial. Não foi identificada a descrição de quais metodologias foram utilizadas para a elaboração do formulário/ficha.

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** um dos primeiros campos de preenchimento do formulário da UNESCO é a autoria da ficha [**ver figura 23**], mas infelizmente não consta essa informação no exemplar selecionado para análise. Através do portal do IPHAN, foi possível verificar que o preenchimento da ficha escolhida foi realizado por Flávio Carsalade e equipe. Trata-se de um documento de caráter bastante analítico, quando comparada à ficha do IPHAN por exemplo, e observa-se claramente um discurso de exaltação do bem, que trabalha pela sua valoração e seu reconhecimento internacional, utilizando-se do registro e de sua divulgação para tal finalidade.

**[03] Análise forma e conteúdo:** pode ser considerada uma ficha pouco atrativa, onde os recursos gráficos disponíveis no formulário não são suficientes à compreensão do bem [principalmente por ser um conjunto de várias obras, no caso específico da ficha do Conjunto da Pampulha]. Este foi o formulário de inventariação que apresentou mais diferenças, em relação aos campos [conteúdo], entre os demais escolhidos para análise. Os dados de identificação do bem, comuns às várias fichas de inventário, também estão presentes nas fichas do ICOMOS e da UNESCO [apresentadas a seguir], mas percebe-se ênfase diferenciada nos critérios de valoração da obra, nas declarações de autenticidade e integridade e na comparação com bens similares. O preenchimento desses campos é auxiliado por orientações ou diretrizes operacionais presentes no portal da UNESCO. Não foram observadas no formulário localizado no portal da UNESCO orientação para anexação de recursos gráficos como fotografias internas e externas, antigas e atuais, projetos originais, redesenhos, etc. e, especificamente na ficha do Conjunto Moderno da Pampulha [ICOMOS Internacional] aparecem campos que orientam a descrição dos fatores que ameaçam o bem, seu status de proteção, conservação e gerenciamento, além de outras recomendações [campos que não constam na ficha da UNESCO; verificar transcrição dos campos das fichas apresentada a seguir]. Observa-se ainda, em um dos campos citados, a preocupação com a definição dos limites territoriais do bem e de sua zona de amortecimento [entorno]. O relato de alterações significativas na obra, com respectivas datas, certamente aparece no campo autenticidade e/ou integridade, mas a pouca exploração de recursos gráficos como fotografias antigas e atuais não auxilia a comparação das distintas mudanças ocorridas na edificação.

| FICHA PARA INSCRIÇÃO DO CONJUNTO DA PAMPULHA NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL | |
|---|---|
| Cabeçalho | Título; país; nº. da proposta de inscrição; |
| Identificação | Nome oficial como proposto pelo Estado-Membro; Localização; Breve descrição; Categoria do bem; |
| 1. Dados Básicos | Data de inclusão na 'Tentative List'; Assistência Internacional do Fundo do Patrimônio Mundial para preparar a "Nominação"; Data de recebimento pelo Comitê do Patrimônio Mundial; Conjunto de condições/circunstâncias anteriores; Consultas; Missão de Avaliação Técnica; Informações adicionais recebidas pelo ICOMOS; Data de aprovação do relatório pelo ICOMOS; |
| 2. O bem | Descrição; História e desenvolvimento |
| 3. Justificativas para inscrição, integridade e autenticidade | Análise comparativa; Justificativa do Valor Universal de Excelência; Integridade e autenticidade; Critérios para proposição; |
| 4. Fatores que ameaçam o bem | |
| 5. Proteção, conservação e gerenciamento | Limites do bem designado e zona de amortecimento; Vizinhança; Proteção; Conservação; Gerenciamento; |
| 6. Monitoramento | |
| 7. Conclusões | |
| 8. Recomendações | Recomendações com relação à inscrição; Recomendações adicionais |
| Fotografias e Planta do Sítio | |

| FORMULÁRIO DE SUBMISSÃO À 'TENTATIVE LIST' DA UNESCO | |
|---|---|
| Estado-membro | |
| Data de submissão | |
| Submissão preparada por | Nome; e-mail; endereço; fax; instituição; telefone |
| Nome do bem | |
| Estado, província ou região | |
| Latitude e longitude ou coordenadas UTM | |
| Descrição | |
| Justificativa do Valor Universal de Excelência | Identificação preliminar dos valores do bem que merecem inscrição na Lista do Patrimônio Mundial |
| Critérios que o bem cumpre | Parágrafo 77 das Diretrizes Operacionais |
| Declarações de autenticidade e/ou integridade | Parágrafos 78-95 das Diretrizes Operacionais |
| Comparação com outros bens similares | A comparação deve esboçar semelhanças com outros bens culturais da Lista do Patrimônio Mundial ou não, e as razões que fazem o bem se destacar |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** há preocupação em descrever e ilustrar o bem e o seu entorno [zona de amortecimento], entretanto, a pouca exploração de recursos gráficos [fotografias internas e externas, antigas e atuais, projetos originais, redesenhos, etc.] dificulta a compreensão plena do bem e a visualização de alterações/modificações ocorridas na obra. Sugere-se, no campo autenticidade e/ou integridade, o relato dessas possíveis modificações. Percebe-se grande ênfase na descrição do valor das obras inventariadas e nos critérios que lhe atribuem importância [critérios diretamente relacionados ao objetivo da ficha que é promover a obra e permitir sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial]. O formulário e as diretrizes que auxiliam o seu preenchimento estão disponíveis ao público para *download* gratuito no portal da UNESCO.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** a ficha analisada é parte de um inventário para submissão de bens culturais à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Observam-se campos de natureza diversa: descritiva e analítica. Na ficha do Conjunto Moderno da Pampulha foram identificados campos que ressaltam aspectos que valoram o edifício como um exemplar a ser preservado, porém, a exploração de recursos gráficos é considerada insuficiente e não há fotografias antigas [na ficha analisada] que permitam a comparação das distintas fases da edificação. A exploração de recursos gráficos [na ficha analisada] limitou-se a uma planta geral de localização com demarcação dos limites e do entorno imediato do bem e algumas poucas fotografias, contemporâneas à submissão da ficha ao Comitê do Patrimônio Mundial – ausência de fotografias antigas, desenhos como plantas baixas, cortes, fachadas e perspectivas originais para comparação. Algumas dessas ausências correspondem a recomendações recorrentes nos postulados e nas cartas patrimoniais estudadas, como é o caso da utilização exaustiva de recursos gráficos, que podem trazer contribuições importantes à preservação e ao reconhecimento do bem. Os critérios que atribuem valor às obras são bastante explorados nessa ficha e variam, de obra para obra, dentro de uma listagem presente nas Diretrizes Operacionais divulgadas no portal da UNESCO. Observou-se também a preocupação em descrever o entorno da edificação [zona de amortecimento], que Giovanonni chama de ambiência e defende como imprescindível à preservação e compreensão do bem. Órgãos e organizações nacionais de preservação, como um todo, tem por missão e declaram abertamente o interesse em divulgar os vários resultados alcançados em pesquisas de inventariação e através de diferentes plataformas, impressas e/ou virtuais, dar visibilidade e permitir o reconhecimento das obras registradas. Recomendações quanto à divulgação e visibilidade foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade tanto às obras como ao instrumento.

**As dez análises apresentadas nas próximas páginas** correspondem às iniciativas de inventariação identificadas e localizadas junto: à coordenadora do Núcleo DOCOMOMO Bahia e de pesquisas na UFBA, Ana Carolina Bierrenbach; e aos eventos científicos selecionados como fontes de pesquisa – seminários DOCOMOMO Brasil e Seminários Ibero-Americanos Arquitetura e Documentação [SIAADs].

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que alguns desses trabalhos foram publicados em ambos os eventos científicos acima citados; também foram observadas algumas subdivisões temáticas de uma mesma iniciativa de inventariação para diferentes apresentações no mesmo evento. Quando ocorreram situações dessa natureza – com iniciativas que comumente adotavam os mesmos modelos de ficha de catalogação –, optou-se pelo agrupamento dos trabalhos numa única análise.

Como afirmado anteriormente, a maioria dos trabalhos não apresentava esses modelos de ficha nos artigos publicados e estas eram imprescindíveis às análises. Assim, houve a necessidade de entrar em contato com os coordenadores desses trabalhos para coleta das fichas-modelo. Especificamente sobre os inventários da saúde, não se obteve sucesso nas tentativas de contato e captação das fichas-modelo. Entretanto, diante da importância dessa iniciativa, optou-se pela análise de uma ficha mínima do *Homework* 2012 [Edifícios da Saúde], cujos responsáveis pelo preenchimento também eram autores dos artigos localizados nos eventos científicos.

Quanto aos inventários das indústrias do estado de São Paulo, também não houve sucesso na captação das fichas dos trabalhos dessa natureza publicados em eventos científicos, mas foi possível ter acesso às fichas de registro publicadas no livro Arquitetura Industrial em São José dos Campos, de autoria de Ademir Pereira dos Santos [também autor dos artigos selecionados]. Ademir dos Santos informou, através de mensagens de correio eletrônico, que adotava como parâmetro as fichas do DOCOMOMO internacional, mas infelizmente não enviou em tempo as fichas para análise. Optou-se então pela análise das fichas de registro apresentadas no livro citado.

| | | | |
|---|---|---|---|
| BA | [04] | PESQUISA | INVENTÁRIO ARQUITETURA MODERNA SOTEROPOLITANA \| HOSP. STA. TEREZINHA |
| CE | [05] | EVENTOS CIENTÍFICOS | INVENTARIO DA ARQUITETURA MODERNA CEARENSE \| HEMOCE |
| MG | [06] | | PATRIMÔNIO MODERNISTA CATAGUASES \| HOTEL CATAGUASES |
| PB | [07] | | INVENTÁRIO DOS EDIFÍCIOS DA DVOP \| HOTEL TAMBAÚ |
| PE | [08] | | INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI \| BOMBRIL NORDESTE |
| PI | [09] | | DOCUMENTAÇÃO ARQUITETURA MODERNA PIAUÍ \| ESTÁDIO GOV. ALBERTO SILVA |
| RS | [10] | | INVENTÁRIO DOS BENS EDIFICADOS DA UFSM \| BIBLIOTECA CENTRAL |
| RJ<br>SC | [11] | | INVENTÁRIO PATRIMÔNIO MODERNO SAÚDE \| HOSPITAL DO ANDARAÍ |
| SE | [12] | | AS RESIDÊNCIAS MODERNISTAS EM ARACAJU \| RESIDÊNCIA EVERALDO A. PRADO |
| SP | [13] | | ARQUITETURA INDUSTRIAL EM SÃO PAULO \| FAZENDA SANT'ANNA DO RIO ABAIXO |

## 04 Inventário Núcleo DOCOMOMO-BAHIA

### Site Núcleo DOCOMOMO Bahia
### Ana Carolina Bierrenbach
### Inventário ARQUITETURA MODERNA SOTEROPOLITANA
### Projeto de Pesquisa UFBA
### Ana Carolina Bierrenbach

Essas duas fichas de inventário selecionadas para análise são resultado de trabalhos coordenados pela professora **Ana Carolina Bierrenbach**[87] [FAUFBA/PPGAU-UFBA]. A primeira corresponde a um exemplar do Projeto de Pesquisa da UFBA – edifício sem denominação, localizado na rua Conselheiro Spínola, nº 01 [**ver figura 25**] – e, a segunda, ao exemplar do inventário do Núcleo DOCOMOMO Bahia – Hospital Santa Teresinha, localizado na Praça Conselheiro João Alfredo, s/n, no bairro de Pau Miúdo, na cidade de Salvador [**ver figura 26**], ambos edifícios de autoria desconhecida.

Indícios apontam que essas iniciativas de inventariação acontecem de forma integrada entre a academia e o citado núcleo. De acordo com informações existentes nos portais de arquitetura da UFBA e do Núcleo DOCOMOMO Bahia, o principal objetivo dessas pesquisas é contribuir para a documentação, a divulgação e a proteção do patrimônio arquitetônico modernista soteropolitano. Ainda segundo os portais, desde 1992, foi estabelecido o núcleo de Documentação e Conservação da Arquitetura do Movimento Moderno da Bahia (DOCOMOMO-Bahia), que:

> possui um acervo considerável que reúne uma série de documentos sobre a arquitetura e o urbanismo modernista soteropolitanos. O núcleo também já atuou em diversas ocasiões posicionando-se e solicitando tombamentos de edificações e espaços urbanos modernistas soteropolitanos considerados significativos. As atividades do núcleo têm como objetivo dar continuidade aos esforços que vêm sendo realizados há 20 anos além de ampliar suas realizações e metas (PORTAL FAUFBA[88]).

De acordo com a coordenadora da pesquisa, existem três eixos principais de atuação: 1) Continuação dos trabalhos de organização e digitalização do acervo existente; a partir dos dados que constituem esse acervo, elaboração de fichas mínimas que seguem as diretrizes propostas pelo DOCOMOMO Internacional. Essas fichas mínimas, concluídas, são dispostas para consulta pública no site do DOCOMOMO-Bahia. 2) Exame e expansão do material do acervo existente através de pesquisas de campo e em arquivos; realização de um trabalho crítico sobre a implementação, consolidação e preservação da arquitetura e do urbanização modernos em Salvador. 3) Ampliação do acervo do DOCOMOMO Bahia através da realização de um inventário sobre a modernização da cidade; são pretensões futuras da equipe a elaboração de cadernos sobre esse acervo, possibilitando uma maior difusão de informações sobre o patrimônio arquitetônico modernista da cidade (PORTAL NÚCLEO DOCOMOMO BAHIA, 2018).

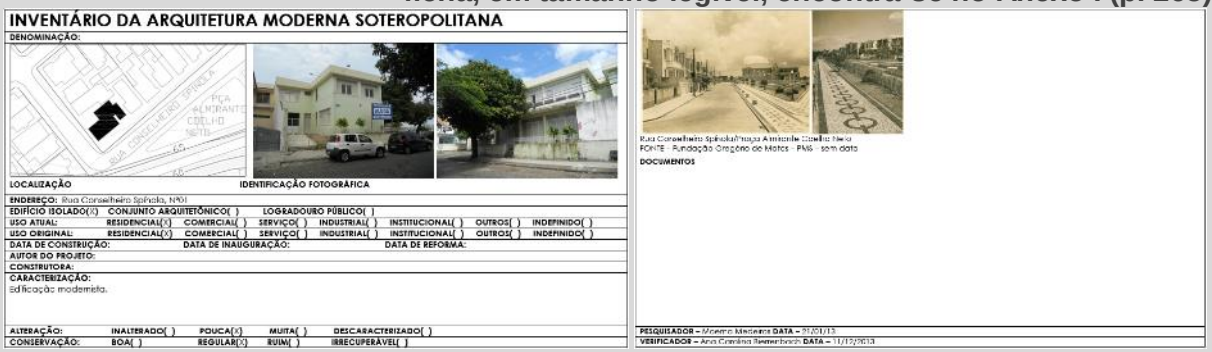
---

[87] Ana Carolina Bierrenbach é graduada em Arquitetura e Urbanismo [Mackenzie-1993] e em História [FFLCH/USP - 1995]; possui máster em "*Historia, Arte, Arquitectura y Ciudad*" [ETSAB/UPC - 1997] e mestrado em Arquitetura e Urbanismo [PPGAU/UFBA - 2001]; doutorado em "*Teoría e Historia de la Arquitectura*" - [ETSAB/UPC-2006]; pós-doutorado [PPGAU/UFBA-2008]; pós-doutorado na *Università degli Studi di Napoli Federico II* [2016-2017]. Atualmente é professora Associada da FAUFBA e professora permanente do PPGAU-UFBA. Atua principalmente nos seguintes temas: teoria, história e restauro da arquitetura moderna e contemporânea e arquitetura moderna em Salvador (Fonte: CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796569E3).

[88] Para mais informações, ver: https://arquitetura.ufba.br/pt-br/node/290

Ainda de acordo com Ana Carolina Bierrenbach, a equipe por ela coordenada trabalha com dois tipos de fichas: a primeira ficha se refere ao projeto de pesquisa ‘Inventário da Arquitetura Moderna Soteropolitana’, usada para o levantamento das obras modernas nos diversos bairros da cidade [**ver figura 25**]; a segunda refere-se à ficha mínima do DOCOMOMO, usada para explorar edificações mais relevantes da cidade e cujas informações são disponibilizadas para consulta no site do núcleo DOCOMOMO Bahia [**ver figura 26**]; em outras palavras, a pesquisa faz uma espécie de mapeamento preliminar das várias obras da produção moderna espalhadas pelos bairros da cidade, enquanto que as obras tidas como mais relevantes são publicadas no site e através do preenchimento da ficha mínima do DOCOMOMO.

**FIGURA 25: exemplar, em tamanho reduzido, de ficha da pesquisa ‘Inventário da Arquitetura Moderna Soteropolitana’, coordenada por Ana Carolina Bierrenbach. A ficha, em tamanho legível, encontra-se no Anexo I (p. 265).**



**INVENTÁRIO DA ARQUITETURA MODERNA SOTEROPOLITANA**

DENOMINAÇÃO:

LOCALIZAÇÃO — IDENTIFICAÇÃO FOTOGRÁFICA

ENDEREÇO: Rua Conselheiro Spínola, N°01

EDIFÍCIO ISOLADO(X) CONJUNTO ARQUITETÔNICO( ) LOGRADOURO PÚBLICO( )

USO ATUAL: RESIDENCIAL(X) COMERCIAL( ) SERVIÇO( ) INDUSTRIAL( ) INSTITUCIONAL( ) OUTROS( ) INDEFINIDO( )

USO ORIGINAL: RESIDENCIAL(X) COMERCIAL( ) SERVIÇO( ) INDUSTRIAL( ) INSTITUCIONAL( ) OUTROS( ) INDEFINIDO( )

DATA DE CONSTRUÇÃO: DATA DE INAUGURAÇÃO: DATA DE REFORMA:

AUTOR DO PROJETO:

CONSTRUTORA:

CARACTERIZAÇÃO:
Edificação modernista.

ALTERAÇÃO: INALTERADO( ) POUCA(X) MUITA( ) DESCARACTERIZADO( )

CONSERVAÇÃO: BOA( ) REGULAR(X) RUIM( ) IRRECUPERÁVEL( )

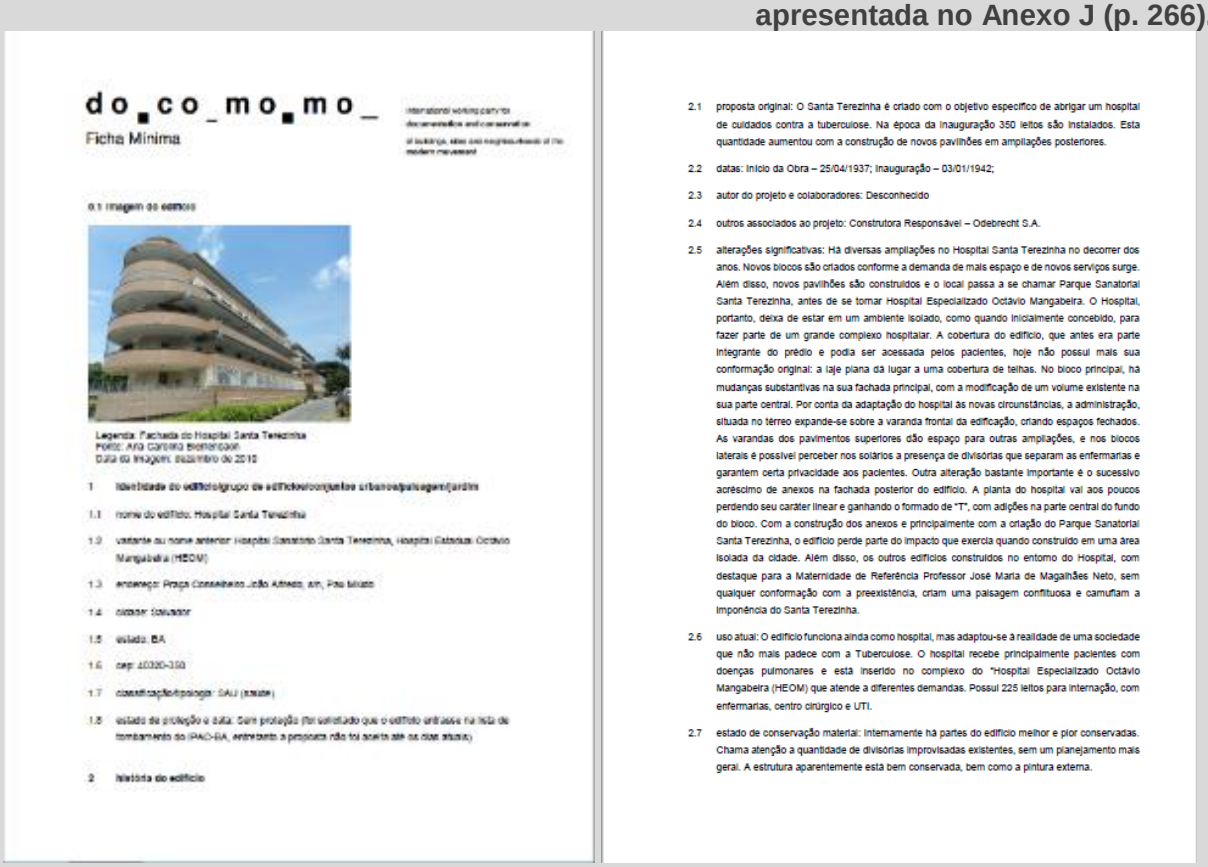
DOCUMENTOS

PESQUISADOR – Moema Medeiros DATA – 21/01/13

VERIFICADOR – Ana Carolina Bierrenbach DATA – 11/12/2013

Fonte: Imagens cedidas por Ana Carolina Bierrenbach, 2018.

**FIGURA 26: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas [1/7 e 2/7] da ficha mínima do Hospital Santa Terezinha – localizado na cidade de Salvador/BA –, disponível no portal do núcleo DOCOMOMO-Bahia. A ficha, em tamanho legível, está apresentada no Anexo J (p. 266).**



d o _ c o _ m o _ m o _

Ficha Mínima

0.1 Imagem do edifício

Legenda: Fachada do Hospital Santa Terezinha
Fonte: Ana Carolina Bierrenbach
Data da imagem: dezembro de 2018

1 Identidade do edifício/grupo de edifícios/conjuntos urbanos/paisagem/jardim

1.1 nome do edifício: Hospital Santa Terezinha

1.2 variante ou nome anterior: Hospital Sanatório Santa Terezinha, Hospital Estadual Octávio Mangabeira (HEOM)

1.3 endereço: Praça Conselheiro João Alfredo, s/n, Pau Miúdo

1.4 cidade: Salvador

1.5 estado: BA

1.6 cep: 40320-380

1.7 classificação/tipologia: SAU (saúde)

1.8 estado de proteção e data: Sem proteção (foi solicitado que o edifício entrasse na lista de tombamento do IPAC-BA, entretanto a proposta não foi aceita até os dias atuais)

2 história do edifício

2.1 proposta original: O Santa Terezinha é criado com o objetivo específico de abrigar um hospital de cuidados contra a tuberculose. Na época da inauguração 350 leitos são instalados. Esta quantidade aumentou com a construção de novos pavilhões em ampliações posteriores.

2.2 datas: Início da Obra – 25/04/1937; Inauguração – 03/01/1942;

2.3 autor do projeto e colaboradores: Desconhecido

2.4 outros associados ao projeto: Construtora Responsável – Odebrecht S.A.

2.5 alterações significativas: Há diversas ampliações no Hospital Santa Terezinha no decorrer dos anos. Novos blocos são criados conforme a demanda de mais espaço e de novos serviços surge. Além disso, novos pavilhões são construídos e o local passa a se chamar Parque Sanatorial Santa Terezinha, antes de se tornar Hospital Especializado Octávio Mangabeira. O Hospital, portanto, deixa de estar em um ambiente isolado, como quando inicialmente concebido, para fazer parte de um grande complexo hospitalar. A cobertura do edifício, que antes era parte integrante do prédio e podia ser acessada pelos pacientes, hoje não possui mais sua conformação original: a laje plana dá lugar a uma cobertura de telhas. No bloco principal, há mudanças substantivas na sua fachada principal, com a modificação de um volume existente na sua parte central. Por conta da adaptação do hospital às novas circunstâncias, a administração, situada no térreo expande-se sobre a varanda frontal da edificação, criando espaços fechados. As varandas dos pavimentos superiores dão espaço para outras ampliações, e nos blocos laterais é possível perceber nos solários a presença de divisórias que separam as enfermarias e garantem certa privacidade aos pacientes. Outra alteração bastante importante é o sucessivo acréscimo de anexos na fachada posterior do edifício. A planta do hospital vai aos poucos perdendo seu caráter linear e ganhando o formado de "T", com adições na parte central do fundo do bloco. Com a construção dos anexos e principalmente com a criação do Parque Sanatorial Santa Terezinha, o edifício perde parte do impacto que exercia quando construído em uma área isolada da cidade. Além disso, os outros edifícios construídos no entorno do Hospital, com destaque para a Maternidade de Referência Professor José Maria de Magalhães Neto, sem qualquer conformação com a preexistência, criam uma paisagem conflituosa e camuflam a imponência do Santa Terezinha.

2.6 uso atual: O edifício funciona ainda como hospital, mas adaptou-se à realidade de uma sociedade que não mais padece com a Tuberculose. O hospital recebe principalmente pacientes com doenças pulmonares e está inserido no complexo do "Hospital Especializado Octávio Mangabeira (HEOM) que atende a diferentes demandas. Possui 225 leitos para internação, com enfermarias, centro cirúrgico e UTI.

2.7 estado de conservação material: Internamente há partes do edifício melhor e pior conservadas. Chama atenção a quantidade de divisórias improvisadas existentes, sem um planejamento mais geral. A estrutura aparentemente está bem conservada, bem como a pintura externa.

Fonte: Portal Núcleo DOCOMOMO Bahia

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: os trabalhos citados tem como objetivo dar continuidade aos esforços de documentação, atuando em eventos e iniciativas diversos, posicionando-se e solicitando tombamentos de edificações e espaços urbanos modernistas soteropolitanos considerados significativos. É também objetivo da pesquisa realizar um inventário sobre a modernização da cidade. Entretanto, não foram identificadas informações sobre os objetivos e justificativas do inventário em si e o que a pesquisa e o núcleo entendem, exatamente, por inventário. Ficou claro que o método empregado pelo Núcleo DOCOMOMO Bahia foi o modelo – *minimum* – difundido pela instância internacional do órgão, optando-se pela tradução da ficha para o português – diferentemente do Homework 2012, da Saúde, publicado no DOCOMOMO Nacional, onde a ficha não foi traduzida, sendo preenchida integralmente em inglês. Não ficaram claros os critérios de seleção das obras consideradas mais 'relevantes' e se esses critérios teriam alguma correspondência com o campo 'avaliação' – técnica, social, estética e valor de referência – que são parte das fichas do DOCOMOMO. Todavia, essas informações só são preenchidas depois da obra já selecionada como 'relevante', portanto, o 'julgamento' é anterior.

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** há um número relevante de pessoas envolvidas com a documentação e a preservação da produção moderna em Salvador – Ana Carolina Bierrenbach, Anna Beatriz Ayroza Galvão, Ceila Rosana Carneiro Cardoso, Federico Calabrese, Juliana Cardoso Nery, Nivaldo Vieira de Andrade Junior, entre outros. Há também uma longa tradição de documentação na FAUFBA, possivelmente iniciada e influenciada por Paulo Ormindo de Azevedo, e um forte vínculo entre os profissionais da academia e os órgãos/organizações de preservação – IPHAN, ICOMOS Brasil e DOCOMOMO Brasil. Muitos dos profissionais citados, inclusive, foram parte do já mencionado Grupo de Trabalho 4 do IPHAN. Esse engajamento não é negativo, pelo contrário, pode tornar o discurso permeado por influências recíprocas entre sujeitos e lugares e propiciar o debate e a reflexão.

**[03] Análise forma e conteúdo:** as 'fichas', de um modo geral, são visualmente pouco atrativas. Há pouca utilização de recursos gráficos que pudessem ilustrar os aspectos do bem retratado, ou seja, não há uma correlação entre o texto e as imagens. Como se pode constatar a partir das fichas expostas anteriormente, apesar de usar nomenclaturas distintas, os campos presentes nas duas fichas são bastante parecidos, com exceção do item 'avaliação' na ficha mínima do núcleo DOCOMOMO Bahia. Esta última, entretanto, esforça-se em ser mais descritiva, mais analítica e criteriosa na exposição dos campos existentes, quando comparada à ficha da pesquisa 'Inventário da Arquitetura Moderna Soteropolitana', com campos de múltipla escolha. Em ambas, os recursos gráficos são pouco explorados. Por exemplo, a única imagem que aparece na ficha mínima do núcleo DOCOMOMO Bahia, escolhida para análise, é a apresentada na primeira página, que corresponde a uma vista geral a partir da esquina do edifício. A ficha da pesquisa 'Inventário da Arquitetura Moderna Soteropolitana' apresenta outras imagens, mas ainda consideradas insuficientes para permitir o conhecimento ou preservação do bem. Percebe-se mais ênfase ao texto do que às imagens, principalmente na ficha mínima do DOCOMOMO;

| FICHA INVENTÁRIO DA ARQUITETURA MODERNA SOTEROPOLITANA | |
|---|---|
| Denominação | |
| Localização | Planta de localização |
| Identificação Fotográfica | Fotografias atuais |
| Endereço | |
| Tipo de Obra | Edifício isolado, conjunto arquitetônico ou logradouro público |
| Uso atual | residencial, comercial, serviço, industrial, institucional, outros e/ou indefinido |
| Uso original | residencial, comercial, serviço, industrial, institucional, outros e/ou indefinido |
| Datas | Construção; inauguração; reforma |
| Autor do projeto | |
| Construtora | |
| Caracterização | |
| Alteração | Inalterado, pouca, muita ou descaracterizado |
| Conservação | Boa, regular, ruim ou irrecuperável |
| Documentos | Fotografias de época com fonte e demais recursos gráficos |
| Pesquisador/ data | |
| Verificador/ data | |

| FICHA MÍNIMA DO NÚCLEO DOCOMOMO BAHIA | |
|---|---|
| 0.1 Imagem do edifício | |
| 1. Identidade do edifício, grupo de edifícios, conjuntos urbanos, paisagem, jardim | 1.1 nome do edifício; 1.2 variante ou nome anterior; 1.3 endereço; 1.4 cidade; 1.5 estado; 1.6 CEP; 1.7 classificação/ tipologia; 1.8 estado de proteção e data; |
| 2. História do edifício | 2.1 proposta original; 2.2 datas; 2.3 autor do projeto e colaboradores; 2.4 outros associados ao projeto; 2.5 alterações significativas; 2.6 uso atual; 2.7 estado de conservação material; 2.8 estado de preservação do caráter; |
| 3. Descrição do edifício | 3.1 descrição; 3.2 descrição geral; 3.3 construção; 3.4 contexto; 3.5 outras informações |
| 4. Avaliação | 4.1 técnica; 4.2 social; 4.3 estética; 4.4 valor de referência; |
| 5. Documentação | 5.1 referências principais; 5.2 material visual anexado; 5.3 pesquisador/data; 5.4 revisão/data. |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** como afirmado, as fichas do 'Inventário da Arquitetura Moderna Soteropolitana' são bastante objetivas, podendo-se observar vários campos de múltipla escolha, mas, em termos de conteúdo, esses campos são bastante similares aos já apresentados nas fichas precedentes, inclusive aos da ficha do Núcleo DOCOMOMO Bahia. O diferencial desta última está no campo 'Avaliação', aparentemente 'necessário' nos inventários da produção moderna, para justificar a sua preservação. Infelizmente, em ambas as fichas coordenadas por Bierrenbach não foram identificadas as metodologias aplicadas a sua elaboração, mas a semelhança com fichas já analisadas confirmam a regra de reprodução de modelos anteriores. Evidencia-se uma preocupação um pouco maior com a inserção de elementos gráficos – desenhos, fotografias antigas e atuais – na ficha da pesquisa acadêmica, se comparada às fichas dos órgãos anteriormente apresentadas, que podem representar significativas contribuições à documentação, ao conhecimento e à preservação das obras inventariadas. Novamente, o critério de seleção das obras não é apontado com clareza pelos pesquisadores e, ao que parece, a seleção é anterior ao preenchimento da ficha. Portanto, não seria sua 'avaliação' que determinaria sua seleção para compor o inventário. Não foram observadas fotografias antigas – internas e externas – e desenhos originais que permitissem a formação de um acervo e a comparação das distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

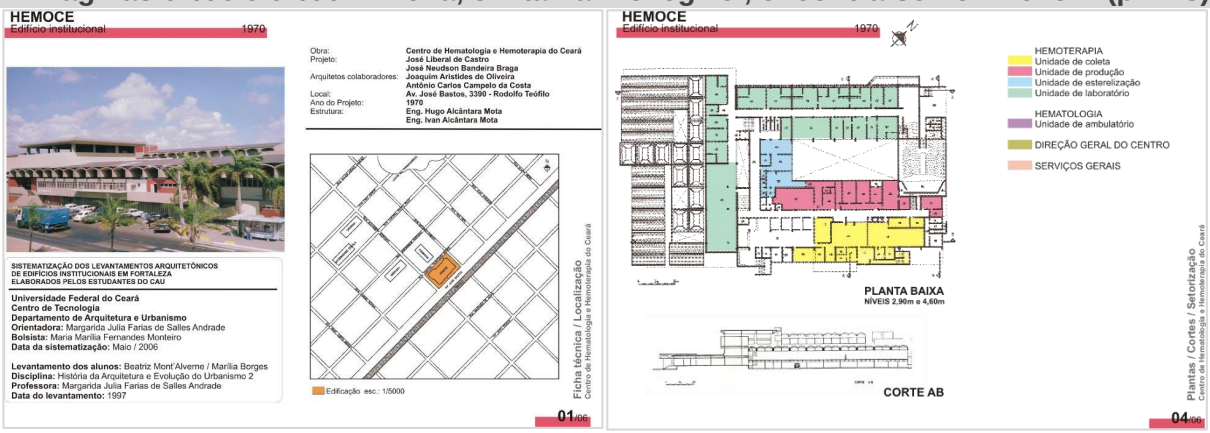
**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** a apresentação de recursos gráficos nas fichas consultadas – plantas, cortes, fachadas, perspectivas –, bem como de fotografias, internas e externas, pode ser considerada insuficiente à preservação da obra, mas suficientes à identificação e ao conhecimento básico do bem inventariado. Não foram identificados levantamentos métricos. Essas lacunas identificadas correspondem a informações recomendadas à preservação de um bem pelos postulados e cartas patrimoniais consultados. O valor e a significância das obras catalogadas – pontos que tem sido utilizados para atestar a preservação da produção moderna e que são defendidos por Boito, Riegl, Dvořák, Brandi e por algumas das cartas patrimoniais – são parte da ficha mínima do núcleo DOCOMOMO Bahia. Considerações relativas ao entorno ou ambiência, entretanto, defendidas por Giovanonni, ainda são muito pouco exploradas nessas duas fichas, tanto textual como graficamente. A pesquisa coordenada por Ana Carolina Bierrenbach, de certo modo, subsidia o preenchimento das fichas mínimas divulgadas no Núcleo DOCOMOMO Bahia, que é uma representação regional do DOCOMOMO Brasil. Sendo uma filial de um órgão nacional dedicado à preservação da produção moderna, também tem por missão e declara abertamente o interesse em divulgar os vários resultados alcançados em pesquisas de inventariação e através de diferentes plataformas, impressas e/ou virtuais, dando visibilidade e permitindo o reconhecimento das obras registradas. Recomendações quanto à divulgação e visibilidade foram recorrentes nas cartas patrimoniais, analisadas no **Capítulo 01**, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade tanto às obras como ao instrumento.

## 05 Inventário DA ARQUITETURA MODERNA CEARENSE

**Artigo 9º. DOCOMOMO**
**Clovis Ramiro Jucá Neto | José Clewton do Nascimento | *et al.***
**Inventário CEARENSE DE ARQUITETURA E URBANISMO (ICAU).**
**Artigo 4º. SIAAD**
**Margarida Andrade | Romeu Duarte Junior | Clovis Ramiro Jucá Neto | *et al*.**

Os trabalhos acima listados foram agrupados por serem fruto de uma mesma pesquisa – ainda que os artigos tratem de temas específicos do inventário cearense – coordenada principalmente por Margarida Andrade, Clovis Ramiro Jucá Neto, José Clewton do Nascimento e Romeu Duarte Junior. Como exemplar do Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo – ICAU/CE – foi selecionada a ficha do HEMOCE, parcialmente localizada no artigo apresentado no 4º Seminário Ibero Americano Arquitetura e Documentação – SIAAD. A ficha completa foi solicitada através de mensagem eletrônica. Trata-se de um edifício institucional, projetado por José Liberal de Castro e José Neudson Braga, no ano de 1970, em Fortaleza [**ver figura 27**].

**FIGURA 27: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas da ficha do Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo [ICAU], disponibilizadas no corpo do artigo. Páginas 01/06 e 04/06. A ficha, em tamanho legível, encontra-se no Anexo K (p. 273).**




Fonte: ANDRADE, 2015.

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: os artigos tiveram como finalidade expor os objetivos da plataforma *online* do Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo [ICAU/CE], que consistem em: divulgar os acervos do DAU/UFC, apresentar os resultados da longa tradição de inventariação do DAU/UFC e disponibilizar fotografias, croquis, desenhos originais e redesenhos da arquitetura e do urbanismo cearenses. De acordo com os autores da pesquisa, a documentação é uma prática antiga no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, entretanto, nos artigos consultados, não ficaram claros os critérios adotados para a seleção das obras inventariadas pela equipe. De acordo com informações obtidas no próprio artigo, as fichas elaboradas para o ICAU se baseiam metodologicamente nas existentes no livro de Marlene Acayaba[89]. Ainda de acordo com os coordenadores do trabalho:

> **a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, fundamenta-se no entrelaçamento de três ações fundamentais**: **identificação e documentação** (cadastro dos bens que importa manter e conservar), **proteção** (tombamento, registro, chancela, restauro etc.) e **promoção** (valorização do

[89] ACAYABA, Marlene Mila. Residências em São Paulo: 1947-1975. São Paulo: Romano Guerra, 2011.

> acervo). Destas, talvez a prioritária seja a **primeira**, pelo fato de **propiciar o conhecimento do número de bens a proteger e estabelecer condições para a definição de uma política patrimonial**. A partir daí, abre-se caminho para a necessária tomada de providências preservacionistas (ANDRADE, 2015).

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** quando da publicação dos artigos, a pesquisa era coordenada pela professora Margarida Andrade[90], auxiliada por vários professores do departamento além de discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Os envolvidos na pesquisa são, em sua maioria, professores-pesquisadores, cujo discurso revela rigor na descrição da metodologia empregada nas pesquisas documentais e de campo. Contudo, avalia-se que a conceituação acerca do instrumento de documentação e preservação, o inventário em si, não é suficiente e o método empregado – fichas livro Marlene Acayaba –, citado no corpo do artigo, não é explorado e justificado, expondo novamente a pouca discussão e reflexão sobre sua forma e conteúdo.

**[03] Análise forma e conteúdo:** é uma 'ficha' visualmente atrativa, bastante ilustrada e analiticamente explorada. Duas páginas de uma das fichas do Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo [ICAU], de um total de seis, foram localizadas no corpo do artigo apresentado no 4º. SIAAD. As demais páginas da ficha foram solicitadas junto à professora Margarida Andrade, pois o site não encontrava-se disponível na internet para consulta, ocorrência identificada em outros trabalhos que pretendiam esse tipo de divulgação virtual, como foi o caso de trabalhos conduzidos por Edja Trigueiro, Guilah Naslavsky, entre outros. Os conteúdos e elementos explorados nas fichas do ICAU/CE, estão dispostos em cinco partes, que não necessariamente indicam a quantidade de páginas da ficha: [01] a primeira parte é identificada como Ficha Técnica, onde constam, além de um cabeçalho geral de identificação do trabalho e da instituição, os nomes dos alunos que fizeram o levantamento, a disciplina, o professor orientador e ano do levantamento; aparecem ainda o nome do edifício inventariado, uma fotografia com uma vista geral da edificação e o ano do projeto; há ainda uma espécie de classificação tipológica do edifício; para o caso da ficha analisada, institucional; [02] a segunda parte apresenta um mapa de localização do edifício, além de outras informações técnicas como a identificação da obra, a autoria do projeto arquitetônico, os colaboradores, o local, o ano do projeto e a autoria do projeto estrutural; [03] a terceira parte da ficha do inventário cearense corresponde ao programa da edificação – compartimentos, áreas etc. – e uma descrição do edifício feita pelos alunos do CAU; [04] na quarta parte da ficha do inventário há desenhos arquitetônicos – plantas, cortes e fachadas –, além de informações sobre materiais, revestimentos, estrutura, tipo de esquadria etc.; [05] por fim, a última parte da ficha é composta por fotografias do edifício. A seguir, um esquema do conteúdo da ficha do ICAU:

| **'FICHA' DO INVENTÁRIO CEARENSE DE ARQUITETURA E URBANISMO [ICAU]** | |
|---|---|
| 01. Ficha técnica | cabeçalho geral de identificação do trabalho e da instituição; nomes dos alunos responsáveis pelo levantamento; disciplina e professor orientador; ano do levantamento; nome do edifício inventariado; fotografia com vista geral da edificação; ano do projeto; classificação tipológica do edifício; |

[90] Margarida Andrade possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (1971), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1990) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História da Urbanização, do Urbanismo e da Arquitetura do Ceará, Arquitetura Moderna, Arquitetura Habitacional, Vilas Operarias em Fortaleza. (CNPq, Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793392D6. Acesso: 2018).

| | |
|---|---|
| 02. Mapa de localização | mapa de localização do edifício; informações técnicas: identificação da obra, autoria do projeto arquitetônico, colaboradores, local, ano do projeto, autoria do projeto estrutural; |
| 03. Programa/Descrição | programa da edificação e descrição do edifício |
| 04. Documentação gráfica e especificações | desenhos arquitetônicos - plantas, cortes e fachadas; informações técnicas sobre materiais, revestimentos, estrutura, tipo de esquadria; |
| 05. Fotografias | |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** as fichas do inventário mostraram-se claras e objetivas, graficamente muito bem elaboradas e bastante ilustradas. Mais uma vez, não foi verificada ênfase na relação da obra com o seu entorno e com sua forma de implantação no lote. Há menção sobre a relação que a edificação estabelece com o clima local através de suas aberturas e recursos de proteção solar. Não foram identificadas: informações sobre o processo de construção em si, sobre as diferenças entre o projeto arquitetônico e o objeto construído; menções à alterações significativas na obra realizadas ao longo dos anos e justificativas para seleção e documentação das obras inventariadas. A partir da análise das informações presentes na ficha do ICAU, o trabalho de inventariação mostra-se mais analítico que o do IPHAN, por exemplo, pois exploram-se os recursos gráficos disponíveis nas fichas (plantas e fotografias). As fotografias mostram apenas o exterior da edificação e as imagens são atuais, não possibilitando a comparação de distintas fases da edificação. Não foi identificada menção ao valor/ significância das obras inventariadas – campo quase sempre presente nas fichas inspiradas no modelo divulgado pelo DOCOMOMO – nem ao estado de conservação das obras inventariadas, o que a coloca à parte das analisadas até então. Não foram observadas fotografias antigas – internas e externas – e desenhos originais que permitissem a formação de um acervo e a comparação de distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** a ficha do 'Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo' é bastante objetiva, apesar de nelas não se observarem campos de múltipla escolha. Alguns campos são similares aos já apresentados nas fichas precedentes, inclusive aos das fichas mínima e completa do DOCOMOMO analisadas, como identificação, localização, autorias, colaboradores, datas, etc. Contudo, a ficha do ICAU/CE não apresentou o campo 'avaliação', que mostrou-se comum nos inventários da produção moderna até o momento analisados. Nessa ficha, especificamente, foi verificada uma exploração maior dos recursos gráficos existentes e também dos gerados pela equipe, o que pode representar significativas contribuições à documentação, ao conhecimento e à preservação das obras inventariadas. Entretanto e, novamente, o critério de seleção das obras não é apontado com clareza pelos pesquisadores. A equipe adota como método para elaboração da ficha de inventariação do ICAU/CE as fichas do livro de Marlene Acayaba, mas não fica claro o porquê dessa adoção, visto que o trabalho dessa autora não configura-se necessariamente como um inventário. Novamente, há a reprodução de um modelo sem os devidos questionamentos e justificativas. A presença de redesenhos de plantas, cortes e fachadas nessa ficha apontam para possíveis levantamentos métricos realizados nas obras inventariadas. Algumas das ausências identificadas nessa iniciativa de inventariação correspondem à recomendações presentes nos postulados e em algumas das cartas patrimoniais consultadas. O valor e a significância das obras – pontos utilizados com frequência para justificar a preservação da produção moderna e o relato e registro gráfico de alterações significativas no bem, são defendidos por Boito,

Riegl, Dvořák e Brandi e por várias cartas patrimoniais. Considerações relativas ao entorno ou ambiência, por sua vez, ainda continuam sendo pouco exploradas nessa ficha, tanto textual como graficamente. O site-inventário da arquitetura moderna cearense declarou abertamente o interesse em divulgar os vários resultados alcançados nas pesquisas de inventariação e em dar ampla visibilidade às obras modernas do estado. Todavia, por razões desconhecidas, o portal não está ativo, o que limita essas ações almejadas pela equipe. Como já recomendações quanto à divulgação e à visibilidade foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que comumente associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade tanto às obras como ao próprio instrumento.

## 06 Guia DA ARQUITETURA MODERNISTA DE CATAGUASES

**Livro | Guia da arquitetura modernista de Cataguases**
**Paulo Henrique Alonso**
**Documentação e preservação PATRIMÔNIO MODERNISTA CATAGUASES**
**Artigo 8º. DOCOMOMO**
**Paulo Henrique Alonso | Leonardo Barci Castriota**

O livro e o artigo identificados e selecionados para análise foram agrupados porque tratam da arquitetura modernista produzida na cidade de Cataguases, localizada no estado de Minas Gerais, que possui inúmeras e expressivas obras da produção moderna tombadas pelo IPHAN, no ano de 1994, mas, como observou Paulo Henrique Alonso, sem inventariação prévia.

O artigo, publicado no 8º. DOCOMOMO Brasil, especificamente, discorre sobre as várias pesquisas e a inventariação de bens modernistas de Cataguases para a elaboração do Guia da Arquitetura Modernista da cidade, publicado em 2009. Participaram da elaboração do artigo **Paulo Henrique Alonso**[91] e **Leonardo Barci Castriota**[92]. Discorre ainda sobre: o desenvolvimento da cidade; questões do processo de tombamento, principalmente no que diz respeito aos critérios de escolha dos bens tombados, à necessidade de se fazer um inventário dos bens de valor cultural e de um plano de preservação e de gestão para o centro histórico; as legislações urbanas municipais implementadas após o tombamento, que não tem conseguido estabelecer diretrizes de preservação; o tombamento em Cataguases e a ausência de um inventário do centro histórico, que deveria ser instrumento prioritário para entender a formação cultural do sítio bem como para estabelecer diretrizes e normas de preservação. Os autores relatam, no mesmo artigo, sobre a elaboração de um 'pequeno inventário', que serviu de base para a elaboração do 'guia do patrimônio cultural':

> pela elaboração do pequeno inventário desenvolvido para o guia modernista pôde-se **p**erceber o quão importante é este instrumento para o entendimento na formação cultural de um determinado sítio. Neste sentido, parece que um dos desafios que a preservação do patrimônio cultural de Cataguases passa, prioritariamente, pelo inventariamento dos seus bens culturais como recomendado no dossiê de tombamento para subsidiar, inclusive, a elaboração de posturas municipais e normas claras **para** preservação, um plano de preservação e, consequentemente, de gestão (ALONSO, 2009).

[91] Paulo Henrique Alonso possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (1998), especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica (2000) e mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (2010), todos pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor na Fundação Universidade de Itaúna. Doutorado em andamento em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, desde 2016, pela Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação de Beatriz Alencar d'Araújo Couto (CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4711428Z5, 2018).

[92] Leonardo Barci Castriota é arquiteto-urbanista (1986), doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000); pós-doutor pelo Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles (2001) e pela Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio: Diretoria de Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1993-1994), Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1995-2000), Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG); é atualmente membro do Conselho Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Estadual do Patrimônio de Minas Gerais (CONEP-MG) (CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782378Y6, 2018).

O Guia da arquitetura modernista de Cataguases, por sua vez, é uma coletânea de vinte e nove exemplares da arquitetura moderna da cidade, produzidos entre os anos de 1940 e 1960. Foi organizado por Paulo Henrique Alonso e equipe entre agosto de 2008 e janeiro de 2009. O Instituto Cidade de Cataguases foi responsável pela publicação em parceria com o Programa Monumenta/Ministério da Cultura/UNESCO, tratando-se de uma publicação diretamente amparada por órgão de preservação. O exemplar de ficha do Guia escolhido para análise foi o Hotel Cataguases, projetado por Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lyra de Lemos e construído entre 1948 e 1951 [**ver figura 28**].

**FIGURA 28: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas da 'ficha' do Hotel Cataguases, no livro "Guia da arquitetura modernista de Cataguases", organizado por Paulo Alonso. A ficha, em tamanho legível, está apresentada no Anexo L (p. 276).**



Fonte: ALONSO, 2012.

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: nos dois trabalhos analisados não foi identificada a preocupação em conceituar o instrumento inventário. Como **justificativa** para a elaboração do guia, os autores apontam a descaracterização e a destruição de exemplares, destruição de acervos, destruição de memórias, além da intenção de provocar a reflexão na comunidade. De acordo com os autores, a **seleção das obras** que compõe o livro se fez em visita de campo por arquitetos da equipe executora. Os **critérios** utilizados para escolha foram, além do valor estilístico de cada obra, o estado de conservação e a ausência de alterações significativas. Vencida essa etapa de seleção, as pesquisas se concentraram na busca de informações relativas às obras – autoria, data de projeto e inauguração, projeto arquitetônico original. Não foi identificada a descrição de qualquer **metodologia** ou modelo de inspiração para a elaboração do pequeno inventário e do livro-guia. Apesar de não se declarar um inventário, nem declarar a adoção de uma ficha padrão, alguns dos campos utilizados denunciam uma direta inspiração em uma ficha de inventário, tais como: endereço, data, autores dos diversos projetos de arquitetura, escultura, paisagismo e mobiliário, breve descrição da obra com evidente destaque para elementos que a configuram como um exemplar moderno, desenhos bidimensionais – plantas, fachadas e cortes, com identificação, escala gráfica e orientação solar –, fotografias internas e externas. Apesar de sucintas, as fotografias das fichas evidenciam elementos – as ditas especificidades –

da arquitetura moderna que se pretendem destacar como a amplitude espacial, a integração interior-exterior, a planta livre, os materiais inovadores como concreto, aço e vidro, a integração das artes, a modulação, os elementos de proteção solar, etc. [**ver figura 28**].

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** os autores do artigo são Paulo Henrique Alonso e Leonardo Barci Castriota, ambos professores-pesquisadores vinculados a distintas academias mineiras; o tom do discurso do artigo é muito crítico e pertinente, identificando lacunas e problemas no que diz respeito à preservação da produção modernista da cidade de Cataguases. Verifica-se rigor na descrição da metodologia empregada nas pesquisas documentais e de campo, contudo e novamente, verificam-se deficiências no discurso quanto à conceituação do instrumento de documentação e preservação – o inventário. Em nenhum dos trabalhos pretendia-se a elaboração de um inventário em si, e preferiu-se utilizar os termos 'pequeno inventário' e 'guia'. O discurso não deixa claro o método empregado para a elaboração das fichas, o que ratifica a pouca discussão e reflexão acerca da forma e do conteúdo desses instrumentos. Sobre o livro-guia, escrito em português e inglês, além de Paulo Alonso, que figura como coordenador do trabalho, há a participação de órgãos culturais como o Instituto Cidade de Cataguases e o Programa Monumenta do Ministério da Cultura e da UNESCO. No guia, o discurso assume um tom bem diferente daquele do artigo, agora mais neutro, pois o objetivo centra-se em divulgar o rico acervo de obras modernas da cidade.

**[03] Análise forma e conteúdo:** é uma 'ficha' visualmente atrativa, ilustrada, mas pouco analítica. Apesar da solicitação, ainda não se obteve retorno quanto às fichas utilizadas para a elaboração do 'pequeno inventário'. As 'fichas' do livro-guia, por sua vez, disponíveis em meio digital e impresso, não possuem um formato rígido, mas há informações comuns que se repetem ao longo da exposição dos exemplares modernos contemplados na publicação. Verifica-se grande ênfase na exploração de recursos gráficos variados. Percebe-se o destaque, na publicação, em meio aos exemplares de arquitetura, a elementos de escultura, painéis e mobiliário. Constam informações como endereço, fotos, desenhos, data de projeto e/ou inauguração e autorias, acompanhadas de um mapa de localização. Os exemplares contemplados pelo guia são expostos de maneira clara e objetiva e o trabalho é, graficamente, muito bem elaborado. Entretanto, os textos são muito curtos, o que é justificável nesse tipo específico de publicação. Foi possível observar ainda que os textos e imagens não enfatizam a relação da obra com as edificações do seu entorno, apesar de haver nítida preocupação na relação interior-exterior da obra em si, limitada ao lote, ao paisagismo e às vistas garantidas pelos elementos translúcidos da edificação.

| **'FICHA' DO LIVRO "GUIA DA ARQUITETURA MODERNISTA DE CATAGUASES"** | |
|---|---|
| Identificação + documentação gráfica apresentada ao longo da 'ficha' | Fotografias internas, externas e de detalhes construtivos; desenhos arquitetônicos - plantas, cortes e fachadas; |
| Descrição textual | Breve descrição do edifício |
| Ficha técnica | Endereço; datas e autorias dos projetos |
| Legenda do programa da edificação | |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** chama a atenção no artigo a severa crítica feita pelos autores à ausência de um inventário das obras tombadas em 1994: "Esperava-se que, por se tratar de conjunto tombado, boa parte dos bens selecionados estaria inventariada e que, por isso, a pesquisa não seria

trabalhosa, o que não se confirmou. Não se localizou inventário dos bens selecionados para o guia" (ALONSO, 2009). Sobre a ficha escolhida para análise, especificamente, não foram identificadas informações relativas à relação do projeto com o clima local e com os condicionantes legais, nem dados sobre o processo de construção em si, nem sobre as possíveis diferenças entre o projeto arquitetônico e o objeto construído. Também não houve menção às alterações significativas realizadas na obra ao longo dos anos – aliás, segundo os autores do artigo, quanto menor o número de alterações sofridas, mais apta a obra estava a figurar no guia e no inventário. Os dados apresentados no guia são de caráter mais descritivo que analítico – certamente objetivo desse formato de publicação. As fotografias mostram o exterior e o interior da edificação e ressaltam claramente elementos e características modernas da obra, mas limitam-se à obra analisada, ignorando as edificações do entorno e a relação que se estabelece entre elas. Percebe-se grande ênfase à síntese das artes quando apresentam painéis artísticos, esculturas, mobiliários e paisagismo das obras contempladas na publicação. Entretanto, não há menção ao valor/ significância das obras inventariadas, campo quase sempre presente nas fichas inspiradas no modelo divulgado pelo DOCOMOMO. Nessa ficha não há menção ao estado de conservação das obras inventariadas e também não foram observadas fotografias antigas – internas e externas – e desenhos originais que permitissem a formação de um acervo e a comparação de distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** as partes constituintes do exemplar analisado da 'ficha' do 'Guia Cataguases' são bastante objetivas. Como outrora afirmado, o exemplar não se configura exatamente como uma ficha e não se observam campos de múltipla escolha, entretanto, há campos similares aos de fichas analisadas anteriormente, como identificação, localização, autorias, colaboradores, datas, etc. A 'ficha' do 'Guia Cataguases' não apresentou o campo 'avaliação', comum nos inventários da produção moderna inspirados nos modelos do DOCOMOMO Internacional analisados, mas verifica-se grande exploração de recursos gráficos, não de forma analítica, mas propagandística, o que pode representar contribuições à preservação das obras inventariadas. Quanto ao critério de seleção das obras, os autores relatam a importância da integridade e fidelidade das mesmas para compor o guia. Não fica clara a adoção de modelos ou métodos de inventariação prévios. Algumas das ausências identificadas nessa publicação, que não se assume como um inventário, correspondem à recomendações presentes nos postulados e em algumas das cartas patrimoniais consultadas: campos como valor e significância das obras, bem como o relato e registro gráfico de alterações significativas no bem, são pontos defendidos por Boito, Riegl, Dvořák e Brandi e recomendados em algumas das cartas patrimoniais consultadas. Considerações relativas ao entorno ou ambiência foram pouco exploradas nesse trabalho, tanto textual como graficamente. Especificamente no livro *Arquitetura Modernista Cataguases: Guia do Patrimônio Cultural,* uma publicação de cunho propagandístico, apoiada por órgãos governamentais de preservação, se declara abertamente o interesse em divulgar os vários resultados alcançados nas pesquisas de inventariação e através de diferentes plataformas, impressas e/ou virtuais, e em dar visibilidade e permitir o reconhecimento das obras registradas. Recomendações dessa natureza foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade tanto às obras como ao instrumento.

**FIGURA 29: exemplar, em tamanho reduzido, de ficha mínima da pesquisa "Documentação da arquitetura moderna no Nordeste brasileiro (1930-1980)". A ficha, em tamanho legível, está apresentada no Anexo M (p. 279).**



0.1 Foto do edifício/ sítio
Descrição/Fonte de informação/Data

**1. Identificação do edifício/grupo de edifícios; implantação/paisagem/ jardim**

1.1. **Nome corrente do edifício:** Hotel Tambaú
1.2. **Outros nomes:** Tropical Hotel Tambaú
1.3. **Número e nome da rua:** AV. Almirante Tamandaré, 229. Tambaú.
1.4. **Cidade:** João Pessoa
1.5. **Província/ Estado:** Paraíba
1.6. **Código:** 58039-010
1.7. **País:** Brasil
1.8. **Região:** Nordeste
1.9. **Classificação/ tipologia:** (RES – Residential)
1.10. **Estado de proteção e data de tombamento ou instrumento de proteção:** Não apresenta

**2. Histórico do edifício**

2.1. **Breve descrição da função original:** O prédio foi construído por iniciativa governamental (governo de João Agripino) com o intuito de promover atividades turísticas na orla da capital paraibana, antes carente de tal equipamento e de tamanha infra-estrutura.
2.2. **Datas de projeto e conclusão:** Projeto: 1962/Conclusão: 06 de março de 1971
2.3. **Projetista arquitetônico e outros projetistas:** Arq. Sérgio Bernardes e Eng. Luiz José de Almeida
2.4. **Outros profissionais que atuaram no edifício:** sem maiores informações
2.5. **Alterações significativas com suas respectivas datas:** Seis meses após sua construção, em 11 de setembro de 1971 (segunda inauguração), no governo de Ernani Sátyro, foram feitos alguns trabalhos complementares e indispensáveis à estrutura do hotel.
2.6. **Uso corrente:** Até hoje, o prédio funciona como Hotel Tambaú.
2.7. **Condição atual:** O Tropical Hotel Tambaú está em boas condições de uso. Ao contrário do se pensava na época de sua construção, o mar não afetou sua estrutura, que se mantém integra e bem conservada.

**3. Descrição**

3.1. **Descrição geral:** O hotel está distribuído numa área de 18.576 metros quadrados em dois edifícios circulares em forma de rótula, ambos com dois pavimentos cada. Na circunferência externa, em seu pavimento térreo, estão os auditórios, salas de eventos; e no pavimento superior, estão dispostos os apartamentos, que em sua maioria, têm vista privilegiada para o mar, ao mesmo tempo em que se voltam internamente para as áreas de jardins e convivência. Na circunferência interna, no pavimento térreo, estão concentradas as áreas de serviço e de manutenção e administração; já em seu pavimento superior, estão os apartamentos.
3.2. **Construção:** Predomina o uso de materiais em estado natural e dos elementos construtivos aparentes, que dão um ar de simplicidade a construção. As dimensões dos ambientes acompanham a modulação estrutural.
3.3. **Contexto:** O Hotel foi implantado na Praia de Tambaú, um local na época desprovido de infra-estrutura e distante do centro da cidade. Foi construído dentro de uma área de marinha, num local antes ocupado predominantemente por pescadores da região. Está inserido parcialmente no continente e nas areias do mar.

**4. Avaliação**

4.1. **Técnica:** O Hotel Tambaú é uma obra de destaque pela ousadia técnico-estrutural de sua construção, porém a economia construtiva é uma característica marcante.
4.2. **Social:** O hotel foi criado como estratégia econômica para a região, a fim de incrementar e promover atividades turísticas na orla da capital paraibana, e sua implantação na praia acompanhava o crescimento da cidade para a orla marítima.
4.3. **Cultural e estética:** Por seu formato circular arrojado, o hotel tem um desenho singular e que dialoga de forma constante e satisfatória com a natureza circundante.
4.4. **Histórico:** O complexo hoteleiro acomodou alguns dos principais fatos históricos e personagens do roteiro da história da Paraíba. O seu desenho contemporâneo e suas proporções monumentais são o marco do nascimento e fortalecimento do turismo no Estado.
4.5. **Avaliação geral:** É um complexo hoteleiro com uma arquitetura arrojada para época e que chamou atenção por suas proporções e pela originalidade da construção, que se tornou referência modernista e progressista tanto da comunidade turística quanto arquitetônica.

**5. Documentação**

5.1. **Principais referências bibliográficas**

LEAL, Wills. **O real e o virtual no turismo da Paraíba.** A União Editora: João Pessoa, 2001.
PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974).** São Carlos: EESC/USP, 2008. Dissertação de mestrado.

5.2. **Informações iconográficas:** Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e Arquivo do Hotel.
5.3. **Data da publicação**

Fonte: Imagem cedida por Érika Santos em 2018.

Esses trabalhos pretendiam a documentação da arquitetura moderna produzida no Nordeste e, o primeiro, especificamente, a inventariação dos edifícios da DVOP na Paraíba e por isso foram selecionados como parte do objeto empírico. Ambos foram coordenados pela professora Guilah Naslavsky[93], com a participação da pesquisadora Érika Santos. A ficha-modelo do inventário foi enviada pela pesquisadora, após contato por correio eletrônico, e corresponde ao registro do Hotel Tambaú, localizado à beira mar da praia de mesmo nome, em João Pessoa, na Paraíba. Foi projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes e inaugurado em 1971 [**ver figura 29**].

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias:** não foi identificada no trabalho a preocupação em conceituar o instrumento inventário. O artigo, apresentado no 2º. SIAAD, foi fruto de um projeto de pesquisa intitulado "Documentação da arquitetura moderna no Nordeste brasileiro (1930-1980)", apoiado pelo CNPq. A pesquisa teve por **objetivo** realizar a documentação das principais obras de arquitetura moderna da cidade paraibana, a fim de não apenas registrar, mas também de aprofundar os conhecimentos sobre essa produção local contribuindo com a historiografia da arquitetura moderna. A **metodologia** utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa contou com a aplicação do **sistema de fichas** (mínima e completa) sugerido pelo grupo de trabalho de registros e documentação **do DOCOMOMO Internacional**, que avalia os edifícios de acordo com a sua relevância. De acordo com as autoras, foram submetidas a esta metodologia um total de dez obras – "**selecionadas de acordo com sua relevância no contexto local e com seus valores históricos e arquitetônicos**" -, no recorte temporal de 1930-1980: Secretaria de Finanças (1932-1935), Centro Urbanístico Liceu Paraibano (1936-1939), Cassino da Lagoa (1939), Residência Universitária Feminina (1950), Edifício Presidente João Pessoa (1958-1965), Hotel Tambaú (1962-1971), Antiga Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (1963-1966), Sede do Instituto Nacional de Seguridade Social (1966-1970), Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (1966-1971) e Terminal Rodoviário de João Pessoa (1972-1982). Dentre os dez edifícios fichados, quatro foram projetos realizados pela Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP): a Secretaria de Finanças do Estado (1932-1935), o Lyceu Paraibano (1936-1939), o Cassino da Lagoa (1939) e a Residência Universitária Feminina (1950). Como **justificativa** para a realização do trabalho de inventariação, as autoras afirmam que:

> além de utilizar os edifícios como fonte de informação e construção do conhecimento, objetivamos utilizá-los como fonte documental para a reconstrução da historiografia da arquitetura moderna de João Pessoa e como fonte de preservação da memória de um acervo arquitetônico que vem sofrendo fortes descaracterizações, constituindo-se numa contribuição efetiva para valorizar e preservar as obras relacionadas ao movimento moderno da cidade (SANTOS & NASLAVSKY, 2011).
>
> o trabalho de inventariação se constitui num método de pesquisa efetivo no processo de documentação, sendo o ponto de partida para as ações de

[93] Guilah Naslavsky possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (1992); mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1998); doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2004) e especialização em Conservação da Arquitetura Moderna pelo ICCROM (2006). É professora Associada da UFPE e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano MDU. Atua principalmente nos seguintes temas: arquitetura moderna e contemporânea no Nordeste brasileiro, estudos latino-americanos, documentação e conservação do patrimônio moderno brasileiro. Participa de grupo de trabalho sobre inventários de arquitetura moderna do núcleo DOCOMOMO Brasil. Fez parte do Conselho Consultivo do DOCOMOMO Brasil (CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728913D7, 2018).

preservação, conservação e valorização de bens culturais (SANTOS & NASLAVSKY, 2011).

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** Guilah Naslavsky, professora e pesquisadora da UFPB quando da realização desta pesquisa, permanece atuante na documentação e conservação do patrimônio moderno brasileiro, agora na UFPE. Érika Santos, foi por algumas vezes, sua orientanda e pesquisadora. Ambas possuem um discurso bastante crítico e preocupado com os arquivos documentais da produção moderna, que tem se mostrado escassos ou estão desaparecendo. Observa-se rigor na descrição do método utilizado – as fichas do DOCOMOMO Internacional - e da metodologia empregada nas pesquisas documentais e de campo, contudo e novamente, verificam-se deficiências no discurso quanto à conceituação do instrumento de documentação e preservação, o inventário. Defende que as fichas do DOCOMOMO Internacional contribuem para "sistematizar e dar uma unidade no processo de inventariação, a partir do momento que utilizam um modelo único e com informações relevantes dentro dessa produção como os tópicos que avaliam a obra sejam do ponto de vista técnico, social, cultural, estético e histórico". Porém, afirma que, "por abordar todos esses aspectos, as fichas são extensas e o sucesso de sua aplicação depende da pesquisa bibliográfica e documental, o que torna o processo de aplicação lento e gradual" (SANTOS & NASLAVSKY, 2011).

**[03] Análise forma e conteúdo:** como era esperado, e relatado anteriormente, foram constatadas algumas diferenças, tanto no que diz respeito à tradução quanto aos campos, quando comparadas as fichas mínimas do inventário dos edifícios da DVOP e as do núcleo DOCOMOMO Bahia, ambas inspiradas no modelo divulgado pelo DOCOMOMO Internacional [**ver figuras 29 e 26**]. Pode-se afirmar que é uma ficha visualmente pouco atrativa, mas bastante analítica e criteriosa na descrição dos campos existentes. Não há campos de múltipla escolha e, infelizmente, os recursos gráficos são pouquíssimo explorados – apenas duas vistas aéreas, consideradas poucas para permitir o conhecimento e insuficientes à preservação do bem. Não aparecem anexos à ficha desenhos originais, redesenhos, fotografias antigas e atuais, internas e externas. Percebe-se mais ênfase ao texto do que às imagens e ambos não fazem referência ou enfatizam a relação da obra com as edificações do entorno.

| **FICHA MÍNIMA DA PESQUISA "DOCUMENTAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO NORDESTE BRASILEIRO"** | |
|---|---|
| 0.1 Foto do edifício/sítio | Descrição; fonte de informação; data |
| 1. Identificação do edifício, grupo de edifícios; implantação/ paisagem/ jardim | 1.1 nome corrente do edifício; 1.2 outros nomes; 1.3 número e nome da rua; 1.4 cidade; 1.5 província/estado; 1.6 código; 1.7 país; 1.8 região; classificação/ tipologia; 1.8 estado de proteção e data de tombamento ou instrumento de proteção; |
| 2. Histórico do edifício | 2.1 breve descrição da função original; 2.2 datas de projeto e conclusão; 2.3 projetista arquitetônico e outros projetistas; 2.4 outros profissionais que atuaram no edifício; 2.5 alterações significativas com suas respectivas datas; 2.6 uso corrente; 2.7 condição atual; |
| 3. Descrição | 3.1 descrição geral; 3.2 construção; 3.3 contexto; |
| 4. Avaliação | 4.1 técnica; 4.2 social; 4.3 cultural e estética; 4.4 histórico; 4.5 avaliação geral; |
| 5. Documentação | 5.1 principais referências bibliográficas; 5.2 informações iconográficas; 5.3 data da publicação. |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** dois aspectos merecem ser destacados nas fichas diretamente inspiradas no modelo de ficha

mínima do DOCOMOMO Internacional: o caráter mais textual, descritivo que visual e a presença do campo ‘Avaliação’, comum nos inventários da produção moderna, para ‘justificar’ a preservação de uma produção recente. Novamente, observa-se a regra de reprodução de modelos anteriores sem reflexões mais aprofundadas. O critério de seleção das obras foi apontado com clareza pelos pesquisadores nos objetivos de um dos trabalho [inventariação dos edifícios da DVOP]. Verifica-se enfoque para a obra em si, pois não há registro fotográfico ou textual das edificações do entorno. Não foram observadas fotografias antigas – internas e externas – nem desenhos originais que permitissem a formação de um acervo e a comparação das distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** o trabalho analisado se autodenomina um inventário e declara a adoção das fichas difundidas pelo DOCOMOMO Internacional como padrão, onde se observam campos de natureza descritiva e analítica. Nessas fichas consta o mencionado campo ‘avaliação’, comum aos inventários da produção moderna inspirados nos modelos do DOCOMOMO Internacional, entretanto, não há grande exploração de recursos gráficos, o que pode representar perdas importantes à preservação. Quanto ao critério de seleção das obras que compuseram o inventário, argumenta-se que foram “selecionadas de acordo com sua relevância no contexto local e com seus valores históricos e arquitetônicos”, além do recorte temporal pré-estabelecido. Considerações relativas ao entorno – ambiência -, defendidas por Giovanonni, continuaram sendo pouco exploradas nesse trabalho, tanto textual como graficamente. As autoras do trabalho de inventariação declaram interesse em documentar, valorizar e preservar as obras registradas. Há a declarada finalidade de divulgar os resultados alcançados, de divulgar e dar visibilidade às obras inventariadas, recomendação recorrente nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram com frequência o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade tanto às obras como ao instrumento. As autoras destacam ainda:

> a necessidade de aprofundar os estudos sobre esta produção para uma melhor identificação e valoração dos bens para que possam receber uma proteção legal. A grande maioria dos edifícios representativos da arquitetura e do urbanismo modernos em João Pessoa encontra-se na ausência de proteção legal, em risco de desaparecimento em razão dos interesses imobiliários e da falta de reconhecimento por parte da população em geral e dos órgãos de preservação (SANTOS & NASLAVSKY, 2011).

## 08 Inventário ACACIO GIL BORSOI: UMA EXPERIÊNCIA DE SALVAGUARDA E DISSEMINAÇÃO DE ACERVOS DE ARQUITETURA MODERNA

**Artigo 12º DOCOMOMO Brasil**

**Fernando Diniz Moreira | Patrícia de Oliveira | Veronice Oliveira**

**Inventário ACÁCIO GIL BORSOI**

**Site Monográfico**

O Projeto Cultural Inventário Acácio Gil Borsoi, selecionado para análise, foi financiado com recursos captados por meio do edital FUNCULTURA independente 2014/2015, uma iniciativa de apoio à cultura do Governo do Estado de Pernambuco e teve como objetivo inventariar, organizar e disponibilizar ao grande público projetos de arquitetura, croquis, imagens e memoriais de projetos desenvolvidos pelo arquiteto carioca Acácio Gil Borsoi durante seu período de atuação em Pernambuco e no Nordeste (PORTAL INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI, 2018). A organização do vasto acervo do escritório de Borsoi resultou na criação de um inventário-site-monográfico. De acordo com informações retiradas do portal, o legado do arquiteto está presente em suas obras, ensinamentos, e também:

> em uma enorme quantidade de projetos, fotos, e desenhos originais que compõem o acervo documental de seu escritório. Por representar um importante legado cultural e constituir uma valiosa documentação tanto para o estudo da História da Arquitetura, como para a conservação de nossa Arquitetura Moderna na medida em que exibe o rigor nas proporções e nas diretrizes projetuais, tanto na racionalização construtivas como nas especificações, nos criativos detalhes técnicos e resoluções feitas ao longo da obra, este acervo foi o objeto do Inventário Acácio Gil Borsoi (PORTAL INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI, 2018).

Justificando a iniciativa de organização e divulgação do vasto acervo do escritório de Acácio Gil Borsoi e ratificando temas abordados em capítulos anteriores deste trabalho, Moreira (2017) enfatiza que, a produção moderna, ao contrário de produções artísticas precedentes, em virtude de

> sua própria proximidade temporal, deixou uma extensa documentação iconográfica. Esta documentação tem um valioso papel para a conservação desta arquitetura, pois contempla não apenas detalhes e especificações técnicas, mas podem evidenciar as transformações ocorridas no processo de projeto e na própria construção. Além disso, podem vir a ser, em muitos casos, os únicos registros de obras perdidas ou irreversivelmente descaracterizadas. Essa documentação sofre um sério risco com a dissolução dos escritórios, após a morte ou aposentadoria dos seus titulares, tendo em vista o pequeno porte dos escritórios brasileiros. No Brasil, ainda não existe uma consciência sobre o valor desta documentação e raras são as instituições públicas com condições de armazená-la de forma adequada, o que dificulta sua conservação, a longo prazo, e promove seu desaparecimento gradativo (MOREIRA, 2017).

Dentre as inúmeras obras que compõem o acervo do arquiteto, disponibilizadas no portal, o exemplar escolhido para ilustração e análise corresponde à ‘ficha’ ou ‘página’ da fábrica Bombril Nordeste, localizada no Distrito Industrial de Paratibe, no estado de Pernambuco [**ver figura 30**].

**FIGURA 30: agrupamento, em tamanho reduzido, de ‘ páginas-fichas’ do Portal Inventário Acácio Gil Borsoi. A ficha completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo N (p. 280).**




Fonte: PORTAL INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI.

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: o artigo, publicado no 12º. DOCOMOMO Brasil, tinha como **objetivo** apresentar uma iniciativa de salvaguarda e disseminação de um acervo de arquitetura moderna, descrevendo a experiência do projeto cultural Inventário Acácio Gil Borsoi e elencar alguns dos desafios que estas iniciativas apresentam. O **objetivo** do site-inventário, por sua vez, era promover, tanto a conservação do acervo, como o acesso irrestrito por meio da criação de uma base de dados online, fomentando as práticas de pesquisa e o reconhecimento patrimonial da arquitetura moderna (MOREIRA, 2017). Não foi identificada **conceituação** do termo inventário em nenhuma das publicações listadas: artigo 12º. DOCOMOMO Brasil e site-inventário-monográfico. Neste último, não foi identificada a descrição de **metodologias** aplicadas à elaboração das fichas, assim como não foram expostas justificativas para as **seleção das obras** que compõem o inventário. Entretanto, no artigo, que corresponde ao relato da experiência de criação do portal, descreve-se, em detalhes, a **metodologia** utilizada pela grande equipe de profissionais envolvidos na tarefa:

> a primeira estratégia adotada para a organização dos documentos foi a definição de um sistema de eixos de catalogação que classificou os projetos presentes no acervo de acordo com uso aos quais se destinam. Ao final do trabalho foram definidos os seguintes eixos: Cívico e museus; Escritórios e lugares de trabalho; Residências multifamiliares; Habitação social; Fábricas; Urbanismo; Hotéis; e Design. O próximo passo consistiu na definição da forma de classificação e catalogação para descrição do acervo. O tratamento técnico do acervo Acácio Borsoi foi baseado, em sua maior parte, na experiência já exitosa do inventário do acervo de Janete Costa, quando todo o processo foi estudado e desenvolvido pela equipe de bibliotecários e arquitetos, que, em parte permaneceu no inventário de Borsoi. Partindo-se dessas ações iniciais, optou-se pelo tipo de classificação e catalogação para descrição do acervo. Para os trabalhos técnicos de classificação foi escolhido o sistema de classificação denominado CDU, Classificação Decimal Universal, por ser flexível, universal e capaz de organizar todas as áreas do conhecimento humano. Foi então feita uma conciliação com os eixos pré-definidos pela equipe [...] A opção por este tipo de classificação visa facilitar a localização dos projetos em meio ao vasto conteúdo do projeto. Sobre a catalogação, optou-se pelo código de catalogação descrita na AACR2 [Código de Catalogação Anglo-Americano] que é um compêndio de regras para a criação de descrições bibliográficas e para a escolha, construção e atribuição dos pontos de acesso [cabeçalhos] representando pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, além de títulos uniformes representando obras e expressões. Definidos esses dois códigos, foi elaborado um formulário padrão para registro de dados referenciais do acervo no sistema de gerenciamento eletrônico, que é acessado pelo site. Durante o processo de pesquisa estes

> formulários foram preenchidos manualmente pela equipe do projeto e, eventualmente, receberam acréscimos de novas informações, à medida que novas etapas dos projetos catalogados eram localizados em meio aos documentos do acervo (MOREIRA, 2017).

Ainda como parte da **metodologia**, a equipe descreve que se deparou com dois grandes desafios: 01) se referiu à grande diversidade de material a ser catalogado, que incluía plantas de arquitetura, croquis, fotografias, recortes de revistas e jornais, memoriais descritivos, slides e até registros da comunicação com clientes e fornecedores; 02) dificuldade de compatibilização entre a estrutura de um website e a do software responsável por armazenar a base de dados do acervo – a linguagem do site que faz a interface com o público é diferente da estrutura do banco de dados cujo fim último é guardar a informação –, pois, o objetivo era que ambos se tornassem acessíveis tanto ao público especializado quanto aos interessados de forma geral na sua obra (MOREIRA, 2017). Quanto ao **método** para elaboração das fichas de inventariação, cita-se o uso da Plataforma Clio, também empregada no Projeto Janete Costa.

> O próximo passo foi a adaptação do programa de gerenciamento da informação já utilizado pelo Projeto Janete Costa, a plataforma Clio, já pertencente ao Escritório de Arquitetura Borsoi, software de livre acesso desenvolvido pelo Laboratório Líber da Universidade Federal de Pernambuco para uso público e gratuito, adaptável às necessidades específicas de cada cliente e com capacidade para recuperação de informação (MOREIRA, 2017).

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** de acordo com informações retiradas do portal, a realização do projeto cultural Inventário Acácio Gil Borsoi "foi uma iniciativa da família do arquiteto e de pesquisadores do campo da história da arquitetura que captaram recursos para sua execução junto ao Governo do Estado de Pernambuco" (MOREIRA, 2017). Foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que envolveu arquitetos, profissionais de sistema de informação, designers e programadores, além de uma equipe de apoio técnico e administrativo. O conjunto de funções exercidas por cada profissional tinha como objetivo higienizar, classificar, armazenar e disponibilizar o material presente no acervo do arquiteto, promovendo acesso irrestrito destas informações aos interessados. Para citar alguns nomes, participaram da idealização, Lúcia Santos; da produção cultural, Giuseppe Antônio Baccaro; da coordenação, Patrícia Ataíde Solon de Oliveira; da coordenação financeira, Taciana Neves; da gestão de informação, Veronice Oliveira; da pesquisa, Rosa Maria Chagas Aroucha; da consultoria, **Fernando Diniz Moreira**[94], Carmen Roberta Gil Borsoi, Marco Antônio Gil Borsoi e Tereza Simis; como assistentes de pesquisa, Teresa Cahú; e como assistente de produção: Josane Cabral (PORTAL INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI). O discurso identificado no artigo, como era de se esperar pois trata-se da divulgação de um trabalho de pesquisa realizado, é em tom de propaganda do site-inventário.

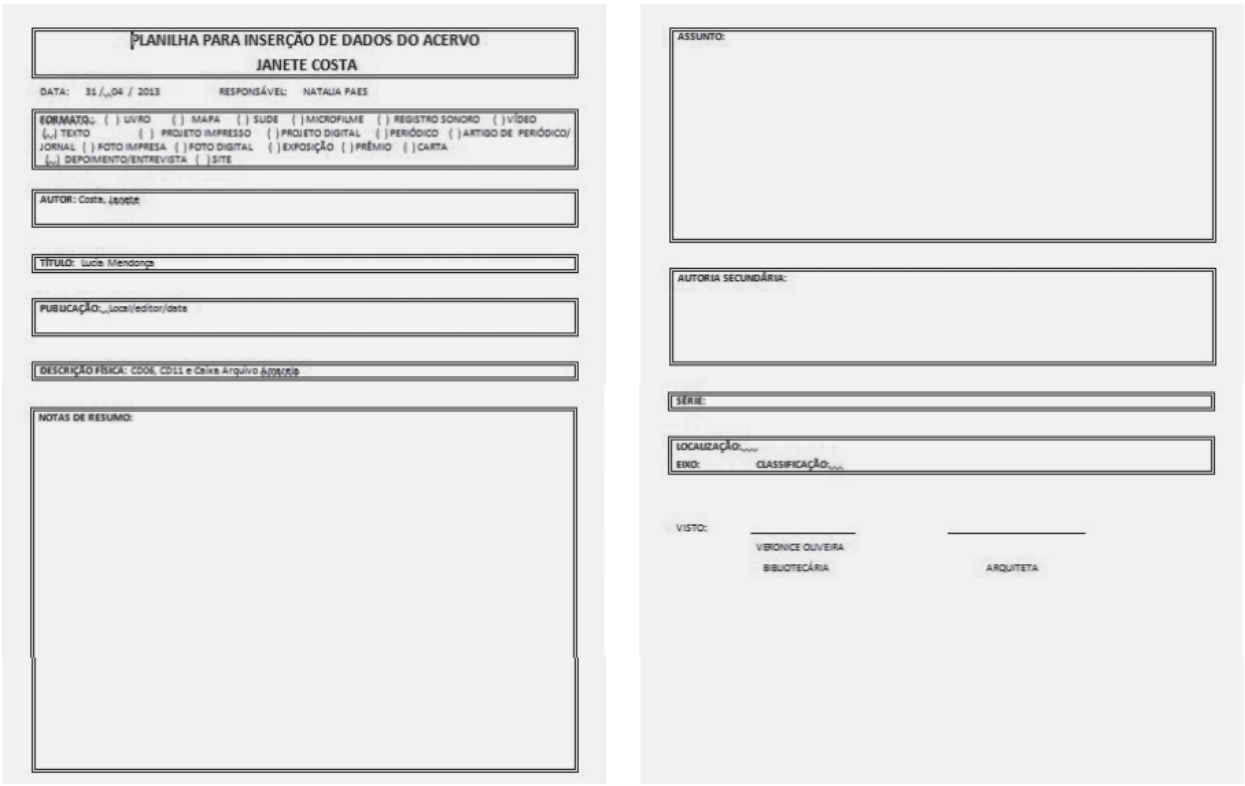
**[03] Análise forma e conteúdo:** Na lateral esquerda da ficha há um texto analítico/ descritivo da obra selecionada, que pode ser localizada no site a partir da década em

[94] Arquiteto pela Universidade Federal de Pernambuco (1989) e historiador pela Universidade Católica de Pernambuco (1991). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (1994) e em arquitetura pela University of Pennsylvania (2001) e Ph.D. em Arquitetura pela University of Pennsylvania (2004). Professor associado da Universidade Federal de Pernambuco(UFPE). Professor visitante na Universidade Técnica de Lisboa (2011) e na University of Pennsylvania (2003-2004), ICCROM Fellow (2008) e Samuel H. Kress Foundation scholar (2003-2004). Coordenador-Geral (2016-2017) do DOCOMOMO Brasil. Sua área de interesse reside em teoria e história da arquitetura, história do urbanismo e conservação (CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4795609Y1, Acesso em: 2018).

que o projeto foi realizado. Não foi identificado um padrão único de análise com critérios pré-estabelecidos. Algumas das fichas discorrem acerca do sítio, do condicionamento ambiental – continuidade espacial, condicionamento térmico, uso da luz natural, proteção das fachadas do sol e da chuva, ventilação natural –, da construtibilidade material e da expressão arquitetônica. Na lateral direita aparecem, não simultaneamente, fotografias, croquis de detalhes construtivos, perspectivas, plantas e cortes do objeto arquitetônico analisado. Cita-se o uso da Plataforma Clio, também empregada no Projeto Janete Costa [**ver figura 31**].

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** Não há precisão nas datas de projeto e execução das obras nas 'fichas', onde consta apenas a década, nem há referência à equipe de profissionais que atuou no projeto/execução. Também não há relatos de mudanças ocorridas entre o projeto e a sua execução, ou mesmo de adaptações e/ou reformas subsequentes ocorridas na obra. Fica evidente que a intenção era divulgar o acervo do escritório, não havendo comparações com a situação atual dessas obras nem preocupações diretas com a preservação das mesmas. A 'ficha' é mais gráfica que textual e em algumas delas foram identificadas informações relativas à relação do projeto com o clima local e com os condicionantes legais, mas não há dados sobre o processo de construção em si, nem sobre as possíveis diferenças entre o projeto arquitetônico e o objeto construído. Não foi identificada menção textual e gráfica em relação às alterações significativas realizadas na obra ao longo dos anos. As fotografias mostram o exterior e o interior da edificação, além de croquis e perspectivas, ressaltam elementos e características modernos da obra, mas limitam-se à obra analisada, ignorando as edificações do entorno e a relação que se estabelece entre elas. Não há menção ao valor/ significância das obras inventariadas, campo quase sempre presente nas fichas inspiradas no modelo divulgado pelo DOCOMOMO. Também não há menção ao estado de conservação das obras registradas.

**FIGURA 31: Planilha para inserção de dados do acervo Janete Costa.**




Fonte: MOREIRA, 2017

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** o exemplar analisado não se configura exatamente como uma 'ficha' de inventário, apesar de assim se autodenominar, o que muitas vezes levou a uma certa confusão. Não se observam campos comuns nas 'páginas-fichas' – descritivos, analíticos ou mesmo de múltipla escolha, porém, há dados similares aos de fichas analisadas anteriormente, como identificação, localização, autorias, datas, mas nem sempre precisos – as obras são classificadas pela década de construção. Não há o campo 'avaliação', comum aos inventários da produção moderna inspirados nos modelos do DOCOMOMO Internacional. Percebe-se grande exploração de recursos gráficos – fotografias, croquis, perspectivas –, o que pode trazer contribuições importantes à preservação [intenção projetual]; não ficou muito claro se houve critério para a seleção das obras que compuseram o inventário, assim como não ficou clara a adoção de modelos ou métodos de inventariação prévios, apesar de afirmarem o uso do padrão adotado no Inventário Janete Costa [mas qual modelo inspirou este último?]. Ausências também identificadas nessa publicação, correspondem à recomendações dos postulados e de algumas das cartas patrimoniais, como é o caso do valor e da significância das obras. Considerações relativas ao entorno ou ambiência continuam sendo pouco exploradas nesse trabalho, tanto textual como graficamente.

> acreditamos que o desenvolvimento do website foi um instrumento fundamental na missão de preservar e disseminar o legado de Acácio Gil Borsoi. Além de promover a divulgação, entendimento acerca da importância da sua obra nos diversos campos de atuação, a plataforma é uma ferramenta didática e interativa, alinhada às ferramentas de pesquisa mais usuais. A educação patrimonial de setores sociais, particularmente aqueles não sensibilizados pela arquitetura moderna, é essencial para a conservação deste patrimônio [...] Este acervo constitui um importante legado cultural tanto para o estudo da história da construção, como para a conservação de nossa arquitetura moderna, na medida em que contém detalhes técnicos, especificações, problemas e mudanças feitas ao longo da construção. Os acervos particulares, como o pertencente ao escritório de Acácio Gil Borsoi, possuem grande importância para a salvaguarda da arquitetura moderna, sobretudo, porque compreendem as várias fases de concepção do projeto, com os seus diferentes tipos de registros referentes ao processo de criação como um todo. Eles possuem não apenas o projeto final submetido aos órgãos competentes, mas incluem também esboços iniciais, anteprojeto, projeto final, projetos complementares, detalhes, contratos, até eventuais publicações e outras informações técnicas (MOREIRA, 2017).

Na citação acima, retirada do artigo que explana o processo de pesquisa e elaboração do site-inventário, observa-se o declarado interesse em divulgar o acervo de Acácio Gil Borsoi, dando ampla visibilidade às obras e ideias do arquiteto-professor. É importante ressaltar que tais recomendações foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à ampla necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade às obras e ao próprio instrumento.

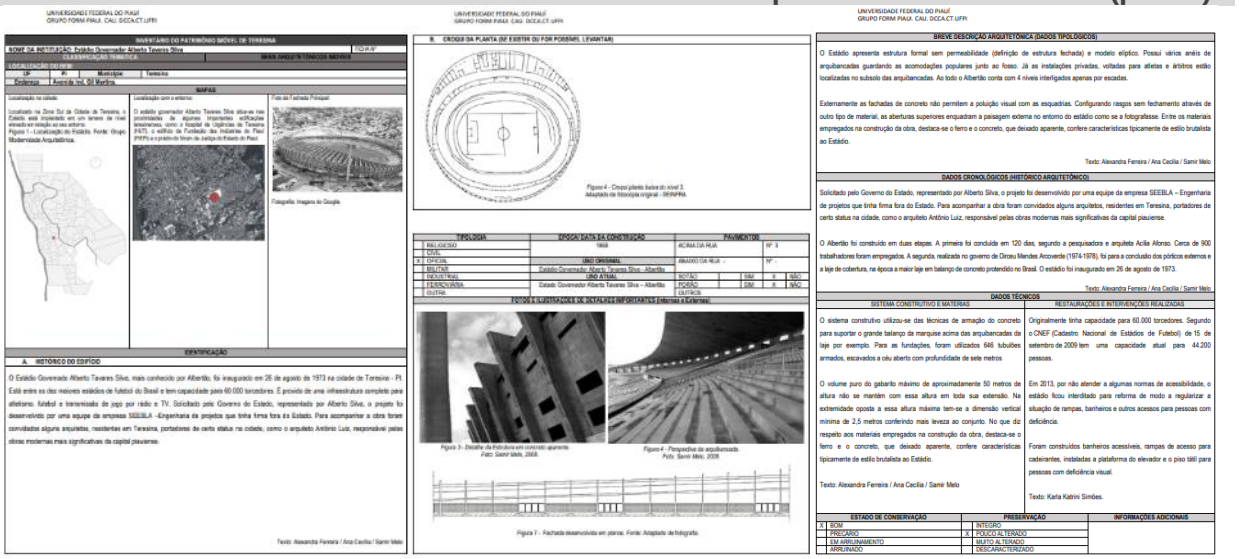
**09** **Documentos DA ARQUITETURA MODERNA EM TERESINA, NO PIAUÍ**
**Artigo | 2º. SIAAD**
**Artigo | 9º. DOCOMOMO Brasil**
**Ana Rosa Negreiros | Alcília Afonso**
**Documentos DA ARQUITETURA MODERNA NO PIAUÍ**
**Livro | Documentos de arquitetura moderna no Piauí.**
**Modernidade ARQUITETÔNICA**
**Pesquisa UFPI**

Os trabalhos acima listados tratam da arquitetura moderna produzida no Piauí e são frutos de pesquisas coordenadas por Ana Rosa Negreiros e Alcília Afonso. Pretendem, em sua maioria, a realização de inventários dessa produção e por isso foram escolhidos como parte do objeto empírico; ser um "resgate da memória arquitetônica piauiense" - considerada pelas pesquisadoras, pouco estudada e difundida - e servir de subsídios para pesquisas futuras na área. A ficha-modelo do inventário foi enviada pela professora Alcília Afonso, após contato por correio eletrônico, e corresponde ao registro do Estádio Governador Alberto Tavares Silva, localizado na avenida Ind. Gil Martins, em Teresina [**ver figura 32**].

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: o artigo, publicado no 9º. DOCOMOMO, tinha como **objetivo** divulgar o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisas sobre Modernidade Arquitetônica no Estado do Piauí, vinculado ao curso de arquitetura e urbanismo, do Departamento de Construção Civil e Arquitetura, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí e CNPQ, no sentido de resgatar o acervo moderno do Estado. O grupo de pesquisa 'Modernidade Arquitetônica' foi criado em março de 2007 e tinha como **objetivo** realizar um inventário da arquitetura moderna produzida inicialmente em Teresina, e posteriormente em outras cidades piauienses, "investigando a respeito da produção arquitetônica moderna, observando-se as adaptações sofridas para a adoção de uma linguagem universal em uma realidade sócio cultural, geográfica e econômica local". Segundo as coordenadoras, a equipe realizou "investigações sobre a produção moderna piauiense, levantando informações e análises sobre os arquitetos e suas obras, através de fichas sistemáticas" que alimentaram um banco de dados disponível à comunidade acadêmica/científica, dando formação ao inventário desta produção. Apesar da declarada proposição de um inventário, não foi identificada nenhuma **conceituação** do termo/instrumento. As pesquisadoras relataram que, através deste inventário, se observava o estado de conservação destas obras e direcionava-se, ou não, os estudos para a tomada de medidas preservacionistas que deveriam ser realizadas junto aos órgãos competentes pela conservação do patrimônio. Ainda de acordo com as coordenadoras, a pesquisa adotava a mesma **metodologia** do grupo FORM, do departamento de projetos arquitetônicos da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, ETSAB/ UPC, que tinha como principal ferramenta de trabalho documentos gráficos projetuais (plantas, cortes e fachadas) e fotografias que possibilitavam a análise do objeto/edifício. Partia-se do princípio que o edifício era um documento e, com uma metodologia de enfoque arquitetônico e visual, as imagens (desenhos e fotografias) tinham importância fundamental. Como **justificativa** para a documentação argumentavam que "o ritmo lento das instituições preservacionistas somado ao crescimento acelerado das cidades são fatores causadores da destruição, do descaso, do desrespeito ao patrimônio cultural" e acrescentavam ainda que a documentação do acervo era uma das soluções emergenciais deste cenário contemporâneo. A equipe então insistia na consolidação do estudo e da divulgação do acervo piauiense, "enfrentando os desafios que são muitos,

mas não deixando de acreditar, que certamente, terá um dia que se poderá reconhecer a importância deste trabalho para a construção da identidade cultural piauiense" (AFONSO, 2011).

**FIGURA 32: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas da ficha do Inventário do Patrimônio Imóvel de Teresina. A ficha completa e em tamanho legível, está apresentada no Anexo O (p. 289).**



Fonte: Imagens cedidas por Alcília Afonso em 2018.

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** Ana Rosa Negreiros e Alcília Afonso[95], quando da criação da pesquisa 'Modernidade Arquitetônica', criada em 2007, eram professoras e pesquisadoras da UFPI. As autoras relatam, em tom de indignação, que coube à UFPI iniciar o processo de salvaguarda da memória arquitetônica e urbanística local, desenvolvendo pesquisas e orientações, educando os futuros arquitetos sobre a importância do acervo e desenvolvendo trabalhos que procurassem difundir cada vez mais o patrimônio cultural piauiense. As coordenadores relataram que, apesar dos esforços, ainda se observava um distanciamento dos órgãos preservacionistas locais, que não buscavam um diálogo com a academia, apesar das várias tentativas realizadas e que, "o patrimônio recente, a produção moderna e contemporânea, muitas vezes objeto das pesquisas realizadas, não foram ainda absorvidos pelos órgãos preservacionistas como acervos possuidores de valores" (ALONSO, 2011).

**[03] Análise forma e conteúdo:** considera-se uma ficha visualmente atrativa, com exploração de recursos gráficos e textuais. De acordo com as pesquisadoras, o enfoque da pesquisa era, sobretudo, arquitetônico e visual, onde a imagem possuía grande força, e desenhos, esboços, croquis, pranchas do projeto arquitetônico e fotografias transmitiam o edifício pesquisado. Declaradamente, conferia-se maior importância às imagens que aos textos permitindo que estas, por si só, explicassem a obra.

[95] Doutorado em Projetos Arquitetônicos pela ETSAB/UPC na Espanha (2006); mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2000); especialista em Arte e Cultura Barroca pela UFOP/ MG (1986) e em Conservação Urbana pelo CECI/MDU/UFPE (1998); graduada em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco (1983). Atua principalmente nos seguintes temas: projetos arquitetônicos, habitação de interesse social e patrimônio cultural. É professora aposentada do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da UFPI. Desde 2015, exerce o cargo de professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG/Paraíba. É professora permanente da Pós Graduação em Design/ UFCG e do Mestrado em História/UFPI, além de professora colaboradora do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museus/ UFPI. É membro do ICOMOS Brasil desde novembro de 2015 (CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706796H9, 2018).

Argumentavam que a difusão da modernidade se deu, sobretudo, de forma visual e, amparadas em GASTÓN (2007, p.18) justificavam que: "*el dibujo y la fotografía son los modos más convenientes y más precisos para especificar la construcción de un edificio y comunicar la arquitectura*". O livro "Documentos de Arquitetura Moderna", um dos subprodutos da pesquisa, foi estruturado a partir de artigos e do "**inventário analítico"** arquitetônico das principais obras modernas do Piauí, onde os projetos arquitetônicos eram resgatados através de desenhos – plantas, perspectivas, seções construtivas, fachadas –, fotografias e dados sobre os edifícios e os principais profissionais envolvidos. Trata-se de uma ficha de inventário bastante detalhada, que explora elementos textuais e gráficos. Há campos descritivos, analíticos e também de múltipla escolha, alguns muito similares aos de outras fichas já analisadas, como as do DOCOMOMO. Porém, não há campo que atribua valor ou significância à obra analisada. Diferentemente de outras fichas, aparecem campos identificados como "classificação temática" e "pavimentos".

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** não foram identificados relatos de mudanças ocorridas entre o projeto e a execução do edifício, porém há o relato de adaptações subsequentes ocorridas na obra para atender normas de acessibilidade. Não foram identificadas informações relativas à relação do projeto com o clima local e com os condicionantes legais. As fotografias mostram o exterior e o interior da edificação e ressaltam elementos e características modernos da obra. Foi identificada preocupação em retratar o entorno da edificação e a relação que se estabelecia entre ambos, porém não houve menção ao valor/ significância das obras inventariadas. Houve menção ao estado de conservação e preservação das obras registradas, mas esses campos, de múltipla escolha, estão aparentemente redundantes na ficha em questão. Não foram observadas fotografias antigas – internas e externas – e desenhos originais que permitissem a formação de um acervo e a comparação de distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

| **FICHA DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL DE TERESINA** | |
|---|---|
| Nome da Instituição | |
| Ficha nº. | |
| Classificação temática | |
| Localização do bem | UF, município, endereço |
| Mapas | Localização na cidade, localização com o entorno, foto da fachada principal |
| Identificação | Histórico do edifício, croqui da planta (se existir ou for possível levantar) |
| Tipologia | Religioso, civil, oficial, militar, industrial, ferroviária ou outra |
| Época/data de construção | |
| Uso original | |
| Uso atual | |
| Pavimentos | Acima da rua, abaixo da rua, sótão, porão, outros |
| Fotos e ilustrações de detalhes importantes | Internas e externas |
| Breve descrição arquitetônica | Dados tipológicos |
| Dados cronológicos | Histórico arquitetônico |
| Dados técnicos | Sistemas construtivos e materiais, restaurações e intervenções realizadas |
| Estado de conservação | Bom, precário, em arruinamento ou arruinado |
| Preservação | Íntegro, pouco alterado, muito alterado ou descaracterizado |
| Informações adicionais | |
| Levantamento arquitetônico existente | Planta (relacionar nomes), escala, localização e disponibilidade, data |

| | |
|---|---|
| Fontes bibliográficas e documentais | |
| Preenchimento | Entidade, responsável, data |

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** o trabalho analisado se autodenomina um inventário e declara a adoção da metodologia do grupo FORM, do departamento de projetos arquitetônicos da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, ETSAB/ UPC, que tinha como principal ferramenta de trabalho documentos gráficos projetuais e fotografias. Observam-se campos de natureza diversa: descritiva, analítica e de múltipla escolha. Nessa ficha, não foi identificado o campo 'avaliação', comum aos inventários da produção moderna inspirados nos modelos do DOCOMOMO Internacional. Novamente, algumas ausências identificadas nesse trabalho de inventariação, como é o caso do valor/significância das obras, o relato e registro gráfico de alterações significativas no bem, correspondem à recomendações dos postulados e de algumas das cartas patrimoniais. Há grande exploração de recursos gráficos, que podem representar contribuições importantes à preservação, porém, não foram identificadas justificativas ou critérios para a seleção das obras que compuseram o inventário. Dentre os trabalhos analisados até o momento, este foi o único a apontar, brevemente, considerações gráficas relativas ao entorno. Os resultados alcançados nas pesquisas e levantamentos para a inventariação das obras modernas da cidade de Teresina renderam publicações em eventos científicos e livros, que atestam a intenção de dar **visibilidade** ao patrimônio da cidade e recomendações dessa natureza foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas.

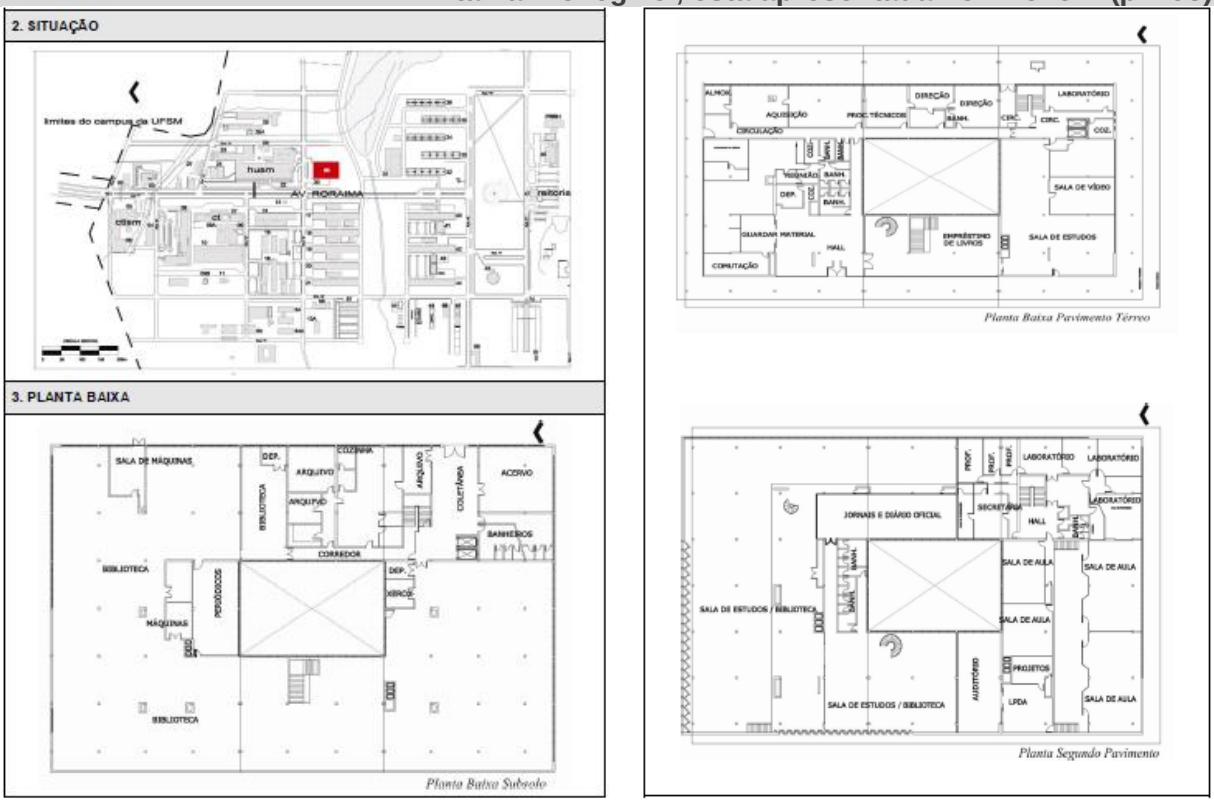
## 10 Inventário BENS EDIFICADOS UFSM

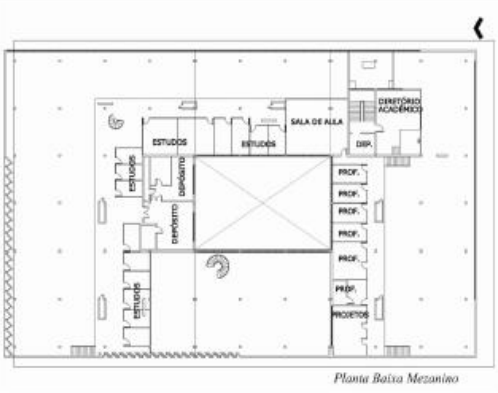
**Artigo | 2º. SIAAD**

**Bruno Pozzobon | Marina Alcântara | Tatiana Benetti | *et al***

Essa iniciativa de inventariação selecionada para análise foi publicada no 2º Seminário Ibero Americano Arquitetura e Documentação [SIAAD] e partiu de acadêmicos do quarto ano do curso de Arquitetura e Urbanismo do Campus da Universidade Federal de Santa Maria. A ficha foi integralmente apresentada no corpo do artigo, o que se configura como uma raridade dentre os artigos analisados, e corresponde ao registro do edifício da Biblioteca Central Manoel Marques de Souza Conde, localizada na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul [**ver figura 33**]. De acordo com os autores do inventário, a escolha dessa "edificação para a exemplificação nesse artigo se justifica por se tratar de um prédio bastante significativo na cidade universitária, pelas suas características formais e também pela identificação por parte dos alunos" (POZZOBON, 2011).

**FIGURA 33: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas da ficha do Inventário de Bens Edificados da Universidade Federal de Santa Maria [UFSM]. A ficha completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo P (p. 293).**






4. FOTOGRAFIA DA EDIFICAÇÃO





| 5. COBERTURA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| NÚMERO DE ÁGUAS: *08* | | | | |
| TELHAMENTO | (x) FIBROCIMENTO | ( ) METÁLICA | | ( ) OUTRO |
| COROAMENTO | (x) PLATIBANDA | ( ) BEIRAL EXPOSTO | | ( ) OUTRO |
| 6. TIPO DE ESTRUTURA | | | | |
| ( ) PORTANTE | | (x) INDEPENDENTE | | |
| 7. MATERIAIS | | | | |
| | SUBSOLO | 1° PAVIMENTO | 2° PAVIMENTO | SÓTÃO |
| ESTRUTURA | *concreto armado* | *concreto armado* | *concreto armado* | - |
| VEDAÇÃO DA ESTRUTURA | *alvenaria* | *alvenaria* | *alvenaria* | - |
| ESQUADRIAS | *metálicas* | *metálicas* | *metálicas* | - |
| REVESTIMENTO DA FACHADA | *lajotas cerâmicas* | *lajotas cerâmicas* | *Pastilhas cerâmicas (original) substituídas por fulget* | - |
| PINTURA DA FACHADA | *sem pintura* | *sem pintura* | *sem pintura* | - |

Fonte: POZZOBON, 2011

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: apesar de se autodenominar um inventário, não foi identificada preocupação em conceituar o instrumento; de acordo com os autores do trabalho, o inventário da Universidade Federal de Santa Maria[96] – UFSM - surgiu com o **objetivo** de contribuir para que a comunidade reconhecesse a importância do patrimônio da instituição, preservando e promovendo os bens que foram levantados. Como **justificativa** para a realização do inventário citaram a preocupação com o abandono ou a descaracterização dos elementos originais das edificações, agravada em função da política federal do REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que provocou a expansão física da instituição, com a construção de novas edificações e a descaracterização de sua paisagem cultural original, alterando a leitura do plano piloto da universidade. De acordo com os autores, o trabalho se baseou **metodologicamente** na ficha de inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e em bibliografias similares, em dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Infraestruturas do Campus da UFSM (PROINFRA), históricos e relatos sobre o edifício, levantamento fotográfico atual e levantamentos *in loco*. Os alunos propuseram um inventário dos bens edificados da UFSM, tendo como **objetivo** a criação de uma ferramenta em defesa da preservação, a partir da identificação e valoração dos seus bens. Ao todo, foram inventariados 14 edifícios: o Arco, o Colégio Técnico Industrial (CTISM), o Centro de Tecnologia (CT), o Hospital Universitário (HUSM), o Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), a Biblioteca Central (BC), o conjunto dos Institutos (Básicos), a União Universitária, o Centro de Artes e Letras (CAL) e o Centro de Ciências Rurais (CCR), a Casa do

[96] A idealização do Inventário dos Bens Edificados da Universidade Federal de Santa Maria não foi uma ação isolada. Surgiu durante as comemorações dos 50 anos da Universidade Federal de Santa Maria e foi parte de um projeto de planejamento urbanístico proposto pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo que rendeu frutos como: a elaboração dos Planos Diretores dos campi da UFSM; a elaboração de maquetes de papel, a produção de vídeos-minuto e o resgate da história das edificações do Campus.

Estudante Universitário (CEU), o Planetário, o Centro de Educação Física e Desporto (CEFD) e a Reitoria (POZZOBON, 2011).

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** esse trabalho de inventariação foi conduzido por discentes do quarto ano do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, juntamente com professores desta Instituição. Em um dos campos da ficha – o destinado a descrever o estado de degradação física da edificação –, o trabalho ganha um tom um pouco mais crítico, mas, no geral, o discurso é mais descritivo que analítico, aspecto examinado em fichas de inventariação de órgãos governamentais de preservação já analisadas – principal fonte metodológica desse inventário da UFSM. Além do levantamento e registro das obras, delineiam-se outras pretensões da equipe: criar uma cartilha-inventário – para o registro histórico e como ferramenta de divulgação, servindo como meio de conscientização e resgate da importância histórica da UFSM – e ser um instrumento que conduza o tombamento do conjunto modernista da universidade.

**[03] Análise forma e conteúdo:** é uma ficha visualmente atrativa; de acordo com a equipe, o trabalho teve início com a escolha e organização da ficha de inventário, a coleta de informações sobre os edifícios considerados 'interessantes' do campus da UFSM e a busca e seleção de imagens da época da construção, além dos demais registros gráficos das obras - plantas baixas, cortes, fachadas, perspectivas. Essa coleta serviria para a comparação de informações, visto que as edificações vinham sofrendo alterações, principalmente nos seus espaços internos. Foram também levantadas informações memoriais do período de construção das edificações, a partir do depoimento de agentes que participaram do processo de construção do Campus e de material gravado nos estúdios da TV campus. Essas várias informações foram organizadas em fichas cadastrais, ilustradas na **figura 33**. Alguns dos campos da ficha elaborada refletem claramente a inspiração em modelos oriundos de órgãos oficiais do governo, no caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), principalmente no tocante à informações como: número de águas, tipo de telhamento, tipo de coroamento, tipo de verga das esquadrias, bastante importantes no registro de produções arquitetônicas precedentes. Ao mesmo tempo, há na ficha preocupações como a inserção de elementos gráficos – redesenhos de plantas baixas, fotografias externas -, o registro de referências culturais e dados textuais e gráficos do entorno. Todavia, não foram observadas fotografias antigas – internas e externas - e desenhos originais que permitissem a formação de um acervo e a comparação de distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

| **FICHA DO INVENTÁRIO DE BENS EDIFICADOS DA UFSM** | |
|---|---|
| 01. Identificação | Município; denominação; endereço; uso original/ atual; |
| 02. Planta de Situação | |
| 03. Plantas Baixas | |
| 04. Fotografias da edificação | |
| 05. Cobertura | Número de águas; tipo de telhamento (fibrocimento, metálica ou outro); tipo de coroamento (platibanda, beiral exposto ou outro); |
| 06. Tipo de estrutura | Portante; independente; |
| 07. Materiais | Estrutura; vedação da estrutura; esquadrias; revestimento da fachada; pintura da fachada; |
| 08. Esquadrias (tipo de verga) | Portas; janelas; |
| 09. Estado de conservação (modificação dos elementos originais) | Homogêneo, heterogêneo ou descaracterizado; |
| 10. Estado físico | Informar neste item o estado de degradação dos elementos construídos |
| 11. Dados históricos ou referências culturais | |

| | |
|---|---|
| 12. Entorno próximo | |
| 13. Foto do entorno | |
| 14. Observações | |
| 15. Pesquisadores | |
| 16. Data | |

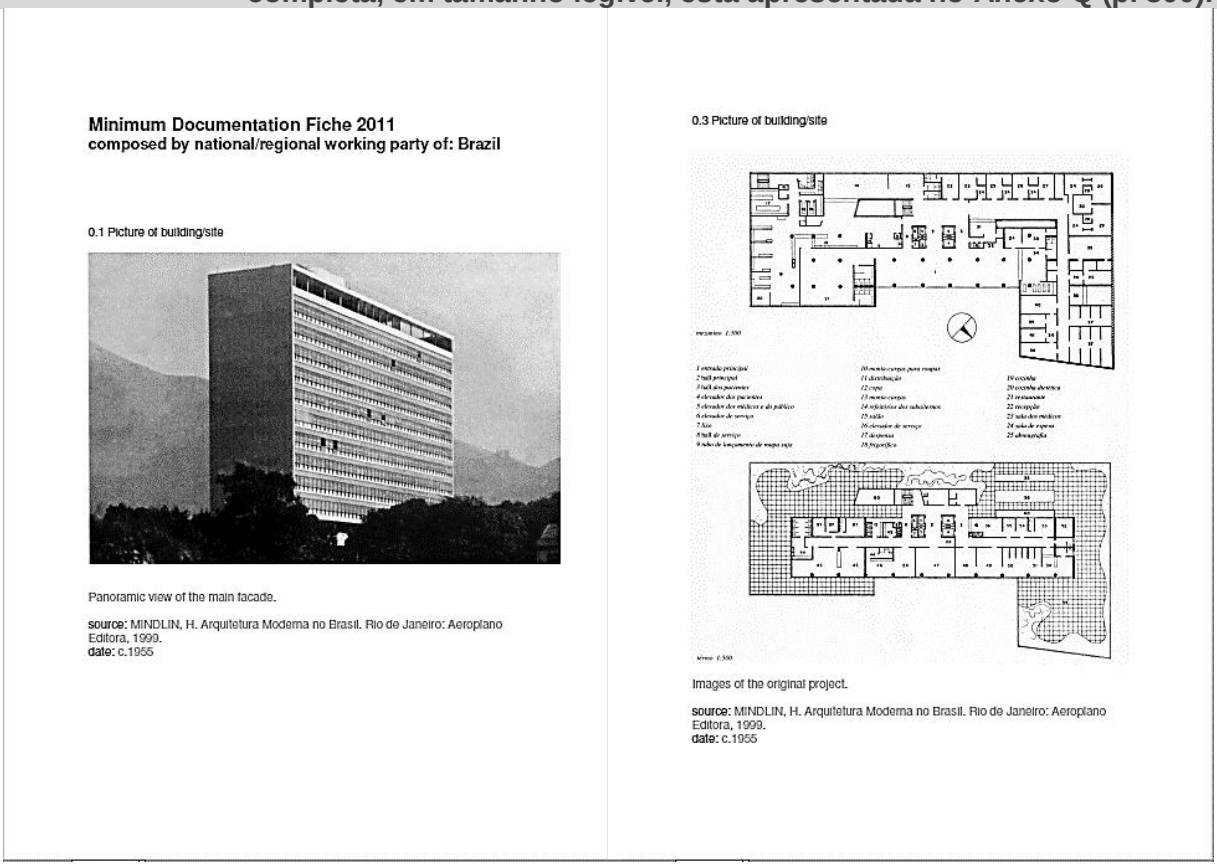
**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** há preocupação em descrever e ilustrar brevemente o entorno da edificação, mas não há registros textuais ou gráficos do seu interior; há relato de algumas modificações ocorridas na obra. Não foram identificadas informações relativas à relação do projeto com o clima local e com os condicionantes legais. Também não houve menção ao valor/ significância das obras inventariadas na ficha, mas há um campo dedicado à descrição de referências culturais. O texto do artigo, entretanto, coloca o inventário como uma "ferramenta em defesa da preservação, a partir da identificação e **valoração** dos seus bens" (POZZOBON, 2011). Houve menção ao estado de conservação das obras registradas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** como afirmado anteriormente, o trabalho analisado se autodenomina um inventário e declara como inspiração metodológica a ficha do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Observam-se campos de natureza diversa: descritiva, analítica e de múltipla escolha. Nessa ficha, não foi identificado o campo 'avaliação', comum aos inventários inspirados nos modelos do DOCOMOMO Internacional, mas consta o campo 'referências culturais' que se assemelha ligeiramente com aquele, ressaltando alguns aspectos que valoram o edifício como um exemplar a ser preservado. Não há fotografias antigas que permitam a comparação das distintas fases da edificação e a exploração de recursos gráficos limita-se a fotografias atuais e redesenhos das plantas baixas dos projetos originais – ausência de cortes, fachadas e perspectivas originais para comparação. Algumas das ausências identificadas nessa publicação, correspondem à recomendações dos postulados e de várias das cartas patrimoniais, como é o caso do valor e significância das obras – ponto que tem sido utilizado com frequência para justificar a preservação da produção moderna – e a utilização exaustiva de recursos gráficos, sendo defendidas por Camillo Boito, Alois Riegl, Max Dvořák e Cesare Brandi e por diversas cartas patrimoniais consultadas, todas informações que podem representar contribuições importantes à preservação. Quanto aos critérios para a seleção das obras que compuseram o inventário, os autores argumentam que foram escolhidas aquelas consideradas as mais importantes do campus da UFSM. Houve preocupação em descrever, textual e graficamente, o entorno da edificação, sua ambiência – ideia defendida por Giovanonni como importante à preservação –, assim como o declarado interesse em divulgar os resultados alcançados nas pesquisas, através de publicações em diversos meios, o que atesta a intenção de dar **visibilidade** ao patrimônio moderno e ao inventário. Essas recomendações foram recorrentes em algumas das cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir a visibilidade e o reconhecimento das obras.

**11** **Patrimônio MODERNO DA SAÚDE: EXEMPLO DO RIO DE JANEIRO**
**Artigo | 8º. DOCOMOMO Brasil**
**Renato da Gama Rosa**
**Inventário INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**
**Livro | Instituições de saúde de Porto Alegre: Inventário**
**Beatriz Weber | Juliana Serres**
**Preservação EDIFÍCIOS MODERNOS SAÚDE EM SANTA CATARINA**
**Artigo | 3º. e 8º. DOCOMOMO Brasil**
**Ana Albano Amora | Maria da Graça Agostinho**

Os trabalhos acima listados correspondem a resultados – artigos científicos e livro – do **Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde, projeto coordenado pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz** e realizado, simultaneamente, em seis capitais do país [Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis, Goiânia, Salvador e São Paulo] entre 2007 e 2008[97]. O projeto foi parte de um "conjunto de ações definidas no âmbito da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, criada em 2005 e coordenada pelos ministérios da Saúde do Brasil e do Chile, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e BIREME-OPAS". No Brasil, a pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira, foi o levantamento minucioso – acompanhado da descrição histórica e arquitetônica das instituições e de suas edificações – e a segunda, o levantamento dos arquivos e da documentação disponível (AGOSTINHO, 2009).

**FIGURA 34: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas [01/07, 03/07, 04/07 e 05/07] da ficha mínima do Hospital do Andaraí, localizado no Rio de Janeiro. A ficha completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo Q (p. 300).**



**Minimum Documentation Fiche 2011**
**composed by national/regional working party of: Brazil**

0.1 Picture of building/site

Panoramic view of the main facade.

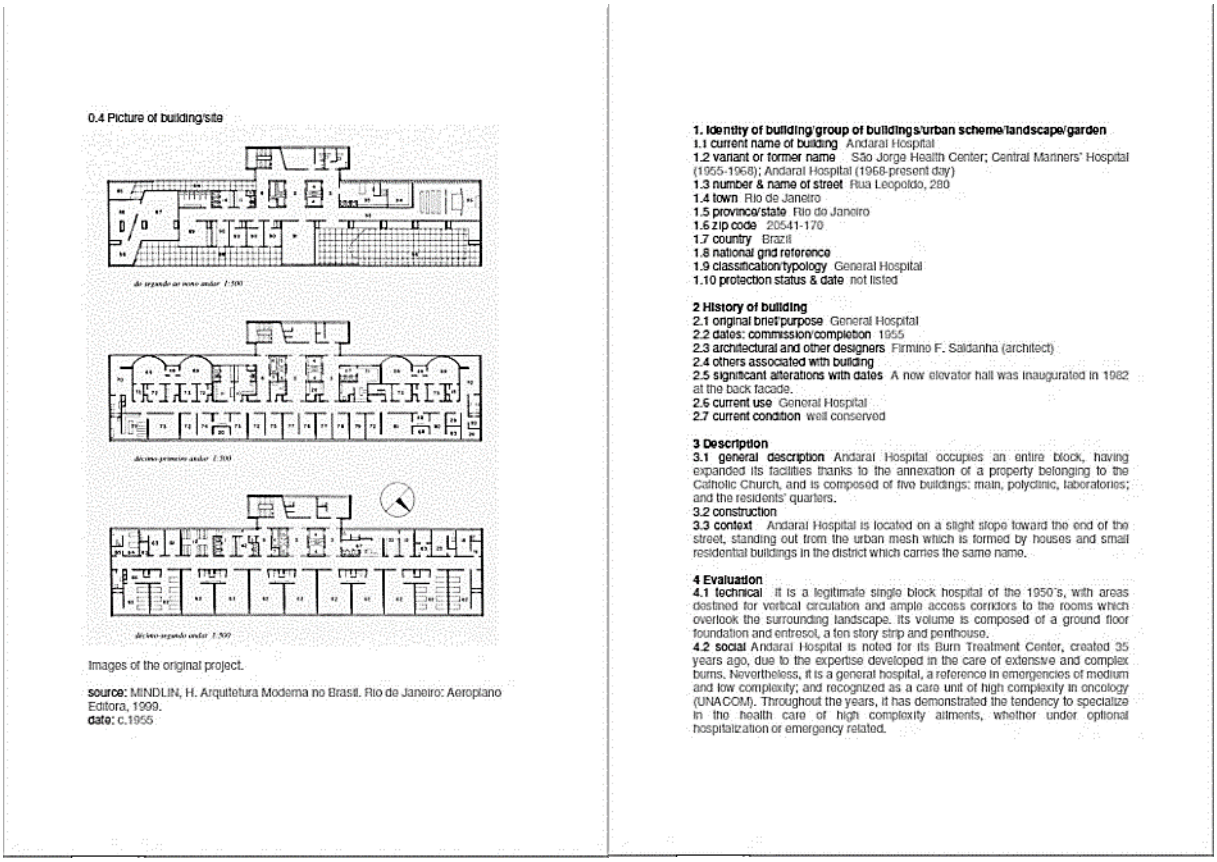
**source:** MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
**date:** c.1955

0.3 Picture of building/site

Images of the original project.

**source:** MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
**date:** c.1955

[97] Outras capitais participam atualmente do projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde: Manaus, Recife, Belém, Porto Alegre e Curitiba.



0.4 Picture of building/site

Images of the original project.

**source:** MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
**date:** c.1955

**1. Identity of building/group of buildings/urban scheme/landscape/garden**
**1.1 current name of building** Andaraí Hospital
**1.2 variant or former name** São Jorge Health Center; Central Mariners' Hospital (1955-1968); Andaraí Hospital (1968-present day)
**1.3 number & name of street** Rua Leopoldo, 280
**1.4 town** Rio de Janeiro
**1.5 province/state** Rio de Janeiro
**1.6 zip code** 20541-170
**1.7 country** Brazil
**1.8 national grid reference**
**1.9 classification/typology** General Hospital
**1.10 protection status & date** not listed

**2 History of building**
**2.1 original brief/purpose** General Hospital
**2.2 dates: commission/completion** 1955
**2.3 architectural and other designers** Firmino F. Saldanha (architect)
**2.4 others associated with building**
**2.5 significant alterations with dates** A new elevator hall was inaugurated in 1982 at the back facade.
**2.6 current use** General Hospital
**2.7 current condition** well conserved

**3 Description**
**3.1 general description** Andaraí Hospital occupies an entire block, having expanded its facilities thanks to the annexation of a property belonging to the Catholic Church, and is composed of five buildings: main, polyclinic, laboratories; and the residents' quarters.
**3.2 construction**
**3.3 context** Andaraí Hospital is located on a slight slope toward the end of the street, standing out from the urban mesh which is formed by houses and small residential buildings in the district which carries the same name.

**4 Evaluation**
**4.1 technical** It is a legitimate single block hospital of the 1950's, with areas destined for vertical circulation and ample access corridors to the rooms which overlook the surrounding landscape. Its volume is composed of a ground floor foundation and entresol, a ten story strip and penthouse.
**4.2 social** Andaraí Hospital is noted for its Burn Treatment Center, created 35 years ago, due to the expertise developed in the care of extensive and complex burns. Nevertheless, it is a general hospital, a reference in emergencies of medium and low complexity; and recognized as a care unit of high complexity in oncology (UNACOM). Throughout the years, it has demonstrated the tendency to specialize in the health care of high complexity ailments, whether under optional hospitalization or emergency related.

Fonte: Antigo Portal do DOCOMOMO Brasil

As fichas-modelo de inventariação foram solicitadas aos autores dos trabalhos, mas não foram enviadas em tempo hábil para a análise. Entretanto, ciente da importância dessa iniciativa de inventariação no cenário nacional, optou-se por analisar a **ficha mínima** do Hospital do Andaraí, localizado na rua Leopoldo, 280, na cidade do Rio de Janeiro – projetado por Firmino Saldanha, em 1955, que também é parte do *Homework 2012* –, como exemplar do Inventário da Saúde. A ficha foi localizada no portal antigo do DOCOMOMO Brasil e preenchida por Ana Albano Amora, Inês Andrade e Renato da Gama-Rosa Costa, em julho de 2012. Dois dos responsáveis pelo preenchimento da ficha escolhida estão entre os coordenadores dos artigos apresentados em distintas edições do DOCOMOMO Brasil e selecionados para análise como exemplares de inventariação (AGOSTINHO, 2009). A ficha do Hospital do Andaraí foi integralmente preenchida em inglês, distinguindo essa iniciativa de outras nacionais já analisadas [**análises 04 e 07,** do Núcleo DOCOMOMO Bahia e do Inventário dos Edifícios da DVOP, respectivamente] que optaram pela tradução da ficha para o português.

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias:** de acordo com Renato da Gama Rosa, o **objetivo d**o projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde é implementar projetos de cooperação técnico-científica voltados para a identificação, preservação, valorização e divulgação do patrimônio cultural da saúde; dentre as diversas iniciativas de inventariação consultadas, o trabalho de Ana Amora e Maria da Graça Agostinho foi um dos poucos a **conceituar** no corpo do artigo o termo/instrumento inventário e, para tanto, se amparam na definição de Miranda (2008) [exposta na página 87, como uma das matrizes conceituais]; como **justificativa** para a realização do inventário da saúde, argumentaram a eminência da perda da memória materializada nas edificações e afirmaram que o projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde representava "um passo no sentido da utilização do instrumento do inventário como

mecanismo de salvaguarda de acordo com a Constituição Federal". Afirmaram ainda que "o primeiro passo para uma atitude em relação à preservação do patrimônio é conhecê-lo, reconhecê-lo [...] tomar consciência da sua existência". As autoras expuseram que **a maioria das obras do patrimônio cultural da saúde não são casos para o tombamento e que o inventário seria um instrumento importante para preservar as edificações identificadas e descritas** (AGOSTINHO, 2009). Para a inventariação das obras da saúde foram utilizadas as fichas mínima e completa [metodologia] disponibilizadas pela instância Internacional do DOCOMOMO e, como exemplar para análise dessa iniciativa foi escolhida a ficha mínima disponibilizada no portal antigo do DOCOMOMO Brasil.

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** A maioria dos autores dos trabalhos listados são professores e pesquisadores vinculados à instituições e órgãos de proteção nas cidades em que atuam. Renato da Gama-Rosa, por exemplo, é professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz [FIOCRUZ/RJ] e atual coordenador do Núcleo DOCOMOMO Rio; Ana Albano Amora é professora da FAU/UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz [FIOCRUZ/RJ], foi secretária do DOCOMOMO-Rio, no período 2010 a 2012, e foi uma das responsáveis pelo HOMEWORK-2012 (CNPq, 2018). Amora e Agostinho relatam o diálogo com órgãos de patrimônio municipal e federal e as dificuldades que esses órgãos enfrentam para a preservação dos bens arquitetônicos modernos, por serem constantemente "constrangidos pelos inúmeros interesses ligados à valorização fundiária" (AGOSTINHO, 2009). O envolvimento dos coordenadores dessa iniciativa, que são professores-pesquisadores, com os órgãos e organizações de preservação permitiu que conhecessem de perto a realidade e as muitas dificuldades que estes enfrentam no Brasil. No artigo de autoria de Renato da Gama Rosa são apresentados resultados alcançados pelos pesquisadores envolvidos no projeto, como publicações impressas, a criação de bases digitais, etc.

**[03] Análise forma e conteúdo:** trata-se de uma ficha mínima, mas foram explorados mais recursos gráficos nessa ficha do que na ficha completa apresentada como exemplar do DOCOMOMO Brasil [**análise 02**]. Apesar disso, não pode ser considerada uma ficha muito atrativa, pois observa-se a preferência na utilização de fotos e desenhos antigos que não permitem comparações e a visualização do estado de conservação das obras. Observou-se ênfase no projeto original, no aspecto documental do inventário e não há correlação das imagens com a parte textual da ficha. Entretanto, o texto é analítico e criterioso e os campos existentes são bem parecidos com os da ficha completa, porém simplificados. Não há campos de múltipla escolha nessa ficha e observa-se que os recursos gráficos ainda são pouco explorados, insuficientes ao conhecimento e à preservação do bem. Percebe-se mais ênfase ao texto do que às imagens e esses recursos não fazem referência ou enfatizam a relação da obra com as edificações do entorno.

| **FICHA MÍNIMA DO INVENTÁRIO DA SAUDE [HOMEWORK 2012 – DOCOMOMO BRASIL]** | |
|---|---|
| Fotos/plantas do edifício/sítio | |
| 1. Identificação do edifício ou grupo de edifícios, conjunto urbano, paisagem, jardim | 1.1 Nome atual do edifício; 1.2 Outros nomes; 1.3 Endereço; 1.4 Cidade; 1.5 Estado ou Província; 1.6 CEP; 1.7 País; 1.9 Coordenadas geográficas; 1.9 Classificação/ tipologia; 1.10 Status de proteção e data; |
| 2. História do edifício | 2.1 Propósito original; 2.2 Data de aprovação; 2.3 Arquitetos e outros projetistas; 2.4 Outras pessoas ou eventos relacionados à obra; 2.5 Alterações significativas com datas; 2.6 Uso atual; 2.7 Condições físicas atuais; |
| 3. Descrição do edifício | 3.1 Descrição geral; 3.2; Construção 3.3 Contexto |

| | |
|---|---|
| 4. Avaliações | 4.1 Técnica; 4.2 Social; 4.3 Cultural e estética; 4.4 Histórica; 4.5 Avaliação geral. |
| 5. Documentação | 5.1 Referências principais; 5.2 identificação do material visual anexado; 5.3 Responsável pelo preenchimento da ficha e data; |
| 6. Relator da ficha e data de elaboração | Campo para preenchimento exclusivo de um avaliador do ISC/R: nome, data de avaliação, aprovação, comentários, além de outros dados técnicos; |

| **FICHA MÍNIMA DO NÚCLEO DOCOMOMO BAHIA** | |
|---|---|
| 0.1 Imagem do edifício | |
| 1. Identidade do edifício, grupo de edifícios, conjuntos urbanos, paisagem, jardim | 1.1 nome do edifício; 1.2 variante ou nome anterior; 1.3 endereço; 1.4 cidade; 1.5 estado; 1.6 CEP; 1.7 classificação/ tipologia; 1.8 estado de proteção e data; |
| 2. História do edifício | 2.1 proposta original; 2.2 datas; 2.3 autor do projeto e colaboradores; 2.4 outros associados ao projeto; 2.5 alterações significativas; 2.6 uso atual; 2.7 estado de conservação material; 2.8 estado de preservação do caráter; |
| 3. Descrição do edifício | 3.1 descrição; 3.2 descrição geral; 3.3 construção; 3.4 contexto; 3.5 outras informações |
| 4. Avaliação | 4.1 técnica; 4.2 social; 4.3 estética; 4.4 valor de referência; |
| 5. Documentação | 5.1 referências principais; 5.2 material visual anexado; 5.3 pesquisador/data; 5.4 revisão/data. |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** as fichas mínimas são bastante objetivas. Para exemplificação e comparações, a ficha utilizada pelo Núcleo DOCOMOMO Bahia foi inserida abaixo da ficha mínima do Inventário da Saúde, mostrando que as duas utilizam a mesma metodologia. Observa-se a supressão de alguns campos na ficha do Núcleo DOCOMOMO Bahia, mas ambas apresentam o campo 'Avaliação', que parece 'necessário' aos inventários da produção moderna para justificar a sua preservação. A semelhança com fichas já analisadas confirmam a regra de reprodução de modelos anteriores e, novamente, evidencia-se nessas fichas a pouca exploração de elementos gráficos (desenhos, croquis, projetos, fotografias antigas e atuais, externas e internas), que poderiam representar significativas contribuições à documentação, ao conhecimento e à preservação das obras inventariadas. O critério de seleção das obras não foi apontado com clareza pelos professores-pesquisadores e, ao que parece, a seleção das obras é anterior ao preenchimento da ficha, assim, a 'avaliação' não determina a seleção das obras para compor o inventário, mas atesta a sua importância. Não foi possível avaliar as distintas fases da edificação e a percepção de modificações ocorridas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** é importante ressaltar, novamente, que a exploração de recursos gráficos – plantas, cortes, fachadas, perspectivas, fotografias, internas e externas, e a correlação desses recursos com o texto analítico –, nas fichas que utilizam ou se espelham nos modelos divulgados pelo DOCOMOMO, foi considerada insuficiente à preservação da obra, mas atendem à identificação e ao conhecimento básico do bem inventariado. Não foram identificados levantamentos métricos nem fotografias e plantas atuais que permitissem comparações. As lacunas identificadas nessas fichas correspondem à informações recomendadas à preservação de um bem pelos postulados e cartas patrimoniais consultados. A avaliação [técnica, cultural e estética, social e histórica] das obras catalogadas - pontos que tem sido utilizados para atestar a preservação da produção moderna e que são defendidos por Boito, Riegl, Dvořák, Brandi e por algumas das cartas

patrimoniais – são parte importante da ficha mínima utilizada como referência metodológica, pois ressaltam aspectos da obra que lhe atribuem valor. Considerações relativas ao entorno ou ambiência, entretanto, defendidas por Gustavo Giovanonni, não foram exploradas na ficha em questão, tanto textual como graficamente. O interesse declarado em divulgar os vários resultados alcançados nas pesquisas do projeto inventário do Patrimônio Cultural da Saúde, através de publicações, impressas e virtuais, em eventos científicos, livros e sites atestam a intenção de dar **visibilidade** ao patrimônio da saúde e ratificam a afirmação de que “o primeiro passo para uma atitude em relação à preservação do patrimônio é conhecê-lo, reconhecê-lo [...] tomar consciência da sua existência”. Recomendações dessa natureza foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade às obras e ao instrumento.

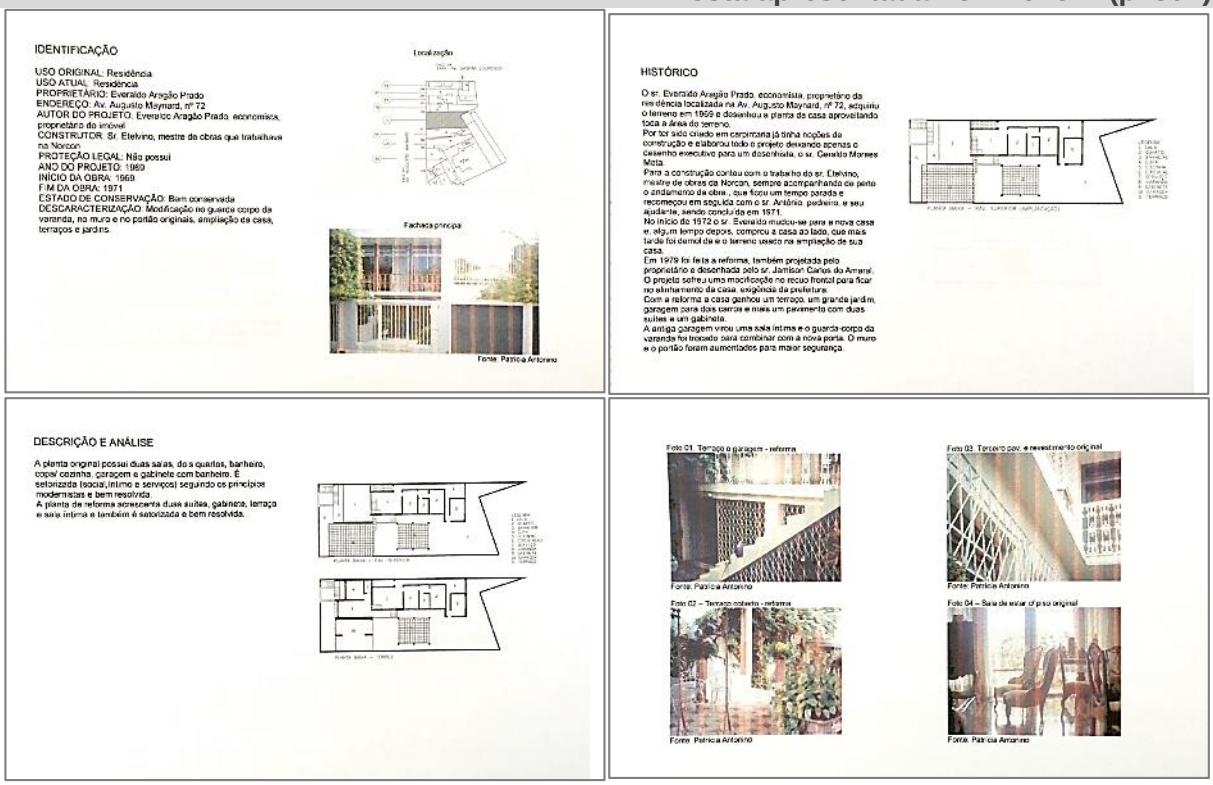
## 12 Residências MODERNISTAS EM ARACAJU (1950–1960)

### Artigo | 5º. DOCOMOMO Brasil

### Juliana Cardoso Nery

O trabalho apresentado no 5º. DOCOMOMO Brasil, coordenado por Juliana **Nery**[98], foi selecionado para análise por apresentar como objetivo "o reconhecimento da produção da arquitetura moderna brasileira - mais especificamente a localizada na cidade de Aracaju - buscando identificar as vertentes que se disseminaram por todas as partes do país e contribuir para o registro e análise dessa produção" (NERY, 2003). A ficha-modelo do inventário foi enviada pela professora Juliana Nery, após contato por correio eletrônico, e corresponde ao registro de uma residência projetada por seu proprietário, o economista Everaldo Aragão Prado, localizada na avenida Augusto Maynard, nº. 72, no bairro São José, em Aracaju [**ver figura 35**].

**FIGURA 35: agrupamento, em tamanho reduzido, de algumas páginas da 'ficha' de levantamento das residências modernistas de Aracaju. A ficha, em tamanho legível, está apresentada no Anexo R (p. 307).**




Fonte: Imagens cedidas por Juliana Cardoso Nery, 2018.

[98] Juliana Cardoso Nery possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – EA/UFMG (1994), Pós-Graduação pelo Curso de Especialização em Conservação e Restauração em Monumentos e Sítios Históricos - IX CECRE/UFBA (1996), Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – PPGAU/UFBA (2001) e Doutorado também pelo PPGAU/UFBA (2013). É Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e Professora Permanente e Membro do Colegiado do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP/CECRE/UFBA). É pesquisadora do DOCOMOMO-BA e atua nos seguintes temas: Intervenções em Edificações e Sítios de Interesse de Preservação, Requalificação Arquitetônica, Projeto de Arquitetura e Urbanismo, História da Arquitetura e da Cidade, História e Historiografia da Arquitetura Moderna [CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4707233D6. Acesso em: 2018].

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias:** o artigo apresentado no 5º. DOCOMOMO Brasil é fruto do trabalho de levantamento de parte relevante das edificações residenciais modernistas, dos anos 1950 e 1960, na região central de Aracaju. O trabalho tinha como **objetivo** registrar as residências modernistas da cidade através de inventário, porém, não foi identificada preocupação em **conceituar** o termo/ instrumento. No que diz respeito às informações contempladas no registro, segundo a coordenadora, a proposta era registrar essas obras através de "cadastro, levantamento fotográfico e pesquisa histórica visando compreender as manifestações arquitetônicas deste período na cidade, suas influências, especificidades e autores", visando "uma posterior reflexão sobre a produção local e as possibilidades para melhor preservá-la" (NERY, 2003). Não há descrição de metodologias aplicadas à elaboração das fichas de inventário, assim como **não estão expostas as justificativas e critérios utilizados para a seleção das 46 obras que compuseram o levantamento**. Juliana Nery aponta como **justificativa** para a realização do trabalho de inventariação a ausência de estudo ou registro do conjunto ou, sequer, das obras mais significativas da produção moderna na cidade e acrescenta que "as determinações legais do Plano Diretor Municipal não são suficientes para impedir a descaracterização dessa produção que necessita de estudos mais aprofundados sobre suas características e maneiras adequadas de preservação" (NERY, 2003). Dentre as principais pretensões citadas pela coordenadora da pesquisa estão: fornecer subsídios para uma aproximação com a produção residencial modernista em Aracaju; registrar e compreender essa produção; analisar as possibilidades de preservação existentes; abrir caminhos para estudos mais aprofundados sobre essas realizações – sobre o papel dessa produção dentro do cenário arquitetônico nordestino e nacional e sobre as maneiras adequadas para sua preservação (NERY, 2003).

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** o levantamento foi feito pelos alunos do Curso de Arquitetura da Universidade Tiradentes, localizada em Aracaju, entre os anos de 2002 e 2003, sob a coordenação da professora Juliana Nery, que tem mestrado e doutorado pela UFBA. Como afirmado anteriormente, há uma longa tradição de documentação na FAUFBA e um forte vínculo entre seus profissionais e os órgãos/organizações de preservação (IPHAN, ICOMOS Brasil e DOCOMOMO Brasil). Esse engajamento não é negativo, mas pode tornar o discurso permeado por influências recíprocas entre sujeitos e lugares. No trabalho conduzido por Juliana Nery, principalmente através de informações do artigo apresentado no 5º. DOCOMOMO Brasil, observa-se um discurso analítico das obras, por vezes crítico em relação aos órgãos responsáveis por impedir a descaracterização dessa produção moderna na cidade de Aracaju. Foram várias as **dificuldades** relatadas pela coordenadora da pesquisa: a desconfiança dos moradores em permitir a entrada dos alunos em suas residências; a falta de um arquivo organizado na prefeitura da cidade e de informações sistematizadas sobre essa produção, visto que a maioria das propostas não foi realizada por profissionais com formação universitária na área de arquitetura e engenharia; e, por fim, a inexistência de referências bibliográficas ou pesquisas sobre o assunto (NERY, 2003). Além do levantamento e registro das obras, o trabalho tinha **outras pretensões**: futuras reflexões sobre a produção local e análise das possibilidades e maneiras adequadas para sua preservação.

**[03] Análise forma e conteúdo:** considera-se uma ficha visualmente pouco atrativa, apesar da exploração de recursos gráficos e textuais. De acordo com a coordenadora da pesquisa, o trabalho de levantamento das obras não era composto exatamente por 'fichas' de inventário, mas havia um roteiro básico que os alunos deveriam preencher. Sobre o conteúdo desses trabalhos de levantamento e as informações que estes

deveriam contemplar, pode-se citar: a apresentação do trabalho e da equipe executora, a identificação geral da obra, o seu histórico, a descrição e análise e as influências/valores de referência. Redesenhos de plantas de localização, plantas baixas dos pavimentos, cortes, fachadas e fotografias eram distribuídos ao longo das páginas que compunham a ficha, que tinha campos descritivos e analíticos.

| **'FICHA' DE LEVANTAMENTO DAS RESIDÊNCIAS MODERNISTAS DE ARACAJU** | |
|---|---|
| 01. Texto de apresentação do trabalho e da equipe | |
| 02. Identificação | Uso original; uso atual; proprietário; endereço; autor do projeto; construtor; proteção legal; ano do projeto; início da obra; fim da obra; estado de conservação; descaracterização; planta de localização; fotografia da fachada principal da edificação; |
| 03. Histórico | Texto + desenhos |
| 04. Descrição e análise | Texto + desenhos |
| 05. Influências/ valor de referência | Texto + desenhos |
| 06. Fotografias | Internas e externas |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** não foi verificada a preocupação em descrever ou ilustrar o entorno da edificação, contudo foi possível observar registros gráficos do seu interior e a preocupação em relatar as modificações ocorridas na obra analisada, especificamente nos campos identificação, histórico e descrição e análise. Não foram identificadas informações relativas à relação do projeto com o clima local e com os condicionantes legais. Verificou-se na ficha um campo denominado influencias/valor de referência, onde se buscavam conexões formais com outros projetos/arquitetos nacionais e internacionais, preocupação não identificada em outros trabalhos analisados. Verificou-se sucinta menção ao estado de conservação da obra registrada, mas não foram identificadas fotografias antigas – internas e externas – e desenhos originais que permitissem a formação de um acervo e a comparação das distintas fases da edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** na ficha analisada, observaram-se campos de natureza descritiva e analítica, porém, não foi identificado o campo 'avaliação', nos padrões dos modelos divulgados pelo DOCOMOMO Internacional. Identificou-se o campo 'influências/valor de referência', o que ressalta alguns poucos aspectos que atestam o edifício como um exemplar a ser preservado, mas não há fotografias antigas que pudessem permitir a comparação das distintas fases da edificação. A exploração de recursos gráficos limita-se a fotografias da época da pesquisa e redesenhos de plantas baixas, corte e fachada dos projetos originais. As lacunas identificadas correspondem à algumas recomendações recorrentes dos postulados e de algumas cartas patrimoniais, como é o caso do valor e significância das obras e a utilização exaustiva de recursos gráficos, informações que podem representar contribuições importantes à preservação. Não foram identificados critérios claros para a seleção das obras que compuseram o inventário e não houve preocupação em descrever, textual e graficamente, o entorno da edificação, ou seja, sua ambiência, ideia defendida por teóricos estudados como importante para a preservação. No discurso da coordenadora da pesquisa, não foi verificada a preocupação em dar ampla visibilidade ao levantamento realizado através de publicações, impressas ou virtuais, o que contraria recomendações de algumas das cartas patrimoniais analisadas, que associaram o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir visibilidade e reconhecimento das obras e do instrumento. A pesquisa infelizmente não teve prosseguimento e outros resultados não puderam ser analisados.

**13 Inventário ARQUITETURA INDUSTRIAL SÃO PAULO**
**Livro | Arquitetura Industrial São José dos Campos**
**Ademir Pereira dos Santos**
**Inventário ARQUITETURA INDUSTRIAL: STO. ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO E SÃO CAETANO DO SUL**
**Artigo | VI COLÓQUIO IPHAN**
**Ademir Pereira dos Santos | Denivaldo Pereira Leite**

O livro e o artigo acima citados tratam da Arquitetura Industrial produzida em cidades do estado de São Paulo. Ambos divulgam resultados de longas pesquisas dedicadas a essa tipologia arquitetônica.

O artigo – coordenado por Ademir Pereira dos Santos e Denivaldo Pereira Leite – versa sobre a realização do inventário da arquitetura industrial de três cidades do estado, mas infelizmente não apresenta as fichas de registro ou catalogação em seu corpo. As fichas foram solicitadas aos autores, mas não foram enviadas em tempo hábil para a análise. O objetivo principal da pesquisa, apontada no artigo, centrava-se em "registrar e analisar a produção de obras industriais construídas entre 1947 e 1973 [...] nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul". Os autores afirmam que a pesquisa tinha como meta a produção de um inventário sistemático da Arquitetura Industrial Moderna na Região do ABC, organizado "a partir de fichas de identificação, aplicadas individualmente às obras arquitetônicas selecionadas". Essas fichas adotaram como referência a metodologia difundida pelo DOCOMOMO Internacional (traduzidas e adaptadas), "de acordo com o seguinte critério: a ficha mínima aplicada em obras de importância regional e municipal" e a ficha completa para obras com importância nacional e internacional. Como justificativa para realização da pesquisa, os autores afirmaram que "o parque industrial da região do ABC é variado e de notável importância nacional até os dias atuais", pois possui um parque industrial completo com indústrias de renome (LEITE, 2012). Relatam ainda que:

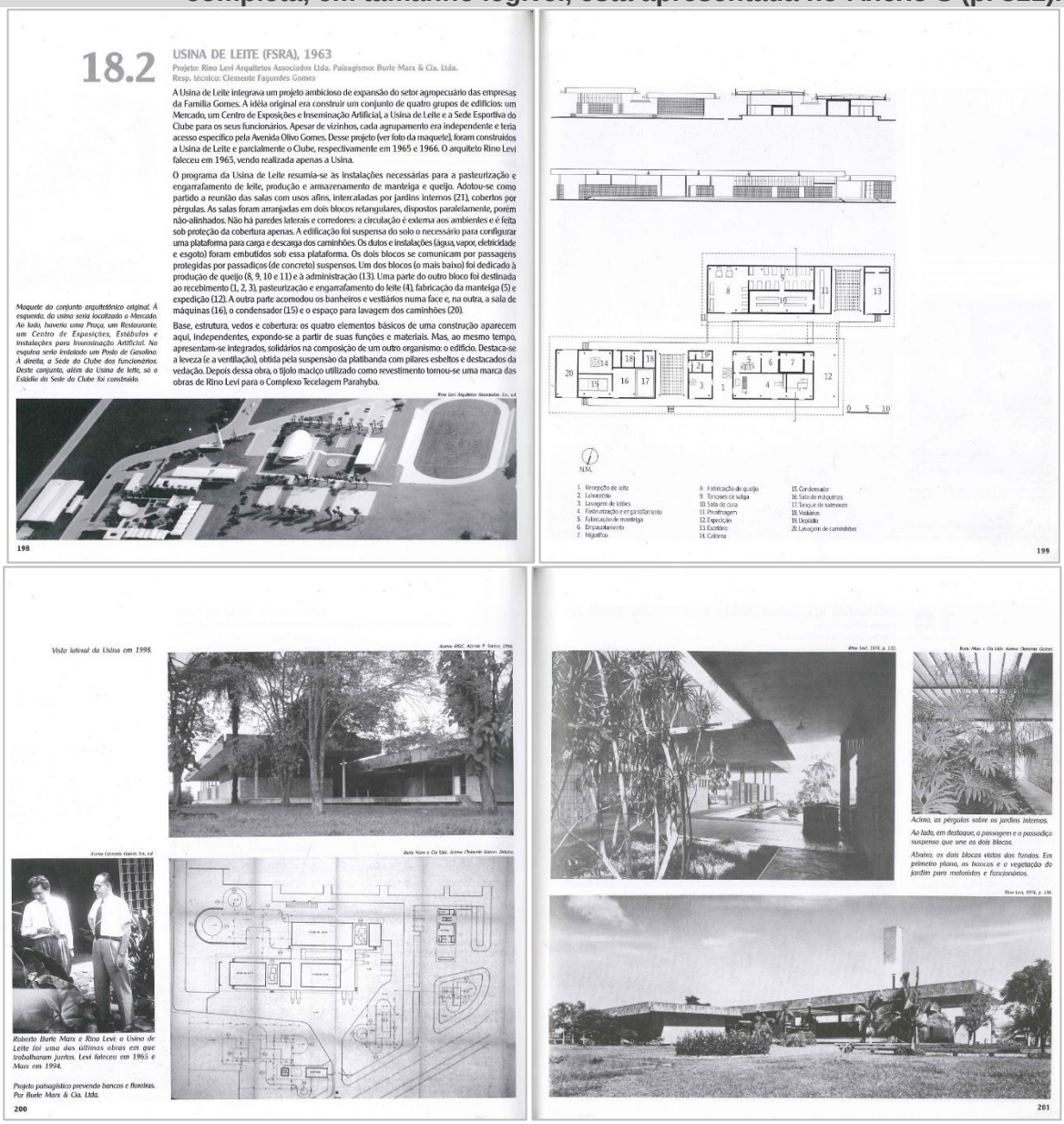
> a necessidade de um inventário da Arquitetura Moderna Industrial decorre do vertiginoso processo de transformação da cidade e, consequentemente, da deterioração ou até desaparecimento de muitos dos testemunhos de sua história recente, onde diversas fabricas que abandonaram a região estão cedendo suas terras para novos usos, correndo o risco de simplesmente apagar este período da história da industrialização não somente da região, mas devido sua importância, para a história nacional da indústria brasileira (LEITE, 2012).

Sobre a importância do inventário, os autores afirmam que se trata do "ponto de partida para o processo de proteção, preservação e, principalmente, valorização de uma edificação como Patrimônio Cultural". Que é a partir da documentação, gerada por um inventário, que se pode "avaliar a pertinência de sua preservação, propor intervenções e até mesmo sua exploração turística" (fonte). Afirmam ainda que "o inventário é, em si, uma forma de preservação da memória de um acervo, constituindo-se numa contribuição efetiva para documentar, valorizar e preservar as obras relacionadas à arquitetura moderna industrial de uma região" (LEITE, 2012).

Optou-se então pela análise dos registros que aparecem na segunda parte do livro "Arquitetura Industrial São José dos Campos", de autoria de Ademir Santos, que, é apontado no artigo citado anteriormente como um "trabalho de Inventário da Arquitetura Moderna em São José dos Campos, publicado em forma de livro em 2006" (LEITE, 2012). Apesar dessa afirmação, no livro não foi identificada a declaração da realização de um inventário propriamente, mas sim de uma análise histórica e arquitetônica de 40

conjuntos fabris implantados na cidade de São José dos Campos, entre 1920 e 2000. Na introdução do livro o autor deixa clara a preocupação com a preservação e a documentação dessas obras da cidade. O exemplar escolhido para análise corresponde a um conjunto de três 'fichas' de edifícios da Fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo (FSRA) S.A., criada em 1962, com finalidades agroindustrial e pecuária, e localizada na avenida Olivo Gomes, 520. Boa parte dos projetos da fazenda foi confiada ao escritório Rino Levi Associados [**ver figura 36**].

**FIGURA 36: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas das 'fichas' de edifícios da Fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo (FSRA) S.A., criada em 1962; disponíveis no livro "Arquitetura Industrial São José dos Campos" de autoria de Ademir Santos. A ficha completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo S (p. 311).**


18.2

USINA DE LEITE (FSRA), 1963

Projeto: Rino Levi Arquitetos Associados Ltda. Paisagismo: Burle Marx & Cia. Ltda.
Resp. técnico: Clemente Fagundes Gomes

A Usina de Leite integrava um projeto ambicioso de expansão do setor agropecuário das empresas da Família Gomes. A idéia original era construir um conjunto de quatro grupos de edifícios: um Mercado, um Centro de Exposições e Inseminação Artificial, a Usina de Leite e a Sede Esportiva do Clube para os seus funcionários. Apesar de vizinhos, cada agrupamento era independente e teria acesso específico pela Avenida Olivo Gomes. Desse projeto (ver foto da maquete), foram construídos a Usina de Leite e parcialmente o Clube, respectivamente em 1965 e 1966. O arquiteto Rino Levi faleceu em 1965, vendo realizada apenas a Usina.

O programa da Usina de Leite resumia-se às instalações necessárias para a pasteurização e engarrafamento de leite, produção e armazenamento de manteiga e queijo. Adotou-se como partido a reunião das salas com usos afins, intercaladas por jardins internos (21), cobertos por pérgulas. As salas foram arranjadas em dois blocos retangulares, dispostos paralelamente, porém não-alinhados. Não há paredes laterais e corredores: a circulação é externa aos ambientes e é feita sob proteção da cobertura apenas. A edificação foi suspensa do solo o necessário para configurar uma plataforma para carga e descarga dos caminhões. Os dutos e instalações (água, vapor, eletricidade e esgoto) foram embutidos sob essa plataforma. Os dois blocos se comunicam por passagens protegidas por passadiços (de concreto) suspensos. Um dos blocos (o mais baixo) foi dedicado à produção de queijo (8, 9, 10 e 11) e à administração (13). Uma parte do outro bloco foi destinada ao recebimento (1, 2, 3), pasteurização e engarrafamento do leite (4), fabricação da manteiga (5) e expedição (12). A outra parte acomodou os banheiros e vestiários numa face e, na outra, a sala de máquinas (16), o condensador (15) e o espaço para lavagem dos caminhões (20).

Base, estrutura, vedos e cobertura: os quatro elementos básicos de uma construção aparecem aqui, independentes, expondo-se a partir de suas funções e materiais. Mas, ao mesmo tempo, apresentam-se integrados, solidários na composição de um outro organismo: o edifício. Destaca-se a leveza (e a ventilação), obtida pela suspensão da platibanda com pilares esbeltos e destacados da vedação. Depois dessa obra, o tijolo maciço utilizado como revestimento tornou-se uma marca das obras de Rino Levi para o Complexo Tecelagem Parahyba.

*Maquete do conjunto arquitetônico original. À esquerda, do usina seria localizado o Mercado. Ao lado, haveria uma Praça, um Restaurante, um Centro de Exposições, Estábulos e instalações para Inseminação Artificial. Na esquina seria instalado um Posto de Gasolina. À direita, a Sede do Clube dos funcionários. Deste conjunto, além do Usina de leite, só o Estádio da Sede do Clube foi construído.*

198

N.M.

1. Recepção de leite
2. Laboratório
3. Lavagem de latões
4. Pasteurização e engarrafamento
5. Fabricação de manteiga
6. Empacotamento
7. Frigorífico
8. Fabricação de queijo
9. Tanques de salga
10. Sala de cura
11. Prensagem
12. Expedição
13. Escritório
14. Caldeira
15. Condensador
16. Sala de máquinas
17. Tanque de salmoura
18. Vestiários
19. Depósito
20. Lavagem de caminhões

199

*Vista lateral da Usina em 1998.*

*Roberto Burle Marx e Rino Levi: a Usina de Leite foi uma das últimas obras em que trabalharam juntos. Levi faleceu em 1965 e Marx em 1994.*

*Projeto paisagístico prevendo bancos e floreiras. Por Burle Marx & Cia. Ltda.*

200

*Acima, as pérgulas sobre os jardins internos.*

*Ao lado, em destaque, a passagem e o passadiço suspenso que une os dois blocos.*

*Abaixo, os dois blocos vistos dos fundos. Em primeiro plano, as baiocas e a vegetação do jardim para motoristas e funcionários.*

201

Fonte: SANTOS, 2006.

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: o livro de autoria de Ademir Santos **não se autodenomina um inventário**, mas deixa clara a preocupação com a documentação e a preservação da memória da Arquitetura Industrial da cidade

de São José dos Campos. Desse modo, é compreensível, no livro, a **não conceituação do termo** ou do instrumento [inventário]; o autor apresenta como objetivo principal caracterizar a "industrialização do município de São José dos Campos, dos primeiros grandes estabelecimentos fabris, que surgiram na década de 1920, aos complexos industriais implantados até o ano 2000" e afirma que trata-se de um dos trabalhos gerados pelo "projeto Roteiro Histórico da Memória Urbana, uma pesquisa participante, concebida e implementada, a partir de 1944, pela Comissão Municipal de Arquitetura [...] no âmbito da Fundação Cultural Cassiano Ricardo de São José dos Campos". Interessa ao trabalho de tese, especialmente, a segunda parte do livro, onde o autor apresenta uma análise histórica e arquitetônica de 40 conjuntos fabris implantados na cidade entre 1920 e 2000, sendo dois conjuntos fabris rurais e trinta e oito urbanos. O autor **justifica a escolha das obras que compõem o livro por motivos arqueológicos e/ou afetivos, apesar de considerar que algumas são "de valor arquitetônico discutível, do ponto de vista técnico e artístico"**. Dentre os 40 conjuntos fabris escolhidos, 53 de suas obras foram visitadas, fotografadas e redesenhadas – "atividades que integraram o processo de análise histórica e arquitetônica". De acordo com Ademir, "as principais fontes utilizadas foram a cartografia oficial e os projetos que integram os processos de aprovação junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos". Foi possível, através dessas fontes, "identificar construtores, datas e autores dos projetos, bem como analisar fisicamente o processo de expansão das obras iniciais". Metodologicamente, o autor afirma que **preferiu "editar fotografias com datação mais próxima possível da época em que foram construídas"**, sendo essas imagens obtidas "no Arquivo Público do Município, no Centro de Documentação do jornal "O ValeParaibano", nas empresas, em arquivos pessoais e nas referências bibliográficas"; e que foram fundamentais as visitas aos edifícios e os depoimentos cedidos por aqueles que projetaram e trabalharam nesses espaços. São ainda apontadas com **pretensões do trabalho**: "contribuir para a valorização da Arquitetura Industrial como objeto de interesse histórico e cultural [...] e construir um olhar cuidadoso e uma política pública para estimular a preservação da memória da Arquitetura Industrial" (SANTOS, 2006).

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** Ademir dos Santos[99] é professor da Universidade de Taubaté, da Universidade Braz Cubas e do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Participou da organização de eventos ligados à recuperação e preservação do patrimônio industrial junto ao IPHAN e ao Núcleo DOCOMOMO São Paulo. Possui várias pesquisas em desenvolvimento, onde trabalha com a documentação e a inventariação junto às instituições de ensino onde leciona, à Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo e ao Núcleo DOCOMOMO São Paulo. Trata-se de um professor-pesquisador cujo discurso evidencia rigor na descrição de objetivos, justificativas e metodologias empregadas nas pesquisas documentais e de campo. Entretanto, percebe-se um tom mais brando, se comparado ao de outros professores-pesquisadores analisados ao longo do trabalho. Possui vínculos com órgãos ligados à preservação, governamentais e não-governamentais. O trabalho analisado não se autodenomina inventário e, portanto, compreende-se a não conceituação do instrumento de documentação e preservação.

[99] Ademir dos Santos possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina (1986), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2000). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura moderna, patrimônio cultural, arquitetura industrial, história da urbanização em São Paulo, ensino de arquitetura e urbanismo.

**[03] Análise forma e conteúdo:** considera-se uma 'ficha' visualmente atrativa, com grande exploração de recursos gráficos e textuais. Como afirmado anteriormente, o livro não se autodenomina um inventário e, portanto, não é composto exatamente por 'fichas' de inventariação, mas observa-se um roteiro similar de análise nos 40 exemplares dos conjuntos fabris previamente selecionados, que geralmente contemplam: a identificação do conjunto fabril – com o número da 'ficha', o nome da obra, a data [não ficou muito claro se seria relativa ao término do projeto, à aprovação junto aos órgãos competentes ou ao final da construção], o endereço e a autoria do projeto e/ou construção; um texto com a análise histórica e arquitetônica da obra; fotografias aéreas ou de maquetes físicas, fotografias internas e externas da obra [preferencialmente da época em que foram construídas], dos proprietários e profissionais envolvidos [a quantidade e os ângulos das fotografias variavam nas diversas 'fichas' do livro de acordo com a disponibilidade e as escolhas do autor]; e, por fim, redesenhos de plantas baixas e de implantação, cortes, fachadas e perspectivas. É importante salientar que textos e imagens se alternavam na 'ficha', deixando a leitura e compreensão do projeto mais dinâmica.

| **'FICHA' DE ANÁLISE DO LIVRO "ARQUITETURA INDUSTRIAL SÃO JOSÉ DOS CAMPOS"** | |
|---|---|
| Cabeçalho de identificação | número da 'ficha'; título; endereço; autor do projeto; |
| Análise histórica e arquitetônica | |
| Desenhos originais e redesenhos | plantas, cortes, fachadas e perspectivas |
| Fotografias | antigas [Internas e externas] |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** não foi identificada preocupação em descrever ou ilustrar o entorno dos conjuntos fabris selecionados. Houve clara intenção em ilustrar o interior e o exterior das obras, além de inserir imagens aéreas dos conjuntos. Também foi identificada a preocupação em relatar e ilustrar ideias projetuais não executadas ou alterações em relação ao projeto original. As análises históricas e arquitetônicas ressaltam aspectos formais, técnicos e tecnológicos das obras, além de elementos que a caracterizam como um exemplar da produção moderna. Foram identificadas, na ficha analisada, informações relativas à relação do projeto com o clima local – no que tange à preocupação com a ventilação dos ambientes, porém, não foram identificadas preocupações, na mesma ficha, quanto ao estado de conservação atual das obras selecionadas. A opção pelo uso exclusivo de fotografias antigas, apesar do charme que trouxe à publicação, não permitiu a comparação das distintas fases pelas quais passou a edificação e a avaliação de possíveis modificações ocorridas.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** o livro não apresenta exatamente uma 'ficha' de inventário, com campos de natureza descritiva e objetiva. Pelo contrário, tem caráter mais analítico, com primor na descrição de detalhes técnicos e tecnológicos das obras e, apesar do artigo fazer menção ao uso da metodologia divulgada pelo DOCOMOMO Internacional, não foi identificado o campo 'avaliação', muito comum nesses modelos [fichas mínima e completa]. Foi declarada a opção pela exploração de recursos gráficos com datação da época do término da construção, limitando-se a fotografias antigas e redesenhos de plantas baixas, cortes e fachadas dos projetos originais. Assim, não há fotografias de períodos subsequentes que permitissem a comparação das distintas fases da edificação e a percepção do estado de conservação atual destas. Algumas dessas lacunas identificadas acima correspondem à recomendações recorrentes nos postulados e nas cartas patrimoniais estudadas, como é o caso do valor e significância das obras e a utilização exaustiva de recursos gráficos, pontos defendidos por Boito, Riegl, Dvořák, Brandi e por Cartas Patrimoniais consultadas

e que poderiam representar contribuições importantes à preservação. Foram apontados como critérios para a seleção das obras que compuseram o inventário motivos arqueológicos e/ou afetivos, restando novamente certo grau de arbitrariedade nessa explanação. Não houve preocupação em descrever, textual e graficamente, o entorno das edificações, ou seja, sua ambiência, ideia defendida por Giovanonni como importante para a preservação. Na iniciativa de inventariação das indústrias do estado de São Paulo há o declarado interesse em divulgar os vários resultados alcançados nas pesquisas e em garantir a **visibilidade** e o reconhecimento das obras registradas e, como afirmado, recomendações relativas à divulgação e à visibilidade dos inventários foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram o instrumento à necessidade de sua divulgação, para garantir a visibilidade e a valorização das obras.

**As duas últimas análises**, apresentadas a seguir, correspondem àquelas que foram 'classificadas' como exceções. Ambas são trabalhos publicados em livros e, portanto, originalmente, não faziam parte das fontes delimitadas para a pesquisa, expostas no Capítulo 03.

O livro organizado por Ana Paula Koury e Nabil Bonduki [Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964] se autodenomina inventário, enquanto o de autoria de Luiz do Eirado Amorim [Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista], pretende-se um obituário, uma espécie de registro ou livro de assentamento de óbitos. Evidentemente, o autor utiliza-se do recurso linguístico da metáfora para fazer uma espécie de inventário das obras da produção moderna pernambucana que considera vitimadas por destruições ou deteriorações de natureza diversa.

Apesar de não serem parte do universo orginalmente delimitado de fontes de pesquisa, foram escolhidos para análise, e por razões distintas: o primeiro livro [análise 14] foi uma publicação primorosa dos resultados de longos anos de pesquisa, mas cujo objetivo centrou-se mais na documentação em si, do que na preservação, dos vários exemplares analisados e catalogados; o segundo livro [análise 15] se autodenomina obituário e não declara como objetivo o interesse na preservação das obras catalogadas. Entretanto, a impactante mensagem transmitida através das imagens das obras vitimadas, provocam reflexões sobre a questão.

Essas peculiaridades e a incontestável qualidade dos dois trabalhos, levaram à decisão pelas análises, apresentadas nas próximas páginas.

| | | | |
|---|---|---|---|
| BR | [14] | EXCEÇÕES | INVENTÁRIO PRODUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL \| CONJ. RESID. OPERÁRIO REALENGO |
| PE | [15] | | OBITUÁRIO ARQUITETÔNICO PERNAMBUCO MODERNISTA \| RES. MILTON MEDEIROS |

## 14 Inventário PRODUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL (1930-1964)

**Livro | Os pioneiros da habitação social no Brasil. V2. Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964.**
**Ana Paula Koury | Nabil Bonduki (orgs.)**

O segundo volume do livro *Os pioneiros da habitação social* é integralmente dedicado à apresentação do inventário dos conjuntos residenciais produzidos pelo poder público brasileiro entre 1930 e 1964. O exemplar de registro de obra escolhido para análise foi a ficha do Conjunto Residencial Operário de Realengo, localizado na cidade do Rio de Janeiro [**ver figura 37**] e projetado por Carlos Frederico Ferreira, em 1942. A ficha ocupa seis páginas do livro e é uma das mais completas, como se pode observar na figura apresentada a seguir.

**FIGURA 37: agrupamento, em tamanho reduzido, de páginas da ficha do Conjunto Residencial Operário de Realengo – localizado na cidade do Rio de Janeiro – apresentada no livro "Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964". A ficha completa, em tamanho legível, está apresentada no Anexo T (p. 319).**




Fonte: BONDUKI & KOURY, 2014.

Recentemente, foi identificado um site de divulgação dos três volumes do livro, onde há uma 'amostra' do inventário, em meio virtual, que apresenta uma quantidade reduzida de informações sobre as obras inventariadas, se comparado à versão impressa, principalmente no que diz respeito às fotografias e plantas, entretanto, há imagens de maquetes eletrônicas, não contempladas no livro.

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: apesar do trabalho se autodenominar inventário, os organizadores dessa publicação, ou seja, Nabil Bonduki[100] e Ana Paula Koury[101], não definem o que exatamente entendem por inventário – pelo menos no segundo volume, correspondente ao inventário, não foi localizada essa definição. Também não fazem nenhuma menção ao uso de métodos ou referências de inventários para a elaboração dos registros do livro. Não declararam abertamente preocupações patrimoniais, mas relataram contribuições [acadêmicas, memória] através da descrição e documentação das obras identificadas. Reclamaram da dificuldade de localização da documentação original dessas obras, da não existência de arquivos organizados e da má conservação dos poucos arquivos existentes. O inventário da produção habitacional pública no Brasil colocou como **objetivo principal a apresentação da produção habitacional promovida pelos órgãos públicos no período de 1930 a 1964, descrevendo e documentando as obras realizadas** e, em sua grande maioria, consideradas desconhecidas. Os organizadores da publicação destacaram ainda que o registro e a documentação dessas obras estavam dispersos, diluídos ou eram totalmente inexistentes. Ainda de acordo com os organizadores, o inventário foi resultado de 25 anos de estudo, pesquisas e levantamentos de campo. A concretização do inventário envolveu **trabalhos de diferentes naturezas, incluindo identificação, localização, levantamentos bibliográfico, documental e de campo, documentação e ensaio fotográfico, sistematização das informações, redesenho de projetos e redação de fichas e textos descritivos de 322 empreendimentos projetados em todo o país**. Para os autores, foi um desafio investigativo e de síntese, realizado por inúmeros pesquisadores, ao longo de duas décadas, em 77 cidades situadas em 24 unidades da federação.

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** Ana Paula Koury e Nabil Bonduki, organizadores do trabalho, são professores-pesquisadores vinculados a universidades do estado de São Paulo. Foi possível verificar, nesse trabalho de inventariação selecionado para análise e coordenado por ambos, um discurso muito crítico, o que não é de se estranhar, se comparado ao do IPHAN e de outros órgãos e organizações nacionais dedicados à preservação – principalmente no relato de dificuldades encontradas durante as pesquisas e o desrespeito aos acervos –, como se pode observar nos recortes de relatos apresentados a seguir:

[100] Arquiteta e Urbanista pela Escola de Engenharia de São Carlos-USP (1991), mestre pela mesma instituição (1999) e doutora pela FAUUSP (2005). Professora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (desde 2008) e do Curso de Graduação (desde 2003). Coordenou com Nabil Bonduki o levantamento, sistematização de dados e produção de textos para a publicação em 3 volumes da Coleção Pioneiros da Habitação Social no Brasil (2000-2014).

[101] Arquiteto e urbanista, formado pela Universidade de São Paulo (1978), mestrado (1987) e doutorado (1995) em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo e Livre-Docente em 2011. Atualmente é Professor Titular de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Colunista do Jornal "Folha de São Paulo". Tem experiência na área de Habitação, Planejamento Urbano e Regional, História Urbana, Cultura e Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: política habitacional, política urbana, movimentos sociais, condições de moradia, urbanismo, história urbana, políticas culturais, patrimônio histórico e cultural, meio ambiente e gestão de resíduos sólidos.

> a partir da consolidação de uma listagem preliminar de empreendimentos, foi definido um procedimento que previa pesquisa bibliográfica, sobretudo em periódicos e revistas, e levantamento documental nos arquivos originais dos órgãos promotores, objetivando reunir os elementos necessários para a avaliação dos conjuntos identificados, tais como a iconografia da época e os documentos técnicos dos projetos. Os levantamentos deveriam ser complementados com visitas técnicas de campo e registros fotográficos recentes [...] foram grandes as dificuldades encontradas para a obtenção do material original: a maioria dos órgãos promotores foi extinta; uma pequena parte da documentação foi publicada em revistas, livros, inventários, guias de arquitetura, órgãos de imprensa e outros meios de divulgação [...] em face da insuficiência das fontes documentais e de publicações, os levantamentos de campo ganharam importância [...] para a elaboração ou conferencia de plantas e desenhos, observar e descrever as características principais dos conjuntos, constatando as alterações realizadas e o seu estado atual, assim como sua inserção nos bairros em que se localizam. Entrevistas com moradores antigos tornaram-se a única maneira de conhecer detalhes da história da maior parte dos empreendimentos [...] o inventário ainda apresenta lacunas que requerem investigações mais aprofundadas [...] conjuntos habitacionais são objeto de muitas interferências, o que provocou uma descaracterização significativa na maior parte dos empreendimentos [...] não foi simples identificar em campo a concepção original, assim como as alterações realizadas durante mais de meio século [...] outro fator que dificultou o entendimento das propostas foi o fato de muitos empreendimentos terem sido apenas parcialmente implantados ou em desacordo com o projeto original [...] nos casos em que existia uma documentação gráfica do projeto, um dos objetivos da visita in loco foi verificar a correspondência entre o proposto e o realizado [...] aspectos quantitativos e qualitativos (BONDUKI & KOURY, 2014).

Através desses relatos observou-se rigor na descrição da metodologia empregada nas pesquisas documentais e de campo, mas, no que tange à conceituação e à definição dos métodos empregados com relação ao instrumento de documentação e preservação [inventário], o trabalho se torna frágil, constatação verificada em muitos dos inventários analisados, pois, parece haver um certo receio em discutir o termo e o instrumento, tido como algo 'resolvido' e 'replicável'.

**[03] Análise forma e conteúdo:** pode-se afirmar que configura-se como uma 'ficha' de inventário visualmente interessante, que traz correlações entre o texto – ora descritivo, ora analítico – e as imagens apresentadas [**ver figura 36**]. Os autores afirmam que todos os empreendimentos incluídos no inventário contêm, no mínimo, uma 'ficha' descritiva, com informações básicas, como órgão promotor, data, local, número de unidades, tipologia habitacional utilizada e equipamentos previstos. Além desses dados iniciais, considerados pelos autores como a 'ficha' do empreendimento, os autores adotaram nas análises de cada projeto registrado: um texto explicativo do empreendimento, a documentação gráfica redesenhada do seu projeto, fotos da época e recentes. Ao final da 'ficha' ou do texto explicativo de cada empreendimento, eram apresentadas as fontes das informações e dos desenhos, assim como a autoria das fotografias incluídas no registro. Tendo como formato final um livro, os campos e o conteúdo das fichas variavam, dependendo das informações localizadas sobre o empreendimento, mas, de um modo geral, eram contempladas as seguintes informações:

| **'FICHA' DE REGISTRO DO LIVRO *INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL ENTRE 1930 E 1964*** | |
|---|---|
| 'Ficha' descritiva do empreendimento | órgão promotor, data, local, número de unidades, tipologia habitacional utilizada e equipamentos previstos |
| Texto descritivo | texto explicativo do empreendimento |

| | |
|---|---|
| Documentação gráfica | projeto arquitetônico redesenhado (planta do conjunto e das unidades habitacionais); fotografias antigas e atuais; |
| Fontes e autorias | fontes das informações e dos desenhos, assim como a autoria das fotografias incluídas no registro |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** as fichas do inventário são claras e objetivas, graficamente muito bem elaboradas. Textos e imagens enfatizam as edificações e as soluções urbanísticas dos conjuntos, mas pouco mencionam a relação da obra com as edificações e vias do entorno. As fotografias mostram basicamente o exterior das edificações e ressaltam elementos e características modernas da obra. No texto da ficha escolhida não aparece a relação do projeto com o clima local e com os condicionantes legais e não constam dados do processo de construção em si, mas relatam algumas diferenças entre os projetos arquitetônicos e os objetos construídos, verificadas sobretudo nas visitas de campo realizadas pelas equipes de trabalho. Faz menção à alterações significativas nas obras realizadas ao longo dos anos, visto que "conjuntos habitacionais são objeto de muitas interferências". Um ponto que merece destaque é o relato dos autores justificando o espaço diferenciado para cada registro de obra, que variou significativamente ao longo do livro-inventário:

> em decorrência da dificuldade de obtenção de dados e registros iconográficos e, também, da falta de espaço na publicação [...] os empreendimentos foram hierarquizados de acordo com sua importância do ponto de vista arquitetônico, urbanístico, construtivo e histórico, assim como em função da disponibilidade das informações, de modo a dar destaque para os mais importantes e mais bem documentados (BONDUKI & KOURY, 2014).

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** esse árduo trabalho de pesquisa, denominado pelos autores como um inventário, expõe contradições comuns relativas ao termo e ao instrumento, e por isso foi escolhido para análise [como exceção]. Teve por objetivo reunir em uma publicação impressa uma vasta quantidade de informações resultantes de uma pesquisa sobre a produção habitacional pública brasileira coletada durante anos pelos diversos pesquisadores envolvidos. Não era objetivo da publicação a preservação dos bens culturais que a exemplificaram, mas sim o resgate de uma fatia da história – que envolveu diversas obras e personagens, por vezes não contemplados nas versões historiográficas hegemônicas – e do vasto acervo documental coletado. **Apesar dos resultados, sem dúvida incontestáveis, os fins eram distintos de um inventário [entendido como um instrumento de preservação], o que expõe a inconsistência conceitual ou a multiplicidade de significados que esse instrumento pode abarcar. Para reunião e organização de todo o material coletado pela equipe, houve a proposição das 'fichas' com um roteiro a ser seguido, mas a presença desses roteiros não são suficientes para configurar o trabalho como um inventário destinado à preservação.** Os campos apresentados no roteiro do exemplar selecionado são claros. Há uma 'ficha' descritiva, com informações como órgão promotor, data, local, número de unidades, tipologia habitacional utilizada e equipamentos previstos. Além desses dados iniciais, há um texto explicativo do empreendimento e uma rica documentação gráfica: desenhos originais e redesenhos do projeto, fotos antigas e recentes. O valor e a significância dessas inúmeras obras catalogadas – pontos que atestam a preservação e são defendidos nos escritos de Riegl, Brandi e em inúmeras cartas patrimoniais - e que eventualmente motivariam a sua preservação, nem sempre foram apontados pelos autores. Considerações relativas ao entorno, à ambiência, defendidas por Giovanonni, também foram pouco exploradas nessa ficha, tanto textual como graficamente. No livro organizado por Ana Paula Koury e Nabil Bonduki, há o declarado interesse em divulgar os inúmeros resultados

alcançados nas pesquisas documentais e de campo realizadas pela equipe ao longo de 25 anos. Há clara intenção em divulgar e em dar **visibilidade** às obras da habitação pública produzida no Brasil, nem sempre contempladas pela historiografia nacional. Como já afirmado, recomendações dessa natureza foram recorrentes nas cartas patrimoniais analisadas, que associaram comumente o inventário à necessidade de sua divulgação, para garantir a visibilidade e o reconhecimento das obras registradas.

## 15 Obituário Arquitetônico: PERNAMBUCO MODERNISTA

### Livro | Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista
### Luiz do Eirado Amorim

De acordo com o dicionário Michaelis, um obituário corresponde ao registro ou livro de assentamento de óbitos, com o nome do morto, o dia de seu falecimento e do enterro. O livro Obituário Arquitetônico é parte de uma pesquisa iniciada por Luiz Amorim[102] em 2002 e apresenta, através da metáfora da morte, a decadência de vários exemplares da arquitetura moderna pernambucana agrupados de acordo com a *causa mortis*[103]. Para cada um desses agrupamentos há explanações e exemplificações costurando a analogia que o autor constrói entre a arquitetura e a morte. Na sequência, há o obituário em si, que não declara qualquer intenção em se constituir como inventário, o que, a princípio, pode parecer injusto analisá-lo como os demais exemplares selecionados. Todavia, a motivação para a realização do trabalho deixa muito clara a preocupação com a preservação e documentação dessas obras, justificando sua escolha. O exemplar selecionado para análise corresponde à 'ficha' da residência Milton Medeiros, localizada na cidade de Recife e projetada por Mário Russo [**ver figura 38**].

**[01] Conceituação, objetivos, justificativas e metodologias**: como o trabalho não se autodenomina um inventário, não houve preocupação em conceituar o termo, o que é perfeitamente compreensível. Para o autor do trabalho, a pesquisa teve origem na constatação da perda de importantes obras modernas [**justificativa**] construídas no recorte temporal pré-estabelecido e tinha por **objetivo** chamar a atenção para um 'genocídio arquitetônico' – um verdadeiro 'arquicídio' (AMORIM, 2007). Acrescentam-se ainda como **justificativas** para elaboração do livro, o pesar pelo desaparecimento total, ou parcial, de exemplares significativos da produção arquitetônica, artística e cultural de um passado recente; a necessidade de ressaltar que uma parte da identidade nacional está inexoravelmente ligada à produção arquitetônica modernista em suas diversas manifestações e que seu prematuro desaparecimento compromete a própria construção dessa identidade, necessária para o reconhecimento dos outros e de nós mesmos; e, também, o interesse de demonstrar como os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico raramente reconhecem essa arquitetura recente, "provavelmente porque seus olhos cansados só conseguem ver o que distante de si está, ou seja, o valor de ancianidade ainda prevalece como propriedade necessária à proteção

---

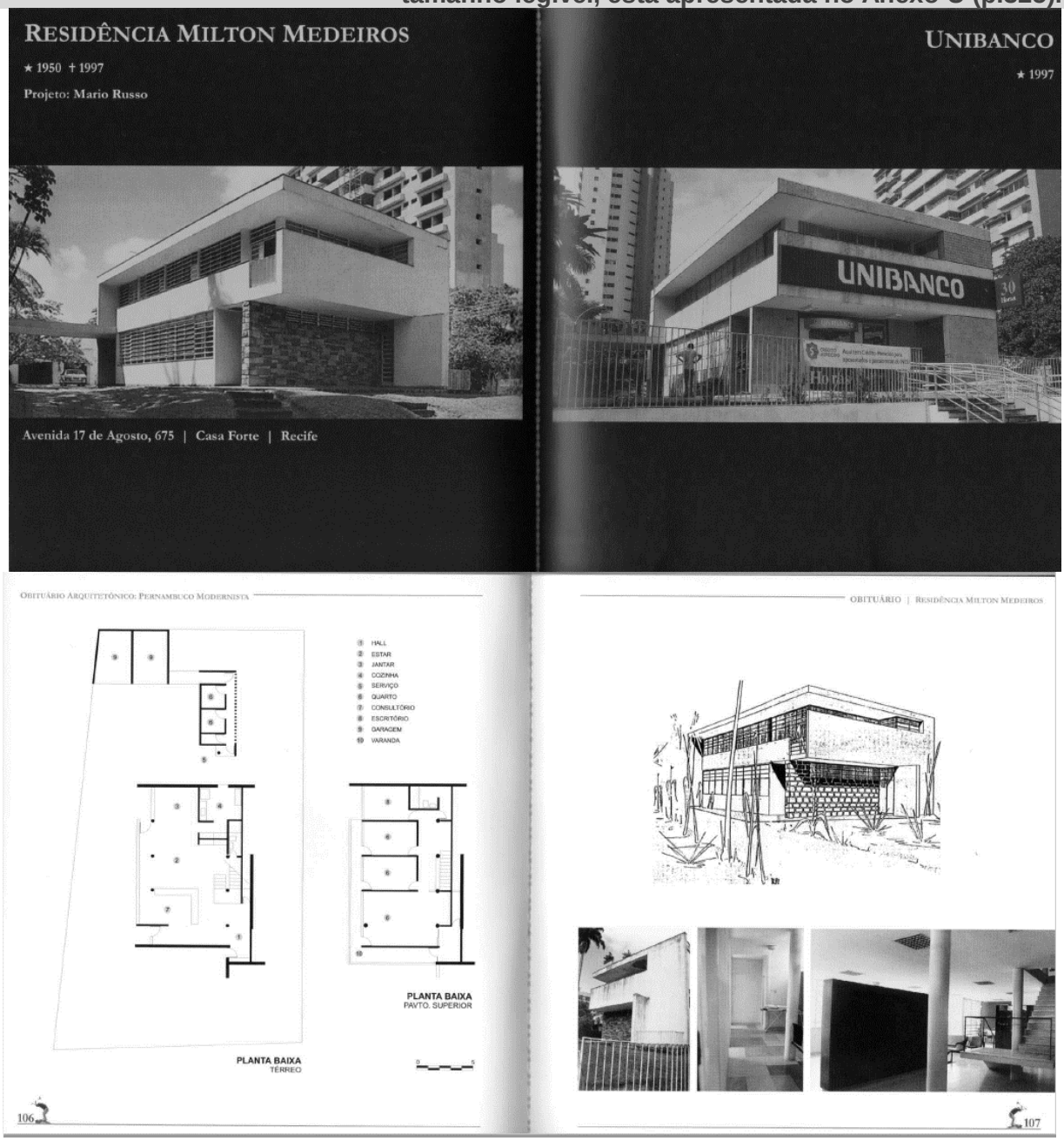
[102] Luiz Manuel do Eirado Amorim é arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1982; PhD em *Advanced Architectural Studies* na *Bartlett School of Graduate Studies - University College London* (1999); professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE; professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); autor do livro "Obituário Arquitetônico: Pernambuco modernista", coautor de "Delfim Amorim-arquiteto", e coorganizador de "A casa nossa de cada dia" e "Cidades: urbanismo, patrimônio e sociedade" (CNPq. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4799716Z3. Acesso em: 2018).

[103] Morte prematura - de todas, a mais bondosa, pois, mesmo retirando a vida, preserva o que do corpo restou, deixando a esperança de que possa, algum dia, vir a ter vida plena; morte de nascença - relacionada à própria natureza da matéria da arquitetura e se desenvolve por processos físicos e químicos que comprometem a estabilidade da edificação; morte por vaidade - para Amorim, a arquitetura é um todo indissociável e a remoção de alguns de seus componentes pode comprometer definitivamente sua identidade; morte por parasitas - edifícios que apresentam sistemas espaciais e fechamentos flexíveis e mutáveis são, por essência, permeáveis às constantes demandas humanas, Ser infectado é parte de sua natureza; morte por abandono - obsolescência de certas atividades; e, por fim, morte anunciada – quando o valor de troca prevalece para a condenação à morte de muitas arquiteturas, deixando de lado seu valor de uso (AMORIM, 2007).

patrimonial” (AMORIM, 2007). Para o autor, dentre os principais **objetivos do livro** está o interesse em mostrar,

> em imagens, mais do que em palavras, o genocídio cultural que vimos perpetrando, e que sensibilize gestores públicos, empreendedores imobiliários, empresários de todos os ramos, proprietários e profissionais da construção civil para a necessária preservação desse patrimônio (AMORIM, 2007).

**FIGURA 38: ‘Ficha’, em tamanho reduzido, da Residência Milton Medeiros no livro Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista, de Luiz Amorim. A ‘ficha’, em tamanho legível, está apresentada no Anexo U (p.325).**




Fonte: AMORIM, 2007.

**[02] Sujeitos, lugares e discursos:** Luiz Amorim, professor e pesquisador da UFPE, foi membro do Comitê Executivo do DOCOMOMO Brasil (2014-2015). No livro, o tom do

discurso é crítico e preocupado, quando enfatiza as diversas mortes de exemplares da produção arquitetônica moderna pernambucana. Com intenção literária, não se verifica no livro rigor na descrição da metodologia empregada nas pesquisas documentais e de campo. Como afirmado, o livro não se autodenomina um inventário, mas é inegável que, conceitualmente, há aproximações entre os termos 'obituário' e 'inventário', como instrumentos de registro, dossiês, o que reforçou a manutenção de sua análise como mais uma iniciativa de inventariação. O discurso, todavia, não deixa claro o método empregado para a elaboração das 'fichas' de registro dos óbitos, o que atesta mais uma vez a insuficiente discussão e reflexão acerca do conteúdo e da forma que esses instrumentos deveriam ter para atingir seus objetivos.

**[03] Análise forma e conteúdo:** trata-se de uma 'ficha' visualmente atrativa que, declaradamente, se utiliza das imagens para transmitir a ideia do 'arquicídio'. Parte do livro é composta por pequenas 'fichas' com informações muito breves sobre as edificações selecionadas – identificação ou denominação (antiga e atual, com fotografias que ilustram essas distintas fases do objeto arquitetônico e suas modificações), ano de aprovação do projeto junto aos órgãos locais, ano de sua 'morte', autoria do projeto, endereço e alguns recursos gráficos como fotografias, plantas, cortes, fachadas e/ou perspectivas. As fotografias antigas e atuais, postas uma ao lado da outra, em ângulos semelhantes, evidenciam o, por vezes trágico, processo de degradação, destruição ou mesmo substituição total desses exemplares [**ver figura 37**]. O trabalho é, graficamente, muito bem elaborado, entretanto, nas 'fichas' individuais, os textos são muito curtos, não havendo qualquer descrição da obra, nem menção ao seu valor como exemplar da produção moderna local, apesar do forte apelo visual às condições de degradação das obras apresentadas. Os textos e imagens, novamente, não enfatizam a relação da obra com as edificações do seu entorno.

| **'FICHA' DE REGISTRO DO LIVRO *OBITUÁRIO ARQUITETÔNICO: PERNAMBUCO MODERNISTA*** |
|---|
| Denominações antiga e atual |
| Fotografias a partir de ângulos semelhantes |
| Datas de aprovação do projeto e 'morte' da edificação |
| Autoria do projeto arquitetônico |
| Endereço |
| Material gráfico (plantas, cortes, perspectivas e outras fotografias, internas e externas) |

**[04] Pormenores, especificidades, informações contempladas e omitidas:** há no livro uma declarada aproximação à literatura e à disposição em alcançar um público não necessariamente técnico, especializado, um nítido interesse em sensibilizar o público em geral, em dar visibilidade ao problema da destruição desse passado recente. Como dito anteriormente, a 'ficha' é mais gráfica que textual, e não foram identificadas informações relativas à relação do projeto com o clima local e com os condicionantes legais, nem dados sobre o processo de construção em si, nem sobre as possíveis diferenças entre o projeto arquitetônico e o objeto construído. Também não se verificou menção textual às alterações significativas realizadas na obra ao longo dos anos, mas graficamente se expõe essa intenção. Os dados apresentados nas 'fichas' do obituário são de caráter mais gráfico, quando as fotografias mostram o exterior e o interior da edificação e ressaltam claramente elementos e características modernas da obra, mas limitam-se à obra analisada, ignorando as edificações do entorno e a relação que se estabelece entre elas. Não há menção ao valor/ significância das obras inventariadas, campo quase sempre presente nas fichas inspiradas no modelo divulgado pelo DOCOMOMO e, no

que diz respeito ao estado de conservação das obras registradas, as imagens falam por si.

**[05] Correspondência entre fundamentação teórica e prática de inventariação:** o exemplar analisado não se configura exatamente como uma 'ficha' de inventário e não se observam campos descritivos, analíticos ou mesmo de múltipla escolha. Há, porém, dados similares aos de fichas analisadas anteriormente, como identificação, localização, autorias, datas, etc. Não há o campo 'avaliação', comum aos inventários da produção moderna inspirados nos modelos do DOCOMOMO Internacional, porém, há grande exploração de recursos gráficos, alguns com o claro objetivo de sensibilizar os leitores, o que pode representar contribuições importantes à preservação – principalmente no que tange à conscientização – da degradação, descaracterização ou perda dos exemplares. Quanto ao critério de seleção das obras que compuseram o obituário, fica evidente que foram escolhidas aquelas que foram, de algum modo, vitimadas. Não fica clara a adoção de modelos ou métodos de inventariação prévios [iniciativa identificada e narrada por Paulo Alonso quando da elaboração do Guia Cataguases, o que o autor chamou de 'pequeno inventário']. Algumas ausências identificadas nessa publicação, que não se assume como um inventário, correspondem à recomendações presentes nos postulados e em algumas das cartas patrimoniais consultadas, como é o caso do valor e da significância das obras, ponto utilizado com frequência para justificar a preservação da produção moderna, e o relato e registro gráfico de alterações significativas no bem, defendidos por Riegl, Brandi e por algumas das cartas patrimoniais consultadas. **Porém, o alerta, evidenciado através das imagens, é algo muito forte nesse trabalho de Luiz Amorim**. Considerações relativas ao entorno ou ambiência, defendidas por Gustavo Giovanonni, continuam sendo pouco exploradas nesse trabalho, tanto textual como graficamente. No livro, percebe-se com clareza o interesse em dar visibilidade, mais ao problema da perda ou descaracterização de exemplares da produção moderna pernambucana, do que ao trabalho de registro em si, e percebe-se a intenção em provocar a consciência para a preservação dessas obras e o descaso com essa produção recente. Trata-se de uma intenção de dar **visibilidade** e divulgar os exemplares de um modo totalmente diferente dos trabalhos anteriores, muitos dos quais primavam inclusive pela divulgação de fotos e desenhos originais, não retratando a espessura do tempo, as mudanças ou mesmo degradações que incorreram sobre as obras. É um caso particular, excepcional, mas muito válido, pois não deixa de atender às recomendações recorrentes das cartas patrimoniais quanto à visibilidade e à divulgação das obras e pesquisas para o seu conhecimento e preservação.

## 4.2 SISTEMATIZAÇÃO E SÍNTESE DAS ANÁLISES

Ainda como parte do processo analítico das iniciativas de inventariação foi elaborado um quadro síntese, apresentado a seguir [ver **quadro 14**]. Observando, em cada uma das fichas de registro dos trabalhos escolhidos, os campos que eram comumente contemplados ou omitidos, partiu-se para a sistematização gráfica desses dados, o que permitiu uma visualização mais ampla e distanciada dessas informações e revelou pontos de reflexão importantes, quantitativos e qualitativos, abordados na sequência. Cabe ressaltar que toda sistematização apresentada no quadro foi realizada a partir da leitura e análise das fichas de inventariação e dos escritos disponíveis sobre essas iniciativas, seja nos artigos científicos, nos órgãos e organizações nacionais dedicados à preservação e/ou em livros publicados com os resultados desses trabalhos.

A maioria das iniciativas listadas no quadro foram selecionadas por se autodenominarem inventários. Os demais foram escolhidos para estudo porque: o livro e site Guia da arquitetura modernista de Cataguases relatou a necessidade prévia de elaboração de um "pequeno inventário" para a facilitar sua elaboração (ALONSO, 2009); o trabalho de registro das residências modernistas de Aracaju declarava como objetivo "registrar as residências modernistas da cidade através de inventário" (NERY, 2003); o trabalho de documentação da arquitetura moderna do Piauí declarava a realização de inventários da produção no estado (AFONSO, 2011); os autores da iniciativa de registro da arquitetura industrial de São Paulo afirmaram que a pesquisa tinha como meta a produção de um inventário sistemático da Arquitetura Industrial Moderna na Região do ABC, organizado "a partir de fichas de identificação, aplicadas individualmente às obras arquitetônicas selecionadas" (LEITE, 2012); o livro Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista foi escolhido para análise no trabalho pela sutil semelhança conceitual entre os termos obituário e inventário e pela preocupação patrimonial apresentada.

Dois trabalhos que se autodenominaram inventários [ver quadros 13 e 14] detiveram particular atenção: o Site-inventário Acácio Gil Borsói e o livro Inventário da Produção Pública no Brasil entre 1930 e 1964. Apesar das semelhanças formais com os inventários tradicionais e dos incontestáveis resultados alcançados, conceitualmente essas iniciativas se aproximaram mais de organizações e sistematizações de acervos e pesquisas científicas, o que expõe a inconsistência conceitual ou mesmo a multiplicidade de significados que esse instrumento pode abarcar. Para reunião e organização de todo o material coletado, as equipes envolvidas nessas duas iniciativas, fez uso 'fichas', como um roteiro a ser seguido, todavia, a presença destas também não pode ser considerada suficiente para configurar o trabalho como um inventário, entendido principalmente como um instrumento de preservação das obras, finalidade não declarada nas citadas iniciativas.

O IPHAN e o Inventário do Patrimônio da Saúde foram as únicas iniciativas a **conceituar** o instrumento inventário [quadro 14]. Duas conceituações do IPHAN foram localizadas no seu portal oficial: uma primeira já exposta como matriz conceitual e uma segunda definição correspondente ao verbete[104] elaborado por Motta & Rezende (2017). O Inventário do Patrimônio da Saúde adotou, por sua vez, uma definição elaborada por Miranda (2008), também utilizada como matriz conceitual no trabalho de tese.

[104] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf. Acessos entre 2014 e 2019.

**QUADRO 14- quadro síntese produzido a partir da análise individual dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil**

| | | 01 – SICG/IPHAN | 02 – DOCOMOMO BRASIL | 03 – ICOMOS | 04 – DOCOMOMO BA | 05 – ICAU/CE | 06 – GUIA CATAGUASES | 07 – INVENTÁRIO DVOP/PB | 08 – INVENTÁRIO BORSÓI | 09 – ARQ. MOD. PIAUÍ | 10 – INVENTÁRIO UFSM | 11 – INVENTÁRIO SAÚDE | 12 – RESID. MOD. ARACAJU | 13 – PATIRMONIO INDUSTRIAL | 14 – HABITAÇÃO PÚBLICA | 15 – OBITUÁRIO PE MODERNISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **01 -** | Se autodenomina inventário | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | | | ✓ | |
| **02 -** | Conceituação do instrumento inventário | ✓ | | | | | | | | | | ✓ | | | | |
| **03 -** | Definição dos objetivos do instrumento | | | | | | | | | | | ✓ | | | | |
| **04 -** | Descrição da metodologia do instrumento | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | | |
| **05 -** | Sujeito, lugar e discurso [postura crítica] | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | | ✓ | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ |
| **06 -** | Justificativas elaboração do inventário | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | |
| **07 -** | Justificativas seleção das obras | | | | | | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | ✓ | ✓ | ✓ |
| **08 -** | Fotografias externas | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| **09 -** | Fotografias internas | | | | | | ✓ | | ✓ | ✓ | | | ✓ | ✓ | | ✓ |
| **10 -** | Mapas/plantas de localização? | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | | | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | | |
| **11 -** | Fotografias atuais | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | | ✓ | ✓ |
| **12 -** | Fotografias antigas | | ✓ | | | ✓ | | ✓ | ✓ | | | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ |
| **13 -** | Desenhos técnicos | | ✓ | | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| **14 -** | Redesenhos | | | | | ✓ | ✓ | | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| **15 -** | Clareza nos campos da ficha | | | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | | | ✓ | | ✓ | | ✓ | ✓ |
| **16 -** | Campos objetivos | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ |
| **17 -** | Campos analíticos | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | |
| **18 -** | Campos de múltipla escolha | | | | | | | ✓ | | ✓ | ✓ | | | | | |
| **19 -** | Análise histórica | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | |
| **20 -** | Análise formal e técnico-construtiva | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | |
| **21 -** | Análise relação obra-lote-entorno | | ✓ | | | | | | | | ✓ | | | | | |
| **22 -** | Identificação obra, autor, datas, local, etc. | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| **23 -** | Descrição alterações projeto-obra | | ✓ | | | | | | | | | ✓ | | ✓ | ✓ | |
| **24 -** | Descrição de alterações subsequentes | | ✓ | ✓ | ✓ | | | ✓ | | ✓ | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ |
| **25 -** | Descrição da relação obra-condicionantes legais e climáticos | | | | | ✓ | | | ✓ | | | | | ✓ | | |
| **26 -** | Preocupação com valor e significância | | ✓ | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | | ✓ | | | | |
| **27 -** | Preocupação com visibilidade e divulgação | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| **28 -** | Preocupação patrimonial | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ |
| **29 -** | Enfatiza características produção moderna | | ✓ | | | ✓ | ✓ | | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| **30 -** | Instruções para preenchimento | | | ✓ | | | | | | | ✓ | | | | | |
| **31 -** | Identificação do relator da ficha | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | |
| **32 -** | Definição estado proteção e conservação | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Foi notória, na maioria das iniciativas consultadas, a **preocupação com a inventariação da arquitetura moderna** produzida no Brasil, justificada comumente por sua crescente perda e/ou descaracterização, mas intrigava a ausência de discussões sobre o conceito, o conteúdo e a forma que os inventários deveriam possuir para atingir seus objetivos – seja a preservação, o conhecimento, a salvaguarda, a visibilidade, a valorização, etc. Alguns dos trabalhos analisados apontaram os objetivos do artigo, do livro, da pesquisa, do site, mas não do instrumento em si, algo intrigante mas compreensível diante da pouca preocupação em definir o inventário constatada após a análise das iniciativas já elencadas.

Ainda de acordo com os dados apresentados no quadro 14, nenhum dos trabalhos explicou a **metodologia** utilizada para inventariação. Dentre os trabalhos procedentes de eventos científicos, sete destes citaram a inspiração ou a adoção de uma metodologia pré-existente – algumas das iniciativas analisadas declararam a adoção de metodologias já aplicadas por órgãos de documentação, outros adotaram modelos de fichas aplicadas a registros analíticos de obras de arquitetura moderna –, mas não houve a descrição ou explanação de como estas últimas haviam sido elaboradas ou utilizadas, quais os conceitos, as bases teóricas e/ou os critérios que foram adotados.

Foi possível observar que os **sujeitos** organizadores dessas iniciativas de inventariação estavam vinculados, sobretudo, à academia e/ou aos órgãos e organizações ligados à preservação e, o lugar em que estavam situados determinava claramente o tom de seus discursos. Quatro dos nove trabalhos oriundos de eventos científicos assumiram um discurso crítico e analítico durante o processo de inventariação ou mesmo de descrição das posturas assumidas nos artigos científicos ou textos explicativos [ver **quadro 14**]. Outros, de caráter mais descritivo, não deixaram transparecer claramente as opiniões de seus redatores. Alguns dos trabalhos, como por exemplo o *Site-inventário Acácio Gil Borsói*, apresentaram um tom mais propagandístico, de exposição das obras e do rico acervo do escritório do arquiteto. Discursos de iniciativas ligadas ao órgão oficial ou por ele financiadas comumente assumiam um tom mais brando, comuns a esse tipo de publicação.

As **justificativas para elaboração dos inventários** eram apontadas com muita frequência nos trabalhos selecionados e estavam, como afirmado, frequentemente associadas à descaracterização, à perda e à necessidade de valorização e reconhecimento dos exemplares representativos da produção moderna e da memória materializada em suas edificações. Todavia, as **justificativas para a seleção das obras** que compunham o inventário eram menos frequentes e comumente só se tornavam mais claras quando a delimitação do universo estava circunscrita, como foi o caso do trabalho coordenado por Guilah Naslavsky e Érika Santos, de registro das obras conduzidas pelo Departamento de Viação e Obras Públicas [DVOP] na capital da Paraíba [ver **quadro 13**]. Na maioria dos trabalhos, por mais óbvias que parecessem essas seleções, permanecia a ausência de critérios e certa arbitrariedade.

Ao longo das pesquisas e seleção das iniciativas de inventariação, localizadas junto aos eventos científicos, foi recorrente a tentativa de delimitação temática e geográfica do universo a ser abarcado, o que era em muitos casos facilmente compreendido diante do vasto número de obras modernas a serem registradas e dos territórios de extensas dimensões. Nas iniciativas apresentadas no **quadro 13** [p.118], por exemplo, observou-se que treze desses trabalhos se propuseram a registrar obras de uma determinada localidade; seis se propuseram a registrar tipologias arquitetônicas específicas, tais como residências, indústrias, edifícios da saúde ou educacionais; e um dedicou-se as

obras de um arquiteto específico. Não foi incomum encontrar no processo de busca dessas iniciativas a proposição do registro de obras de uma determinada tipologia, projetadas por um determinado arquiteto ou escritório em uma localidade específica, o que ratifica essa tentativa de delimitação.

Todos os trabalhos analisados apresentaram pelo menos uma **fotografia geral externa** da edificação inventariada, o que, evidentemente, não é considerado suficiente à preservação. Mais da metade dos trabalhos apresentaram **mapas de localização** das obras. No SICG/IPHAN, as edificações registradas, ainda que parcialmente, estavam georreferenciadas, o que permitia sua localização e visualização. Esse foi um ponto bastante positivo identificado na ficha do órgão nacional de preservação. **Fotografias dos espaços internos** das obras inventariadas, contudo, eram bem menos frequentes. Menos da metade das iniciativas as expuseram. Essa omissão nos inventários da produção moderna mostrou-se reveladora, visto que a espacialidade gerada no interior dos exemplares dessa produção sempre representou um valor particular e incontestável, digno de registro e preservação.

Onze iniciativas optaram por apresentar fotografias recentes das obras e oito optaram por apresentar fotografias antigas, principalmente do período em que essas construções foram concluídas. Quatro dessas iniciativas de registro apresentaram fotografias antigas e atuais em concomitância, que permitiram comparações e a visualização de alterações ocorridas sobre as edificações ao longo dos anos, o que representa um número muito pequeno na totalidade dos trabalhos analisados, dada a necessidade de se perceber e registrar a espessura do tempo sobre esses exemplares. Essa é uma questão que desperta particular atenção, pois trata-se de uma recomendação recorrente nos escritos teóricos clássicos e nas cartas patrimoniais analisados.

Onze iniciativas apresentaram **desenhos técnicos** das obras inventariadas [plantas baixas, cortes, fachadas, perspectivas, detalhes construtivos, maquetes eletrônicas, croquis, etc.], principalmente aquelas coordenadas por pesquisadores vinculados à academia. Correspondiam a desenhos originais ou mesmo redesenhos feitos a partir destes para fins de padronização dos trabalhos, melhoria de qualidade das imagens ou mesmo para estudos analíticos. Novamente, despertou particular atenção a ausência desses desenhos nas fichas do SICG/IPHAN e do ICOMOS, assim como em alguns inventários que tiveram por parâmetro a ficha mínima do DOCOMOMO, haja vista a importância das soluções e arranjos espaciais para a produção moderna.

De um modo geral, a maioria das fichas de inventariação analisadas no trabalho demonstrou alguma **preocupação gráfica**, principalmente aquelas oriundas de grupos acadêmicos de pesquisa. Contudo, aquelas elaboradas pelos órgãos/organizações de preservação, ou nelas inspiradas, foram as que menos se esmeraram nesse aspecto a fim de deixar a ficha mais compreensível e atrativa ao leitor. Em alguns trabalhos analisados, as imagens tinham peso e voz, falavam por si. O uso desses recursos gráficos para fins de documentação é largamente indicado. Camillo Boito (2008 [1884], p.21-22), por exemplo, defendia uma análise aprofundada da obra, “procurando apreender seus aspectos formais e técnico-construtivos, baseado em estudos documentais e na observação, bem como em levantamentos métricos do edifício, sendo recorrente também o uso de desenhos e de fotografias”. Gustavo Giovanonni (2013 [1913-1936], p.185) também defendia o uso de recursos gráficos quando colocava como um dos seus princípios a documentação precisa dos trabalhos, por meio de relatórios analíticos e de fotografias. Nas cartas do Restauro e de Burra também constam

orientações para a ampla utilização de recursos gráficos e fotográficos como meios para a preservação.

Para se ter uma ideia da pouca discussão sobre a forma e o conteúdo dos inventários, em apenas um dos trabalhos localizados junto aos eventos científicos – ICAU/CE – encontravam-se anexas ao corpo do artigo algumas páginas de uma de suas fichas de inventariação, o que significa dizer que o acesso aos exemplares de registro das demais iniciativas só foi possível através da solicitação através de mensagens de correio eletrônico. Verificou-se, através do contato com os coordenadores dos trabalhos, o declarado interesse em divulgar os inventários em variadas mídias mas, em alguns casos, essa tarefa não foi levada adiante e, infelizmente, foi possível constatar que algumas delas 'morreram na praia', foram vencidas pelo cansaço e pelas várias dificuldades encontradas pelo caminho

**Campos de múltipla escolha**, comuns em fichas de registro de produções precedentes, tem se tornado cada vez menos frequentes. Sua presença nos inventários analisados da produção moderna nacional foi pouco expressiva, sendo observada em apenas três trabalhos. Observou-se grande ênfase aos campos de caráter mais descritivo – de respostas curtas e objetivas – e/ou analítico, onde se encontravam expostas as narrativas, opiniões e discursos do indivíduo ou do grupo relator da ficha.

A maioria dos trabalhos analisados [doze dos quinze] apresentou uma análise ou **descrição histórica** da obra. Algumas iniciativas que tinham por finalidade a veiculação das informações acerca das obras de forma mais sucinta, através de livros e/ou portais de internet não contemplaram análises históricas das obras em suas 'fichas', podendo-se citar como exemplos o site do ICAU/CE, o site e livro *Guia da arquitetura modernista de Cataguases* e o livro *Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista*.

**Análises formais, funcionais e técnico-construtivas** das obras inventariadas nas fichas aconteceram sobretudo nos trabalhos coordenados por profissionais vinculados à academia. Esse tipo de abordagem variava muito nos trabalhos estudados e não seguia, necessariamente, padrões ou regras pré-estabelecidos. Interessante observar que, nessas análises, evidenciavam-se com clareza as características e especificidades modernas das obras registradas: jogos de volumes, modulações estruturais, planta livre, pilotis, tetos planos, interação interior-exterior através de grandes aberturas translúcidas, o uso de materiais, técnicas e tecnologias inovadoras para a época, de *brises-soleis* e cobogós, entre outras.

A **descrição da relação da obra inventariada com o seu lote e com o entorno**, entretanto, foi algo bastante negligenciado nos trabalhos analisados, o que deteve atenção especial, pois a produção moderna propunha mudanças sensíveis nessas relações. Várias edificações modernas, por exemplo, eram total ou parcialmente elevadas do solo através dos pilotis e recuadas em relação aos limites do terreno e, em muitas situações, a relação que a edificação inventariada estabelecia com as obras existentes no seu entorno também era bem particular, harmonizando-se ou contrastando fortemente com este. Nesse ponto novamente, a omissão revela a existência de uma importante lacuna nos inventários da produção moderna, quando apenas um dos trabalhos mencionou a preocupação em retratar o entorno das edificações, o que ocorreu de forma ainda superficial e pouco analítica, tanto textual como graficamente. Essa omissão contraria proposições presentes em alguns estudos teóricos clássicos – como as considerações relativas ao entorno, à ambiência, defendidas principalmente por

Giovanonni (2013 [1913-1936]) – e por várias cartas patrimoniais e, além disso, ignoram essa importante particularidade da produção moderna.

Apenas quatro trabalhos demonstraram preocupações em **relatar o processo de construção desses edifícios, os obstáculos enfrentados, as adaptações e alterações que se fizeram necessárias e repercutiram em diferenças entre o projeto arquitetônico e o objeto construído**, eventos muito comuns. Em muitos casos, inclusive, as alterações entre o projeto original e o objeto construído afetaram sensivelmente o resultado final da obra, tanto em seus aspectos materiais como imateriais. Prudon (2008) afirma inclusive que, questões de ordem material e imaterial são centrais e polêmicas em edifícios modernos, com implicações diretas nos princípios e práticas das teorias tradicionais de preservação, pois a preservação da arquitetura moderna requer uma mudança de foco, uma atenção especial para expressões intangíveis manifestadas em edifícios modernos. O autor afirma ainda que a significância da arquitetura moderna gravita em torno de seu aspecto conceitual, da intenção projetual do arquiteto, e não apenas em aspectos estritamente físicos e materiais do edifício. Na grande maioria dos trabalhos analisados ainda se percebeu grande ênfase na descrição da materialidade, integridade e autenticidade das obras[105], apesar destes serem pontos de tensão, apontados por Prudon (2008), entre a teoria e a prática de preservação da produção moderna e a de produções precedentes[106]. Logo, é importante aos inventários da produção moderna a descrição das intenções projetuais intrínsecas ao projeto original, bem como das etapas subsequentes da obra, entendidas como imprescindíveis a sua preservação, aos processos de conservação e restauração que se fizerem necessários e, aos casos atualmente possíveis, de 'reconstrução' ou mesmo de 'retomada' dos conceitos originais do projeto.

Nove das quinze iniciativas relataram em suas fichas de inventariação a ocorrência de **modificações subsequentes** ou a incidência da espessura do tempo sobre as obras registradas. Essa preocupação esteve presente, principalmente, nas iniciativas que utilizaram as fichas completas do DOCOMOMO como modelo ou que nelas se inspiraram. Importante ressaltar que, em alguns dos trabalhos analisados, inclusive, a presença de alterações significativas nas obras, foi critério de eliminação destas do 'inventário' - *Guia da arquitetura modernista de Cataguases*; em outros, critério de seleção - livro *Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista*.

Somente três iniciativas demonstraram preocupação em descrever a **relação estabelecida entre a obra inventariada e os condicionantes legais e climáticos**. Quando verificada, essa narração aconteceu ainda de forma superficial, não se configurando, exatamente, como uma análise dessa relação e dos impactos desta sobre

[105] Na ficha do ICOMOS, por exemplo, autenticidade e integridade são critérios que precisam ser atendidos para a inscrição da obra na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. As fichas mínima e completa, difundidas pelo DOCOMOMO internacional, ou aquelas que nelas se inspiram, ressaltam alguns aspectos intangíveis das obras – no campo avaliações técnica, social, cultural, estética e histórica –, mas também enfatizam muito seus aspectos materiais originais e ignoram, de certo modo, a obsolescência funcional e física, inerente a essas construções, que originalmente atendiam a demandas funcionais bem específicas. A verificada opção pela inserção de fotografias e desenhos originais nas fichas do DOCOMOMO ratificam essa ênfase nos materiais e aspecto originais e, de certo modo, pouco contribuem para a apreciação, nessas obras modernas, de aspectos como a evidência da idade ou espessura do tempo.

[106] Prudon (2008, p.23-26) afirma que a preservação da arquitetura moderna requer uma mudança de foco, uma atenção especial para expressões intangíveis manifestadas em edifícios modernos e que a significância da arquitetura moderna gravita em torno de seu aspecto conceitual, da intenção projetual do arquiteto, e não apenas em aspectos estritamente físicos e materiais do edifício.

o projeto, de modo a ressaltar elementos e decisões dessa natureza peculiares à produção moderna nacional.

Em cinco iniciativas de inventariação foi identificado o campo **avaliação** – técnica, social, cultural, estética e histórica – e nestas declarava-se a utilização dos modelos de ficha divulgados pelo DOCOMOMO Internacional. Esse campo representa avanços significativos em relação às fichas do SICG/IPHAN, por exemplo, e revelaram-se necessários nas fichas da produção moderna, especificamente, para atestar a aceitação, o reconhecimento e a preservação de seus exemplares, nem sempre contemplados por órgãos e organizações patrimoniais mais conservadores. Mas, por outro lado e, estranhamente, as referidas fichas foram as que apresentaram a menor exploração de recursos gráficos, apesar de haver um acesso teoricamente mais fácil à fotografias, desenhos e projetos originais dessa produção recente.

No que diz respeito à **preocupação com a visibilidade e a divulgação** das obras registradas e do próprio inventário, pode-se afirmar que todos os trabalhos analisados a demonstraram. Da mesma forma que a omissão despertou algumas ressalvas, a presença expressiva de inquietações nos inventários analisados trouxe à tona informações relevantes, como a associação direta entre esse instrumento de preservação e documentação e a necessidade de sua divulgação, o que ratifica a visibilidade como um dos seus objetivos intrínsecos, capaz de contribuir decisivamente para o reconhecimento, a valorização e a preservação do objeto inventariado. Esse tipo de recomendação foi muito frequente nas cartas patrimoniais consultadas como, por exemplo, na Declaração de Amsterdã (1975) onde consta que “esses inventários devem ser largamente difundidos (...) a população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões” (CURY, 2004, p.203).

A grande maioria dos trabalhos analisados manifestou **preocupação patrimonial**. Como mencionado, este era, inclusive, um dos critérios para a seleção dessas iniciativas junto a maioria das fontes apontadas, pois entendeu-se, desde a construção do conceito de inventário, que a preocupação patrimonial deveria ser um dos objetivos primordiais desse tipo de documentação arquitetônica.

Quanto à ênfase, nas fichas de registro, às **características específicas da produção moderna**, dez das quinze iniciativas analisadas demonstraram, de algum modo, essa preocupação. Pode-se afirmar que essa ênfase aconteceu mais de forma gráfica que textual. As fotografias, externas e internas, comumente ressaltavam os aspectos modernos das obras, valorizando seus elementos estruturais e/ou plástico-formais, detalhes construtivos, soluções arquitetônicas, o emprego de materiais inovadores, a relação interior-exterior, o paisagismo exuberante, a integração das artes, etc.

Praticamente nenhum dos trabalhos de inventariação analisados apresentou **instruções para o preenchimento de suas fichas** ou mesmo explicações para campos cujos cabeçalhos não eram muito claros. Novamente, essa lacuna torna-se compreensível diante da exígua discussão da ficha de inventariação em si e, novamente, atesta a não faculdade dessa atividade ao público em geral, estando o preenchimento muitas vezes restrito a estudantes, pesquisadores e profissionais e ‘dispensando’ instruções mais formalizadas.

O contato com os coordenadores dos trabalhos expôs o interesse em divulgar os inventários em variadas mídias mas, em alguns casos, essa tarefa não foi levada adiante sendo vencidas pelo cansaço e pelas dificuldades encontradas pelo caminho.

Em nove das quinze iniciativas foi verificado o campo para **identificação do relator da ficha**. Trata-se de um número significativo e a presença desse campo representa um avanço em relação às fichas de registro de produções precedentes. A preocupação em designar o sujeito, para além da autoria da ficha, denota a compreensão de que o sujeito, o lugar de onde fala e o discurso que propaga são parte importante no processo de inventariação de qualquer obra, pois suas impressões e opiniões são reveladoras e mostram que os inventários também são instrumentos historiográficos capazes de elucidar o pensamento patrimonial de determinado tempo e espaço.

Com relação à definição do estado de proteção e conservação das obras inventariadas, a maioria das fichas analisadas apresentaram campos dessa natureza. Esse tipo de informação já estava presente nos primeiros inventários de bens culturais franceses, derivados da publicação "*Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver"*, de 1793, de Felix Vicq D'Azyr (OLENDER, 2010). Compreende-se sua importância, mas entende-se que esta perde parte do seu sentido quando a atualização das informações nas fichas não acompanha o processo de degradação das obras inventariadas, episódio comum nas iniciativas nacionais de registro e documentação de bens culturais.

Cabe ainda acrescentar que a maioria das obras inventariadas, nas fichas selecionadas para análise, ainda não é reconhecida nacionalmente como patrimônio e que ainda há um longo caminho a percorrer para o reconhecimento e a preservação da produção moderna nacional. As reflexões expostas trazem à tona alguns dilemas e pontos de discussão acerca dos inventários da produção moderna, partindo-se da premissa que estes instrumentos são relevantes e podem desempenhar um importante papel. Todas as considerações acima expostas são parciais, mas enunciam debates e reflexões valiosas acerca da prática e da produção dos inventários.

# Considerações Finais

## Isso é só o Começo | Lenine

Isso é só o começo | É só o começo
Isso é só o começo | É só o começo

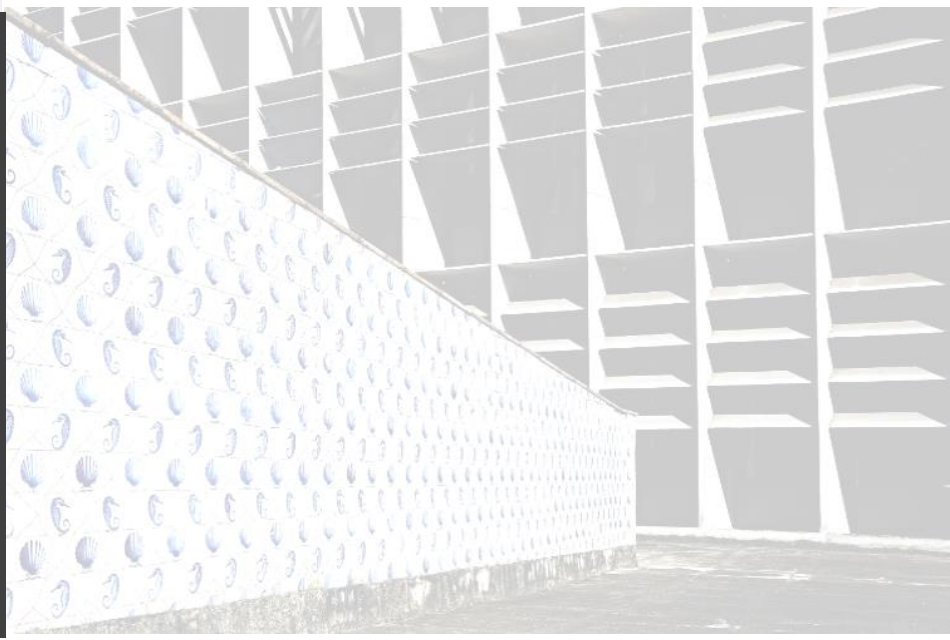
Aqui chegamos, enfim | A um ponto sem regresso
Ao começo do fim | De um longo e lento processo
Que se apressa a cada ano | Como um progresso insano
Que marcha pro retrocesso | E é só o começo

Estranhos dias vivemos | Dias de eventos extremos
E de excessos em excesso | Mas se com tudo que vemos
Os olhos viram do avesso | Outros eventos veremos
Outros extremos virão | Prepare seu coração
Que isso é só o começo | É só o começo
Isso é só o começo | É só o começo

Aqui chegamos, porém | Num evento diferente
Onde a gente se entretém | Um ao outro, frente a frente
Deixando um pouco ao fundo | O ambiente do mundo
Por esse aqui, entre a gente | É só o começo

Assim nesse clima quente | No espaço e tempo presente
Meu canto eu lanço, não meço | Minha rima eu arremesso
Pra que nada fique intacto | E tudo sinta o impacto
Da ação de cada canção | Preparem-se irmã, irmão
Que isso é só o começo | É só o começo
Isso é só o começo | É só o começo

Isso é só o começo, é | É só o começo
Isso é só o começo | É só o começo
Isso é só o começo | É só o começo
Isso é só o começo, é | É só o começo



O presente trabalho de tese tem como **objetivo geral produzir uma reflexão sobre os fundamentos e os instrumentos que orientam a produção dos inventários de arquitetura moderna no Brasil.** Essa reflexão se mostrou importante no momento em que trouxe discussões sobre essa forma de registro, desnaturalizando a sua prática e repensando seus conceitos, relevância e interpretação. Mostrou-se ainda mais relevante diante: da constatação da **escassa discussão** sobre a produção teórica e prática desse instrumento de documentação e preservação no país; da necessidade de avaliação e discussão dos seus objetivos, justificativas e metodologias; e de suas contribuições, fomentando reavaliações, reestruturações e/ou complementações que possam trazer aportes relevantes para o campo da arquitetura, sua história e sua prática.

Como **objeto teórico**, propôs a desnaturalização **do processo de inventariação de arquitetura, seus fundamentos teóricos e instrumentos utilizados na sua prática**. Para tanto, foi necessário identificar, localizar, selecionar e analisar os **inventários de arquitetura moderna produzidos no país, objeto empírico dessa pesquisa**.

O objetivo desta parte do trabalho – Considerações Finais – é **apresentar as principais observações, dificuldades, resultados, possibilidades e conclusões** alcançados em todas as etapas desta pesquisa.

Na construção do referencial teórico do trabalho [**Capítulos 01 e 02**] observou-se, na maioria das fontes consultadas, a reprodução de informações sobre a história dos inventários franceses, mas verificou-se pouco aprofundamento sobre o início do emprego desse instrumento nos demais países europeus que vivenciaram um contexto semelhante de valorização e reconhecimento de seus bens culturais. Ratifica-se, desse modo, a hegemonia da produção intelectual francesa, apesar da nacionalidade variada dos personagens analisados evidenciar que as preocupações de natureza patrimonial ocorreram em diversos países europeus.

Consultas aos portais oficiais de países como Portugal, Espanha e França permitiram compreender, atualmente e sob a ótica governamental, como os inventários seguem sendo produzidos, que produções têm sido contempladas e qual a relevância que esses instrumentos assumiram nessas nações.

A carência de referencial teórico e bibliográfico específico sobre inventários, conduziu a pesquisa aos Postulados Clássicos sobre Preservação e às Cartas Patrimoniais, pois, verificou-se que, historicamente, se construiu uma estreita relação entre a preservação do patrimônio e os inventários de arquitetura, entendidos como uma forma específica de documentação com foco na preservação.

De um modo geral, nos Postulados Clássicos sobre Preservação consultados, não foi identificada a utilização literal do termo inventário mas constatou-se, na grande maioria das fontes – com exceção dos escritos de John Ruskin –, a referência constante aos elementos que comumente constituem esses instrumentos [relatórios, descrição dos aspectos formais, históricos, artísticos, culturais, técnicos-construtivos, além de desenhos, croquis, fotografias, projetos etc.]. Essa recorrente referência às informações que passaram a constituir os inventários, entendidos como instrumentos de preservação e documentação, atestam a sua importância como um dossiê condensador de dados, pois, o registro dessas informações é sempre apontado como muito importante nos

processos de preservação, conservação e restauração de qualquer obra por pensadores como Viollet-Le Duc, Camillo Boito, Gustavo Giovanonni, Cesare Brandi, entre outros.

Nas Cartas Patrimoniais, de caráter mais pragmático, a utilização literal do termo inventário foi bastante frequente, comparando-se com os Postulados Clássicos sobre Preservação. Cita-se, com frequência, a importância desse instrumento, os elementos e informações que devem constituí-los e a urgência de sua realização, como foi possível observar no gráfico-síntese da aparição do termo *inventário* e similares nas Cartas Patrimoniais [**ver figura 05, p.52**]. Nas diversas cartas analisadas, também se observou uma recorrente associação entre a realização do inventário e a necessidade de sua divulgação, garantindo visibilidade às obras e ao próprio instrumento. Essa associação foi identificada na Carta de Veneza, em duas das versões das Recomendações de Paris – 1968 e 1972 – e também na Declaração de Amsterdã.

O cumprimento dos objetivos propostos no primeiro capítulo do trabalho permitiu investigar a origem do termo, entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro, investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização, entender como esses instrumentos específicos de registro e documentação foram mencionados, ou não, nos Postulados e nas Cartas Patrimoniais, se exerceram algum papel importante nesses escritos e, por fim, compreender a relevância que essa forma de registro assumiu na atualidade. Essa construção permitiu a compreensão e fundamentação do processo seguinte, de identificação, localização, seleção e análise do objeto empírico, permitindo entender quais os conceitos que continuam alimentando esses instrumentos de documentação.

Ainda como parte do referencial teórico e segundo Prudon, as primeiras iniciativas de preservação da produção moderna surgiram entre 1950 e 1960, motivadas, sobretudo, por mudanças insensíveis e demandas por manutenção em obras ícones do movimento, que começaram a ameaçar bens de grande significância dessa produção. Ainda para o autor, a fundação do DOCOMOMO, no final da década de 1980, significou um impulso considerável para "a discussão e estudo da história e conservação da arquitetura moderna" (2008, p.7-11). **Entretanto, no Brasil, as primeiras iniciativas de salvaguarda do patrimônio moderno aconteceram antes mesmo das europeias e por motivos distintos dos acima expostos.** Essas iniciativas nacionais ocorreram, especialmente, em função dos sujeitos e lugares envolvidos nas primeiras discussões em torno das questões patrimoniais no país – coincidentemente eram os mesmos que propagavam o discurso e ideais da produção moderna –, e datam ainda do final da década de 1940. Em 1947, por exemplo, ocorre o tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha [MG]; no ano seguinte, ocorre o tombamento da edificação e do acervo do Ministério da Educação e Cultura, conhecido posteriormente como Palácio Capanema [RJ], apenas quatro anos após sua inauguração; em 1956 e 1959, respectivamente, ocorrem os tombamentos da Estação de Hidroaviões [RJ] e do Catetinho [Brasília], todos antes da década de 1960. Como justificativa para a salvaguarda de uma produção tão recente, Rodrigo de Andrade – então presidente do IPHAN – afirmava que "**a razão da preservação é tributária da noção de perda. Só se preserva aquilo que se corre o risco de perder. Mas acho que há outro conceito que explica muita coisa, que é o conceito de valor**" (ANDRADE, 1987, p.94). Logo, não foi a noção de perda, nem ameaças de qualquer natureza, que justificaram as iniciativas de preservação do patrimônio moderno no Brasil. Ao deliberá-las, Rodrigo

Melo Franco de Andrade, provavelmente, amparava-se conceitualmente na ideia de **valor** defendida por teóricos como Alois Riegl [1903] e Max Dvořák [1916].

Apesar desse surto inicial de reconhecimento e preservação de exemplares da produção moderna nacional, **ainda verificam-se inúmeros dilemas e desafios a enfrentar, que entram em confronto direto com princípios e práticas da preservação tradicional. Isso ocorre porque a arquitetura moderna tem peculiaridades e a sua preservação exige conceitos e práticas específicos, atestados, inclusive, pelo Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha, cujo governo criou um setor específico no IPCE para tratar a questão**. Para Theodore Prudon (2008, p. 23-26), uma das distinções fundamentais entre as produções arquitetônicas moderna e tradicional está na "necessidade de substituição extremamente acelerada" de materiais empregados nas obras modernas, muitas vezes utilizados de forma experimental, e em outros tantos conceitos e dilemas inerentes a essa produção.

Diante dessas constatações, passou a ser interesse deste trabalho de tese entender qual o papel dos inventários no processo de preservação e documentação dos exemplares dessa produção moderna e de que modo esses instrumentos poderiam contemplar tais peculiaridades, visto que os inventários revelaram-se intrinsecamente vinculados aos conceitos e práticas de preservação. Tornou-se importante saber se as fichas elaboradas pelo DOCOMOMO Internacional e pelos demais órgãos e organizações nacionais ligados à preservação e à documentação estariam contemplando essas peculiaridades. Constatou-se, a princípio, que o IPHAN tem uma ficha única para distintas produções arquitetônicas, de onde se deduz que as especificidades da produção moderna não são contempladas pelo órgão oficial de preservação nacional. O exemplar localizado no portal internacional do ICOMOS corresponde a uma ficha de submissão para inscrição da obra na Lista do patrimônio Mundial. As fichas são idênticas para distintas produções, mas os critérios que atribuem valor às obras podem ser diferentes e selecionados a partir uma listagem disponibilizada no portal da UNESCO. No que diz respeito às fichas do DOCOMOMO, estas já são específicas para a produção moderna e, teoricamente, deveriam contemplar as especificidades dessa produção.

Ainda durante as pesquisas, foi possível verificar que, no Brasil, a preocupação com a inventariação do patrimônio remonta aos primórdios do SPHAN. **Nos discursos oficiais ficou evidente a preocupação com a realização de inventários mas, não foram identificadas informações, listagens ou relatórios desse tipo de ação em concomitância ao processo de tombamento, ou mesmo independente dele. As pesquisas indicam que essas ações não necessariamente caminharam juntas ou que uma antecedeu a outra e vice-versa.** Paulo Alonso (2009), por exemplo, reclamava, surpreso, a ausência de um inventário das obras tombadas em 1994, em Cataguases, Minas Gerais, quando da realização das pesquisas para a elaboração do livro *Arquitetura Modernista Cataguases: Guia do Patrimônio Cultural*, publicado em 2009. Logo, essas iniciativas – inventário e tombamento – não estavam necessariamente integradas, pois, passados cerca de cinquenta anos da criação do SPHAN (1937), ou seja, em 1987, em artigo publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Azevedo (1987, p.82-85) **ainda reivindicava *status* de maior importância para o inventário. Essa solicitação indica que as inventariações ocorridas nesse intervalo de tempo, quando ocorreram, não tiveram seus objetivos alcançados ou não contemplaram o universo originalmente dimensionado**. Azevedo (1987, p.83), por exemplo, criticava o **pouco privilégio do inventário no país ao afirmar que estando "subordinado ao tombamento, o inventário não teria, porém, o**

**desenvolvimento que seria desejável"**, pois os recursos eram limitados diante de um acervo crescente e os tombamentos estavam restritos a casos estritamente necessários, produzindo cifras modestas quando comparadas a outros países.

Ao trabalho em questão interessava saber como e quando os inventários de arquitetura moderna surgiram e se as distintas versões historiográficas apresentadas – a primeira, que estabelecia o vínculo entre o moderno e a tradição, exaltando as figuras de Le Corbusier e Oscar Niemeyer; e a segunda narrativa, que defendia a influência das vanguardas artísticas e das revoluções estéticas e apontava as figuras de Walter Gropius e Gregori Warchavchik – implicaram em modificações na visão dos então responsáveis pelas escolhas dos bens inventariados e tombados pelos órgãos patrimoniais no país. Indícios puderam ser encontrados nos inventários e tombamentos realizados por esses órgãos. Certamente não foi coincidência o fato do reconhecimento das obras de Gregori Warchavchik, pelo IPHAN, somente ocorrer após a publicação do livro de Geraldo Ferraz [1905-1979] – *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940,* em 1965. Interessava ainda saber quais dessas obras modernas foram inventariadas, como, por que e por quem, informações que foram sendo obtidas através da análise das distintas fontes de pesquisas selecionadas ao longo do trabalho.

Foi possível constatar que **a prática de inventariação da arquitetura moderna nacional ganhou um impulso considerável com a instauração da sede do DOCOMOMO Brasil, aliada ao surgimento de vários programas de pós-graduação em arquitetura pelo país, no início da década de 1990. As pesquisas apontaram ainda que a realização dos inventários dessa produção não aconteceu, necessariamente, vinculada ao tombamento de bens significativos, ou anteriores a eles**, ou seja, muitos dos bens tombados nacionalmente não foram inventariados, como bem atestou Paulo Alonso, em sua experiência de elaboração do inventário e guia da cidade de Cataguases, em Minas Gerais. **As pesquisas indicaram ainda que os inventários de arquitetura moderna produzidos no país estão atual e principalmente sendo conduzidos pela academia – por profissionais ou grupos de profissionais a ela vinculados – e por órgãos específicos como o DOCOMOMO Brasil e seus núcleos regionais, o ICOMOS, ou a Fundação Fiocruz.**

Houve, por iniciativa do IPHAN, em julho de 2008, a Formação do Grupo de Trabalho 4: Acautelamento da Arquitetura Moderna. Essa ação impulsionou, momentaneamente, o debate sobre o tema e animou pesquisadores da produção moderna mas, infelizmente, a iniciativa não durou mais que dois anos.

**Foram percebidas diferentes posturas nas pesquisas realizadas, no que diz respeito à adoção de modelos, referências ou métodos para a inventariação de exemplares da arquitetura moderna no país**: algumas iniciativas usaram as fichas do DOCOMOMO Internacional – *minimum* e *full* – como parâmetro ou inspiração para elaboração de fichas para inventariação (exemplos: Homework Saúde e Inventários Indústrias); outras adotaram como modelo fichas catalográficas de livros cujos objetivos eram diversos aos preconizados pelos inventários [exemplo: Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo – ICAU/CE, baseado metodologicamente no livro de Marlene Acayaba]; mas **a grande maioria das fontes consultadas, não declarou modelo ou procedimento metodológico, o que deixa transparecer a insuficiente discussão sobre o conteúdo e a forma dessas fichas**. Importante ressaltar também que tem cabido à 'consciência' dos mais diferentes personagens a adoção dos critérios de elaboração dessas fichas e de escolha dos exemplares inventariados.

O cumprimento das etapas propostas no segundo capítulo, que também foi parte da fundamentação teórica e embasou etapas subsequentes do trabalho, permitiu: entender a relação particular que se construiu entre a arquitetura moderna e o patrimônio no país e, mais especificamente, entre àquela e os inventários de arquitetura; discorrer sobre a existência de especificidades na produção arquitetônica moderna; contextualizar teórica e historicamente a prática de inventariação da arquitetura no Brasil, a fim de entender o percurso trilhado por esse instrumento de registro no país e investigar como seus valores e objetivos foram se transformando ao longo de sua utilização.

Para dar prosseguimento às demais etapas do trabalho foi **imprescindível a construção de uma definição, ainda que provisória, do que poderia ser considerado um inventário**. Apesar das dificuldades e diante da ausência de matrizes conceitualmente bem elaboradas, **mostrou-se uma etapa relevante à construção de conhecimentos acerca do tema**. Quando existentes, infelizmente, as definições eram incompletas e imprecisas. A definição construída[107] a partir das principais matrizes identificadas durante a pesquisa, orientou a identificação daquilo que se buscava como exemplares de inventariação da produção moderna, facilitando os processos seguintes:

Por uma questão lógica, as primeiras fontes selecionadas para a localização do objeto empírico foram os **órgãos e organizações nacionais de preservação arquitetônica**: IPHAN, DOCOMOMO Brasil e ICOMOS Brasil. A segunda fonte selecionada estava diretamente relacionada a uma das primeiras, o DOCOMOMO Brasil, pois, foi através do portal oficial desse órgão que se teve acesso aos **eventos científicos**, onde puderam ser identificadas várias iniciativas de inventariação espalhadas pelo território nacional. Como atestado em parágrafos anteriores, a academia tem exercido um papel relevante no processo de pesquisa, documentação e análise da produção arquitetônica moderna e, comumente, utiliza como meio para divulgação dessa produção acadêmica os **eventos científicos**.

Evidentemente, foram identificados outros meios de divulgação de inventários nacionais como livros, periódicos, sites etc., mas optou-se por adotar essas duas fontes [órgãos/organizações de preservação e eventos científicos] como principais em virtude do tamanho e delimitação da amostra para análise. **A princípio, ponderava-se que estes outros meios (livros, periódicos e sites), localizados em portais da internet,**

[107] Um inventário é um instrumento legal – de caráter não-restritivo – e documental de preservação, ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio; configura-se como uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas; não pode ser um registro único, de uma obra específica; é facultativa, mas aconselhada, a utilização da ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento, a manipulação e a visibilidade dessas informações; se configura como uma descrição detalhada, pormenorizada dos bens de modo a fornecer subsídios suficientes à preservação; os critérios de seleção das obras inventariadas estão diretamente relacionados aos objetivos do inventário e ao valor e significância das obras, elementos que sustentam a escolha do bem, que lhe dão destaque e razão para a preservação; quanto aos sujeitos aptos à tarefa de inventariação, observou-se uma predominância de profissionais diretamente vinculados aos órgãos/organizações de preservação e academias, não sendo ainda facultada essa tarefa ao público em geral, conforme recomendação de algumas das cartas patrimoniais analisadas; os inventários não precisam, necessariamente, ter a forma de uma ficha ou formulário, mas é importante que haja, pelo menos, um roteiro de perguntas, que facilite a coleta sistemática e a organização das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos principais; os objetivos subsequentes dos inventários, inclusive o tipo de produção a ser contemplado, precisam estar claros para que se possam traçar novas diretrizes e complementar com informações específicas de modo a atendê-los.

**também se configuravam como fontes de pesquisa, mas essa hipótese foi descartada ao longo do desenvolvimento do trabalho, visto que uma boa parcela desses trabalhos encontrava-se publicada nos eventos científicos selecionados:** além das doze edições do Seminário DOCOMOMO Brasil, também foram adotadas como fonte de pesquisa as cinco edições do Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação [SIAAD] [ver **quadros 05 e 06**, p.99 e p.100, respectivamente].

As primeiras observações sobre os títulos e resumos dos artigos publicados nas várias edições do DOCOMOMO Brasil e do SIAAD, apontaram para a existência de algumas recorrências ou **'grupos temáticos'** [**inventários** e registros temáticos de acordo com a **localidade**, a **autoria** ou a **tipologia** das edificações – **ver quadro 07**, p.101**]**. Além dos grupos apresentados no citado quadro, vários outros foram identificados nas fontes consultadas, mas, progressivamente, foram selecionadas aquelas recorrências temáticas que mais se alinhavam às do trabalho em questão.

A seleção do objeto empírico acontecia à medida que os dados gerados, de identificação e localização das fontes, eram organizados e confrontados com o referencial teórico e os conceitos construídos. Foram selecionados para análise trabalhos que: **[01]** manifestavam preocupação direta com a preservação, entendida como objetivo primordial desse tipo de documentação arquitetônica; **[02]** realizavam pesquisas e levantamentos sistemáticos – ligados à preservação – das características e particularidades de bens arquitetônicos da produção moderna, de forma pormenorizada; **[03]** configuravam-se como uma coleção, um catálogo, uma longa enumeração de bens, composta por informações de natureza diversa capazes de subsidiar a preservação; **[04]** e apresentavam 'fichas' ou 'roteiros de perguntas' para a coleta sistemática das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos iniciais.

Seguiram-se, no trabalho, várias etapas de triagem do objeto empírico. Em uma dessas etapas, partiu-se para a leitura e o fichamento dos artigos selecionados nos eventos científicos apontados. Até então, essa triagem era realizada principalmente a partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos. Esse processo foi iniciado pelos artigos dos seminários do DOCOMOMO nacional. Foram então eliminados do quadro os artigos que, através da leitura e do fichamento do trabalho completo, não se enquadravam dentro dos critérios de seleção anteriormente expostos. Ainda durante a leitura e o fichamento dos artigos, optou-se por destacar nas anotações realizadas o termo 'inventário'. A presença ou ausência do termo evidenciou o enfoque de cada um dos trabalhos e tornou mais fácil identificar aqueles que se propunham, de fato, a sua elaboração. Todavia e infelizmente, **pouquíssimos artigos apresentavam os modelos das fichas que aplicavam à inventariação. Mesmo aqueles que declaradamente se assumiam como inventários não apresentavam as fichas no corpo do artigo.**

Concluída a etapa de leitura e fichamento dos artigos dos seminários do DOCOMOMO nacional, foi escolhida, como amostra inicial dessa fonte, a ficha do ICAU/CE para uma análise mais detalhada pois, infelizmente, foi o único dentre os artigos deste seminário que apresentou um modelo da ficha de inventário - a título de ilustração e incompleta – no corpo do artigo. **Essa constatação tornou evidenciada a insuficiente discussão em torno do conteúdo dessas fichas de inventário e atestava uma das hipóteses iniciais do trabalho, a de que se reproduzem modelos previamente elaborados por órgãos, instituições e/ou pesquisadores sem uma reflexão mais aprofundada sobre esses instrumentos – seus objetivos, metodologias, justificativas, conteúdos, etc. – e sua contribuição ao processo de preservação.**

Um dos quadros gerados ao longo do trabalho de sistematização dos dados [**quadro 08, apresentado no apêndice B**] permitiu a constatação da **existência de algumas iniciativas de inventariação pelo território nacional, geralmente vinculados à academia e também às organizações nacionais responsáveis pela documentação da produção arquitetônica moderna, principalmente o DOCOMOMO**; tornaram-se evidentes os principais sujeitos – coordenadores dessas equipes – e suas posturas – os lugares de onde falam e seus discursos, comumente alinhados a determinados órgãos/instituições e as suas metodologias.

Para análise do objeto empírico revelou-se importante entender os sujeitos, os lugares e os discursos que estavam construindo e sendo construídos através desses instrumentos de documentação, os inventários. As diretrizes para análise do objeto empírico foram parte de um longo percurso de descobertas, surpresas, obstáculos, ajustes e mudanças de curso. Os inventários selecionados para análise passaram a ser questionados levando-se em consideração os seguintes pontos: **[01]** observância de conceituações, objetivos, justificativas e metodologias nos vários inventários selecionados; **[02]** identificação dos sujeitos [quem fala], dos lugares [de onde falam] e dos discursos a partir dos quais foram elaborados ou se elaboraram esses inventários; **[03]** análise da forma e do conteúdo dos inventários de arquitetura moderna; **[04]** apreensão dos pormenores, das especificidades e de informações identificadas nas entrelinhas de cada inventário; **[05]** e observação da existência, ou não, de correspondências entre a fundamentação teórica construída ao longo do trabalho e a prática de inventariação;

**O olhar sobre esses pontos nos inventários selecionados para análise permitiram uma compreensão de como esses objetos foram e continuam sendo construídos** – pelos órgãos/organizações de preservação, academias, profissionais, fundações – e se essa construção estava alinhada com os objetivos intrínsecos a esses instrumentos, as recomendações das Cartas Patrimoniais, nacionais e internacionais, e os Postulados Clássicos sobre Preservação.

**Com as análises foi possível pensar e repensar o papel dos inventários na escrita da história, discutindo e refletindo sobre os seus objetivos e métodos, de forma a avançar na produção do conhecimento, avaliando-o constantemente, enfrentando novos problemas, questionando e alimentando as desconfianças, pois é preciso avançar, dar passos mais largos e firmes, nos processos de documentação e preservação da produção arquitetônica moderna, compreendendo e contemplando suas especificidades, assim como é preciso evitar reproduzir processos que se naturalizaram no tempo e no espaço, sem reflexões mais aprofundadas.**

Retomando algumas das considerações e resultados obtidos nos **tópicos 4.1 e 4.2** do trabalho tem-se que, ao todo, **15 [quinze]** trabalhos corresponderam ao objeto empírico final da tese, a partir de subsequentes triagens e de alguns agrupamentos realizados ao longo do desenvolvimento da pesquisa [ver **quadro 13**, p.117]. É importante novamente salientar que **o acesso às fichas ou roteiros de perguntas elaborados pelos órgãos/organizações de preservação ou pelos coordenadores dos trabalhos selecionados nos eventos científicos foi fundamental para a análise do objeto empírico, consistindo de uma última etapa de seleção dos exemplares.**

Dentre órgãos e organizações dedicados à preservação de bens culturais consultados, apenas o IPHAN, declaradamente**, conceituou o termo/instrumento inventário** [ver **quadro 14**, p.190]. Nos portais das organizações – DOCOMOMO Brasil e ICOMOS

Brasil – não foi identificada uma conceituação literal, mas a leitura indiciária de suas fichas de registro apontou alguns rastros para a compreensão do significado e da importância que esse instrumento tem para esses órgãos, através das informações que contemplavam ou omitiam. Por exemplo, **verificou-se que campos de avaliação de importância significativa – técnica, social, cultural, estética e histórica – das fichas do DOCOMOMO Brasil representavam avanços em relação às fichas do SICG/IPHAN – e eram necessários para embasar a aceitação e preservação da produção moderna, ainda pouco contemplada em órgãos mais conservadores.** Por outro lado e, estranhamente, as fichas do DOCOMOMO Brasil, ou aquelas nelas inspiradas, foram as que apresentaram a menor exploração de recursos gráficos, apesar de haver um acesso teoricamente mais fácil à fotografias, projetos e outras imagens dessa produção recente.

Por sua vez, nos trabalhos oriundos de eventos científicos selecionados para análise, apesar de alguns declararem abertamente a realização de inventários, foram raros os que conceituaram o inventário – termo ou instrumento –, apontaram seus objetivos, justificativas e/ou métodos [ver **quadro 14**, p.190]. Entretanto, **justificativas para a realização desse tipo de catalogação** eram apontadas com muita frequência e comumente associadas à descaracterização, à perda e à necessidade de valorização e reconhecimento dos exemplares representativos da produção moderna.

Foi possível perceber, claramente, nos artigos até aqui consultados, a **preocupação com a inventariação da arquitetura moderna** produzida no Brasil, mas percebeu-se ainda mais a ausência de discussões sobre o conceito, o conteúdo e a forma que os inventários deveriam possuir para atingir seus objetivos – seja a preservação, o conhecimento, a visibilidade, a valorização, etc.

Foi possível observar que os **sujeitos** organizadores dessas iniciativas de inventariação estavam vinculados, sobretudo, à academia e/ou aos órgãos e organizações ligados à preservação e, o **lugar** e os objetivos que pretendiam essas iniciativas determinavam claramente o tom de seus **discursos**, que oscilavam, principalmente, entre preservação, visibilidade e pesquisa.

A maioria das fichas de inventário analisadas possuíam alguma **preocupação gráfica**, principalmente aquelas oriundas de grupos acadêmicos de pesquisa. Contudo, aquelas elaboradas pelos órgãos e organizações foram as que menos se esmeraram nesse aspecto a fim de deixar a ficha mais atrativa e compreensível ao leitor. As informações, em alguns casos, curtas e objetivas, aplicadas a esse tipo de cadastro, nem sempre foram claras ou capazes de transmitir informações consistentes à preservação. Por exemplo, que informações devem constar em campos como ‘recorte territorial’, ‘recorte temático’, ou mesmo ‘identificação do universo’ [campos da ficha do IPHAN]?

Observou-se que alguns dos artigos declararam a adoção de **metodologias** já aplicadas por órgãos de documentação – fichas mínima e completa do DOCOMOMO Internacional ou de outros órgãos/organizações de preservação –, outros adotaram modelos de fichas aplicadas a registros analíticos de obras de arquitetura moderna, como por exemplo, o ICAU/CE que se baseou nas fichas do livro de Marlene Acayaba, mas muitos dos trabalhos nem sequer relataram qual o método utilizado para a elaboração de suas fichas.

Ao longo do processo de triagem dos exemplares que conformaram o objeto empírico, foi possível perceber que algumas iniciativas de inventariação ‘morreram na praia’, foram

vencidas pelo cansaço, pelas inúmeras dificuldades encontradas pelo caminho, pela falta de incentivo e de perspectivas, como foi o caso de algumas pesquisas iniciadas por Nivaldo Andrade, Edja Trigueiro, Guilah Naslavsky e até mesmo o Grupo de Trabalho 4 - Acautelamento da Arquitetura Moderna.

Tanto nas fichas dos órgãos, quanto naquelas dos artigos publicados em eventos científicos, poucas deram ênfase à **relação que as obras de arquitetura registradas estabeleciam com o lote e com o entorno** – edificações, ruas, largos, paisagens –, contrariando proposições presentes em alguns dos postulados dos estudos teóricos clássicos e das Cartas Patrimoniais.

A preocupação em dar **visibilidade** às obras registradas e ao intento de inventariação como meio de alcançar a preservação esteve presente na grande maioria dos trabalhos analisados, o que ratifica a relação intrínseca existente entre o inventário e a visibilidade.

Comumente também não foram identificados **relatos do processo de construção desses edifícios, dos obstáculos enfrentados durante esse processo, das adaptações que se fizeram necessárias e repercutiram em diferenças entre o projeto arquitetônico e o objeto construído** – muito comuns por sinal. Não foram identificadas nas fichas dos inventários comparações dessa natureza, entendidas como imprescindíveis em casos – atualmente possíveis – de 'reconstrução' ou mesmo 'retomada' de conceitos originais do projeto. Em alguns dos trabalhos analisados, inclusive, a presença de alterações significativas nas obras, foi critério de eliminação destas do 'inventário' – para o caso do Guia Cataguases, uma publicação 'propagandística' organizada por Paulo Alonso; em outros, foi critério de seleção – como foi o caso do livro Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista, de autoria de Luiz Amorim.

Na maioria dos trabalhos analisados [ver **quadro 14**], não há **justificativas para seleção e documentação das obras** escolhidas para compor os inventários e, por mais óbvias que pareçam essas seleções, permanece a ausência de critérios e certa arbitrariedade. Em alguns trabalhos, que tinham objetivos e universo bastante delimitados, essa seleção foi mais fácil compreender, como foi o caso do trabalho de Guilah Naslavsky e Érika Santos, de registro das obras da DVOP na capital da Paraíba. Uma delimitação mais precisa do universo, aparentemente, torna essa ação mais exequível, pois, diante de um território tão vasto, os órgãos, organizações, profissionais e instituições dedicados à preservação se deparam com uma tarefa de proporções intimidadoras. Definitivamente, não se pode ignorar a complexidade da tarefa de inventariação, a quantidade das informações necessárias ao preenchimento de suas fichas, além da demanda de tempo e de pessoal que esta atividade requer, mas reforça-se sua importância como alternativa ou mesmo como aliada ao tombamento.

Em alguns dos trabalhos analisados, principalmente nos livros escolhidos – entendidos como exceções – e mantidos como parte do objeto empírico, observou-se um caráter mais livre, no que diz respeito à forma e ao conteúdo desses registros, que comumente revelavam, mais facilmente, o sujeito, o lugar e o discurso de seus autores e/ou organizadores. Percebeu-se ainda que esses trabalhos evidenciavam o que as obras tinham de mais significativo, analisavam as técnicas e principais tecnologias empregadas, as soluções espaciais e volumétricas, a relação estabelecida entre o interior e o exterior imediato da edificação, a relação com o clima local e com os condicionantes legais, enfim, elementos essenciais à compreensão da obra analisada e da produção moderna como um todo.

Observou-se que, em alguns dos inventários, enfatizava-se a **presença de fotografias**, antigas e atuais, internas e externas, croquis, desenhos originais, redesenhos, maquetes eletrônicas. Entretanto, foi possível constatar que esses recursos eram explorados, principalmente, em inventários produzidos por profissionais e estudantes de academias. Nas fichas consultadas do SICG/IPHAN e do DOCOMOMO, ou nelas inspiradas, por exemplo, esses recursos foram pouco explorados. Entende-se, em parte, a dificuldade em armazenar essas informações, pois trata-se de um banco de dados com um grande universo a abarcar, mas isso novamente contraria proposições presentes em alguns dos postulados dos estudos teóricos clássicos e das Cartas Patrimoniais.

Em alguns trabalhos analisados, as imagens tinham peso e voz, falavam por si. No livro *Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista*, de autoria de Luiz Amorim, por exemplo, declaradamente recorria-se mais às imagens do que às palavras. O uso desses recursos gráficos para fins de documentação – dentre as quais os inventários – é largamente indicado, desde os primeiros estudos teóricos clássicos consultados, assim como em várias cartas patrimoniais analisadas. Camillo Boito (1836-1914), por exemplo, defendia uma análise aprofundada da obra, "procurando apreender seus aspectos formais e técnico-construtivos, baseado em estudos documentais e na observação, bem como em levantamentos métricos do edifício, sendo recorrente também o uso de desenhos e de fotografias" (BOITO, 2008 [1884], p.21-22). Gustavo Giovanonni também defendia o uso de recursos gráficos quando colocava como um dos seus princípios a documentação precisa dos trabalhos [mesmo que para fins de restauro], por meio de relatórios analíticos e de fotografias (GIOVANONNI, 2013 [1913-1936], p.185). Ainda sobre a utilização dos recursos gráficos, no Anexo B da Carta do Restauro e na Carta de Burra constam, respectivamente, que:

> A realização do projeto para restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista [que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, nos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos etc.], relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade (CARTA DO RESTAURO (1972)).
>
> Art.25. Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita, acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio [fotos, desenhos, amostras etc.] (CARTA DE BURRA (1980)).

No conteúdo dos trabalhos de inventariação analisados, percebeu-se grande **ênfase na documentação de aspectos como a materialidade, a integridade e a autenticidade** das obras, apesar desses serem pontos de tensão, apontados por Prudon, entre a teoria e a prática de preservação da produção moderna e a de produções precedentes. Na ficha do ICOMOS, por exemplo, autenticidade e integridade são critérios que precisam ser atendidos para a inscrição da obra na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. As fichas mínima e completa, difundidas pelo DOCOMOMO internacional, ou aquelas que nelas se inspiram, ressaltam alguns aspectos intangíveis das obras – no campo avaliações técnica, social, cultural, estética e histórica –, mas também enfatizam muito seus aspectos materiais originais e ignoram, de certo modo, a obsolescência funcional e

física, inerente a essas construções, que originalmente atendiam a demandas funcionais bem específicas. A verificada opção pela inserção de fotografias e desenhos originais nas fichas do DOCOMOMO ratificam essa ênfase nos materiais e aspecto originais e, de certo modo, pouco contribuem para a apreciação, nessas obras modernas, de aspectos como a evidência da idade ou espessura do tempo, aspecto que apresenta relação direta com o *Valor de Novidade* apontado por Alois Riegl (2014 [1903], p.16-17).

Prudon (2008, p.23-26) afirma que a preservação da arquitetura moderna requer uma mudança de foco, uma atenção especial para expressões intangíveis manifestadas em edifícios modernos e que a significância da arquitetura moderna gravita em torno de seu aspecto conceitual, da intenção projetual do arquiteto, e não apenas em aspectos estritamente físicos e materiais do edifício.

Brandi (2004), por sua vez, defende que, quando se trata de restauração [e por que não de preservação?], cada caso é único e específico e deve ser analisado em detalhes. **Em ambas as situações, a documentação torna-se, sem dúvidas, uma grande aliada e, estando condensada, através de dossiês como inventários, torna-se importante ao conhecimento do bem, a sua preservação e às demais medidas cautelares que se fizerem necessárias.** Entende-se que, quanto mais completos esses dossiês, textual e graficamente, mais trarão contribuições à etapas cautelares posteriores. Contribuindo com essa afirmação, Cerávolo afirma que:

> é importante na formação dos futuros profissionais **a compreensão de que o universo dos bens patrimoniais excede em muito o daqueles tombados ou formalmente protegidos** [...] **o inventário bem realizado já é um instrumento de proteção do bem**. Cabe na formação de graduação enfatizar a elaboração de inventários como parte integrante do processo projetual (CERÁVOLO & MARTINS, 2017).

A autora ressalta, inclusive, que a orientação e o incentivo para a elaboração dos inventários deve ser trabalhada ainda na graduação, como parte da formação de arquitetos. Acrescentem-se a esses profissionais, outros tantos comumente habilitados para exercer a tarefa de inventariação do patrimônio cultural. Citando Paulo Ormindo de Azevedo, Ana Lúcia Cerávolo revela ainda, em tom de preocupação, que falhas comuns na formação desses diversos profissionais que passam a atuar nas áreas ligadas à preservação terminam por comprometer as obras, pois:

> temos, de um lado, restauradores com boa preparação tecnológica, mas deficiente formação em história da arte e escassa experiência de projetação arquitetônica. De outro lado, há bons projetistas que desconhecem os critérios e possibilidades da restauração e não conseguem dialogar com o monumento. Em muitos casos, as soluções ficam a dever ao monumento, ou pelo caráter simplório das intervenções, ou pela extravagância das mesmas. Em ambos os casos o monumento sai perdendo (AZEVEDO, 2005, p. 22 *apud* CERÁVOLO & MARTINS, 2017).

O processo de realização desta pesquisa trouxe imensuráveis contribuições pessoais e profissionais. Diante das considerações anteriormente expostas, contempla-se um vasto horizonte de ampliação dos estudos iniciados com esse trabalho como, por exemplo: uma análise das diversas experiências de inventariação na Europa; uma comparação dessas experiências europeias com o quadro de inventariação nacional; uma análise complementar a partir de uma aproximação aos objetos inventariados – da produção moderna nacional – e aos sujeitos inventariadores; um estudo sobre os desdobramentos das iniciativas de inventariação identificadas, entre outras tantas possibilidades...

# Referências


AFONSO, Alcília. **Documentação da arquitetura no Piauí**. In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

AFONSO, Alcilia; NEGREIROS, Ana Rosa Soares. D**ocumentos da arquitetura moderna em Teresina, Piauí**. In: 9º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2011, Brasília. Anais do 9º Seminário DOCOMOMO Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, 2011.

AFONSO, Alcilia; NEGREIROS, Ana Rosa. Documentos da arquitetura moderna no Piauí. Teresina: Halley S.A., 2010.

AGOSTINHO, Maria da Graça; AMORA, Ana Albano. **Edifícios para a saúde e o processo de modernização em Florianópolis, um passo para a preservação do patrimônio moderno**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

ALONSO, Paulo Henrique (coord.). **Guia da arquitetura modernista de Cataguases**. 2.ed. Minas Gerais: Instituto Cidade de Cataguases, 2012. Versão bilingue português/inglês. Versão digital na internet. Disponível em: www.fabricadofuturo.org.br/guiamodernista/. Acessos entre 2014 e 2018.

ALONSO, Paulo Henrique; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Conhecer para preservar: documentação e preservação do patrimônio modernista tombado em Cataguases, Minas Gerais**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

ALVAREZ, Cicero; SILVA, Marcos Miethicki da. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre na década de 1950: a modernidade como patrimônio na cidade contemporânea**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

ÁLVAREZ, Fernando. **RE: cualificación de la tesis doctoral de Kaline Guedes** [mensagem pessoal]. Recebida por: <fernando.alvarezpro@gmail.com> em 11.07.2017.

ÁLVAREZ, Fernando; MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. Archivo crítico modelo Barcelona 1973-2004. España, Actar D, 2011.

ALVIM, Clara de Andrade. **Rodrigo Melo Franco de Andrade, meu pai**. Ano 13, out. 2012. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4526. Acesso em: 09.06.2017.

AMORA, Ana Albano. **Arquitetura da Infra-Estrutura de Saúde em Santa Catarina - 1935/1945. Os conceitos e limites do movimento moderno na perspectiva das pesquisas contemporâneas**. In: 3º seminário DOCOMOMO Brasil, 1999, São Paulo. Anais 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo, 1999.

AMORIM, Luis Manuel do Eirado. **Obituário arquitetônico. Pernambuco Modernista**. Recife: UFPE, 2007.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. **Trocando gato por lebre: quando os instrumentos legais de preservação não preservam o que deve ser preservado**. In: 3º seminário DOCOMOMO Brasil, 1999, São Paulo. Anais 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo, 1999.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo V. de; OLIVEIRA, Louise A. F. de; VASCONCELLOS, Deise M. de; *et al*. **O inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico da Universidade Federal da Bahia: 1ª etapa**. In: 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2015, Belo Horizonte. Anais do 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. **A Questão da Ocupação dos Vazios em Conjuntos Históricos: da reconstrução literal ao contraste radical**. Disponível em: <http://www.academia.edu/6251772/A_Quest%C3%A3o_da_Ocupa%C3%A7%C3%A3o_dos_Vazios_em_Conjuntos_Hist%C3%B3ricos_da_reconstru%C3%A7%C3%A3o_literal_ao_contraste_radical>. Acesso em: 07.06.2017.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. **Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951: uma história a contrapelo**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de; ANDRADE, Maria Rosa de Carvalho; FREIRE, Raquel Neimann da Cunha. **O IPHAN e os desafios da preservação do patrimônio moderno: a aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE, Margarida; DUARTE JUNIOR, Romeu; JUCÁ NETO, Clovis Ramiro et al. **O Site Inventário Cearense de Arquitetura e Urbanismo (ICAU).** O acervo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. In: 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2015, Belo Horizonte. Anais do 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de; ALCÃNTARA, Antônio Pedro; et al. Mesa Redonda Patrimônio Edificado I: conservação/restauração. In: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro, nº.22, 1987. Disponível em: < http://portal. iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf> Acesso em: 31.05.2017.

ARGAN, Giulio Carlo. **El Arte Moderno. Del Iluminismo a los movimientos contemporáneos**. Madrid: Ediciones Akal, 1991.

ARNOLD, Dana et al. ***Rethinking Architectural Historiography***. Routledge: London and New York, 2006.

ARNOLD, Dana. ***Reading Architectural Historiography***. Routledge: London and New York, 2004.

ARRUDA, Anna Karla Trajano de; AMORIM, Arivaldo Leão de(2); GROETELAARS, Natalie Johanna; et al. DOS INVENTÁRIOS DE PROTEÇÃO DOS MONUMENTOS À DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA DIGITAL PARA A VALORIZAÇÃO, A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ARRUDA, Esther Mariano; PEREIRA, Maíra Teixeira. **Casas modernistas em Anápolis**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Disponível em: < http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/175>. Acesso em: 04.07.2017.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. In: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro, nº.22, 1987. Disponível em: < http://portal. iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf> Acesso em: 31.05.2017.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Lei 8895/03 | Lei nº 8.895 de 16 de dezembro de 2003**. Disponível em: https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85799/lei-8895-03. Acesso em: 23.07.2019.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia.** Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002.

BARATTO, Romulo. **Iphan lança plataforma de conhecimento e gestão do patrimônio construído**. In: ArchDaily Brasil, on-line, 10 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/883302/iphan-lanca-plataforma-de-conhecimento-e-gestao-do-patrimonio-construido. Acesso em: 01.12.2017. ISSN 0719-8906.

BENS INVENTARIADOS. In: PORTAL IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421. Acesso em: 12.05.2017.

BIERRENBACH, Ana Carolina. **Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana** [PESQUISA]. Disponível em: < http://www.docomomobahia.org/?page_ id=17/>. Acesso em: 04.03.2018.

BLOCH, Marc. **A Terra e Seus Homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: EDUSC, 2001.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Kühl, Paulo Mugayar (tradução); Kühl, Beatriz Mugayar (tradução e apresentação). 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula (org). Os pioneiros da habitação social no Brasil. V.2. Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

BORGES, Jorge Luis. **Funes, o memorioso**. *Ficciones*. 1944. Disponível em: <http://alfredo-braga.pro.br/biblioteca/memorioso.html> Acesso em: 10.06.2016.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Kühl, Beatriz Mugayar (trad.); Carbonara, Giovanni (apres.). São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 30.07.2014.

BUZZAR, Miguel Antônio; SIMONI, Lucia Noemia. **Modernidade, Modernismo e Modernização: As Fábricas Modernas da Via Anchieta**. In: 3º seminário DOCOMOMO Brasil, 1999, São Paulo. Anais 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo, 1999.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira; FROTA, José Artur D'Aló; BADAN, Rosane Costa; *et al*. **Arquitetura Moderna em Goiânia: desafios e limites da documentação para a preservação**. In: 9º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2011, Brasília. Anais do 9º Seminário DOCOMOMO Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, 2011.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des)caracterizadores de seu fim**. nº.16. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp. br/cpc/article/view/68646>. Acesso em: 30.07.2014.

CARDOSO, Luiz Muricy. **Formação dos Estados Nacionais**. Disponível em: http://leiturasdahistoria.com.br/formacao-dos-estados-nacionais/. Acesso em: 10.11.2017.

CARNEIRO, Neri P. **Memória e patrimônio: etimologia**. Disponível em: http://webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288. Acesso em: 19.05.2017.

CARTA DE ATENAS (1931). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

CARTA DE BURRA (1980). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

CARTA DE VENEZA (1964). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

CARTA DO RESTAURO (1972). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

CARVALHO, Taisa Soares de; AMARAL, Luís Cesar Peruci do. **Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento**. In: 9º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2011, Brasília. Anais do 9º Seminário DOCOMOMO Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, 2011.

CERÁVOLO Ana Lúcia; MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Patrimônio e ensino: desafios cruzados**. In: 12º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2017, Uberlândia. Anais do 12º Seminário DOCOMOMO Brasil. ARQUITETURA E URBANISMO DO MOVIMENTO MODERNO: patrimônio cultural brasileiro: difusão, preservação e sociedade. Uberlândia, 2017.

CERÁVOLO, A. L. **Movimento Moderno e Patrimônio no Brasil: história intrincada**. In: 3º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação, 2013, Belo Horizonte. Anais do 3º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2013.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição do movimento moderno para as diretrizes internacionais e nacionais de preservação do patrimônio cultural**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

CHASTEL, André. "**A invenção do inventário**", Revue de l'Art, n°. 87. Paris, CNRS, 1990. SERRA, João B. (tradução e notas). Disponível em: <www.cidadeimaginaria.org/pc/ChastelInventaire.pdf>. Acesso em: 16.05.2017.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHOAY, Francoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Marcia (org). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

COELHO, Carla Maria Teixeira. **Preservação de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro**. In: 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2007, Porto Alegre. Anais do 7º seminário DOCOMOMO Brasil. Porto Alegre, 2007.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA (1970). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

COSTA, Alcília Afonso de Albuquerque; COSTA, Júlio Afonso de Albuquerque. **A busca pela identidade moderna na arquitetura piauiense de Anísio Medeiros nos anos 50**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Ana E.; MACHADO, Maria B. P.; STUMPP, Monika M.; et al. **Arquitetura moderna na serra gaúcha em mídia interativa: documentação, análise e educação patrimonial.** In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

COSTA, Lucio. 1949. **Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN**. Disponível em: http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/4136 . Acesso em: 18.04.2018.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. **Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização. O exemplo do Rio de Janeiro**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Roberta Xavier. **Residências da orla marítima de João Pessoa: um patrimônio moderno**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Xico. Imagem e experiência de apreensão da cidade. In: **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2015.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Maria de Lourdes Menezes (trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ (1975). In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

DECLARAÇÃO EINDHOVEN-SEOUL (2014). Disponível em: https://www.docomomo.com/. Acesso em: 13.04.2015.

DESBASTAMENTO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 13.07.2017.

DOCUMENTO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 23.07.2014.

DVOŘÁK, M.; GARCÍA VIERNA, V. A. ***Catecismo del cuidado de los monumentos***. [s. l.], 2018. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.A8A395EC&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 8 maio. 2019.

ESTATUTO ICOMOS/BRASIL. In: PORTAL ICOMOS/BRASIL. Disponível em: https://www.icomosbr.org/estatuto-jcmoi. Acesso em: 01.06.2017.

FERREIRA, Mauro; SANTOS, Marcelo; SANTOS, Douglas Oliveira. **Inventário da arquitetura modernista em Passos**. In: XI Encontro de Pesquisadores da UNI-FACEF. Disponível em: http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/ Com_EP.html#Me. Acesso em: 04.12.2017.

FILOLOGIA. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 14.07.2017.

GARCIA, Vitor Cavalcanti; PANTALEÃO, Sandra Catharinne. **O reconhecimento do legado modernista brasileiro como patrimônio cultural edificado e as fichas de inventário como ferramenta para sua preservação**. In: 12º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2017, Uberlândia. Anais do 12º Seminário DOCOMOMO Brasil. ARQUITETURA E URBANISMO DO MOVIMENTO MODERNO: patrimônio cultural brasileiro: difusão, preservação e sociedade. Uberlândia, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIOVANONNI, Gustavo. **Textos Escolhidos**. Kühl, Beatriz Mugayar (organização). São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

GONÇALVES, Josilena Maria Zanello. **A Arquitetura Moderna e o Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná: o Tombamento de Marcos de Referência da Arquitetura Moderna Paranaense**. In: 5º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003, São Carlos. Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Carlos, 2003.

GORNI, Marcelina. **Arquitetura modernista em Anápolis: desafios e realizações na pesquisa de base documental do patrimônio modernista – o caso do bairro Jundiaí (porção oeste).** In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

INVENTÁRIO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 23.07.2014.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Plano de Trabalho: Grupo de Trabalho 4 – Acautelamento da Arquitetura Moderna. Brasília: IPHAN, 2008.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Brasília, DF: IPHAN, 2013.

JEUDI, Henri-Pierre. O destino dos patrimônios. In: COSTA, Xico (organização). **A invenção do Patrimônio**. EDUFBA, 2012.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro; NASCIMENTO, José Clewton do; FERNANDES, Ricardo; DUARTE JUNIOR, Romeu. **Inventário da arquitetura moderna cearense: o Campus do Benfica da Universidade Federal do Ceará**. In: 9º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2011, Brasília. Anais do 9º Seminário DOCOMOMO Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, 2011.

LAUAND SOBRINHO, Eduardo; SANTORO, Francisco José; NUSDEU, René Antonio. **Arquitetura Moderna em Araraquara – Inventário**. In: 3º seminário DOCOMOMO Brasil, 1999, São Paulo. Anais 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo, 1999.

LEITE, Denivaldo Pereira, LAUCEVICIUS, Fernando, CIRRINCIONE, Patrícia, JUNIOR, Paulo Rodolpho. **Inventário de Arquitetura Moderna – Vila Mariana**. São Paulo: Faculdade de Belas Artes de São Paulo, Programa de Iniciação Científica da Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2005.

LEITE, Denivaldo Pereira; SANTOS, Ademir Pereira dos. **Inventário de Arquitetura Industrial: exemplares industriais em Sto. André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (1947-1970).** In: VI Colóquio Latino-americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial - TICCIH/ SESC/ BELAS ARTES/ IPHAN. São Paulo, 2012.

MARTÍ ARÍS, Carlos. *Silencios elocuentes*. Barcelona: Ediciones UPC, 1999.

MCDONALD, Susan *et al* (organização). ***Conservation of Modern Architecture***. Shaftesbury: Donhead, 2007.

MELLO, Benedito Assagra Ribas de; DAVID, Marcia; SANTOS, Ademir Pereira dos; *et al*. **Inventário de Arquitetura Moderna no Vale do Paraíba e Alto Tietê**. In: 3º Seminário DOCOMOMO Brasil, 1999, São Paulo. Anais 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo, 1999.

MELOT, Michel. ***Le grand inventaire***. Situ, n° 6, setembro, 2005; "*Patrimoines en situation: l'Inventaire général entre histoire et prospective*". Disponível em: <www.revue.inventaire.culture.gouv.fr/insitu>.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. 2008. Disponível em: < http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/ 16320-16321-1-PB.pdf> Acesso em: 23.10.2017.

MONUMENTO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 23.07.2014.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. Revista CPC, São Paulo, n. 11, p. 152-187, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/ 15676/17250>. Acesso em: 12.07.2017.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15676/17250/. Acesso em: 03.06.2017.

MOREIRA, Fernando Diniz; OLIVEIRA, Patricia Ataíde Solon de; OLIVEIRA, Veronice. **Inventário Acacio Gil Borsoi: uma experiência de salvaguarda e disseminação de acervos de arquitetura moderna.** In: 12º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2017, Uberlândia. Anais do 12º Seminário DOCOMOMO Brasil. ARQUITETURA E URBANISMO DO MOVIMENTO MODERNO: patrimônio cultural brasileiro: difusão, preservação e sociedade. Uberlândia, 2017.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf. Acesso em: 09.10.2017.

MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. ***Teoria contemporânea de la Restauración*.** Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

NASLAVSKY, G.; SANTOS, E. D. A. **Inventário da Arquitetura Moderna na Paraíba, 1930-1980**. In: XVIII Encontro de Iniciação Científica da UFPB, 2010, João Pessoa. CD de resumos, 2010.

NEGREIROS, Ana Rosa; AFONSO, Alcília (Orgs.). **Documentos de arquitetura moderna no Piauí**. Teresina, Halley S.A., 2010.

NERY, Juliana Cardoso. **Registros: As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60.** In: 5º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003, São Carlos. Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Carlos, 2003.

NOGUEIRA, Ana Paula; ROCHA, Ricardo. **Patrimônio arquitetônico moderno em Santa Maria: as casas do arquiteto Luiz Arthur Vallandro - um resgate analítico.** In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

NORMAS DE QUITO (1967). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

NOSOGRÁFICOS. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 10.03.2016.

OKSMAN, Silvio. **Contradições na preservação da arquitetura moderna**. 2017. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 124.00, Vitruvius, set. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/ revistas/read/arquitextos/11.124/3546>. Acesso em: 29.07.2014.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **A documentação como Ferramenta de Preservação da Memória**. Brasília: Programa Monumenta / IPHAN, 2008. 143p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **Desenho de Arquitetura Pré-Renascentista**. Salvador: EDUFBA, 2002. 273p.

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. **Quando o projeto é patrimônio: a modernidade póstuma em questão**. 2011. Tese (Doutorado) PROPAR/URFRS, Porto Alegre, 2011.

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. **Quando o projeto é patrimônio**. In: 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2007, Porto Alegre. Anais do 7º seminário DOCOMOMO Brasil. Porto Alegre, 2007.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acessos entre 2015 e 2018.

PORTAL ACÁCIO GIL BORSOI. Projeto Cultural Inventário – Acacio Gil Borsoi. Disponível em: < http://acaciogilborsoi.com.br/>. Acessos entre 2017 e 2018.

PORTAL DOCOMOMO BRASIL. Disponível em: <http://docomomo.org.br/>. Acessos entre 2014 e 2018.

PORTAL DOCOMOMO INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.docomomo.com>. Acessos entre 2014 E 2018.

PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157. Acesso em: 12.04.2018.

PORTAL FAUFBA. Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana – Docomomo/Bahia. Disponível em: < https://arquitetura.ufba.br/pt-br/node/290 >. Acessos entre 2017 e 2018.

PORTAL GOBIERNO DE ESPAÑA. Disponível em: <http://www.lamoncloa.gob.es/>. Acesso em: 24.05.2018.

PORTAL ICOMOS - International Council of Monuments and Sites. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/>. Acessos entre 2017 e 2018.

PORTAL IPCE - Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Cultura y Deporte. Disponível em: <https://ipce.mecd.gob.es/>. Acesso em: 13.04.2018.

PORTAL IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/. Acessos entre 2014 e 2018.

PORTAL LIVRARIA DA TRAVESSA. Disponível em: <https://www.travessa.com.br/a-terra-e-seus-homens-agricultura-e-vida-rural-nos-seculos-xvii-e-xviii/artigo/eb60f3f4-827d-45eb-9e5f-e59b2a165706>. Acesso em: 04.04.2018.

PORTAL NÚCLEO DOCOMOMO BAHIA. Disponível em: < http://www.docomomobahia.org/>. Acessos entre 2017 e 2018.

PORTAL REPÚBLICA PORTUGUESA. Patrimônio Cultural. Direção Geral do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>. Acesso em: 13.04.2018.

PORTAL RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Culture. Disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/>. Acesso em: 24.05.2018.

PORTAL SÉNAT. UM SITE AU SERVICE DES CITOYENS. Disponível em: < https://www.senat.fr/histoire/loi_sur_les_monuments_historiques/la_notion_de_monument_historique.html>. Acessos entre 2017 e 2018.

PORTAL UNESCO. ***Tentative Lists***. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/tentativelists/. Acesso em: 01.10.2018.

PORTO, Ângela et al. História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

POZZOBON, Bruno C.; ALCÂNTARA, Marina de; BENETTI, Tatiana; et al. INVENTÁRIO DOS BENS EDIFICADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PRUDON, Theodore. Great expectations: Woolworth Building (Cass Gilbert) and Lever House (SOM). In: CUNNINGHAM, Allen (Ed.). ***Modern movement heritage***. London: E&FN Spon, 1998. p. 88-95.

PRUDON, Theodore. ***Preservation of Modern Architecture***. New York: John Wiley, 2008.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI (1976). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1964). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1968). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1972). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

RESOLUÇÃO DE SÃO DOMINGOS (1975). In: CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408p.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro, nº.22, 1987. Disponível em: < http://portal. iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf> Acesso em: 31.05.2017.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. DAVIDSOHN, Werner R. (tradução). São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Mércia Parente. **Patrimônio arquitetônico moderno: do debate às intervenções**. Dissertação de Mestrado PPGAU/UFPB, 2011.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan (tradução e apresentação). São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SÁ, Ivan Coelho de. **Dicionário da Pró-Memória**. Fundação Pró-Memória de São Carlos. Disponível em: http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br. Acesso em: 28.05.2018.

SAMPAIO, Julio Cesar Ribeiro. **Banco de dados da conservação das edificações tombadas de Juiz de Fora.** In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Arquitetura Industrial: São José dos Campos**. São José dos Campos, SP: A.P. Santos, 2006. 334p.

SANTOS, Erika D. A.; NASLAVSKY, Guilah. **O edifício como documento: o caso do inventário dos edifícios da DVOP**. In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SANTOS, Humberto. **Sistema de informações do patrimônio histórico da cidade de Mucugê – Bahia**. Dissertação de Mestrado. PPG-AU/UFBA, 2014.

SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SÉNAT. *Um site au service des citoyens.* ***Au service d'une politique nationale du patrimoine: le rôle incontournable du Centre des monuments nationaux****.* França. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/r09-599/r09-59933.html>. Acesso em: 17.05.2017.

SILVA, Cleyton R.; NASCIMENTO, Bruno D.; SILVEIRA, Tamyres V. L.; CAMISASSA, Maria M. S. *et al*. **Documentação digital: uma alternativa à preservação da arquitetura moderna na Zona da Mata mineira**. In: 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais do 2º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ SerPesDoc2_SalvemosOuroPreto_m.pdf. Acesso em: 22.07.2019.

TINEM, Nelci. "Desafios da Preservação da arquitetura moderna: o caso da Paraíba". In: **Cadernos PPGAU/FAUFBA**, p. 37-63, 2009.

TINEM, Nelci**. O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

TINEM, Nelci; GUEDES, Kaline Abrantes. **Documentando o patrimônio moderno: Informação e Visibilidade.** In: 3º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2013, Belo Horizonte. Anais do 3º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

TINEM, Nelci; GUEDES, Kaline Abrantes. **Documentando o Patrimônio Moderno: Informação e Visibilidade**. In: IV WORKSHOP DE PESQUISAS, 2013, João Pessoa. ANAIS DO IV WORKSHOP DE PESQUISAS DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. João Pessoa: UFPB, 2013.

TOURNIKIOTIS, Panayotis. ***The historiography of modern architecture***. Cambridge: MIT Press, 1999.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. C**onhecendo a Arquitetura Moderna Potiguar: um esforço conjunto**. In: 3º seminário DOCOMOMO Brasil, 1999, São Paulo. Anais 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo, 1999.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Kühl, Beatriz Mugayar. (trad. e apres.). 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

WEBER, Beatriz Teixiera e SERRES, Juliana C. Primon. Instituições de Saúde de Porto Alegre – inventário. Porto Alegre: Ideograf, 2008.

ZANLUCA, Julio César; ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **História da Contabilidade**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>. Acesso em: 17.05.2017.

# APÊNDICE A

## O COLECIONADOR DE QUESTÕES

**uma tese num conto**[108]

Aos primeiros raios de sol de um dia aparentemente comum, a cidade de Tamara acordou ao som dos gritos do padeiro, e não do cacarejar do galo, símbolo costumeiro do amanhecer naquela pacata cidade. E o alvoroço começou... Aos berros, o padeiro perguntava: "- Onde está minha padaria? Alguém, por favor, me ajude a encontrar!" Atordoados com os gritos do padeiro e ainda em trajes de dormir, os habitantes de Tamara foram, aos poucos, deixando a tranquilidade de suas moradias e se dando conta que a cidade amanhecera completamente diferente. Mas o que acontecera ali afinal? As placas que pendiam das paredes e atribuíam aparente significado às edificações da cidade estavam todas fora dos seus locais tradicionais. A placa com as alabardas do corpo de guarda estava na taberna; a placa com o torquês, símbolo da casa do tiradentes, estava na quitanda; a placa com a jarra, símbolo da taberna, foi parar na casa do tiradentes... vejam só que loucura! E o padeiro continuava a gritar e a procurar a placa com os pendões de trigo, símbolo de sua padaria. A ele foram se juntando a proprietária da quitanda, o confeiteiro, o joalheiro, o barbeiro, os homens do corpo de guarda, o tiradentes, o alfaiate, o relojoeiro, o sapateiro...

Com seus ícones embaralhados, os habitantes levaram praticamente o dia inteiro para localizar suas placas e reposicioná-las em suas respectivas edificações. E a cidade movimentou-se como há tempos não se via. De um lado se podiam ouvir as murmurações das velhas senhoras irritadas com o imenso trabalho que isso lhes causara e também por todo transtorno que a cidade então vivenciava. Os velhos ranzinzas resmungavam, mas era possível perceber que estavam um tanto felizes com a novidade, ainda que quisessem transparecer certo incômodo. As crianças, por sua vez, adoraram a novidade e toda aquela movimentação. Eufóricas, brincavam por entre as escadas e pessoas que, nas ruas de Tamara, trabalhavam no reposicionamento das mais variadas placas. Os jovens curiosos, ao passo que eram requisitados para ajudar os mais velhos a reordenar a cidade e os seus símbolos, agrupavam-se nas esquinas e se perguntavam baixinho: "- Quem teria tido tamanha ousadia? Quem teria sido capaz de desacatar a ordem há tempos estabelecida pelos símbolos da cidade?" E assim se seguiu um dia completamente atípico em Tamara. As várias perguntas que foram sendo formuladas ao logo do intenso dia de trabalho permaneceram sem quaisquer respostas. E, apesar das inúmeras especulações e acusações, ninguém conseguira identificar o autor de tamanha desordem. À espreita do tal infrator, o corpo de guarda passou então a vigiar as madrugadas da cidade. Na semana que se seguiu àquele atribulado dia, entretanto, nada de extraordinário aconteceu... e os habitantes de Tamara permaneceram na expectativa de novos acontecimentos.

E essas foram as várias ideias e fatos que, em turbilhão, passaram a inquietar a cabeça de João, o colecionador. Ao contratar Maria, uma nova faxineira, para limpar suas coleções, jamais lhe passou pela mente que ela não compreenderia a rigidez e a lógica organizacional da sua mais preciosa, a cidade de Tamara. Maria se atrapalhou por completo na ocasião da reordenação das placas que pendiam dos edifícios em meio às ruas, pessoas, animais, carroças e árvores que conformavam aquela cidade.

Apavorado então, João passa a imaginar o caos que essas mudanças ocasionaram na vida dos seus habitantes. Ele já não mais conseguia percorrer as ruas da sua coleção e nelas ler o que lhe parecia ser um discurso imutável. Tamara já não mais dizia tudo o que se devia pensar sobre ela através de suas placas. É quando o colecionador começa o processo de reordenação dos símbolos da cidade, ao passo que ia imaginando toda trama que se estabelecia entre os moradores de sua coleção.

[108] Esse Conto foi parte de um memorial elaborado na disciplina Seminário de Tese I, ministrada pelo prof. Dr. Xico Costa. Para elaboração dessa parte do memorial, foi utilizado como cenário a própria cidade de Tamara, descrita por Ítalo Calvino no conto 'As cidades e os símbolos 1', no livro 'Cidades Invisíveis', utilizado como conto de aproximação.

Em meio ao seu desespero, todavia, também lhe veio ao pensamento como essa rigidez se tornara previsível, como Tamara se tornara opaca na repetição cotidiana dessa homilia. E, nesse momento, João se deu conta que a desorganização talvez lhe fosse oportuna e, a partir de então, começou a, propositadamente, trocar as placas de lugar e imaginar o agitado dia-a-dia na cidade e na vida de seus habitantes em meio ao mistério em torno do ser desordeiro e à tarefa de reposicionamento de seus símbolos. E essa nova ocupação se tornou então uma diversão para João. E, para além de uma diversão, o colecionador também se apercebeu que os tempos mudaram, que a cidade mudou e que era necessário **repensar**. João passa a manipular Tamara tal qual uma criança com seus brinquedos. Novas possibilidades, novos olhares e novas leituras se lhe foram possíveis diante dessas mudanças. E foi assim que João, de tempos em tempos, resolveu 'faxinar' sua coleção e **repensar** o discurso que o cotidiano lhe fazia repetir. Eis sua nova diversão e oportunidade de revisitar, reviver e **repensar** seus velhos procedimentos de colecionador.

E nesse processo, João também deu-se conta que era preciso **repensar** outras coleções... perguntar-se, afinal, para que serviam, servem ou deveriam servir? Qual o objetivo? A finalidade? Deveria ele preservar seus velhos, corriqueiros e conservadores costumes ou era chegada a hora de subvertê-los?

**QUADRO 08- Etapas de triagem do objeto empírico do trabalho de tese.**

**LEGENDA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Propostas de Inventário | | Discussão Teórica |
| | Registro Analítico de obras (localidade) | | |
| | Registro Analítico de obras (monográfico) | [00] | Trabalhos selecionados para análise |
| | Registro Analítico de obras (tipologia) | X | Trabalhos eliminados + critério de exclusão |

| UF | No. | FONTE | CRITÉRIO DE EXCLUSÃO/ OBSERVAÇÕES | | | | TÍTULO DO TRABALHO | COORDENAD. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [01] | SITE | | | | | **Ficha SICG/IPHAN** | **IPHAN** |
| | [02] | SITE | | | | | **Ficha DOCOMOMO** | **DOCOMOMO** |
| | [03] | LIVRO | | | | | Os pioneiros da habitação social. V2: **inventário** da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. | Ana Paula Koury<br>Nabil Bonduki |
| BA | X | ARTIGO 7º DOCOMOMO | (???) | | | | Arquitetura moderna e reciclagem do **patrimônio** edificado: a contribuição baiana de Diógenes Rebouças | Nivaldo Andrade Jr.<br>João Legal Leal |
| | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | DISCUSSÃO TEÓRICA | | | | O Iphan e os desafios da **preservação** do Patrimônio Moderno: IPAC [...] | Nivaldo Andrade Junior *et al* |
| | [04] | PROJETO DE PESQUISA | FICHA OK | | | | **Inventário** do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana | Ana Carolina Bierrenbach |
| | [05] | ARTIGO 4º SIAAD | FICHA SOLICITADA | | | | O **inventário** do patrimônio arquitetônico e urbanístico da UFBA: 1ª etapa | Nivaldo Andrade Júnior *et al* |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | DISCUSSÃO TEÓRICA | | | | A digitalização como forma de **preservação**: o arquivo do centro de estudos da arquitetura na Bahia (CEAB). | Eloisa Petti Pinheiro<br>Mariely Santana |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | (???) | | | | As pistas e os rastros das arquiteturas modernas de Salvador | Ana Carolina Bierrenbach |
| CE | [06] | REPOSITÓR. UFC | | | | | **Inventário** cearense de arquitetura e urbanismo (ICAU) (SITE) | Clovis R. Jucá Neto *et al* |
| | [06] | ARTIGO 9º DOCOMOMO | | | | | **Inventario** da Arquitetura Moderna Cearense (ICAU/UFC) | Clovis R. Jucá Neto *et al* |
| | [06] | ARTIGO 4º SIAAD | LOCALIZAR ARTIGO | | | | O site **inventário** cearense de arquitetura e urbanismo (ICAU). Acervo CAU/UFC. | Margarida Andrade *et al* |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | A contribuição do arquiteto José Liberal de Castro à escrita da história da arquitetura e do urbanismo no Ceará. | Ricardo A. Paiva<br>Beatriz Diógenes |
| | | ARTIGO 3º SIAAD | | | | | Sobre o guia da arquitetura moderna em Fortaleza (1960-1982) | Ricardo A. Paiva *et al* |
| GO | X | ARTIGO 2º SIAAD | (???) | | | | Arquitetura modernista em Anápolis: desafios e realizações na pesquisa do patrimônio modernista. | Marcelina Gorni |
| | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Casas modernistas em Anápolis | Esther M. Arruda<br>Maíra T. Pereira |
| | [07] | ARTIGO 3º SIAAD | LOCALIZAR ARTIGO | | | | Arquitetura Residencial em Goiânia (1935-40): metodologia de **inventário** de conhecimento. | Ana Amélia de P. Moura |
| MG | | | (???) | | | | | Maria B. Capello |
| | | | (???) | | | | | Marta Camissassa |
| | | ARTIGO 3º DOCOMOMO | MODERNO? ARQUITETURA? | | | | **Inventário** do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim | Jurema M. Rugani<br>Leonardo Castriota |
| | [08] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | | | | **Documentação** e **preservação** do **patrimônio modernista** tombado em Cataguases, Minas Gerais | Paulo H. Alonso<br>Leonardo Castriota |
| | [08] | LIVRO<br>SITE | | | | | Arquitetura modernista Cataguases: **guia** do **patrimônio** cultural | Paulo Henrique Alonso *et al* |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [09] | ARTIGO XI ENC. PESQ. UNIFACEF | | | | | **Inventário** da Arquitetura Modernista Em Passos | Mauro Ferreira *et al* |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | DISCUSSÃO DE TÉCNICA (???) | | | | Arqueologia Industrial, Memória e **Documentação**: Os **Registros** das Vilas Operárias Siderúrgicas de Sabará - MG | Ronaldo André R. da Silva |
| PA | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Residências modernistas em Belém (PA): **Documentando** um novo modo de vida | Izabelle Karoline M. Lima |
| | X | TFG | PRESERVAÇÃO ??? | | | | João Pessoa: verticalização, progresso e modernidade: **registros** dos prédios altos (1958-1975) | Carolina Marques Chaves |
| | [10] | TFG | (???) | | | | Manifestação da Arquitetura Moderna em João Pessoa | Mércia Parente Rocha |
| | X | DISSERT. MESTRADO | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Casas modernas na orla marítima de João Pessoa 1960 a 1974 | Roberta Xavier Costa |
| | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Residências da orla marítima de João Pessoa: um **patrimônio** moderno | Roberta Xavier Costa |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Uma pesquisa sobre o morar moderno em João Pessoa: a experiência dos anos 1970. | Ricardo Ferreira de Araújo<br>Nelci Tinem |
| PB | X | ARTIGO 2º e 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | O projeto como documento histórico: arquitetura moderna em Patos/PB | Elis Dantas Medeiros |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | O habitar moderno e contemporâneo: relação entre história e projeto através do **registro** e da análise gráfica | Eduarda Kelen Silva Soares |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Arquitetura moderna pessoense 1965-1985 | Erika Diniz A. dos Santos |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Análise da configuração espacial de residências unifamiliares em João Pessoa | Marya Aldrigue<br>Nelci Tinem |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Arquitetura residencial em João Pessoa (1950 – 1970) | Surama da Costa *et al* |
| | X | LIVRO | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Arquitetura Moderna na Paraíba | Márcio Cotrim *et al* |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | DISCUSSÃO TEÓRICA | | | | O **registro** gráfico como estratégia de **documentação** possível | Márcio Cotrim *et al* |
| PE | [12] | LIVRO | | | | | Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista | Luiz Amorim |
| | [13] | SITE | SITE NÃO ESTÁ DISPONÍVEL | | | | **Inventário** Armando de Holanda | Guilah Naslavsky *et al* |
| | X | SITE E ARTIGO 3º SIAAD | INTERIORES | | | | **Inventário** Janete Costa | Fernando Diniz *et al* |
| | [14] | SITE | | | | | **Inventário** Acácio Gil Borsoi | Fernando Diniz *et al* |
| PI | X | ARTIGO 8º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO ??? | | | | A busca pela identidade moderna na arquitetura piauiense de Anísio Medeiros | Alcília Afonso Costa<br>Júlio Afonso Costa |
| | X | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Arquivos privados e arquitetura: a obra de Antônio Luiz Dutra no Piauí. | Alcília Afonso Costa *et al* |
| | [15] | ARTIGO 2º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | **Documentação** da arquitetura no Piauí. | Alcília Afonso Costa |
| | [16] | ARTIGO 2º SIAAD | ESTUDO DE CASO | | | | **Documentação** na arquitetura, obras de Acácio Gil Borsoi no Piauí. | Ana Feitosa<br>Lívia M. M. Santos |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Estudo da Casa Piauiense: Espaços e Costumes | Aracelly Moreira Magalhães |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | (???) | | | | Avenida Frei Serafim: **Arquitetura Moderna e Patrimônio** em Teresina | Pamela Krishna R. Franco Freire |
| PR | | ARTIGO 5º DOCOMOMO | (???) | | | | Arquitetura Moderna e Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná: o | Josilena Maria Zanello Gonçalves |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Tombamento de Marcos de Referência da Arquitetura Moderna Paranaense. | |
| | [17] | ARTIGO 3º SIAAD | MODERNO (???) | | | | O **Inventário** como Instrumento de Proteção do Patrimônio Edificado em Curitiba | Camila Montes Celinski |
| RJ | [18] | ARTIGO 7º DOCOMOMO | | | | | **Preservação** de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro | Carla Maria T. Coelho |
| | X | LIVRO | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro (209 obras **catalogadas**), 1993. | Alberto Xavier *et al* |
| | | FIOCRUZ | (???) | | | | Edifícios da Saúde | Andreza Baptista |
| | [19] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | | | | **Patrimônio moderno** da saúde e os desafios para a sua valorização. Exemplo do Rio de Janeiro. | Renato da Gama-Rosa |
| | X | LIVRO | HISTORIOGR. | | | | **História** da saúde no Rio de Janeiro: instituições e **patrimônio** arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958). | Ângela Porto *et al* |
| | X | LIVRO | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Quando o Brasil era Moderno: **Guia** de Arquitetura 1928- 1960. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001. | Lauro Cavalcanti |
| RN | [20] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | SOLICITAR FICHA | | | | Conhecendo a Arquitetura Moderna Potiguar um esforço conjunto | Edja Trigueiro |
| | X | ARTIGO 4º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Site ícones da arquitetura moderna natalense: divulgando o acervo iconográfico em plataforma digital. | Maria H. Oliveira Bárbara Rodrigues |
| RS | | ARTIGO 8º DOCOMOMO | (???) | | | | Arquitetura Moderna em Porto Alegre na década de 1950: a **modernidade como patrimônio** na cidade contemporânea | Cicero Alvarez Marcos M. da Silva |
| | [21] | PESQUISA UCS | | | | | **Arquitetura Moderna** na Serra Gaúcha: acervo e novas tecnologias na educação **patrimonial** | Ana Elísia Costa *et al* |
| | [21] | ARTIGO 2º SIAAD | | | | | **Arquitetura moderna** na Serra Gaúcha em mídia interativa: **documentação**, análise e educação **patrimonial**. | Ana Elísia Costa *et al* |
| | [22] | LIVRO | MODERNO (???) | | | | Instituições de Saúde de Porto Alegre – **inventário**. Porto Alegre: Ideograf, 2008. | Beatriz Weber Juliana Serres |
| | X | PROJETO PESQUISA | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Casas modernistas Erechim | Nébora Lazzarotto Modle *et al* |
| | [23] | ARTIGO 2º SIAAD | | | | | **Inventário** dos bens edificados da Universidade Federal de Santa Maria. | Bruno C. Pozzobon *et al* |
| | [24] | ARTIGO 2º SIAAD | | | | | **Patrimônio arquitetônico moderno** em Santa Maria: as casas do arquiteto Luiz Arthur Vallandro – um resgate analítico. | Ana Paula Nogueira Ricardo Rocha |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | A arquitetura residencial moderna na região central do Rio Grande do Sul | Fernanda Peron Gaspary *et al* |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | PRESERVAÇÃO ??? | | | | Arquitetura residencial moderna em Santa Maria, RS - Análise de caso | Fernanda Peron Gaspary *et al* |
| | X | ARTIGO 3º SIAAD | NÃO TEM POR OBJETIVO A PRESERVAÇÃO | | | | **Documentação** e identificação de categorias arquitetônicas: as fabricas da cidade de Pelotas-RS | Jeferson Salaberry Francine Ribeiro |
| | [25] | ARTIGO 3º SIAAD | MODERNO (???) | | | | O **inventário** do Patrimônio Arquitetônico de Cruz Alta - RS | Pedro Moreira Cláudio Mello |
| SC | [26] | ARTIGO 8º DOCOMOMO | | | | | Edifícios saúde e processo de modernização em Florianópolis: **preservação do patrimônio moderno** | Maria Agostinho Ana Albano Amora |
| | [26] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | | | | | Arquitetura da Infraestrutura de Saúde em Santa Catarina – 1935-1945 | Ana Albano Amora |
| SE | [27] | ARTIGO 5º DOCOMOMO | PRESERVAÇÃO (???) | | | | As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60 | Juliana Nery |
| SP | [28] | ARTIGO 3º DOCOMOMO | | | | | Arquitetura Moderna em Araraquara: **Inventário** | Eduardo Lauand Sobrinho *et al* |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | X | **ARTIGO 7º DOCOMOMO** | **PRESERVAÇÃO ???** | | | | Difusão da arquitetura moderna brasileira – o caso do plano de ação do governo do estado de São Paulo (1959-1963) | Miguel Buzzar<br>Maria T. Cordido |
| | X | **LIVRO** | **PRESERVAÇÃO ???** | | | | Residências em São Paulo: 1947-1975. Romano Guerra, São Paulo, 1975. | Marlene Acayaba |
| | [29] | **LIVRO** | **FICHA SOLICITADA** | | | | Arquitetura Industrial em São José dos Campos. São José dos Campos, São Paulo. APS, São Paulo 2006. | Ademir dos Santos |
| | [29] | **COLÓQUIO IPHAN** | **FICHA SOLICITADA** | | | | **Inventário** De Arquitetura Industrial em Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano Do Sul (1947 – 1970). | Ademir dos Santos<br>Denivaldo Pereira |
| | [29] | **COLÓQUIO IPHAN** | **INDUSTRIAL (???)** | | | | **Inventário** de Arquitetura Moderna – Vila Mariana. | Denivaldo Leite<br>*et al* |
| | [30] | **ARTIGO 3º DOCOMOMO** | **FICHA SOLICITADA** | | | | **Inventário de Arquitetura Moderna** no Vale do Paraíba e Alto Tietê | Ademir dos Santos<br>*et al* |
| | X | **ARTIGO 3º DOCOMOMO** | **(???)** | | | | O Codepac e a Luta pela **Preservação de Edifícios Modernos** em Bauru – SP | Nilson Ghirardello |
| | X | **ARTIGO 3º DOCOMOMO** | **PRESERVAÇÃO ???** | | | | Modernidade, Modernismo e Modernização: As Fábricas Modernas da Via Anchieta | Miguel Buzzar<br>Lucia Simoni |

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

# Anexo A

## Memória

**Carlos Drummond de Andrade**

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.

Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.

do_co_mo_mo_

# Minimum Documentation Fiche 2003

## composed by national/regional working party of:

0.1 Picture of building/site
depicted item: source: date:

**1. Identity of building/group of buildings/urban scheme/landscape/garden**
1.1 current name of building
1.2 variant or former name
1.3 number & name of street
1.4 town
1.5 province/state
1.6 zip code
1.7 country
1.8 national grid reference
1.9 classification/typology
1.10 protection status & date

**2 History of building**
2.1 original brief/purpose
2.2 dates: commission/completion
2.3 architectural and other designers
2.4 others associated with building
2.5 significant alterations with dates
2.6 current use
2.7 current condition

**3 Description**
3.1 general description
3.2 construction
3.3 context

**4 Evaluation**
4.1 technical
4.2 social
4.3 cultural & aesthetic
4.4 historical
4.5 general assessment

do_co_mo_mo_

**ISC/R members update 2003**
*for office use only*

International working party for
**documentation and conservation**
of buildings, sites and neighbourhoods of the
**modern movement**

## MINIMUM DOCUMENTATION FICHE 2003 | 02.02

**5 Documentation**
5.1 principal references
5.2 visual material attached
5.3 rapporteur/date

**6 Fiche report examination by ISC/R**
name of examining ISC member: date of examination:
approval:
working party/ref. n°: NAI ref. n°:
comments:

do_co_mo_mo_

**ISC/R members update 2003**
*for office use only*

International working party for
**documentation and conservation**
of buildings, sites and neighbourhoods of the
**modern movement**

do_co_mo_mo_

# Full Documentation Fiche 2003

## composed by national/regional working party of:

0. Picture of building/ group of buildings/ urban scheme/ landscape/ garden
depicted item: source: date:

## 1. Identity of building/ group of buildings/ group of buildings/ landscape/ garden

**1. 1 Data for identification**
current name:
former/original/variant name:
number(s) and name(s) of street(s):
town:
province/state:
post code: block: lot:
country:
national topographical grid reference:
current typology:
former/original/variant typology:
comments on typology:

**1. 2 Status of protection**
protected by: state/province/town/record only
grade:
date:
valid for: whole area/parts of area/building
remarks:

**1. 3 Visually or functionally related building(s)/site(s)**
name(s) of surrounding area/building(s):
visual relations
functional relations:
other relations:

## 2. History of building(s) etc.

**2. 1 Chronology**
*Note if the dates are exactly known (e) or approximately estimated = circa (c) or (±)*
commission or competition date:
design period(s):
start of site work:
completion/inauguration:

**2. 2 Summary of development**
commission brief:
design brief:
building/construction:
completed situation:
original situation or character of site:

**2. 3 Relevant persons/organisations**
original owner(s)/patron(s):
architect(s):
landscape/garden designer(s):
other designer(s):
consulting engineer(s):
building contractor(s):

**2. 4 Other persons or events associated with the building(s)/site**
name(s):
association:
event(s):
period:

**2. 5 Summary of important changes after completion**
type of change: alteration/renovation/restoration/extension/other:
date(s):
circumstances/reasons for change
effects of changes:
persons/organisations involved:

## 3. Description of building(s) etc.

**3. 1 Site/building character**
*Summarize main character and give notes on surviving site/building(s)/part(s) of area.*
*If a site: principle features and zones of influence; main elements in spatial composition.*
*If a building: main features, construction and materials.*

**3. 2 Current use**
of whole building/site:
of principal components (*if applicable*):
comments:

**3. 3 Present (physical) condition**
of whole building/site:
of principal components *(if applicable)*:
of other elements *(if applicable)*:
of surrounding area *(if applicable)*:
comments:

**3. 4 Note(s) on context, indicating potential developments**
*Indicate, if known, potential developments relevant for the conservation/threats of the building/site*

**do_co_mo_mo_**

**ISC/R members update 2003**
*for office use only*

International working party for
**documentation and conservation**
of buildings, sites and neighbourhoods of the
**modern movement**

## 4. Evaluation

*Give the scientific reasons for selection for docomomo documentation*

***Intrinsic value***

**4. 1 technical evaluation:**
**4. 2 social evaluation:**
**4. 3 cultural and aesthetic evaluation:**

***Comparative significance***

**4. 4 canonical status (local, national, international)**
**4. 5 historic and reference values:**

## 5. Documentation

**5. 1 archives/written records/correspondence etc. (state location/ address):**
**5. 2 principal publications (in chronological order):**
**5. 3 visual material (state location/ address)**
original visual records/drawings/photographs/others:
recent photographs and survey drawings:
film/video/other sources:
**5. 4 list documents included in supplementary dossier**

## 6. Fiche report

name of reporter:
address:
telephone: fax: e-mail:
date of report:

**examination by DOCOMOMO national/regional section**
approval by working party co-ordinator/registers correspondent (name):
sign and date:

**examination by DOCOMOMO ISC/R**
name of ISC member in charge of the evaluation:
comment(s):
sign and date:
ISC/R approval: date:
working party/ref. n° :
NAi ref. n° :

do_co_mo_mo_

**ISC/R members update 2003**
*for office use only*

International working party for
**documentation and conservation**
of buildings, sites and neighbourhoods of the
**modern movement**

International committee for
**documentation and conservation**
of buildings, sites and neighbourhoods of the
**modern movement**

do.co.mo.mo_

## Eindhoven-Seoul Statement 2014

DOCOMOMO International is a non-profit organization dedicated to the DOcumentation and COnservation of buildings, sites and neighbourhoods of the MOdern MOvement.

It aims to:

1. Bring the significance of the architecture of the Modern Movement to the attention of the public, the authorities, the professionals and the educational community.
2. Identify and promote the surveying of the works of the Modern Movement.
3. Promote the conservation and (re)use of buildings and sites of the Modern Movement.
4. Oppose destruction and disfigurement of significant works.
5. Foster and disseminate the development of appropriate techniques and methods of conservation and adaptive (re)use.
6. Attract funding for documentation conservation and (re)use
7. Explore and develop new ideas for the future of a sustainable built environment based on the past experiences of the Modern Movement.

Seoul, 26th September 2014.

Associação Docomomo Internacional NIPC 510849 217

**Docomomo International**
Instituto Superior Técnico, Av. Rovisco Pais, 1 – 1049-001 Lisboa T +351 21 8418101/02/03 M docomomo@tecnico.ulisboa.pt W www.docomomo.com

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Icomos/Brasil

*Conseil International des Monuments et des Sites*

*International Council on Monuments and Sites*

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS/BRASIL.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS/BRASIL realizada no dia dezessete de dezembro de dois mil e treze, no Auditório do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia – CEAB – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, localizada à Rua Caetano Moura, n. 121, Federação, Salvador, Bahia, para deliberação e votação da Adaptação e Reforma do Estatuto Social do ICOMOS, conforme convocação enviada a todos os associados, em cinco de novembro de 2013 e em consonância com o Estatuto vigente, artigo sétimo, segundo parágrafo. A reunião contou com a presença dos seguintes associados: Eugênio de Ávila Lins, Presidente do ICOMOS, Henrique Osvaldo de Andrade, Vice-Presidente, Maria Herminia Olivera Hernandez, Secretária Geral, Mariely Cabral de Santana, Diretora Financeira, Luiz Antonio Fernandes Cardoso, Conselheiro da Região Nordeste, Rosina Coeli Alice Parchen, Conselheira da Região Sul, Márcia Genésia Sant'Anna, diretora de Comitês Temáticos e dos associados: Mário Mendonça de Oliveira, Griselda Klüppel Pinheiro e Dulcilia Maneschy Correa Acatauassu Nunes. A Assembleia Geral extraordinária convocada para as catorze horas, pela primeira chamada e para as quinze horas, na segunda chamada, foi aberta às quinze horas pelo presidente do ICOMOS que, neste momento, reforçou a necessidade de adequação e reforma do novo estatuto ao Código Civil Brasileiro e relatou sobre o processo de votação. Esclareceu que, em atendimento ao estatuto vigente, foram realizadas duas reuniões para discussão e votação do Estatuto. As Assembleias ocorreram nos dias nove de setembro e catorze de outubro de dois mil e treze. Não se obtendo quorum nas duas reuniões, foi encaminhada outra convocação para realização da Assembleia Geral Extraordinária para o dia dezessete de dezembro de dois mil e treze. Junta a esta convocação foi encaminhada a última versão do novo estatuto e cédula de votação por meio de correspondência registrada. Logo em seguida passou-se à apuração dos votos do novo Estatuto do ICOMOS, procedendo-se no primeiro momento à formação da mesa apuradora que ficou assim constituída: Mário Mendonça de Oliveira, Maria Herminia Olivera Hernandez e Griselda Klüppel Pinheiro. Foram apurados os votos presenciais e os enviados pelo correio. O resultado da apuração foi a aprovação, por unanimidade, do novo Estatuto do ICOMOS Brasil, conforme o texto a seguir:

**ESTATUTOS DO COMITÊ BRASILEIRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS)**

Reforma e Consolidação para adequação ao novo Código Civil

**TÍTULO I**

**DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS**

Art. 1º. - O Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), designado ICOMOS/BRASIL, fundado em 17.08.78, registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Cartório Marcelo Ribas, em Brasília-DF, sob nº 512, no livro A-2, em 02 de maio de 1980, Associação Federativa, de duração ilimitada; não governamental, sem fins lucrativos, que reúne pessoas e instituições de todo o território nacional, com sede e foro em Brasília – Distrito Federal na SHIS QI 29, Comércio Local, Bloco A, Sala 107/parte, Lago Sul, CEP

Gleisle Satyro Sales
Advogada
OAB-RJ 138196
OAB-DF 22920

71675-205, e passa a reger-se pelo presente Estatuto de acordo com o Código Civil Brasileiro, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro 2002, Art. 44 e seguintes, e as alterações contidas na Lei nº11.127, de 2005 e 10.838 de janeiro de 2004, após revisto, atualizado e aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em Salvador aos dezessete dias do mês de dezembro de 2013.

Art. 2º. - O ICOMOS/BRASIL tem como objetivos o estudo, a análise e a divulgação das ações de proteção, conservação, restauração e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios naturais de valor cultural e seus entornos, bem como das teorias, dos métodos e técnicas associados a essas ações.

Art. 3º. - Para atingir estes objetivos, o ICOMOS/BRASIL desenvolverá, principalmente, as seguintes atividades:

I. promoção de seminários, reuniões, cursos, palestras e publicações articuladas, sempre que possível, com instituições da sociedade civil e com instituições de ensino nacionais e internacionais.

II. promoção das recomendações internacionais, relativas à proteção e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios naturais e de valor cultural e seu entorno, com vistas à sua adoção e à sua efetivação em âmbito nacional.

III. apoio à formação e especialização de técnicos para a preservação, a conservação, a restauração e a valorização dos monumentos, conjuntos e sítios naturais e de valor cultural e seu entorno, em colaboração com instituições publicas e organizações sociais.

IV. organização de inventários e cadastros de monumentos, conjuntos e sítios naturais e de valor cultural e seu entorno, em colaboração com instituições públicas e organizações sociais.

V. articulação com organismos internacionais, principalmente ibero-americanos e lusófonos, vinculados à proteção e à valorização de monumentos, conjuntos e sítios naturais e de valor cultural e seu entorno.

VI. divulgação, no Brasil, das atividades internacionais do ICOMOS e das suas conclusões e recomendações, relativas a colóquios e assembleias.

Art. 4º. - O ICOMOS/BRASIL deverá promover, no mínimo, um seminário de âmbito nacional a cada três anos para a apreciação das suas atividades e apresentação de trabalhos técnicos e científicos de seus membros.

**TÍTULO II**
**DA ESTRUTURA GERAL E ATRIBUIÇÕES**
**CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA**

Art. 5º. - O ICOMOS/BRASIL tem a seguinte estrutura:
I. Assembléia Geral;
II. Conselho Deliberativo;
III. Conselho Fiscal;
IV. Diretoria Nacional;
V. Seções Estaduais.

**CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO, DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS ESTRUTURAIS**
**DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 6º. - A Assembléia Geral é o órgão superior de decisão do ICOMOS/BRASIL, sendo constituída por todos os membros em situação regular, perante a associação, que estejam presentes às suas Sessões.

Art. 7º. - A Assembléia Geral reúne-se sob a convocação do Presidente, ordinariamente, quando dos seminários nacionais trienais e, extraordinariamente, por convocação do Conselho Deliberativo ou por solicitação de, no mínimo, 1/5 (um quinto) de seus membros em situação regular.

Gleide Santos Sales
Advogada
OAB-RJ 110.948
OAB-DF 22.802/A

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada mediante envio de correspondência aos membros da associação ou através da publicação de edital no seu site oficial e envio de mensagem eletrônica.
Parágrafo 2º. - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pelo menos com trinta (30) dias de antecedência, especificamente para tratar dos assuntos previstos no Parágrafo 1º do art. 9º e outros da mesma relevância.
Parágrafo 3º. – Quando em segunda convocação não for atingido o "Quorum" qualificado de 50% mais um do número total de associados, o presidente determinará seja feita consulta plebiscitária, por correspondência a todos os membros do ICOMOS-BRASIL.
Art. 8º. - A Assembléia Geral realizar-se-á com qualquer número de membros e tem competência para deliberar acerca de qualquer assunto do interesse do ICOMOS/BRASIL e privativamente:

I. decidir sobre alterações no Estatuto nacional;
II. destituir os administradores;

III. decidir sobre a destinação dos bens do ICOMOS/BRASIL, no caso de sua extinção;
IV. aprovar as contas da Diretoria Nacional;
V. homologar o parecer do Conselho Deliberativo sobre a criação de Seções Estaduais e seus respectivos estatutos;
VI. decidir sobre a extinção de Seções Estaduais, conforme parecer do Conselho Deliberativo;
VII. eleger a Mesa Diretora dos Seminários, a qual atuará solidariamente com a Presidência da Assembleia na organização e realização desses eventos;
VIII. eleger os membros que comporão a Diretoria Nacional;
IX. eleger os representantes regionais que integrarão o Conselho Deliberativo.
Parágrafo único – Quando em Assembleia Extraordinária para tratar dos assuntos previstos nos Parágrafos 1º e 2º do art. 9º não for atingido o quorum qualificado de 3/4 (três quartos) do número total de membros em situação regular, na primeira e segunda convocação, o presidente determinará que seja feita consulta plebiscitária, por correspondência, a todos os membros regulares do ICOMOS/BRASIL.
Art. 9º. - As decisões da Assembléia Geral serão proferidas por maioria de votos dos membros presentes em situação regular.
Parágrafo 1º. - Para tratar da reforma do Estatuto e da extinção do ICOMOS/BRASIL exigir-se-á a aprovação de, pelo menos, 3/4 (três quartos) dos membros presentes em situação regular.
Parágrafo 2º. - Para destituir qualquer dirigente do ICOMOS/BRASIL exigir-se-á a aprovação de, pelo menos, 3/4 (três quartos) dos presentes à Assembleia Geral.

**DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Art. 10 - O Conselho Deliberativo é composto pelos 6 (seis) membros da Diretoria Nacional, pelos Representantes das Seções Estaduais e pelos 5 (cinco) Conselheiros Regionais, 1 (um) por região de acordo com a classificação geopolítica do IBGE, ou seja, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
Parágrafo 1º. - O Conselho Deliberativo reúne-se a cada seis meses em sessões ordinárias ou extraordinariamente sempre que convocado pela Diretoria ou por um terço (1/3) de seus membros.
Parágrafo 2º. - O Conselheiro que faltar a duas reuniões seguidas ou três reuniões alternadas, sem justificativa, será substituído.
Parágrafo 3º. - O quorum exigido nas reuniões semestrais para decidir e homologar propostas será de metade mais um do total dos membros do Conselho Deliberativo.
Art. 11 - Os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo são de três (3) anos, renováveis uma vez.
Art. 12 - A representação das Seções Estaduais no Conselho Deliberativo do ICOMOS/BRASIL é assegurada, sendo um (1) Diretor para o 1º grupo de cinco (5) membros, seguindo-se mais um (1) Delegado para cada grupo de dez (10) até o limite de dez (10) Delegados.

Gleide Santos Sales
Advogada
OAB-RJ 110[illegible]

Art. 13 - As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria dos membros presentes.
Parágrafo único: Os Conselheiros ausentes poderão votar por correspondência.
Art. 14 - São atribuições do Conselho Deliberativo:
I. decidir sobre a admissão de sócios individuais, institucionais e honorários, de acordo com os critérios estabelecidos neste Estatuto;
II. indicar, dentre os seus integrantes, os membros do Conselho Fiscal;
III. deliberar sobre os pareceres do Conselho Fiscal referentes às prestações anuais de contas da Diretoria Nacional;
IV. deliberar sobre os relatórios anuais da Diretoria Nacional;
V. deliberar sobre a proposta orçamentária trienal e a do exercício seguinte, apresentadas anualmente pelo Presidente e pela Diretoria Nacional;
VI. fixar as anuidades a serem pagas pelos membros;
VII. credenciar os representantes do ICOMOS/BRASIL para as Assembleias Gerais do ICOMOS e outros eventos internacionais;
VIII. deliberar "ad referendum" da Assembleia Geral sobre o impedimento de qualquer dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
IX. deliberar "ad-referendum" da Assembleia Geral sobre todos os assuntos de interesse do ICOMOS/BRASIL.

**DO CONSELHO FISCAL**

Art. 15 - O Conselho Fiscal, composto de três (3) membros integrantes do Conselho Deliberativo, reúne-se, ordinariamente, uma (1) vez por ano durante as sessões do Conselho Deliberativo e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Diretoria Nacional ou por dois (2) de seus membros, com trinta (30) dias de antecedência.
Art. 16 - O Conselho Fiscal é competente para examinar e dar parecer sobre os balancetes e relatórios financeiros da Diretoria Nacional do ICOMOS/BRASIL requerendo a documentação necessária e submetendo suas recomendações ao Conselho Deliberativo.
Art. 17 - O mandato de cada membro do Conselho Fiscal será de três (3) anos, renovável uma (1) vez.

**DA DIRETORIA**

Art. 18 - O ICOMOS/BRASIL é representado e administrado pela Diretoria Nacional composta de um (1) Presidente, um (1) Vice-Presidente, um (1) Secretário-Geral, um (1) Diretor Geral de Finanças, um (1) Diretor Geral de Comitês Temáticos e um (1) Diretor Geral de Projetos, podendo este ser auxiliado no gerenciamento operacional por um Secretário Executivo ou por Assistentes Administrativos contratados, sem direito a voto.
Art. 19 - O mandato da Diretoria, dos Conselheiros Regionais e dos Diretores de Comitês Temáticos e de Projetos é de três (3) anos, renovável uma vez.
Art. 20 - Nos casos em que o Vice-Presidente, o Diretor Geral de Comitês Temáticos e o Diretor Geral de Projetos sejam de outras seções estaduais, suas manifestações poderão ser enviadas por correspondência e anexadas à ata da reunião da Diretoria.
Art. 21 - A sede do ICOMOS/BRASIL será em Brasília, onde obrigatoriamente deverá residir, pelo menos, um membro do Conselho Deliberativo do ICOMOS.
Art. 22 - São atribuições da Diretoria:
I. cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
II. submeter os balancetes anuais do ICOMOS/BRASIL ao exame e parecer do Conselho Fiscal, encaminhando-os à aprovação do Conselho Deliberativo;
III. elaborar o programa anual de atividades do ICOMOS/BRASIL, bem como seus relatórios anuais, submetendo-os ao Conselho Deliberativo e à Assembleia Geral;
IV. submeter à apreciação do Conselho Deliberativo os membros do ICOMOS/BRASIL indicados para a representação nas Assembleias Gerais do ICOMOS;
V. incumbir-se das publicações e do boletim do ICOMOS/BRASIL.
Art. 23 - Compete ao Presidente:

Gleide Sat[illegible] Sales
Advogada
OAB-RJ [illegible]
OAB-DF 22826A

I. representar o ICOMOS/BRASIL diante dos poderes constituídos das demais entidades e organismos nacionais e internacionais e dos setores organizados da sociedade, assim como representar a associação em juízo ou fora dele, podendo, em ambos os casos, delegar poderes;
II. convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria e do Conselho Deliberativo, sem direito a voto, salvo em caso de empate;
III. encaminhar ao Conselho Deliberativo o programa anual de atividades do ICOMOS/BRASIL elaborado pela Diretoria;
IV. encaminhar ao Conselho Deliberativo o orçamento anual e trienal do ICOMOS/BRASIL;
V. coordenar a organização dos Seminários;
VI. enviar o relatório anual de atividades do ICOMOS/BRASIL elaborado pela Diretoria e, depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo, para o Secretariado do ICOMOS;
VII. manter permanente articulação do ICOMOS/BRASIL com o ICOMOS;
VIII. firmar toda a correspondência oficial do ICOMOS/BRASIL, delegando aos demais membros a de caráter peculiar aos seus respectivos cargos;
IX. indicar os Delegados Nacionais com direito a voto na Eleição Geral,que ocorre trienalmente durante a Assembleia Geral Internacional, atendendo ao disposto no Estatuto do ICOMOS/UNESCO.
Art. 24 - Compete ao Vice-Presidente:
I. substituir o Presidente do ICOMOS/BRASIL em suas faltas ou impedimentos e interinamente sempre que necessário;
II. assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III. prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 25 - Compete ao Secretário-Geral:
I. Encarregar-se do expediente e da correspondência;
II. organizar o quadro de membros do ICOMOS/BRASIL, o cadastro das seções estaduais, bem como o arquivo da entidade;
III. elaborar os Relatórios anual e trienal do ICOMOS/BRASIL;
IV. redigir as atas das Assembleias, das sessões do Conselho Deliberativo e das reuniões da Diretoria.
Art. 26 - Compete ao Diretor de Finanças:
I. encarregar-se da Tesouraria e da Contabilidade do ICOMOS/BRASIL, bem como elaborar os Balanços consolidados da entidade nacional, em conjunto com os das seções estaduais, incumbindo-se, ainda, da quitação das anuidades devidas ao Conselho Internacional do ICOMOS;
II. assinar com o Presidente ordens de pagamento, cheques e demais documentos relativos às finanças do ICOMOS/BRASIL;
III. elaborar a proposta orçamentária anual.
Art. 27 - Compete ao Diretor de Comitês Temáticos:
I. manter contato com os Comitês Científicos internacionais do ICOMOS objetivando encaminhar o pedido de ingresso dos associados interessados em integrá-los, e cujos nomes serão aprovados pelo Conselho Deliberativo;
II. representar o ICOMOS/BRASIL nos eventos internacionais das diferentes áreas temáticas, podendo indicar ao Conselho Deliberativo através da Diretoria Nacional, o seu substituto;
III. providenciar o cadastro de textos das áreas temáticas.
Art. 28 - Compete ao Diretor de Projetos:
I. incumbir-se da coordenação de programas do ICOMOS/BRASIL, articulando com as Seções Estaduais a compatibilização do calendário de eventos em âmbito nacional e, quando for o caso, estaduais;
II. incumbir-se dos projetos de pesquisa, articulados ou não com instituições governamentais, com instituições da sociedade civil e com instituições de ensino nacionais e internacionais;

Gleide Santos Sales
Advogada
OAB-RJ 110195
OAB-DF 22828/A

III. coordenar o cadastro dos trabalhos, artigos, textos, documentos do quadro social, juntamente com o Secretário Geral e com o Diretor de Comitês Temáticos;
IV. desenvolver programas e projetos editoriais do ICOMOS/BRASIL.

**DAS SEÇÕES ESTADUAIS**

Art. 29 - As Seções Estaduais congregarão membros do ICOMOS/BRASIL, nas áreas de suas respectivas jurisdições e terão como representantes no Conselho Deliberativo, o Diretor e 1 (um) Delegado para cada 10 (dez) membros.
Parágrafo 1º. - O Diretor e os Delegados das Seções Estaduais serão eleitos em reunião expressamente convocada para tal fim, sendo permitido o voto por correspondência;
Parágrafo 2º. - O resultado da eleição e a ata da reunião serão enviados ao Presidente do ICOMOS/BRASIL, pelo Diretor eleito, ou pelo delegado regional na falta de diretoria anterior, que dará conhecimento ao Conselho Deliberativo;
Parágrafo 3º. - O mandato do Diretor e dos Delegados Estaduais será de 3 (três) anos renovável uma vez.
Art. 30 - As Seções Estaduais serão reconhecidas pelo Conselho Deliberativo do ICOMOS/BRASIL desde que:
I. tenham um mínimo de cinco (5) membros domiciliados nas respectivas unidades federativas, deixando de existir se reduzido, por mais de um (1) ano, a menos de quatro (4) membros na sua composição;
II. possuam personalidade jurídica;
III. sejam regidas por estatutos próprios coerentes com os do ICOMOS/BRASIL não possuindo nos mesmos nenhum dispositivo em contradição com os do Comitê Nacional.
Art. 31 - As Seções Estaduais terão autonomia política administrativa, econômica e financeira, e exercerão com independência sua atividade programática obrigando-se contudo a:
I. acatar e promover as iniciativas tomadas pelo Conselho Deliberativo do ICOMOS/BRASIL e Assembleia Geral;
II. manter toda a estrutura organizacional do ICOMOS/BRASIL informada das resoluções tomadas no âmbito estadual por seus respectivos dirigentes;
III. registrar seus estatutos e regimentos internos no Comitê Nacional, submetendo-se à aprovação do Conselho Deliberativo do ICOMOS/BRASIL;
IV. reconhecer que todas as iniciativas junto aos poderes públicos de âmbito federal, bem como os assuntos e relações internacionais e de representação, serão da alçada exclusiva da Diretoria Nacional, sendo vedado às Seções agir por iniciativa própria nessas áreas, exceto quando por delegação expressa da Diretoria Nacional e do Conselho Deliberativo do ICOMOS/BRASIL;
V. utilizar em todos os seus impressos e cartazes o mesmo logotipo e dizeres usados pelo ICOMOS/BRASIL, acrescidos dos referentes ao Estado, Distrito Federal ou Territórios;
VI. promover eleições trienais para renovação de suas Diretorias Estaduais, e seus Conselhos Deliberativos na época determinada pelo presente Estatuto.
Art. 32 - As Seções Estaduais serão denominadas da seguinte forma:
ICOMOS-(nome ou sigla do Estado)BRASIL.

**TÍTULO III**
**DOS MEMBROS**

Art. 33 - O ICOMOS/BRASIL é composto por membros:
I. individuais;
II. institucionais;
III. honorários;
IV. beneméritos.
Art. 34 - A qualidade de membro individual poderá ser conferida a pessoas atuantes nas áreas científicas, técnicas e de direção dos órgãos públicos, das instituições governamentais ou privadas, relacionadas com a conservação, a restauração e a valorização dos monumentos, dos conjuntos e dos sítios naturais e de valor cultural e com a pesquisa, o ensino e o estudo do acervo documental, bem

Adriele Santos Sales
Advogada
OAB-RJ 170196
OAB-DF 2282/A

como de legisladores e de administradores públicos que tenham realizado trabalho efetivo na área de proteção dos bens de valor cultural.
Art. 35 - A qualidade de membros institucionais poderá ser conferida aos órgãos e entidades públicas ou privadas, cujas atividades estejam relacionadas no artigo anterior.
Art. 36 - A qualidade de membro honorário poderá ser conferida às pessoas ou instituições que hajam prestado serviços relevantes à preservação ou ao estudo e à divulgação do acervo cultural brasileiro, e o título de beneméritos às pessoas que doarem, contribuírem e destinarem legados ao ICOMOS/BRASIL.
Art. 37 - A efetivação da admissão será realizada com a sua inscrição como membro do ICOMOS;
Parágrafo 1°. - Para ingressar no ICOMOS, o candidato deve enviar ao Presidente do ICOMOS/BRASIL uma carta de intenção endossada por 3 (três) associados não diretores, e uma versão resumida de seu "curriculum vitae";
Parágrafo 2°. - Submetido o pedido à análise do Conselho Deliberativo, o resultado será comunicado ao candidato, por escrito.

Art. 38 - São direitos e prerrogativas dos associados individuais regulares com a associação:
I. participar das atividades do ICOMOS/BRASIL;
II. tomar parte e votar nas Assembleias Gerais e reuniões das Seções Estaduais às quais pertençam;
III. propor às respectivas Seções Estaduais temas e assuntos relevantes para discussão;
IV. integrar comissões e grupos de trabalho para os quais tenham sido designados pelo Conselho Deliberativo, Diretoria ou Direção da Seção Estadual;
V. votar e ser votado para a Diretoria, Conselho Regional e direção da Seção Estadual e propor novos associados;
VI. não poderão ser eleitos os associados individuais que tendo exercido cargo executivo de gerenciamento de recursos financeiros do órgão, não prestarem contas ao final da gestão.
Art. 39 - São deveres dos membros individuais:
I. prestigiar o ICOMOS/BRASIL;
II. respeitar e cumprir o presente estatuto e demais normas do ICOMOS/BRASIL;
III. se for eleito para qualquer cargo, cumprir o mandato com espírito público, consciência de seus deveres e das responsabilidades que o mandato impõe;
IV. não usar o nome do ICOMOS/BRASIL ou o prestígio do cargo para o qual foi eleito ou designado com objetivos de caráter político-partidárias, religiosos raciais ou promoção comercial;
V. fazer constar, em suas publicações, a condição de membro do ICOMOS;
VI. manter atualizadas as anuidades;
VII. apresentar ao ICOMOS/BRASIL, cópia de trabalhos científicos e técnicos que produzir.
Art. 40 - São deveres dos sócios institucionais:
I. indicar expressamente e por prazo definido dirigente ou funcionário para representá-lo no ICOMOS/BRASIL, e nas Seções Estaduais;
II. manter em dia suas anuidades;
III. cumprir o que dispõe o artigo anterior nos seus incisos I, II e IV.
Art. 41 - A qualidade de membro do ICOMOS/BRASIL perde-se por:
I. desligamento voluntário;
II. a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim definido pela Assembleia Geral, que deverá ser convocada especialmente para tal deliberação.
Parágrafo primeiro: Considera-se justa causa:
a) O não pagamento da anuidade por dois anos consecutivos;
b) atentar contra a boa imagem da Associação, segundo entendimento da Assembleia Geral;

Sales
Advogada
OAB-RJ 110195
OAB-DF 22620A

c) desviar os objetivos para que a associação se presta, segundo entendimento da Assembleia Geral;
d) qualquer motivo grave, assim definido pela Assembleia Geral

Parágrafo segundo: deverá ser conferido ao associado a possibilidade de ampla defesa e de contraditório, diante das acusações de justa causa, descritas nos itens "b","c" e "d"

**TÍTULO IV**
**DAS ELEIÇÕES**

Art. 42 - As eleições para a Diretoria Nacional do ICOMOS/BRASIL, e Conselheiros Regionais processar-se-ão mediante chapas previamente formadas, eleitas em Assembléia Geral expressamente convocada para este fim, por voto secreto dos seus membros individuais, admitindo-se ainda o voto por correspondência.
Parágrafo 1º. - As chapas a que se refere o caput, deverão se inscrever junto à Secretaria Geral com antecedência de quarenta e cinco (45) dias das eleições, podendo apresentar modificação até uma semana antes da realização da Assembleia Geral Eletiva.
Parágrafo 2º. - Para concorrer aos cargos eletivos, os candidatos devem ser associados ao ICOMOS/BRASIL há mais de 2 (dois) anos.
Art. 43 - O voto por correspondência de que trata o art. 42 será admitido mediante cédula oficial fornecida pelo ICOMOS/BRASIL a todos os associados com direito a voto, devendo ser enviadas ao Secretário Geral que as manterá lacradas para abertura pública durante a apuração dos votos em Assembleia Geral.
Parágrafo Único - O voto por correspondência será encaminhado através de envelope próprio que conterá:
a) ficha de identificação do membro assinada;
b) cédula de votação em envelope especial;
c) o associado presente à Assembleia Geral que tiver votado por correspondência não votará outra vez.
Art. 44 - O Conselho Deliberativo do ICOMOS/BRASIL disciplinará por resolução as normas das reuniões das Assembleias e das eleições e sua apuração.
Art. 45 - Os cargos eletivos do ICOMOS/BRASIL não podem ser remunerados.
Art. 46 - A nova Diretoria eleita passará a exercer o seu mandato depois do ato de posse, que ocorrerá logo após a proclamação dos resultados durante a Assembleia Geral.

**TÍTULO V**
**DAS CONTRIBUIÇÕES E DO PATRIMÔNIO**

Art. 47 - A anuidade dos membros do ICOMOS/BRASIL, na qual deverá estar incluída a parcela devida ao ICOMOS, será fixada pelo Conselho Deliberativo.
Parágrafo Único - As Seções Estaduais, por deliberação da maioria de seus membros poderão estipular contribuição adicional destinada a financiar suas atividades, desde que não exceda a 50% (cinqüenta por cento) da contribuição fixada no caput. Para a contabilidade a seção poderá, sob consulta, utilizar o CNPJ do ICOMOS/BRASIL.
Art. 48 - O ICOMOS/BRASIL abrirá uma conta em Banco localizado na sede do ICOMOS, para onde serão enviadas as anuidades preestabelecidas pelo Conselho Deliberativo, dentro do prazo estipulado anualmente.
Parágrafo 1º. - A conta do ICOMOS/BRASIL será movimentada somente com as duas assinaturas autorizadas do presidente e do Diretor Geral de Finanças.
Parágrafo 2º. - O recibo anual comprobatório será fornecido obrigatoriamente aos associados.
Art. 49 - O Patrimônio do ICOMOS/BRASIL será constituído pelas contribuições dos membros, pela realização de convênios, das rendas de suas publicações ou de outra espécie, das doações e legados a ele destinados, das subvenções públicas ou particulares e de outros bens de que se tornar proprietário.
Art. 50 - Deliberada a extinção do ICOMOS/BRASIL, a Assembleia Geral designará as instituições a que se destinarão os bens, em conformidade com a legislação nacional.

Gleide Saty's Sales
Advogada
OAB-RJ 110195
OAB-DF 22820A

**TÍTULO VII**
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 51 - Os membros não respondem individualmente por alienação ou aquisição de bens e por obrigações desse tipo, eventualmente contraídas em nome do ICOMOS/BRASIL, pelos seus administradores.

Art. 52 - Em caso de vacância de cargos do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria, será convocada reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, no prazo de trinta (30) dias, a fim de eleger membros substitutos.

Art. 53 - Os casos omissos no Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo e decididos "ad referendum" da Assembleia Geral nos assuntos de sua competência exclusiva.

Art. 54 - Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registros de Títulos e Documentos.

Esta ata, junto ao novo estatuto recém aprovado, serão encaminhados a Brasília para registro em Cartório, quando passará a vigorar e reger o CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS/BRASIL. E nada mais tendo a constar, Eu Maria Herminia Olivera Hernandez lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais presentes nesta Assembleia.

Advogada
OAB-RJ 110195
OAB-DF 22820A

SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

IPHAN

## SICG

**Contexto**

**Recorte territorial:**
Não encontrado.

**Recorte temático:**
Não encontrado.

**Identificação do universo:**
Não encontrado.

**Localização**

**UF:** Rio de Janeiro
**Município:** Rio de Janeiro
**CEP:** 20030120

**Coordenada(s) geográfica(s):**
-22,908644759999998 -43,17354158

**Endereço:**
Rua da Imprensa, Nº 16

**Mapa**




**Dados do bem**

**Nome:** Prédio do MEC
**Nome popular:** Palácio Gustavo Capanema
**Natureza:** Bem Imóvel
**Tipo:** Edificação
**Estado de Conservação:** Ruim
**Estado de Preservação:** Pouco Alterado
**Uso do Solo:** Urbano
**Entorno do bem:** Alterado

**Foto**



Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, RJ.

**Síntese do bem**

**Síntese:**
Prédio do MEC, localizado(a) no estado de Rio de Janeiro, cidade(s) de Rio de Janeiro, é um Bem Imóvel, do tipo Edificação, com estado de conservação Regular e de preservação

**Síntese histórica:**
Projetado durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema para sediar o antigo Ministério de Educação e Saúde, o prédio, inaugurado pelo Presidente Getúlio Vargas, rep arquitetura moderna em nosso país e é um dos primeiros arranha-céus com fachada toda de vidro construído no mundo. Arquitetos consagrados atuaram no projeto de e Capanema, tais como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Ernany de Vasconcelos, com base em estudos feitos por L esteve em 1937 especialmente como consultor. O edifício foi construído de 1937 à 1943, tendo sido a estrutura projetada pelo engenheiro Emílio Baungart. Interna e externam obras de arte representativas do modernismo em nosso país tais como os painéis de azulejos desenhados por Cândido Portinari, quadros e murais deste mesmo artista, além das Giorgio, Vera Janacopulus e Celso Antônio. Os jardins, na área em torno e no terraço, são de Roberto Burl Marx. O edifício atualmente abriga o Instituto de Patrimônio Histórico (IPHAN), a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e alguns setores do Ministério da Cultura. Seu tombamento compreendeu toda a área de terreno situada entre as Ruas da Luzia, a Avenida Graça Aranha e a Rua Araújo Porto Alegre. Fontes: Heritage of Portuguese Influence (HPIP) - Fundação Calouste Gulbenkian; e Arquivo Noronha Santos - In Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

**Meios de acesso ao bem:**
Não informado

**Outras Informações:**
Não informado

**Proteção**
Não informado

**Bem faz parte do seguinte grupo:**
**Grupo:** Não vinculado a nenhum grupo.
**Bens pertencentes ao grupo:**

**Hierarquia do bem**
Loading ...

**Dados sobre gestão do bem**

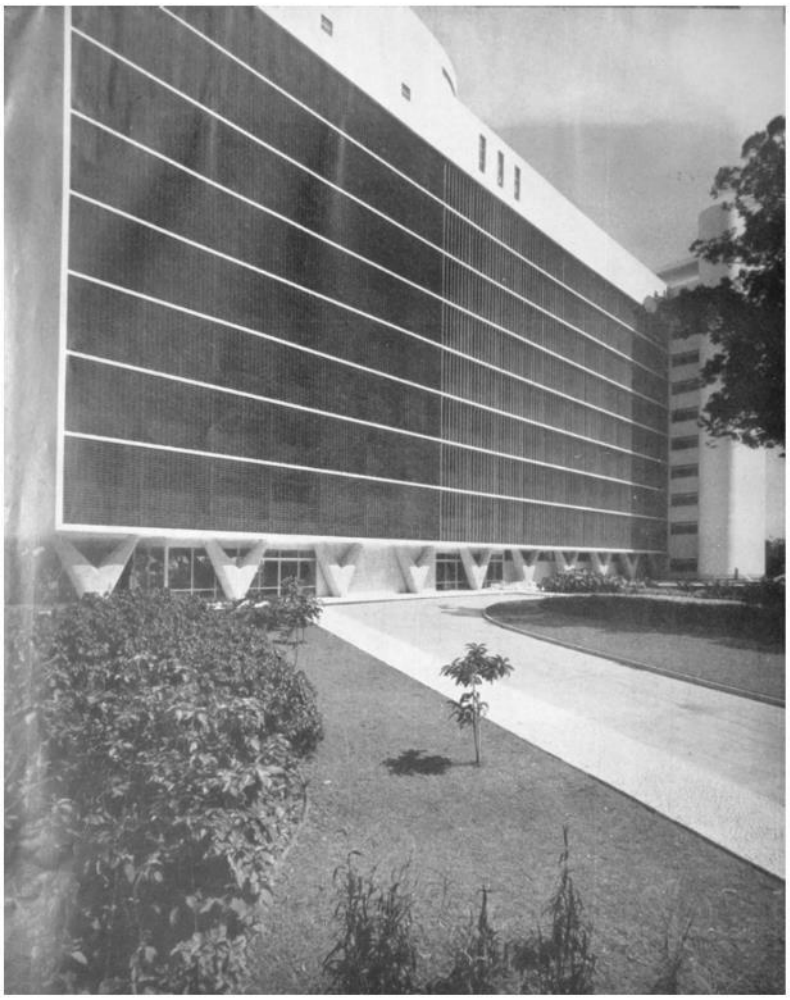
**Multimídia**

Ambiente: local Versão:1.0.30.0-SNAPSHOT

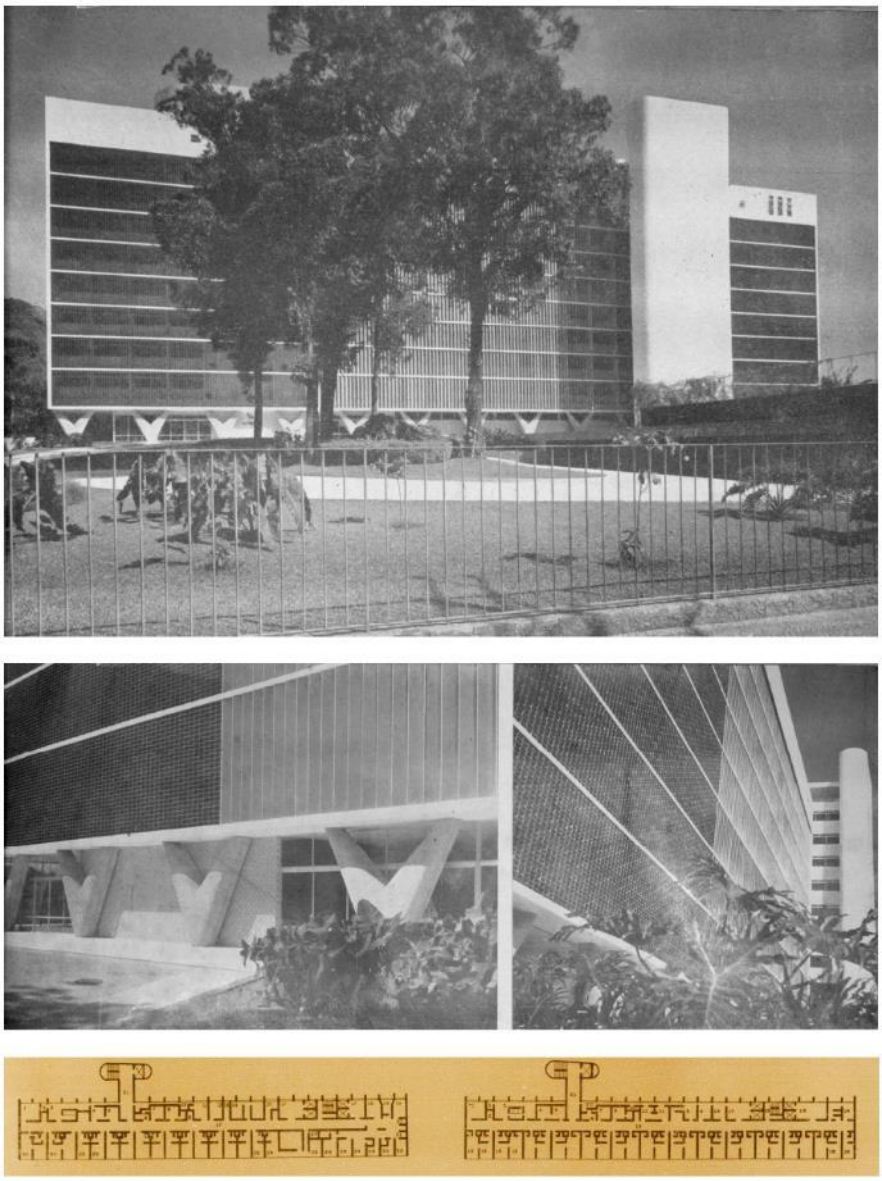
## Full Documentation Fiche 2011

### composed by national/regional working party of: Brazil

0. Picture of building/ group of buildings/ urban scheme/ landscape/ garden depicted item:



View from the Lagoa General Hospital.
source: Revista Módulo, v. III, n. 14.
date: 1959



Views from the facades and a detail of the plans of some floors
source: Revista Módulo, v. III, n. 14.
date: 1959

## 1. Identity of building/ group of buildings/ group of buildings/ landscape/ garden

### 1. 1 Data for identification

current name: Lagoa General Hospital
former/original/variant name: Hospital Larragoitti (1951); Hospital Sul América (1958-1962); Hospital dos Bancários (1962-1967); Lagoa General Hospital (1967-atual).
number(s) and name(s) of street(s): Rua Jardim Botânico, 501.
town: Rio de Janeiro
province/state: Rio de Janeiro
post code: 22470-050
block: -
lot: -
country: Brazil
national topographical grid reference:-
current typology: General Hospital
former/original/variant typology: vertical monoblock
comments on typology: the hospitals have standardized floor plans, high-rise tower, undecorated facades, flat roofs, vertical circulation and controlled ventilation.

### 1. 2 Status of protection

protected by: Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC)
grade: Processo número E-18/001.172/90.
date: 1992
valid for: original building and garden.
remarks:

### 1. 3 Visually or functionally related building(s)/site(s)

name(s) of surrounding area/building(s): Lagoa Rodrigo de Freitas / São José Church.
visual relations:
The 10 floors building, with underground and adjacent areas, is located in the center of a park on level ground, and have visibility in the landscape and grandeur assured by the small square in front, in continuity with the water surface of the lagoon, and the low and rarefied occupation of the buildings on the ground nearby the Brazilian Equestrian Society - Sociedade Hípica Brasileira.
functional relations: none.
other relations: -

## 2. History of building(s) etc.

### 2. 1 Chronology

*Note if the dates are exactly known (e) or approximately estimated = circa (c) or (±)*
commission or competition date:

design period(s):
start of site work: 1951
completion/inauguration: 1958-1959

**2. 2 Summary of development**
commission brief: -
design brief: Oscar Niemeyer and Hélio Uchoa.
building/construction: Cia. Construtora Pederneiras.
completed situation: -
original situation or character of site: residential area near a lagoon.

**2. 3 Relevant persons/organisations**
original owner(s)/patron(s): Banco Lar Brasileiro e da Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida.
architect(s): Oscar Niemeyer and Hélio Uchoa.
landscape/garden designer(s):Roberto Burle Marx.
other designer(s): Escritório Técnico Morales Ribeiro and Serviço de Tecnologia de Organização (SORTEC).
consulting engineer(s): João Batista Bidart (structure); Escritório Técnico Morales Ribeiro (instalations).
building contractor(s): Cia. Construtora Pederneiras (construction).

**2. 4 Other persons or events associated with the building(s)/site**
name(s): Leonídio Ribeiro and Félix Lamela.
association:
event(s): These expert consultants were sometimes physicians, rather than architects. For example, the design received guidance from the doctors Félix Ribeiro and Leonidio Lamela, the last was in the service of UNESCO at the time.
Period:

**2. 5 Summary of important changes after completion**
type of change: alteration/renovation/restoration/extension/other: interior alterations
date(s): 1970-1973; 2010-2011
circumstances/reasons for change:
Between 1958 and 1962 the hospital was closed. It was reopened as Hospital dos Bancários on 15 December 1962. In 1970 it was installed in it the medical residency. Same years after, in 1973 was inaugurated the day-care unit - the Emergency and outpatient pre-and post-operative, as well as the Pavilion of Clinical Pathology. Internal reforms, since 2010.
effects of changes: The recent internal reforms is alterating the original spaces, namely because of adaptations to medical and health public laws.
persons/organisations involved:

## 3. Description of building(s) etc.
**3. 1 Site/building character**

*Summarize main character and give notes on surviving site/building(s)/part(s) of area.*
*If a building: main features, construction and materials.*
This construction may be, in the city of Rio de Janeiro, the greater expression of a monoblock hospital in the modern period. Also, the example is very important because it was designed by Oscar Niemeyer, in partnership with two other representatives of modern architecture in Rio, and in its golden age.

**3. 2 Current use**
of whole building/site: hospital
of principal components (*if applicable*): -
comments:
With the implementation of the Unified Health System (SUS) in 1990, eleven of the seventeen hospitals belonging to the Ministry of Health in the city of Rio de Janeiro, were turn to local authority administration, including the Lagoa Hospital. In 2005, with the declaration of a state of emergency in the hospital network of the Unified Health System in the municipality of Rio de Janeiro, the Lagoa Hospital was reincoporated to the Ministry of Health. Currently, the hospital is undergoing a complete restructuring.

**3. 3 Present (physical) condition**
of whole building/site: good condition
of principal components *(if applicable)*: good condition
of other elements *(if applicable)*: good condition
of surrounding area *(if applicable)*: good condition
comments: The 10-floor building stands out amid in the landscape of the Lagoa Rodrigo de Freitas and a large piece of land bounded by streets of Jardim Botânico, J.J. Seabra, Oliveira Rocha e pela Av. Epitácio Pessoa.

**3. 4 Note(s) on context, indicating potential developments**
*Indicate, if known, potential developments relevant for the conservation/threats of the building/site*

## 4. Evaluation
*Give the scientific reasons for selection for docomomo documentation*
***Intrinsic value***
**4. 1 technical evaluation:**
The solution of the vertical blade, adopted by the architects, distributes patient rooms to the lagoon, which receives good ventilation and sun in the morning. The operating rooms, as well as the homes of junior doctors and nurses, were also facing the best solar orientation. The service rooms were facing the street Jardim Botânico, whose facade was installed *brise-soleil* and hollow ceramic bricks to protect the rooms from the afternoon sun. The vertical circulation functions in a separate block of the building. Its architectural details, the pillar "V" and the arch structure of the auditorium block, show great technical and aesthetic refinement. The solution of the column "V" allows greater spacing between the columns

(structural elements) and, above all, to break the monotony of repetitive columns with soil release.

**4. 2 social evaluation:**
The Lagoa Hospital was planned by a private bank for the assistance of their workers, but it served only a few years and, at the 1960´s, it was bought by the federal Banking Institute for Retirements and Pensions (IAPB), participating in the policy, iniciated also by Vargas in 1930´s, that garanteed assistance to all class of workers by their respectives institutes.

**4. 3 cultural and aesthetic evaluation:**
The pillar in the "V" is a very especial element of the composition. It was a creation of Niemeyer based on the formal repertoire released by International Style, was first used in this hospital, deserving the attention of the french historian Yves Bruand. This modernist solution became a fashionable model in the brazilian and in internacional architecture. The east facade is glazed to ensure overlooking to the Rodrigo de Freitas lagoon, while the west facade has *cobogos* and *brise-soleils* acting as a grid to protect it from heatstroke, a similar solution used on the Ministry of Education and Health in the city (1938).

**Comparative significance**
**4. 4 canonical status (local, national, international)**
To the city of Rio de Janeiro, this construction represents the perfect expression of the monoblock typology of the hospitals in the modern period.

**4. 5 historic and reference values:**
Niemeyer repeated the aesthetic and structural solution in the column "V" used at the Lagoa Hospital in his other projects, such as the Agriculure Palace in Sao Paulo (1951), a residential building for the neighborhood of Hansa, Berlin, Germany (1955) and the headquarters of the Getúlio Vargas Fundation in Rio de Janeiro (1955).

## 5. Documentation
**5. 1 archives/written records/correspondence etc. (state location/ address):**

**5. 2 principal publications (in chronological order):**
MÓDULO, v. 3, n. 14, 1959.
BRUAND, Y. Arquitetura Contemporânea no Brasil. Editora Perspectiva, São Paulo, 1981.
SOUZA, L. Evolução histórica do Hospital da Lagoa. Revista do IHGB, Rio e Janeiro, 150 (362): 163-169, jan/mar 1989.
MEMÓRIA da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1983.
CZAJKOWSKI, J. (Org.) Arquitetura Moderna. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

Inventário de Bens Imóveis. Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro. LERNER, D. e BITTENCOURT, M. (coords.) Patrimônio Cultural: guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro, 1965-2005. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural – INEPAC, 2005.
PORTO, Ângela et al. História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

**5. 3 visual material (state location/ address)**
original visual records/drawings/photographs/others:
recent photographs and survey drawings:
film/video/other sources:

**5. 4 list documents included in supplementary dossier**

## 6. Fiche report

Ana Albano Amora, Inês Andrade, Renato da Gama-Rosa Costa
address: Docomomo Rio - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Prédio da Reitoria, Cidade Universitária ; Av. Brigadeiro Trompowsky s/nº, 4° andar, sala 433 ; Ilha do Fundão. Cep: 21941-590. Rio de Janeiro, Brasil
telephone: (+ 55 21) 25981661
fax: (+ 55 21) 25981662
e-mail: aaamora@gmail.com.br; ijaick@coc.fiocruz.br; rgrc@fiocruz.br;
date of report: December, 2011

**examination by DOCOMOMO national/regional section**
approval by working party co-ordinator/registers correspondent (name):
sign and date:

**examination by DOCOMOMO ISC/R**
name of ISC member in charge of the evaluation:
comment(s):
sign and date:
ISC/R approval:
date:
working party/ref. n°:
NAi ref. nº.

# Pampulha Modern Ensemble (Federal Republic of Brazil) No 1493

**Official name as proposed by the State Party**
Pampulha Modern Ensemble

**Location**
Minas Gérais
Brazil

**Brief description**
Designed in 1940 around an artificial lake, the Pampulha ensemble was a centre for leisure and culture within a garden city neighbourhood of Belo Horizonte, the new capital of Minas Gérais State.

Within landscaped grounds, and linked by a boardwalk around the edge of the lake, the Casino (now the Pampulha art museum), the Ballroom (now the Center of Reference in Urbanism, Architecture and Design), the Golf Yacht Club (present Yacht Tennis Club), and the São Francisco De Assis Church, were all designed by architect Oscar Niemeyer, working in collaboration with engineer Joaquim Cardozo, and artists including Cândido Portinari creating bold forms that exploited the plastic potential of concrete, and integrated the plastic arts.

Landscape designer Roberto Burle Marx, created a circuit of walkable spaces reflecting a dialogue with nature that emphasised these buildings as special pictures in a designed landscapes around the edge of the lake.

The ensemble is seen to reflect the way principles of modern architecture and landscape design were freed from rigid constructivism and adapted organically to reflect the Brazilian climate and natural surroundings. The landscape fused the new fluid architectural language with its landscape context. The complex came to be seen as a symbol for Brazilian identity.

**Category of property**
In terms of categories of cultural property set out in Article I of the 1972 World Heritage Convention, this is a *site*.

In terms of the *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (July 2015) paragraph 47, it is also a *cultural landscape*.

## 1 Basic data

**Included in the Tentative List**
06 September 1996

**International Assistance from the World Heritage Fund for preparing the Nomination**
None

**Date received by the World Heritage Centre**
13 January 2015

**Background**
This is new nomination.

**Consultations**
ICOMOS consulted its International Scientific Committee on 20th Century Heritage and several independent experts.

**Technical Evaluation Mission**
An ICOMOS technical evaluation mission visited the property from 27 September to 2 October 2015.

**Additional information received by ICOMOS**
A letter was sent by ICOMOS to the State Party on 23 September 2015 to request clarification and additional information on maps, management of the lake, historical development of the property, restoration of buildings and landscape and the airport. The State Party replied on 29 October 2015 to all these points.

On 15 December 2015 a further letter was sent to the State Party as an interim report from ICOMOS. The State Party replied on 24 February 2016, and submitted a slightly revised nomination dossier as well as further details on protection, restoration, conservation, management and an Intervention Plan.

These further details are reflected in this report.

**Date of ICOMOS approval of this report**
11 March 2016

## 2 The property

**Description**

NOTE: *The English translation of the nomination dossier from the original Portuguese is not easy to read and did not make the task of understanding the scope and value of the nominated property an easy one.*

The Pampulha Modern Ensemble was the centre of visionary urban design for part of a 'Garden City' promoted by a city administration who were responding to emerging international ideas.

The Ensemble lies within the city of Belo Horizonte, which was planned as a new capital of Minas Gérais State in the 1890s, to replace the mining city of Ouro Preto. The new city was built on several hills, surrounded by mountains.

The Pampulha Ensemble was planned as the harmonious centrepiece of a new neighbourhood in

1940. A large, sinuous man-made lake formed the natural focus around which art, culture and sport were to flourish in four main buildings on or near the edge of the water. The Casino, a powerful attraction in many cities at this time, provided fun, the Ballroom was the place for social interaction, the Yacht and golf club offered sport, especially on the lake, while the Church symbolised the strong religious nature of society. A boardwalk around the edge of the lake linked the buildings.

Beyond these nodal buildings and a peripheral avenue, the new neighbourhood was formally laid out with wide boulevards and low-rise residential neighbourhoods – some used as country houses, all interspersed by abundant vegetation.

The four buildings were designed by architect Oscar Niemeyer as an ensemble with interlinked views of each other and of the surrounding wooded mountain landscape. Engineer Joaquim Cardozo translated Niemayer's sketches into reality. On and in the buildings, murals and tiles of Cândido Portinari and other artists were designed in harmony with the architectural forms. Each building was set in densely planted landscape gardens designed by Roberto Burle Marx, within which tiled walkways provided a connection with Brazilian civic tradition.

Although each of the four building offers a slightly different architectural solution to the challenge of adapting the prevailing formal 'Modernist' vocabulary to the climate and environment of the new city, overall what emerged was a fluid and plastic architecture that embraced views and allowed buildings to add to the 'picturesque' qualities of the lake and mountain landscape.

The four individual buildings are nominated together with most, but not all, of the lake and its surrounding boardwalk, together with the green area beyond between the designed ensemble and the city.

The original scheme envisaged further buildings being added such as an hotel that was not constructed. It also encompassed the whole lake, including Love Island, not included in the nominated area.

The nominated buildings are considered in turn:

*The Casino 1940*
The Casino, the first building to be designed and constructed, was the focus of the ensemble. It sits on highest peninsula around the lake, and was the main social centre at the time.

Of the four buildings, it is the one that most closely follows Corbusian principles with its free-standing structures reflected in modulated facades providing views of the lake. Circular and rectangular spaces, richly finished with marble and ceramic tiles, are linked by ramps and elliptical corridors to create a 'promenade' building, a form reinforced by the promenades in the landscaped gardens designed by Burle Marx that culminate in the detached porte-cochere that shelters a bronze sculpture by Zamoyski.

The Casino has seen at least three processes of restoration in the last 15 years, in which problems from water penetration have been addressed. In 1997 the gardens were restored, to reflect Burle Marx's concepts. They were further restorations in 2013.

The Casino is now used as the Pampulha Art Museum.

*The Ballroom*
The more modest Ballroom sits on a small island close to the shore to which it is linked by a bridge. Its flat roofed, circular form is approached by a curved, covered walkway through the surrounding mostly paved minimalist garden.

The Ball Room has been twice restored in the last twenty years. A new ceiling was inserted in 2003 to make the room more usable and this was approved by Niemeyer. A new entrance that was also inserted is less satisfactory and the original should be recreated. A project to achieve this has been agreed. (See Intervention Plan below.)

The Ball Room is now used as the Centre of Reference in Urbanism, Architecture and Design.

The original Burle Marx plans for the gardens are missing. In 2002, the gardens were restored on the basis of surviving images and interpretations of Burle Marx's concepts by Ricardo Samuel de Lana. A further restoration was undertaken in 2007.

*The Yacht golf club*
Designed on pilotis, its two storey rectangular form, with a gently sloping 'butterfly' roof oversailing a veranda, suggests a boat moored on the water's edge. The butterfly roof design was subsequently used in the Juscelino Kubitschek house in the buffer zone and then widely copied by other architects.

The golf course part of this club never materialised and its sole function was to provide access to water sports on the lake and facilities for tennis.

The Yacht Club is the only building that has not been restored. Internal partitions have been added and there has been loss of some features such as blue and white decorative tiles, marble cladding, *brise-soleil, Jatobá* ceramic tablets, parquet flooring and metal window frames.

In addition extensions, including a water tower, have modified its original relationship with the landscape, and fences have modified the relationship between the building and the street.

Nothing remains of the Yacht Club's original Burle Marx's landscape scheme, although the plans survive. The gardens were simple and mostly linear in form with shrubs to provide privacy for the tennis players.

There is a commitment to restore the building, remove the additional structures and restore the Burle Marx landscape. This work will include reconstruction of acoustic shell and access stairs, recovery and restoration of marble and tile finishes, and reinstatement of a mural by Burle Marx and a tempera panel by Cândido Portinari. (see Intervention Plan below.)

*São Francisco De Assis Church*
Sitting on a peninsula in part of the large gardens designed by Burle Marx, the church is constructed of five adjoining ellipsoid concrete shell structures of different heights. Although concrete shells had been used previously for industrial buildings, their use here marked the first occasion for a religious structure.

The largest shell faces the lake where a slender free standing 'tower' in the shape of an inverted pyramid is linked to the church by the flat roof of the porch. Part of the outer surface of the shell is decorated with tiles by Paulo Werneck, while blue and white murals by Cândido Portinari cover the facades of the lower shells facing the street.

The unusual and innovative design of the church generated much misunderstanding that caused the postponement of its consecration by the Catholic Church – and consequently its opening to the public – until 1959.

São Francisco de Assis Church underwent an extensive restoration in 2005, although some problems associated with water penetration have still to be overcome.

The extensive gardens designed by Burle Marx were in two parts: mainly low rose beds near the building and beyond the Avenue an arboretum and shrubbery, connected by elaborate paving. The rose planting around the building has been restored. The arboretum and shrubbery, now known as Dino Barbieri Square, were abandoned after the dam broke (see History) and the space given to a restaurant (much disliked by Niemeyer). The main restaurant was demolished in the 1990s but a small circular building retained. There is currently a proposal by the Municipality to keep the building and turn it into a Tourism Information Centre. At the time of the nomination was submitted, the gardens were being re-organised with extensive hard landscaping that did not reflect Burle Marx's original design nor was sympathetic to it. In response to ICOMOS's concerns, there is now agreement to prepare a detailed rehabilitation project for Dino Barbieri Square and implement it by 2018. This will involve demolishing the existing building and preparing a design that 'contemplates Burle Marx's style, readjusting it to the current reality' (see Intervention Plan below).

*Dalva Simão (formerly Santa Rosa) square*
This small square between the Ballroom and the Yacht Club was originally designed by Burle Marx in 1943. It was only completed in 1973 to a revised design by Marx that made full use of its rocks and the potential for desert plants in its arid environment.

*The lake*
The undulating outline of the lake was part of the original design to allow the reservoir to fit into its landscape; the water providing a 'mirror' for the urban ensemble. The eastern part of the lake is included in the boundary.

Around the edge of the lake, five hundred seedlings of royal palms (*Roystonea oleracea*), were planted by Burle Marx and these today are now fully mature. In between the palms, are several landing stages (*embarcaderos*) originally used by boats crossing the lake, and belvederes, one designed by Niemeyer, in the form of a simple, rectilinear shelter.

*Other parts of the ensemble not within the nominated area*
Some parts of the original planned ensemble are not included in the nominated area. These are in the Western end of the lake.

Two 'arms' of the lake became silted up and one was turned into an ecological park. The second arm is now about to be re-designed to re-claim some of the lake water and create a new park, but not incorporating the original designs by Burle Marx for Parque Vereda that were never executed.

Love Island, a small island inaccessible except by boat, was originally planted with exotic species to designs by Burle Marx. It is now a nature reserve. The possibility of recovering Burle Marx's designs is being considered as part of an overall tourism plan for Pampulha.

Buffer Zone
The buffer zone includes the remainder of the lake and an area encircling it to reflect the landscape setting of the urban ensemble.

Within the surrounding residential neighbourhood, in which wealthy families were encouraged to build country houses, are a few that were designed by Niemayer such as the Alberto Dalva Simão house and the house of Juscelino Kubitschek built in 1942 for the Mayor who promoted the whole urban scheme. This latter house was recently restored together with its Burle Marx gardens, and opened as a Museum in 2013.

**History and development**
The construction of a new capital for the Minas Gérais State, the birthplace of libertarian movements against colonial rule, was approved in 1891 and inaugurated in 1897. Planned to accommodate between 200 and 300 thousand people, it was laid out in a grid pattern with added diagonal streets. Beyond this formal core, suburban areas were also planned with less regular structures and wider avenues.

The rapid growth of the city during the next few decades, culminating in an explosion of population in the 1920s, prompted by the rapid industrialisation of the area, overwhelmed the original planning processes for the suburbs.

In response, between 1938 and 1940 a new Urban Plan was developed, which addressed the need to lay down parameters to define the character of new city districts through the identification of planning zones. It was within the framework of this new Plan, that the Pampulha area was developed.

To north of the city the Pampulha Reservoir had been constructed between 1936 and 1938 to provide water for the wider area. It was tripled in size between 1940 and 1942. This major addition to the landscape was seen as the opportunity to plan a new zone that 'beautified' the lake and its surrounding area and promoted its development as a satellite city for leisure and tourism. The mayor, Juscelino Kubitschek de Oliveira, appointed in 1940, wanted to promote ideas of modernity and it was him who discovered and invited the young architect Oscar Niemeyer to design the new neighbourhood.

As well as being a centre for culture and leisure, the idea was to attract the wealthy classes through encouraging them to build country houses. The residential areas were to have wide streets, low density housing and spacious garden plots – all the characteristics of a 'Garden City'. Transport links were improved through new roads and the construction of Pampulha airport.

The main focus for the new zone was an ensemble of individual buildings related to leisure, sport and culture strategically placed around the lake. The Casino, Yacht and Golf Club, Ballroom and Church were constructed near the water within an encircling avenue, beyond which were the low rise detached houses. A boardwalk provided pedestrian links but there were also jetties for boats that crossed the lake. The setting for the ensemble that was built extended beyond what has now been nominated to include the western end of the lake.

For various reasons, the overall scheme was never completed. The Golf course was not developed and today the space is occupied by Belo Horizonte Zoo. The ensemble was also intended to have a hotel on a lake promontory and a restaurant on Love Island but neither of these were built.

And what was built has been modified by social as well as environmental changes. The Casino only functioned for a few years before a ban on public gambling came into force in 1946. In 1954 the lake dam ruptured and caused some flooding as well as changes to the edge of the lake. The idea of attracting wealthy individuals to own country houses in Pampulha also never really caught on. It became apparent that a high value residential area did not sit well alongside a popular leisure resort. Its leisure attractions have been supplemented over the years with a new large football stadium constructed in 1965 and a further multi-sports stadium in 1980. While these have strengthened the leisure facilities, they have added negatively to the original visual concept.

Pampulha is now described as a leisure area 'increasingly suitable for lower strata'. This shift has in turn presented problems with finding owners for the expansive suburban houses that were built for wealthy families.

From the 1960s, enormous pressure began to be put on the reservoir as a result of continuing industrial and urban development, particularly to the north of Minas Gérais. The water courses that feed the reservoir became polluted by sewage and silt.

By the 1990s the problems had escalated to such an extent that local resident began to demand comprehensive solutions. In the past twenty years, work has starting to clean up the lake, and in parallel, conservation work of the buildings has been undertaken.

## 3 Justification for inscription, integrity and authenticity

**Comparative analysis**

The comparative analysis presented in the nomination dossier offers comparisons of both the whole ensemble and of its individual elements, and also considers comparisons with other groups of buildings arising from government initiatives. It first considers comparisons with inscribed properties and then others.

The comparisons with individual elements are not particularly relevant as it is suggested that there are some similarities between the Pampulha ensemble and Parc Güell by of Antoni Gaudí (Spain, Works of Antoni Gaudí, 1984, 2005, criteria (i), (ii) and (iv)), with the Museum of Modern Art (MAM) in Rio de Janeiro, designed by Affonso Eduardo Reidy and inaugurated 25 years later, and with the Sydney Opera House (Australia, 2007, criterion (i)), by Jørn Utzon constructed between 1958 and 1973, as both overlook water.

The various government commissioned buildings that are explored also do not contribute to an understanding of the singularities of the Ensemble in terms of the value that is suggested for it.

ICOMOS considers that it is the ensemble that should be the main focus of the comparisons in relation to the way it has been justified for inscription: that is an ensemble that manifest new approaches to the way modern architectural precepts were modified to create buildings that fused with their designed environment, reflected local cultural traditions, and integrated other arts. It is this combination of the asset and its proposed value that should be the starting point for be comparisons, in order to demonstrate that there are no other sites with a similar combination on the World Heritage List, or others that might come forward.

Thus the Ensemble should be compared with other buildings and ensembles in other parts of the world where modern architectural ideas were tempered by

climatic and cultural traditions in a way that resulted in a new architectural language emerging, as well as within Latin America to ensure it is the best exemplar in its home region.

It would have been relevant to understand how modern movement ideas were fused with local traditions in India and Japan, for instance, or in the African sub-continent, and whether there were or were not similar outcomes in term of new architectural languages emerging that were related to national or regional identities. These comparators have not been considered.

Within Latin America, the comparators are more meaningful in terms of understanding what other developments were emerging in parallel and the impacts they had. The text makes a strong case for considering Pampulha, "In conjunction with the building of MESP (Ministry of Education and Public Health), in Rio de Janeiro, and with the University Cities of UNAM (Universidad Nacional Autónoma de Mexico) in Mexico City [inscribed in 2007 on the World Heritage List, criteria (i), (ii) and (iv)] and University City of UCV (Universidad Central de Venezuela), in Caracas [inscribed on the World Heritage List in 2000, criteria (i) and (iv)], Pampulha represents one of the best examples of the work of the so-called "Vanguards of State" noted in Latin America in the mid-twentieth century".

ICOMOS considers that the comparative analysis justifies consideration of this property for the World Heritage List.

**Justification of Outstanding Universal Value**

The nominated property is considered by the State Party to be of Outstanding Universal Value as a cultural property for the following reasons.

Developed by the public sector in 1940, as an ensemble of buildings around an artificial urban lake for leisure and culture, at the centre of a new "garden city", the Pampulha Modern Ensemble, designed by architect Oscar Niemeyer, engineer Joaquim Cardozo, landscape architect Roberto Burle Marx and artists including Cândido Portinari, has:

- Joined various forms of artistic expressions into an integrated whole, with technology and the specific language of each discipline (architecture, landscaping, painting, sculpture, ceramics) relating to each other and to the expressiveness of the whole;
- Represents a *new synthesis* in the Americas of architectural ideas and forms that had evolved in the first decades of the 20th century, which can be seen as an important chapter in the world history of modern architecture;
- Symbolizes the merging of universal trends with local traditions and values which, in turn, influenced and changed the course of worldwide trends;
- Through the strength of the Ensemble provided by the shapes of their buildings and the relationship established between them and with the landscape, a new architectural language was inaugurated based on formal freedom, collage of references from multiple sources, use of local nature and values, in addition to the reaction against a strict functionalism. Thus, it expresses a *pioneer contextual approach* within the modern architecture scope, in contrast to the indifference to the surrounding context that was often featured.

ICOMOS considers that this justification is broadly appropriate in the way the ensemble developed a new architectural language based on modern precepts but tempered to provide a more contextual approach that proved highly influential in responding to emerging national identifies.

The new architectural vocabulary allowed buildings to respond to and complement their landscape setting and fuse together architecture, the plastic arts and design. The buildings were designed in such a way that there was a dialogue between the structures and their surroundings with strong functional and visual links between the components. They also reflect a dynamic collaboration between various innovative artists in their respective fields of activity.

For this reason, ICOMOS considers that it is essential that what is nominated reflects vividly the way the four main buildings in their landscape were designed as a single entity and one unified concept, and demonstrates a synthesis of architecture, plastic arts, landscape design and the 'natural' setting both as a whole ensemble, and through the way each of the individual structures can be seen as specific exemplars of the new multifaceted style.

ICOMOS considers that currently the clarity of this new architectural vocabulary is not sufficiently in evidence throughout the whole property. There is a need to restore some of the components, both built structures and designed landscapes, and to reinstate the clear 'mirror' of the lake at the centre of the composition. During the course of the evaluation process, a clear commitment has been made by the State Party to undertake this work supported by the Federal, State and Municipal governments.

**Integrity and authenticity**

Integrity

In terms of the way the nominated ensemble reflects the original design of the cultural centre around the new lake, the four main buildings and most of their surrounding landscapes are included within the boundaries. Currently, though some of the individual attributes are compromised and this impacts adversely on their integrity.

The Yacht Club is compromised by internal alterations, and recent additions, and by the lack of its Burle Marx designed landscape, part of the over-arching idea of fusing buildings with their surroundings.

The commitment by the State Party to carry out the necessary restoration work means, when it has been completed the Yacht Club building, will once more express its original architectural and decorative designs and be reunited with its designed landscape area.

Similarly the church should be reunited with the overall extent of its designed landscape. Currently only part of the Burle Marx landscape around the church has been restored. For this building there is a commitment for the remaining part of the landscape in Dino Barbieri Square to be re-configured to respect Burle Marx's original designs.

In terms of the overall design concept for the ensemble, which gives it a coherence, it is impossible in visual terms to separate the green areas on both sides of the encircling road from the ensemble. The 10 meter green area on the far side of the road and the first row of houses beyond are part of the coherence of the ensemble and need to be managed as such to sustain the integrity of the whole.

Pollution of the lake also remains an issue, in relation to the idea of a beautiful landscape and one that provides leisure activities especially related to the water. The commitment of the State Party to address this issue is essential in order that the lake can be reinstated as the element that binds the buildings and designed landscapes together.

Once the various restoration, reinstatement and conservation projects have been completed, the issues relating to the integrity of the individual elements should have been addressed.

In terms of visual coherence, the presence of two gigantic sport facilities very close to the area impact on views of the Church from the lake. Their impact needs to be minimized through remedial work in the landscape.

Authenticity

If the fusion of architecture with other arts is to be fully understood, there is a need for the restoration of the Burle Marx landscapes which are a crucial aspect of the ensemble. In only two of the components (Casino and Ballroom) have the gardens been completely researched and restored. For the other two components, part of the Church garden has been restored but not the arboretum to the rear of the Church in Dino Barbieri square, and no work has yet been done on the Yacht Club landscaping (although documentation survives).

There is a degree of weakness in the authenticity of the overall ensemble in terms of the extent to which evidence of these landscape schemes can be appreciated. The idea of placing buildings in an overall landscape with those parts nearest the buildings being carefully designed is no longer evident around the Yacht Club or in the square behind the Church. There is now a commitment to address these issues and undertake necessary work on the gardens.

In terms of buildings, the authenticity of the Yacht Club has been weakened by the heavy modification to the design, particularly by additional buildings which need to be removed, by inserted internal partitions and by the removal of some of its decorative elements. And the authenticity of the Ballroom has been impacted upon by the new entrance, which needs to be removed and the original one recreated.

The State Party has now given commitments to undertake necessary restoration and reinstatement project to reverse these changes and this should strengthen the authenticity of the components.

A proposed new building (for which no details have so far been provided and whose status is unclear) could impact adversely on the authenticity of the Casino and more details need to be provided.

The low-rise, low density housing in the surrounding 'Garden city' areas are vulnerable to changing uses and development, such as the large hotel near the Yacht Club, and these could impact adversely on the immediate landscape setting of the property.

ICOMOS considers that the conditions of integrity and authenticity have not been fully met, but that there is a commitment to address the necessary work that will strengthen authenticity to an acceptable level.

**Criteria under which inscription is proposed**
The property is nominated on the basis of cultural criteria (i), (ii) and (iv).

Criterion (i): *represent a masterpiece of human creative genius;*

This criterion is justified by the State Party on the grounds that the Pampulha Modern Ensemble, as a new architectural synthesis, is a seminal reference point for world architecture and the architectural and cultural history of humanity.

The Ensemble fuses various forms of artistic expression (sculpture, painting, landscaping and architecture), to make a coherent and harmonious whole. It had a strong influence on the development of Brasilia, the Chapel of Ronchamp and the Opera House in Sydney.

ICOMOS considers that the idea of the ensemble being a "referential moment in the history of mankind" is not substantiated and is anyway more relevant for criterion (iv), whereas its influence is more appropriate for criterion (ii).

In order to demonstrate this criterion, ICOMOS considers that the justification needs to focus on how the collective geniuses of Niemeyer, Burle Marx and Cândido Portinari delivered a landscape ensemble that as a whole was outstanding and can still be considered outstanding in its present form as a masterpiece of human creative genius as an example of extraordinary genius.

ICOMOS considers that the original four buildings in their wider landscape have the capacity to demonstrate this criterion as an exceptional creation once all the key elements of this overall creation have been reinstated and /or restored, for which work there is now a commitment.

ICOMOS considers that this criterion can be justified.

Criterion (ii): *exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape-design;*

This criterion is justified by the State Party on the grounds that the Pampulha Modern Ensemble was linked to reciprocal influences between European and North America and the Latin American periphery and particularly a poetic reaction to the perceived austerity of modern European architecture.

Pampulha is important for the dynamic interchange between arts and architecture, for the way its fluid forms expressed the landscape, and for the way the new architecture asserted new national identities in recent independent Latin American countries.

Particularly through its free geometric forms, Pampulha had a lasting influence on the work of other architects such as Le Corbusier and those working in later decades, and overall exerted an architectural and cultural influence in many parts of the world.

ICOMOS considers that this justification is in principle appropriate as Pampulha inaugurated a new direction in establishing a synthesis between local regional practices and universal trends. It also made Brazilian modern architecture known in the world, through for instance the exhibition 'Brazil Builds. Architecture new and old (1652-1942)', held at the Museum of Modern Art in New York, in 1943 which consolidated Oscar Niemeyer as the exponent of this new modern path to follow.

However, it cannot support the idea that the curved forms used in the Ensemble were an innovative Brazilian idea as these had been used earlier for instance by Mies van der Rohe in the 1920s. Nor does it consider that the Ensemble had a worldwide influence. Certainly what was created became well-known but it can be seen to have had a mostly regional influence. ICOMOS also considers that the influence is not only emanated from the architecture but rather from the close links between architecture, landscape design and the plastic arts.

Thus, in order for this criterion to be justified, there is a need to ensure that the ensemble fully reflect the fusion of arts and architecture and the interrelationship between buildings and landscape that underpins its influence. There is now a commitment to undertake this necessary reinstatement/restoration work.

ICOMOS considers that this criterion can be justified.

Criterion (iv): *be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history;*

The criterion is justified by the State Party on the grounds that the significant stage in human history relates to the economic crises of 1929 and the way the masses demanded greater inclusion in nation building. These circumstances enabled the Pampulha Modern Ensemble to propose a change in the direction of Modern architecture and landscaping, so that the State could deliver creative and cultural autonomy.

Pampulha, as a homogenous ensemble, is seen to express innovative architectural form, technological innovations, innovative landscaping and the acknowledgment of the value of public space and the natural landscape.

Also mentioned are its links to innovations such as the curve and the idea of 'freeform'.

ICOMOS considers that this criterion could be justified but for the way the Pampulha ensemble and its innovative architectural and landscape concepts reflects a particular stage in architectural history, which in turn reflects wider socio-economic changes in society, particularly in South America.

The text on the influence of the curve (which has been commented upon above) is not relevant to this criterion, nor is the idea of 'freeform', which anyway is somewhat unclear.

If the ensemble is to carry this strong message, and be seen as an exemplary historic urban landscape ensemble, further work is needed on restoring gardens and squares and the water of the lake, as is detailed elsewhere, and for which a commitment has been made.

ICOMOS considers that this criterion can be justified.

ICOMOS consider that the criteria and the conditions of authenticity and integrity can be met.

## 4 Factors affecting the property

All the component sites except the Yacht club are in public ownership and are not subject currently to direct development pressures. In the case of the Yacht Club, decision-making depends on the members of the club. There are plans to reverse the interventions that have affected the authenticity of the component site.

Development in the buffer zone is a different issue as here there has been some development such as the hotel next to the Yacht Club, which because of its scale destroys the relationship between the Yacht Club and the urban residential areas, and further development is apparently planned near the Casino. Current zoning regulations in the buffer zone allow densification in some areas and large scale community facilities would be allowed in other areas just beyond it in the wider setting.

Zoning regulations alone will not be sufficient to control inappropriate development.

The data in the dossier from the 2010 Census shows that the neighbourhoods surrounding the Pampulha Lagoon have decreased in population over the past twenty years with many houses left unoccupied. This factor combined with Changes in use from single-family residential and non-residential uses related to recreation and leisure activities to multifamily residential use, trade activities and other services of metropolitan coverage, can put pressure on the landscape and the overall rationale and atmosphere of the property at the centre of a 'garden' residential area.

Some of the houses immediately adjacent to the property are now for rent or sale, while some other large single-family houses, are abandoned, a cause for concern considering the feasibility of their conservation. This will need to be addressed as part of the management and conservation plans.

The zone of interaction between the designed buildings and landscape at the edge of the lake and the residential neighbourhoods is of crucial importance and vulnerable to incremental changes. In some places, changes that have already happened and these need reversing such as those places where the grass areas either side of the Avenue and adjoining the boardwalk on the lake side, have been changed to hard surfaces and need restoring to grass, and where the first row of houses have been modified in various ways.

The city of Belo Horizonte has dense traffic along its main road and Pampulha also suffers from an increase of cargo and private vehicular traffic, which affect the road surrounding the lake, adding stress on the visitors crossing to the nominated area. Another factor that deserves further study and further control is the parking facilities for single vehicles and tourism buses along the main road and near the nominated buildings.

One of the biggest problems is the pollution of the Lake brought about by industrial and other development and the lack of adequate sewage schemes. This can at time be so bad that the water gets covered by green algae, no water sports can be contemplated, and residents complain of strong nauseating smells that keep them indoors.

This is a problem that dates back many decades. Although there are many institutions and plans dealing with the eutrophication of the lake, these appear not to have been effective so far. A sewage system collects water before it reaches the lake and directs it to a treatment plant, but there are still some areas with septic tanks percolating into the lake as not all the urban areas within the watershed are connected to the sewage system. Another issue is rainwater, which brings sediment and garbage to the lake in the West. An action plan has bene drawn up and its implementation is due to start in 2016. (see details below)

Although tourism is not yet a large negative factor, largely because of lake pollution, there are some concerns about the degree to which it will be encouraged. The tourism plan defines the Pampulha area as one of the main attractions of the city of Belo Horizonte. There is a need for more assessment of the overall development, tourism and leisure plans, as there are some suggested uses that do not appear to be compatible with the value of the property and its buffer zone as an historic, designed urban landscape.

For instance, the suggested sports use could push the nominated area beyond its carrying capacity and be used to justify constructions which could impact adversely on the open landscape around the ensemble.

There is a need to calculate the fluctuating population resulting from proposed sports activities, especially at the Football and Mineirão Stadium. These have different motivations and in some cases could conflict with appropriate uses of the ensemble and its setting.

The use of the lake for nautical sports is a medium-term action, waiting for the environmental issues in the lake to be addressed.

ICOMOS considers that the main threats to the property are over ambitious tourism development, pollution of the lake, a declining residential population and incremental changes to the key attributes of the property and its setting.

## 5 Protection, conservation and management

**Boundaries of the nominated property and buffer zone**

The Lake is one indivisible element. The western end should be included within the boundary together with Love Island, one of the original components of the

designed ensemble. ICOMOS understands why at this time the west end of the lake has been excluded from the boundaries, but considers that it should be a long term aim to extend the boundaries to include the whole of the water body and its immediate periphery.

ICOMOS considers that the boundaries of the nominated property and of its buffer zone are adequate but there should be a long term aim to extend the boundary to include the west end of the lake.

**Ownership**
The Casino (Pampulha Art Museum), and the Ball Room (Centre of Reference in Urbanism, Architecture and Design), are owned by the Municipality of Belo Horizonte. The San Francisco Church belongs to the Catholic Church of Brazil, while the Yacht Tennis Club is in private ownership.

**Protection**
The nominated property is protected at national, state and local level.

At the National level, the ensemble of buildings and landscape (which includes parts of the buffer zone) were protected in 1997 by IPHAN (National Historical and Artistic Heritage Institute).

At the Regional level, the ensemble also, since 1984, has had State level protection under the IEPHA-MG (State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gérais). In 2003 protection was also given to the surrounding perimeter which covers most of the buffer zone, but excludes some portions to the East and southwest.

At the Local level, the individual buildings have local protection.

The Master Plan of Belo Horizonte, 2010, defines the planning zones for the city. The buffer zone and the wider setting beyond it are in various restrictive zones. However some of these are protected for environmental reasons, such as those encompassing the parks, the part of the lake in the buffer zone, and the areas around the stadia are delineated as 'large equipment' zones.

Also of concern is the delineation of three areas, one adjoining the shore immediately opposite the Yacht Tennis Club, and to the west of the Casino, a second at the north east edge of the lake (just outside the buffer zone), and a third at the edge of the western end of the lake as 'favourable densification' zones, while an area adjoining the lake at its southernmost tip (outside the buffer zone), as well as one at the north-east of the lake (also just outside the buffer zone) are zoned for 'large scale community facilities'.

In order to protect the context for the designed ensemble as the core of a garden city neighbourhood, strengthened protection and specific restrictions need to be put in place for the buffer zone that reflect its cultural value as an essential context for the designed ensemble. The current zoning regulations on their own are not adequate tools.

Also the first block of houses beyond the Avenue and facing the lake needs to be protected for its contribution to the visual setting of the Ensemble and its overall rationale.

A further planning restriction is provided by the Special Planning Guidelines' Area (ADE). This relates to interventions within the zones outlined above. There are two ADEs in the buffer zone: for Pampulha Basin regulated in 2005, and for Pampulha, initially regulated in 1996 but amended in 2005. This latter amendment introduces the possibility of non-residential uses, linked to leisure tourism and culture, being allowed on the 'boardwalk and arterial paths', and a maximum height of 9 metres is mentioned.

ICOMOS considers that the legal protection in place for the property is adequate but for the buffer one, the protective zoning needs strengthening in some places.

**Conservation**
In response to concerns of ICOMOS in relation to some aspects of the conservation of the built fabric and the deigned landscape, the State Party has produced an Intervention Plan that sets out how these issues will be addressed, a timescale for the necessary work, and a signed commitment from all the relevant organisations.

The Casino, Ballroom, and the Church have all been restored over recent years and are in a good state of conservation. The exception is the Yacht Club where no restoration has so far been carried out. Work is needed not only on the main fabric, and on removing inserted internal partitions, and reinstating now missing elements of the original design, but also to claim its surroundings from additional buildings. There is a commitment to carry out this work and to provide the necessary resources.

Internally, the restoration of its plan and restoring the fabric could be resolved with relative ease. Restoring missing details and finishes will be more challenging. A detailed project plan has been proposed as part of the Intervention Plan. Work started on developing this project on 1st March 2016. This will include demolition of additional buildings, restoring decorative wall coatings and marble flooring, reconstruction of an acoustic shell, reconstruction of party room access with mirror green tiles, re-instating Burle Marx's *O Esporte* mural and a tempura panel by Cândido Portinari, and the restoration of the old night club and its furniture. The project is due to take 18 months.

Although the Ballroom has been restored, the original entrance has been changed. ICOMOS considered that the original should be replaced. This work is also part of the Intervention Plan. This work will take 6 months and is planned for 2017.

Gardens adjoining two of the buildings (Casino, Ballroom) have been restored and part of the Church Garden. Those around the Yacht Club need restoring to bring back the original designs of Burle Marx, once additional buildings have been demolished. This work is proposed as part of the Intervention Plan.

The intervention plan also includes proposal to re-design Dino Barbieri Square behind the church to make it more sympathetic to Burle Marx's original designs. This will involve demolishing the circular building.

The conservation of the lake is unsatisfactory and this is acknowledged. The poor water quality kills fish and prevents any recreational use. Although large amounts of silt were removed from the lake in 2014, as part of a major Pampulha Viva project, this has not provided a long term solution. This matter is also addressed in the Intervention Plan which sets out projects to address the two key aspects: build-up of sediment and water quality. The sediment will be addressed by an initial four year maintenance programme, while water quality will be tackled by a combination of bioremediation and phosphorous collection technologies which aim to bring the water purification up to level 3 in ten months and maintain it initially for 12 months. For both projects, $27.5 million will be invested. The projects are due to start in spring 2016. In parallel with these projects, the State Sanitation Company (COPAS) will be working to deliver 95% sewer connection by December 2016.

Documentation related to the already competed restoration projects is kept in IPHAN-MG, IEPHA-MG and the Heritage office at the Municipality. IPHAN-MG has documentation on interventions in Pampulha Modern Ensemble since 1944. All restoration projects need to be approved by the three levels of government and the proposed Pampulha Modern Ensemble Management Committee has among its functions the coordination of the documentation related to restoration projects of the buildings and gardens in the nominated area.

In the case of the past landscape restoration projects, the information seems not to be as well organized. There appears to be a need for further work in order to ensure an adequate record of interventions and baseline data for the future.

ICOMOS considers that conservation of two of the three buildings is adequate, while the Yacht Club needs major restoration; conservation of the designed landscapes is adequate for the Casino and the Ballroom but not satisfactory for the Yacht Club and the Dino Barbieri Square to the south of the church; conservation of the lake is also currently not satisfactory. ICOMOS notes that all these issues are to be addressed by the Intervention Plan.

**Management**

Management structures and processes,
Including traditional management processes

In order to bring together the main stakeholders of the property and its buffer, the government has created a Committee in which all three levels of government participate. It has the mandate to set the guidelines for the execution of the Management Plan and to promote the execution of actions by the different levels of government and municipal authorities with jurisdiction over the ensemble. It was created August 2015 and had it first meeting September 2015. It has 26 active members and 26 substitute members.

Within the Municipality, there is a management group that deals with day-to-day management. This presumably brings together those responsible for the buildings and those with responsibilities for the boardwalk and lake – currently within different departments. An office for this group is planned in one of the buildings at the property. Siting some key parts of the management within the property is of the utmost importance.

The one aspect that does not appear to be covered by the present structures is a link to neighboring municipal authorities. Only 45% of the Pampulha Basin is within Belo Horizonte Municipality, while the remainder is within the Contagem Municipality. Although the Contagem Municipality participates in the Recuperation of the Pampulha Basin programme, which deals with environmental issues, it is essential that their participation also extends to cultural aspects as well. Representatives of the Contagem authority need to be part of the management Committee and actively linked to the management Group.

All proposed alterations to listed buildings in the Pampulha Lake have to go to IPHAN-MG for a Technical Approval based on the Guidelines of the Belo Horizonte Master Plan.

There are four architects and a supervisor dedicated to processing the projects and permissions in the Pampulha area and they will be part of a Technical sub-committee.

The Heritage office of the Belo Horizonte Municipality also houses 30 professionals, half of whom are architects. The office offers to design projects free of cost for owners not able to afford to pay fees - a good initiative implemented in the Pampulha area as part of management strategies.

For individual buildings, apart from the Yacht Club all have good staffing levels: the Ball Room has twenty-two employees, seven for maintenance, six for security, and the rest for managerial tasks. The Church has four employees and extra for events.

Policy framework: management plans and arrangements, including visitor management and presentation

A Management plan was submitted with the Nomination dossier; this was compiled by a consultant. The Plan sets out a management chart and a matrix of responsibilities. It includes a list of work already undertaken to promote the idea of World Heritage and sensitize local citizens and also work to be undertaken in the future such as the development of a Communication Plan.

The Plan falls far short of being a satisfactory document that could provide the framework for future actions. It does not set out in detail what is to be managed in relation to the proposed Outstanding Universal Value and there is little analysis of the issues that might face the property in terms of sustaining the attributes of Outstanding Universal Value, or how they might be addressed in a proactive way.

Given the complexity of the property in terms of the way buildings relate to each other in visual terms and to the wider landscape of lake, urban area and mountains beyond, there is a clear need for a more effective Management Plan that acknowledges the tensions that prevail, especially in relation to tourism development, densification of urban areas. This needs to set out strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas. Such a document could provide a clear enough understanding of the challenges of protecting not just the key buildings in the landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the ensemble and together form a complex historic urban landscape.

Involvement of the local communities

Local communities today are seen to widely recognise the uniqueness, strengths and exceptionalities of the vision and design of the ensemble and its setting.

During the mission there was an extended meeting with representatives of the local community and residents of the area who support the bid as a way of bringing the Pampulha Lake back to its original idea as a low-density recreational residential area. So far, however, there is no active involvement of these groups in the management.

ICOMOS considers that the management structure appears adequate, if extended to include representatives of Contagem Municipality; it is as yet untested; the Management Plan needs re-drafting to adopt an historic urban landscape approach and to embrace specific aspects such as tourism and sustaining traditional neighbourhoods. Local communities need to be actively involved in management.

## 6 Monitoring

The monitoring indicators that have been provided are rather basic, somewhat reactive and unrelated to the attributes of Outstanding Universal Value. They include, for instance measuring the number of fines for planning irregularities.

These indicators would not help measure how far management is successful in sustaining the complex historic urban landscape in a proactive way. As part of the re-writing of the Management plan, a new more targeted set of indicators needs to be developed, based on the defined attributes of Outstanding Universal Value.

ICOMOS considers that the current indicators and not adequate and need to be re-formulated as part of the re-writing of the Management Plan.

## 7 Conclusions

The Pampulha Modern Ensemble is put forward as an exceptional group of buildings within a designed landscape, conceived as a whole and built within in a short space of a few years in the early 1940s. Its creation resulted from the merging of the creative talents of Oscar Niemeyer, Burle Marx and a range of artists such as Cândido Portinari. Together they fused architecture, landscape design and the arts into a single whole.

The four buildings in their landscape were designed as a single entity – one unified concept. If the organic forms of the buildings are to fully reflect their interaction with the natural surroundings in a visually exciting and harmonious way, and for the ensemble as a whole to reflect the synthesis of the four elements: architecture, plastic arts, landscape design and 'natural' setting, then it is essential that their original design concepts are visible and readily understood.

Currently three of Niemeyer's buildings have been restored but the fourth, the Yacht Club, has been compromised by alterations and none of its artistic decoration is evident. The Burle Marx gardens around the Yacht club have disappeared and his plans for Dino Barbieri Square behind the church are also not extant. And the lake no longer provides clear mirror for the buildings.

If the ensemble is to be valued as an example of extraordinary creative genius, as well as for the way it has influenced architectural development elsewhere and can be seen as an important stage in architectural history, then these missing parts need restoring.

Fortunately the required plans survive and key decorative panels by Burle Marx and Cândido Portinari can be reinstated. During the evaluation process, and as a result of dialogue with ICOMOS, the State Party was able to get the necessary agreement from Federal, State

and Municipal governments to undertake the work and to find the necessary resources. A signed commitment has been provided that this work will be arrived out to an agreed timescale.

Given the care with which the restoration work has been carried out on the three buildings and designed landscapes, ICOMOS considers that the integrity and authenticity of the ensemble can improved to a satisfactory level by this work.

As the designed ensemble has always been part of the overall designed urban area, if this landscape setting is to be maintained, then more attention needs to be given to the current protective management around the edge of the lake, where in some places densification and development have been allowed, and to sustaining the character of the green sward and adjoining block of houses beyond the encircling Avenue.

Although the management structure is adequate, the management plan needs to be augmented to encompass the complex challenges that face the detailed management of the context for the ensemble.

Finally ICOMOS would like to comment on the clarity of the nomination dossier – or rather the lack of clarity. The translation of the text from Portuguese to English has left much to be desired. Currently the information within the text can only be understood with some difficulty. As the nomination dossier is the reference point for this property once it is inscribed and the archived record of what has been nominated, ICOMOS would like to suggest that the State Party consider contributing an improved translation.

## 8 Recommendations

**Recommendations with respect to inscription**
ICOMOS recommends that the Pampulha Modern Ensemble, Brazil, be inscribed as a cultural landscape on the World Heritage List on the basis of **criteria (i), (ii) and (iv)**.

Brief synthesis

Designed in 1940 around an artificial lake, the Pampulha ensemble, of four buildings set within landscaped grounds, was a centre for leisure and culture in the 'garden city' neighbourhood of Belo Horizonte, built as the new capital of Minas Gérais State.

The Casino, Ballroom, Golf Yacht Club and São Francisco De Assis Church, were designed by architect Oscar Niemeyer who, working in collaboration with engineer Joaquim Cardozo, and artists including Cândido Portinari, created bold forms that exploited the plastic potential of concrete, and integrated the plastic arts such as ceramics and sculpture. Landscape designer Roberto Burle Marx, reinforced the links between the buildings and their natural landscapes through designed gardens and a circuit of walkable spaces to reflect a dialogue with nature that emphasized the buildings as special pictures mirrored in the lake.

The Ensemble reflects the way principles of modern architecture that had evolved in the first decades of the 20th century were freed from rigid constructivism and adapted organically to reflect local traditions, the Brazilian climate and natural surroundings. Through a dynamic collaboration between various innovative artists in their respective fields of activity, the Ensemble pioneered a contextual approach in which a new fluid modern architectural language was fused with the plastic arts and design, and responded to its landscape context.

This new synthesis that evolved at Pampulha made Brazilian modern architecture widely known through for instance the exhibition 'Brazil Builds. Architecture new and old (1652-1942)', held at the Museum of Modern Art in New York, in 1943. The new architectural language proved highly influential in responding to emerging national identifies in South America.

The Casino is now the Pampulha art museum, the Ballroom is the Center of Reference in Urbanism, Architecture and Design, the Golf Yacht Club is the Yacht Tennis Club, and the São Francisco De Assis Church remains in use as a church. Beyond the four buildings and their linking board walk, the original concept of the garden city neighbourhood still persists in the encircling Avenue with its green grass edges and beyond in the low rise detached houses in spacious gardens which collectively provide an overall rationale and context for the four buildings.

**Criterion (i):** Niemeyer, Burle Marx and Cândido Portinari collectively delivered a landscape ensemble that as a whole is an outstanding for the way it manifests a new fluid modern architectural language fused with the plastic arts and design, and one that interacts with its landscape context.

**Criterion (ii):** The Pampulha Modern Ensemble was linked to reciprocal influences between European and North America and the Latin American periphery and particularly to a poetic reaction to the perceived austerity of modern European architecture.

In establishing a synthesis between local regional practices and universal trends, as well as fostering dynamic links between architecture, landscape design and the plastic arts, Pampulha inaugurated a new direction in modern architecture which subsequently was used to assert new national identities in recently independent Latin American countries.

**Criterion (iv):** The Pampulha ensemble and its innovative architectural and landscape concepts reflects a particular stage in architectural history in South America, which in turn reflects wider socio-economic changes in society beyond the region. The economic crises of 1929 prompted demands for people to have

greater inclusion in nation building. These circumstances influenced the design of the new garden city neighbourhood of Belo Horizonte as a place that could reflect creative and cultural 'autonomy' through innovative architectural buildings designed for public use, set in a designed 'natural' landscape, well endowed with public spaces for leisure *and exercise*.

Integrity

The boundaries of the Ensemble reflects the original design of the cultural centre around the new lake and include the four main buildings and most of their surrounding landscapes, both designed and natural. Only the west part of the lake is excluded from the boundaries. The ensemble as a whole can be seen as sufficiently intact. The four buildings still maintain a good relationship with each other, with the lake which they face, and with the garden city neighbourhood to their rear.

In terms of the overall design concept for the ensemble, which gives it a coherence, it is impossible in visual terms to separate the green areas on both sides of the encircling road from the ensemble. The 10 metre green area on the far side of the road and the first row of houses beyond are part of the coherence of the ensemble and need to be managed as such to sustain the integrity of the whole.

Three of the individual components, the Casino, the Ballroom and the Church are individually intact in terms of the way they reflect all their original architectural features, while two of them, the Casino and the Ballroom are also set in designed landscape gardens that reflect their original designs. For the Church, currently only part of its Burle Marx landscape has been restored, but there is a commitment for the remaining part of the landscape in Dino Barbieri Square to be re-configured to respect Burle Marx's original designs.

The fourth component, the Yacht Club, is currently compromised by internal alterations, and recent additions, and by the lack of its Burle Marx designed landscape. There is a commitment to carry out the necessary restoration work to allow the Club building to once more express its original architectural and decorative designs and for it to be reunited with its designed landscape and lake frontage.

Pollution of the lake remains an issue, in relation to the idea of a beautiful landscape that provides leisure activities especially related to the water. This issue should be addressed in order that the lake can be reinstated as the element that binds together the buildings and designed landscapes and provides recreation.

In terms of visual integrity, the presence of two gigantic sport facilities very close to the property impact on views of the Church from the lake. Their impact needs to be mitigated through remedial work in the landscape.

Authenticity

If the fusion of architecture with other arts is to be fully understood, there is a need for the restoration of the Burle Marx landscapes which are a crucial aspect of the ensemble. In only two of the components (Casino and Ballroom) have the gardens been completely researched and restored. For the other two components, part of the Church garden has been restored but not the arboretum to the rear of the Church in Dino Barbieri Square, and no work has yet been done on the Yacht Club landscaping (although documentation survives). There is a commitment to address these issues and undertake necessary restoration work on the gardens.

In terms of buildings, the authenticity of the Yacht Club has been weakened by the heavy modification to the design, particularly by additional buildings which need to be removed, by inserted internal partitions and by the removal of some of its decorative elements. And the authenticity of the Ballroom has been impacted upon by the new entrance, which needs to be removed and the original one recreated. There are now commitments to undertake necessary restoration and reinstatement projects to reverse these changes and strengthen the authenticity of both these components.

The low-rise, low density housing in the surrounding 'Garden city' neighbourhood is vulnerable to changing uses and development, such as the large hotel near the Yacht Club, and these could impact adversely on the immediate landscape setting of the property.

Management and protection requirements

The nominated property is protected at national, state and local level. At the National level, the ensemble of buildings and landscape (which includes parts of the buffer zone) were protected in 1997 by IPHAN (National Historical and Artistic Heritage Institute). At the Regional level, the ensemble also, since 1984, has had State level protection under the IEPHA-MG (State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais). In 2003 protection was also given to the surrounding perimeter which covers most of the buffer zone, but excludes some portions to the east and southwest. At the Local level, the individual buildings have local protection.

The Master Plan of Belo Horizonte, 2010, defines the planning zones for the city. The buffer zone and the wider setting beyond it are in various restrictive zones. However some of these are protected for environmental reasons, such as those encompassing the parks and the part of the lake in the buffer zone, while areas around the stadia are delineated as 'large equipment' zones and further areas are designated as 'favourable densification' zones or for 'large scale community facilities'. A further planning restriction is provided by the Special Planning Guidelines' Area (ADE).

In order to protect the context for the designed ensemble as the core of a garden city neighbourhood, strengthened protection and specific restrictions need to

be put in place for the buffer zone that reflect its cultural value as an essential context for the designed ensemble.

A Management plan sets out a matrix of responsibilities. This plan needs to be augmented to provide strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas, and to provide a clear enough understanding of the challenges of protecting not just the key buildings in their landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the ensemble and together form a complex historic urban landscape. The Plan also needs to provide a more targeted set of monitoring indicators that relate to the defined attributes of Outstanding Universal Value.

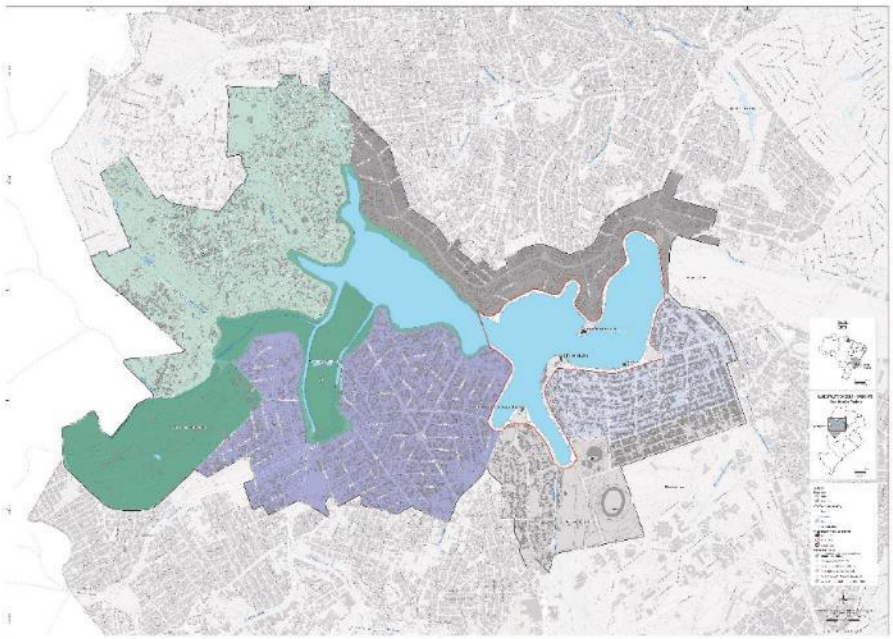
In order to bring together the main stakeholders of the property and its buffer, the government has created a Committee in which all three levels of government participate. It has the mandate to set the guidelines for the execution of the Management Plan and to promote the execution of actions by the different levels of government and municipal authorities with jurisdiction over the ensemble. Within the Municipality, there is a management group that deals with day-to-day management. This brings together those responsible for the buildings and those with responsibilities for the boardwalk and lake – currently within different departments.

Only 45% of the Pampulha Basin is within Belo Horizonte Municipality, while the remainder is within the Contagem Municipality. Although the Contagem Municipality participates in the Recuperation of the Pampulha Basin programme, which deals with environmental issues, its participation needs to be extended to cultural aspects as well.

**Additional recommendations**
ICOMOS further recommends that the State Party give consideration to the following:

- Implementing the work set out in the Intervention Plan to:
    - Restore the Yacht Club building and its designed landscape;
    - Draw up a new design for Dino Barbieri Square to reflect Burle Marx's designs and submit it to the World Heritage Centre for review by the Advisory Bodies;
    - Once approved, implemented the design for Dino Barbieri Square;
    - Restore the original entrance to the Ballroom;
    - Improve the water quality of the Lake to recreational standards, all within the timescale as set out.
- Augmenting the Management Plan to:
    - Include strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas;
    - Encompass more clearly the challenges of protecting not just the key buildings in their landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the ensemble;
    - Adopt an Historic Urban Landscape approach to sustaining traditional neighborhoods;
    - Include a tourism strategy;
    - Include detailed monitoring indicators that relate to the attributes of Outstanding Universal Value;
    - Strengthen the involvement of local communities in the management processes.
- Strengthening:
    - Protection and planning controls on the first block of houses beyond the Avenue and facing the Lake in order that they provide an appropriate context for the Ensemble;
    - Protection in the buffer zone so that land facing and adjoining the lake provides a green backdrop to the water.
- Submitting a report on the implementation of the above mentioned recommendations to the World Heritage Committee by 1st December 2018 for examination at its 42nd session;
- Considering providing an improved translation of the nomination dossier.

ICOMOS is ready and willing to offer advice to the State Party on the above conservation and management processes.



Revised map showing the boundaries of the nominated property



Aerial view of the Ensemble



The Yacht Club



The Casino

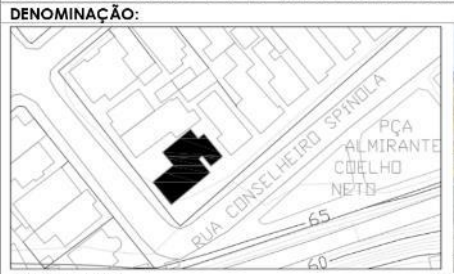


The Ball Room

## FICHA INVENTÁRIO DA ARQUITETURA MODERNA SOTEROPOLITANA | 01.02 E 02.02

### INVENTÁRIO DA ARQUITETURA MODERNA SOTEROPOLITANA

**DENOMINAÇÃO:**









**LOCALIZAÇÃO** **IDENTIFICAÇÃO FOTOGRÁFICA**

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ENDEREÇO:** Rua Conselheiro Spínola, Nº01 | | | | | | | |
| **EDIFÍCIO ISOLADO(X)** | **CONJUNTO ARQUITETÔNICO( )** | | **LOGRADOURO PÚBLICO( )** | | | | |
| **USO ATUAL:** | **RESIDENCIAL(X)** | **COMERCIAL( )** | **SERVIÇO( )** | **INDUSTRIAL( )** | **INSTITUCIONAL( )** | **OUTROS( )** | **INDEFINIDO( )** |
| **USO ORIGINAL:** | **RESIDENCIAL(X)** | **COMERCIAL( )** | **SERVIÇO( )** | **INDUSTRIAL( )** | **INSTITUCIONAL( )** | **OUTROS( )** | **INDEFINIDO( )** |
| **DATA DE CONSTRUÇÃO:** | | **DATA DE INAUGURAÇÃO:** | | | **DATA DE REFORMA:** | | |
| **AUTOR DO PROJETO:** | | | | | | | |
| **CONSTRUTORA:** | | | | | | | |

**CARACTERIZAÇÃO:**
Edificação modernista.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ALTERAÇÃO:** | **INALTERADO( )** | **POUCA(X)** | **MUITA( )** | **DESCARACTERIZADO( )** |
| **CONSERVAÇÃO:** | **BOA( )** | **REGULAR(X)** | **RUIM( )** | **IRRECUPERÁVEL( )** |



Rua Conselheiro Spínola/Praça Almirante Coelho Neto
FONTE – Fundação Gregório de Matos – PMS – sem data

**DOCUMENTOS**

**PESQUISADOR –** Moema Medeiros **DATA –** 21/01/13
**VERIFICADOR –** Ana Carolina Bierrenbach **DATA –** 11/12/2013

do_co_mo_mo_

Ficha Mínima

International working party for
**documentation and conservation**
of buildings, sites and neighbourhoods of the
**modern movement**

**0.1 Imagem do edifício**



Legenda: Fachada do Hospital Santa Terezinha
Fonte: Ana Carolina Bierrenbach
Data da Imagem: dezembro de 2010

**1 identidade do edifício/grupo de edifícios/conjuntos urbanos/paisagem/jardim**

1.1 nome do edifício: Hospital Santa Terezinha

1.2 variante ou nome anterior: Hospital Sanatório Santa Terezinha, Hospital Estadual Octávio Mangabeira (HEOM)

1.3 endereço: Praça Conselheiro João Alfredo, s/n, Pau Miúdo

1.4 cidade: Salvador

1.5 estado: BA

1.6 cep: 40320-350

1.7 classificação/tipologia: SAU (saúde)

1.8 estado de proteção e data: Sem proteção (foi solicitado que o edifício entrasse na lista de tombamento do IPAC-BA, entretanto a proposta não foi aceita até os dias atuais)

**2 história do edifício**

2.1 proposta original: O Santa Terezinha é criado com o objetivo específico de abrigar um hospital de cuidados contra a tuberculose. Na época da inauguração 350 leitos são instalados. Esta quantidade aumentou com a construção de novos pavilhões em ampliações posteriores.

2.2 datas: Início da Obra – 25/04/1937; Inauguração – 03/01/1942;

2.3 autor do projeto e colaboradores: Desconhecido

2.4 outros associados ao projeto: Construtora Responsável – Odebrecht S.A.

2.5 alterações significativas: Há diversas ampliações no Hospital Santa Terezinha no decorrer dos anos. Novos blocos são criados conforme a demanda de mais espaço e de novos serviços surge. Além disso, novos pavilhões são construídos e o local passa a se chamar Parque Sanatorial Santa Terezinha, antes de se tornar Hospital Especializado Octávio Mangabeira. O Hospital, portanto, deixa de estar em um ambiente isolado, como quando inicialmente concebido, para fazer parte de um grande complexo hospitalar. A cobertura do edifício, que antes era parte integrante do prédio e podia ser acessada pelos pacientes, hoje não possui mais sua conformação original: a laje plana dá lugar a uma cobertura de telhas. No bloco principal, há mudanças substantivas na sua fachada principal, com a modificação de um volume existente na sua parte central. Por conta da adaptação do hospital às novas circunstâncias, a administração, situada no térreo expande-se sobre a varanda frontal da edificação, criando espaços fechados. As varandas dos pavimentos superiores dão espaço para outras ampliações, e nos blocos laterais é possível perceber nos solários a presença de divisórias que separam as enfermarias e garantem certa privacidade aos pacientes. Outra alteração bastante importante é o sucessivo acréscimo de anexos na fachada posterior do edifício. A planta do hospital vai aos poucos perdendo seu caráter linear e ganhando o formado de "T", com adições na parte central do fundo do bloco. Com a construção dos anexos e principalmente com a criação do Parque Sanatorial Santa Terezinha, o edifício perde parte do impacto que exercia quando construído em uma área isolada da cidade. Além disso, os outros edifícios construídos no entorno do Hospital, com destaque para a Maternidade de Referência Professor José Maria de Magalhães Neto, sem qualquer conformação com a preexistência, criam uma paisagem conflituosa e camuflam a imponência do Santa Terezinha.

2.6 uso atual: O edifício funciona ainda como hospital, mas adaptou-se à realidade de uma sociedade que não mais padece com a Tuberculose. O hospital recebe principalmente pacientes com doenças pulmonares e está inserido no complexo do "Hospital Especializado Octávio Mangabeira (HEOM) que atende a diferentes demandas. Possui 225 leitos para internação, com enfermarias, centro cirúrgico e UTI.

2.7 estado de conservação material: Internamente há partes do edifício melhor e pior conservadas. Chama atenção a quantidade de divisórias improvisadas existentes, sem um planejamento mais geral. A estrutura aparentemente está bem conservada, bem como a pintura externa.

2.8 estado de preservação do caráter: a planta do edifício, inicialmente tão clara, perde no decorrer dos anos sua lógica devido à disposição de anexos e divisórias inseridos para adaptação do edifícios às novas necessidades médicas. Os mesmos anexos interferem na conformação do volume preexistente, principalmente na parte posterior do edifício. As fachadas também são modificadas com a alteração das aberturas e instalação de aparelhos de ar condicionado. Tais elementos se notam especialmente na fachada frontal que tem sua linearidade e horizontalidade afetadas. A vedação de espaços também interfere no entendimento da função das varandas do hospital, que servem inicialmente para o tratamento dos pacientes tuberculosos. O mesmo pode ser dito da mudança da cobertura. Além disso, as novas construções que vão surgindo no Parque Sanatorial passam a diminuir a imponência que o Santa Teresinha possui assim que é construído. Atualmente, a presença de edifícios de porte semelhante ao do hospital, especialmente a Maternidade construída em frente a ele, e os muros delimitadores que escondem do transeunte o hospital, prejudicam a percepção de sua grandiosidade.

3.1 descrição

3.2 descrição geral: O Edifício se desenvolve originalmente a partir de um bloco principal comprido, com extremidades curvas, e de três blocos secundários menores que se ligam a ele. Com capacidade inicial de 320 leitos, possui cinco pavimentos, sendo o térreo reservado à administração, cozinha, lavanderia e outros serviços; os segundo, terceiro e quarto reservados à população de baixa renda e o último aos hospitalizados de classe social elevada. Esta segregação social tem papel determinante na conformação do hospital: no segundo e no terceiro pavimentos estão as maiores enfermarias, com seis leitos cada uma; no quarto pavimento, a enfermaria torna-se menor e atende a duplas que precisam de maior isolamento; e no último pavimento, as enfermarias são ainda menores, com apenas um leito, destinadas a pacientes de classe social mais elevada. A forma do edifício corresponde a tal distribuição, uma vez que o bloco comprido é mais amplo nos primeiros pavimentos e torna-se mais estreito nos pavimentos superiores, onde as enfermarias são menores. A fachada principal do Hospital se caracteriza pelos contínuos e lineares solários que se desenvolvem ao redor das suas duas alas em seus cinco pavimentos, e se completam em extremidades curvas associadas à simetria e à horizontalidade da edificação. A cobertura plana reforça a presença da horizontalidade. Associados às formas simples e sem ornamentação e às cores claras, os longos balcões lineares, voltados a um entorno rural e abertos a banhos de sol, permitem grande integração entre os espaços interior e exterior e maximizam o aproveitamento da luz natural. O acesso ao edifício originalmente acontece no bloco central, que ainda hoje possui papel importante de distribuição do fluxo geral do hospital por dar acesso aos corredores, elevadores e escadas. Nas extremidades curvas das extensas varandas estão localizadas duas escadarias que permitem o acesso ao corredor interno da edificação. Sobre a parte posterior do edifício, há poucas informações correspondentes à concepção original. Uma importante diferença da parte posterior em relação à frente do edifício é a presença de ângulos retos em detrimento das varandas curvas presentes na fachada principal. Há dois volumes simétricos em relação ao eixo transversal que

se projetam no centro de cada um dos blocos laterais, além de um volume que se lança alinhado com o bloco central. O ritmo das esquadrias na parte posterior do edifício se repete em todos os pavimentos, em sequências que contrastam com a linearidade dos vazios gerados pelas varandas da parte frontal. Os usos nos blocos posteriores são vestiários feminino e masculino no primeiro pavimento e enfermagem e serviços relativos ao funcionamento das enfermarias nos demais.

3.3 construção: A utilização de concreto armado permitiu a construção do grande e contínuo solário do Sanatório Santa Terezinha. O hospital se desenvolve a partir de um bloco principal de 110 metros de comprimento por 10 de largura. Possui térreo mais quatro pavimentos e é coberto por uma laje plana.

3.4 contexto: No momento em que o Hospital Santa Terezinha é construído considera-se que para o efetivo tratamento da tuberculose e para evitar a proliferação da doença é necessária a construção de sanatórios em locais periféricos e em pontos elevados, que contem com a presença de ventilação e insolação abundantes. Assim sendo, escolhe-se o bairro de Pau Miúdo para sua implantação. A existência do Hospital Santa Terezinha e de outras Instituições de grande porte (como é o caso da Escola-Parque e das Escolas-Classe e do atual Hospital Ana Nery) representa uma das poucas intervenções realizadas pelo Estado nessa parte da cidade. São equipamentos públicos que impulsionam a ocupação do bairro. Posteriormente o bairro passa a ser estigmatizado devido à associação direta com a doença e seus enfermos.

3.5 outras informações: No decorrer do tempo vários edifícios são construídos ao seu redor para a complementação da sua capacidade: Pavilhão Infantil com 100 leitos é inaugurado em 29/10/1948; Pavilhão de Triagem com 430 leitos e Pavilhão Anexo com lotação para 342 leitos são inaugurados em 27/01/1951; Pavilhão de Serviços Gerais inaugurado em 1951. Todos esses equipamentos são complementados por outros situados em diversos pontos da cidade, visando o combate à doença. Nas imediações do Hospital encontra-se o complexo das Escolas-Classe e Escola-Parque e o conjunto residencial do IAPI.

4 avaliação

4.1 técnica:

4.2 social: É o primeiro sanatório de tuberculose do Estado e desempenha um papel fundamental na assistência da população de baixa renda, principalmente tendo-se em conta que quando é instalado a média anual de mortes por tuberculose na Bahia é a maior do país. É um dos mais importantes complexos de saúde do Estado da Bahia.

4.3 estética: O edifício está inserido em um contexto em que a arquitetura soteropolitana passa por um processo de transição. Há importantes exemplares tanto da arquitetura *déco* quanto da arquitetura modernista, mas há também edifícios em que ambos os estilos se fundem. É o que acontece no Hospital Santa Terezinha, edifício híbrido concebido a partir da ambiguidade

assumida na época. O volume criado pelo escalonamento das varandas de extremidades arredondadas e a forte presença de linhas horizontais, além da relação entre cheios e vazios e a quase completa ausência de ornamentação, caracterizam o hospital como modernista. Já o que o edifício traz de características *déco* ainda se percebe no seu escalonamento, na estrutura das varandas laterais que possuem um sutil desenho, em detalhes de esquadrias e pisos. É importante destacar ainda a imponência do edifício no contexto em que é construído, quando numa área ainda não adensada da cidade.

4.4 valor de referência: O Hospital representa um dos mais importantes exemplos do que é a arquitetura moderna dos sanatórios para tuberculosos no Brasil. Ele é construído em um momento em que outros sanatórios são concebidos em rede pelo governo federal e instalados em outras cidades brasileiras. É o caso do Sanatório Santa Maria no Rio de Janeiro (1937-1943), Mandaqui em São Paulo (1939), Sanatório de Belém em Porto Alegre (1934-1940), Sanatório Otávio de Freitas em Recife (1939-1946), entre outros, todos concebidos a partir de referências *déco* e/ou modernistas. Além disso, há grande semelhança também com o Sanatório de Alvar Aalto em Paimio, Finlândia, construído entre 1929 e 1933. Sua solução arquitetônica híbrida, utilizando procedimentos relacionados com o *art déco* e com o modernismo, corresponde ainda com outras utilizadas em Salvador na mesma época. Mencionam-se aqui exemplos de arquiteturas ligadas à saúde, como o Hospital Universitário Edgard Santos, projeto de H. G. Pujol que também segue uma composição arquitetônica que pode se relacionar com o *art déco*, mas que também é resolvido levando em consideração aspectos estritamente funcionais. Também pode-se fazer uma comparação com a Pupileira Juracy Magalhães, realizada pela Diretoria de Obras Públicas e Urbanismo, construída em 1935 em dois blocos distintos, um com clara influência do *art déco* e o outro com influências modernistas. Assim sendo, pode-se dizer que o Hospital Santa Terezinha fundamentalmente segue as referências arquitetônicas da sua época, apresentando-se com uma solução contundente.

5 documentação

5.1 referências principais:

A BAHIA Beneficiada com a Instalação do Hospital Sanatório Santa Terezinha. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 05 fev.1942.

A HISTÓRIA da Pneumologia na Bahia: Tributo ao Professor César Augusto de Araújo. **GAZETA MÉDICA NA BAHIA**. Salvador, jul-dez. 2007

A INAUGURAÇÃO do Hospital Santa Terezinha será Realizada na Manhã do Dia de Natal. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 18 dez.1941.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo. Políticas públicas e arquitetura moderna na infraestruturação da periferia de Salvador: o caso do Alto da Cruz do Cosme/Pau Miúdo (1947-1951). In: PEIXOTO, Elane; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) **Tempos e**

**escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014 . Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/politicas-publicas-e-arquitetura-moderna-na-infraestruturacao-da-periferia-salvador-caso-do> .

RIBEIRO, Lourival. **A Luta Contra a Tuberculose no Brasil – Apontamentos para sua História**. Rio de Janeiro, 1956

À MARGEM da Construção do Imponente Palácio do Hospital das Clínicas. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS.** Salvador, 10 out. 1937.

A OBRA Benemérita da Santa Casa – A Construção do Ambulatório coube à Companhia Brasileira S/A. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, fevereiro de 1938.

ATRAZADAS as Obras do Hospital Santa Therezinha. **A TARDE**. 10 fev. 1939.

BIERRENBACH, Ana Carolina. **Estudo para Ampliação da Poligonal de Tombamento da Região da Soledade – Proposta de Tombamento Estadual – Hospital Santa Terezinha**. Faculdade de Arquitetura da UFBA/IPAC, Janeiro de 2011.

CENTENÁRIO do Engenheiro Oswaldo Augusto da Silva. **A TARDE**. Salvador, ago. 1997.

CONSIDERADO o Melhor Hospital do Brasil no seu Gênero. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 18 jul. 1939.

**FUNDAÇÃO Antituberculosa Santa Terezinha – Síntese de suas Atividades 1936-1945.** IMPRENSA OFICIAL. Salvador, 1945

HOSPITAL Sanatório Santa Terezinha. **REVISTA TÉCNICA**. Salvador, nº 6, set.-out.1941.

INAUGURADO o Hospital Santa Terezinha**. DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 03 jan.1942.

MACHADO, Almério de Souza. A História da Pneumologia na Bahia: Tributo ao Professor César Augusto de Araújo. **GAZETA MÉDICA DA BAHIA**. Salvador, páginas 195-209, jul.-dez. 2007.

MAIS de mil internados já recebeu o Santa Terezinha. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS,** Salvador, 12 abr. 1944.

NÃO Tardará a Conclusão do Hospital Santa Terezinha. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 12 ago. 1938.

**ODEBRECHT INFORMA.** Páginas 23 e 24, janeiro-fevereiro de 1998.

O HOSPITAL Santa Terezinha vai ser, afinal, Inaugurado. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 22 mai. 1941.

PROVIDOS por Concurso as Vagas do Hospital Santa Terezinha. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 27 jun. 1943.

SERÁ o Centro da Rede Hospitalar para o Isolamento de Tuberculosos. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 29 dez.1941.

SILVEIRA, José. **Uma Doença Esquecida – A História da Tuberculose na Bahia**. Salvador, Centro Editorial e Didático 1994.

UM ROL de Importantes Construções está a Cargo da Grande Firma Emílio Odebrecht & Cia. **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. Salvador, 23 jun.1938.

5.2 material visual anexado:

5.3 pesquisador/data: Gabriela Sales Otremba / Outubro-2015

5.4 revisão: Ana Carolina Bierrenbach / Dezembro-2015

# HEMOCE
Edifício institucional 1970

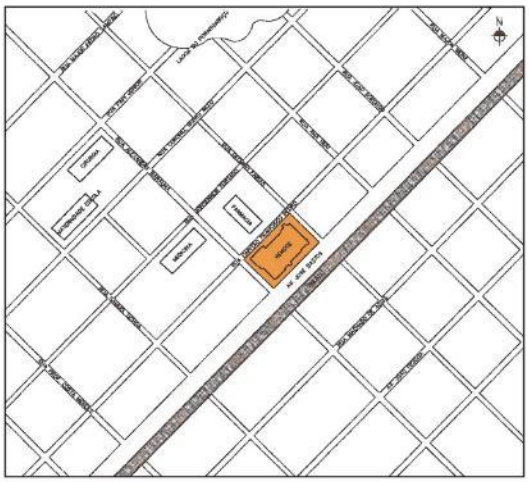


Obra: **Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará**
Projeto: **José Liberal de Castro**
**José Neudson Bandeira Braga**
Arquitetos colaboradores: **Joaquim Aristides de Oliveira**
**Antônio Carlos Campelo da Costa**
Local: **Av. José Bastos, 3390 - Rodolfo Teófilo**
Ano do Projeto: **1970**
Estrutura: **Eng. Hugo Alcântara Mota**
**Eng. Ivan Alcântara Mota**

**SISTEMATIZAÇÃO DOS LEVANTAMENTOS ARQUITETÔNICOS DE EDIFÍCIOS INSTITUCIONAIS EM FORTALEZA ELABORADOS PELOS ESTUDANTES DO CAU**

**Universidade Federal do Ceará**
**Centro de Tecnologia**
**Departamento de Arquitetura e Urbanismo**
**Orientadora:** Margarida Julia Farias de Salles Andrade
**Bolsista:** Maria Marília Fernandes Monteiro
**Data da sistematização:** Maio / 2006

**Levantamento dos alunos:** Beatriz Mont'Alverne / Marília Borges
**Disciplina:** História da Arquitetura e Evolução do Urbanismo 2
**Professora:** Margarida Julia Farias de Salles Andrade
**Data do levantamento:** 1997



Edificação esc.: 1/5000

Ficha técnica / Localização
Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará

01/06

# HEMOCE
Edifício institucional 1970

**MATERIAIS EMPREGADOS**

| | |
|---|---|
| ESTRUTURA | Concreto armado (o edifício não apresenta uma modulação Rígida na estrutura) |
| COBERTA | Abóbadas em concreto com presença de domus |
| ALVENARIA | Parede em tijolo / Combogó de concreto (tipo veneziana) |
| ESQUADRIAS | Portas e janelas de vidro e alumínio |
| PISOS | Piso industrial de alta resistência, cerâmica São Caetano, Tapete sintético reviflex (nylon), lajota de concreto pré-moldado |

O partido arquitetônico adotado baseia-se na horizontalidade, posssuindo poucos pavimentos que respondem ao programa através de uma solução de pavilhões que se intercomunicam, organizados em torno de um pátio central. Para evitar o distanciamento de vários setores, optou-se, em sua disposição vertiacal, por um sistema de variação de níveis, de meio pavimento.

A cobertura é composta por abóbodas em concreto, dispostas em dois sentidos (perpendiculares entre si), sugerindo o acontecimento de duas funções distintas no volume único (atualmente Hospital das Clínicas e HEMOCE). Ainda ocorre a presença de domus, favorecendo a iluminação e ventilação naturais.

Caracterizando o edifício como expressão do Brutalismo, identificamos elementos associados ao movimento como: uso intenso do concreto aparente, volume único voltado para um pátio interno, explor~ção de formas rugosas e ásperas e exposição da estrutura e das tubulações.

**PROGRAMA SOCIAL**

SETOR DE HEMATOLOGIA

SETOR DE HEMOTERAPIA

SETOR DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

O pátio central atua como principal articulador dos espaços e a distribuição interna se desenvolve em cinco níveis, interligado por oito escadas. No nível 1,20m: serviços administrativos, ambulatório, consultórios de atendimento público e privado, laboratórios de rotina, farmácia, serviço social, quimioterapia, transfusões de sangue. No nível 2,90m ficam: sobre o estacionamento, doação e preparação de sangue; sobre a biblioteca e o refeitório, o auditório. No nível 4,60m, estão: sobre os serviços administrativos, os laboratórios; sobre uma ala do ambulatório, a expansão dos laboratórios. No nível 8,00m vêm: sobre os laboratórios, os alojamentos de internos; sobre a expansão dos laboratórios, tanques de peixe e biotério. No nível 12,80m, em coroamento ao conjunto: sobre o biotério e os tanques, o helipouso. O edifício não apresenta uma modulação rígida na estrutura.



Programa / Memorial / Fotos
Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará

02/06

## HEMOCE
Edifício institucional 1970

A fachada sudeste, considerada a principal, possui maior número de aberturas, atendendo a necessidade de captação dos ventos, predominantes nessa direção. O helipouso e a repetição sistemática das abóbadas atuam como elementos marcantes. Na fachada sudoeste, uma das extremidades é caracterizada por um ritmo gerado por pilares e esquadrias de vidro que permitem uma tranparência interior-exterior, enquanto que a outra é marcada por uma grande parede cega. A fachada noroeste, que abriga o acesso privado, destaca-se pelo uso de brises verticais, além de uma intensa arborização, protegendo-a da insolação direta. Finalmente, a fachada nordeste apresenta-se como a mais opaca de todas, por delimitar a lateral do auditório.





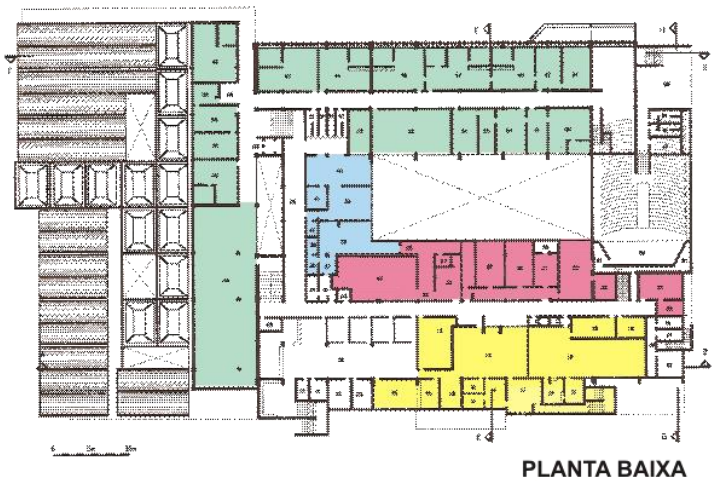




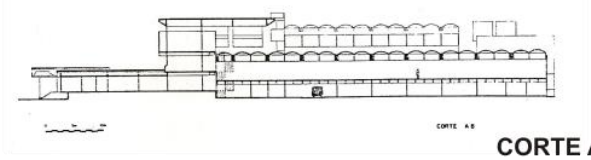
Memorial / Fotos
Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará

03/06

## HEMOCE
Edifício institucional 1970



PLANTA BAIXA
NÍVEIS 2,90m e 4,60m



CORTE AB

HEMOTERAPIA
Unidade de coleta
Unidade de produção
Unidade de esterelização
Unidade de laboratório

HEMATOLOGIA
Unidade de ambulatório

DIREÇÃO GERAL DO CENTRO

SERVIÇOS GERAIS

Plantas / Cortes / Setorização
Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará

04/06

## HEMOCE

Edifício institucional 1970



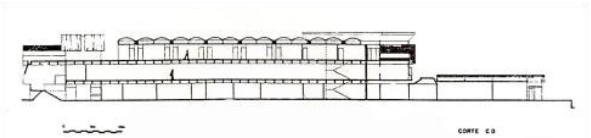
HEMOTERAPIA
Unidade de coleta
Unidade de produção
Unidade de esterelização
Unidade de laboratório

HEMATOLOGIA
Unidade de ambulatório

DIREÇÃO GERAL DO CENTRO

SERVIÇOS GERAIS

**PLANTA BAIXA**
NÍVEIS 0,00m e 1,20m



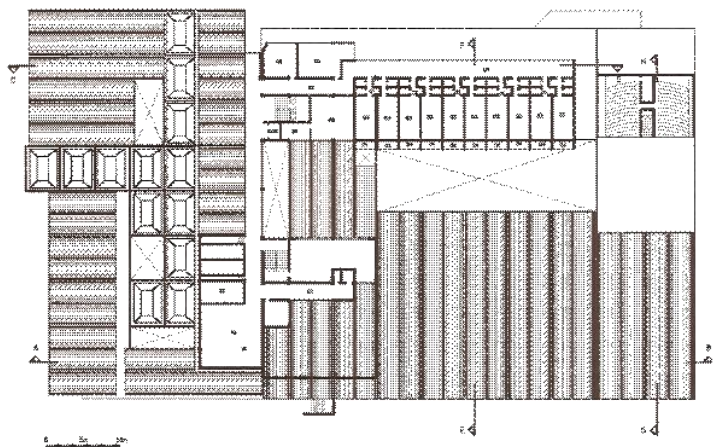
**CORTE CD**

Plantas / Cortes / Setorização
Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará

05/06

## HEMOCE

Edifício institucional 1970



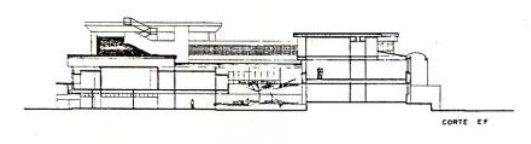
HEMOTERAPIA
Unidade de coleta
Unidade de produção
Unidade de esterelização
Unidade de laboratório

HEMATOLOGIA
Unidade de ambulatório

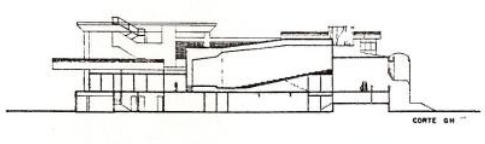
DIREÇÃO GERAL DO CENTRO

SERVIÇOS GERAIS

**PLANTA BAIXA**
NÍVEL 8,00m



**CORTE EF**



**CORTE GH**

Plantas / Cortes / Setorização
Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará

06/06

## FICHA INVENTÁRIO CATAGUASES | 01.06 E 02.06






or Vieira, 56

51

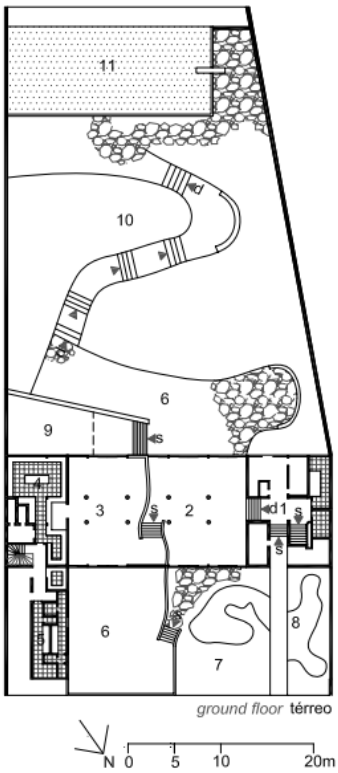
enriques Toledo e Gilberto Lyra de Lemos

erry

34

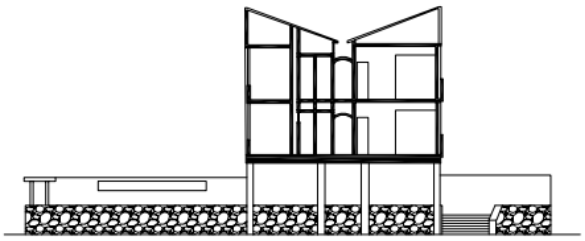
O Hotel implantado na parte central do terreno possui jardins generosos com lago e escultura de Jan Zack na parte frontal e, na parte posterior, fazendo divisa com o Rio Pomba, há um bosque. A sala de estar sobre pilotis com fechamentos em amplas portas de correr em vidro; bar coberto por laje plana sobre pilares arredondados e com parede em mosaico de ladrilhos hidráulicos; *brise-soleils* horizontais utilizados nos quartos posteriores como guarda-corpo são alguns elementos do modernismo que chamam atenção nesta obra. Tombado pelo IPHAN em 1994.

*The Hotel placed into the center of the property has generous gardens with a pond and a sculpture by Jan Zach in the front, and behind it there is a wood, bordering on the Pomba River. The lobby under the pilotis enclosed by wide sliding doors made of glass; the bar covered by a flat slab on round pillars with the wall in mosaics of hydraulic tiles; the horizontal brise-soleils used in the back bedrooms as railings are some of the characteristics of modernism which call attention to this building. It was preserved by IPHAN in 1994.*

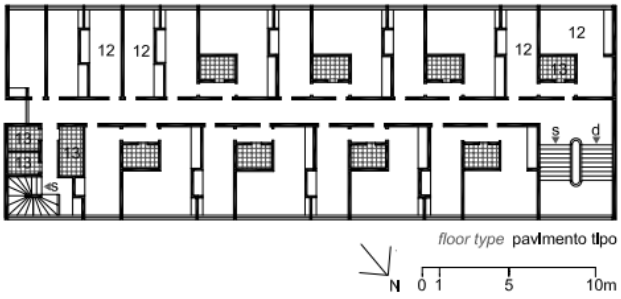



*ground floor* térreo

35



*section view* corte




*floor type* pavimento tipo

*Entrance hall* . 1. Hall
*Living room* . 2. Sala de estar
*Refectory* . 3. Refeitório
*Kitchen* . 4. Cozinha
*Laundry* . 5. Serviços
*Terrace* . 6. Terraço
*Garden* . 7. Jardim
*Pond* . 8. Lago
*Bar* . 9. Bar
*Grove* .10. Bosque
*Swimming pool* .11. Piscina
*Bedroom* .12. Quarto
*Bathroom* .13. Banho





*ils* utilizados como guarda-corpo na fachada posterior
*brise-soleils used as railings on the rear*

## FICHA INVENTÁRIO ARQUITETURA MODERNA NO NORDESTE BRASILEIRO | 01.01



0.1 Foto do edifício/ sítio
Descrição/Fonte de informação/Data

**1. Identificação do edifício/grupo de edifícios; implantação/paisagem/ jardim**

1.1. **Nome corrente do edifício:** Hotel Tambaú
1.2. **Outros nomes:** Tropical Hotel Tambaú
1.3. **Número e nome da rua:** AV. Almirante Tamandaré, 229. Tambaú.
1.4. **Cidade:** João Pessoa
1.5. **Província/ Estado:** Paraíba
1.6. **Código:** 58039-010
1.7. **País:** Brasil
1.8. **Região:** Nordeste
1.9. **Classificação/ tipologia:** (RES – Residential)
1.10. **Estado de proteção e data de tombamento ou instrumento de proteção:** Não apresenta

**2. Histórico do edifício**

2.1. **Breve descrição da função original:** O prédio foi construído por iniciativa governamental (governo de João Agripino) com o intuito de promover atividades turísticas na orla da capital paraibana, antes carente de tal equipamento e de tamanha infra-estrutura.
2.2. **Datas de projeto e conclusão:** Projeto: 1962/Conclusão: 06 de março de 1971
2.3. **Projetista arquitetônico e outros projetistas:** Arq. Sérgio Bernardes e Eng. Luiz José de Almeida
2.4. **Outros profissionais que atuaram no edifício:** sem maiores informações
2.5. **Alterações significativas com suas respectivas datas:** Seis meses após sua construção, em 11 de setembro de 1971 (segunda inauguração), no governo de Ernani Sátyro, foram feitos alguns trabalhos complementares e indispensáveis à estrutura do hotel.
2.6. **Uso corrente:** Até hoje, o prédio funciona como Hotel Tambaú.
2.7. **Condição atual:** O Tropical Hotel Tambaú está em boas condições de uso. Ao contrário do se pensava na época de sua construção, o mar não afetou sua estrutura, que se mantém integra e bem conservada.

**3. Descrição**

3.1. **Descrição geral:** O hotel está distribuído numa área de 18.576 metros quadrados em dois edifícios circulares em forma de rótula, ambos com dois pavimentos cada. Na circunferência externa, em seu pavimento térreo, estão os auditórios, salas de eventos; e no pavimento superior, estão dispostos os apartamentos, que em sua maioria, têm vista privilegiada para o mar, ao mesmo tempo em que se voltam internamente para as áreas de jardins e convivência. Na circunferência interna, no pavimento térreo, estão concentradas as áreas de serviço e de manutenção e administração; já em seu pavimento superior, estão os apartamentos.
3.2. **Construção:** Predomina o uso de materiais em estado natural e dos elementos construtivos aparentes, que dão um ar de simplicidade a construção. As dimensões dos ambientes acompanham a modulação estrutural.
3.3. **Contexto:** O Hotel foi implantado na Praia de Tambaú, um local na época desprovido de infra-estrutura e distante do centro da cidade. Foi construído dentro de uma área de marinha, num local antes ocupado predominantemente por pescadores da região. Está inserido parcialmente no continente e nas areias do mar.

**4. Avaliação**

4.1. **Técnica:** O Hotel Tambaú é uma obra de destaque pela ousadia técnico-estrutural de sua construção, porém a economia construtiva é uma característica marcante.
4.2. **Social:** O hotel foi criado como estratégia econômica para a região, a fim de incrementar e promover atividades turísticas na orla da capital paraibana, e sua implantação na praia acompanhava o crescimento da cidade para a orla marítima.
4.3. **Cultural e estética:** Por seu formato circular arrojado, o hotel tem um desenho singular e que dialoga de forma constante e satisfatória com a natureza circundante.
4.4. **Histórico:** O complexo hoteleiro acomodou alguns dos principais fatos históricos e personagens do roteiro da história da Paraíba. O seu desenho contemporâneo e suas proporções monumentais são o marco do nascimento e fortalecimento do turismo no Estado.
4.5. **Avaliação geral:** É um complexo hoteleiro com uma arquitetura arrojada para época e que chamou atenção por suas proporções e pela originalidade da construção, que se tornou referência modernista e progressista tanto da comunidade turística quanto arquitetônica.

**5. Documentação**

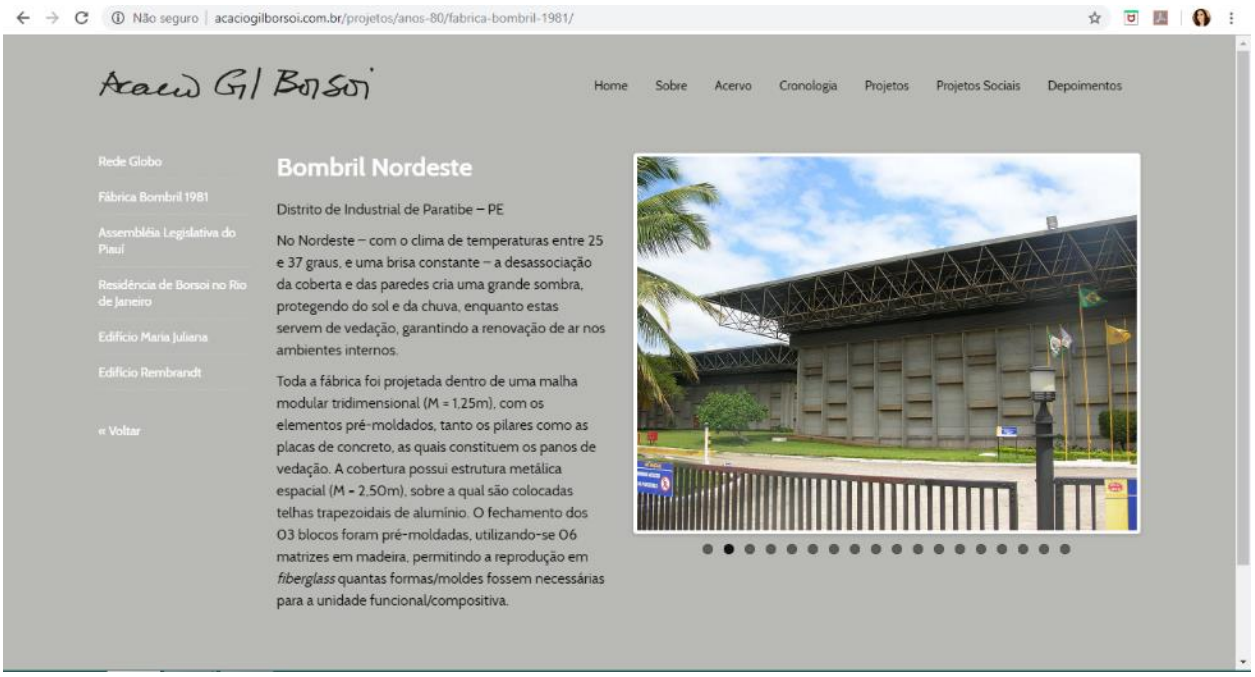
5.1. **Principais referências bibliográficas**

LEAL, Wills. **O real e o virtual no turismo da Paraíba.** A União Editora: João Pessoa, 2001.
PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974).** São Carlos: EESC/USP, 2008. Dissertação de mestrado.

5.2. **Informações iconográficas:** Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e Arquivo do Hotel.
5.3. **Data da publicação**

## FICHA INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI | 01.18 E 02.18



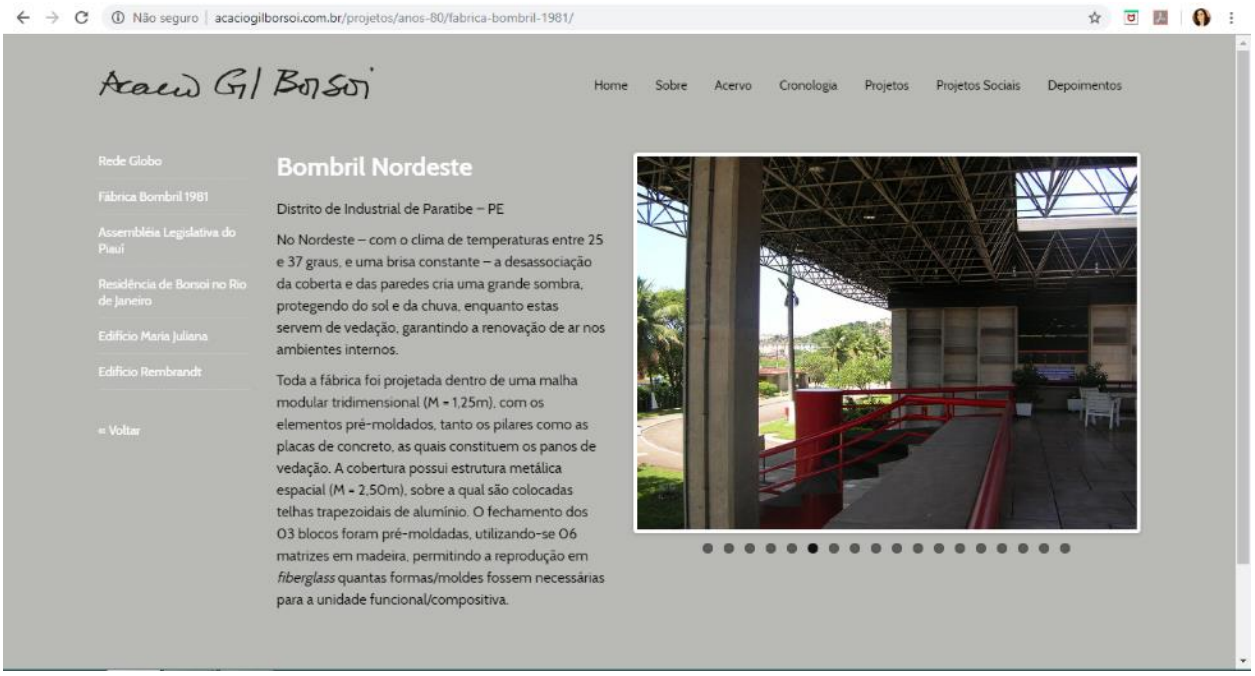
## FICHA INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI | 03.18 E 04.18






## FICHA INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI | 05.18 E 06.18



## FICHA INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI | 07.18 E 08.18







Não seguro | acaciogilborsoi.com.br/projetos/anos-80/fabrica-bombril-1981/
Acacio Gil Borsoi
Home
Sobre
Acervo
Cronologia
Projetos
Projetos Sociais
Depoimentos
Rede Globo
Fábrica Bombril 1981
Assembléia Legislativa do Piauí
Residência de Borsoi no Rio de Janeiro
Edifício Maria Juliana
Edifício Rembrandt
« Voltar
Bombril Nordeste
Distrito de Industrial de Paratibe – PE
No Nordeste – com o clima de temperaturas entre 25 e 37 graus, e uma brisa constante – a desassociação da coberta e das paredes cria uma grande sombra, protegendo do sol e da chuva, enquanto estas servem de vedação, garantindo a renovação de ar nos ambientes internos.
Toda a fábrica foi projetada dentro de uma malha modular tridimensional (M = 1,25m), com os elementos pré-moldados, tanto os pilares como as placas de concreto, as quais constituem os panos de vedação. A cobertura possui estrutura metálica espacial (M = 2,50m), sobre a qual são colocadas telhas trapezoidais de alumínio. O fechamento dos 03 blocos foram pré-moldadas, utilizando-se 06 matrizes em madeira, permitindo a reprodução em fiberglass quantas formas/moldes fossem necessárias para a unidade funcional/compositiva.
5 ELEMENTOS DE VEDAÇÃO
MOLDES EM MADEIRA
FORMAS EM FIBER GLASS
MONTAGEM


Não seguro | acaciogilborsoi.com.br/projetos/anos-80/fabrica-bombril-1981/
Acacio Gil Borsoi
Home
Sobre
Acervo
Cronologia
Projetos
Projetos Sociais
Depoimentos
Rede Globo
Fábrica Bombril 1981
Assembléia Legislativa do Piauí
Residência de Borsoi no Rio de Janeiro
Edifício Maria Juliana
Edifício Rembrandt
« Voltar
Bombril Nordeste
Distrito de Industrial de Paratibe – PE
No Nordeste – com o clima de temperaturas entre 25 e 37 graus, e uma brisa constante – a desassociação da coberta e das paredes cria uma grande sombra, protegendo do sol e da chuva, enquanto estas servem de vedação, garantindo a renovação de ar nos ambientes internos.
Toda a fábrica foi projetada dentro de uma malha modular tridimensional (M = 1,25m), com os elementos pré-moldados, tanto os pilares como as placas de concreto, as quais constituem os panos de vedação. A cobertura possui estrutura metálica espacial (M = 2,50m), sobre a qual são colocadas telhas trapezoidais de alumínio. O fechamento dos 03 blocos foram pré-moldadas, utilizando-se 06 matrizes em madeira, permitindo a reprodução em fiberglass quantas formas/moldes fossem necessárias para a unidade funcional/compositiva.
M2
CONCRETO PRÉ-MOLDADO
ABERTO
M1
VIDRO FIXO
VIDRO BASCULA
BORRACHA DE VEDAÇÃO
GRAMPO FIXAÇÃO
.05
VIDRO FIXO

Não seguro | acaciogilborsoi.com.br/projetos/anos-80/fabrica-bombril-1981/

Acacio Gil Borsoi

Home Sobre Acervo Cronologia Projetos Projetos Sociais Depoimentos

Rede Globo
Fábrica Bombril 1981
Assembléia Legislativa do Piauí
Residência de Borsoi no Rio de Janeiro
Edifício Maria Juliana
Edifício Rembrandt

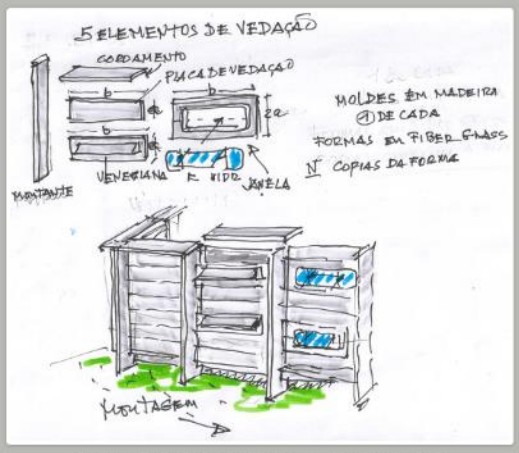
« Voltar

## Bombril Nordeste

Distrito de Industrial de Paratibe – PE

No Nordeste – com o clima de temperaturas entre 25 e 37 graus, e uma brisa constante – a desassociação da coberta e das paredes cria uma grande sombra, protegendo do sol e da chuva, enquanto estas servem de vedação, garantindo a renovação de ar nos ambientes internos.

Toda a fábrica foi projetada dentro de uma malha modular tridimensional (M = 1,25m), com os elementos pré-moldados, tanto os pilares como as placas de concreto, as quais constituem os panos de vedação. A cobertura possui estrutura metálica espacial (M = 2,50m), sobre a qual são colocadas telhas trapezoidais de alumínio. O fechamento dos 03 blocos foram pré-moldadas, utilizando-se 06 matrizes em madeira, permitindo a reprodução em *fiberglass* quantas formas/moldes fossem necessárias para a unidade funcional/compositiva.




Não seguro | acaciogilborsoi.com.br/projetos/anos-80/fabrica-bombril-1981/

Acacio Gil Borsoi

Home Sobre Acervo Cronologia Projetos Projetos Sociais Depoimentos

Rede Globo
Fábrica Bombril 1981
Assembléia Legislativa do Piauí
Residência de Borsoi no Rio de Janeiro
Edifício Maria Juliana
Edifício Rembrandt

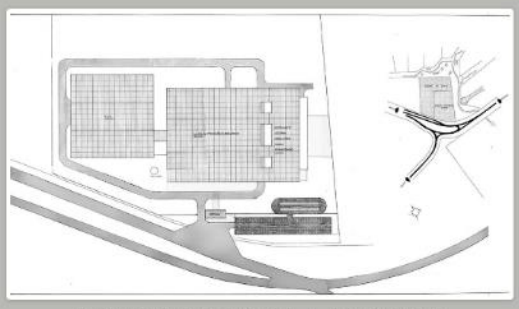
« Voltar

Bombril Nordeste

Distrito de Industrial de Paratibe – PE

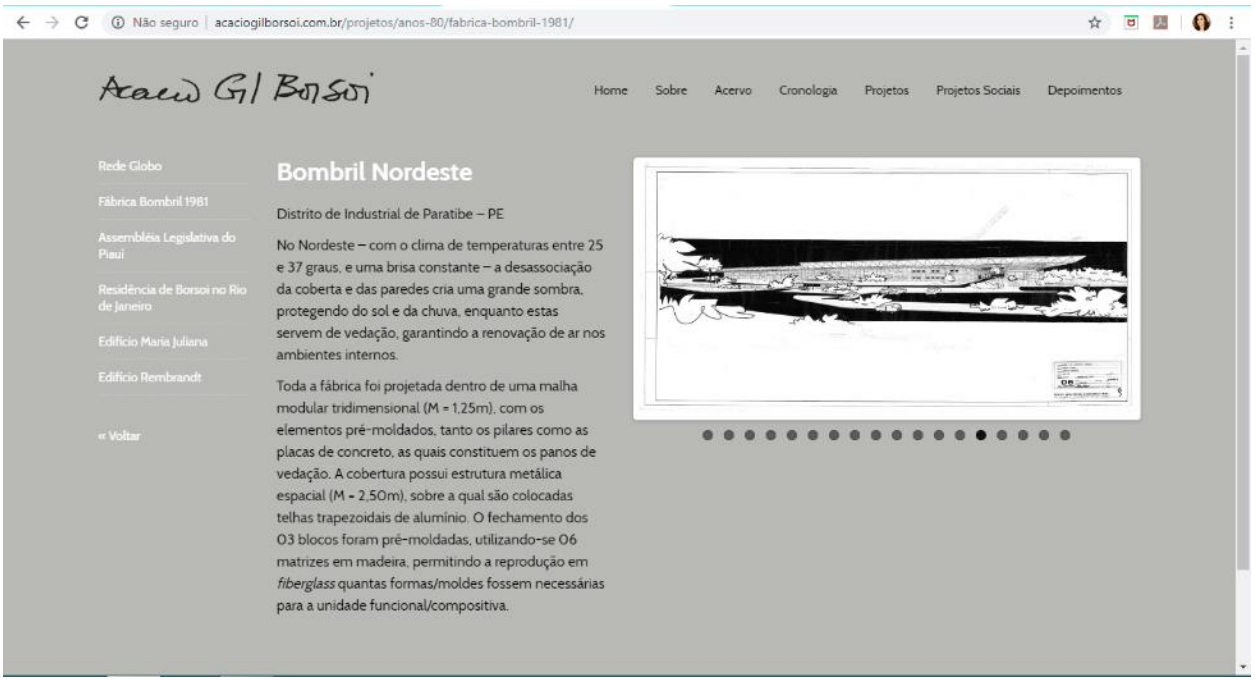
No Nordeste – com o clima de temperaturas entre 25 e 37 graus, e uma brisa constante – a desassociação da coberta e das paredes cria uma grande sombra, protegendo do sol e da chuva, enquanto estas servem de vedação, garantindo a renovação de ar nos ambientes internos.

Toda a fábrica foi projetada dentro de uma malha modular tridimensional (M = 1,25m), com os elementos pré-moldados, tanto os pilares como as placas de concreto, as quais constituem os panos de vedação. A cobertura possui estrutura metálica espacial (M = 2,50m), sobre a qual são colocadas telhas trapezoidais de alumínio. O fechamento dos 03 blocos foram pré-moldadas, utilizando-se 06 matrizes em madeira, permitindo a reprodução em *fiberglass* quantas formas/moldes fossem necessárias para a unidade funcional/compositiva.

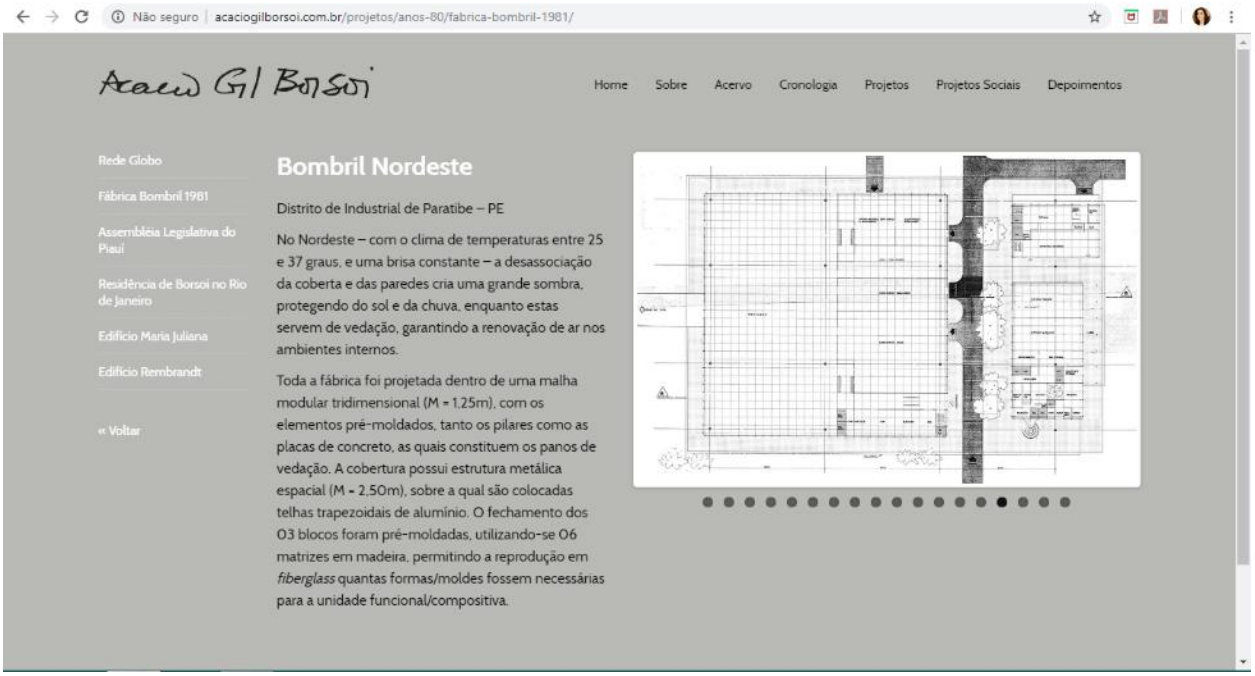


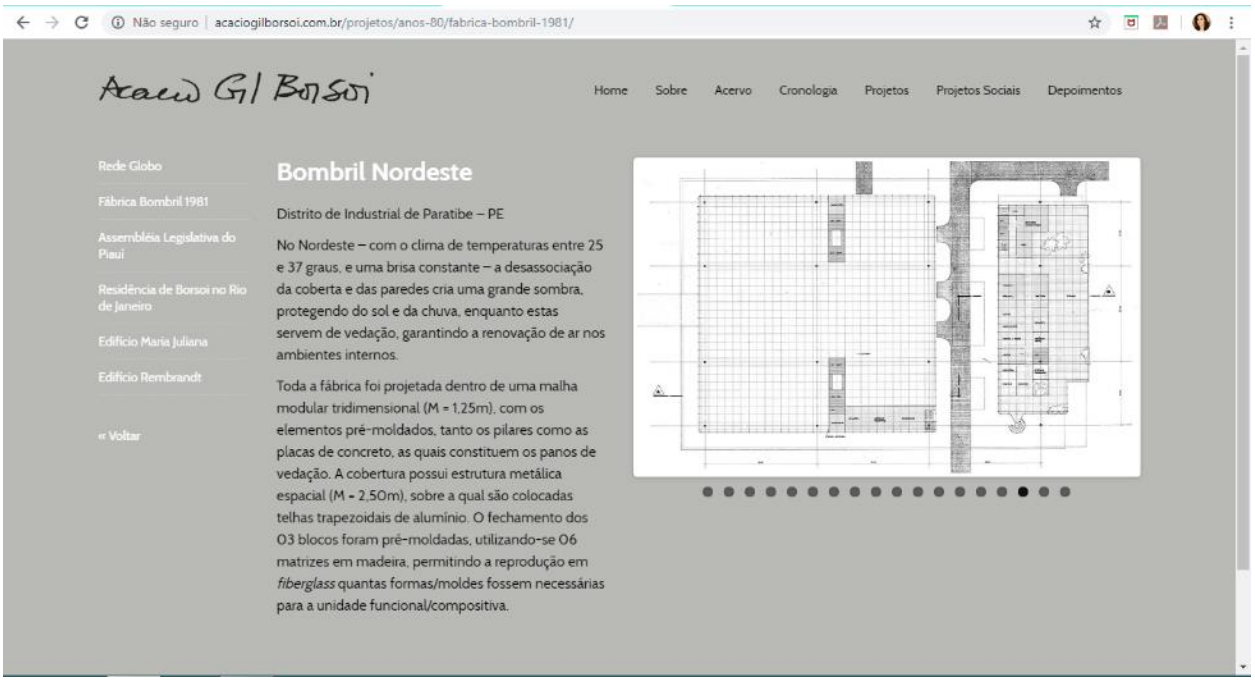
## FICHA INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI | 13.16 E 14.18



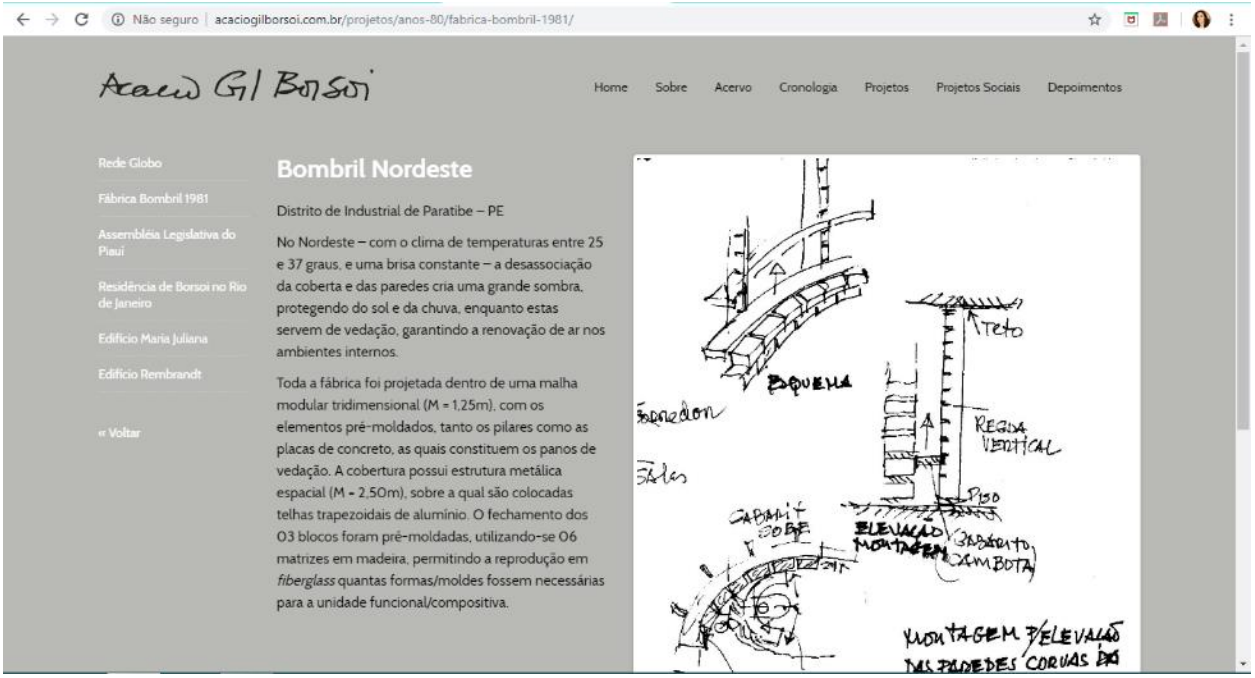
## FICHA INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI | 15.16 E 16.18



## FICHA INVENTÁRIO ACÁCIO GIL BORSOI | 17.18 E 18.18



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
GRUPO FORM PIAUI. CAU. DCCA.CT.UFPI

| INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL DE TERESINA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| NOME DA INSTITUIÇÃO: Estádio Governador Alberto Tavares Silva | | | | FICHA Nº |
| CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA | | | BENS ARQUITETÔNICOS IMÓVEIS | |
| LOCALIZAÇÃO DO BEM: | | | | |
| UF | PI | Município | Teresina | |
| Endereço | Avenida Ind. Gil Martins. | | | |

**MAPAS**

Localização na cidade:

Localizado na Zona Sul da Cidade de Teresina, o Estádio está implantado em um terreno de nível elevado em relação ao seu entorno.

Figura 1 - Localização do Estádio. Fonte: Grupo Modernidade Arquitetônica.



Localização com o entorno:

O estádio governador Alberto Tavares Silva situa-se nas proximidades de algumas importantes edificações teresinenses, como o hospital de Urgências de Teresina (HUT), o edifício da Fundação das Indústrias do Piauí (FIEPI) e o prédio do fórum de Justiça do Estado do Piauí.



Foto da Fachada Principal:



Fotografia: Imagens do Google.

**IDENTIFICAÇÃO**

**A. HISTÓRICO DO EDIFÍCIO**

O Estádio Governado Alberto Tavares Silva, mais conhecido por Albertão, foi inaugurado em 26 de agosto de 1973 na cidade de Teresina - PI. Está entre os dez maiores estádios de futebol do Brasil e tem capacidade para 60.000 torcedores. É provido de uma infraestrutura completa para atletismo, futebol e transmissão de jogo por rádio e TV. Solicitado pelo Governo do Estado, representado por Alberto Silva, o projeto foi desenvolvido por uma equipe da empresa SEEBLA –Engenharia de projetos que tinha firma fora do Estado. Para acompanhar a obra foram convidados alguns arquitetos, residentes em Teresina, portadores de certo status na cidade, como o arquiteto Antônio Luiz, responsável pelas obras modernas mais significativas da capital piauiense.

Texto: Alexandra Ferreira / Ana Cecília / Samir Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
GRUPO FORM PIAUI. CAU. DCCA.CT.UFPI

**B. CROQUI DA PLANTA (SE EXISTIR OU FOR POSSÍVEL LEVANTAR)**

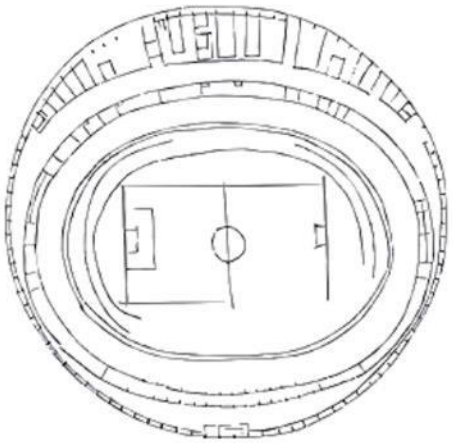


*Figura 4 - Croqui planta baixa do nivel 3.*
Adaptado de fotocópia original - SEINFRA

| TIPOLOGIA | | ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO | PAVIMENTOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RELIGIOSO | 1958 | ACIMA DA RUA | | | Nº 3 | |
| | CIVIL | | | | | | |
| X | OFICIAL | **USO ORIGINAL** | ABAIXO DA RUA - | | | Nº - | |
| | MILITAR | Estádio Governador Alberto Tavares Silva - Albertão | | | | | |
| | INDUSTRIAL | **USO ATUAL** | SOTÃO | | SIM | X | NÃO |
| | FERROVIÁRIA | Estado Governador Alberto Tavares Silva – Albertão | PORÃO | | SIM | X | NÃO |
| | OUTRA | | OUTROS | | | | |

**FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES (Internas e Externas)**



*Figura 3 - Detalhe da Estrutura em concreto aparente.*
*Foto: Samir Melo, 2008.*



*Figura 4 - Perspectiva da arquibancada.*
*Foto: Samir Melo, 2008.*

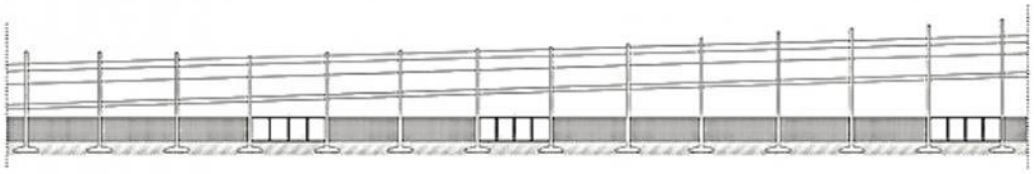


Figura 7 - Fachada desenvolvida em planos. Fonte: Adaptado de fotografia.

# FICHA INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL DE TERESINA | 03.04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
GRUPO FORM PIAUI. CAU. DCCA.CT.UFPI

**BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA (DADOS TIPOLÓGICOS)**

O Estádio apresenta estrutura formal sem permeabilidade (definição de estrutura fechada) e modelo elíptico. Possui vários anéis de arquibancadas guardando as acomodações populares junto ao fosso. Já as instalações privadas, voltadas para atletas e árbitros estão localizadas no subsolo das arquibancadas. Ao todo o Albertão conta com 4 níveis interligados apenas por escadas.

Externamente as fachadas de concreto não permitem a poluição visual com as esquadrias. Configurando rasgos sem fechamento através de outro tipo de material, as aberturas superiores enquadram a paisagem externa no entorno do estádio como se a fotografasse. Entre os materiais empregados na construção da obra, destaca-se o ferro e o concreto, que deixado aparente, confere características tipicamente de estilo brutalista ao Estádio.

Texto: Alexandra Ferreira / Ana Cecília / Samir Melo

**DADOS CRONOLÓGICOS (HISTÓRICO ARQUTETÔNICO)**

Solicitado pelo Governo do Estado, representado por Alberto Silva, o projeto foi desenvolvido por uma equipe da empresa SEEBLA – Engenharia de projetos que tinha firma fora do Estado. Para acompanhar a obra foram convidados alguns arquitetos, residentes em Teresina, portadores de certo status na cidade, como o arquiteto Antônio Luiz, responsável pelas obras modernas mais significativas da capital piauiense.

O Albertão foi construído em duas etapas. A primeira foi concluída em 120 dias, segundo a pesquisadora e arquiteta Acília Afonso. Cerca de 900 trabalhadores foram empregados. A segunda, realizada no governo de Dirceu Mendes Arcoverde (1974-1978), foi para a conclusão dos pórticos externos e a laje de cobertura, na época a maior laje em balanço de concreto protendido no Brasil. O estádio foi inaugurado em 26 de agosto de 1973.

Texto: Alexandra Ferreira / Ana Cecília / Samir Melo

**DADOS TÉCNICOS**

| SISTEMA CONSTRUTIVO E MATERIAS | RESTAURAÇÕES E INTERVENÇÕES REALIZADAS |
|---|---|
| O sistema construtivo utilizou-se das técnicas de armação do concreto para suportar o grande balanço da marquise acima das arquibancadas da laje por exemplo. Para as fundações, foram utilizados 646 tubulões armados, escavados a céu aberto com profundidade de sete metros<br><br>O volume puro do gabarito máximo de aproximadamente 50 metros de altura não se mantém com essa altura em toda sua extensão. Na extremidade oposta a essa altura máxima tem-se a dimensão vertical mínima de 2,5 metros conferindo mais leveza ao conjunto. No que diz respeito aos materiais empregados na construção da obra, destaca-se o ferro e o concreto, que deixado aparente, confere características tipicamente de estilo brutalista ao Estádio.<br><br>Texto: Alexandra Ferreira / Ana Cecília / Samir Melo | Originalmente tinha capacidade para 60.000 torcedores. Segundo o CNEF (Cadastro Nacional de Estádios de Futebol) de 15 de setembro de 2009 tem uma capacidade atual para 44.200 pessoas.<br><br>Em 2013, por não atender a algumas normas de acessibilidade, o estádio ficou interditado para reforma de modo a regularizar a situação de rampas, banheiros e outros acessos para pessoas com deficiência.<br><br>Foram construídos banheiros acessíveis, rampas de acesso para cadeirantes, instaladas a plataforma do elevador e o piso tátil para pessoas com deficiência visual.<br><br>Texto: Karla Katrini Simões. |

| ESTADO DE CONSERVAÇÃO | | PRESERVAÇÃO | | INFORMAÇÕES ADICIONAIS |
|---|---|---|---|---|
| X | BOM | | ÍNTEGRO | |
| | PRECÁRIO | X | POUCO ALTERADO | |
| | EM ARRUINAMENTO | | MUITO ALTERADO | |
| | ARRUINADO | | DESCARACTERIZADO | |

# ANEXO O
## FICHA INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL DE TERESINA | 04.04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
GRUPO FORM PIAUI. CAU. DCCA.CT.UFPI

| LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE | | | |
|---|---|---|---|
| PLANTA (RELACIONAR NOMES) | ESCALA | LOCALIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE | DATA: |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

**FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS**

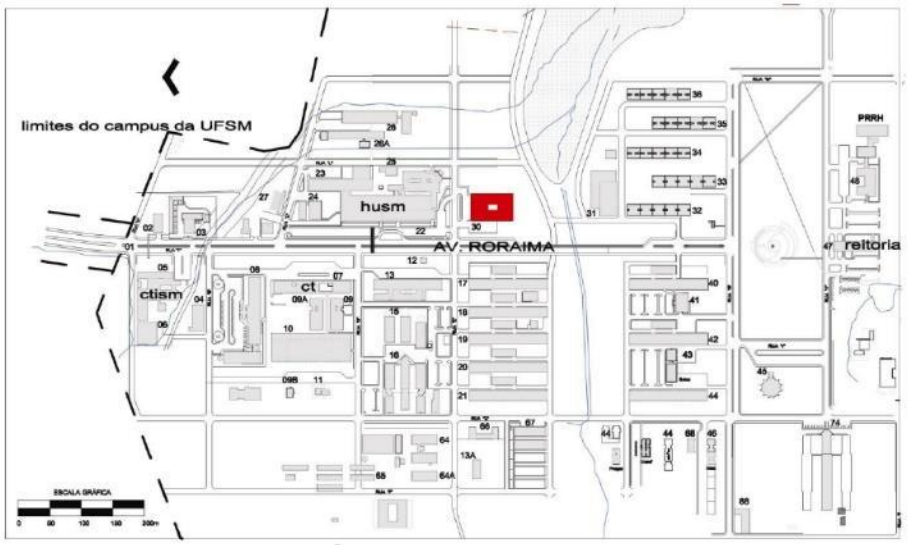
AFONSO, Alcília. NEGREIROS, Ana, NEGREIROS. **Documentos da Arquitetura Moderna**. Editora Halley, Teresina, 2013.
AFONSO, Alcília. Arquitetura e poder: **A obra de Alberto Silva no Piauí**. Disponível em: << http://kakiafonso.blogspot.com.br/2009_10_01_archive.html>> acesso em junho de 2014.

| PREENCHIMENTO | |
|---|---|
| ENTIDADE: Universidade Federal do Piauí | DATA: 10/ 06/ 2014 |
| RESPONSÁVEL: Karla Katrini Simões. | |

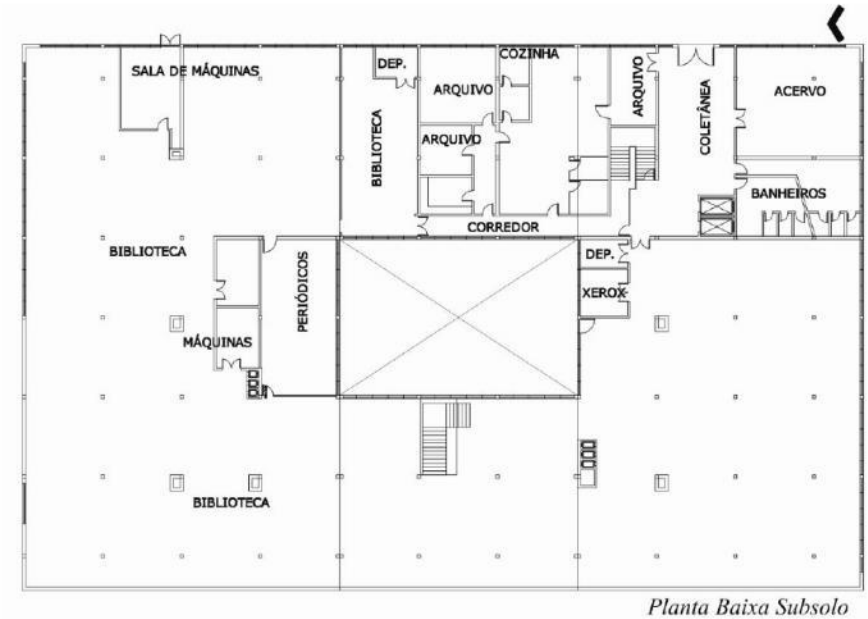
**Quadro 1: Inventário da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria**

| 1. IDENTIFICAÇÃO |
| --- |
| **MUNICÍPIO:** *Santa Maria* |
| **DENOMINAÇÃO:** *Biblioteca Central Manoel Marques de Souza Conde de Porto Alegre, Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria, ou Biblioteca da UFSM.* |
| **ENDEREÇO:** *Avenida Roraima, 1000. Prédio 30. Cidade Universitária "Prof. Mariano da Rocha Filho". Bairro Camobi. Santa Maria – RS.* |
| **USO ORIGINAL/ATUAL:** *Originalmente usado como biblioteca, atualmente, além da função original, agrega espaços administrativos e subunidade de ensino do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Encontra-se em fase de ampliação de área física na direção Norte e Oeste.* |

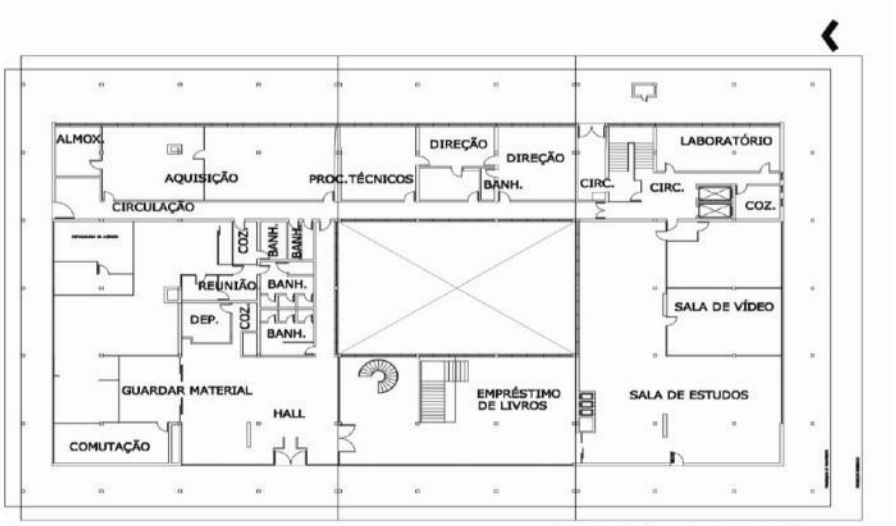
## 2. SITUAÇÃO



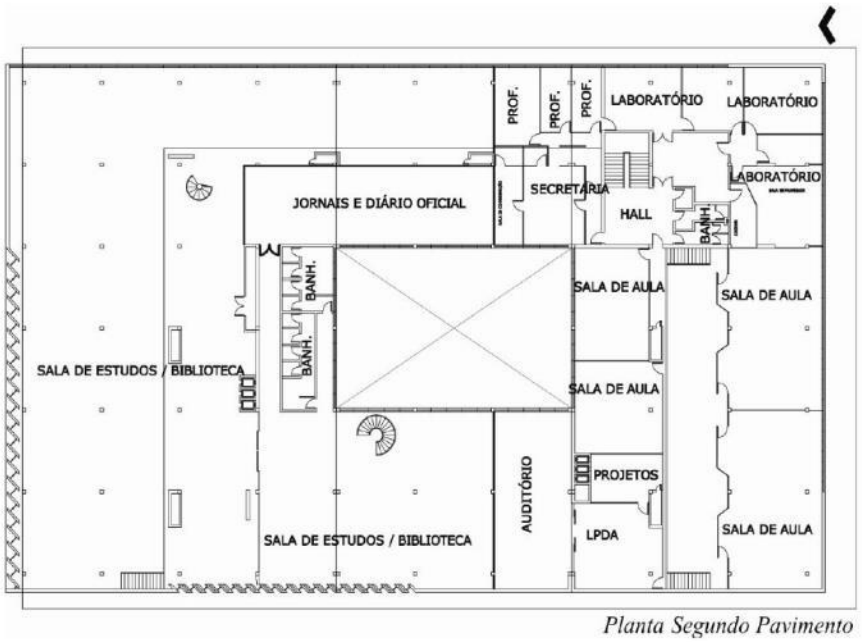

## 3. PLANTA BAIXA



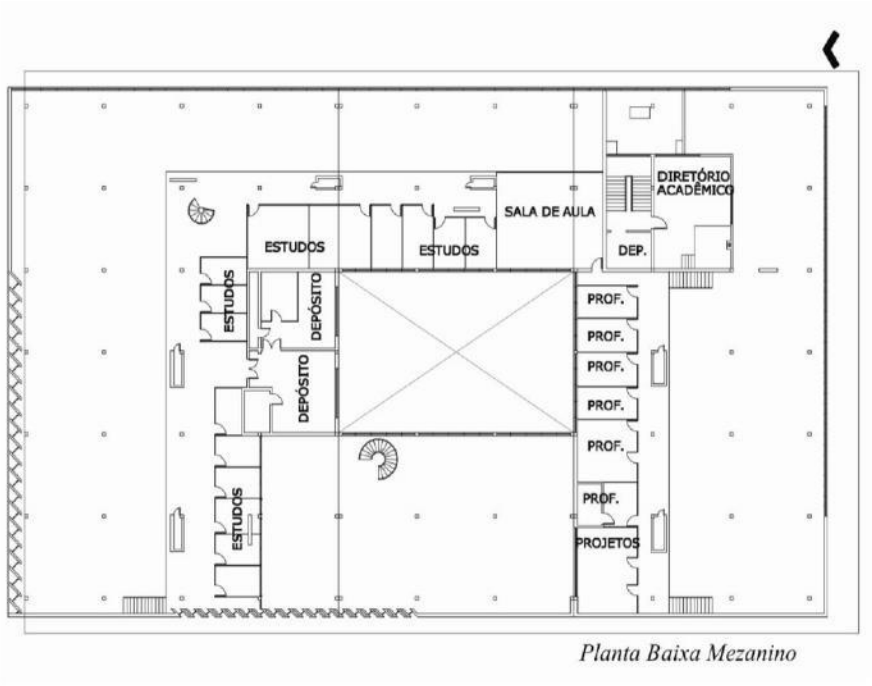

*Planta Baixa Subsolo*




*Planta Baixa Pavimento Térreo*




*Planta Segundo Pavimento*



*Planta Baixa Mezanino*

**4. FOTOGRAFIA DA EDIFICAÇÃO**





| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **5. COBERTURA** | | | | |
| **NÚMERO DE ÁGUAS:** *08* | | | | |
| **TELHAMENTO** | **(*x*) FIBROCIMENTO** | **( ) METÁLICA** | | **( ) OUTRO** |
| **COROAMENTO** | **(*x*) PLATIBANDA** | **( ) BEIRAL EXPOSTO** | | **( ) OUTRO** |
| **6. TIPO DE ESTRUTURA** | | | | |
| **( ) PORTANTE** | | **(*x*) INDEPENDENTE** | | |
| **7. MATERIAIS** | | | | |

| | SUBSOLO | 1º PAVIMENTO | 2º PAVIMENTO | SÓTÃO |
|---|---|---|---|---|
| **ESTRUTURA** | *concreto armado* | *concreto armado* | *concreto armado* | - |
| **VEDAÇÃO DA ESTRUTURA** | *alvenaria* | *alvenaria* | *alvenaria* | - |
| **ESQUADRIAS** | *metálicas* | *metálicas* | *metálicas* | - |
| **REVESTIMENTO DA FACHADA** | *lajotas cerâmicas* | *lajotas cerâmicas* | *Pastilhas cerâmicas (original) substituídas por fulget* | - |
| **PINTURA DA FACHADA** | *sem pintura* | *sem pintura* | *sem pintura* | - |

**8. ESQUADRIAS (TIPO DE VERGA)**

**VERGAS DAS PORTAS** *verga reta*

**VERGAS DAS JANELAS** *verga reta*

**9. ESTADO CONSERVAÇÃO (MODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ORIGINAIS)**

**( ) HOMOGÊNEO (ORIGINAL)**

**(*x*) HETEROGÊNEO (APRESENTA SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS ORIGINAIS POR ELEMENTOS NOVOS)**

**( ) DESCARACTERIZADO (MUITOS ELEMENTOS SUBSTITUÍDOS)**

**10. ESTADO FÍSICO (INFORMAR NESTE ITEM O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTRUÍDOS)**

*- problemas estruturais no edifício contribuíram para o aparecimento de rachaduras no prédio;*

*- revestimentos cerâmicos do piso com unidades soltas ou quebradas;*

*- piso vinílico interno com placas soltas;*

*- papel de parede interno com porções soltas e rasgadas;*

*- esquadrias danificadas pelo uso e falta de manutenção;*

*- revestimento de fachada do pátio interno em pastilhas removido para reforma. A pintura que o substituiu já encontra-se danificada, com desprendimentos e desbotada.*

*- instalações de ar condicionado não obedecem a nenhum planejamento obstruindo a leitura das fachadas como um todo bem como danifcando-as.*

**11. DADOS HISTÓRICOS OU REFERENCIAS CULTURAIS:**

O projeto arquitetônico data de fevereiro de 1968, em 1972, o prédio foi concluído e recebeu as funções de biblioteca geral da UFSM, com acervo que atende comunidade universitária em todos os campos do conhecimento.

Por adquirir uma função especial na UFSM, o edifício apresenta soluções arquitetônicas diferenciadas dos demais prédios administrativos e de ensino que compõem o campus, sem descaracterizar o ambiente modernista proposto do Plano Piloto. De dimensões menores que as dos prédios comuns, sua proposta é desenvolvida a partir de um jardim interno, implantado em área nobre adjacente ao eixo principal da cidade universitária, adquirindo características de posição central dentro do primeiro Plano, facilitando seu acesso e reconhecimento pelos usuários.

Devido a problemas estruturais, o acervo que no projeto original ocuparia o 2º pavimento, atualmente se localiza no térreo, em função da grande carga que acresce à estrutura. Parte da área livre ociosa com a realocação do acervo foi ocupada com as instalações do Curso de Arquitetura e Urbanismo na década de 1990, que permanece neste local atualmente.

Em 2007 o prédio passou por uma reforma que recuperou sua fachada e alterou a planta baixa do subsolo.

Em 2010 uma segunda reforma removeu o revestimento de pastilhas do pátio interno, e as

| |
|---|
| paredes atualmente estão pintadas com tinta acrílica.<br><br>*Fonte: Pro - reitoria de Infra-estruturas e Biblioteca Central* |
| **12. ENTORNO PRÓXIMO** |
| *Localizado junto do eixo monumental proposto no Plano Piloto para o campus, na Avenida Roraima, fazendo parte do conjunto arquitetônico de prédios com características modernistas da UFSM. Seu desenho arquitetônico diferenciado dos demais prédios, isolado no lote, com amplo recuo frontal, agrega ao edifício status de referência na paisagem do campus.* |
| **13. FOTO DO ENTORNO** |
|  |
| **14. OBSERVAÇÕES** |

| | |
|---|---|
| | **15. PESQUISADOR (ES)**<br>*Bruno, Marina e Tatiana* |
| | **16. DATA** *outubro/2010* |

### 4.4. Resultados obtidos

Como produto do projeto "Inventário dos Bens Edificados da Universidade Federal de Santa Maria" será possível a disponibilização de uma cartilha-inventário elaborada com base no levantamento do conjunto de edificações que compõem o Plano Piloto da instituição.

A referida publicação servirá não só como um registro histórico para a UFSM, mas também como uma ferramenta de divulgação para a comunidade, utilizada em escolas, e demais instituições de ensino e cultura, servindo como forma de conscientização e resgate da importância histórica que a Universidade tem para a cidade de Santa Maria e para a própria região.

A cartilha-inventário não somente servirá como um elemento de conscientização para a comunidade, mas poderá representar ainda, num futuro próximo, um importante instrumento na direção do tombamento do conjunto de edificações que compõem o Plano Piloto da UFSM, garantindo - através de lei - a preservação desses bens, impedindo que sejam demolidos, destruídos ou descaracterizados.

# Minimum Documentation Fiche 2011
## composed by national/regional working party of: Brazil

0.1 Picture of building/site



Panoramic view of the main facade.

source: MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
date: c.1955

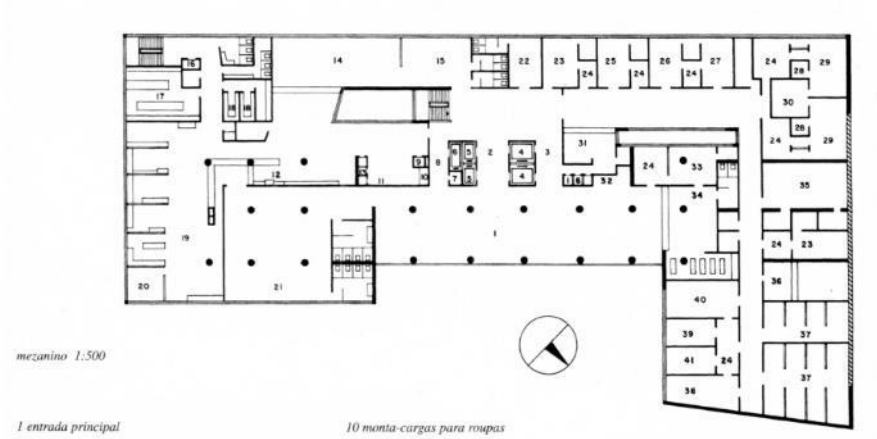
0.2 Picture of building/site



View of the main facade today.

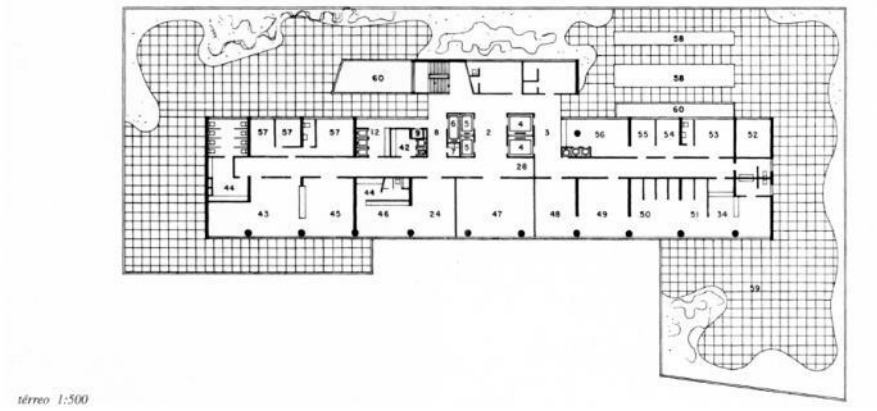
source: Renato da Gama-Rosa Costa
date: 2007

0.3 Picture of building/site



*mezanino 1:500*

*1 entrada principal*
2 hall *principal*
*3 hall dos pacientes*
*4 elevador dos pacientes*
*5 elevador dos médicos e do público*
*6 elevador de serviço*
*7 lixo*
8 hall *de serviço*
*9 tubo de lançamento de roupa suja*
*10 monta-cargas para roupas*
*11 distribuição*
*12 copa*
*13 monta-cargas*
*14 refeitórios dos subalternos*
*15 salão*
*16 elevador de serviço*
*17 despensa*
*18 frigorífico*
*19 cozinha*
*20 cozinha dietética*
*21 restaurante*
*22 recepção*
*23 sala dos médicos*
*24 sala de espera*
*25 abreugrafia*



*térreo 1:500*

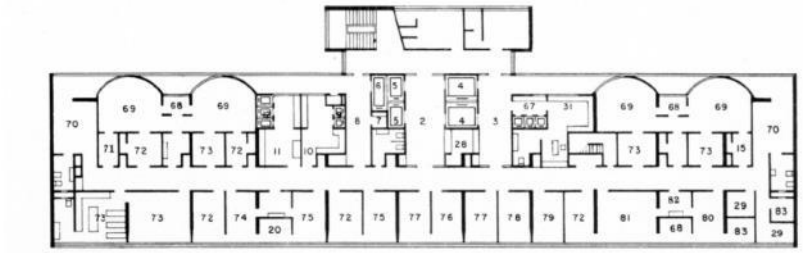
Images of the original project.

source: MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
date: c.1955

0.4 Picture of building/site



*do segundo ao nono andar 1:500*



*décimo-primeiro andar 1:500*



*décimo-segundo andar 1:500*

Images of the original project.

source: MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
date: c.1955

**1. Identity of building/group of buildings/urban scheme/landscape/garden**
1.1 current name of building Andaraí Hospital
1.2 variant or former name São Jorge Health Center; Central Mariners' Hospital (1955-1968); Andaraí Hospital (1968-present day)
1.3 number & name of street Rua Leopoldo, 280
1.4 town Rio de Janeiro
1.5 province/state Rio de Janeiro
1.6 zip code 20541-170
1.7 country Brazil
1.8 national grid reference
1.9 classification/typology General Hospital
1.10 protection status & date not listed

**2 History of building**
2.1 original brief/purpose General Hospital
2.2 dates: commission/completion 1955
2.3 architectural and other designers Firmino F. Saldanha (architect)
2.4 others associated with building
2.5 significant alterations with dates A new elevator hall was inaugurated in 1982 at the back facade.
2.6 current use General Hospital
2.7 current condition well conserved

**3 Description**
3.1 general description Andaraí Hospital occupies an entire block, having expanded its facilities thanks to the annexation of a property belonging to the Catholic Church, and is composed of five buildings: main, polyclinic, laboratories; and the residents' quarters.
3.2 construction
3.3 context Andaraí Hospital is located on a slight slope toward the end of the street, standing out from the urban mesh which is formed by houses and small residential buildings in the district which carries the same name.

**4 Evaluation**
4.1 technical It is a legitimate single block hospital of the 1950´s, with areas destined for vertical circulation and ample access corridors to the rooms which overlook the surrounding landscape. Its volume is composed of a ground floor foundation and entresol, a ten story strip and penthouse.
4.2 social Andaraí Hospital is noted for its Burn Treatment Center, created 35 years ago, due to the expertise developed in the care of extensive and complex burns. Nevertheless, it is a general hospital, a reference in emergencies of medium and low complexity; and recognized as a care unit of high complexity in oncology (UNACOM). Throughout the years, it has demonstrated the tendency to specialize in the health care of high complexity ailments, whether under optional hospitalization or emergency related.

4.3 cultural & aesthetic The modern lines of the façade are expressed in the closing of the windows in guillotine type persian blinds and the pillars.
4.4 historical In the 1920s emerged the embryo of the Brazilian social security system – with the creation of the Retirement and Pension Credit Unions (CAPs) – as of the promulgation of the Eloy Chaves Act in 1923. The arrival of Getúlio Vargas into power in 1930 alters labor relations then in effect and, in relation to the social security issue, the standard of the CAPs was undone for the establishment of the Retirement and Pension Institutes (IAPs), tied to the professional categories and linked to the newly created Ministry of Labor, Industry and Commerce. The objective of the IAPs was to guarantee access to health care for the particular professional category. The first occupations to organize their institutes were: mariners (IAPM), in 1933; bankers (IAPB) and merchants (IAPC), in 1934; industrial workers (IAPI), in 1936; stowage (IAPE) and cargo transport employees (IAPETC), in 1938 (Hochman e Fonseca, 1999; 77-78). Many of these IAPs sought to build hospitals for the health care of its associates.
The IAPM was destined for the officers and employees of the navigation companies, whether Brazilian or foreign – as long as dully registered; fishermen; employees of the Brazilian Lloyd Company; among other companies associated with maritime transport. In 1945, the IAPM acquired the São Jorge Health Center, on 280 rua Leopoldo, in Andaraí, in order to offer health care for its associates. In the following year, the federal government initiates studies for the expansion of the Mariners' Hospital, aiming to build new infirmaries. In the place of the former Health Center, a twelve story edifice was constructed to house the Central Mariners' Hospital, inaugurated on June 29th, 1955.
In 1967, all of the institutes which served the workers were consolidated under the National Social Security Institute (INPS), and the Central Mariners' Hospital became known as Andaraí Hospital, shifting over to federal administration and serving all users of the INPS.
With the implementation of the SUS (National Health Program) in 1990, eleven of the seventeen hospitals belonging to the Ministry of Health in the city of Rio de Janeiro were municipalized, among them Andaraí Hospital – whose municipalization process was only accomplished in 2000; and only one – the Cardiology of Laranjeiras – was briefly under state administration. The five remaining ones were elevated into Institutes under the condition to propose health policies in their areas of expertise:
National Trauma-orthopedic Institute, National Cancer Institute and the Cardiology Institute of Laranjeiras; while the State Employees' Hospital and the Bonsucesso Hospital , considered references in the municipal and state health systems, were kept under the Ministry of Health.
With the declaration of a public calamity in the hospital network of the National Health Program (SUS) in the municipality of Rio de Janeiro in 2005, Andaraí Hospital was reintegrated into the Ministry of Health.
4.5 general assessment

**5 Documentation**
5.1 principal references

Decreto nº 21.042, de 1 de maio de 1946. Dispõe sobre os estudos para ampliação do Hospital dos Marítimos. Capturado em 13 de dez. 2007. Online. Disponível na Internet: http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action
HOCHMAN, Gilberto et FONSECA, C. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOFI, D. (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV; 1999, p. 73-93.
Informações prestadas pelo Dr. Dásio Lopes Simões, diretor geral substituto e coordenador de assistência do Hospital do Andaraí, em 13/12/2007.
MERLINO, A. A reconfiguração do Serviço de Enfermagem do Hospital dos Marítimos: 1966-1968. Rio de Janeiro: UERJ; 2006 (dissertação de mestrado).
MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
PORTO, Ângela et al. *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808-1958).* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.
5.2 visual material attached
MINDLIN, H. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
5.3 rapporteur/date Ana Albano Amora, Inês Andrade, Renato da Gama-Rosa Costa/ July, 2012

**6 Fiche report examination by ISC/R**
name of examining ISC member:
date of examination:
approval:
working party/ref. n°: Brazil
NAI ref. n°:
comments:

REGISTROS DA ARQUITETURA MODERNA EM ARACAJU

Disciplina: História III
Prof.: Juliana Nery
Grupo: Patrícia Campos Antonino
Ricardo André S. Ol

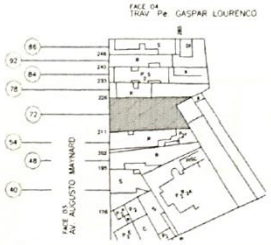
## APRESENTAÇÃO

Trabalho elaborado pelos alunos Patrícia Campos Antonino e Ricardo André S. Oliveira para a disciplina de História III em Arquitetura e Urbanismo, ministrada pela prof. Juliana Nery, com a finalidade de auxiliar o levantamento das edificações modernas em Aracaju, que contaram com a colaboração do Sr. Everaldo Aragão Prado e sua esposa, D. Sônia, que gentilmente cederam as plantas da casa e todas as informações necessárias para a realização desse trabalho.

## IDENTIFICAÇÃO

USO ORIGINAL: Residência
USO ATUAL: Residência
PROPRIETÁRIO: Everaldo Aragão Prado
ENDEREÇO: Av. Augusto Maynard, nº 72
AUTOR DO PROJETO: Everaldo Aragão Prado, economista, proprietário do imóvel
CONSTRUTOR: Sr. Etelvino, mestre de obras que trabalhava na Norcon
PROTEÇÃO LEGAL: Não possui
ANO DO PROJETO: 1969
INÍCIO DA OBRA: 1969
FIM DA OBRA: 1971
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bem conservada
DESCARACTERIZAÇÃO: Modificação no guarda corpo da varanda, no muro e no portão originais, ampliação da casa, terraços e jardins.

Localização



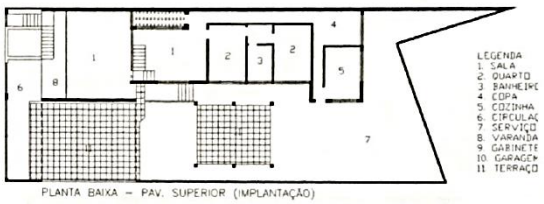

Fachada principal



Fonte: Patrícia Antonino

## HISTÓRICO

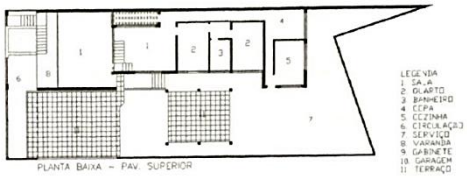
O sr. Everaldo Aragão Prado, economista, proprietário da residência localizada na Av. Augusto Maynard, nº 72, adquiriu o terreno em 1969 e desenhou a planta da casa aproveitando toda a área do terreno.
Por ter sido criado em carpintaria já tinha noções de construção e elaborou todo o projeto deixando apenas o desenho executivo para um desenhista, o sr. Geraldo Moraes Mota.
Para a construção contou com o trabalho do sr. Etelvino, mestre de obras da Norcon, sempre acompanhando de perto o andamento da obra., que ficou um tempo parada e recomeçou em seguida com o sr. Antônio, pedreiro, e seu ajudante, sendo concluída em 1971.
No início de 1972 o sr. Everaldo mudou-se para a nova casa e, algum tempo depois, comprou a casa ao lado, que mais tarde foi demolida e o terreno usado na ampliação de sua casa.
Em 1979 foi feita a reforma, também projetada pelo proprietário e desenhada pelo sr. Jamison Carlos do Amaral.
O projeto sofreu uma modificação no recuo frontal para ficar no alinhamento da casa, exigência da prefeitura.
Com a reforma a casa ganhou um terraço, um grande jardim, garagem para dois carros e mais um pavimento com duas suítes e um gabinete.
A antiga garagem virou uma sala íntima e o guarda-corpo da varanda foi trocado para combinar com a nova porta. O muro e o portão foram aumentados para maior segurança.



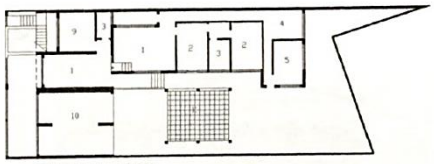

PLANTA BAIXA – PAV. SUPERIOR (IMPLANTAÇÃO)

## DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A planta original possui duas salas, dois quartos, banheiro, copa/ cozinha, garagem e gabinete com banheiro. É setorizada (social,íntimo e serviços) seguindo os princípios modernistas e bem resolvida.
A planta de reforma acrescenta duas suítes, gabinete, terraço e sala íntima e também é setorizada e bem resolvida.



PLANTA BAIXA – PAV. SUPERIOR


PLANTA BAIXA – TÉRREO

## INFLUÊNCIAS/ VALOR DE REFERÊNCIA

A casa possui tipologia corbusiana, composta por uma caixa com um rasgo de vidro na fachada principal, uma forma de releitura das edificações modernistas de Aracaju, e do Brasil como um todo, seguindo a linha dos arquitetos Oswaldo Bratke e Villa Novas Artigas. Possui uma forte presença pela sua composição pura, tornando-se referência dentro do contexto urbano.


FACHADA

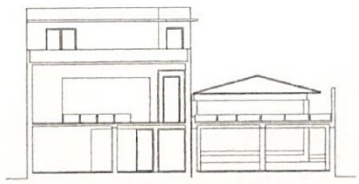

CORTE

Foto 01. Terraço e garagem - reforma



Fonte: Patrícia Antonino

Foto 02 – Terraço coberto - reforma



Fonte: Patrícia Antonino

Foto 03. Terceiro pav. e revestimento original



Fonte: Patrícia Antonino

Foto 04 – Sala de estar c/ piso original



Fonte: Patrícia Antonino

18

Produtos alimentares: laticínios, pecuária e produtos agrícolas

## FAZENDA SANT'ANA DO RIO ABAIXO S. A. (FSRA), 1962

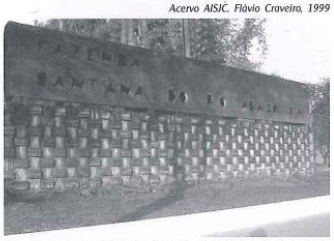
Avenida Olivo Gomes, 520 - Santana

A criação da Fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo S.A., em 1962, representou a formalização de um tipo especial de empreendimento industrial para os herdeiros de Olivo Gomes, falecido em 1957: a agroindústria e a pecuária. Consolidava-se a trilha aberta pelo patriarca. Outras empresas agroindustriais foram constituídas ao longo da década: Fazenda São José S.A. (1967), Araguaia S.A. Pecuária (1968), Orizaba Agropecuária e Mantiqueira Agropecuária (1969), empresas que possuíam fazendas e investimentos diversificados.

As empresas agroindustriais realizavam desde a exploração madereira à inseminação artificial. Seus diretores e acionistas, sócios e integrantes da família Gomes, atuavam de forma cooperada no Vale do Paraíba, Norte e Nordeste do País.

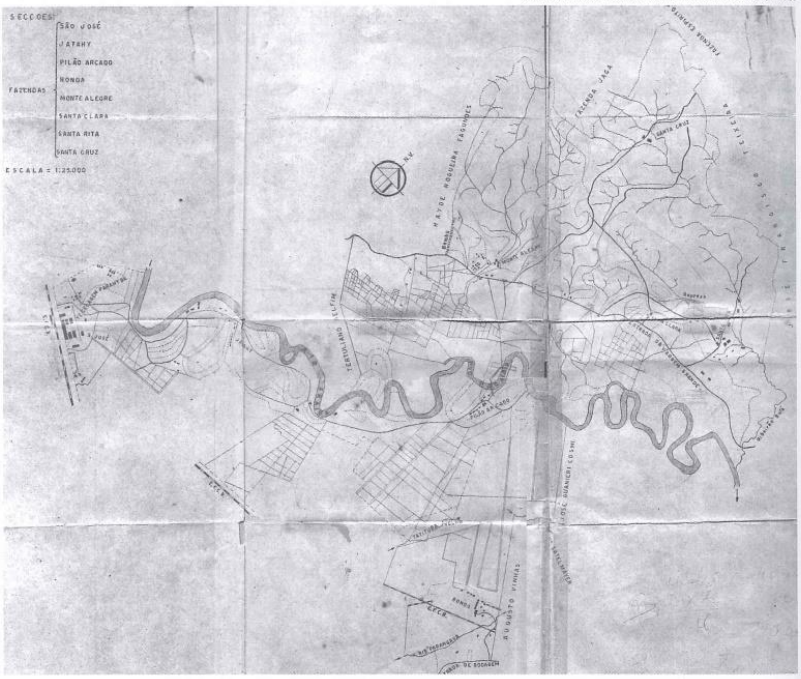
As atividades agroindustriais, associadas aos espaços residenciais, transformaram o espaço rural que envolvia a fábrica num complexo arquitetônico. Além das instalações da Tecelagem, vieram as casas para a família, gerentes e funcionários e, mais tarde, as obras necessárias à expansão dos

Acervo AISIC. Flávio Craveiro, 1999



*Muro que complementa a portaria localizada na Avenida Olivo Gomes.*

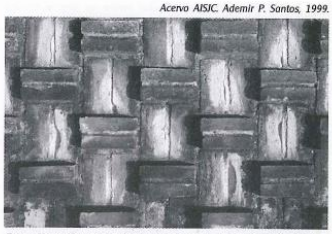
Acervo Clemente Gomes. Acervo AISIC. Flávio Craveiro, 1999.




*Planta onde estão destacadas as instalações da Tecelagem Parahyba e as propriedades rurais imediatas da Família Gomes naquela região.*

empreendimentos agropecuários. Vários projetos foram desenvolvidos de 1950 até metade dos anos 70, quando começou a declinar o ritmo dos investimentos. Boa parte dos projetos foi confiada ao escritório Rino Levi Arquitetos Associados de São Paulo. Destacam-se, a seguir, algumas obras que marcaram esse período.

Acervo AISIC. Ademir P. Santos, 1999.



*Detalhe do portal de acesso às propriedades rurais da Família Gomes, situado na atual Avenida Olivo Gomes. Uma clara referência ao procedimento básico da tecelagem: a trama e a urdidura. Por Rino Levi Arquitetos Associados.*

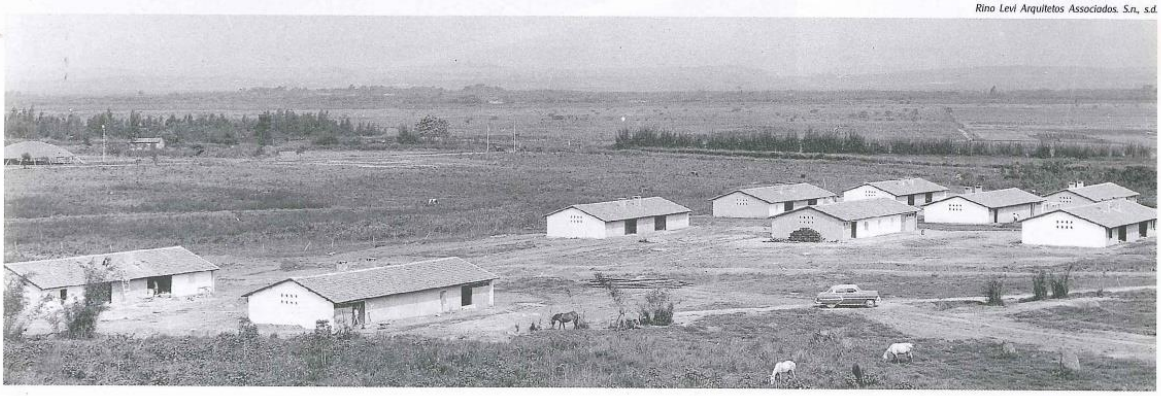
Rino Levi Arquitetos Associados. S.n., s.d.



*Ao lado, vista do Salão para Recreio e Festas em forma de calota e coberto de sapé.*

*Vista das Casas dos Colonos da Fazenda Monte Alegre. Conjunto projetado por Rino Levi (1954).*

Rino Levi Arquitetos Associados. S.n., s.d.



195

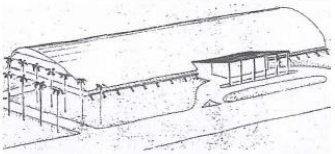
# 18.1

## GALPÃO PARA MÁQUINAS AGRÍCOLAS (FSRA), 1957

Avenida Sebastião Gauberto, 545 - Vila Maria
Projeto: Rino Levi e Roberto Cerqueira César. Construção: Sociedade Tekno Ltda.

O Galpão para Máquinas Agrículas foi projetado para ser um espaço versátil que combinasse armazenamento, manutenção, abastecimento e abrigo de caminhões, equipamentos e máquinas. As várias fazendas e áreas de cultivo das empresas agroindustriais do Complexo Parahyba também demandavam espaço para depósitos de produtos e insumos agrícolas. Necessitava-se de espaço para habitação dos trabalhadores urbanos e rurais, serviços e assistência social. Rino Levi, desde 1951, trabalhara projetando um Mercado e um Conjunto Residencial, congregando tais expectativas. Foram apresentados dois estudos em 1953 e 54, nos quais aparece o Galpão com uma abóbada só (Ver detalhe ao lado). Em 1957, quando decidiu-se construí-lo, o projeto foi redimensionado. Surgiu a segunda abóbada e um outro tipo de arco (pórtico). O desenho desse arco (formado pela combinação de dois segmentos de curvas com uma reta em sua finalização), dispensou o tracionamento que limitaria a altura do vão e deu-lhe aspecto de asas de pássaro. A seqüência de pórticos metálicos (arcos) foi apoiada em suas extremidades por linha extensa de pilares e vigas (inclinadas) de concreto armado. O encontro das duas "asas" repousa sobre uma estrutura de concreto (vigas e pilares) mais elevada que as laterais. Há uma calha central, e a iluminação se fez por meio de duas linhas de telhas translúcidas, que percorrem toda a extensão do galpão. Para ancorar a estrutura (prevenindo-se contra os ventos fortes), usou-se ferro de secção circular, que prolonga os pórticos até o seu engastamento no solo.

Rino Levi Arquitetos Associados. Detalhe. S.n., s.d.



*Acima: um dos primeiros estudos (ainda com abóbada única) para o Galpão.*

Acervo Clemente Gomes. Detalhe. S.n., s.d.



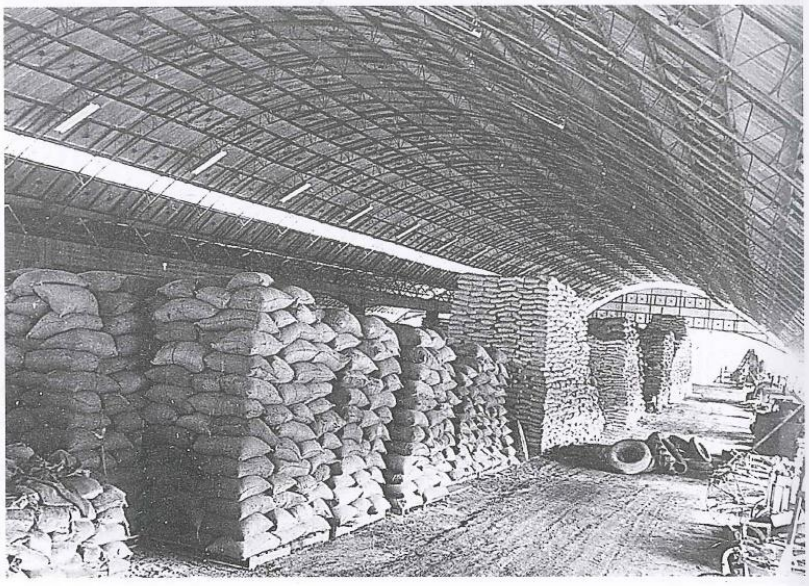
*Vista aérea da obra construída.*

Acervo Clemente Gomes. S.n., s.d.



*Vista interna do Galpão em pleno uso.*

Acervo Clemente Gomes. S.n., s.d.



*Além das máquinas, o Galpão abrigava parte das colheitas.*

196

Numa das laterais do Galpão foi acoplado um volume, coberto por uma só água e com vigas metálicas, que seguem o mesmo desenho dos arcos. Rompeu-se aí bruscamente com a abóbada; no entanto, gerou-se a volumetria necessária para abrigar os ambientes de apoio e manutenção das máquinas, especialmente a cobertura de um posto de gasolina. Na década de 1960, esse ambiente foi coroado pela instalação de um painel de grandes dimensões de Roberto Burle Marx.

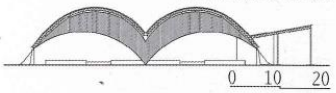
O uso de telhas metálicas para cobertura e fechamento lateral foi a opção que combinou rapidez, leveza e facilidade na montagem. A peças foram assentadas sobre caibros de madeira e fixadas com pregos e arruelas. Os caibros formaram quadros contínuos e foram contraventados entre si com tirantes metálicos aparafusados, formando um "X" interno. Os caibros são fixados nas vigas metálicas (arcos) por tirantes metálicos em forma de "V". Por sua vez, as vigas foram construídas com perfis "L", unidas pela solda de uma serpenteante barra de ferro liso (ver foto ao lado). Combinam-se, aqui, três materiais: concreto, metal e madeira. Trata-se de um sistema estrutural misto que explora os potenciais de cada técnica construtiva. A forma que resulta dessa combinação possibilitou atender o programa de maneira exemplar, permitindo considerável pé direito para manobras de máquinas e caminhões em seu interior e de uma abóbada para a outra. O projeto (planta) apresentado ao lado é a proposta do escritório Rino Levi. A construção não obedeceu esse projeto, especialmente na divisão interna do setor de apoio.

Rino Levi Arquitetos Associados. S.n., s.d.

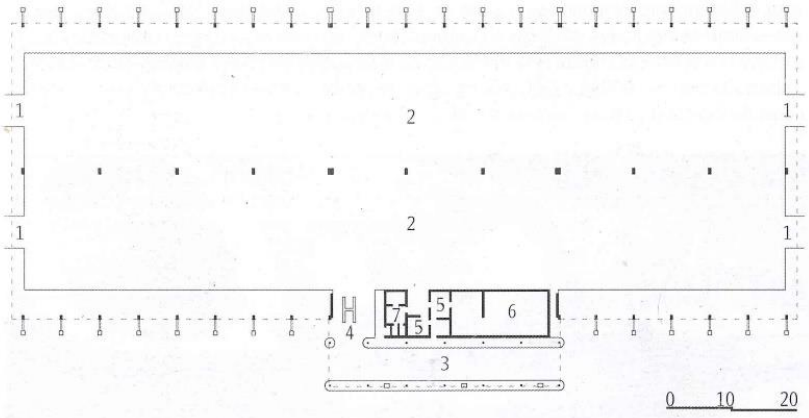


*Fixação da estrutura da cobertura metálica.*

Acervo AISJC. Jorge S. Pires, 1999.




*Vista frontal do Galpão com posto de gasolina.*




N.M.

1. Acesso
2. Galpão
3. Posto de combustível
4. Plataforma hidráulica
5. Escritório
6. Almoxarifado
7. Vestiário

197

# 18.2

## USINA DE LEITE (FSRA), 1963

**Projeto: Rino Levi Arquitetos Associados Ltda. Paisagismo: Burle Marx & Cia. Ltda.**
**Resp. técnico: Clemente Fagundes Gomes**

A Usina de Leite integrava um projeto ambicioso de expansão do setor agropecuário das empresas da Família Gomes. A idéia original era construir um conjunto de quatro grupos de edifícios: um Mercado, um Centro de Exposições e Inseminação Artificial, a Usina de Leite e a Sede Esportiva do Clube para os seus funcionários. Apesar de vizinhos, cada agrupamento era independente e teria acesso específico pela Avenida Olivo Gomes. Desse projeto (ver foto da maquete), foram construídos a Usina de Leite e parcialmente o Clube, respectivamente em 1965 e 1966. O arquiteto Rino Levi faleceu em 1965, vendo realizada apenas a Usina.

O programa da Usina de Leite resumia-se às instalações necessárias para a pasteurização e engarrafamento de leite, produção e armazenamento de manteiga e queijo. Adotou-se como partido a reunião das salas com usos afins, intercaladas por jardins internos (21), cobertos por pérgulas. As salas foram arranjadas em dois blocos retangulares, dispostos paralelamente, porém não-alinhados. Não há paredes laterais e corredores: a circulação é externa aos ambientes e é feita sob proteção da cobertura apenas. A edificação foi suspensa do solo o necessário para configurar uma plataforma para carga e descarga dos caminhões. Os dutos e instalações (água, vapor, eletricidade e esgoto) foram embutidos sob essa plataforma. Os dois blocos se comunicam por passagens protegidas por passadiços (de concreto) suspensos. Um dos blocos (o mais baixo) foi dedicado à produção de queijo (8, 9, 10 e 11) e à administração (13). Uma parte do outro bloco foi destinada ao recebimento (1, 2, 3), pasteurização e engarrafamento do leite (4), fabricação da manteiga (5) e expedição (12). A outra parte acomodou os banheiros e vestiários numa face e, na outra, a sala de máquinas (16), o condensador (15) e o espaço para lavagem dos caminhões (20).

Base, estrutura, vedos e cobertura: os quatro elementos básicos de uma construção aparecem aqui, independentes, expondo-se a partir de suas funções e materiais. Mas, ao mesmo tempo, apresentam-se integrados, solidários na composição de um outro organismo: o edifício. Destaca-se a leveza (e a ventilação), obtida pela suspensão da platibanda com pilares esbeltos e destacados da vedação. Depois dessa obra, o tijolo maciço utilizado como revestimento tornou-se uma marca das obras de Rino Levi para o Complexo Tecelagem Parahyba.

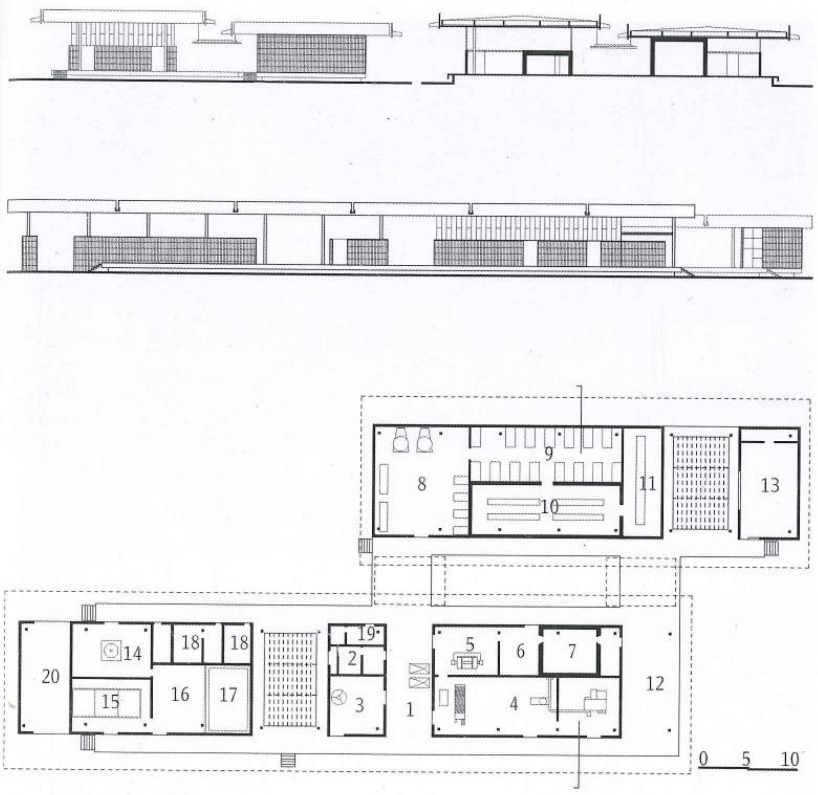
*Maquete do conjunto arquitetônico original. À esquerda, da usina seria localizado o Mercado. Ao lado, haveria uma Praça, um Restaurante, um Centro de Exposições, Estábulos e instalações para Inseminação Artificial. Na esquina seria instalado um Posto de Gasolina. À direita, a Sede do Clube dos funcionários. Deste conjunto, além da Usina de leite, só o Estádio da Sede do Clube foi construído.*

*Rino Levi Arquitetos Associados. S.n., s.d.*



198

## FICHA EDIFÍCIOS DA FAZENDA SANT'ANA DO RIO ABAIXO | 06.08

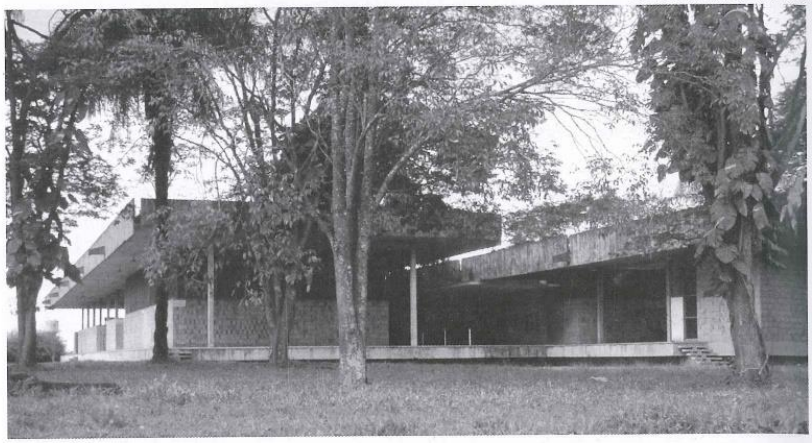



1. Recepção de leite
2. Laboratório
3. Lavagem de latões
4. Pasteurização e engarrafamento
5. Fabricação de manteiga
6. Empacotamento
7. Frigorífico
8. Fabricação de queijo
9. Tanques de salga
10. Sala de cura
11. Parafinagem
12. Expedição
13. Escritório
14. Caldeira
15. Condensador
16. Sala de máquinas
17. Tanque de salmoura
18. Vestiários
19. Depósito
20. Lavagem de caminhões

199

*Vista lateral da Usina em 1998.*

*Acervo AISJC. Ademir P. Santos. 1998.*

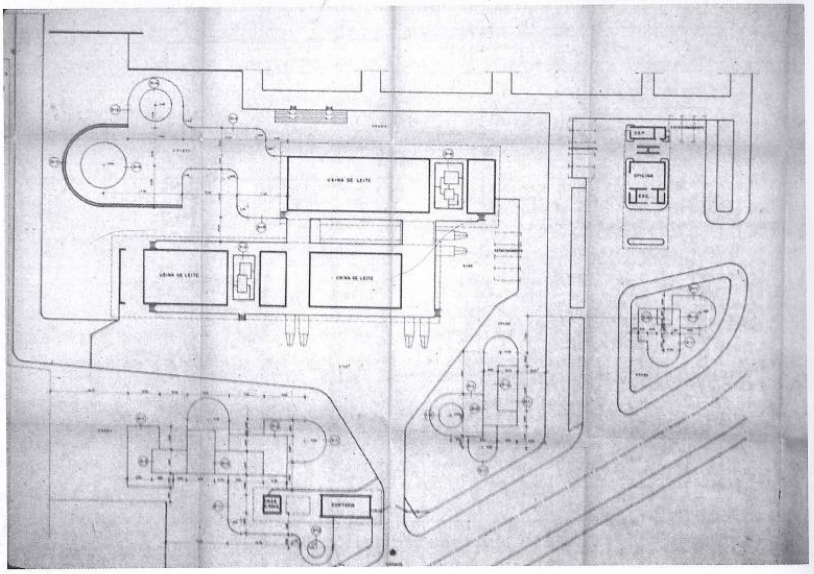


*Acervo Clemente Gomes. S.n., s.d.*



*Roberto Burle Marx e Rino Levi: a Usina de Leite foi uma das últimas obras em que trabalharam juntos. Levi faleceu em 1965 e Marx em 1994.*

*Burle Marx e Cia Ltda. Acervo Clemente Gomes. Detalhe.*

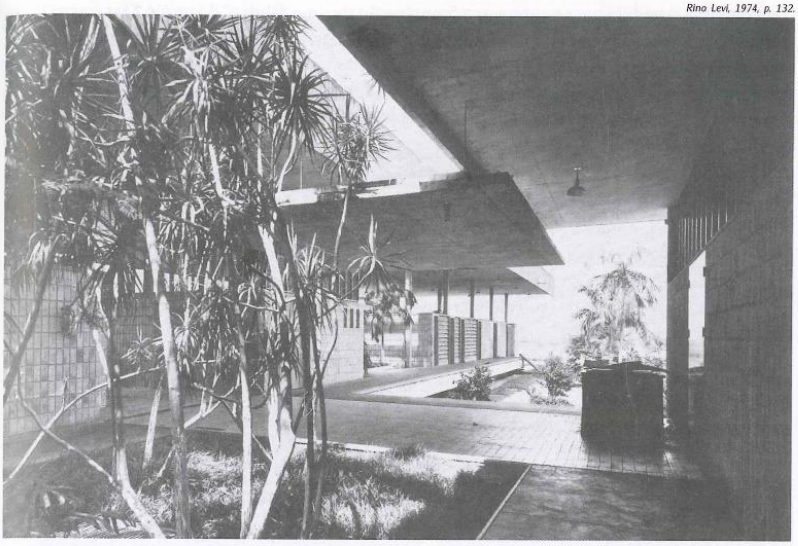


*Projeto paisagístico prevendo bancos e floreiras. Por Burle Marx & Cia. Ltda.*

200

## FICHA EDIFÍCIOS DA FAZENDA SANT'ANA DO RIO ABAIXO | 08.08

Rino Levi, 1974, p. 132.



Burle Marx e Cia Ltda. Acervo Clemente Gomes.

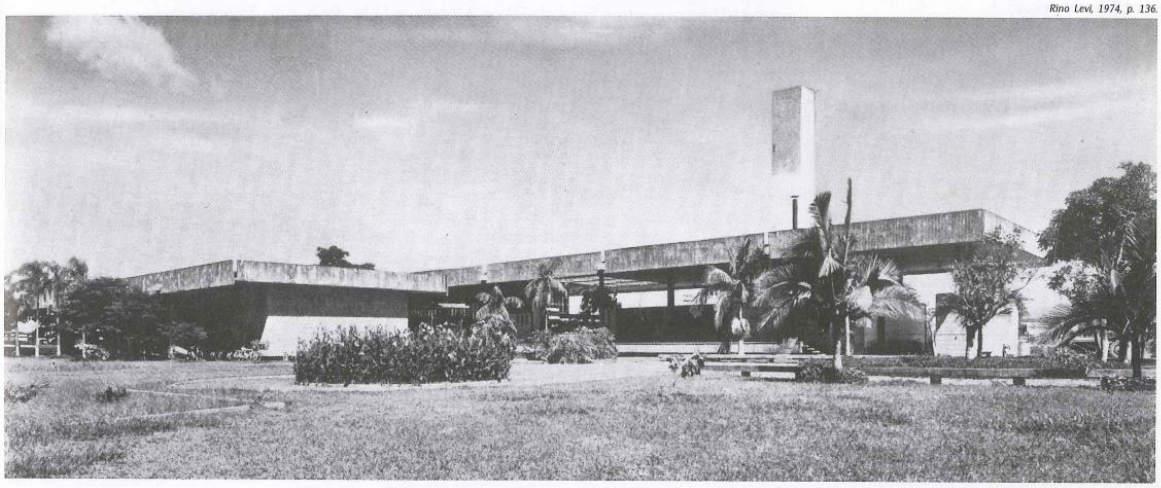


*Acima, as pérgulas sobre os jardins internos.*

*Ao lado, em destaque, a passagem e o passadiço suspenso que une os dois blocos.*

*Abaixo, os dois blocos vistos dos fundos. Em primeiro plano, os bancos e a vegetação do jardim para motoristas e funcionários.*

Rino Levi, 1974, p. 136.



201

# FICHA CONJUNTO RESIDENCIAL OPERÁRIO DE REALENGO | 01.06

## Conjunto Residencial Operário de Realengo, Rio de Janeiro, RJ

16

| | |
|---|---|
| ÓRGÃO PROMOTOR | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI |
| LOCALIZAÇÃO | Estrada da Água Branca, Realengo |
| DATA | 1938 |
| AUTOR DO PROJETO | Carlos Frederico Ferreira (Setor de Engenharia do IAPI) |
| UNIDADES CONSTRUÍDAS | 2.345 |
| TIPO | Blocos de dois a quatro pavimentos, casas geminadas, casas isoladas e em fileiras, sobrados em fileira, casas sobrepostas em fileiras |
| EQUIPAMENTOS | Posto de saúde, ginásio, campo de futebol, capela mortuária, igreja, escola, clube, horto florestal, comércio e creche |

Primeiro empreendimento habitacional de grandes dimensões construído no país e medalha de ouro no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos (1940), o Conjunto Residencial Operário de Realengo, com 2.345 unidades, foi idealizado e construído entre 1938 e 1943, como marco fundador das atividades do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) na área da habitação.

Projetado pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira, chefe do Setor de Engenharia do IAPI, o conjunto localiza-se junto à estação de trem de Realengo, subúrbio do Rio de Janeiro. Vasto campo de experimentação projetual, sua concepção estabeleceu uma linhagem de tipos – unidades unifamiliares e blocos de apartamentos –, que foram utilizados, conforme as necessidades, em distintas localidades. A preocupação com a inovação tecnológica, seriação e barateamento do produto final manifesta-se de forma inédita nesse empreendimento magno do IAPI, um projeto racional que visava à qualidade, economia e reprodutividade.

O empreendimento colocou em prática a concepção definida pelo governo Vargas para a construção de núcleos habitacionais para os trabalhadores, com infraestrutura completa (redes de água, luz e esgoto, galerias de águas pluviais, pavimentação e estação de tratamento de esgoto) e vários serviços de caráter coletivo, efetivamente implantados, como áreas comerciais, escola primária para 1.500 alunos, creche para cem crianças, ambulatório médico, gabinete dentário, quadras para a prática de esportes, templo católico e horto florestal, concretizando a proposta de uma unidade de vizinhança onde o trabalhador pudesse encontrar tudo aquilo de que necessitasse além do trabalho.

Embora o conjunto tenha sido implantado sobre um arruamento preexistente, o parcelamento foi substituído por uma configuração mais moderna, eliminando parcialmente a divisão em lotes. Os edifícios foram implantados no espaço público e as casas geminadas, embora unifamiliares, não foram cercadas, possibilitando uma continuidade entre o quintal e o espaço público. Com a venda das unidades aos moradores, após a extinção do IAPI em 1964, os lotes foram cercados.

Modernizar o processo construtivo, objetivando a produção massiva e a economia, foi uma das intenções do projeto. Nele foi utilizada, pela primeira vez no Brasil, uma máquina para fabricar blocos de concreto. A alvenaria de blocos de concreto permitiu a aplicação da pintura sem reboco, com grande economia. Outra inovação foram os painéis pré-fabricados de madeira nas paredes internas, o que dispensava fundações e tornava as divisões da habitação mais flexíveis. Esses painéis apresentaram grande durabilidade e até hoje existem exemplares originais em perfeito estado.



Vista aérea do conjunto, em foto da década de 1940, mostrando a diversidade das soluções utilizadas. O Realengo foi concebido como um canteiro de experimentação dos vários tipos desenvolvidos pelo Setor de Engenharia do IAPI, coordenado pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira.

Outro destaque é o bloco principal (B1), com sua fachada frontal formada por balcões intercalados, criando um rico jogo de volumes, fortemente influenciado pelo edifício para residência estudantil da Bauhaus, em Dessau, de Walter Gropius (1926). Galerias lineares no fundo do edifício possibilitam o acesso aos apartamentos, células habitacionais mínimas de 38 m², incluindo quarto, sala, cozinha e banheiro. No térreo, foram instaladas áreas comerciais e de serviços do IAPI, criando uma forte referência urbana, reforçada pela implantação, numa segunda etapa, de dois blocos de quatro pavimentos (B2) do lado oposto da avenida.

O Bloco Tipo B4 é formado por módulos geradores compostos de uma coluna de circulação vertical e duas unidades em cada um dos seus dois pavimentos. A coluna de escada é fechada por cobogós, que constituem o principal elemento de composição dos blocos. Esse tipo de bloco foi utilizado em outros conjuntos do IAPI, como Honório Gurgel (Rio de Janeiro) e São Brás (Belém).

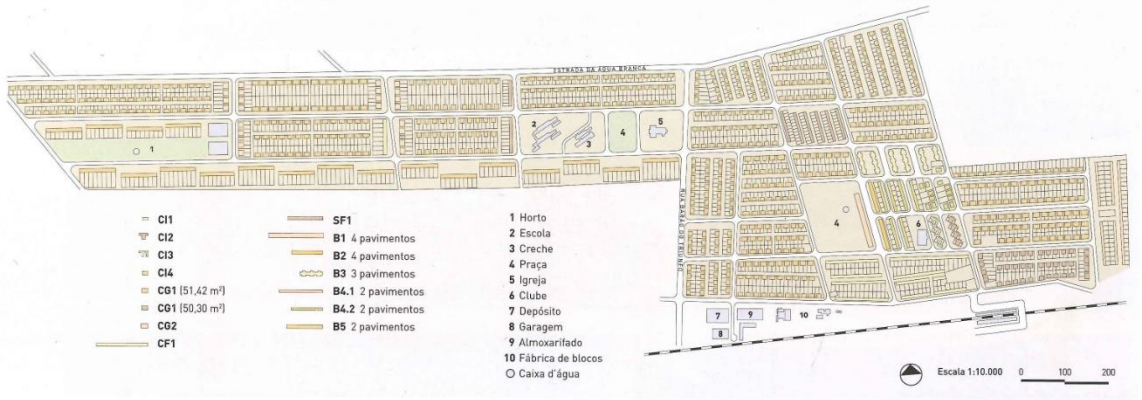
Os sobrados em fileira diferenciam-se das soluções tradicionais. Organizados em grupos de oito a dez unidades, têm térreo livre, onde se situam apenas área de serviço e garagem. Uma escada dá acesso ao piso superior, onde se localizam as demais dependências: sala, cozinha, banheiro e dois quartos. Esse tipo era considerado pelo arquiteto como um modelo vantajoso, pois, segundo ele, "apresentava as mesmas qualidades de construções em pilotis", em razão dos espaços livres do térreo.

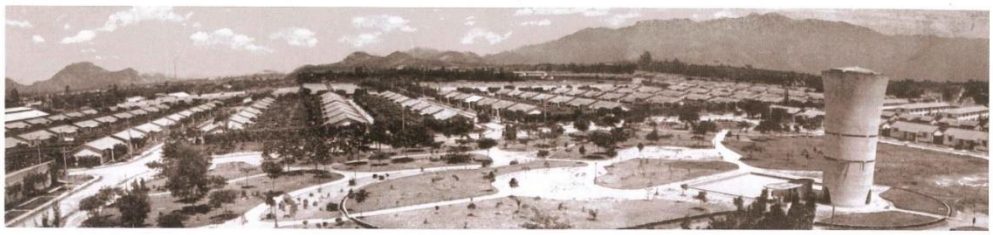
A grande maioria das unidades, no entanto, é constituída por casas geminadas duas a duas que, salvo o inovador processo construtivo, são tradicionais quanto ao agenciamento espacial.

**Fontes:** INSS-RJ/IRA, PEDRO (1950), BONDUKI (1994), ANTUNES (1997), Revista Municipal de Engenharia 2 (1940) e 4 (1954), Architectural Forum 5 (1947), AA 10 (1947), Goodwin (1943)
**Desenhos:** PEDRO (1950), INSS-RJ

## FICHA CONJUNTO RESIDENCIAL OPERÁRIO DE REALENGO | 02.06





*Acima* Vista de casas geminadas, com a caixa d'água em primeiro plano. Esta fotografia, da época da inauguração do conjunto, permite observar sua localização suburbana, a mais de 25 quilômetros da Estação Central do Brasil.

*Ao lado* Vista geral da área verde do conjunto, com o bloco ao fundo, em foto da década de 1940. O projeto da caixa d'água, concebida originalmente para o Realengo e que aparece no centro desse espaço, foi reproduzido em inúmeros outros empreendimentos do IAPI.

*Ao lado, à direita* Vista da rua principal do conjunto, ladeada pelos blocos de quatro pavimentos (B1 e B2) e pela área comercial no térreo do edifício principal do Realengo. O espaço funciona como um centro de caráter local.

*Ao lado* Vista da escola, elevada pela utilização de pilotis, com uma marquise em primeiro plano. A qualidade arquitetônica dos equipamentos sociais elaborados pelo Setor de Engenharia do IAPI revela a enorme capacidade projetual do arquiteto Carlos Frederico Ferreira.







# ANEXO T

## FICHA CONJUNTO RESIDENCIAL OPERÁRIO DE REALENGO | 03.06

**Conjunto Residencial Operário de Realengo**, Rio de Janeiro, RJ 18



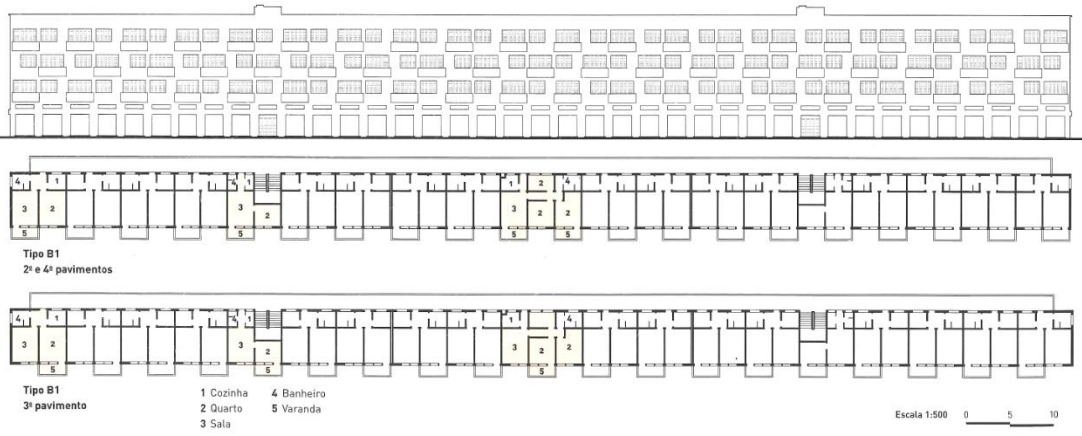


*Ao lado* Fotos reproduzidas no famoso livro *Brazil Buildings*, editado pelo Museu de Arte Moderna de New York, em 1943, que divulgou para o mundo a surpreendente arquitetura moderna brasileira. O Realengo estava em fase final de construção, mas já foi possível mostrar o expressivo jogo de volumes na fachada principal do bloco e as elegantes linhas horizontais da fachada dos fundos.

*Abaixo, à esquerda* Fachada frontal do bloco principal, em foto atual. A grande maioria das varandas foi fechada, descaracterizando o projeto original. *Abaixo*, fachada posterior do bloco, marcada pelas varandas de circulação horizontal, que está mais bem preservada.







19





*Acima* Foto recente do Tipo B2, em frente à rua principal, com áreas comerciais no térreo.

*Acima, à direita* Vista do Bloco Tipo B3, com três pavimentos, em fase final de acabamento da obra. Esse tipo apresenta uma varanda que se projeta para fora do corpo principal do bloco, com a sua face lateral fechada com cobogós, assim como a coluna de escada, localizada entre as varandas.

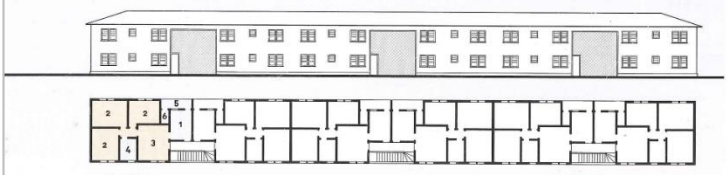
*Ao lado* Vista do mesmo Tipo B3, em foto recente, com inúmeras alterações como o cercamento da área pública, o fechamento das varandas e a construção de acréscimos no térreo.

*Abaixo, à direita* Vista do Tipo B4.2, de dois pavimentos, em foto do período inicial de sua ocupação. Esse tipo, que se caracteriza pela horizontalidade, assemelhando-se a uma sequência de sobrados em fileiras, foi utilizado em vários outros empreendimentos do IAPI, como em Belém do Pará. A área de circulação que dá acesso ao segundo pavimento é fechada por um pano de cobogós quadrados, que vai até o chão, interrompido apenas pela porta de entrada.

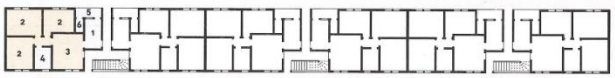
*Abaixo* Vista de um Bloco Tipo 4.2, através dos cobogós do prédio localizado do outro lado da rua.







**Tipo B4.2**
**Pavimento superior**



**Tipo B4.2**
**Pavimento térreo**

1 Cozinha
2 Quarto
3 Sala
4 Banheiro
5 Área de serviço

Escala 1:500 0 5 10

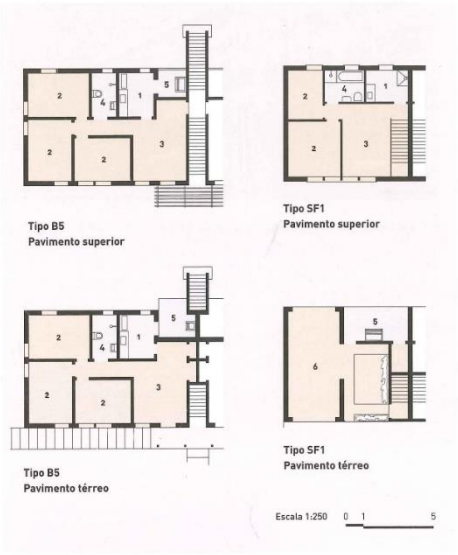


**Conjunto Residencial Operário de Realengo**, Rio de Janeiro, RJ 20



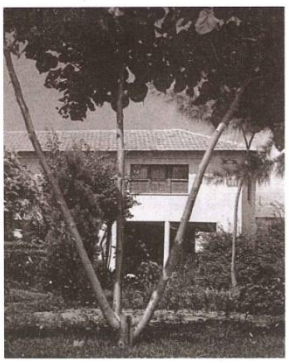







*Acima* O Bloco Tipo B5 é um tipo de dois pavimentos, que se caracteriza por ter acesso individual para as unidades do pavimento térreo e um lance de escada para os dois apartamentos do piso superior. O bloco é apresentado em três momentos: na década de 1940, com o projeto íntegro e com o espaço público bem tratado; na década de 1970, com um puxado e o abandono do tratamento do espaço público; e atualmente, com vários acréscimos e a impermeabilização da área livre. O processo é exemplar da progressiva deterioração da qualidade arquitetônica e urbanística dos conjuntos residenciais do período.

*Ao lado* Este tipo especial de sobrado em fileira (SF1), proposto com entusiasmo por Ferreira, embora fosse uma unidade unifamiliar, "apresentava as mesmas qualidades de construções em pilotis". É original e não foi utilizado em outros empreendimentos do órgão, talvez porque seu custo em relação à área útil fosse elevado. Todas as dependências estão no pavimento superior, enquanto o térreo é ocupado apenas pela área de serviço.





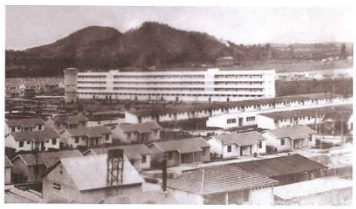
21













*No alto* Casas em fileira (CF1) abertas para a área verde, e em imagem da década de 1970, já com alterações significativas, como a construção de muro que isolou as casas do espaço público.

*No centro* Casas geminadas em dois momentos: foto da época, em que as casas ainda não tinham sido muradas e abriam-se diretamente para o espaço público, e foto atual.

*Ao lado* Em número muito reduzido, foram implantados três tipos diferentes de casas isoladas, que apresentam uma área muito superior às demais, indicando ser destinadas a industriários mais bem remunerados.

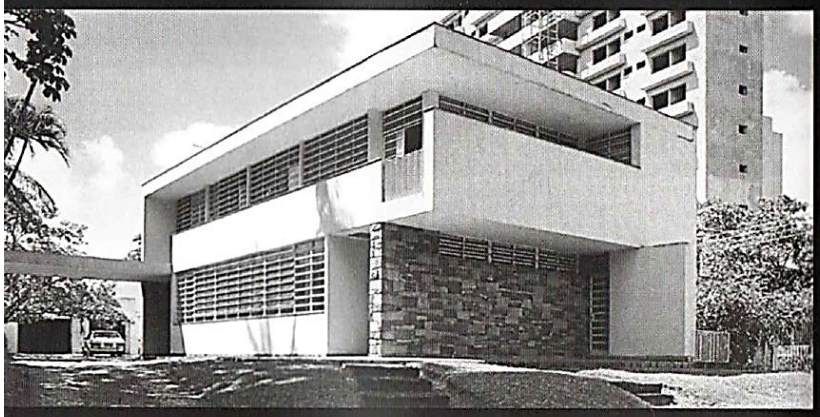
*À esquerda* Em primeiro plano, vista aérea das casas geminadas, com bloco principal (B1) ao fundo. Esta fotografia, da época da inauguração do Realengo, permite vislumbrar o impacto da construção de um bloco moderno na paisagem suburbana do Rio de Janeiro.

**FICHA** Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista | **17.17**

## RESIDÊNCIA MILTON MEDEIROS

★ 1950 ✝ 1997

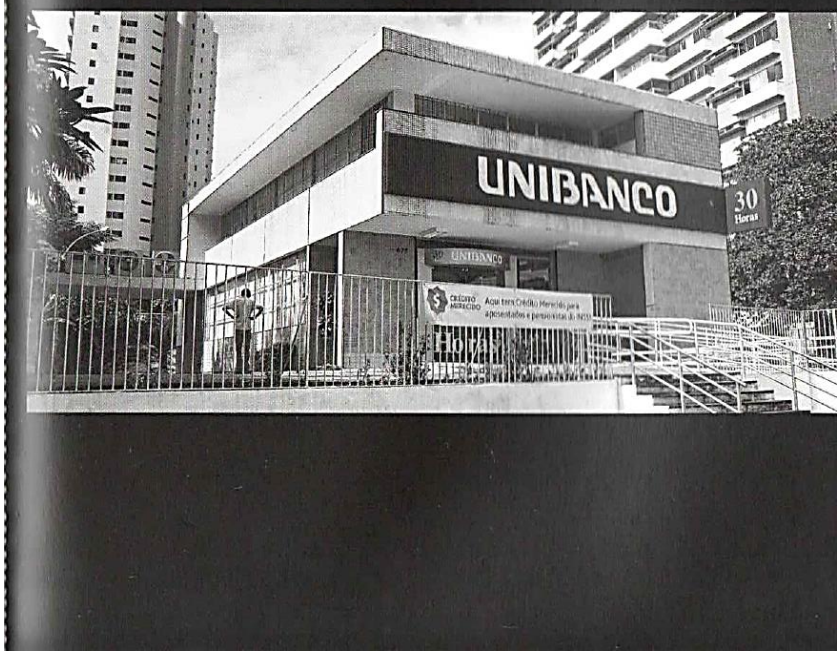
Projeto: Mario Russo



Avenida 17 de Agosto, 675 | Casa Forte | Recife

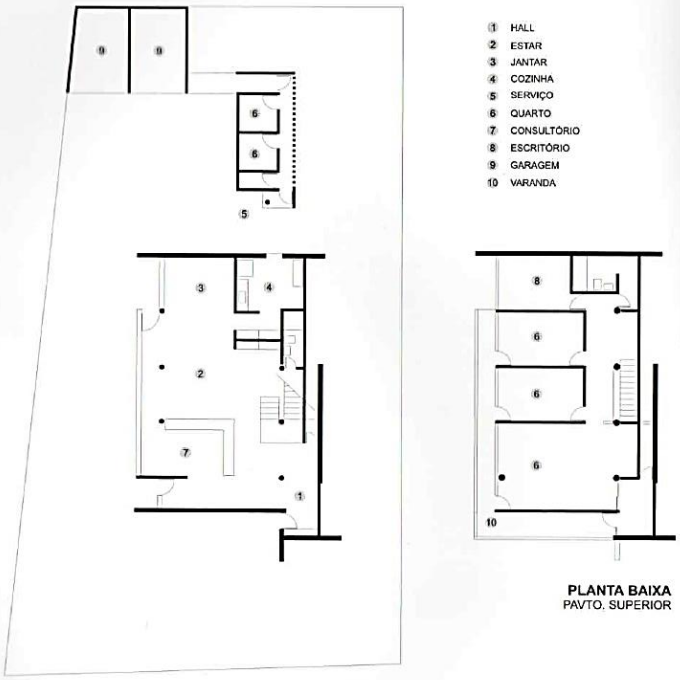
## UNIBANCO

★ 1997



**FICHA** Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista | **17.17**

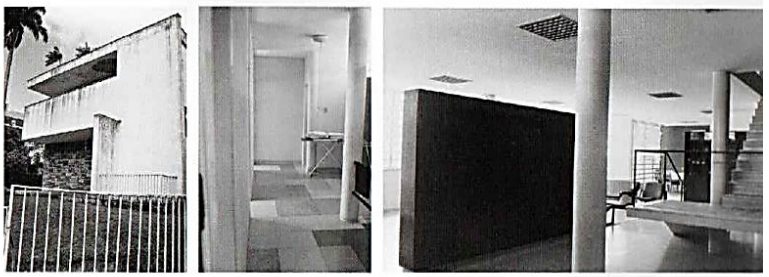


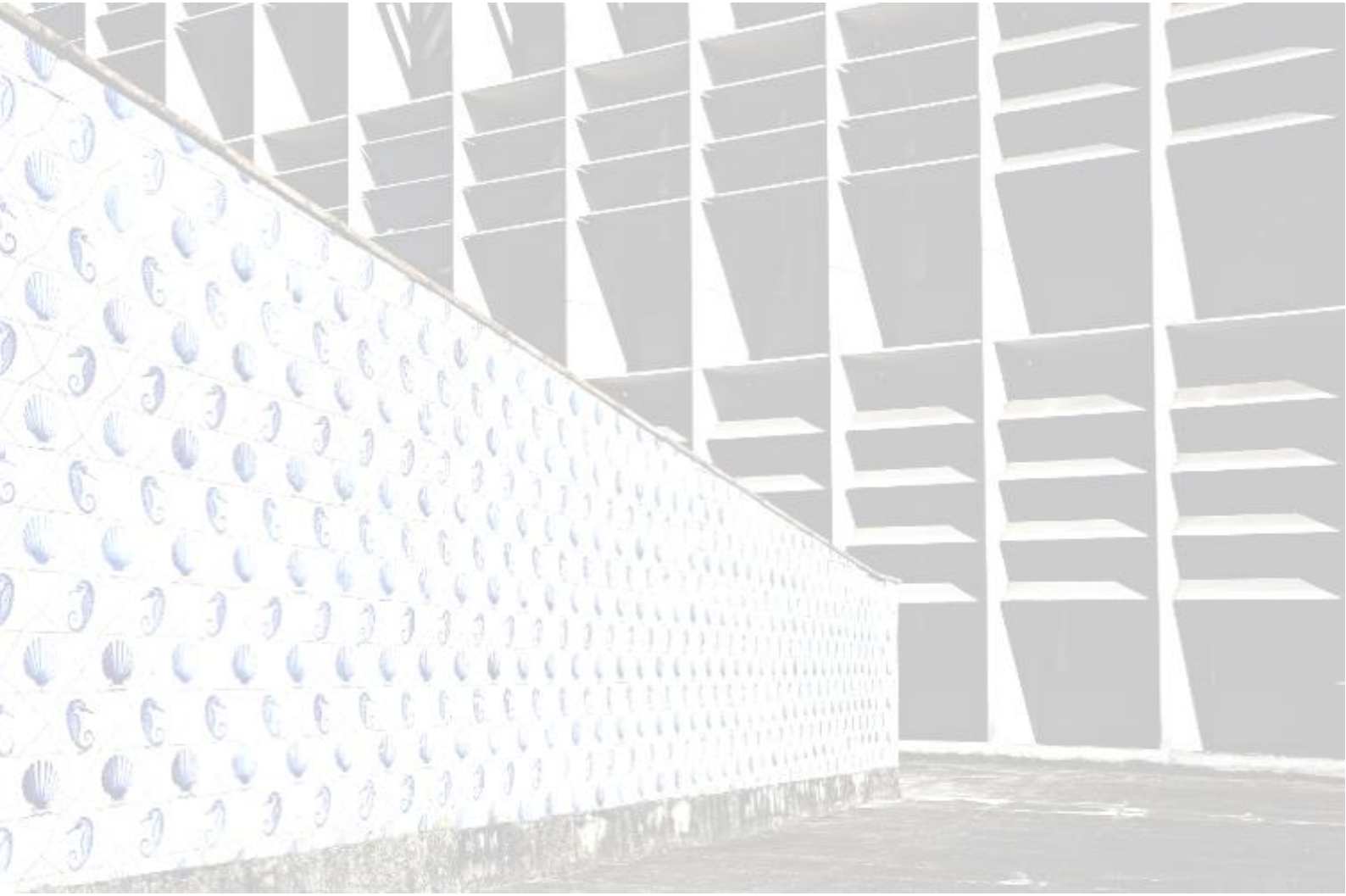










Para experimentar Octávio, o mestre
Diz: "Já que tudo sabe, venha cá!
Diga em que ponto da extensão terrestre
Ou da extensão celeste Deus está!"

Por um momento apenas, fica mudo
Octávio, e logo esta resposta dá:
"Eu senhor mestre, lhe daria tudo,
Se me dissesse onde é que ele não está!"

Olavo Bilac